Índice Item 27 Belmonte

1. Afonso Teixeira Filho	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO BRASIL	TEMA 2.1. A Poesia excêntrica de Augusto dos Anjos
2. Álamo Oliveira	ESCRITOR, AÇORES	TEMA 3.1 A krítika puétika (o gato que não tinha cama sua), sobre um texto de Urbano Bettencourt
3. Alexandre Banhos	FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA	TEMA 2.3. Espanha versus Hespanha
4. Ângelo Cristóvão	ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA	Tema 2.3. A gestão do Acordo
5. Antº Ponces De Carvalho	DIRETOR ESSE JOÃO DE DEUS, PORTUGAL	TEMA 2.5. O impacto da cartilha maternal de João de Deus
6. Brites Araújo	ESCRITORA, NAV AÇORES	TEMA 3.1. O Humor Em Urbano Bettencourt
7. Carla E Santo Guerreiro 8. Lídia Machado Santos	ESSE, IP BRAGANÇA PORTUGAL	TEMA 2.4. Terra D'encontros – A investigação por trás da ficção, os judeus portugueses, em terras raianas, no dealbar do séc. XX
9. Carolina Cordeiro	ESCRITORA AÇORES	TEMA 3.1. Os atos ilocutórios ao serviço da marca poética na novela um Deus à beira da loucura, de Daniel de Sá
10. Chrys Chrystello	Jornalista australiano Sydney e Presidente AICL	Poesia a 5 vozes
11. Concha Rousia	AGLP, GALIZA	TEMA 2.3. A Língua Viva Na Galiza
12. Elsa Sofia Gomes De Miranda	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA / CÂMARA MUNICIPAL BELMONTE, PORTUGAL	TEMA 2.1. Guiné-Bissau e Timor-Leste: política e uso da língua portuguesa
13. João Malaca Casteleiro	ACL PORTUGAL	A Academia das Ciências de Lisboa e o Acordo ortográfico
14. João Morgado	ESCRITOR / CHEFE DE GABINETE PRESIDENTE CÂMARA BELMONTE, PORTUGAL	TEMA 1.1. Cabral, o líder humanista que chegou ao Brasil
15. José António Salcedo	CIENTISTA, EMPREENDEDOR, PORTUGAL	TEMA 2.5. Reflexão sobre alguns desafios do futuro próximo
16. José Carlos Gentili	ALB, BRASÍLIA BRASIL	Tema 1.3 A emigração judaica e as suas influências culturais
17. José Carlos Venâncio	UBI, PORTUGAL	TEMA 2.7. A dimensão estética da lusofonia. História e criatividade (literária e artística) no espaço lusófono
18. José Paz Rodrigues	AGLP GALIZA	TEMA 2.3. Goa, um recanto galego-português na Índia
19. Laura Areias	CLEPUL, UNIV LISBOA PORTUGAL	Tema 2.1. Portugueses outrora, havaianos hoje
20. Luciano J B S Pereira	ESE IP SETÚBAL PORTUGAL	TEMA 1.3. Referências e indícios hebraicos na literatura popular.
21. Margarete Silva	TRADUTORA FREELANCE LUXEMBURGO	TEMA 1.3. O Legado do ladino em terras lusas e na diáspora: uma abordagem geopolítica
22. Maria João Ruivo	ESC. SEC ANTERO DE QUENTAL, AÇORES	O Diário, Apresentação Literária
23. Miguel Real	CLEPUL - FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA PORTUGAL	TEMA 2.1. Traços fundamentais da cultura portuguesa TEMA 3.1. Introdução ao itinerário crítico de Urbano Bettencourt
24. Pedro Paulo Câmara	ESCRITOR AÇORIANO AÇORES	TEMA 3.1. Violante de Cysneiros: De Orpheu a "Azulejos" - a viagem sem retorno
25. Rolf Kemmler	UTAD E ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, ALEMANHA	TEMA 3.3. São Miguel e os seus habitantes *em The Azores or Western Islands (1886) de Walter Frederick Walker.*
26. Urbano Bettencourt	ESCRITOR HOMENAGEADO 2017 AÇORES	TEMA 3.1. Pedro da Silveira – As Ilhas da Literatura
27. Ximenes Belo (D. Carlos)	PRÉMIO NOBEL 1997,	TEMA 3.2. Missionários açorianos no Oriente: Dom José da Costa Nunes e a sua ação em Timor

Em linha ISSN 2183-9239 CD-ROM ISSN 2183-9115

1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, USP, BRASIL, AICL

TEMA 2.1. A POESIA EXCÊNTRICA DE AUGUSTO DOS ANJOS AFONSO TEIXEIRA FILHO – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A poesia de Augusto dos Anjos (1884-1914) talvez seja a mais exótica que há em língua portuguesa.

É uma poesia de fundo filosófico, fortemente influenciada pelo pessimismo de Schopenhauer e das filosofias materialistas de Herbert Spenser e Ernst Haeckel.

A terminologia médica, biológica, filosófica e da História Natural preenche os sonetos exóticos desse poeta nordestino, nascido no meio agreste da paisagem brasileira. Em sua poesia, encontramos versos como:

"Tome, Dr., esta tesoura e.... corte \ Minha singularíssima pessoa";
"Podre meu pai! A morte o olhar lhe vidra";
"E a marcha das moléculas regulam \ Com a invariabilidade da clepsidra!";
"De que matéria bruta \ Vem essa luz que sobre as nebulosas \ cai de incógnitas criptas misteriosas \ Como as estalactites de uma gruta".

A poesia de Augusto dos Anjos não pode ser colocada em nenhuma escola literária. Alguns críticos veem nela forte influência parnasiana; outros, uma poesia de cunho simbolista; no entanto, os manuais de literatura a colocam numa classe artificial denominada Pré-Modernismo.

No entanto, o Pré-Modernismo não determina estilo nem escola, mas reúne num mesmo grupo autores muito distintos que nada têm em comum que o fato de serem produtos do início do século XX e antecessores do movimento modernista brasileiro iniciado pela Semana de Arte Moderna de 1922.

O pré-modernismo coloca lado a lado autores como Augusto dos Anjos, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto, autores que só coincidem na contemporaneidade. Augusto dos Anjos é tão *sui-generis* quanto cada um desses autores. É, porém, muito mais exótico. Um autor sem par na poesia universal.

1. INTRODUÇÃO

É difícil situar a pessoa e a poesia de Augusto dos Anjos no tempo e no espaço. A pessoa nasceu num engenho no interior da Paraíba, um local pobre do Nordeste brasileiro, fora de qualquer centro intelectual do país. Sua poesia, escrita nas duas primeiras décadas do século XX não se encaixam em nenhuma escola literária. Tem traços de simbolismo, de parnasianismo e prenúncios de vanguarda; mas não é nada disso.

O crítico Alceu Amoroso Lima denominou esse período de Pré-Modernismo, o que nada diz acerca do que é, mas sim acerca do que antecipa. Ali, colocam-se autores bastante distintos, como Euclides da Cunha, Graça Aranha, Monteiro Lobato, Raul Pompeia, Lima Barreto e Augusto dos Anjos. Nenhuma dessas literaturas pode ser colocada a par de qualquer uma das outras. Mas, dentre todas, a de Augusto dos Anjos é a mais excêntrica. Esse poeta procurou construir uma metafísica baseada na Biologia, caso único na literatura.

2. A VIDA

Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos (1884-1914) nasceu no Engenho de Pau d'Arco, na Zona da Mata, no Estado da Paraíba. Formou-se em Direito no Recife e levou a vida como professor no Rio de Janeiro e como diretor de grupo escolar em Leopoldina, Minas Gerais. Ali morreu de pneumonia, provocada por uma tuberculose, aos 50 anos de idade. Os anos entre 1907 e 1912 foram os mais marcantes de sua vida. Em 1907, bacharelou-se em Direito, no Recife; em 1908 passou a lecionar no liceu paraibano onde estudara; em 1910 casou-se, e, em 1912, publicou o livro de poemas *Eu*, o único publicado em vida.

A formação intelectual de Augusto dos Anjos sofreu influência dos filósofos naturalistas do século XIX, sobretudo de Herbert Spencer e de Ernst Häckel. Foi também influenciado pela Bíblia e pela obra de Schopenhauer. O pessimismo promovido por Schopenhauer recebe, na poesia de Augusto dos Anjos, uma resposta advinda da Biologia. Era uma espécie de racionalização que procurava dar um conforto à vida diante da expectativa da morte. É isso o que observamos nos poemas que dedica à doença e à morte do pai.

Ao pai doente:

Para onde fores, Pai, para onde fores,
Irei também, trilhando as mesmas ruas...

Tu, para amenizar as dores tuas,
Eu, para amenizar as minhas dores![1]

Ao pai morto:

Madrugada de Treze de janeiro.
Rezo, sonhando, o ofício da agonia.
Meu Pai nessa hora junto a mim morria
Sem um gemido, assim como um cordeiro![2]

E um segundo poema sobre a morte do pai:

Podre meu Pai! A Morte o olhar lhe vidra.
Em seus lábios que os meus lábios osculam
Microrganismos fúnebres pululam
Numa fermentação gorda de cidra.
Duras leis as que os homens e a hórrida hidra
A uma só lei biológica vinculam,
E a marcha das moléculas regulam,
Com a invariabilidade da clepsidra!...
Podre meu Pai! E a mão que enchi de beijos
Roída toda de bichos, como os queijos
Sobre a mesa de orgíacos festins!...
Amo meu Pai na atômica desordem
Entre as bocas necrófagas que o mordem
E a terra infecta que lhe cobre os rins![3]

No primeiro poema, o poeta expressa o sofrimento do pai como mágoa: "Magoaram-te, meu Pai?!" Mas, quando a mágoa do pai e do filho se encontram, elas vão "crescendo e se fazendo horrores!" Quem teria magoado o pai? Foi Deus? o poeta se pergunta. Mas, ainda buscando uma esperança, afirma que não, pois "Deus não havia de magoar-te assim!" Aqui, ainda se vislumbra essa esperança, expressa numa última oração, num último alento. Mas o sofrimento do poeta é maior do que o sofrimento do pai doente. Por isso utiliza o termo "mágoa", que além do pesar denota um sofrimento pequeno, uma manchinha, mácula, ressentimento. Num poema anterior, o poeta lembra de um episódio que talvez fosse o embrião dessa mácula, quando o pai cortou uma árvore de que o poeta,

[1] "A meu Pai doente", 1905. As datas que se seguem aos poemas indicam o ano da primeira publicação.
[2] "A meu pai morto", 1905.
[3] Os três sonetos formam um poema só. Todos foram escritos em 1905.

menino, muito gostava. A árvore como expressão da virilidade que despontava no menino e o machado do pai, como expressão de castração, poderiam explicar essa mágoa e, talvez, o sentimento de morte que transparece em toda a obra do poeta.

"Não mate a árvore, pai, para que eu viva!"
E quando a árvore, olhando a pátria serra,
Caiu aos golpes do machado bronco,
O moço triste se abraçou com o tronco
E nunca mais se levantou da terra![4]

Por isso, vemos que a morte e o pai são obsessões do poeta. Quando vê uma procissão, escreve: "Nesse caixão, iam talvez as Musas, / Talvez meu Pai..."[5] E, então, percebemos, que esse caixão acompanhará o poeta por toda a sua vida. E percebemos também que o pai é sempre escrito com inicial maiúscula, como se se tratasse de Deus. Então, percebemos que o pai é comparado a um cordeiro, no primeiro poema sobre a morte do pai. O cordeiro do sacrifício: vítima de Deus como o foi Cristo. É uma relação de pai e filho. Por fim, no segundo poema em que cantou a morte do pai, o poeta acomoda-se na explicação biológica, na inevitabilidade da morte das criaturas vivas. O pai é podre, seus lábios fermentam, os vermes lhe roem as mãos. Mas, no túmulo, vai apenas o pai, não vão as mágoas, não vai o medo, não vai a morte. Pois a decadência das moléculas ocorre com a invariabilidade da clepsidra, ou seja, com a determinação inflexível do tempo. Dessa maneira, define-se a poesia de Augusto dos Anjos. Provém do medo da morte e do medo da vida; da incerteza dos atos de Deus e da existência de um Deus. E acomoda-se numa explicação materialista da existência regulada por leis naturais implacáveis. Mas, com isso, o poeta cria uma metafísica; uma metafísica subordinada à *physis*.

3. A OBRA

A poesia de Augusto dos Anjos acaba por ser uma poesia barroca, quer no uso exótico do vocabulário, quer na ideia de uma realidade sombria espremida entra as incertezas que as ciências provocam ao tentar explicar o mundo e as incertezas provocadas por essas mesmas ciências a respeito do universo divino.

[4] "A árvore da serra", 1905.
[5] "O caixão fantástico", 1909.

O século XVI deparou-se com duas descobertas científicas que colocaram em dúvida o papel do homem e de Deus no universo. A invenção do microscópio revelou um microcosmo até então desconhecido; e as investigações de Copérnico e, mais tarde, de Galileu, serviram para reformular tudo aquilo que sabíamos sobre a nossa existência. A Bíblia estava errada. Para o conforto do homem restava apenas uma fé cega na religião. Mas a própria religião já vinha sendo contestada pelo protestantismo. Por outro lado, o racionalismo cartesiano só contribuiu para lançar mais dúvidas ainda sobre o papel da religião, ainda que fizesse uma tentativa pífia de acomodar Deus nesse novo universo, um universo que já não tinha mais Deus como artífice.

E o homem, ao professar uma nova fé, uma fé cega em Deus, como conforto para uma alma dilacerada, já não era capaz de deixar de lado a dúvida. Essa dúvida, que para Descartes era o germe da certeza, foi também o germe do barroco. Mais de duzentos anos depois, com as descobertas dos naturalistas, com o avanço da paleontologia, as teorias de Darwin, a exploração de novos mundos, a importância do homem no projeto divino foi-se reduzindo cada vez mais. O homem já não era mais o centro da criação; tampouco a primeira criatura. Era apenas um elo de uma cadeia evolutiva, cuja importância era a mesma dos macacos. Onde esse homem, essa criatura insignificante, poderia então buscar refúgio? Desaparecia a esperança de uma vida eterna para a alma humana. Deus estava morto.

Era preciso buscar o sentido da vida na própria vida. E isso, por mais humano que pudesse parecer, em vez de proporcionar ao homem coragem, fez dele um ser ensimesmado. E é esse ser que se pronuncia no livro de Augusto dos Anjos, *Eu*. Mais do que um livro de caderno de poema, *Eu* é um projeto filosófico. É uma tentativa de reconstrução da Metafísica num mundo dominado pela ciência. Um projeto como esse só poderia ter como resultado uma poesia amarga, pessimista, que refletisse uma existência incomodada, evidenciando que o homem, de alguma forma, encontrava-se num lugar errado no universo. É a existência fora da existência. E o único refúgio para isso, o céu, estava perdido. O resultado é sempre o conformismo. É difícil aceitar a existência do jeito que ela é, mas é impossível não a aceitar racionalmente. E a razão (a ideia) passa “por um feixe de moléculas nervosas”. Ainda que ela seja forjada na grandeza das nebulosas

do espaço, haverá de terminar "no molambo[6] da língua paralítica".[7] É sempre um conformismo que aparece depois de uma luta íntima entre a aceitação e a recusa. E é com o mesmo conformismo que o poeta dedica estes versos ao filho natimorto:

Agregado infeliz de sangue e cal,
Fruto rubro de carne agonizante,
Filho da grande força fecundante
De minha brônzea trama neuronial,
Que poder embriológico fatal
Destruiu, com a sinergia de um gigante,
Em tua morfogênese de infante
A minha morfogênese ancestral?!
Porção de minha plásmica substância,
Em que lugar irás passar a infância,
Tragicamente anônimo, a feder?...
Ah! Possas tu dormir feto esquecido,
Panteisticamente dissolvido
Na *noumenalidade* do NÃO SER!

Se esses versos demonstram uma mistura de inconformismo e aceitação, de dúvida e certeza, estes outros já aceitam sem relutância a inexorabilidade da morte:

Eu, filho do carbono e do amoníaco,
Monstro de escuridão e rutilância,
Sofro, desde a epigênese da infância,
A influência má dos signos do zodíaco.
Profundissimamente hipocondríaco,
Este ambiente me causa repugnância...
Sobe-me à boca uma ânsia análoga à ânsia
Que se escapa da boca de um cardíaco.
Já o verme — este operário das ruínas —
Que o sangue podre das carnificinas
Come, e à vida em geral declara guerra,
Anda a espreitar meus olhos para roê-los,
E há de deixar-me apenas os cabelos,
Na frialdade inorgânica da terra![8]

---

[6] Farrapo.
[7] "A ideia", soneto, 1909.
[8] "Psicologia de um vencido", 1909.

E a sua filosofia não lhe dará resposta alguma. Precisará das ciências naturais para forjá-la.
Em vez do Deus metafísico, a mônada física de Ernest Häckel, a monera.

Consulto o Phtah-Hotep. Leio o obsoleto
Rig-Veda. E, ante obras tais, me não consolo...

O Inconsciente me assombra e eu nele rolo
Com a eólica fúria do harmatã inquieto!
Assisto agora à morte de um inseto...!
Ah! todos os fenômenos do solo
Parecem realizar de polo a polo
O ideal de Anaximandro de Mileto!
No hierático areópago heterogéneo
Das ideias, percorro como um génio
Desde a alma de Haeckel à alma cenobial!...
Rasgo dos mundos o velário espesso;
E em tudo, igual a Goethe, reconheço
O império da substância universal![9]

A poesia de Augusto dos Anjos é produto de uma era de incertezas. Foi o último suspiro do romantismo. No Brasil, um parnasianismo decadente convivia com a poesia simbolista. Esse mesmo convívio, que dava origem ao Modernismo hispano-americano e que teve sua máxima expressão em Rubén Dario, poderia ter produzido no Brasil um movimento de igual força. Mas grande parte dos simbolistas brasileiros eram epígonos do parnasianismo.

A elite intelectual e política que inaugurava a República brasileira só apreciava aquilo que vinha da Europa, sobretudo da França, e não prestou atenção a um grande poeta. Cruz e Souza, um negro de Desterro (hoje, Florianópolis), Santa Catarina, é quem inaugura o movimento simbolista no Brasil. Embora a grande qualidade poética de Cruz e Souza tenha atraído poetas para sua escola, não comoveu a elite intelectual, que não queria saber de negros e se embriagava nos versos alexandrinos dos sonetos parnasianos. Mas a poesia de Cruz e Souza permaneceu. O simbolismo nasce com ela e morre com ela. Um caso diferente é o de Augusto dos Anjos que foi muito mais do que simbolista e muito mais do que parnasiano.

[9] "Agonia de um filósofo", 1909.

Os críticos não souberam onde encaixar a literatura do poeta paraibano. Em virtude disso, Tristão de Ataíde[10] inventa a categoria dos pré-modernos, autores que, de alguma forma, teriam antecipado o modernismo de 1922. E na mesma escola ficaram Euclides da Cunha[11], Graça Aranha[12], Raul Pompeia[13], Lima Barreto[14], Monteiro Lobato[15] e Augusto dos Anjos. Todos distintos. E o mais distinto de todos era Augusto dos Anjos.

Augusto dos Anjos só publicou, em vida, um livro: *Eu* (1912). O estudo bibliográfico mais preciso sobre a obra desse poeta reúne os 56 poemas[16] do *Eu*; 48 poemas coletados e divulgados por Órris Soares (1920), amigo e biógrafo do poeta; os 39 *Poemas esquecidos*, recolhidos por De Castro e Silva e divulgados em 1944 e 1954; 71 *Poema dispersos*, reunidos pelo autor do estudo, além de 15 textos em prosa.[17] O traço mais inusitado, mais escandaloso da poesia de Augusto dos Anjos é o vocabulário. O poeta não hesita em fazer uso de termos polissilábicos, como noumenalidade, superabundância, paleontologia, teleológica, antropomorfismo, etc., e abusar dos superlativos: suficientíssima, singularíssima, inexorabilíssimos, etc. No entanto, o mais marcante no glossário de Augusto dos Anjos é a terminologia científica: hidrópicos, morfogênese, putrefação, etnicamente, malacopterígeos, necrófilos, dicotiledôneas. Palavras, que dispersas poderiam ser tomadas por expressão de mau gosto, fortalecem-se na combinação exótica e inusitada: "espasmo fisiológico da fome",[18] "encéfalo absconso que a constringe",[19] "obnóxia consciência em que tu dormes",[20] "teus antepassados vermiformes",[21] "minha sombra enorme enchia a ponte, / Como uma pele de rinoceronte / Estendida por toda a minha vida!"[22]

---

[10] Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima.
[11] Autor de *Os sertões*, uma análise sociológica, antropológica e geográfica da Guerra de Canudos. O autor, repórter do diário *O Estado de S. Paulo*, partiu de uma reportagem para escrever um épico fortemente influenciado pelo naturalismo. Sua linguagem é parnasiana.
[12] Graça Aranha é autor de *Canaã*, livro que trata da imigração alemã no Espírito Santo. Possui também influências naturalistas.
[13] Raul Pompeia escreveu, entre outras obras, o romance *Ateneu*, também de influências naturalistas.
[14] Lima Barreto é um caso à parte. Autor do célebre *Triste fim de Policarpo Quaresma*, sua literatura já tem muitos traços do Modernismo.
[15] Monteiro Lobato é autor de *Urupês* e de *Ideias de Jeca Tatu*. Apesar de ter sido crítico das novas estéticas que chegavam da Europa (Futurismo), sua obra já apresenta traços do Modernismo.
[16] Considera os três sonetos dedicados à doença e morte do pai do poeta como um só poema.
[17] REIS, 1977, p. 38.
[18] "Monólogo de uma sombra", 1912.
[19] "A ideia", 1909.
[20] "Soneto", 1911.
[2121] "Versos a um cão", 1909.
[22] "As cismas do destino", 1908.

Esse vocabulário científico, se usado abundantemente na formulação de um poema longo, poderia resultar num pedantismo desmedido. Mas tal conclusão não resiste à prova empírica. No poema "As cismas do destino", com 105 quartetos, expressões como "a pústula da peste", "corpos inchados de anasarca", "causa psicológica do nojo", "hipótese genial do microzima", "almas pigmeias", e termos como blastodermas, hotentotes, aracnídeos, glândulas, uberdade, flamivomas, psicoplasma, etc., percorrem cada estrofe do poema. E, em nenhum momento, ficamos aborrecidos ou incomodados com isso. Tudo é surpreendente. E, no final, o que nos resta é uma profissão de fé filosófica.

4. A FILOSOFIA DE AUGUSTO DOS ANJOS

Em "As cismas do destino", o poeta apresenta suas ideias filosóficas. Não é um ensaio; tampouco um poema didático. É uma reflexão, mas não à maneira de Rousseau. É uma divagação na qual o pensamento voa, motivado pela impressão que o ambiente lhe causa, como em "O sentimento dum ocidental" de Cesário Verde, do qual é quase uma imitação. E, como no "Sentimento", o ambiente é noturno. Mas, nas "Cismas", temos um poeta que caminha em direção ao necrotério (a casa do Agra), espantado com sua "sombra magra", que lhe faz lembrar que sofre de tuberculose. E, depois de tanto engolir a hemoptise, o fumo de um cigarro o obriga a escarrar.

Escarrar de um abismo n'outro abismo,
mandando ao Céu o fumo de um cigarro,
Há mais filosofia neste escarro
Do que em toda a moral do cristianismo!
E "*Foi no horror dessa noute tão funérea / Que eu descobri... / A falta de unidade na matéria*!"

Se a moral cristã se desfaz diante de um simples escarro, um escarro que prenuncia a morte do tísico, é porque o cristianismo já não dá conta de alentar o doente diante da inexorabilidade do destino. Mas o poeta encontra pela frente um antro de depravação, que ele traduz por meio de imagens como pudicícia, incestos e "embriões de mundos que não progrediram". Ele está, provavelmente, num prostíbulo. E, ali, ele é impotente; sente-se como um cachorro:

Ser cachorro! Ganir incompreendidos
Verbos! Querer dizer-nos que não finge,
E a palavra embrulhar-se no laringe,

Escapando-se apenas em latidos!

Mas ele consegue enxergar, naqueles instintos animalescos, a evolução da raça humana — "daquele horrendo / Caos de corpos orgânicos disformes / Rebentariam cérebros enormes" — promovida pela revolta, "a revolta trágica dos tipos / Ontogênicos mais elementares". E o poeta tem de perceber, na moral depravada dos prostíbulos, o que a vida é. Ali é celebrado o ritual da vida, por meio do acasalamento. E ali, também, é celebrado o ritual de morte, pelos abortos, pela bebida que provoca a impotência, pela depravação e pela privação. Então, o sentido da vida seria a morte?

Morte, ponto final da última cena,
Forma difusa da matéria imbele,
Minha filosofia te repele,
Meu raciocínio enorme te condena!

E, na tentativa de entender a vida sem aceitar a morte, o Destino dirá ao poeta: "Jamais, magro homem, saberás a causa / De todos os fenômenos alegres!" Pois o entendimento é um produtor de ilusões:

As radiantes elipses que as estrelas
Traçam, e ao espectador falsas se antolham
São verdades de luz que os homens olham
Sem poder, no entretanto, compreendê-las.

Porém,
Quando chegar depois a hora tranquila,
Tu serás arrastado, na carreira,
Como um cepo inconsciente de madeira
Na evolução orgânica da argila!

A morte estava ali a negar o mundo: "De todo aquele mundo / Restava um mecanismo moribundo / E uma teleologia sem princípios."

Mas a terra me negava o equilíbrio...
Na natureza, uma mulher de luto
Cantava, espiando as árvores sem fruto,
A canção prostituta do ludíbrio.

E, com esses versos, termina o poema. E, então, percebemos que num longo solilóquio — no qual o Destino intervém como uma segunda voz evocada pelo próprio pensamento do poeta — não houve resposta para aquilo que o poeta cismava. Nada podia acalmar os seus temores.

A sentença de morte estava dada pela presença da tuberculose. O pensamento procurava entender o mundo como uma forma de aliviar no espírito a dor produzida pela doença. Mas o destino era implacável. O escarro trazia mais respostas do que a moral cristã. Não havia onde encontrar alento. Entretanto, a resposta final estava fora do poema, na vida do poeta. E foi a poesia a única que conseguiu dar alento àquela dor e àquela certeza que o fustigava. A filosofia de Augusto dos Anjos é sua própria poesia. Para Schopenhauer, a arte era a única coisa, nesta vida, que poderia dar alento às dores do mundo. Augusto dos Anjos questionou essa filosofia em seus poemas, mas acabou por curvar-se a ela. E soube realizar essa filosofia em sua vida de poeta.

5. A CRÍTICA

Otto Maria Carpeaux, ao lado de Manuel Bandeira, talvez tenha sido o crítico literário mais sagaz e erudito que o Brasil já teve. E, com perspicácia, define, em poucas linhas o poeta Augusto dos Anjos.

Cesário Verde poderia ter sido o maior poeta do naturalismo. Se alguém se lhe compara, é um poeta brasileiro, que ele influenciou: Augusto dos Anjos, o poeta da "angústia absurda e tragicômica", prejudicado pela forma parnasiana e mais gravemente prejudicado pelo mau gosto da "linguagem científica" dos meio-cultos que o provinciano adotou. Admitindo-se tudo isso, ainda resta mais do que um melancólico fúnebre, um pessimista furioso: o autor das Cismas do Destino e Último Credo é o poeta mais estranho e original da literatura brasileira.[23]

Manuel Bandeira, por vez, dirá que foi justamente essa linguagem de mau gosto que fez com que a poesia de Augusto dos Anjos permanecesse.

Muita gente houve a quem repugnava a terminologia científica abundante naqueles poemas de mistura com acentos pungentes de amarga tristeza. Mas foi certamente este último elemento que tornou apreciada a poesia de Augusto dos Anjos. E é curioso constatar que enquanto outros poetas de expressão mais acessível vão deixando de ser lidos, as edições do Eu se sucedem (é de 1963 a 29ª),[24] *donde se pode concluir que o público integrou o nome do grande poeta paraibano no patrimônio definitivo da lírica brasileira...*[25]

[23] CARPEAUX, 2010, p. 1949.
[24] Reis enumera 31 edições até 1971. Hoje, o número de edições é incalculável; pode-se encontrar, nas livrarias, mais de vinte edições simultâneas, de várias editoras.
[25] BANDEIRA, 2009, p. 143.

Vale a pena registrar também a opinião de Nelson Werneck Sodré, um estudioso dos assuntos brasileiros, que escreveu uma história da literatura brasileira analisando seus fundamentos econômicos.

Apesar da barreira que se apresenta, muitas vezes, no uso de uma linguagem especializada, colhida nos compêndios e habilmente manipulada, há em Augusto dos Anjos uma realização que chega a ser perfeita em muitos casos e em alguns atinge ao nível de uma beleza indiscutível. (...) é um cantor exato e até minucioso da decadência de uma classe, a dos senhores de engenho, de que traça, em uns poucos versos, a magistral mortalha.[26]

Por fim, registramos que a fortuna crítica de Augusto dos Anjos é imensa, com centenas de obras dedicadas a ele, quer em livros (histórias da literatura ou livros totalmente dedicados à obra do poeta), quer em teses universitárias, ensaios publicados em revistas e jornais, prefácios e posfácios à sua obra, etc. Os estudos mais relevantes sobre a obra do poeta estão mencionados na Bibliografia que está no livro de Zenir Campos Reis, livro esse que, até hoje, é a coletânea mais completa dos poemas de Augusto dos Anjos e, até onde sabemos, a única edição crítica de todos esses poemas. É a grande obra de referência.

6. ÚLTIMAS PALAVRAS

A poesia de Augusto dos Anjos sobreviveu, e sobreviveu por aquilo que tinha de melhor, ou de pior, a linguagem. A crítica que se fez à linguagem científica é justa, mas não é precisa. A função de uma palavra no interior de um verso tem menos valor semântico do que valor musical. E ainda que "encéfalo absconso que a constringe" possa parecer um verso de mau gosto, é um verso dotado de grande poder musical e expressivo. Quando lemos um poema como "A ideia" —

De onde ela vem?! De que matéria bruta
Vem essa luz que sobre as nebulosas
Cai de incógnitas criptas misteriosas
Como as estalactites duma gruta?!
Vem da psicogenética e alta luta
Do feixe de moléculas nervosas,
Que, em desintegrações maravilhosas,
Delibera, e depois, quer e executa!
Vem do encéfalo absconso que a constringe,
Chega em seguida às cordas do laringe,[1]

[26] SODRÉ, 1976, p. 459.

Tísica, tênue, mínima, raquítica...
Quebra a força centrípeta que a amarra,
Mas, de repente, e quase morta, esbarra
No molambo da língua paralítica![27]

— Encontramos nele aqueles termos estranhos a uma poesia: matéria bruta, nebulosa, criptas, psicogenética, etc. Mas todos esses elementos estranhos estão perfeitamente concatenados. Não são elementos estranhos, são elementos orgânicos. E a descrição da ideia é perfeita. Ela tem a enormidade do céu quando se forma em nosso cérebro, mas vai perdendo força e se torna quase nula ao ser verbalizada. É o mesmo que enuncia o poema "Inania verba" do parnasiano Olavo Bilac. É um poema magistral. Contudo, enquanto o poema de Augusto dos Anjos explica o processo, o de Bilac apenas constata.

Ah! quem há de exprimir, alma impotente e escrava,
O que a boca não diz, o que a mão não escreve?
– Ardes, sangras, pregada à tua cruz, e, em breve,
Olhas, desfeito em lodo, o que te deslumbrava...
O Pensamento ferve, e é um turbilhão de lava:
A Forma, fria e espessa, é um sepulcro de neve...
E a Palavra pesada abafa a Ideia leve,
Que, perfume e clarão, refulgia e voava.
Quem o molde achará para a expressão de tudo?
Ai! quem há de dizer as ânsias infinitas
Do sonho? e o céu que foge à mão que se levanta?
E a ira muda? e o asco mudo? e o desespero mudo?
E as palavras de fé que nunca foram ditas?
E as confissões de amor que morrem na garganta?![28]

Mas os poemas de Augusto dos Anjos nunca falam de amor.[29] O poeta escreve para si próprio. É quase sempre um monólogo, um solilóquio. E mesmo quando é um diálogo, é um diálogo íntimo, dele com ele mesmo.[30]

Versos íntimos

Vês?! Ninguém assistiu ao formidável

---

[27]
[28] BILAC, p. 141.
[29] "Falas de amor, e eu ouço tudo e calo! / O amor na Humanidade é uma mentira." "Idealismo", 1906.
[30] Augusto dos Anjos tem um poema chamado "Versos de amor", mas é uma crítica a um poeta erótico. Não são versos de amor.

Enterro de tua última quimera.
Somente a Ingratidão – esta pantera –
Foi tua companheira inseparável!
Acostuma-te à lama que te espera!
O Homem, que, nesta terra miserável,
Mora, entre feras, sente inevitável
Necessidade de também ser fera.
Toma um fósforo. Acende teu cigarro!
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,
A mão que afaga é a mesma que apedreja.
Se a alguém causa inda pena a tua chaga,
Apedreja essa mão vil que te afaga,
Escarra nessa boca que te beija![31]

E se ele não fala de amor é porque o amor, tampouco, serve de resposta para o sofrimento da vida. No amor, é engendrada a morte. Nenhuma resposta é encontrada, portanto, no amor. E assim como não há resposta no amor, não há resposta nos Céus. Toda essa busca se resume nisto:

E, em vez de achar a luz que os Céus inflama,
Somente achei moléculas de lama
E a mosca alegre da putrefação![32]

7. BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA, Manuel (2009). *Apresentação da poesia brasileira.* São Paulo: Cosacnaif.
BOSI, Alfredo (1969). *O pré-modernismo.* São Paulo: Cultrix.
CANDIDO, Antonio (1969). *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos.* São Paulo: Livraria Martins.
CARPEAUX, Otto Maria (2010). *História da literatura ocidental.* Brasília: Senado Federal.
LIMA, Alceu Amoroso (1968). *Introdução à Literatura Brasileira.* Rio de Janeiro: Agir.
REIS, Zenir Campos (1977). *Augusto dos Anjos: Poesia e Prosa*. São Paulo: Ática.
SILVA RAMOS, Péricles Eugênio da (1965). *Poesia simbolista. Antologia.* São Paulo: Melhoramentos.
SODRÉ, Nelson Werneck (1976). *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

[31] 1906.
[32] "Idealização da humanidade futura", 1909.

2. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA. AÇORES, AICL

TEMA: 3.1. A KRÍTIKA PUÉTIKA, SOBRE UM TEXTO DE URBANO BETTENCOURT, O GATO QUE NÃO TINHA CAMA SUA

Em 1958, no suplemento de Artes e Letras «Quarto Crescente» (jornal «A União») Urbano Bettencourt fez publicar um texto que, só aparentemente, parece arreliar o leitor.

Alguns anos mais tarde, o autor repescou esse texto e devolveu-lhe a importância literária e técnica a que tinha direito.

Como se sabe, Urbano Bettencourt é um dos melhores críticos da Literatura açoriana.

A primeira metade da década de 80 do século passado, mostrou uma ampla preocupação com a afirmação da existência de uma literatura açoriana.

Os vários suplementos de Artes e Letras que, então, se publicavam nos jornais dos Açores, revelam uma polémica que, parecendo útil, teve um desfecho que só muito mais tarde veio a ser tido em linha de conta. Isto é: ultrapassaram-se grandes e científicos argumentos derramados através da ciência académica das ilhas e do continente e a Universidade dos Açores passou a ter uma Cadeira de Literatura Açoriana, que foi bastante precedida pela Brown University, através de Onésimo Teotónio Almeida, verdadeiro pioneiro do ensino da fantasmática Literatura.

Aliás, Onésimo Almeida dera, na primavera de 1983, uma espécie de indefensável pontapé de saída, promovendo e organizando, através do Departamento de Estudos Brasileiros e Portugueses da Brown, dirigido, na altura, pelo Professor George Monteiro, o *I Simpósio sobre a Literatura Açoriana*, que se estendeu a várias universidades da Costa Leste americana e canadiana, bem como a algumas comunidades de predominância açoriana no grande estado da Califórnia.

Lembre-se que esta discussão, tão pública quanto académica, chegou após a expansão editorial acontecida sob os auspícios da Secretaria da Educação e Cultura dos Açores, orientada pela preocupação de mostrar que a Cultura açoriana, tendo o folclore como uma mais valia de unidade sociocultural, podia

também relevar a produção literária, nomeadamente a da poética, dos escritores e poetas açorianos, residentes ou não, alguns com nome já reconhecido e outros a emergir como canteirinho de nabos sadios. Culturalmente, os primeiros governos dos Açores procuraram valorizar, e até sobrevalorizar, tudo quanto podia contribuir para o aperfeiçoamento do desenho duma identidade do povo açoriano, de forma a justificar a jovem autonomia.

E houve ajudas: em 1977, Pedro da Silveira publicou, através da editora Sá da Costa, a *Antologia de Poesia Açoriana do Século XVIII a 1975*. O seu prefácio despoletou, de uma vez por todas, aquilo a que se chamou a «questão da literatura açoriana». Em 1984, o poeta Emanuel Jorge Botelho publicou, na Imprensa Nacional – Casa da Moeda, uma criteriosa antologia com uma dúzia de poetas, a que chamou *Sempre disse tais coisas esperançado na vulcanologia*. Um longo posfácio, assinado por Luís de Miranda Rocha, justifica a presença dos 12 poetas, ressalvando que os ausentes também poderiam ter marcado presença sem qualquer desmerecimento.

No entanto, a escolha de Emanuel Jorge Botelho não foi inocente. Ela assentou no grupo de poetas que dera voz à contestada guerra colonial e que se opusera à desenfreada emigração. Esse grupo tinha também a particularidade de apresentar uma diferença de idades muito curta, podendo dizer-se que eram todos da mesma geração, quase.

Aos temas mais tratados pelo grupo escolhido por Emanuel Jorge Botelho, na altura da publicação da antologia, acrescente-se a atenta observação aos primeiros passos socioculturais da autonomia. (Isto dito assim parece uma observação de *Monsieur de la Palisse*, mas importa lembrar que a autonomia não foi uma conquista popular, mas uma conquista dos políticos consentida pelo povo.

Ainda hoje o povo açoriano tem pouco a dizer sobre as conquistas da autonomia. Continuam a dar-lhe com uma mão o que lhe tiram com a outra). Mas andava-se à procura de quem fosse capaz de desmontar a postura demasiado circunspeta da escrita dos autores açorianos. Os que ousavam manifestar a sua opinião também não saíam da seriedade de opiniões, quase sempre emocionais e pouco estruturadas criticamente.

A «questão da literatura açoriana» durou anos e contou com combatentes de grande mérito. Mas não é este o propósito desta intervenção que apenas pretende lembrar que o humor andou bastante arredado desta discussão. Sem humor, os temas, por mais importantes que sejam, funeralizam-se a si próprios.

Lembre-se, como exceção, o texto «*Subsídios para o estudo das literaturas islenhas*», de Vasco Pereira da Costa, publicado na revista «Vértice», nº 448 (maio-junho, 1982), e republicado no livro *A Questão da Literatura Açoriana*, organizado por Onésimo Teotónio Almeida, sendo o título 32 da Coleção Gaivota, da Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1983.

Os suplementos de Artes e Letras dos jornais açorianos – entre eles, «Quarto Crescente» do jornal «A União» – continuaram a dar espaço a este tema. No número 123 do suplemento agora citado, de 8 de novembro de 1985, foi publicado um texto de Urbano Bettencourt que, aparentemente (só), parecia estar fora da discussão.

Vinte e cinco anos mais tarde, esse texto viu a sua primeira autoria ser outorgada para um tal Ernesto Gregório, que escreveu um longo obituário sobre o poeta Joaquim António da Silva. No texto assinado por Urbano Bettencourt, o poeta chamava-se também Joaquim, mas com os apelidos «da Ponte Levadiça».

Estas alterações não passam de minudências se comparadas com o título primeiro que, vistas bem as coisas, poderá ter despoletado o mais recente acordo ortográfico. A *Krítika* (com 2 ks) *Puétika* (pu com u e mais 1 k) – título desaparecido na versão do livro *Que Paisagem Apagarás*, edição Publiçor, 2010 – tem, nas duas publicações, um ponto comum: a análise minuciosa à primeira estrofe de um poema cuja autoria é dos «dois poetas-um» já mencionados e que faz o enunciado da posse linguística, não em termos ortográficos, mas em termos ideológicos e geográficos.

Eis a estrofe:

Gato que mijas na cama
Como se fosse na rua
Não faças disso um drama

Porque a cama não é tua.

Ficaram intrigados os dois críticos (Urbano e Ernesto) pelo facto de a quadra ter exatamente quatro versos e de ser escrita em português. Segundo eles, «trata-se de uma língua cada vez mais rara e que apenas vai sobrevivendo naquelas comunidades e regiões (Ilhéus da Madalena, Ilhéus das Cabras, por exemplo) a que ainda não se tornou extensivo o ensino do português.»

O poeta morto (o Joaquim) – homem de muitos saberes doados em explicações para todos os graus de ensino, desde o primário ao superior – legou uma poesia de «intervenção moralizante» e «psicologicamente aliviadora», apesar do despeito por um amor não correspondido, cabendo ao gato conseguir a des-forra.

Os dois críticos propõem ainda, ao leitor, um exercício de arbitrariedade estrutural dos quatro versos, ficando a quadra assim refeita:

Porque a cama não é tua
Não faças disso um drama
Gato que mijas na cama
Como se fosse na rua.

Dizem que os censores (tanto os oficiais como os oficiosos) nunca permitiram a publicação desta quadra. Desavergonhadamente, deram-se ao luxo de a substituir por outra de poeta «praticamente desconhecido», assim:

Gato que brincas na rua
Como se fosse na cama
Invejo a sorte que é tua
Porque nem sorte se chama.

O espólio do poeta é grande – dizem: três sacas da América cheias de inéditos.

O texto de Ernesto Gregório mereceu, da parte da viúva de Joaquim António da Silva, um longo esclarecimento. Escreveu D. Doroteia Benevides da Silva que é falsa a estória das três sacas da América. O próprio poeta comprou em Lisboa um baú de tamanho pessoano para depósito do seu espólio. Elucidou ser

falso o amor não correspondido. Ela assegura quarenta anos de felicidade e o resto resultou de más leituras e de interpretações erróneas. D. Doroteia garantiu também a isenção político-partidária do seu marido-e-poeta Joaquim.

Que Paisagem Apagarás, tal como *Algumas das Cidades* (edição do Instituto Açoriano de Cultura, 1995) são livros que contêm textos que mereceram ser revisitados por Urbano Bettencourt, colhendo reescritas que trouxeram sorrisos coloridos por desvendamentos psicossociais e que têm o condão de evitar o uso das máscaras da sisudez, se bem que, por vezes, se fique na fronteira do riso amargo ou do britânico humor negro.

Curiosamente, o humor de Urbano Bettencourt é bastante coloquial e é raro não ser entendido na sua real interpretação. Cáustico, sarcástico, negro, amarelo, cor-de-rosa, o humor quando chega ao destino é camaleónico. Fica moldado no recetor.

É fácil pensar que textos desta natureza são de construção libertina. Mas não são. Atrás do que nos parece leviano fica uma crítica cheia de ensinamentos, desde os conteúdos à forma, onde se procura o equilíbrio entre o que importa dizer e a roupagem vocabular de que o autor se serve para destacar essa importância. As incursões por uma escrita bem-humorada assentam em bases sólidas autenticadas pela teorização de princípios literários e linguísticos.

Como se sabe, Urbano Bettencourt pôde desenvolver o seu poder de crítico, não só através da vocação sábia dos processos analíticos da «causa» literária, como teve a oportunidade de equacionar os seus saberes com os que foi adquirindo e aplicando pedagogicamente através do ensino, a nível universitário, da literatura açoriana.

Por isso, todos devem a Urbano Bettencourt a generosidade do mais abrangente conhecimento do que é a literatura açoriana, sem preconceitos advindos de teorizações e entendimentos academicamente dogmáticos, mesmo que lhe assistam todas as razões e não se justifique essa definição, que não morrerá de solidão caso ela se fique fronteirada pelo regionalismo. A história da Literatura portuguesa ficará enriquecida se permitir e desenvolver a existência de uma geografia literária povoada de diferenças de conceitos e de expressão.

São estas as linhas que Urbano Bettencourt usa na costura de análises críticas que tem vindo a fazer sobre o conceito de Literatura açoriana. E não está sozinho. Com ele, entre outros, estão Onésimo Almeida, José Martins Garcia (atenção ao espantoso ensaio de Urbano sobre Martins Garcia a sair muito em breve), José Enes, Pedro da Silveira, Vamberto Freitas, António Machado Pires. Cada um, à sua maneira, tem vindo a deixar a marca que define uma literatura, que vem a crescer e a andar por si própria, amadurecendo de forma sadia sem que se pressinta que a globalização a faça definhar.

A *krítika puétika*, com ks e u, de Urbano Bettencourt, tem essa missão profética de anunciar uma nova forma de aceitar e integrar as, então, consideradas marginalidades literárias e, por isso, tidas como sem importância.

Atualmente, essa importância continua a tentar atravessar o cabo da boa esperança, apesar do adamastor persistir vigilante, crivando as entradas com diatribes de má semântica, sem que se lhe reconheça qualquer critério de qualidade. E conclua-se: afinal, o gato já tem cama sua.

Raminho,
fevereiro de 2017,
Álamo Oliveira

3. ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA. AICL

TEMA: 2.3. ESPANHA VERSUS HESPANHA. UMA OLHADA DESDE A GALIZA E PORTUGAL, ALEXANDRE BANHOS DA FUNDAÇÃO MEENDINHO

8. INTRODUÇÃO

Se um disser, ao pessoal, que Portugal apresentou protesto diplomático em 1830, quando o estado peninsular que não é Portugal se definiu como Espanha, por se atribuir Castela (e suas dependências), um nome que pertencia a todos os peninsulares; a gente vai ficar surpresa. Se um informar que o Supremo Tribunal de Justiça de esse mesmo outro estado peninsular, até a reforma de 1874/76 se chamava *Consejo de Castill(h)a*, não vai entender muita cousa.

Se um apontar que Espanha não teve colónias americanas nunca, que em realidade quem as teve foi o reino de Castela, a surpresa ainda vai ser muito mais grande.

9. LOGO QUE ERA O QUE SE PASSAVA

Pois o que se passa com todo termo que devém uma categoria histórica, que ela muda ao longo do tempo, e que ninguém que pretenda se exprimir com precisão, e mais se ele for cientista, pode projetar realidades do presente, ao passado, pois o resultado vai ser muito confuso, e vai projetar ideologemas subliminais. O filósofo Michel Foucault, tratando isto com seus alunos, e a sua particular importância, acabou por escrever o seu livro, já ele um clássico, História da Loucura na Idade Clássica (Histoire de la Folie à l'Âge Classique)[33], e nele amossa-nos perfeitamente, como uma ideia que semelha tão inteligível como é a da loucura, como ela ao virar uma categoria histórica, foi mudando no seu significado ao longo da história. Hespanha também é uma categoria histórica, cujo significado mudou ao longo dos tempos, e seu significado tampouco foi a mesma cousa para os peninsulares, do que o era para Roma ou o para

33.http://www.uel.br/projetos/foucaultianos/pages/arquivos/Obras/HISTORIA%20DA%20LOUCURA.pdf

o Sacro Império Romano-Germânico. Hespanha teve ao longo da história distintos significados, mudando o seu significado a cada altura, tal e como é próprio de qualquer nome quando ele acaba por ser uma categoria (social).

10. - ORIGEM DO NOME HESPANHA

Hespanha é um nome de origem fenícia[34] Mas esse nome pronto foi apropriado pelos romanos, que foram conscientes dele na sua chegada à Hespanha, no contexto das guerras púnicas; é dizer nas guerras com o império fenício de Cartago, e que ao adotá-lo à sua língua, transformaram-no em Hispânia.

A medida que o território peninsular foi submetido pelos romanos, (a costa mediterrânica), a sua vastidão faz que o que era inicialmente uma província a tivessem que dividir, primeiro em duas províncias Hispania Citerior e Hispania Ulterior,

Eis a temporização do avanço romano

34- Historicamente é um nome que ainda que há algumas controversas sobre ele, o maior consenso, é que é de origem fenícia tal e como se aponta na wikipedia.pt que diz que vem: Do fenício אי שפנים *Î-šəpānîm*, "ilha dos hiraxes". Os colonizadores fenícios encontraram coelhos em abundância e confundiram-nos com os hiraxes (pequeno mamífero do norte da África), nomeando a Terra no dialeto canaanita. Desde aquela altura foi identificado o território numa interpretação popular como terra de coelhos. O nome originariamente correspondia a costa mediterrânica, o resto do território para aqueles navegantes estava inexplorado.

Ao pouco de começar o período imperial romano, Hispânia passou a ser constituída por cinco províncias: Tarraconense, Cartaginense, Bética, Lusitânia e Gallaecia.

Avançado o império, e após a reforma de Diocleciano que reordena a administração imperial e às províncias, à Gallaecia incorpora-se pelo Leste um novo convento, o Clunicense, que era parte do que com esse nome pertencia à Tarraconense, e pelo Sul, parte de outro convento da Lusitânia situado aquém do Douro, o Escalabitano. A Lusitânia também é reformada incluindo nela uma pequena fração do convento Clunicense anteriormente da província Tarraconense, e uma fração significativa da Cartaginense[35].

E ao território da Hispânia, é incorporada uma sexta província norte-africana, a da Tingitana.

35 A estrutura do cristianismo, convertido na religião do império romano, ajusta-se como luva a estrutura administrativa do império, De aí que da Emérita (Mérida) cabeça da Lusitânia dependesse a diocese por ex. de Ávila. A antiga estrutura estabelecida na província lusitana no século III e com cabeça em Mérida (Emérita), fala-nos muito claramente de qual era o âmbito territorial dela: em Portugal: Pace (Beja), Olissipona (Lisboa), Oxonoba (Silves), Elbora (Évora), Idigitania (Idanha a Velha), Conímbriga (Coimbra), Bisseon (Víseu). Em Castela: Caliabria (Segóvia), Salmántica (Salamanca), Ábula (Ávila), Cauria (Coria) e Numancia (Não determinada, - terras a sul do Douro, Segóvia/Sória) e a própria Mérida. Mapa da Lusitânia, ver nas notas finais

Essa será a Hispânia existente quando Roma ruiu.

11. ROMA ESVAIU-SE

A queda do império romano foi um processo no que intervieram fatores muito diversos:

1- As mudanças climáticas que se produzem a partir do século II, e a grande pressão da fome sobre todo nas populações além das fronteiras do império.

2- O crescimento da desigualdade, com a libertação dos ricos e poderosos, incluída a igreja cristã - já oficial do império -, dos impostos, e a carga brutal deles sobre os homens livres, o que os levou a procurar protetores em troca da sua servidão.

Os anteriores pontos deram lugar a uma crescente pressão nas fronteiras, e crescentes contradições entre o custe de manter o império, com custes muito crescidos, e a (in)capacidade de gerar as receitas e os recursos de todo tipo necessários a esse fim. Nessa crise, na Hispânia romana, imos ter consolidado o primeiro reino independente dentro do império romano. Esse reino que nasceu no ano de 411 em Braga, adota o nome de Gallaeciorum regnum, (reino dos

galegos)[36], tal é como foi denominado nos seus documentos. Vai ser o seu desenvolvimento diferencial no quadro peninsular, o que vai estar na raiz profunda do nascimento individualizado do reino de Portugal, como exprime o professor Domingos Guimarães Marques na obra "Em Braga Foi Portugal Gerado[37]"

Um século depois, e já ruído totalmente o sistema romano, vai haver na Hispânia outro reino consolidado (507), este adota o nome da etnia que o senhoreia, os visigodos. Quando os concílios de Toledo, que se vão fazer seguindo o modelo dos concílios de Braga, vamos descobrir o que Hispânia significa na altura. Nesse momento, já não significa o que significava no império romano, se não que se refere estritamente ao reino visigodo em parte do seu território de aquém dos Pirenéus, pois esse reino estendia-se por parte da Gália. E após a incorporação do *reino dos galegos* (585), nas atas dos concílios de Toledo, estão presentes os representantes civis e eclesiásticos da Hispânia, da Gallaecia, e da Narbonense ou Septimânia, sem se confundirem, e mantendo esses territórios, ainda estando sob uma única coroa, os seus sistemas de governo diferenciados. E assim será no momento de desbordarem os seguidores de Maomé, sobre a península ibérica[38].

No ano 711 os exércitos muçulmanos, na sua guerra de extensão do islão, e devido às divisões nas elites visigóticas e a bagunça existente no reino, apoderam-se em muito pouco tempo da península ibérica, salvo do noroeste peninsular, onde o pagamento de tributo vai garantir certo grau de independência e continuidade. Essa Gallaecia, vai ser o único território na península no que todas as suas dioceses - desde Braga para o norte -, vão manter a continuidade da sua ocupação, sem sofrerem as conturbações de esses tempos, no grau em que se deram no resto da península.

36. A historiografia académica de raiz castelhana, chama-lhe reino dos Suevos
37. http://www.culturminho.pt/Livro/Artigo/9852984
38. Hoje em Portugal, aceite o facto de Castela usufruir o nome de *espanha*, preferem o termo ibérico que originalmente se referia ao espaço ocupado pelos povos ibéricos, que eram concretamente os que não tinham línguas indo-europeias, frente ao resto que usava variantes do celta, e cuja área geográfica era o leste mediterrânico da península com uma incursão no poente dos Pirenéus, o vasco, que ainda sobrevive

Nesse território do noroeste pronto vai nascer um novo reino que vai ter o nome de Gallaecia[39], tanto na documentação do reino cristão, como na documentação dos outros reinos cristãos europeus por exemplo na documentação dos Francos e dos Saxões, como na dominação que figura na documentação muçulmana. **Nessa altura o significado de Hispânia, passa a ser de novo algo diferente; é o nome do território ocupado pelos muçulmanos, frente à Kalaikia (***o nome muçulmano***), o território sob dominação cristã[40].**

12. NASCIMENTO DE CASTELA E PORTUGAL, COMO NOMES DE ESPAÇOS TERRITORIAIS.

Afonso III (852-910), foi o primeiro grande rei, claramente expansionista e conquistador de territórios, tirando-os do controlo muçulmano, e que além disso enfrentou graves problemas internos, alguns dos quais questionavam a sua condição de rei. No seu reinado, nos territórios que eram a *marca do leste*, nasce o Condado de Castela no ano de 867, num território - **Alava e Biscaia - que atualmente é o País Vasco[41]**, e pronto aparece na documentação um tal Rui usufruindo o cargo de senhor de Castela. Sob este mesmo rei no ano 868, nasce o Condado Portucalense, na marca mais ao sul do reino, na cidade de Portucale, usufruindo o cargo o crunhês e impulsionador da sua criação, Vímara Peres primeiro conde de Portucale.

Afonso III por testamento, na sua morte dividiu o reino entre os seus filhos (910), o qual indica-nos que se estavam dando processos diferenciadores nos distintos territórios.

39. Beato de Liebana (atual Cantábria 786, chama Galiza (Gallaécia) a todo o território cristão. Afonso II (791 - 842) na sua correspondência chama-se de rei de toda a Gallaécia
40. Anselmo Lopez Carreira "História de Galícia" de edit. Xerais 2013. O geógrafo Ibn Hawkal, baliza os limites entre a Hispânia e a Galiza (Kallakia) no século X, desde um pouco ao norte de Santarém, até os limites com Navarra/Pamplona.
41. Curiosamente hoje em dia as terras onde Castela nasceu, e cujo centro estava em Alava, ninguém chama hoje de Castela. Olhar mapa nas notas finais.

Deixa a Garcia, o filho mais velho, Leão, que abrange o leste do que era o seu reino, incluído o território de Castela. Para o segundo Ordonho (II) é a Galiza - já como território individualizado - e que está limitado ao leste com Leão pelos chamados montes de Leão, dele forma parte o condado Portucalense[42]. E para o filho mais novo Fruela, deixa as Astúrias, que incluíam grande parte do território atual de Cantábria, as chamadas Astúrias de Santilhana.

Enquanto toda a parte ocidental da atual província espanhola das Astúrias, era do reino da Galiza formando parte da diocese de Mondonhedo[43]. A partir desta divisão territorial **individualizam-se os nomes dentro do reino,** e só no âmbito exterior, como por exemplo no reino dos Francos ou na Hispânia (o espaço muçulmano), se seguirá chamando a todo esse espaço cristão, de Gallaecia / Kalaikia. Castela como condado, não teve continuidade de pessoas exercendo tal título. Só no ano 931 com Fernão Gonçalves, ganha por primeira vez um certo poder autónomo.

Porém no ano 1028, na luta de fronteira entre os reinos cristãos, o Condado de Castela passa a estar submetido a coroa de Navarra e deixa pela primeira vez de depender do rei.

O reino de Navarra como o de Aragão, e Marcas Catalãs, nasceram após a criação por Carlos Magno da Marca Hispânica. Isso fala-nos de que na corte culta de Aquisgrão, o sentido romano do nome *hispânia* era una realidade[44].

Sobre o final do primeiro terço do século IX os senhores da marca ocidental, no território dos vascões, individualizaram um reino que se estendia a norte dos Pirenéus (baixa Navarra) e a sul, num reino, o de Navarra.

---

42. O seu irmão Garcia morre no 914 e ele junta à sua coroa o reino de Leão.
43. A diocese de Mondonhedo vinha de ser criada. Segundo Eugénio Coseriu, o galaico, é dizer o latim do noroeste peninsular, dá origem a duas variedades muito próximas, cujos centros modelares são Braga e Leão. O galaico ocidental acaba adotando o nome de galego, e o galaico oriental de leonês. Em Portugal ainda são oficiais essas duas línguas, sob o nome de português e mirandês. No galaico ocidental vai haver uma importante literatura medieval (tanto referida ao reino de Portugal como ao de Leão) que é consumida pela corte e a sua contorna, as elites nobres/burguesas. No galaico oriental a criação literária vai ser muito escassa, limitando-se a alguns documentos administrativos referidos a distintas localidades de esse espaço diferenciado. http://www.academiadelallingua.com/publicaciones/llibreria-facsimilar/
44. O de se voltar a designar à península de Hispânia vai ser algo que se produz em mosteiros Francos e em Roma, é dizer vai ser algo externo ao espaço peninsular, numa recuperação por via culta de terminologia romana.

13. O APARECIMENTO DUM REINO CHAMADO CASTELA

867 (sob Afonso III)	1065	1157	1158	1217
Nasce o Condado de Castela, no espaço Biscainho, Alavés	Primeiro rei Sancho I (1065-1072) a historiografia castelhanista designa-o como Sancho II	Sancho II (1157-1158) a historiografia castelhanista designa-o como Sancho III	Afonso I (1158-1214) a historiografia castelhanista designa-o como Afonso VIII	Fernando I - a historiografia castelhanista designa-o como Fernando III. Em 1232 (a intervenção de Compostela perante o papado faz que não serva o testamento de Afonso VIII da Galiza/Leão; e os seus reinos passem a estar sob Castela

Castela passa a se converter em reino após a morte do rei Fernando I (1065), que reparte o reino entre os filhos seguindo as individualizações que nos territórios já se davam. Ao seu Filho Sancho, deixou Castela, que por primeira vez aparece como reino. A Afonso, Leão. E a Garcia, Galiza. Garcia no seu breve reinado (1065-1071), vai-se enfrentar ao compostelanismo[45] ao apoiar sempre a Braga. Vai restaurar em Braga a sua condição de cabeça primaz, que fora delegada provisoriamente a Lugo, nos primórdios das invasões muçulmanas. Pensa Braga como o cerne dum reino mais submetido ao seu rei. Após a batalha do Pedroso (1070)[46], suprime o condado portucalense, que já não voltará a ter mais condes, é quando mais tarde aparecer o reino de Portugal, as suas fronteiras também não vão coincidir com as do território do condado Portucalense[47].

Eis os limites do condado Portucalense no 1070:

45. A criação do mito do apostolo São Tiago na Hispânia, teve provavelmente origem na corte de Carlos Magno em Aquisgrão. E foi escolhida Compostela, lugar na altura de peregrinagem *Priscilianista* (está lá sepultado Prisciliano? Muito provável, nas escavações feitas na catedral os restos achados eram priscilianistas). Na medida em que Compostela (A compositam vilae, a vila bem-feita - Joseph Piel 1989-) crescia e se consolidava, nasceu a sua projeção, que começa a ser importante ao se converter em sede do bispado, que é deslocado a essa localidade desde Iria no 1095. O Compostelanismo é a vontade de converter Compostela na cabeça espiritual da península, e por tanto fazer dela uma projeção que vai além da Galiza. O compostelanismo político realiza-se sendo determinante sempre nos poderes centrais peninsulares, pois ele aspira a determinar o que se faz na península, desde Compostela. O neo-compostelanismo pensa que a Galiza tinha um projeto de "hespanha" e que tinha uma vontade peninsular. O compostelanismo é contra a Galiza, espaço constrangedor da sua vontade. O compostelanismo fez nascer Portugal como reação ao seu domínio. Para o compostelanismo o sucesso da Galiza, e agir em Castela como espaço da centralidade. Por isso para ele, um Portugal independente é dizer fora da órbita de Castela, deixa de existir. Um exemplo de neo-compostelanismo é a historiografia de Anselmo López Carrera e seus seguidores (isso não é incompatível com fazer achegas historiográficas de muito interesse)
46. Batalha do Pedroso. Quando nasça Portugal como reino com Afonso Henriques, os limites norte de este reino não coincidem com os do condado portucalense, que estavam bem mais ao norte.
47. Nada faz indicar que Garcia fosse um rei fraco ou incapaz, e tudo o contrário, o seu reino foi de toma de decisões e de ser homem de ação. Eu estou seguro que no seu sequestro e prisão, por parte do seu irmão Afonso rei de Leão, mediante uma cilada, que foi Compostela quem não suportava este rei, que urdiu o engano para o sucesso do sequestro.

Sancho vai ser o primeiro rei que houve em Castela (1065 a 1072), que até esse momento nunca fora reino[48].

48. Dos três irmãos reis, Afonso (VI) mediante trapaçarias, enganos, sequestros e assassinatos, vai reunificar os três reinos, sempre sob a benção de Compostela. À morte de Afonso VI fica de rainha a sua filha Urraca (viúva de Afonso Reimundez e mãe de Afonso VII, que está a cargo de Gelmirez); e a quem o rei pai morrendo, impõe matrimónio com Afonso de Aragão. Em resposta Gelmirez faz rei da Galiza e rei de Toledo a Afonso Reimundes, em 1111 com 7 anos. Como instrumento do seu poder, e de Toledo no processo de reclamar a condição de primaz da Espanha para Compostela. Os constantes conflitos da Compostela recém-chegada, com Braga, primaz da Gallaécia, a que se tentam tirar todos os direitos, está na origem da constituição do reino de Portugal na pessoa do puto Afonso Henriques, tutelado pelo bispo de Braga. Nasce o reino de Portugal reinando Afonso VII.

Mas ele não vai ter continuidade. O rei Afonso VII[49], à sua morte volta a repartir o reino entre os filhos, a Sancho[50] deixa Castela (1154 a 1157). A Fernando (II) deixa Leão, e a parte da Galiza que não constituiu Portugal e que seguirá usufruindo o nome de reino da Galiza[51]. Castela além de ter por segunda vez rei, esta monarquia alcança a continuidade como tal, pois a Sancho II segue-o o seu filho Afonso[52] (1157-1214).

14. A APROPRIAÇÃO POR CASTELA DA DESIGNAÇÃO DE ESPANHA[53] OU A UNIFICAÇÃO SOB CASTELA DOS DISTINTOS REINOS

14.1. A HISTORIOGRAFIA CASTELHANISTA

Castela[54], é abençoada, com o que os politólogos do século XX vão chamar de posição geoestratégica vantajosa, é dizer, isso da geopolítica. Em 1230 Castela emerge como potência peninsular e espaço estratégico central. Nesse ano, o rei de Castela Fernando[55], graças a intervenção de Compostela (o compostelanismo de novo) e do papado, integra na sua coroa o reino de Leão, e o reino da Galiza, na parte que ficara não constitutiva de Portugal e que continuou a usufruir o nome.

---

49. No 1026 a morte da sua mãe Urraca e proclamado rei de Leão, e no 1027 em Burgos, de Castela. A partir do 1035 uso o título de imperador de Hispânia (sendo o primeiro rei que o faz). Braga foi cabeça da Galiza romana, da Galiza sueva, da Galiza cristã. Após a independência de Portugal as ordens religiosas -com a importância que isso tem - a norte do Minho seguem a depender de Braga, e só a guerra terrorista de Castela contra a Galiza que não constituiu Portugal, guerra de 1476 a 1489/90 se impõe *manu militare* entre 1491 e 92 a dependência de todas as estruturas religiosas do território de Valhadolid e por suposto com todos os cargos castelhanos, num aspeto mais do que o cronista Jerónimo Zurita chamou a *Doma e Castração do Reino da Galiza.* É dizer, por 1500 anos Braga foi a cabeça do território galego, o cerne da Galiza

50. A este segundo rei de Castela, a historiografia castelhanista designa por Sancho III.

51. Poderia bem, ter-se produzido o contrário, que Portugal se chamar Galiza e que o que hoje se chama Galiza se chamar Artábria, território Lucense ou de Compostela. Portugal é um nome que inclui o etónimo galego, pois da desembocadura do Douro vem o nome dos Calecos -os que moravam em Cale -, Portus Cale

52. A esse terceiro rei Afonso, a historiografia castelhanista designa de VIII, numa apropriação como se forem próprios dos reis de Leão. Porém ao coincidir com um rei na Galiza e Leão com o nome de Afonso, essa historiografia dá-lhe a esse Afonso VIII da Galiza-Leão, a numeração de nono, para que Castela se aproprie da historicidade anterior.

53. Penso que se devia distinguir hoje em dia entre Espanha e Hespanha. Reduzindo o nome sem h, ao atual reino de castela/espanha, e com H, recuperando a denominação histórica de definição do território peninsular e por tanto radicalmente enfrentado ao modelo de castela/espanha.

54. O termo Castela (terra de Castelos) como território teve sucesso, como designação para pessoas foi muito mais recente. Miguel de Cervantes no século XVII e na sua obra Dom Quixote, segue usando o termo de castell(h)ano como o do senhor do Castelo. Eis um exemplo no capítulo II: *Viendo don Quixote la humildad del alcayde de la fortaleza, que tal le pareció a el el ventero y la venta, respondió: "Para mi, señor castellano, qualquiera cosa basta, porque mis arreos son las armas, mi descanso el pelear etc.*

55. Fernando filho de Afonso VIII da Galiza/Leão, leva o nome de Fernando III de Castela. Não podia ser o terceiro de Castela com esse nome, isso só pela historiografia castelhanista a apropriar-se das denominações de outros reinos, é dizer, por existir com anterioridade dous reis com esse nome no espaço monárquico do noroeste peninsular. O compostelanismo, que o percebia como um seu filho, decisivo para eles, converteu-o em santo.

Castela que vinha de ser recém-nascida como reino, e que só tinha tido os seguintes reis independentes: Sancho I, (sem continuidade) Sancho II, Afonso I, e Fernando I, a ela a historiografia castelhana mudou a numeração dos reis para apresentar este reino como o que somava todos os do espaço que originariamente eram a Kalaikia, com os seguintes números Sancho II, Sancho III, Afonso VIII e Fernando III.

Após estes factos, e nessa altura temos que Hispânia segue a ser o nome da península, nenhum reino o usa de jeito privativo.

No reino de Castela alargado com a Galiza que não constituiu Portugal, A Galiza segue mantendo a sua condição diferente e toda a sua documentação administrativa e literária vai continuar estando na mesma língua que no reino de Portugal, e a individualização do reino mantém-se sob a coroa *una*.

14.2. HESPANHÓIS NA ITÁLIA E NO MEDITERRÂNEO.

Para percebermos bem isso, do que é a Hispânia, é muito esclarecedor com o que se passa com a língua catalã, na Itália baixo medieval e renascentista.

Neste período temos a expansão marítima que fizeram pelo mediterrâneo o(s)[56] reino(s) de Aragão, e o jeito de como estas pessoas eram conhecidos na Itália, *-como hespanhóis*. Na Itália renascentista, língua espanhola, era o nome que se usava para a língua catalã. E espanhóis identificava-se com pessoas de fala catalã, que eram as de trato mais frequente e comum na península italiana. A tradução do romance de Joanot Martorell, Tirant lo Blanc, à língua italiana, coloca a questão do espanhol bem às claras, pois a sua tradução é anunciada desde a língua espanhola, mas a edição castelhana de Valhadolid e 5 anos posterior e tem erros de tradução que são inexistentes na versão italiana[57]

Castela vai aglutinando outros reinos; nesse processo s**empre se deu o mesmo processo, parte-se duma situação de igualdade e respeito da que pouco a pouco, e normalmente com forte violência e terror, se mudam radicalmente as condições dessa união.**

56. O chamado reino de Aragão, era uma soma de território individualizados e com estrutura de reino própria confederados pela coroa comum: O principado da Catalunha, de onde são os reis e a cabeça económica, Aragão e Valência, incluso por breve período houve reino de Maiorca. Sempre com uma só coroa.
57. Os "expertos" castelhanistas imediatamente colocaram a identificação de castelhano com espanhol, num processo de apropriação ao que deveríamos estar mais que afeitos.

– **1230** Unifica-se Leão/Galiza (a que não constituiu Portugal) sob a centralidade de Castela, conservando os reinos a sua existência jurídica.

Nas guerras dinásticas e civis de acesso ao trono dos Trastâmaras[58], é reduzida a capacidade jurídica de Leão e Galiza.

– **1476**, Unifica-se Castela e Aragão sob o princípio de igualdade das duas coroas, **tanto monta, monta tanto Isabel[59] como Fernando**.

–

Olhemos o contexto dessa união:

– O rei de Castela, Henrique IV, tem uma herdeira Joana, que tem o apoio dos galegos (nobreza) e da Coroa de Portugal. Setores da corte apoiam à sobrinha do rei, Isabel, e a quem casaram com o puto infante de Aragão, Fernando, também Trastâmara como ela, e primo seu[60], de 17 anos (ela 18). Tentam colocar Isabel a ilegítima no trono de Castela e intervém o rei de Portugal D. Afonso V. Com o seu apoio à Joana, Afonso V dava com isso fim ao objetivo estratégico do reino de Portugal desde a sua origem, de reincorporação de toda a Galiza ao reino de Portugal. Afonso V é proclamado rei da Galiza[61]

–

As tropas de Portugal, com algum apoio da nobreza galega (que estava debilitada após a guerra civil das lutas irmandinhas) enfrentam-se às dos partidários de Isabel em Toro, o 3 de março 1476. Após a batalha, o rei de Portugal assina um tratado[62].

Portugal retira-se da cena e Castela inicia a guerra contra a Galiza de 15 anos, no que se lhe suprimem todas as suas instituições jurídicas e tira-se a validade à sua língua na documentação, a igreja passa a ser submetida a Valhadolid, suprimindo a dependência que até daquela ainda mantinham as *ordens* de Braga e com colocam-se os cargos da instituição em mãos castelhanas; e a nobreza pós decepar as cabeças mais erguidas, desloca-se a corte castelhana, e tudo a Galiza lhe é negado, incluído o direito a ter representação nas cortes do reino, para humilhar aos galegos todos os direitos da Galiza nesse terreno são concedidos à cidade de Zamora[63].

---

58. Galiza sempre se afirmou a prol da segurança jurídica, e os Trastâmaras eram uns assaltantes do poder.
59. Isabel era a ilegítima. A herdeira da coroa era Joana. Portugal apoiava a Joana e Afonso V era proclamado rei da Galiza reunificando toda a faixa ocidental - um único povo e cultura - na sua coroa.
60. Nesse caso não agiu Compostela para que isso não se legitimasse. Sim que o fez para declarar nulo o testamento de Afonso VIII contrário a união da Galiza a Castela.
61. Após Afonso V desaparece dos objetivos portugueses a reintegração da Galiza ao reino. Por quatro vezes houve intentos sérios disso, sendo a quarta a dele.
62. Do que devirá o período filipino
63. A crónica do reino (Zurita) define o processo como *Doma e Castração do Reino da Galiza*

– **1492**. Isabel e Fernando conquistam o reino de Granada[64]. Que passa a ser posse privativa de Castela

– **1512** Navarra[65] (alta Navarra) é conquistada. A nova conquista sé do reino de Castela, não da soma de Castela e Aragão, só Castela terá direitos sobre os territórios conquistados.

15. A UNIÃO DAS COROAS DE ARAGÃO COM CASTELA, TRAVA A EXPANSÃO ARAGONESA E DEIXA O CAMPO SEM CONFLITOS PARA O AVANÇO DE CASTELA, NENHUM DIREITO TERÁ ESSA COROA DE ARAGÃO NOS TERRITÓRIOS DESCOBERTOS DAS AMÉRICAS[66].

– **1516-1700**. Sob o governo dos reis da casa de Áustria. Apagam-se os reinos submetidos a coroa de Castela - uniformizando o seu espaço, *aos poucos, mas sem paragens*.

– Mantém-se o reconhecimento de Aragão, e de Portugal (1580-1640), ainda que esmorecendo pouco a pouco[67].

– **A conquista das colónias de ultramar, é obra exclusiva que se atribui a si própria Castela**, e som as suas normas jurídicas as que se aplicam.

– Nenhum rei do período tem a condição ou denominação de espanhol, nem reclama esse nome.

– É bom exemplo de isso o testamento de Filipe II, que ainda enumerando todos os reinos dos que possui a coroa, e governando toda a península, remata assinando como rei de Castela.

– Em **1640** (junho) levanta-se a Catalunha, na guerra chamada dos *Segadors*.

---

64. http://pglingua.org/opiniom/curiosidades/5732-o-milenario-do-reino-de-granada-contrastes
65. https://es.wikipedia.org/wiki/Conquista_de_Navarra
66. Muito tem discutido a historiografia, de como é que se produziu na península essa reviravolta que uniu Castela e Aragão, quando segundo não pouca historiografia o lógico para Castela era a união com Portugal e esse era o objetivo que mantinha com anterioridade. Aragão que teve uma grande vaga expansionista pelo mediterrâneo e na Itália, estava numa situação de crise sob os Trastâmaras (dinastia castelhana), e a única via de saída do processo era retomar a sua expansão mediterrânea, na França e na península, onde estava tendo conflitos com Castela ao querer seguir incorporando mais territórios ao seu domínio, como se passava com Múrcia e o desejo de avançar sobre Granada e norte da África. (nesse momento ainda América não estava em nenhuma imaginação). Essa boda tirou a Castela um competidor, ossificou o reino de Aragão e permitiu que em América não existisse competência aragonesa, que em outro caso ia ser bem segura por parte de essa potência marítima.
67. A guerra de restauração permitiu sobreviver a Portugal. E sem Portugal o futuro da Galiza sob Castela/espanha (desde essa) seria ainda bem mais triste. Castela reconheceu Portugal após 28 anos do levantamento e declaração da independência em 1668.

– França intervém em apoio dos revoltados catalães contra o submetimento castelhano e imposição de cargas e normas de[68] Castela.

– Em dezembro levanta-se Portugal pela sua liberdade.

– Castela acaba entregando parte da Catalunha à França, o Rossilhão[69], às costas das cortes catalãs (tratado dos Pirenéus)[70] para evitar a luta em duas frontes.

– Castela mobiliza forças principalmente galegas para a luta contra Portugal[71] e vão ser muitos os galegos que se vão unir aos portugueses.

16. A LUTA DOS CATALÃES É ALGO QUE PORTUGAL TEM DE AGRADECER SEMPRE PELA IMPORTÂNCIA QUE TEVE PARA O SEU SUCESSO[72].

– **1700-1808**. Os reis da casa Bourbon, começam a sua instalação nos reinos assenhoreados por Castela, com uma longa guerra, a de Sucessão[73] que remata com o tratado de Utrecht e internamente o Decreto de Nova Planta.

– No que as liberdades que se reconheciam aos territórios de Aragão[74], são suprimidas e impostas as normas de Castela.

– Os reis seguem a ser reis de Castela, ainda que os Bourbons generalizam uma denominação de reis das Hespanhas (que já aparecera com os da casa de Áustria).

68. Com o Conde Duque de Olivares se adotam as primeiras disposições de imposição do castelhano nas terras de fala catalã. Como dizia na comunicação interna o Conde Duque: *Para que se consiga el efecto sin que se note el cuidado.* Este jeito de agir segue em vigor em Castela.
69. https://ca.wikipedia.org/wiki/Guerra_dels_Segadors
70. E digno de ser assinalado o facto de Castela ter no Rossilhão tropas portuguesas para lutar contra França. Foram portugueses os derradeiros a defenderam a fortaleça de Salses
71. Em Castela preocupava e não pouco a simpatia galega para a luta de Portugal, em Portugal também preocupava essa simpatia que desdesenhava os limites do reino. Vide Ernesto Vasquez Souza
72. Numa próxima independência da Catalunha seria bem justo o apoio português.
73. Houve na guerra um tratado secreto do aspirante bourbónico com Portugal, com compensações territoriais (zonas de cultura histórica portuguesa na raia), pelo apoio a Filipe V, mas como é tradicional, Castela não honrou os seus tratados, salvo nos casos em que lhe forem impostos pelas armas. Portugal sabe bem disso, tem uma longa restra de casos, não sendo só o assunto de Olivença, Ainda há bem pouco com o assunto do recente cemitério nuclear, mais uma vez deu mostra castela/espanha de como trata a parceiros e amigos.
74. http://www.enciclopedia.cat/EC-GEC0046497.xml

– Usam-no em plural, com o significado de possuírem coroas que são da Hespanha. Mas juridicamente não existe nenhum reino que tenha a denominação de espanha[75].

17. - O NASCIMENTO DO *ESTADO ESPANHA* - (CASTELA/ESPANHA) -, QUANDO ELE SE PRODUZIU.

A) **1808-1814** guerra peninsular. As tropas francesas, usam o nome de espanhóis para se referirem aos resistentes às suas tropas[76]. Mais uma vez o uso de espanhóis é um termo que vem de além dos Pirenéus.

Nesse contexto em 1812 elabora-se a constituição de Cádis, que praticamente não vigorou na que se fala de nação espanhola e espanhóis[77].

B) 1830 no reinado de Isabel II, o seu ministro Javier de Burgos publica o Decreto que dissolve todos os reinos da coroa, e institucionaliza o **reino de Espanha**[78].

- **Portugal apresenta formalmente protesto,** já que Castela não pode apoderar-se de uma denominação que corresponde a todos os peninsulares incluídos os portugueses. Isto vai ter grande eco em todos os meios na altura, sendo causa de muito comentário castelhano.

Além disso, a utilização do termo *espanha* é bastante intermitente até 1876, ao conviver com o de ***espanhas*** na linguagem formal da diplomacia; pois era constante o mal-estar de Portugal ao uso de esse nome pelo outro reino peninsular, uma Castela alargada e que submeteu às suas normas outros reinos[79].

75.A historiografia castelhanista, atualmente faz retroceder a denominação espanha (para os submetidos a Castela) até o paleolítico pelo menos.
76. O escritor nord-catalão Joan Lluis Lluis, explica como as guerras europeias, ajudaram a construir a identidade francesa, e a esmagar as diferenças.http://www.magrana.cat/conversa-amb-el-meu-gos-sobre-franca_joan-lluis-lluis_libro-OMAC166-ct.html_/ http://www.vilaweb.cat/noticies/el-desti-duna-llengua-entre-waterloo-i-verdun-i2/
77. Esteve em vigor desde 7 março 1820 - 1 outubro 1823 e desde 13 agosto 1836 - 18 junho 1837. Não faz uma abolição expressa dos reinos preexistentes, que sim se faz em 1830.
78. O decreto estabelece a divisão em províncias seguindo o modelo francês de departamentos, e que já fora instituído durante o governo de Josep I (irmão de Napoleon) e na constituição de Baiona.
79. Portugal sabe que de Castela nem vento nem casamento. São muitos os tratados e acordos assinados com Castela por Portugal, que Castela não honorou. Só a título de exemplo: Ermesende e Ceuta não devolvidos após a paz de 1666. Tratado secreto com Filipe de Anjou futuro Filipe V, de apoio a ele para recolocação de fronteiras incorporando-se a Portugal a zona de Albuquerque e outras zonas na raia de colonização histórica portuguesa. Não se cumpre. Tratados de 1803 e de 1815 compromisso da devolução de Olivença... Bom são muitos, mas ainda recentemente tivemos uma mostra mais, no tema do cemitério nuclear e no desrespeito ao governo português e seus ministros e todas as mentiras que lhes contaram. A ministra portuguesa na sua deslocação a Madrid foi tratada com soberba e desvergonha.

– Antes da restauração bourbónica 1874[80] houve **uma primeira república que não por acaso era federal**, e o seu ideólogo era uma catalão Pi i Margall.

– É a partir da restauração bourbónica de 1874, que o estado passa a se ser sempre **espanha**.

– **1874**. Na restauração dos Bourbons, constitucionaliza-se Espanha (Const. 1876) desaparece totalmente a coroa de Castela e as suas instituições, que se transmutam em Espanha.

– O Supremo Tribunal de Justiça, passa a ter esse nome, pois desde a sua origem até 187 ele sempre foi designado como ***Consejo de Castilla***

– **1931-36.** Na segunda república, o seu problema mais fundo foi o da organização territorial e o do reconhecimento de direitos aos povos não castelhanos. O golpe militar e a guerra consequente nascem do princípio de negação dos direitos e liberdades aos povos não castelhanos[81].

– O tribunal constitucional espanhol[82] na sua sentença sobre o Estatuto de autonomia da Catalunha viu dizer, **Espanha é a construção de Castela e só há um acervo histórico reconhecível o castelhano**[83].

– Essa sentença e o processo recentralizador encetado está na base do atual processo de autodeterminação que se vive na Catalunha, "para poderem ser hespanhóis sem terem que ser castela/espanha" digo eu; em definitiva para garantirem a sua sobrevivência cultural e como tais no mundo.

– Castela foi o motor da construção social de um estado moderno, fruto do jeito em como o território que ocupou a centralidade peninsular, Castela, foi anulando a esses outros espaços culturais, para construir um estado que usufrui um nome que não lhe corresponde -(H)espanha - quando a realidade é que estamos ante uma Castela transmutada a uma castela/espanha=españa[84].

– Esse jeito de perceber a realidade política peninsular, ajusta-se melhor aos objetivos culturais de sobrevivência que se procuram, como vou explicar.

– E neste quadro é de valorizar o facto que Portugal siga a chamar à língua castelhana, de castelhano e não se aceitam denominações impulsionadas por Castela-espanha de apropriação simbólica de espaços e identidades, começando pelos mentais, que são os mais poderosos.

---

80. A constituição que corresponde a essa restauração é a de 1876
81. Como diziam os franquistas "espanha (Castela e seus domínios submetidos) antes roja que rota
82. Tribunal de parte segundo o Conselho de Europa
83. https://boe.es/boe/dias/2010/07/16/pdfs/BOE-A2010-11409.pdf
84. Portugal soube ser alheio ao efeito centrípeto geopolítico peninsular, na medida que deu as costas a Castela e construiu um mundo do que ele era o seu centro. Isto deve ser lembrado para tirar lições também para o futuro.

18. A TRADIÇÃO GALEGUISTA[85] E A SUA AFIRMAÇÃO DE HESPANHA COMO CONSTRUTO BEM DIFERENTE DE ESPANHA[86]= CASTELA/ESPANHA.

Chamo tradição galeguista ao velho jeito de como as elites políticas galegas percebiam o problema do nosso inserimento em Castela/espanha.

Isto percebe-se desde os alicerces mais afastados no tempo do galeguismo, nos Padres Feijó e Sarmento no século XVIII; no provincianismo e regionalismo do século XIX, e é também rastrejável, nas elites políticas dos outros territórios não castelhanos da península ibérica, é dizer dos territórios nos que Castela ainda não conseguiu arrombar com todo e se **apropriar de tudo como próprio.**

O grande vulto do galeguismo, e do processo de encetarem os galegos e galegas a toma de controle de sim próprios e dos seus destinos, foi **Castelão** (Afonso Daniel Rodrigues Castelão). Na sua obra, aquela na que recolhe o seu pensamento político, o *Sempre em Galiza*, fala sempre de Hespanha, com H, como contraposição a espanha sem h, é dizer à Castela transmutada, sem confundir nunca Hespanha com Castela, e construi nessa obra a sua utopia hespanhola, que só pode ser possível, destruída Castela/espanha, como princípio de igualdade certo entre os povos peninsulares e suas culturas e identidades.

Lembro que para a nossa identidade de galegos, Castelão o expressava com a radicalidade das seguintes palavras, numa carta debate com o historiador castelhanista Sanchez Albornoz

"Deseo que el gallego se acerque y confunda com el português".

85. Pode-se trazer à tona muitos dados no pensamento peninsular de todos os seus povos, de gentes com umas conceções da Hespanha, que são radicalmente opostos a espanha castelhana, mas isso não vai esclarecer de jeito bem certinho a tese final "prática" que vou desenvolver.
86. Hespanha é um âmbito que se poderia comparar a Escandinávia, mas nenhum estado dos que constitui a Escandinávia se apropriou do nome para um uso particular.

O processo que atualmente vive o principado da Catalunha de autodeterminação[87], nestes termos, pode ser definido como o processo de construção da Hespanha certa.

19. NEGUEMOS ESPANHA, PARA RECLAMARMOS HESPANHA

Espanha não existe, é a transmutação de Castela. O que eu de jeito esclarecedor denomino Castela/espanha[88].

Hespanha sim existe, somos todos os povos que conformamos a península, é algo simples que vai além do nome duma península europeia, -pois tão hespanhóis se podem reclamar os portugueses como os andaluzes ou os vasconços.

O reino que limita com Portugal, é o reino de Castela e como tal age no dia a dia, ainda que usufrui, **(não sem protestos naquela altura**) um velho nome que se corresponde com o de toda a península. Não quer isto dizer, que os moradores das velhas regiões de cultura castelhana sejam per se, eles uns imperialistas, simplesmente quer dizer, que as elites que controlam o reino e o dirigem, a conformação social que cria e seus meios, respondem a esse programa de dominação e banimento das diferencias, e que do racismo e desprezo aos outros nasce o seu poder para essas elites dominantes de Castela/espanha, que surfam nas ondas do supremacismo mais despido.

O reino de Espanha teve o acaso, de não ter participado nas duas guerras mundiais europeias, se isso tivesse sucedido, hoje ao igual que passou com o império austro-húngaro, esse estado não existiria, pois, os vencedores não teriam consentido, perante a vontade democrática dos povos da Hespanha, a imposição de Castela sobre os outros[89].

87. Lembrem os portugueses que o direito de autodeterminação e seu suporte, está constitucionalizado na atual constituição de Portugal
88. Há textos meus usando está denominação desde os anos 80 do século passado, pelo precisa que é.
89. Castela/espanha como estado, por um acaso não participou nas duas grandes guerras europeias do século XX, e sempre esteve para fazê-lo da banda dos futuros derrotados, de ter participado, o seu destino houvesse sido a desintegração, em paralelo de outras estruturas europeias tão antigas ou mais que ela.

Hoje, nos territórios da Espanha submetidos por Castela, (Castela/espanha), vive-se um processo bem sério e socialmente incarnado de independência na Catalunha, que começou no Principado, mas que aos poucos vai-se estendendo por todos os territórios catalães.

Acho que essa independência é fulcral para a Lusofonia europeia e o seu futuro, é dizer, que é chave, que esse processo seja ele bem-sucedido[90], pois de fracassar ainda mais negros, do que são, serão os agoiros para a lusofonia submetida a Castela.

20. PORQUE É UMA NOÇÃO ÚTIL PARA O AGIR DIÁRIO RECLAMAR-SE DA HESPANHA FRENTE A ESPANHA =CASTELA/ESPANHA.

Castela na sua conformação e já desde a origem, como vimos de reparar, foi-se apropriando sempre de acervo e valores que não eram dela, interiorizando-os como próprios, forem eles os que forem e projetando já que logo, Castela como o que abrange todo, e define tudo.

Para os hespanhóis não-castelhanos é muito mais fácil de se enfrentar a Castela, sendo ela diferente deles próprios, dentro da realidade plural da Hespanha, que aceitar Castela como espanha, e eles pôr-se já, de início, fora do jogo e nadando contra a corrente uniformizadora e regionalizadora no universo da espanha/castela [91]

Os estados têm poderosos instrumentos de socialização - nacionalização - como são a escola, os exércitos, os meios, e a administração pública.

90. É fulcral que Portugal seja um verdadeiro agente e defensor dos interesses da Hespanha, os interesses do respeito e do entendimento pacífico, frente aos interesses de Castela de submetimento e aniquilação. Isso é o que eu chamo uma política portuguesa para a Espanha. A Lusofonia galega, como dizia Alexandre 1994 é um território de fronteira entre os dous estados, de se banir o português e a sua cultura da Galiza a norte do Minho, e continuar o pitbull castelhano mordendo firme em todos os outros povos hespanhóis, tampouco o futuro de Portugal está segurado, eu quero e reclamo que Portugal tenha uma verdadeira política peninsular espanhola, absolutamente independente da brutalidade castelhana. É fulcral isso desde o momento que Portugal deixou de ser o centro do seu universo construído.

91. Numa viagem feita desde Suíça com emigrantes galegos nos anos 70, lembro que ao chegarmos a Castela, comentaram que ganhas temos de chegar a nossa terra *Hespanha*, em Castela sentiam-se no estrangeiro e a realidade de Hespanha era o jeito de eles serem hespanhóis.

Para os cidadãos do estado aceitar que Castela é *espanha*, significa terem que nadar contracorrente, pois significa renegarem da sua condição de tais e ter que construírem um discurso que é um contradiscurso do oficial, do dos poderosos altifalantes.

Nadar contracorrente é esgotador, e supõe já de partida começar a aceitar o jogo de apropriação que tinha - Castela - feito, e que bem claro o olhavam vultos como Castelão.

Se na Galiza te identificas como Hespanhol e aceitas que hespanhola é a língua castelhana, vai resultar normal que a tua seja uma língua de suplências, pois qualquer cousa que for castelhano pode ser teu, pois ela é a língua verdadeira e a única que é de facto língua nacional.

21. RECLAMAR-SE DE HESPANHA, TEM QUE SER RECLAMAR-SE DA ANTÍTESE DE CASTELA-ESPANHA.

Autodeterminar-se, é encetar o caminho certo é único que temos de sobrevivência, que agora tenta o Principado da Catalunha e de seguida há de ir o resto do espaço catalão.

Porque só é possível Hespanha, negando Castela/espanha, desconstruindo-a.

Só se pode construir Hespanha ainda como vários ou quiçá único estado, destruindo Castela/espanha.

De se ser um novo estado UNO[92], teria que ser um estado plurinacional, no que convivem povos distintos, cultural e linguisticamente: Os vascos, os catalães e os portugueses da Galiza, (a parte que não foi constituinte do reino de Portugal).

92. Para que esse estado UNO fosse um sucesso em verdade antes teriam de ser vários verdadeiros estados diferentes.

Ao que se poderia somar os proto-povos nacionais: os aragoneses, asturo-leoneses, andaluzes e canários.

Espanha poderia ser uma Suíça peninsular, um espaço de convívio e de entendimento. Porém Castela não acorda nunca, (o consenso é ela, sem alternativas), nunca é quem de chegar a pactos, nunca é quem de respeitar tratados, nunca é quem de reconhecer algo, e sempre anda recorrendo a violência que é a sua razão mais poderosa, e que faz que o estado Castela/espanha tenha graves défices democráticos[93].

Castela e o seu comportamento é como o do pitbull que pega na presa e ainda que haja momentos que semelha que afrouxa na sua pressão, não se solta nunca, e permanece sempre no seu objetivo.

Portugal[94], que teve a sabedoria de seguir chamando a língua de Castela[95], castelhano, não fazendo caso do impulsionamento que fazem os castelhanos para que se lhe chame espanhola, deve saber que Castela ainda não renunciou ao submetimento de Portugal.

Num mundo onde Portugal já não é o centro do seu mundo, se não que tornou a jogar no espaço ibérico, como forma do seu jogo europeu, deve estar firmemente comprometido na desconstrução de Castela/espanha como garantia do seu sucesso nacional de longo percurso.

93. É muito interessante o efeito que tenham nesse quadro os movimentos regeneracionistas no estado, que nunca conseguem mudar e tirara esse estado dos seus trilhos, porém funcionam como processo integrador e de esperança (vá) nos submetidos, para consolidar o processo do seu esmagamento e banimento. Os défices democráticos do estado foram reiteradamente postos de manifesto pelo Conselho de Europa e pela ONU.
94. Em Portugal hoje há quem adora o discurso iberista, dos dous estados, das duas culturas, e Castela no centro. Não conheço a um só iberista português que não goste da língua castelhana. Iberistas que são abençoados e parabenizados por Castela por todo lado, mas não achará nenhum iberista de Castela que dizer uma só palavra na nossa língua portuguesa.
95. Castela ainda não renunciou ao submetimento de Portugal. http://agal-gz.org/faq/lib/exe/fetch.php?media=agalia:n39_a_galiza_fronteira_de_portugal_com_espanha.pdf

22. NOTAS FINAIS

As províncias romanas peninsulares após o imperador Diocleciano.

TERRITÓRIO DO EXTREMO LESTE ONDE NASCEU CASTELA

23. BIBLIOGRAFIA

A Bibliografia utilizada é a que se comenta nas notas de rodapé ou nas ligações explicativas. Além disso utilizou-se de Banhos referências ou trechos de textos publicados entre 1992 e 2015. De História, foram especialmente usados

A.H. De Oliveira Marques. História de Portugal. Palas Editores 1985

António Sérgio. Breve Interpretação da História de Portugal. Clássicos Sá da Costa 1991
José Mattoso, obras como o seu *Afonso Henriques* ou o esclarecedor texto divulgador *Identidade Nacional*, que em realidade é a negação demolidora da obra anterior.
Manuel Zebral Lopes. Manual Galego-Português de História. Edição do autor
Oliveira Martins, A excelente recolha de referências a documentos diplomáticos existentes na sua História da Civilização Ibérica (e em toda a sua obra). Ed. Europa América
Ramom L. Suevos. Portugal no quadro Peninsular. AGAL editora 1987
Xose António Lopez Teixeira. Rex e Regina, Urraca, Afonso Reimundez e a Monarquia Galega. Toxosoutos 2013
Xose António Lopez Teixeira. Arredor da Conformación do Reino da Galiza 711-910 Toxosoutos 2002

4. ÂNGELO CRISTÓVÃO, Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP), Academia de Ciências de Lisboa, AICL

TEMA: 2.3. A GESTÃO DO ACORDO, ÂNGELO CRISTÓVÃO

RESUMO

O Colóquio da Lusofonia tem sido um espaço privilegiado para o nascimento de diversas iniciativas de valor histórico, entre os quais a primeira expressão pública do projeto de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, apresentada em Bragança em 2006 pelo professor José-Martinho Montero Santalha, que viria a ser o seu primeiro presidente no período 2008-2016.

Quem tenha assistido regularmente aos colóquios terá comprovado algumas mudanças no discurso dos participantes galegos, e terá constatado como a língua portuguesa tem ganhado maior protagonismo na vida pública da Galiza.

No texto descrevem-se detalhadamente os passos seguidos por entidades da sociedade civil para gerar um acordo que respondesse às necessidades da maioria social, e os passos dados para a produção de legislação favorável ao português, incluindo os atos mais destacados da sua negociação.

Nesta palestra o autor pretende cingir-se ao que se poderia denominar a produção e gestão do Acordo, ou dos Acordos na sociedade galega, recentemente constatados, especialmente a Iniciativa Legislativa Popular Valentim Paz-Andrade, e a sua concretização na “Lei para o Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia” aprovada por unanimidade no Parlamento galego em 11 de março de 2014.

Finalmente realiza alguns comentários sobre a fórmula possível para a gestão do período que se poderemos denominar pós-conflito.

NOTA:

UMA VERSÃO MAIS AMPLA DESTE TRABALHO FOI APRESENTADA, SOB O TÍTULO "A INICIATIVA PAZ-ANDRADE", NAS JORNADAS "XOSÉ CALVIÑO" ORGANIZADAS PELO LICEU DE ENSINO SECUNDÁRIO "INSTITUTO ARCEBISPO GELMIRES" DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, O DIA 4 DE ABRIL DE 2017.

Sr. Representante da Câmara Municipal de Belmonte,

Sr. Presidente dos Colóquios da Lusofonia,

Caros colegas académicos,

Minhas senhoras e meus senhores:

Falar ou escrever de factos históricos longínquos sempre é mais fácil que falar dos mais próximos, mais recentes, especialmente quando quem fala tem uma participação pessoal. Contudo, apoiando-me na experiência própria e alheia das últimas décadas do Movimento Lusófono Galego, vou ter o atrevimento de dar continuidade a uma categoria de textos inaugurada pela minha colega académica Concha Rousia ao referir-se ao fenómeno da "mudança de narrativa" como sinal de uma etapa recentemente inaugurada no sistema cultural galego.

Começarei ilustrando processo da Iniciativa Legislativa Popular através da citação de alguns momentos importantes que sirvam a modo de guia não exaustivo, para compreender o processo.

O ano 2012 foi declarado na Galiza o ano de Valentim Paz-Andrade, sendo-lhe dedicado o Dia das Letras Galegas com atos de divulgação da sua obra, especialmente no sistema de ensino. Paz-Andrade é lembrado pelos que acreditamos na unidade da língua como escritor e Vice-Presidente na Comissão Galega do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sendo Ernesto Guerra da Cal o seu presidente, que participou em qualidade de observadora em 1986 nos Acordos do Rio de Janeiro, com continuidade no Acordo de 1990, acordo agora em vigor na maioria dos países membros da CPLP.

Nesse ano de 2012, um reduzido grupo de pessoas do âmbito do Movimento Lusófono Galego, nomeadamente da Associação Cultural Pró Academia Galega da Língua Portuguesa e da Associaçom Galega da Língua, começou a elaborar uma proposta de Iniciativa Legislativa Popular (ILP) que recolhesse as reivindicações favoráveis à integração no espaço lusófono, coincidentes com a mais genuína tradição cultural galega. E tomou como critério a procura do mínimo comum denominador, em termos amplos, com uma redação em positivo, abrangente da maioria social, de modo que fosse um polo de atração de

diversos setores sociais, que pudesse ser aceite por pessoas de todo o espetro político, não redigido contra outros pontos de vista, mas a favor de uma aproximação da Galiza em relação à língua portuguesa e a Lusofonia.

Foi uma redação que sofreu várias mudanças e correções, desde uma inicial que incidia só em aspetos linguísticos, a uma mais abrangente que incluísse três áreas de atuação essenciais: Ensino, comunicação social e relações internacionais. Neste processo de elaboração da proposta tivemos muito presente a ideia de não colidir com a legislação vigorante, que não fosse discutível em termos jurídicos pelo governo autónomo com sede em Santiago, nem pelo governo central de Madrid.

Depois de uma primeira visita aos grupos parlamentares, consultando sobre a sua disponibilidade para avançar com uma iniciativa deste teor, e com a resposta positiva de todos eles, em 16 de maio de 2012 os promotores entregaram a ILP no registo do Parlamento da Galiza, dando-se início ao prazo para a reunir o mínimo de 15000 assinaturas necessárias, tendo ultrapassado mais de 17000 apoiantes.

Em 9 de outubro de 2013 representantes das entidades promotoras da ILP mantiveram uma reunião no Consello da Cultura Galega, convocada polo seu presidente, para falar da futura lei, com representantes de entidades que, de longa data, vêm mantendo posições contrárias à unidade da língua, num movimento sustentado politicamente pelos sucessivos governos galegos, que recebe o nome de “isolacionismo”. Dessa reunião tirou-se a conclusão de que a língua portuguesa deveria figurar no texto legal em qualidade legal de "língua estrangeira".

Em 21 de outubro de 2013, convocada polo Grupo Parlamentar do Partido Popular, teve lugar uma reunião na sede desse grupo político, que mantém a maioria absoluta no Parlamento, com o porta-voz da ILP, Xosé Morell, e quem isto escreve. O objeto da reunião foi negociar as propostas de modificação do futuro texto legal, acordando-se uma redação do projeto de que seria praticamente definitiva (e aprovada no Parlamento, por unanimidade, em 11 de março do ano seguinte). Todos os participantes nessa reunião assumimos que era necessário chegar a um entendimento, a um acordo, e isso conduziu a cedências e compromissos por ambas as partes.

Em 31 de outubro de 2013 teve lugar em Lisboa a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em que se incluiu uma sessão sobre "Políticas de Língua na Galiza", em que foi apresentado o *"Parecer sobre o desenvolvimento da Lei Paz-Andrade"*, cabendo essa responsabilidade ao meu colega Joám Evans Pim, de facto o principal redator desse contributo. O *Parecer* é um dos documentos mais importantes sobre política de língua na Galiza das últimas décadas, contendo diversas opções, com apoio em legislação galega, espanhola e europeia.

Em 11 de março de 2014 foi aprovada a lei no Parlamento, por unanimidade dos deputados. Cito declarações do porta-voz do Grupo Parlamentar do Partido Popular (com maioria absoluta no Parlamento), Pedro Puy Fraga:

> *«Ten o valor de que, por primeira vez nun texto lexislativo galego, se recolle o principio xeral do carácter estratéxico que ten para Galicia relacionarse co país veciño, co que nos unen multitude de lazos históricos, culturais e, desde a desaparición das fronteiras, económicos e comerciais»,*

Em 15 março de 2014 a Comissão Promotora da ILP realizou uma declaração pública, aos pés do Museu do Povo Galego e Panteão de Galegos Ilustres, em Santiago de Compostela, sendo orador o porta-voz José Morell, de cujo depoimento cito o seguinte parágrafo:

> *«Para além dos objetivos que fixa a Lei, a unanimidade da tomada em consideração da ILP e da aprovação da Lei são signo dum novo e esperançado consenso linguístico no que a sociedade galega decide defender e desenvolver o seu milenar idioma além de pontos de vista conjunturais, partidários, e inclusive de identidade. E para isto a sociedade civil quer contar com todas as potencialidades históricas e de futuro do nosso idioma, que inclui a sua inegável dimensão internacional».*

A lei foi publicada no Boletim Oficial do Parlamento da Galiza em 17 de março de 2014, entrando em vigor no dia seguinte.

Em 22 e 23 de junho de 2014 a AGLP, através da académica Maria Dovigo, iria participar numa reunião do Portal do Professor de Português Língua Estrangeira. Postos em contacto com o Diretor Executivo do IILP, Gilvan Oliveira e com o governo galego, conseguiu-se que duas representantes do departamento de Educação participam nestas reuniões em Lisboa, sobre a elaboração de materiais para o Portal do Professor de Português Língua Estrangeira. A

petição foi tramitada pola Academia Galega da Língua Portuguesa. As representantes do Governo galego foram acompanhadas pola nossa académica Maria Dovigo.

Em 26 de junho de 2014 a AGLP organizou em Santiago o Seminário "A Lei Paz-Andrade e as Políticas de Língua", em que participaram entre outros, o Embaixador Eugénio Anacoreta Correia e o Secretário Geral de Política Linguística, Valentín García Gómez.

Em setembro de 2014 produziu-se o primeiro programa "Aqui Portugal" em Ourense, conjuntamente com a TVG. Seguiu-se outro sob o título “Aqui Galiza”. Em 9 de outubro de 2014 o Governo galego participou oficialmente na Conferência "Perspetivas da Língua Portuguesa" organizado na Universidade do Minho, intervindo Valentín García Gómez em representação do Governo galego, com a colaboração da AGLP.

Durante o processo de organização do evento decidimos que, contrariamente ao que tínhamos realizado na Conferência de Aveiro do mês de abril, e que eu tinha participado como orador, considerando a aprovação da Lei Paz-Andrade, e o compromisso do governo galego de desenvolver esse texto legal, era a altura certa de a AGLP ficar em segundo plano, entendendo tanto a organização do evento como a nossa Academia que, em nome da Galiza, deveria haver um só discurso, intervindo o representante do Governo galego, neste caso Valentín García Gómez, dando-lhe prioridade sobre outros intervenientes, o que foi possível com o conhecimento prévio e boa vontade dos embaixadores dos países membros da CPLP.

Decidimos também que o presidente do Conselho da Cultura Galega fosse integrado no Comité de Honra dessa Conferência.

1. O SIGNIFICADO POLÍTICO DA LEI

A exposição de motivos, como a totalidade do texto, constituiu uma viragem de 180º no rumo na política institucional galega, porquanto situou a língua portuguesa e a integração no espaço lusófono, o que equivale dizer a CPLP, com desígnio estratégico da Galiza.

Converteu em interlocutores aquelas entidades que durante as últimas décadas tinham sido objeto de exclusão sistemática por defenderem precisamente essa aproximação em relação à Lusofonia.

Pretendeu iniciar uma nova etapa substituindo conflito por acordo e a colaboração, o que só podia qualificar-se como um passo positivo para todas as partes implicadas. Reconheceu-se o valor instrumental da língua da Galiza, e do português como variedade internacional do galego, definido no texto legal como "intercompreensível" com o português comum. Reconheceu-se no prólogo da lei o valor histórico e político da Comissão Galega do Acordo Ortográfico, que participara em qualidade de observadora nos Acordos Ortográficos de 1986 no Rio de Janeiro e 1990 em Lisboa, que serviu de precedente e justificação da Lei.

O facto de este texto legal se ter publicado no Boletim Oficial do Estado espanhol, entrando em vigor sem qualquer oposição do governo de Madrid, demonstrava o grau de consenso político que o texto legal conseguiu reunir.

2. SITUAÇÃO ATUAL NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Um dos aspetos mais importantes em que a proposta inicial da ILP ficou minorada foi a questão da livre difusão das TV e rádios portuguesas na Galiza. Durante a negociação, o governo argumentou que esse aspeto seria impossível de aplicar em termos práticos, por motivos políticos. Como alternativa, e para conseguir um acordo, acedemos a incluir um artigo específico que implicasse os meios de comunicação públicos, especificamente a CRTVG.

Na prática, o resultado é muito diferente do esperado, pois além de algum programa conjunto entre a RTP e a TVG, pouco se tem avançado. Estamos assistindo atualmente à série ambientada no hotel Vidago, mas ainda não conseguimos ouvi-la na sua versão original em português de Portugal.

Não seria justo dizer que falta vontade da parte da direção da companhia de rádio e televisão galegas, mas a realidade também é teimuda ou teimosa, e cabe perguntar-se por que a legislação europeia, que promove e facilita a divulgação de canais de TV e rádio transfronteiriços noutros territórios europeus com igual ou semelhante modalidade linguística falada, é aplicável no centro da Europa e resulta impraticável entre Portugal e a Galiza.

3. SITUAÇÃO ATUAL NO ENSINO

Constatando que a o Departamento (Conselharia) de Educação falhava na informação aos centros escolares, as entidades associativas mais implicadas com o processo de aplicação da lei, a AGAL, Docentes de Português e AGLP iniciamos, em 15 de fevereiro de 2016, durante três meses, o primeiro "Projeto Telefonemas".

Uma pessoa contratada polas entidades citadas contactou os centros de ensino secundário da Galiza. A sua tarefa foi informar dos passos a dar para oferecer a matéria de Língua Portuguesa na oferta educativa do centro para o ano escolar 2016/17, bem como encorajar para o fazer.

No caso dos centros onde já se lecionava português - informação que a DPG solicitou ao governo autónomo sem resultado -, pretendeu-se conhecer quantas turmas existiam, a possibilidade de criar um departamento de português, bem como abrir secções bilingues, isto é, lecionar matérias em português como história, tecnologia ou matemáticas.

Este ano de 2017 imos pola segunda edição.

4. SITUAÇÃO ATUAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não é segredo afirmar que a estratégia galega consiste em promover entidades públicas ou privadas para se integrar, em qualidade de observadores num primeiro passo, e membros de pleno direito, quando for possível, nas diversas organizações setoriais abrangidas pola CPLP.

É o caso da Confederação Sindical Galega, ou do Consello da Cultura Galega, e em breve a Cidade de Santiago de Compostela, que ingressará na União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa em qualidade de observadora, na assembleia geral desta entidade de caráter multilateral que terá lugar em Luanda, ainda durante este mês de abril de 2017.

Este sintagma nominal, o "caráter multilateral", é uma das fórmulas que poderão vir a garantir o sucesso da CPLP internamente e em direção às sociedades dos países que a integram. E também em sentido inverso, muito especificamente no nosso caso, da sociedade galega em direção aos órgãos diretivos da CPLP.

O sucesso da participação galega nesse conjunto internacional não será possível se for restritamente unívoco ou uniforme. Só tendo em conta a diversidade de pontos de vista existentes na sociedade poderá chegar o sucesso, em coerência com os acordos da Lei Paz-Andrade.

A posição de Portugal em relação à participação galega no espaço lusófono tem mantido uma geometria variável, por vezes apoiando e outras colocando entraves de diversa ordem.

Permitam-me dizer claramente:

É um assunto que devem resolver os portugueses. Os galegos não podemos nem devemos dedicar-nos a convencer as notabilidades ou os políticos do país vizinho em relação às suas escolhas.

Não tenho dúvida de que a Galiza vai dar passos firmes em direção ao mundo de língua portuguesa. Neste processo será necessário estabelecer colaborações e parcerias. Quem têm um conhecimento mais próximo da situação galega sabe que a maior parte das iniciativas e os projetos que realmente são eficazes, que têm continuidade e resultados constatáveis além da propaganda mediática, dependem diretamente das entidades do que pode chamar-se Movimento Lusófono Galego.

Todo o impulso, projetos e trabalhos do governo autónomo galego e as entidades que dele dependem em termos políticos e económicos, não vão substituir o trabalho das pessoas e entidades que levam décadas a desenvolver projetos de reintegração. Esta é uma realidade que não convém negligenciar.

5. GESTÃO DO PÓS-CONFLITO

Quanto aos setores do isolacionismo linguístico e cultural galego, tradicionais beneficiários do apoio institucional na Galiza, uma vez perdido o monopólio da "verdade académica" e a interlocução política privilegiada, toda vez que o discurso pró-lusófono ganhou o espaço político, colocando-se no centro do âmbito cultural, acabou de facto a etapa isolacionista na cultura galega e começa um momento diferente que, por lógica, levará ao que Concha Rousia denominava “mudança de narrativa”. Uma reinterpretação dos factos históricos que permita assimilar a realidade, os factos. Cria-se assim as condições para ultrapassar um conflito que marcou e condicionou enormemente as capacidades e possibilidades de desenvolvimento da língua portuguesa, como língua nacional da Galiza, e da própria cultura galega. Isto não significa que todo o trabalho esteja feito. É preciso pensar no pós-conflito com generosidade e visão de país, por forma a facilitar a integração da maior parte dos agentes culturais neste novo contexto, neste novo discurso, sem necessidade de trazer à tona os erros do passado. Sempre é mais fácil manter-se nas trincheiras e reclamar a própria coerência antes que compreender as posições contrárias. Nesta situação, a criação de espaços de convivência faz parte da lógica de construção do país, condição para ultrapassar o conflito e deixar atrás a etapa de divisão, para romper os muros que, há menos de uma década, pareciam indestrutíveis. A geração dessa dinâmica permitirá pensar em atingir um novo patamar em que a língua e cultura da Galiza estejam em condições de concorrer com o castelhano, no território em que nasceu a língua portuguesa, com garantias de futuro.

Obrigado a todos.

Auditório Municipal de Belmonte,

Belmonte, 8 de abril de 2017

5. ANTÓNIO DE DEUS RAMOS PONCES DE CARVALHO, DIRETOR DA ESE, JOÃO DE DEUS, LISBOA

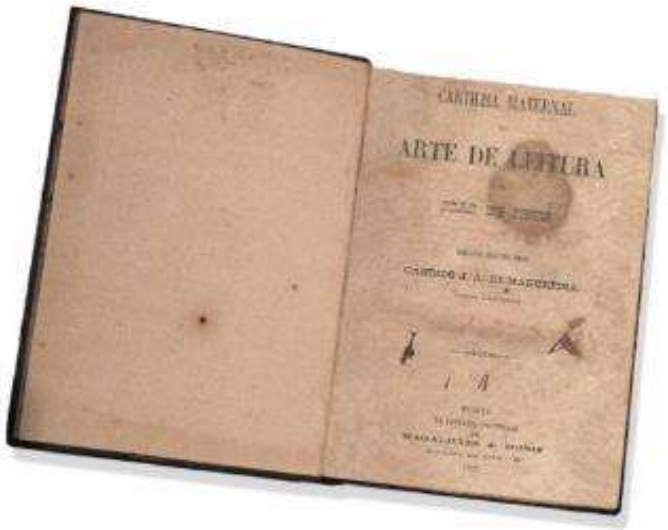
TEMA: 2.5. O IMPACTO DA CARTILHA MATERNAL DE JOÃO DE DEUS

1- Breve história sobre a criação da cartilha maternal João de Deus.
2- A polémica entre os defensores do método de Castilho e os defensores da cartilha maternal João de Deus.
3- João de Deus – a sua herança cultural e pedagógica.
4- Linhas de força que caraterizam o método João de Deus.
5- Aplicação pedagógica da cartilha maternal João de Deus.
6- Análise das vantagens da aprendizagem da leitura e da escrita através da cartilha maternal João de Deus.

O impacto da Cartilha Maternal de João de Deus

ANTÓNIO PONCES DE CARVALHO

João de Deus nasce a 8 de março de 1830 em S. Bartolomeu de Messines



1865

Mr. Rovere convida João de Deus a escrever "uma Cartilha para ensinar as primeiras letras"

1876

Edição da Cartilha Maternal ou "Arte de Leitura" pela Livraria Universal de Magalhães & Moniz

"Não basta ler; é necessário ler com conhecimento de causa. Quem não tem a análise das letras, quem não sabe as regras dos seus valores, não pode ensinar bem; e ensinando mal, isto é, com muito custo e pouco proveito, naturalmente se furta às ocasiões de ensinar os outros; o que é um grande mal.

Eu espero ainda que às avessas do que atualmente se pensa, a opinião geral de todos seja que nada é mais fácil do que aprender a ler; e porque nada mais fácil do que aprender a ler, portando nada mais fácil do que render esse serviço enorme imenso, talvez o máximo que podemos prestar.

Porque eu posso ser homem sem saber retórica: o que não posso é ser verdadeiramente homem sem saber ler. Sou a imagem de Deus mas não sou a sua semelhança; não estou em toda a parte, cercam-me o espaço e o tempo; não converso com os mortos, não falo com os vindouros; eu nem conheço os negócios da minha Pátria; não pertenço a uma família chamada estado: sou o selvagem da horda."

João de Deus

"O Ensino", Jornal do Colégio Portuense em 11 de Outubro de 1877 escreveu:

"... com a Cartilha do Senhor João de Deus entramos num Mundo novo; tudo mudou de aspeto, tudo se tomou simples, lúdico, transparente. O novo pedagogo vai guiando o discípulo passo a passo; não o mete num labirinto; apresenta-lhe um plano disposto na melhor ordem e assenta no seu lugar, uma a uma, as pedras do edifício, os elementos da língua.

Dá a conhecer as letras uma por uma, assim como a sua aplicação e só no fim constitui a cadeia do alfabeto, ligando estes seus elos; não desmembra as palavras em sílabas, as sílabas em letras; apresenta à criança a flor intacta..."

Carolina Michaelis

"...pelo uso prático que ultimamente comecei a dar-lhe, considero-a como o maior serviço que em Portugal se fez à infância até hoje, e tanto mais quanto aproveitar até, e muito, aos adultos. Todo o método é claro, luminoso, princípio e aplicação..."

Francisco Adolfo Coelho

carta que enviou a João de Deus em 1877

"João de Deus, o maior dos poetas líricos de Portugal depois de Camões e o educador nacional da infância e dos iletrados do País (...) tem na sua obra de maior impacto, o mais simples e o mais lógico de todos os métodos de leitura, por ser atraente, significativo, intuitivo, sem apelo ao ridículo, breve, intitulando-se Cartilha Maternal onde não se deixa de sentir sempre, numa perspetiva pedagógica, um grande poeta e um grande coração..."

Revue Encyclopédique Larousse
nº 128, 15 de fevereiro de 1896

"Jean de Dieu, le plus grand des poètes lyriques du Portugal depuis Camoens, et l'éducateur national de l'enfance et des lettrés de ce pays [...] le plus éternel de ces ouvrages, la plus simple et la plus logique de toutes les méthodes de lecture, attrayante, prompte, intuitive, sans appellation ridicule, bref, cette Cartilha Maternal où l'on ne cesse pas un instant de sentir, sous le pédagogue, un grand poète et un grand cœur..."

No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:

- A Cartilha Maternal em Espanhol
  1876, tradução de M. Rodriguez Novas.

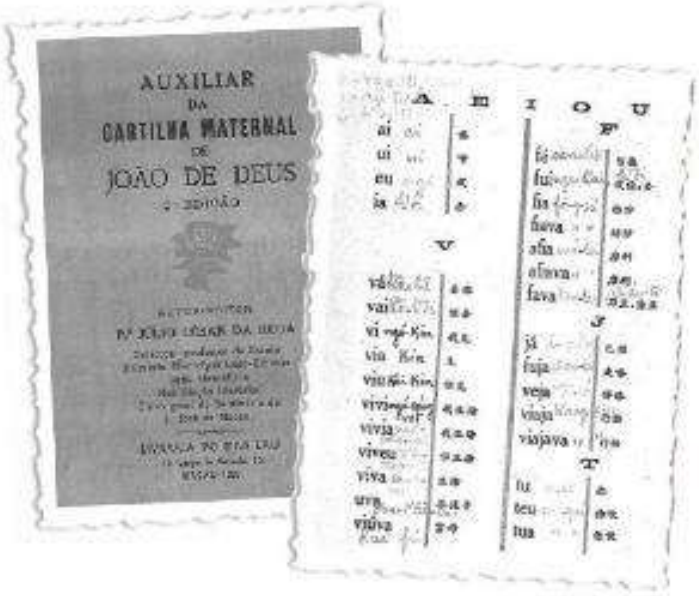
- Método fácil para ler e escrever a língua Concani
  Nova Goa, 1883, realizado por T.X. de Faria.

No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:

- O ABC dos Indígenas
  Língua Mhundu - tradução do Padre Domingos Vieira.

- ABC Maternel - Art de lecture
  Traduzido e adaptado por Philéas Lebesgne e João de Deus Ramos, 1897.

No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:



- Auxiliar da Cartilha Maternal de João de Deus
  Mandarim, Autor-Editor Padre Júlio César da Rosa, 2ª Edição, 1929.

No Museu João de Deus em Lisboa possuímos as seguintes traduções:

- O ABC pos Vimbundus
  Huambo - tradução do Padre Domingos Vieira.

- Cartilha Maternal Missão de S. José de Lhanguense
  Lourenço Marques

"À medida que o nosso método ia sendo experimentado, um pouco por toda a parte, em todo o País, os jornais de Lisboa, do Porto e da Província faziam eco das críticas que iam surgindo: eram calmas, serenas e objetivas; outras talvez exageradamente laudatórias; e outras ainda apaixonadas e virulentas em demasia.

Pedagogos e políticos sentem que têm uma palavra a dizer. Este contraste de reações tantas vezes contraditórias faz da polémica em torno da Cartilha Maternal um capítulo apaixonante da nossa História da Educação."

Joaquim Ferreira Gomes

"A Educação Infantil em Portugal"

"...mostra-me a experiência que professores e professoras saídas das Escolas Normais têm ideias falsas sobre pontos fundamentais, como são os elementos da língua e os valores das letras."

João de Deus

Jornal Democracia

"... convindo verificar, por meio duma rigorosa e imparcial confrontação se o método de aprender a ler de João de Deus tem reconhecida vantagem e superioridade sobre os métodos anteriormente seguidos nas escolas primárias..."

Diário do Governo Nº 282
12 de Dezembro de 1879

2 de agosto de 1865

É declarado Nacional o Método de Leitura da Cartilha Maternal e João de Deus nomeado Comissário Geral do Método de Leitura.

8 de março de 1895

Homenagem pública na comemoração do 65º aniversário do poeta, sendo-lhe concedido por Sua Alteza O Rei D. Carlos as insignias da Grã-Cruz de S. Tiago.

11 de janeiro de 1896

Luto Nacional pela morte do Poeta algarvio.

Linhas de Força do Método de João de Deus:

João de Deus valorizou os aspetos visuais apresentando as palavras segmentadas por sílabas, recorrendo aos tons preto/cinzento

vi via viu
vivi vivia

Este recurso a estruturas gráficas artificiais, indicando a divisão da palavra em sílabas gráficas, permite obter a decomposição das palavras sem quebrar a unidade gráfica (e sonora) das mesmas.

Linhas de Força do Método de João de Deus:

Apresentação de uma letra por dia para que possa ser bem conhecida e identificada.

Lição curta com noções bem claras e dada todos os dias durante o ciclo de aprendizagem.

Apresentação criteriosa do alfabeto que serve a língua portuguesa. Rodrigo Sá Nogueira (ilustre professor que foi da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), dizia que se tivesse que organizar duma forma fonemática o alfabeto português, o faria como João de Deus.

f

fé

fui

fia fiava

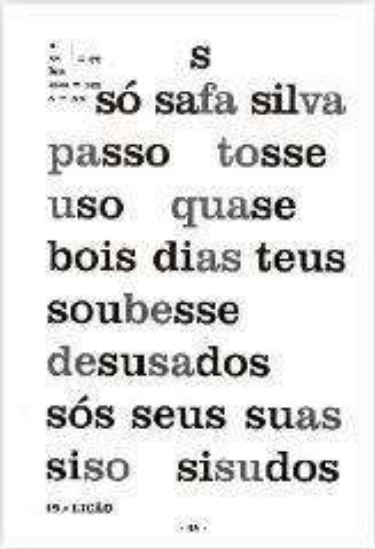
afia afiava

fava

Linhas de Força do Método de João de Deus:

As letras são estudadas no seu papel dinâmico e nas suas diversas leituras dando os seus sons fonéticos.

Uso de mnemónicas na formação temporária dos nomes das consoantes incertas para facilitar para facilitar a aprendizagem.



Linhas de Força do Método de João de Deus:

Começar por consoantes constritivas cujo valor se pode prolongar. Usar este valor de principio sem dar o nome à consoante tornando assim mais fácil a ligação com as letras seguintes e favorecendo a compreensão do mecanismo da leitura.

Dar desde o principio regras básicas de acentuação que favorecem a prosódia e dão ao aluno a compreensão da palavra. Ler é compreender, é essa a grande preocupação de João de Deus!

Todas as dificuldades são explicadas por regras que satisfaçam o raciocinio e o pensamento lógico do aluno facilitando uma leitura bem compreendida, que favoreça também a ortografia. A leitura torna-se assim um exercicio mental de grande valor, e de uma forma lúdica o aluno acede ao código linguistico. Os geneticistas sabem quanto isso é importante para o desenvolvimento do cérebro.

Linhas de Força do Método de João de Deus:

Utilizar numa frase a palavra lida dando a noção de que a palavra é o grande instrumento do discurso.

Nunca ler de cor nem memorizando as palavras lidas.

O exercício de ler é dinâmico, interativo e promove a relação entre as palavras lidas e a vivência da criança.

Linhas de Força do Método de João de Deus:

O método utiliza estratégias de leitura do tipo "Bottom-up" em sinergia com estratégias do tipo "Top-down".

Estimula as capacidades metacognitivas.

Respeita o ritmo individual de cada criança.

Fomenta na criança a autocorreção.

Escritura da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, 1882

(...) reuniram-se algumas dezenas de cidadãos e fundaram a Associação de Escolas Móveis, com o fim de ensinar a ler, escrever e contar pelo método de admirável rapidez, do Senhor Dr. João de Deus, os indivíduos que o solicitarem, até onde permitam os seus meios económicos, enviando nesse intuito às diversas povoações da nação portuguesa professores devidamente habilitados - não se envolvendo em assuntos políticos, nem quaisquer outros alheios ao seu fim (...)

"(...) os exames se fizeram nos Paços do Concelho com desfiles populares festivos e a presença de todas as autoridades. Pronunciaram-se discursos eloquentes e as palavras, os vivas e a banda de música saudaram os examinandos."

(...) Mas, o que sobretudo me impressionou nesse dia, foi o acolhimento de entusiasmo que o Jardim-Escola teve por parte do povo, do povo para quem ele se construiu, do povo que sabe, ou sente, que a ideia fundamental que presidira à fundação daquela casa fora simplesmente esta: dar às classes populares, as únicas ainda sadias e fortes no país, educando-lhes os filhos, mais uma possibilidade de ressurgimento e de progresso (...)

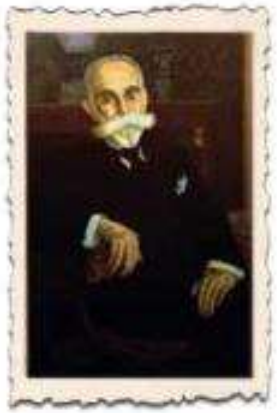
João de Barros

in Boletim de Propaganda, ano 1, n94, abr/mai/jun, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa 1911

Presidentes da República que fizeram parte dos Corpos Gerentes desta Associação

Manuel de Arriaga

Teófilo Braga



Bernardino Machado

Imagens cedidas pela Internet da Presidência da República

De 1882 a 1920 frequentaram 479 Missões de Alfabetização 28.656 Alunos.

Em 1920 realiza-se o primeiro Curso de Didática Pré-Primária pelo Método João de Deus.

Decreto-Lei Nº 26.893 de 15 de Agosto de 1936

"(...) o respeitoso projeto e responsabilidade e honestidade dessa instituição".

No relatório da Junta Nacional de Educação
de 8 de Abril de 1959 pode ler-se:

(...) A grande maioria das famílias portuguesas de reta consciência
têm manifestado repugnância em entregar a outrem a educação dos filhos nas
primeiras idades (...)

Centros Educativos João de Deus de 1882 até 2017

Associação de Jardins Escolas João de Deus 1882

JE Coimbra 1911
JE Figueira da Foz 1914
JE Alcobaça 1914
JE Estrela - Lisboa 1915
Museu João de Deus 1917
JE Alhadas 1927
JE Castelo-Branco 1936
JE Leiria 1936
JE Viseu 1943
JE Mortágua 1948
JE Chaves 1948
JE Porto 1952
JE Tomar 1955
JE Figueira da Foz II 1958
JE Torres Novas 1960
JE Tomar II 1962
JE Torres Vedras 1964
JE Alvalade - Lisboa 1965
JE Tramagal 1965
JE Estarreja 1965
JE Matosinhos 1969
JE Entroncamento 1971
JE S. Bartolomeu Messines 1972
JE Urgeiriça 1972
JE Olivais - Lisboa 1975
JE Santo Tirso 1975

JE – Jardim Escola CI – Centro Infantil

2004 | Prémio MANUS CAIS

1.º lugar na categoria "Organizações e Instituições Sociais", com o projeto "Programa ATL Itinerante – Ludotecas João de Deus", correspondente à "Instituição mais Solidária".

2007 | Alcuin Award

Prémio atribuído às Ludotecas João de Deus pelo seu contributo para a Educação em Portugal pela European Parents Association – EPA (atribuído pela primeira vez a uma instituição portuguesa).

Menções honoríficas atribuídas à instituição

1991 | Menção Honrosa no Grau de Diploma de Mérito Pedagógico

Atribuída pelo Ministro da Educação, Roberto Carneiro

"... desde o início da sua criação, os Jardins-Escolas João de Deus têm desenvolvido uma obra de grande alcance social e pedagógico, prestando um inestimável contributo à Educação Pré-Escolar. Instituídos num contexto em que assumia particular interesse a valorização da cultura popular e o combate ao analfabetismo, e evoluindo num permanente apego ao estudo da infância, os, já em número de 30 Jardins-Escolas João de Deus espalhados pelo País, tem alcançado objetivos que se integram nas mais inovadoras propostas psicopedagógicas.

É, pois, de inteira justiça o reconhecimento da obra realizada e do contributo prestado à educação e cultura nacionais..."

Despacho nº 32/M.E. 1191

2008 | Prémio Educação Gulbenkian

Prémio atribuído à Associação de Jardins Escolas João de Deus pelos mais de 125 anos de serviços prestados à Educação e ao Ensino.

2010 | Prémio Projeto Valere

Atribuído pela Direção Geral de Reinserção Social que "Reconhece e permeia a colaboração e empenho enquanto parceiro na execução de medidas Tutelares Educativas" à Associação de Jardins-Escolas João de Deus pelos projetos de cariz social.

1997 | Menção de Honra do Prémio Noma

Outorgado por ocasião do Dia Internacional de Alfabetização, à Associação de Jardins-Escola João de Deus, pelo Júri Internacional dos Prémios de Alfabetização da UNESCO, "por ter criado um clima acolhedor e propício à aprendizagem, a Escola sendo considerada como o reflexo da sociedade, aberta a todos sem distinção, num espírito de fraternidade e de educação cívica" e "por ter fundado o seu método sobre o estudo da língua materna permitindo aos interessados, quer sejam adultos ou alunos, aprender a ler, a escrever e contar mais facilmente, encorajando a criatividade e expressão e a aprendizagem pela ação".

6. BRITES ARAÚJO, ESCRITORA AÇORIANA, GRACIOSA, NAV

TEMA 3.1. APRESENTOU *UM PUNHADO DE AREIA NAS MÃOS*, DIÁRIO, DE MARIA JOÃO RUIVO

Conheci a Maria João teria ela os seus sete ou oito anos e eu os meus treze ou catorze. Sendo colega de turma e amiga da irmã, a Isabel, com quem partilhava uma natureza algo estouvada e buliçosa, frequentei a casa da Rua da Alegria, de que guardo recordações vivas e muito gratas. É desse tempo que me chega a imagem de uma menina calma, de sorriso tímido, que nos olhava, a mim e à irmã, com os olhos de um siso que nos cabia a nós, mais do que a ela. Agora penso que, por essa altura, embora ninguém o soubesse, muito menos ela, talvez já preparasse o livro que traz hoje a público. Mais tarde, no Liceu Nacional de Ponta Delgada (ex-Liceu Antero de Quental e futura Escola Secundária Antero de Quental) viria eu a ser aluna da mãe, a Dra. Idalinda Ruivo e, embora não oficialmente, do pai, o Dr. Fernando Aires, a quem devo, entre muitos outros inestimáveis ensinamentos, muito do gosto que mantenho pela música e dança clássicas.

Falo nisto para justificar o tom afetuoso e informal com que me refiro à autora do livro que aqui trazemos e que ela, a Maria João, a quem agradeço publicamente a confiança e, sempre, a amizade, me convidou a apresentar.

Carlos Alberto Machado, a propósito da apresentação pública de *Que Paisagem Apagarás*, de Urbano Bettencourt, dizia que um livro se apresenta a si mesmo, na exata medida em que o leitor se apresenta ao livro; e que é das vidas que circulam nesse processo relacional que se constrói o seu sentido e a sua perenidade. Umberto Eco já tinha dito sensivelmente o mesmo, nos seus passeios pelos bosques da ficção e, embora não se tratando de ficção-narrativa, o passeio que faço por este livro da Maria João, a relação que mantenho com o que lá vem escrito passa, inevitavelmente, pelo afeto que tenho à autora e pelo foco posto naquilo onde melhor me reconheço e me revejo.

Mas volto-me, em definitivo, para o livro, cujo título (*Um Punhado de Areia nas Mãos*) me parece feliz e de assinalar. A sua relação metonímica com o Tempo não só abarca a natureza diarística da obra, como convoca aquelas que são, quanto a mim, as suas grandes questões de fundo: a impossibilidade de deter curso do tempo e, por consequência, a certeza da transitoriedade da vida e da efemeridade do ser. Estas as questões de que a autora parece nunca se alhear

enquanto se debruça sobre os muitos e diversos temas que preenchem a sua escrita. A família, desde logo, a infância, a casa, seja a sua, de adulta, sejam as outras onde cresceu e onde a memória ainda mora, a Ilha (grafada sempre com maiúscula, mesmo nos momentos em que se põe de mal com ela), o Liceu, os alunos e as novas gerações, a Literatura e a Arte de um modo geral, são algumas das pegadas visíveis na caminhada de uns entrecortados dezasseis anos, em cujo decurso fica também visível a pegada do Tempo no *eu* que reflete e que se escreve. A consciência do efeito do tempo em si, muitas das vezes despoletada pela memória ou pela nostalgia do irrepetível, é abordada em diversos momentos e entradas do diário, como nesta, de que gosto particularmente, escrita em 2008, na casa da Caloura:

> *Passar uns dias na Caloura faz-me sempre recuar no tempo, mas nem sempre as lembranças vêm doces como eu gostaria. Eram tão deliciosos os dias de verão que aqui passávamos na nossa adolescência!*
> *Agora, as lembranças vêm misturadas com a angústia de que esse tempo irremediavelmente se perdeu, de tal modo que tento, quase desesperadamente, passa-lo aos meus filhos, mas não consigo. Não da mesma forma. Claro! Eles não são iguais a mim, tal como o contexto é diferente e os cheiros e algumas cores… Depois, paro, olho para eles às gargalhadas com os amigos, queimados pelo sol do verão, cheios de sal no corpo e de alegria de viver e penso que, afinal, está quase tudo na mesma. Eu é que mudei.* (p. 37)

É ainda a preocupação com o tempo e com a efemeridade do ser que move a primeira manifestação do desejo de ter (uso as suas palavras) «um diário sério, consistente, que contasse de mim e do que me vou fazendo».(p. 15) A assunção de si enquanto objeto desse diário, bem como a transformação implícita no proclítico e na forma verbal são retomadas, no final da entrada, como tentativa de resposta à pergunta que, repetidamente, vai colocando a si mesma no decurso desses anos de escrita: Porquê um diário? De onde vem a necessidade que sente de contar de si, de se expor em narrativa?

No ano em que se inicia o diário, em 1996, por coincidência (ou talvez não) também o ano do nascimento do filho, Afonso, a autora avança com a seguinte possibilidade: «Talvez da ilusão de que as folhas impressas são uma forma de eternidade? O que se cala morre connosco.» (p. 15)

Mas, no mês seguinte, em novembro, acrescenta: «Guardo-as, quem sabe, para me poder confrontar comigo mesma daqui a uns anos e tentar perceber o que fui e o que serei então.». (p. 16) A modalização do discurso mantém-se, deixando no ar e no leitor ainda a incerteza dos motivos que a levam à escrita diarística, mas a incontida necessidade de, no futuro, saber de que rumos se fez a sua vida, o que foi e o que é, mantém-se; como se mantém, acrescida da tentativa de agarrar o curso do tempo, quando, quatro anos volvidos e a propósito de uma entrada sobre os natais da infância, escreve: «Ao reler a entrada anterior, achei-a tão pueril, que estive para apagá-la. Mas suspendi o gesto e decidi mantê-la, porque naquela página não estou eu nos 35 anos que tenho agora,

mas na saudade do tempo em que era assim, deste tamanhinho.» (p. 21). Pois é, Maria João, como dizia Fernando Aires, no seu *Era Uma Vez o Tempo*, e como o dizes tu agora neste teu punhado de areia nas mãos, «O tempo é uma merda!».

No entanto, nas entradas que ao longo dos anos seguintes voltam àquelas questões, percebe-se que as respostas a essas perguntas foram surgindo, já amadurecidas, no próprio ato de escrever, como se a narrativa de si fosse não só a forma natural de mediação entre ela própria e a sua interioridade, como uma parte essencial do sentido de si mesma. Assim, o diário resultaria natural num processo de reflexão sobre o *eu* que visa o conhecimento de si e da sua interioridade.

É o que releva desta entrada de 2005: «Verbalizar a vida é uma forma de nos conhecermos, porque exige que nos analisemos, porque nos obriga à reflexão e é um desafio olharmos para nós próprios.». (p. 24). A inquietação e as dúvidas iniciais tendem então a atenuar-se, cedendo a um pensar-se no ato de se escrever-se a si, de facto, mas de escrever-se também relativamente ao outro, seja esse outro tão diverso quanto o Pai, os alunos, a Serra da Barrosa, Chopin, Paris, Lisboa, a Ilha ou, talvez acima de tudo, ela mesma quando, como diz, sai de si para se ver de fora. E assim, como uma espécie de argumento que se iniciasse já com o filme em rodagem, o *eu* que escreve altera-se não só por efeito do reconhecimento de si nesse argumento, como por efeito da sua *permeabilidade* ao outro, em que atenta, sobre quem reflete e com quem, pela escrita, se relaciona.

É para todo este complexo que aponta quando, em janeiro de 2005, explica: «Muito do que escrevo sai assim, em bruto. Depois, deixo ali a "levedar". E lá regresso para desenhar com cuidado, carinhosamente, o que tinha deixado num mero rascunho. E neste pintar por dentro o que estava contornado por fora está a intelectualização do que se diz (…)». Volvidos dez anos, em março de 2015, acompanhando a retoma desta ideia do trabalho sobre a escrita, do desenhar com cuidado o rascunho prévio, voltam as dúvidas, agravadas pela necessidade que sente de se libertar deste primeiro volume, que lhe pesa como um tapete de Penélope: «Um Diário, pela sua própria designação, deveria marcar presença todos os dias. Mas como arranjar forças e coragem para entrarmos em nós dia a dia e contarmo-nos por dentro? Fazer isso porquê? Para quem? […] na escrita de um Diário, há sempre uma mutilação inevitável. Não que se minta no que se

escreve, mas porque se omite muito do que se poderia dizer. Não consigo deixar de refletir sobre esta escrita íntima. E sobre até que ponto poderá e deverá ser intima […]». (p. 158)

À angústia gerada pelas dúvidas, pelas hesitações e, de certo modo, pela dicotomia verdade/fingimento do que fica escrito, o que a levará, aliás, em certa altura, a discorrer sobre o fingimento pessoano, acresce uma outra que julgo estar sempre latente e constituir-se, talvez, como a verdadeira génese dessas mesmas dúvidas e hesitações: a imensa admiração que tem pelo pai, Fernando Aires, e a responsabilidade de se propor (passe a expressão pouco feliz) pisar os mesmos terrenos de alguém cuja personalidade e obra são amplamente reconhecidas e referenciadas. Embora esta angústia, repito, se encontre sempre latente nos seus propósitos de prosseguir na escrita diarística, não são muitos os momentos em que a confesse abertamente. No entanto, numa entrada de julho de 2012, escreve: «Aqui surge o desabafo. Quem conhece Fernando Aires e o seu *Era uma Vez o Tempo*, entenderá que eu, como sua filha, tenha hesitado, durante tantos anos, em agarrar neste Diário. Por insegurança, pela enorme admiração que tenho pela sua escrita, pelo receio de que a minha esteja, inevitavelmente, influenciada pela dele.» (p. 93)

Finalmente, em janeiro de 2016, assim como se fosse um propósito para o ano novo, a Maria João declara que está decidida a publicar o que ela chama de rascunhos. Uma vez mais, reflete sobre o que escreve e sobre a decisão de publicar e subsistem algumas das dúvidas e questões de que tenho vindo a falar. No entanto, em boa hora tomou essa decisão. Que seja bem-vindo este primeiro volume!

Mas quem me ouve aqui julgará, talvez, por exclusiva culpa minha, que este livro se centra muito em si mesmo. É falso que isso aconteça. Se insisti nestes aspetos é porque gostaria de relevar a certeza que me ficou de que a publicação deste diário não foi resultado de um impulso, ou dessa febre de publicar que tem atacado, um pouco por todo o lado, gente de todos os credos e feitios, de todas as idades e de todas as geografias deste escasso país. A publicação deste punhado de areia nas mãos resulta de longa reflexão, feita durante dezasseis anos, sobre si, sobre o que escreve e sobre os lugares e o papel da literatura.

Finalmente, a escrita da Maria João Ruivo abarca, como disse no início, uma grande variedade de temas e debruça-se amiúde sobre as coisas do mundo em que vivemos. Por vezes, em registos de grande beleza literária e sempre num português que faz jus e honra a língua de Camões e de Pessoa. Não caberia, como é evidente, aqui forma de falar de todos eles, sequer de enumera-los, mas peço licença para terminar com uma das entradas que acho deliciosas e que me levaram, num voo de décadas, de volta à adolescência e ao jardim do nosso querido Liceu:

Apetece-me contar o que se passou hoje na minha aula de 9º, miúdos de 15 anos. O dia estava lindo, um autêntico dia de verão, e eles, frenéticos, sem conseguirem concentrar-se no trabalho que lhes tinha dado. Às tantas, deu-me uma breca: - Já não vos suporto! Vamos todos para o jardim! Olharam para mim, muito admirados. -Sim. Vá. Peguem nas vossas coisas e vamos lá para fora aproveitar o Sol. E fomos. Sentámo-nos por ali, uns pela relva, outros no banco, junto às estrofes de As Fadas, de Antero, e lancei-lhes um desafio. Propus-lhes uma espécie de debate em que uns defenderiam por que motivos criam em fadas e outros assumiriam posição contrária. Foi fantástico ver o que deles veio à tona nessa argumentação, até porque é difícil defender aquilo em que não se acredita. Uma miúda disse que as fadas eram como a própria poesia, já que, tal como esta, eram fruto da imaginação criadora dos homens. Julgo que foi para me agradar. E agradou. Para os espíritos pragmáticos, foi mais fácil. Era inevitável que alguém dissesse que Fadas são uma fantasia de crianças! E logo um mais subversivo – E daí? Fantasiar faz parte da nossa realidade. Quando dizes que o Sporting vai ganhar o Campeonato, não estás a fantasiar? Gargalhada geral. À exceção dos sportinguistas, que amuaram. O toque para a saída quebrou o encanto do momento, e logo Morgana, Viviana, Melusina e todas as sílfides, suas companheiras, fugiram, assustadas, a esconder-se nos recantos inacessíveis do seu jardim. Os alunos nem se mexeram e um disse-me: - Professora, isto foi fixe! - Então porquê? – Perguntei. Porque não dei aula? - Sim. Mas também porque nos sabe compreender e porque gosta de nós. E gosto. Adoro estes miúdos. Adoro-os nesta energia que me faz zangar, neste entusiasmo e até na falta dele, nos seus sonhos e pensamentos por vezes ainda surpreendentemente pueris. Adoro-os, porque têm 15 anos e tanta necessidade de compreensão e de segurança.

Obrigada, Maria João, pelo teu Diário.

(Belmonte, 6 de abril de 2017 – 27º Colóquio Internacional da Lusofonia)

*

TEMA 3.1. ALGUNS ASPETOS DA IRONIA NA CONSTRUÇÃO DE SANTO AMARO SOBRE O MAR, DE URBANO BETTENCOURT

Quando, em setembro passado, pensei na possibilidade de abordar alguns aspetos do humor na obra de Urbano Bettencourt, não percebi as reais proporções dessa empresa. Uns meses mais tarde, quando vim a percebê-las, já nada havia a fazer: incauta, falara dessa possibilidade ao Chrys Chrystello que, com a rapidez que se lhe conhece, me incluíra no programa com uma comunicação sob o título genérico de "O humor em Urbano Bettencourt".

Assim, aqui estou eu, na vossa presença e, o que é mais grave, na presença do autor, para falar de um assunto que daria seguramente para muitas teses e para o qual temo não estar satisfatoriamente preparada. Por isso, por precaução, informo (o Urbano em particular) que trouxe comigo uns queijos da Ilha e uma Massa Sovada, caso apeteça a alguém gritar: "Passa a massa e cala a boca!" (*vd.*: "Crónica de Viagem" *in Que Paisagem Apagarás*, pp. 39-40).

A verdade é que, excluindo os seus artigos académicos e a critica literária a que com frequência recorri durante as minhas passagens pela Universidade dos Açores, confesso que tenho lido Urbano com o prazer de leitora descomprometida. Habituei-me a desfrutar sem sustos ou obrigações da sua escrita extraordinariamente imaginativa, assente numa linguagem onde nada falta e onde nada é de sobra, intensa, inteligente e profunda, capaz de nos arrebatar nos momentos em que a sua beleza poética é mansa e onírica, como naqueles em que essa beleza se torna tão crua que pode ser arrasadora (veja-se, por exemplo, *África, Frente e Verso*, ou textos como "Antes da Noite" e "Noite", inseridos em *Que Paisagem Apagarás*).

No entanto, mentiria se negasse que no meu pódio das qualidades literárias de Urbano Bettencourt, unânime e justamente enaltecidas por vozes e saberes mais avisados, está o seu refinado e inteligente sentido de humor. Um humor que, decorrendo das mais diversas instâncias e estratégias narrativas, ora se manifesta por uma ironia elaborada e subtil, ora por uma mordacidade acerada, ora, ainda, pelo recurso ao absurdo como forma de relativizar (se não mesmo de parodiar) o real social, político e literário, nas ilhas como fora delas. Às *nuances* humorísticas que encontro na escrita de Urbano, devo tanto o efeito terapêutico de umas gargalhadas libertadoras, como o dos sorrisos que perduram no canto da boca, ou o daqueles que ficam a pairar no limiar da consciência e acontece virem em meu socorro quando deles mais preciso.

Esta comunicação, talvez para escapar à pesada responsabilidade dos imponderados propósitos iniciais, será assim como uma visita guiada pela obra *Santo Amaro Sobre o Mar*, livro que, editado em 2005 pela Editorial Moura Pinto e reeditado em 2009 pela Câmara Municipal de S. Roque do Pico, me parece representativo das *nuances* e das subtilezas da ironia na escrita deste autor.

Santo Amaro Sobre o Mar abre com um pequeno capítulo introdutório intitulado "Corografias". Nele se constata que ao *tom taxonómico* que carateriza a referência a Santo Amaro na *Corographia Açorica*, datada de 1822[96], apõe o narrador uma outra onde o nome justaposto (*Santamaro*), mais tarde atribuído a erro gráfico de um inglês de quem se falará adiante, inicia uma deriva não só da brevidade perentória do original, como da impessoalidade dela resultante.

E reza assim esse primeiro capítulo:

«*Santo Amaro*: "Aldea mediocre, situada n'o beiramar em terreno um pouco íngreme virada ao norte; uma légua ao noroeste da Ponta da Piedade. Sua Parochia he dedicada ao Santo que lhe dá seu nome. Seus habitantes frequentam muito a pesca, criam gados; e cultivam cereaes". (*Corographia Açorica*, por um cidadão açorense, M. da Sociedade PHYLANTROPYA, 1822)

Santamaro: Lugar de onde são naturais os santamarenses. Território de afetos e memórias íntimas, de imagens que o tempo recolhe e transfigura. Os seus limites administrativos e geográficos continuam por estabelecer.»

Julgo ser percetível o toque de ironia com que abre, desde logo, esta narrativa. De facto, a partir desse Santo Amaro justaposto, inicia o narrador a (re)visitação de um espaço que vai, simultaneamente, redefinindo na justa dimensão das suas gentes, projetadas em sonhos e afetos, entrelaçadas em vidas de cujos rumos e feitos nos vai dando conta, numa narrativa que não se deixa facilmente apanhar por etiqueta de género, porque se tece, igual e deliberadamente, de uma justaposição: a do apontamento histórico com a ficção, a da realidade com o sonho.

«Vim por causa de um sonho», pode ler-se logo no início do segundo capítulo, intitulado "Sonhos de que a vida se tece". Esta afirmação, que inaugura o tom geral dos feitos dos santamarenses, impelidos pela dureza e escassez da ilha a sonhar outros desígnios e outros horizontes, é retomada uns capítulos mais

[96] O título completo: Corographia Açorica, ou Descripção Phísica, Política e Histórica dos Açores, por um cidadão açorense, M. da Sociedade Patriótica Phylantropya n'os Açores. O seu principal autor foi, de facto, João Soares de Albergaria de Sousa, jorgense, liberal e um dos primeiros autonomistas açorianos. Esta obra pretendeu ser um manifesto político, cujas posições autonómicas visavam introduzir nos Açores uma governação democrática, que se opusesse à administração colonial existente e à governação centralizada na Capitania Geral dos Açores.

adiante, em "Sonhos de António d'Ávila Gomes", num dos poucos momentos em que a ironia que preside a esta obra permite ao leitor alguma aliviada assertividade relativamente, pelo menos, à motivação para narrativa:

«Vim por causa de um sonho, escreveu António d'Ávila Gomes no começo dos Apontamentos para os meus filhos, sem poder calcular que século e meio depois o neto de um outro António d'Ávila (Bettencourt), também da Piedade, repetiria essa frase e o gesto de escrevê-la, havendo de tomá-la como sua e original, capaz de dar sentido e seguimento às coisas do mundo e dos tempos.». [97]

Não tendo o leitor modo imediato de saber se aquele avô de Gabriela de Azevedo Gomes, esposa de Vitorino Nemésio, terá alguma vez escrito esses apontamentos, nem se este neto de António d'Ávila (Bettencourt) – em quem tenderá a reconhecer o escritor Urbano Bettencourt – se terá apropriado, de facto, «da frase e do gesto de escrevê-la», resta-lhe render-se, de preferência divertido, à esporádica benevolência do narrador relativamente à natureza da informação que vai veiculando, quer por voz própria, quer pela voz de um inquietante conjunto de personagens que faz desfilar pelas páginas do livro.

Na verdade, um pouco ao jeito de Enrique Vila-Matas, a cujo *Mal de Montano*, aliás, se refere ironicamente a propósito da chegada à ilha do inglês Anthony Higgins, o narrador de *Santo Amaro Sobre o Mar* dispara no leitor alarmes de puro pânico intelectual ao misturar, no espaço e nos tempos da narrativa, personagens perfeitamente reconhecíveis na sua natureza real e histórica, com outras cuja natureza nos enche de dúvidas e nos leva para um desconcertante Jogo da Cabra Cega. Uma dessas personagens é, sem dúvida, Anthony Higgins. Sobre ele diz-nos o narrador que aportou ao Pico em busca de reparação para o seu *aventureiro* (nome que se usa dar no Grupo Central dos Açores aos barcos veleiros), danificado por súbita tempestade, e tendo, por via disso, chegado aos estaleiros de Santo Amaro.

Ora, ao leitor que milite no meu escalão etário, ou àquele mais chegado às coisas da cinefilia, o nome de Anthony Higgins soará certamente familiar. E embora possa desconhecer os factos narrados, não lhe causa qualquer estranheza que o ator inglês fosse dono de um *aventureiro*, batizado *Seamaster*, e que tivesse passado pelas nossas ilhas nas circunstâncias narradas. O que nos deixa realmente surpreendidos, e de certa forma incomodados, é o completo desconhecimento de que, sob o pseudónimo de John B. Walkman, tenha o inglês escrito um livro, para mais intitulado *A Happy Summer in the Azores*, livro esse

[97] O sublinhado é meu.

que, entre outros percalços causados ao leitor, responde por incorreções ao nível da tradução e da grafia de alguns topónimos, como é caso da tradução de Baía do Canto (cujo referente é do âmbito da geometria) como *Song Bay* e, significativamente, responsável também pela justaposição de Santo Amaro.

Acusado de «uma irreprimível tendência para a poetização do real» e de ter «antecipado em algumas décadas a perspetiva de outros escritores europeus, cuja passagem pelas ilhas se traduziria em grandes produtos turístico-estílisticos para consumos embasbacados» (p. 17) Higgins é, no contexto desta narrativa, um recurso muito imaginativo e um parceiro precioso tanto na construção como na veiculação da ironia. Eu diria que o narrador o usa com mestria de autor, não hesitando em ceder-lhe, direta ou indiretamente, voz e olhar só para ter, logo de seguida, oportunidade ora de o criticar, ora de o desculpar, contradizendo-o abertamente, ou acrescentando atenção ao seu olhar de estrangeiro em breve passagem por *Santamaro*:

«No caso de Higgins, a rapidez da sua passagem ajudará a compreender que ele não tenha detetado, para lá da beleza violenta dos vinhedos entre rochas e escarpas, a dureza e o penoso trabalho das vindimas no Canto, com os homens, as mulheres e as crianças dispersos por entre as faias ou suspensos na beira dos penedos a apanhar um perdido cacho de uvas, mais tarde transformado no sangue a que o navegante-escritor atribui fortes conotações eróticas, fazendo por esquecer a diferença que vai do suor do sexo ao suor da terra e dos seus trabalhos». (p. 20)

Não me parece exagerado dizer que grande parte da ironia que se deteta no texto como na estrutura deste livro fica a dever-se à opção por este modo de dizer e desdizer para voltar a dizer, no qual Anthony Higgins, cedo aparecido no espaço narrativo, tem papel fundamental, mesmo nos momentos da narrativa em que não se encontra presente. Na verdade, este livro vai crescendo aos olhos do leitor como uma espécie de princípio do contraditório, onde a voz do narrador se cruza, mormente, com a desta personagem, e que impede que o olhar, mais ou menos apressado, mais ou menos poético, de um único indivíduo sobre um espaço e sobre as vidas que nele medram e fenecem passe sem ampla e efetiva possibilidade de ser discutido, contestado e até mesmo, como parece ser o caso, ironicamente ficcionado.

De Urbano Bettencourt sei que nasceu a cerca de dez quilómetros de Santo Amaro, na freguesia da Piedade, pelo que não julgo desacertado acreditar que seja aquele também o seu «território de afetos e memórias íntimas» e das tais «imagens que o tempo recolhe e transfigura». Das vidas de que nos dá conta neste livro, suponho que algumas tê-las-á conhecido; das outras terá colhido testemunho junto de fontes que, com propriedade, falam da dureza dos tempos e de sonhos que atravessaram mares para se tornarem realidade.

Santo Amaro existe, ali, no norte da ilha do Pico. A memória do lugar guarda-a as suas gentes em existências que conheceram a realidade ilhoa nos tempos de vacas magras e talvez infelizes. *Santamaro* também existe, na sua dimensão literária e afetiva, testemunho de como frequente e ironicamente a realidade ultrapassa a ficção, de tal modo que se torna difícil ao leitor vindo de fora perceber onde começa e acaba cada uma.

De Anthony Higgins, apesar de recurso a instâncias superiores, que me reservo o direito de não discutir aqui, continuo sem nada saber, a não ser o que dele nos diz o nosso narrador a quem, para terminar, cedo novamente a voz:

> *«[…] dir-se-á que eles vêm para ressuscitar o esplendor da Atlântida, sem cuidarem de saber que, à exceção de algum lirismo de passo trocado, nós próprios já atravessámos a sua morte e as suas ruínas e, fugindo às fomes, fizemo-nos aos caminhos do mar, em busca das califórnias perdidas de abundância (Pedro da Silveira) donde nos chegaria o sustento de pão e de sonho.».* (p. 18)

Brites Araújo.

Belmonte, 7 de abril de 2017 – 27º Colóquio Internacional da Lusofonia

Referências:

- Bettencourt, Urbano. (2005). *Santo Amaro Sobre o Mar*. (1ª ed.). Arganil: Editorial Moura Pinto.
- Bettencourt, Urbano. (2010). *Que Paisagem Apagarás*. Ponta Delgada: Publiçor.
- Machado, Carlos A. (2010, julho 30). Notas de apresentação de *Que Paisagem Apagarás*, de Urbano Bettencourt. disponível em: https://machadoalbertocarlos.wordpress.com/sobrelivros/sobre-que-paisagem-apagaras/
- Brasil Assis, Luiz António. (2011). Paisagens da memória: sobre o livro *Que Paisagem Apagarás*, de Urbano Bettencourt. *Navegações, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa,* Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 53-57
- Região Autónoma Açores, Presidência Governo, Direção Regional Cultura. (2016). *Corographia Açorica*. Disponível em: http://www.culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/COROGRAPHIAACORICA/COROGRAPHIAACORICA_item1/index.html

Vd. pp. 39-40

Corografias

«*Santo Amaro*: "Aldea mediocre, situada n'o beiramar em terreno um pouco íngreme virada ao norte; uma légua ao noroeste da Ponta da Piedade. Sua Parochia he dedicada ao Santo que lhe dá seu nome. Seus habitantes frequentam muito a pesca, criam gados; e cultivam cereaes". (*Corographia Açorica*, por um cidadão açorense, M. da Sociedade PHYLANTROPYA, 1822)

Santamaro: Lugar de onde são naturais os santamarenses. Território de afectos e memórias íntimas, de imagens que o tempo recolhe e transfigura. Os seus limites administrativos e geográficos continuam por estabelecer.» (p. 9)

«Vim por causa de um sonho, escreveu António d'Ávila Gomes no começo dos *Apontamentos para os meus filhos*, sem poder calcular que século e meio depois o neto de um outro António d'Ávila (Bettencourt), também da Piedade, repetiria essa frase e o gesto de escrevê-la, havendo de tomá-la como sua e original, capaz de dar sentido e seguimento às coisas do mundo e dos tempos.». (p. 32)

«No caso de Higgins, a rapidez da sua passagem ajudará a compreender que ele não tenha detectado, para lá da beleza violenta dos vinhedos entre rochas e escarpas, a dureza e o penoso trabalho das vindimas no Canto, com os homens, as mulheres e as crianças dispersos por entre as faias ou suspensos na beira dos penedos a apanhar um perdido cacho de uvas, mais tarde transformado no *sangue* a que o navegante-escritor atribui fortes conotações eróticas, fazendo por esquecer a diferença que vai do suor do sexo ao suor da terra e dos seus trabalhos.».
(p. 20)

«[…] dir-se-á que eles vêm para ressuscitar o esplendor da Atlântida, sem cuidarem de saber que, à excepção de algum lirismo de passo trocado, nós próprios já atravessámos a sua morte e as suas ruínas e, fugindo às fomes, fizemo-nos aos caminhos do mar, em busca *das califórnias perdidas de abundância* (Pedro da Silveira) donde nos chegaria o sustento de pão e de sonho.». (p. 18)

7. CARLA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO, ESE, IPB. AICL
8. LÍDIA MACHADO SANTOS, ESE, IPB. AICL,

TEMA 2.4. TERRA D'ENCONTROS - A INVESTIGAÇÃO POR TRÁS DA FICÇÃO - OS JUDEUS PORTUGUESES, EM TERRAS RAIANAS, NO DEALBAR DO SÉC. XX. CARLA DO ESPÍRITO SANTO GUERREIRO E LÍDIA MACHADO DOS SANTOS

São sobejamente conhecidas as datas mais significativas que se prendem com a Diáspora Sefardita, bem como as suas nefastas consequências para centenas de famílias em Portugal entre os séculos XV e XIX, decretadas, ora pela mão de monarcas espanhóis, ora pela mão de reis portugueses, ora ainda pela pena do Santo Ofício.

Por termos conhecimento da existência de uma quantidade significativa de famílias de origem Sefardita que, ao longo dos séculos, se instalou, cresceu e desenvolveu as suas atividades comerciais no Planalto Mirandês, foi nosso propósito aprofundar e ao mesmo tempo circunscrever mais a investigação e determo-nos em Lagoaça, aldeia situada no coração do Planalto e aí estudarmos as identidades/diferenças judaico-cristãs, na época referida.

Para além das referências bibliográficas consultadas, foi necessário optar por uma metodologia de cariz natural, com recurso a entrevistas aos habitantes mais velhos da aldeia e aldeias circundantes, para recolher dados que pudessem sustentar a investigação. Assim, nasceu a obra romanesca *Terra D' Encontros*[98],uma obra em prosa que narra as aventuras/desventuras de uma galeria de personagens que se movem no meio rural do nordeste trasmontano de inícios do século passado.

As personagens são ora completamente fictícias, ora de inspiração real e povoam a obra com os seus sonhos e desejos, as suas crenças e as suas rotinas diárias. Ao longo do romance vão-se evidenciando diferenças culturais, sociais e, consequentemente, comportamentais e ainda a imposição da religião católica

[98] Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). Terra D' Encontros. Lisboa: A Minha vida dava um Livro.

num terreno claramente diversificado. As especificidades do romance histórico *Terra D' Encontros*, juntamente com o tempo da narrativa escolhido, fazem dele uma obra com caraterísticas pioneiras no estudo das relações judaico cristãs no Planalto Mirandês.

> "Belchior *abeirou-se da mesma mesa, pousou também as suas mãos e com uma inclinação do corpo, juntou o seu rosto ao do padre:*
> *- Vimos de todas as terras santas que há no mundo e moramos na casa que conseguimos comprar com o suor do nosso rosto. – respondeu serenamente.*"[99]

São sobejamente conhecidas as datas mais significativas que se prendem com a Diáspora Sefardita, bem como as suas nefastas consequências para centenas de famílias de norte a sul de Portugal entre os séculos XV e XIX, decretadas, ora pela mão de monarcas espanhóis, ora pela mão de monarcas portugueses, ora ainda pela pena do Santo Ofício. Foi efetivamente uma longa listagem de documentos históricos, reflexões e testemunhos que tivemos a oportunidade de ler[100], logo que encetámos este estudo que nos levou a descobrir algo de que já, seriamente suspeitávamos: a falta de um levantamento de aspetos etnográficos, culturais, sociais e experienciais entre judeus e cristãos, no dealbar no século XX, no nordeste transmontano (Portugal).

Por termos conhecimento, através de vários estudos realizados a propósito desta temática em Trás-os-Montes e Alto Douro, concretamente no Planalto Mirandês, da existência de uma quantidade significativa de famílias de origem sefardita que, ao longo dos séculos, se instalou, cresceu e desenvolveu as suas atividades comerciais nessa zona raiana, foi nosso propósito aprofundar e ao mesmo tempo circunscrever mais a investigação e determo-nos em Lagoaça, aldeia situada no coração do dito Planalto e aí estudarmos as animosidades/partilhas judaico-cristãs na época referida.

Para além das referências bibliográficas consultadas – escassas, atendendo à temática e à época que nos moviam – foi necessário optar por uma metodologia de cariz natural, com recurso a entrevistas aos habitantes mais velhos da aldeia em questão e aldeias circundantes, para recolher dados que pudessem sustentar

---

[99] Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Manuela Pereira: A Minha vida dava um Livro, p. 54.
[100] Mattoso, J. (Coord.) (2011). *História da vida privada em Portugal*. A época contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores.
Carvalho, A. C. (1999). *Os judeus do desterro em Portugal*. Lisboa: Quetzal.
Rodríguez, J. A.B (2003). *Zamora y Castilla y León en las migraciones españolas.* Junta de Castilla y Leon, Consejería de Educación. Zamora: Heraldo de Zamora Artes Gráficas.

a investigação. Assim, nasceu a obra romanesca *Terra D' Encontros*[101] - uma obra em prosa que narra as aventuras/desventuras de uma galeria de personagens que se movem no meio rural do nordeste trasmontano de inícios do século passado, mais concretamente no seio da comunidade lagoaceira.

As personagens são ora completamente fictícias, ora de inspiração real e povoam a obra com os seus sonhos e desejos, as suas crenças e as suas rotinas diárias. Ao longo do romance vão-se evidenciando as diferenças culturais, sociais e, consequentemente, comportamentais que alguns dos seus membros assumiam em público e ainda a imposição da religião católica num terreno claramente diversificado. *Terra D' Encontros* traz aos leitores uma população dividida entre "bairro de cima" e "bairro de baixo", judeus e cristãos, mas, ao mesmo tempo, a tentativa velada de alguns dos seus membros em instaurar a uniformidade e fazer esquecer o que melhor caraterizava o seu povo: as especificidades de cada um.

A narrativa que dá corpo ao romance de cariz histórico *Terra D' Encontros* entretece-se de várias estórias que entroncam umas nas outras como os ramos de uma árvore num tronco comum a todas. O fio condutor é a história de Benjamim, nascido numa família de cristãos novos, mas praticantes fiéis da religião mosaica dentro de portas, com os demais familiares. É com efeito com o nascimento desta personagem que o romance se inicia e são revisitadas todas as tradições do nordeste trasmontano, em inícios do século XX, no que à gravidez e ao parto dizia respeito: as crenças, os hábitos e todos os rituais que envolviam o nascimento de uma criança[102]. Tradições e hábitos judaico-cristãos que se miscigenaram ao longo de séculos e originaram o nosso património cultural comum, bem como todo o léxico / regionalismos próprios dos momentos que compunham um quadro descritivo de um parto e todas as tarefas agrícolas e domésticas que preenchiam a rotina da população, independentemente do estatuto social que as posses de cada um determinavam.

A partir desse episódio, o tempo e as estórias desenrolam-se e surgem em palco personagens dos mais variados tipos. Planas ou modeladas, todas elas servem para conferir verosimilhança à narrativa e fazer o leitor viajar no tempo e no espaço, transportando-o até um momento histórico de grandes modificações

[101] Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Manuela Pereira: A Minha vida dava um Livro.
[102] Joaquim, T. (1983). Dar à luz-ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal. Lisboa: D. Quixote.
Lamas, M. (2003). *Mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho.

sociais, em que a 1.ª República se instalava; Portugal deixava de ser oficialmente um país católico e passava a ser laico e os padres incitavam o povo a revoltar-se e depor "o infiel"[103].

Além de Benjamim, que representa a comunidade judaica, vão "surgindo em palco":

a) Albertino, o brasileiro de torna-viagem;

b) Fátima, que personifica o ânimo e a força de trabalho das mulheres trasmontanas;

c) os padres Juvenal e João, que representam um clero rural que valoriza mais os aspetos materiais em detrimento dos espirituais, mas que, apesar de o narrador os fazer surgir em épocas diferentes, ambos se pautam por uma ideia comum: combater os supostos "falsos" cristãos que sabiam que existiam entre o seu "rebanho" e os quais ansiavam desmascarar em praça pública, acreditando, desse modo, no fortalecimento espiritual das suas "ovelhas" caso isso se verificasse;

d) Adosinda, a jovem que o narrador faz deambular por terras santas para fugir à ironia e aos olhares enviesados a que a aldeia a condenara pelo seu pé boto e propensão a relacionamentos com gente de posses menores; a mulher que arregimenta multidões para a Santa Madre Igreja e, numa época ulterior da sua vida, a beata que se dedica, inteira e piedosamente, a todos os paramentos que as diversas igrejas e capelas da aldeia exigem ver ordeiros e cuja conduta o leitor vê alterar-se e moderar-se; e) Maria de Lurdes, a filha de uma jornaleira, que vê "invertido" o rumo da sua vida, quando é adotada pelos Matos, o casal mais rico de Lagoaça, e cuja vida se vai cruzar com a de Benjamim, dando, assim origem a uma união indissolúvel entre um judeu e uma cristã, ambos convictos das práticas religiosas que as respetivas famílias lhes transmitiram e que as personagens fielmente mantiveram.

Por último, também é abordada a saga da imigração/emigração, nas figuras de Juan, um leonês fugido da miséria de Castela-Leão e Arminda, a filha do casal judaico-cristão: Benjamim e Lurdes, que desbravará juntamente com o seu marido Aurélio, sargento do exército português, as terras de além-mar que faziam parte do então império colonial português.

[103] Barnavie, Élie (1992). História Universal dos Judeus (Da génese ao fim do séc. XX). Lisboa: Círculo de Leitores.

Há também o caso do casal proveniente de Carção[104], (concelho de Vimioso, Trás-os-Montes), aldeia conhecida por albergar várias famílias que praticavam o judaísmo havia séculos, ligadas, tal como atestam os documentos[105], à comercialização em terras transmontanas de peles, azeite e demais produtos caraterísticos daquelas paragens e alvo de invejas, críticas profundas e contundentes feitas ao seu estilo de vida dentro e fora de portas, apenas através das frestas que essas famílias deixavam visíveis aos olhos da comunidade onde se tinham integrado. Helena e Belchior surgem como continuadores de uma diáspora interminável; um casal que não desiste de encontrar um lugar, onde as suas diferenças religiosas e conduta sejam respeitadas e aceites. Adquirem uma casa em Lagoaça e é aí que nasce Catarina, a primeira filha do casal, num momento em que Helena está sozinha em casa e, por conseguinte, sem ninguém a quem recorrer porque qualquer habitante se assumia como um desconhecido e, ao mesmo tempo, um intruso. O leitor assiste a um parto com recurso a orações de origem mosaica, numa ocasião de particular desespero que simbolizam também a força anímica e a coragem da mulher sefardita.

Terra d'Encontros permite-nos o regresso ao Trás-os-Montes no dealbar do século XX, em que as ruas eram cobertas com feno e estevas e os animais - porcos, galinhas e outros, - circulavam livremente, em convívio íntimo e natural com os habitantes. Uma região isolada no planalto mirandês, servida apenas por vias de acesso feitas de terra batida e uma linha de caminhos de ferro–o comboio era, aliás, o único meio de transporte capaz de estabelecer contacto, ainda que difícil, entre Lagoaça e o resto do país; aldeias remotas que, ao contrário de Lagoaça se viam incrustadas nos recortes do Douro e nos penedos cobertos vegetação agreste e que, por isso mesmo, preservaram, durante séculos, a sua cultura e tradições, os seus hábitos mais arreigados e uma maneira muito própria de se projetarem no espaço e no tempo.

A propósito da questão da preservação, o leitor verifica que os regionalismos anotados ao longo da narrativa se revelam, sem dúvida, pertinentes atendendo à tipologia narrativa que se pretendia e à época em estudo e que o narrador os coloca meticulosamente nas falas de todas as personagens com traços de pertença ao espaço lagoaceiro e ao universo que abarca. Estão presentes os mais variados regionalismos e expressões idiomáticas próprios da zona sul do distrito de

[104] Andrade, A., Guimarães, M. (2008). *Carção: A Capital do Marranismo*, Bragança: Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso.
[105] Palavras, A. (Coord.) Trás-os-Montes e Alto Douro-Mosaico de Ciência e Cultura. Lisboa: Exoterra Lda.

Bragança, sempre acompanhados das explicações que o narrador considera pertinentes para esclarecimento do leitor. Tais expressões foram também alvo de investigação ,por nossa parte, uma vez que o tempo fez com que muitas caíssem em desuso, mas que, à luz dos inícios do século XX, eram detentoras de sentido etnográfico, cultural, religioso e social por fazerem parte das relações entre os habitantes da aldeia e das aldeias circundantes bem como das mais afastadas, com as quais Lagoaça estabelecia todo os tipo de relações – desde as comerciais às que surgiam ligadas ao casamento ou às lides da agricultura, no momento de contratar mãos para o trabalho sazonal.

Outro aspeto que poderá indiciar a pertinência do estudo que realizámos e a redação subsequente do texto romanesco prender-se-á com o conjunto de personagens ao qual já aludimos, mas dentro do qual convém destacar aquelas que se assumem como figurantes e às quais o narrador designa pequenas intervenções, ora em correlação com outros figurantes, ora com as personagens principais. De qualquer forma, todas elas poderão ser consideradas no conjunto que compõe a narrativa, uma vez que ajudam a estabelecer laços e ideias no tempo e no espaço e fornecem ao leitor o fio de que este precisa para se guiar entre a trama de acontecimentos. Assim surge gente que chega e parte, que protagoniza crenças e ideologia diferentes, que nasce e morre. Enfim, a obra retrata o curso natural de uma comunidade, que como qualquer outra tem as suas especificidades.

Embora nos tenhamos centrado em Lagoaça como um macro espaço, parece-nos também que a organização da narrativa passa por uma estruturação de micro espaços que eram ocupados ora apenas pela família e vizinhos, ora pela comunidade e podiam ser frequentados por todos os habitantes. É o caso do espaço da igreja, dos *sótos*[106] e das pensões.

Por um lado, a igreja e as personagens, que corporizam os padres (Juvenal e João) são caraterizadas segundo a sua apetência para o cultivo dos bens materiais e uma busca incessante de supostos fiéis que não frequentam a Casa de Deus. Tal é o caso da família de Benjamim, por ser seguidora da Lei Mosaica no seio familiar e cultivar uma espécie de fingimento cristão uma vez em público. Por outro lado, *sótos* é um termo típico da região alto duriense - o mesmo que

[106] Estabelecimentos comerciais.

pequena loja ou minimercado, onde se vendia de tudo - dos parafusos, ao arroz e bacalhau, até aos pregos e arreios para animais e, em vários casos, os próprios caixões, em que as pessoas desciam à terra. Este último espaço surge na narrativa como um microcosmo do qual todos os habitantes da aldeia dependem para a aquisição de todo o tipo de objetos. Finalmente, as pensões são apresentadas com algum destaque porque permitiam o alojamento de visitantes e forasteiros e constituíam o ganha-pão de algumas famílias lagoaceiras. Ora, ao contrário do que acontecia na maioria das aldeias circundantes – que se revelavam incapazes de albergar os eventuais desconhecidos aí chegados – o leitor percebe que em Lagoaça há todo um mundo comercial que gira em torno das pensões ao longo do todo o ano, quer para dar guarida a estranhos de passagem, médicos, forasteiros durante as festas religiosas e ao longo das épocas agrícolas que exigiam maior força braçal e familiares dos aldeãos vindos da estranja. É assim, por exemplo, que a personagem Albertino Reguengos conhece aqueles que o levarão além Atlântico, até terras de Vera Cruz e encetará a sua tão desejada aventura na descoberta do mundo.

Indubitavelmente, a obra romanesca: *Terra D' Encontros* é fruto de apurada investigação feita por terras raianas do nordeste trasmontano, optando por uma metodologia de cariz natural, com recurso a entrevistas aos habitantes mais velhos de Lagoaça e aldeias circundantes, para além das referências bibliográficas consultadas – escassas, atendendo à temática e à época que nos moviam e apresenta os hábitos e as crenças judaicas, ainda remanescentes e mantidos vivos entreportas pelos descendentes da grande comunidade que, em 1492, foi expulsa de Castela e mais tarde em 1496, haveria de ser expulsa ou convertida à força, por D. Manuel I.

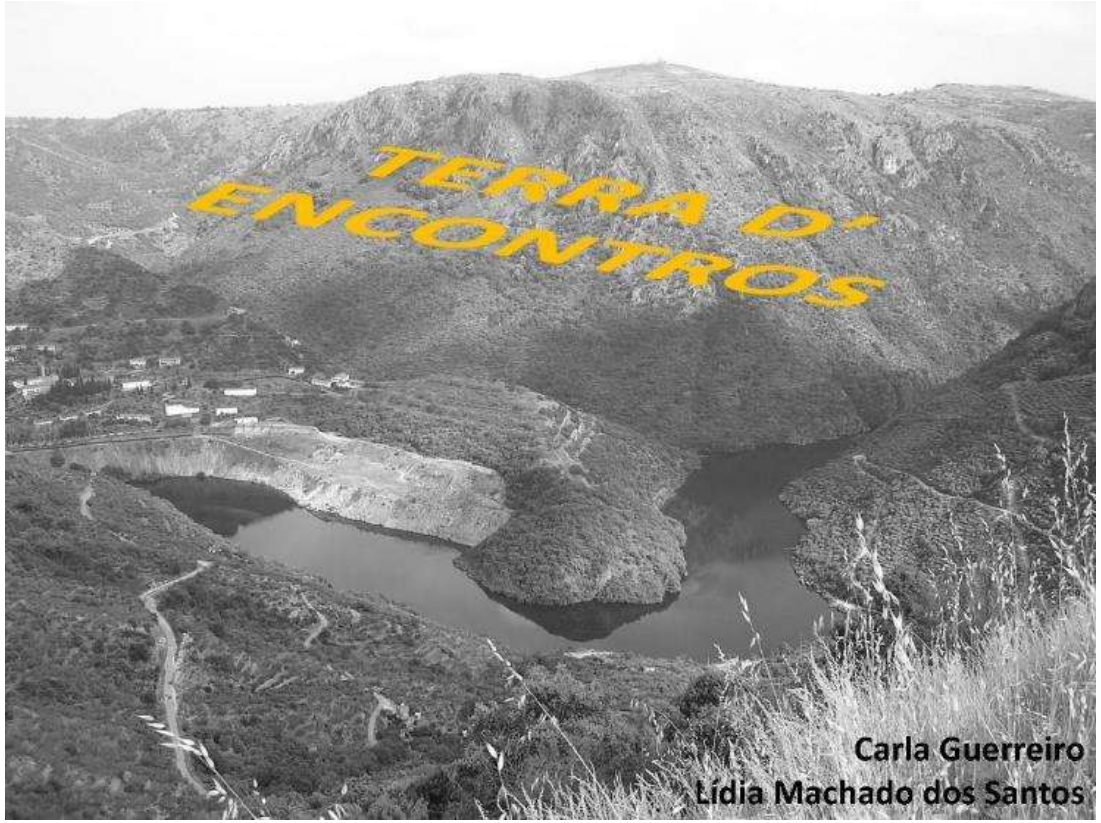
São estes judeus os verdadeiros protagonistas da obra que pretende ser também uma homenagem à fidelidade, perseverança e capacidade de sacrifício e integração destes homens e mulheres, que desde o século XV até ao século XX, lutaram por uma vida digna, na pátria que sempre foi sua e tantas vezes lhes negou a paz e reconhecimento merecidos.

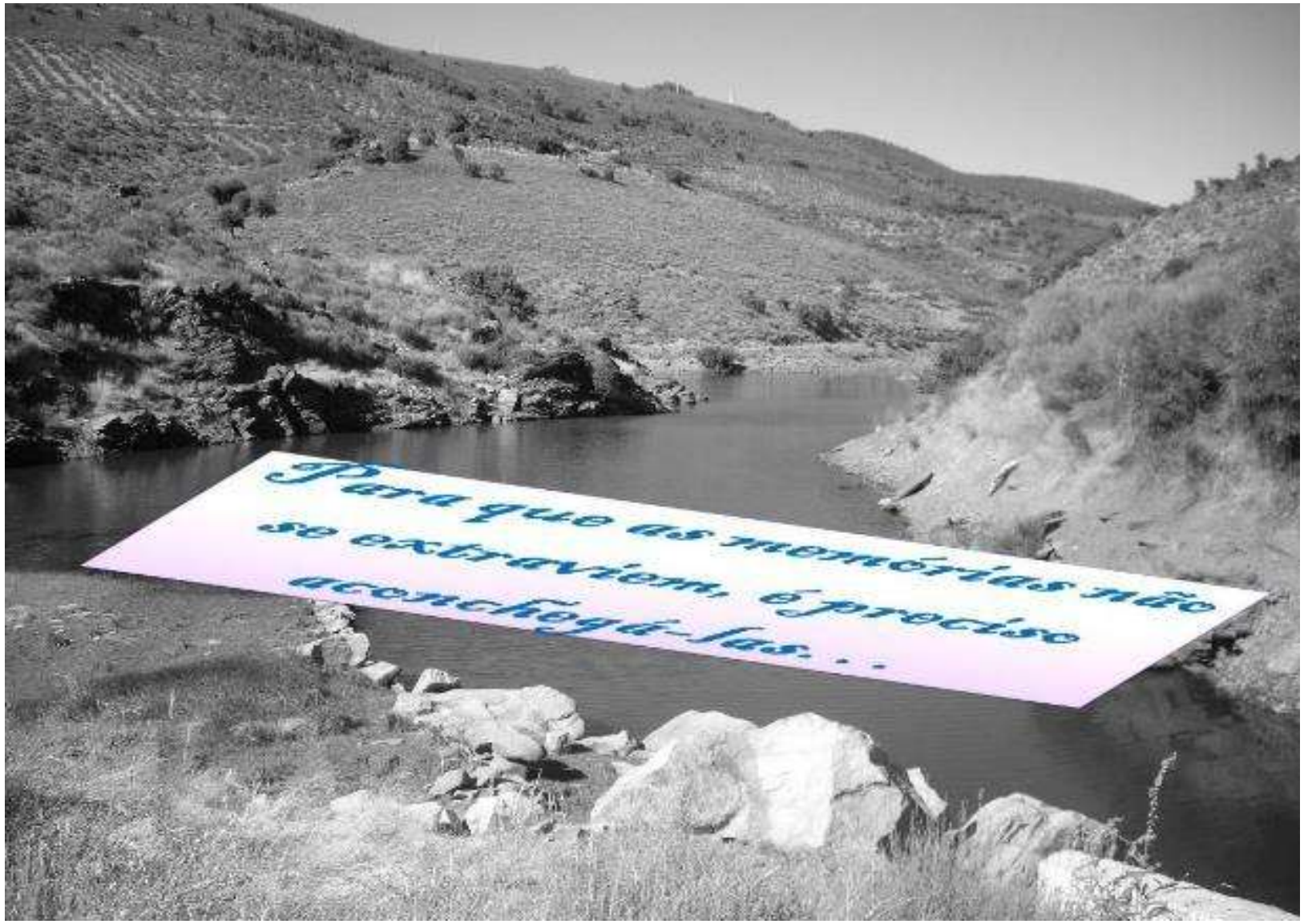
Referências Bibliográficas:

Andrade, A., Guimarães, M. (2008). *Carção: A Capital do Marranismo*, Bragança: Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso.

Barnavie, Élie (1992). História Universal dos Judeus (Da génese ao fim do séc. XX). Lisboa: Círculo de Leitores.

Carvalho, A. C. (1999). *Os judeus do desterro em Portugal*. Lisboa: Quetzal.
Guerreiro, C. E. S., Machado dos Santos, L. (2016). *Terra D' Encontros*. Manuela Pereira: A Minha vida dava um Livro.
Joaquim, T. (1983). Dar à luz - ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal. Lisboa: D. Quixote.
Lamas, M. (2003). *Mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho.
Mattoso, J. (Coord.) (2011). *História da vida privada em Portugal*. A época contemporânea. Lisboa: Círculo de Leitores.
Palavras, A. (Coord.) Trás-os-Montes e Alto Douro - Mosaico de Ciência e Cultura. Lisboa: Exoterra Lda.
Rodríguez, J. A. B. (2003). *Zamora y Castilla y León en las migraciones españolas.* Junta de Castilla y Leon, Consejería de Educación. Zamora: Heraldo de Zamora Artes Gráficas.

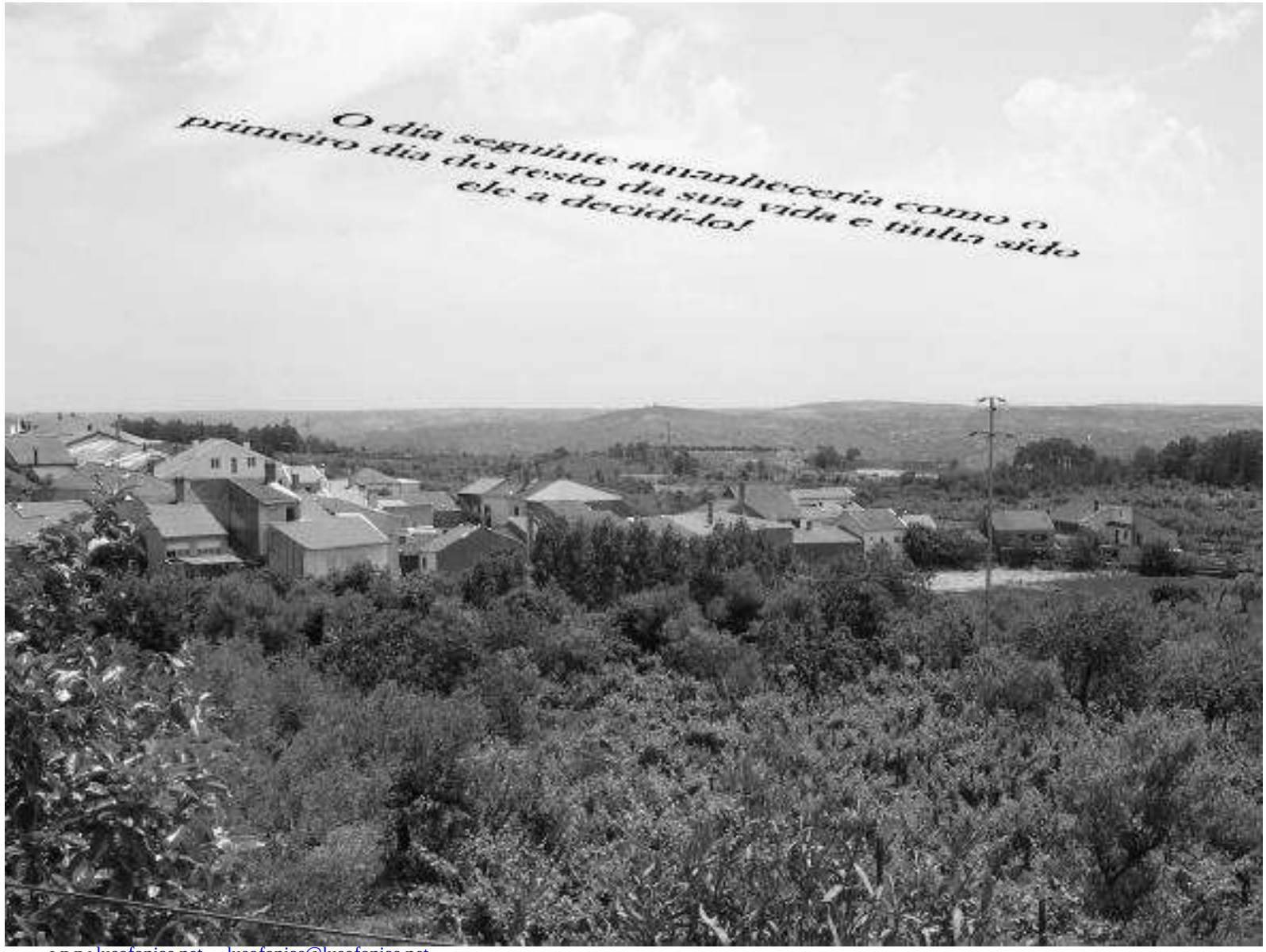

TERRA D' ENCONTROS
Carla Guerreiro
Lídia Machado dos Santos


Para que as memórias não
se extraviem, é preciso
acenchegá-las...

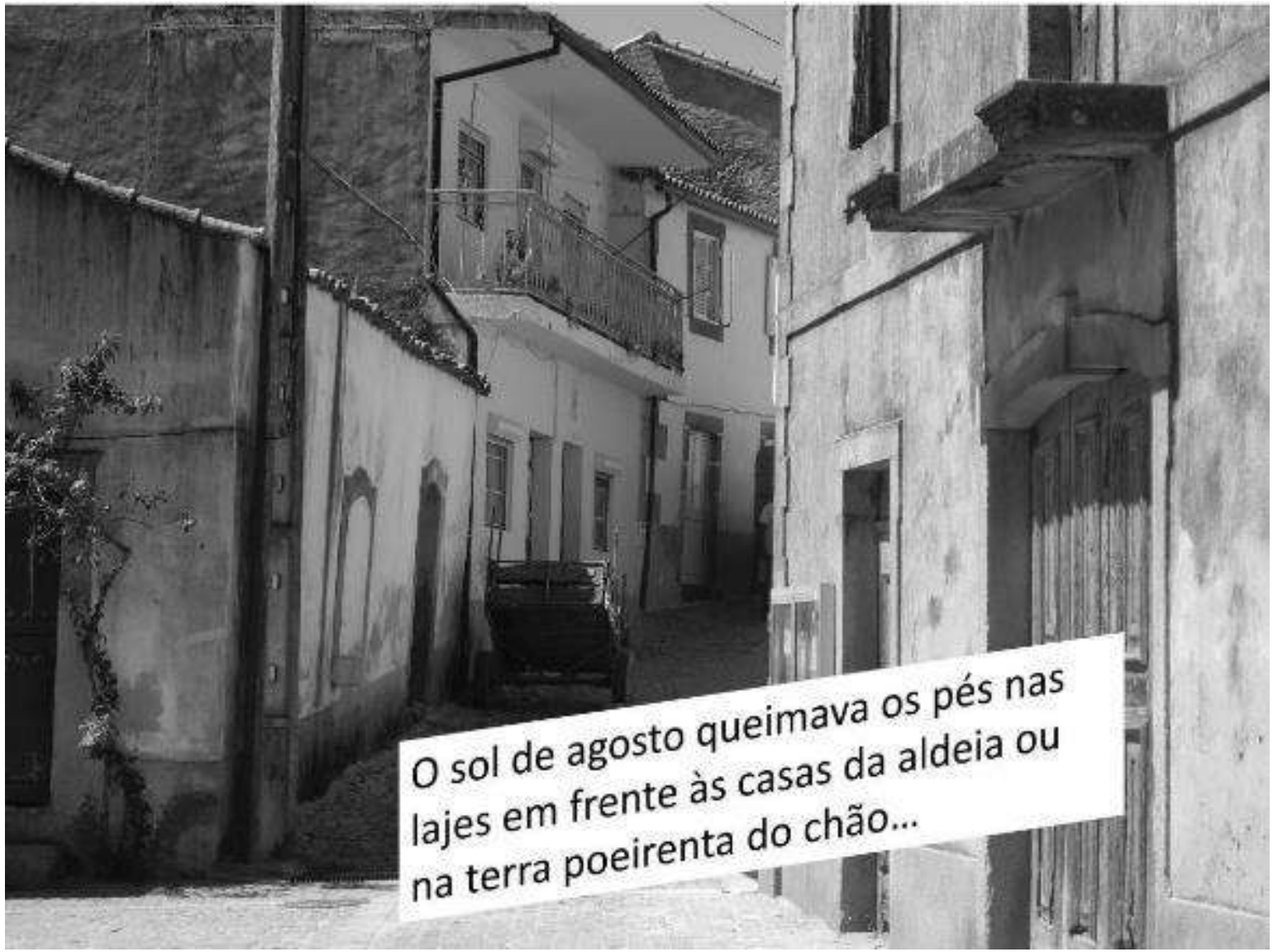
Louvo-te Senhor, nosso Deus do Céu
e guardo a tua Lei que é de Moisés...

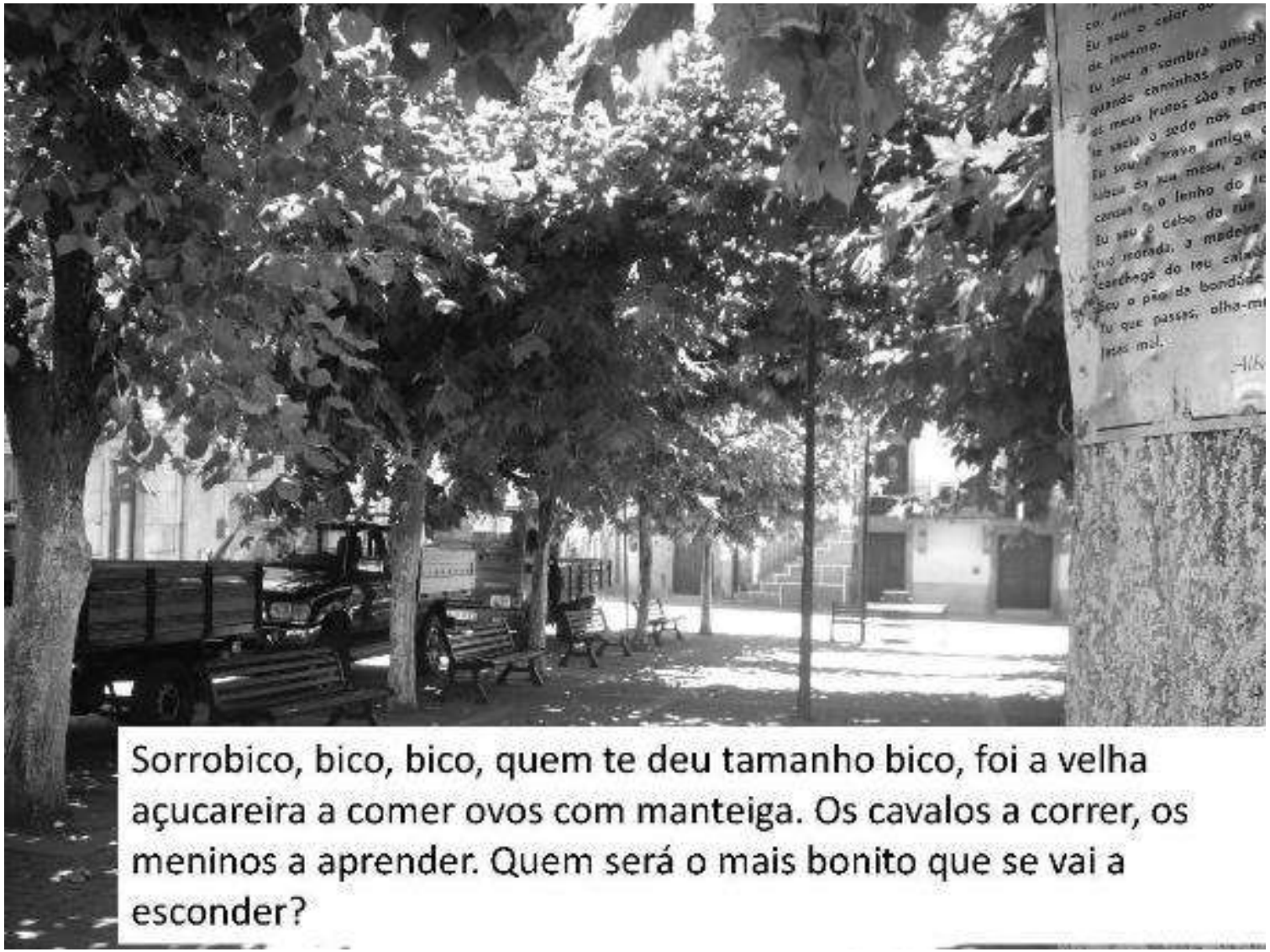
... despejou o cântaro dentro do caldeiro e fez o lume com bastantes toros de carrasco para que rápido se fizesse uma chama maior...

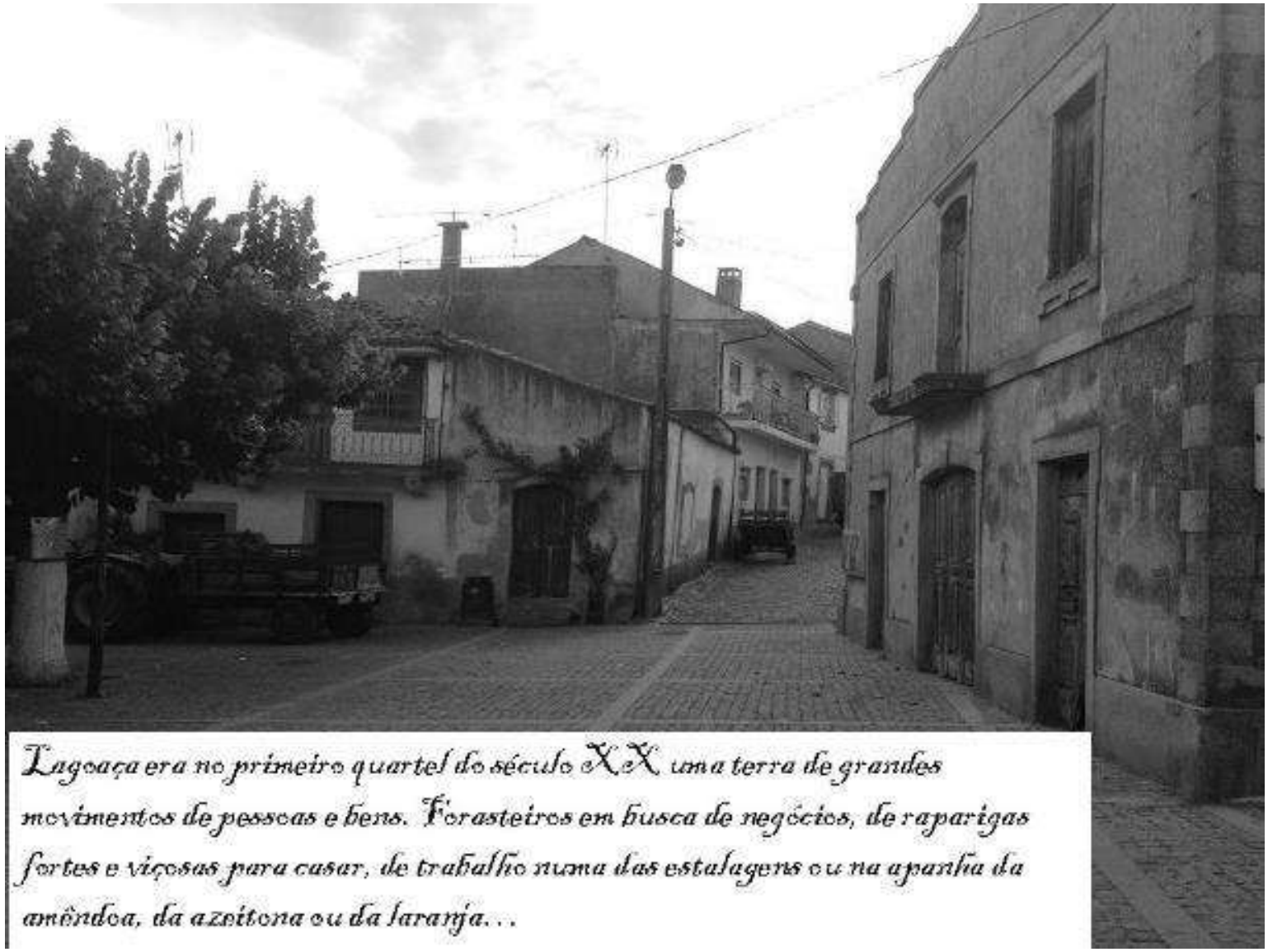
O trigo, o mais nobre dos cereais, era o ouro da terra e dele tudo era aproveitado


O dia seguinte amanheceria como o
primeiro dia do resto da sua vida e tinha sido
ele a decidi-lo!

Albertino continuou a descer a rua ao mesmo tempo que se detinha em pequenas paragens para perguntar a vizinhos e conhecidos acerca das suas vidas e das dos seus


O sol de agosto queimava os pés nas
lajes em frente às casas da aldeia ou
na terra poeirenta do chão...

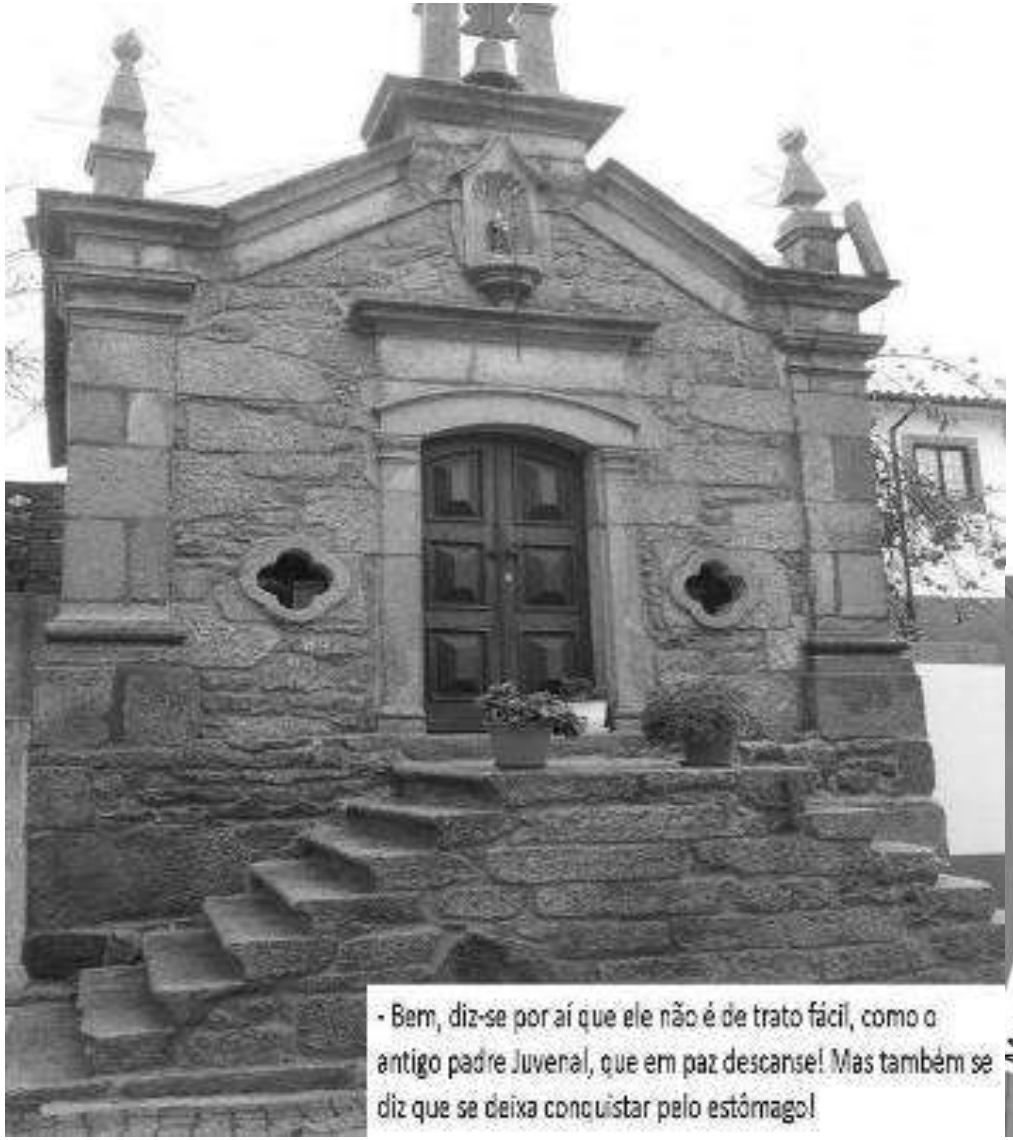

Sorrobico, bico, bico, quem te deu tamanho bico, foi a velha açucareira a comer ovos com manteiga. Os cavalos a correr, os meninos a aprender. Quem será o mais bonito que se vai a esconder?


Lagoaça era no primeiro quartel do século XX uma terra de grandes
movimentos de pessoas e bens. Forasteiros em busca de negócios, de raparigas
fortes e viçosas para casar, de trabalho numa das estalagens ou na apanha da
amêndoa, da azeitona ou da laranja...

A senhora dona condessa enviava vinte
malas cheias de toda a sorte de objetos...

Aos oito anos, Lurdinhas, como era conhecida no povo, sabia já muito bem o que era a vida. Desde os cinco anos que a mãe a deixava em casa encarregada de tomar conta dos irmãos mais novos.

Lurdes metia, literalmente, as mãos em todas as massas, inspecionando aquelas cuja confeção delegava nas demais mulheres que trabalhavam na grandiosa cozinha dos Matos...



- Bem, diz-se por aí que ele não é de trato fácil, como o antigo padre Juvenal, que em paz descanse! Mas também se diz que se deixa conquistar pelo estômago!

a corte celestial e "a guardar o
rebanho A encerrar o desfile
dhumano", o pesadíssimo altar da
Senhora das Graças

E agora, na véspera da partida, aqui estavam os dois: pai e filha, lado a lado, tão iguais na maneira de ser e tão afins na forma de pensar. Eles que, normalmente eram tão conversadores, não conseguiam dizer uma palavra...

O sol iniciava lentamente a sua caminhada em direção ao sopé do horizonte e Lagoaça preparava-se para mais uma noite...

9. CAROLINA CORDEIRO, ESCRITORA, UNIV DOS AÇORES. AICL.

TEMA 3.1. OS ATOS ILOCUTÓRIOS AO SERVIÇO DA MARCA POÉTICA NA NOVELA UM DEUS À BEIRA DA LOUCURA, DE DANIEL DE SÁ

Tendo em mente o estudo dos atos ilocutórios defendidos por John R. Searle, somos capazes de delinear o quão pertinentes e eficazes estes são para uma análise acerca da presença de marcas caraterísticas da poesia, na obra narrativa *Um Deus à Beira da Loucura*, de Daniel de Sá. Fazendo uso de mecanismos próprios, não só da criatividade literária, mas também da pragmática da língua, a presença da carga emotiva na narração de Sá tem a competência de envolver o leitor em esferas para além das denotativas marcas da narração e da descrição. Assim, aqui, a poesia, para além das notas fundamentais deste modo literário, faz conduzir, inequivocamente, a leitura da intenção sub-reptícia em que o autor pretende envolver, e compadecer, o leitor para as probabilidades de interpretação que a obra poderá conter. A capacidade que o autor açoriano tem de, amiúde, deambular entre os modos narrativo e lírico, num só texto, é notável. Num texto indubitavelmente marcado por uma contextualização histórica, imagem do quão extremo chega a ser a precariedade da condição humana, a palavra poética de Daniel de Sá suplanta a linear comoção do leitor.

> "*uma frase, quer dizer o que diz, mas também quer dizer muito mais*!"
> John Searle[107]

A Literatura, à semelhança da realidade, tem a capacidade de fazer refletir na pele a verdade dos sentimentos. Quanto mais o jogo de palavras se for intensificando ou conotativamente mostrado, mais correlação se estabelece entre a palavra imaginada, a palavra lida e a palavra sentida. É nesse jogo de identificações que reside a magia da Poesia.

No decorrer dos tempos, a composição poética tem tido diferentes e divergentes definições. Todavia, não é estranheza alguma que, aquando da leitura de um poema, as palavras no papel nos fazem refletir, ponderar, questionar, imaginar e vivenciar todos os sentidos intencionados pelo sujeito poético. Quer por

[107] Searle, J. R. "Indirect Speech Acts", *in* Cole e Morgan (orgs.), 1975: 59-82

uma forma mais discorrida, quer por uma maneira mais ponderada, a verdade é que a panóplia de poesias que se encontra é, garantidamente, no nosso pensar, um espelho da emoção do sujeito lírico e, essa emotividade, reflete-se, amiúde, no resultado analítico das categorias gramaticais, lato senso.

Nesta aceção, estamos em crer que ao estudar os atos ilocutórios defendidos por John R. Searle, somos capazes de delinear o quão pertinentes e eficazes estes são para uma análise acerca da presença de marcas caraterísticas da poesia, na obra narrativa *Um Deus à Beira da Loucura*, de Daniel de Sá. A obra em questão não é, claramente, uma composição poética formal. Não obstante, é-nos possível analisá-la e exemplificar passagens narrativas claramente poéticas. O autor açoriano, fazendo uso de mecanismos próprios, não só da sua criatividade literária, mas também da pragmática da língua, faz sobressair no leitor, a típica carga emotiva das suas palavras. Sá tem a competência de envolver o leitor em esferas para além das denotativas marcas da narração e da descrição. Assim, aqui, a poesia, para além das notas fundamentais deste modo literário, faz conduzir, inequivocamente, a leitura da intenção sub-reptícia em que o autor pretende envolver, e compadecer o leitor para as probabilidades de interpretação que a obra poderá conter. A capacidade que o autor açoriano tem de, amiúde, deambular entre os modos narrativo e lírico, num só texto, é, no nosso entender, notável.

A palavra poética de Daniel de Sá suplanta a linear comoção do leitor. Sabendo, à priori, que a poesia imita e recria a realidade através da linguagem, do ritmo e da melodia; que desperta sentimentos e sensibiliza o leitor, então a sua presença numa narração evoca ainda mais o prazer da leitura e a importância desta para uma maior compreensão do mundo que nos rodeia.

Parafraseando Fernando Pessoa, a poesia é uma emoção expressa em ritmos através do pensamento sem o intermédio da ideia ou de uma ideia convertida em emoção, comunicada a outros por meio de um ritmo; poesia é constituída por um ritmo verbal ou musical ou de imagem que lhe corresponde, internamente.

São muitos aqueles que tentaram definir Poesia. Natália Correia (Correia, 1970) dizia que a poesia é para se comer. Carlos Bousono, (1923) a definia como

"*antes de tudo, comunicação, efetuada por palavras apenas, de um conteúdo psíquico (afetivo-sensório-concetual), aceito pelo espírito como um todo, uma síntese (…) pois o poeta, ao expressar-se, nunca transmite puros conceitos, quer dizer, nunca transmite conceitos sem mescla de sensorialidade ou sentimentalidade'.*

Também há quem afirme que toda verdadeira poesia é uma visão de mundo. No fundo, ao tentar definir Poesia tenta-se obter uma espécie de ligação conceitual filosófico-literária, com uma ênfase individual, social e estético.

Na visão de A. C. Bradley, aquando do seu estudo "Poetry for Poetry's Sake" (https://cdeassis.wordpress.com/o-que-e-poesia/)

'o grau de pureza de um poema há de ser avaliado na medida em que se torna impossível obter o mesmo efeito poético através de qualquer outra forma verbal que não seja exatamente a dele' e por isso mesmo 'a identidade entre forma e fundo só se encontra quando a poesia corresponde à ideia, numa realização poética pura ou quase pura'.

Ainda segundo a mesma fonte,

Abade Renri Brémond, que aproxima a poesia da prece mística em seu livro La Poésie Pure, 'a poesia pura é inefável, consistindo naquele extraordinário poder que transforma em coisas poéticas os elementos impuros ou prosaicos' (...) Outro estudioso, Robert de Souza, em Un Débat sur Ia Poésie, tenta resumir o pensamento do Abade Brémond em seis itens:
1) Todo poema deve suas caraterísticas poéticas essenciais a uma espécie de realidade unificadora e misteriosa;
2) não basta, nem é necessário, ler poeticamente um poema, para captar-lhe o sentido, uma vez que existe certo encantamento obscuro e independente do significado das palavras;
3) poesia não se pode reduzir a discurso prosaico, pois constitui um meio de expressão que ultrapassa as formas comuns da prosa;
4) poesia é uma espécie de música e ao mesmo tempo não é apenas música, pois age como uma espécie de condutor de corrente pelo qual se transmite a natureza íntima da alma;
5) é a encantação que proporciona a comunicação inconsciente do estado de alma em que se encontra o poeta até o momento em que se manifesta por ideias e sentimentos, momento esse que se revive confusamente lendo o poema;
6) a poesia é uma espécie de magia mística semelhante ao estado de oração'. (https://cdeassis.wordpress.com/o-que-e-poesia/).

Poder-se-á definir Poesia quanto à importância que as palavras têm no texto: "*Na poesia, cada palavra tem seu papel não apenas por seu significado, mas por seu ritmo, pela sua sonoridade, pela forma como se relaciona com as outras palavras, e, modernamente, até mesmo pelo seu aspeto visual...*" (https://cdeassis.wordpress.com/o-que-e-poesia/); pela sua forma e, de acordo com Massaud Moisés

"*já na Grécia antiga Aristóteles afirmava que nem todo verso é poesia: "Até mesmo quando um tratado de medicina ou ciência natural é escrito em verso, habitualmente se dá o nome de 'poeta' ao autor, porém Homero e Empédocles nada têm em comum além da métrica, e, portanto, seria correto chamar o primeiro de poeta e o outro de cientista natural ao invés de poeta*."
(traduzido a partir da tradução inglesa de S. H. Butcher, The Internet Classics Archive - http://classics.mit.edu/Search/index.html).

Para além destas duas possíveis formas de definir poesia, podemos ainda incluir uma terceira: a definição baseada em aspetos mais amplos do seu significado. Neste sentido, temos algumas possíveis maneiras de descortinar o sentido deste género literário, porém apraz-nos a explicitação de J. Middleton Murry, *apud* Massaud Moisés, onde lemos que "*A poesia é a expressão natural dos mais violentos modos de emoção pessoal*" ou ainda segundo William

Wordsworth que a interpreta como sento o "*extravasar espontâneo de poderosos sentimentos*", (Wordsworth, 1800). Por fim, podemos ainda incluir a hipótese de definir Poesia na sua vertente linguística, como nos definiu Mário Laranjeira na sua obra *Poética da Tradução*: "*O texto poético é, pois, aquele em que a função poética se sobrepõe às demais e delas se destaca, sem eliminá-las"*. Uma visão mais radical reside nas afirmações do poeta americano Robert Frost (1874-1963), que a define como "*o que ficou para trás na tradução*". Assim, nesta conceção um tanto radical, aquando de dúvida sobre se um texto é ou não é poético basta traduzi-lo.

No nosso entender, a definição de Poesia contempla toda essa variedade de probabilidades já que no nosso próprio conceito, este género de literário é um que dá azo ao correr das emoções, sob o signo da idealização de um assunto, tendo em conta as regras estabelecidas da gramática (quer pela sua utilização quer pela sua usurpação). A interpretação será tão ou mais variada quanto as palavras que o sujeito lírico intencionar colocar no papel. É, portanto, neste contexto que surge a questão da pragmática ligada não só à criação poética, mas a criação poética ligada à narrativa.

Olhando para esta noção, na obra de Daniel de Sá, não encontramos um sujeito lírico, mas sim um narrador que nos oferece uma perceção poética de um dos temas e de um dos assuntos mais sombrios da história da humanidade. Será no contexto da Segunda Guerra Mundial que a nossa novela decorrerá e, com laivos poéticos, o autor açoriano mostrará que também na narrativa pode, claramente, haver poesia. Tudo será uma questão de utilizar, a propósito deste estudo, das especificidades do campo da Pragmática da Língua.

Usando a definição de Guervós:

"*Pragmática eres tú, y tú eres tú e tus circunstancias, luego la pragmática son tus circunstancias y, em definitiva, tus circunstancias vienen a ser lo (...) contexto: tú y tus circunstancias. Ideas innatas e ideas sociales que se conjugan para inferir, para comprender la comunicación y responder al estímulo*. (Guervós, 2005: 183)

Na visão de Gumperz, "*os interlocutores têm um "saber sociocultural" e é o que está na base do cálculo de múltiplos processos de inferência e que lhes permite saber delimitar sequencialmente as ações discursivas e as estratégias discursivas que elas configuram*" (Almeida, 2016: 20 *apud* Gumperz, 1989:

57). No que concerne à Pragmática, em particular, aqui faremos referência apenas aos atos ilocutórios propostos por J. R. Searle, nomeadamente aos atos ilocutórios diretivos e compromissivos. Na perspetiva de Gouveia (Gouveia, 1996: 390 *apud* Austin, 1962: 101)

"*um ato ilocutório corresponde à enunciação de uma ou mais palavras numa frase, a partir da operação linguística de atribuição de referência e codificação de significado, permitindo ao ouvinte compreender o que foi enunciado. O ato ilocutório, muito próximo do sentido em que o performativo foi definido, consiste, por sua vez, no uso de uma frase linguisticamente operativa para efetuar algo, para realizar uma ação circunstancialmente funcional, como, por exemplo, prometer, ordenar, etc. Por último, temos o ato perlocutório que se traduz nos resultados ou efeitos produzidos com o efetivar do enunciado-ação*. (Austin, 1962: 101)

ou seja, aquilo que o autor de um texto faz é iniciar um "diálogo" com o seu leitor através de um ato ilocutório que, no nosso entender, é tanto diretivo pois

[o] *objeto ilocutório deste tipo de atos [atos ilocutórios diretivos] traduz-se na vontade de o locutor levar o alocutário a realizar uma ação futura, verbal ou não verbal, a qual é determinada pelo reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo preposicional do enunciado proferido pelo locutor e da necessidade por este manifestada para que o alocutário execute tal ação. O querer do locutor é, portanto, determinante na configuração destes atos, que, contudo, se diferencia, em função do modo como as forças locutoras são reguladas pelo objetivo ilocutório, podendo ir desde a ordem à sugestão, desde o pedido ao conselho, por exemplo. Tal diferenciação depende de uma série de condições que determinam e regula, facto é que passam sobretudo pelo tipo de relação social mantida pelo locutor e pelo alocutário. (...). De certo modo, o locutor estabelece as normas de comportamento do seu alocutário, pois quer que ele aja de determinada maneira*. (Gouveia, 1996: 394)

como o é compromissivo, dado que

[o]s membros desta classe de atos [atos ilocutórios compromissivos] têm como objetivo locutório comprometer o locutor relativamente à prática de uma ação futura, determinada pelo conteúdo preposicional do enunciado. (...). Os atos ilocutórios compromissivos, tendo em comum com os diretivos o facto de se repostarem à realização de uma ação futura (por parte do alocutário, no caso dos diretivos, por parte locutor, no caso dos compromissivos), distinguem-se carateristicamente daqueles e de outros atos, na medida em que expressam proposições cuja predicação é temporalmente marcada com o futuro, mesmo que o tempo verbal utilizar seja o presente do indicativo ou outro.

Nesta narrativa breve de Sá, os atos ilocutórios diretivos refletem a sugestão, a inferência e, de certo modo, a condição do leitor imaginar determinadas atitudes que poderão ser (e serão!) associadas ao contexto da narrativa ficcional. No caso dos atos ilocutórios compromissos, estes serão interpretados na condição do leitor ser levado pelas sugestões apresentadas, direta e/ou indiretamente, pelo autor/narrador. A emoção poética estará visível neste último elemento dado a intenção do autor envolver o leitor na sua trama ficcional e fazê-lo percorrer o caminho trilhado pelas personagens. Se podemos verificar a presença da pragmática nesta narrativa, também não podemos, de todo, descurar um outro aspeto da sua formulação: a noção de que, de certa forma, o autor tenta cativar e persuadir o seu leitor com elementos típicos da retórica. Seguindo este mote, e segundo Aristóteles, *"a retórica é a faculdade de considerar, para cada questão, o que pode ser apropriado para persuadir*." (Neto, 2011: 974). Neste contexto,

*[o] orador é simbolizado pelo **ethos**: na sua virtude, em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo **páthos**: para o convencer é preciso impressioná-lo, seduzi-lo, e mesmo os argumentos fundamentados na razão devem apoiar-se nas paixões do auditório para poderem passar e suscitar adesão. Resta, enfim, a terceira componente, sem dúvida a mais objetiva: o **lógos**, o discurso, que pode ser ornamental, literário, ou então diretamente literal e argumentativo (Neto, 2011: 974 apud Meyer, 1994: 43).*

No nosso entender, será o *páthos* um dos elementos primordiais que se poderá ter em conta nesta novela. Para tal, nos serve a explicitação de que

páthos objetiva a influência afetiva, pretendida e exercida pelo locutor sobre o alocutário, com a finalidade de nele exercitar, favoravelmente à proposição, afetos violentos (movere, comovere). Este grau afetivo leva à ação, através do impulso imediato, e consiste na adesão do espírito à proposição apresentada. (Neto, 2011: 975)

Tendo tal definição em mente,

*o **páthos** influencia a argumentação e a escolha da cenografia apropriadas ao alocutário/auditório, considerando-se que a adesão do alocutário/auditório se baseia num contrato intelectual entre esse e o locutor/orador. Esse contrato prévio se relaciona ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos que é revelado nas premissas da argumentação e nas imagens construídas e/ou pressupostas pelo locutor*. (Neto, 2011: 978)

No final, será a capacidade do locutor de apresentar ao alocutário, através dos meandros que a língua lhe oferece, de forma sugestiva, apelativa, as razões pelas quais ele deve ter em conta um determinado tipo de comportamento/reação ao texto lido. Ou por outra, essas especificidades do texto retórico entram em linha com a noção de que

"[l]a retórica interpreta con un fin persuasivo, para extraer datos que luego conformen discursos capaces de convencer a un auditorio, la pragmática interpreta cualquier mensaje, también con un fin no persuasivo, si es que existe una comunicación en la que no intentemos influir sobre el otro." (Guervós, 2005: 183).

Em última análise, serão "*as propriedades sociais (locutores e recetores legítimos, língua e contexto legítimos...) no interior de um dado campo social, que a legitimam, que determinam a legitimidade e a aceitabilidade de um discurso*". (Barriga, 2009: 35). Essa aceitabilidade será referenciada aquando do uso de "*sentencias más trilladas y corrientes si son adecuadas, pues por ser corrientes, como todos están de acuerdo en ellas, dan la impresión de ser verdaderas*" (Guervós, 2005: 15 *apud* Aristóteles, 1395). Tal só se poderá concretizar pelo uso mecânico de determinados jogos sintáticos e semânticos, com referência constante aos já referidos atos ilocutórios defendidos por Searle[108].

[108] Aqui, seguimos as categorias de Searle onde podemos, sinteticamente, classificá-los como assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos. Contudo, não podemos descurar das contribuições de Austin uma vez que foi ele quem iniciou o estudo dos atos locutórios ao distinguir as afirmações de locutor sobre um outro e constata que afirmações não podem ser julgadas por verdadeiras ou falsas, mas sim por felizes ou infelizes, com ou sem sucesso. (Searle, 2005) "*Os atos ilocutórios expressivos constituem por natureza uma área do "eu", mas o "eu" na sua interação com o outro, agradecendo-lhe, pedindo-lhe desculpa, elogiando-o o, criticando-o, prestando-lhe apoio, numa cadeia de trocas verbais convencionalizadas pelo uso e pela cultura*." (Palrilha, Silvéria. 2009: 1)

Deste ponto de vista, e olhando para a obra em questão como uma narrativa ficcional, que é de facto, podemos inferir que, "[*t]he text must allow the reconstruction of an interpretative network of goals, plans, casual relations, and psychological motivations around the narrated events. This implicit network gives coherence and intelligibility to the physical events and turns into a plot*." (Ryan, 2004: 9). As implicações são sempre feitas de acordo com o princípio de relevância. Vamos inferir o que é relevante dentro daquele contexto e que se adequa ao cenário dado. (Dewes, 1997: 9) é aquilo que faz com que um leitor se deixe contagiar pela linguagem diretiva desse tipo de texto.

O leitor deixa-se, inequivocamente, contagiar com frases como

"*O meu companheiro chorou em silêncio, com lágrimas lentas e espaçadas", "Evitei um grito. (...) E que me fez revoltar por todos os olhares semelhantes com que o Mundo tem sido visto (...) e subir a vedação do campo na esperança de que o tiro misericordioso fosse certeiro*." (Sá, 1990:21-24)

ou então

"(…) *acreditar num farrapo humano, que disfarçava os destroços da sua alma sob uma aparência de serenidade. (...) A minha contradição era essa revolta sem objeto, era argumentar contra o silêncio do meu acusado. (...) provava o erro enorme da condição humana. (…). De todas as coisas erradas que me aconteciam, aquela seria decerto a que poderia trazer-me um menor mal. (...) E era uma recordação boa, a julgar pela aparência. Sorriu docemente, um sorriso de serenidade, de calam de satisfação plena. (...) apeteceu-me de novo enlouquecer também, mas sem que pudesse aperceber-me de que enlouquecia*." (Sá, 1990: 25-27).

ou ainda,

"Há coisas tão difíceis de imaginar que só podemos imaginar que as imaginamos… Morrer de fome é uma delas." (Sá, 1990: 35); "*Até porque a dor, quando não se a sofre, parece mais ténue, mesmo quando é memória do que se sofreu, e mais ainda se são outros que a suportam*." (Sá, 1990: 49),

A finalizar a obra, podemos ler que "*A Humanidade é uma página escrita com meia dúzia de linhas apressadas, num livro de milhes de folhas. E destinada a ser arrancada e dela não ficar memória, nem alguém que possa ler o livro*." (Sá, 1990: 51). Estes exemplos, no nosso entender, são Poesia. São-no pelo deambular entre razão e sentir, entre os meandros da língua portuguesa e, nesse campo, conseguimos percecionar não só o contexto ficcional das palavras, mas também o elevá-las ao campo do sensível e do lógico.

Em suma, acreditamos que a linguagem usada, seja através de uma panóplia de recursos expressivos, quer através dos atos ilocutórios e da capacidade de enamoramento literário — que é feito muito com recurso à retórica — sucede, sem qualquer prejuízo para a sintaxe e semântica da língua usada. Aliás, abona

muito a seu favor, dado a forma extraordinária como o/a leitor/a a interpreta: interpreta o que lê/leu, leu-o de forma tão pessoal uma mensagem sobejamente universal que, em última instância, vem concretizar a noção de que a língua, como um organismo social é reflexo dos seus utilizadores, é meio essencial para veicular inúmeras interpretações a partir de, por vezes, simples emoções espetadas em simples palavras.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Aurélia. *"Conselho de amigo, aviso do céu": contributos para a análise semântico pragmática dos atos ilocutórios de conselho e de aviso em confronto com o de ameaça.* Porto: 2016, Departamento de Humanidades da Universidade Aberta Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Revista da Associação Portuguesa de Linguística, nº 2, *p.* 1-29, https://doi.org/10.21747/ 2183-9077/rapl2a1 [consultado a 06-02-2017]

BARRIGA, António. *Opinião, argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica – O «poder do discurso»*. 2009, Comunicação e Sociedade, vol. 16, pp. 27-42

BOSH, ELENA. Análisis de un texto persuasivo desde los principios de la pragmática y la retórica. Valencia: Universidad de Valencia, 1997, ASELE. Actas VIII pp. 182-186

DEWES, Maria de Fátima Machado. *Retórica, comunicação e convencimento*. 1997, Working papers em Linguística, UFSC, nº1, jul/dez, pp. 6- 14

FARIA, Isabel Hub, PEDRO, Emília Ribeiro, DUARTE, Inês, GOUVEIA, Carlos A. M. (Orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1996, Cap. 8, p. 383-448, ISBN: 972-21-1048-9

GIL, Fernando (Coord.). *Oral/escrito/Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987, Enciclopédia Einaudi, vol. 11

GUERVÓS, Javier De Santiago. *Retórica, Pragmática Y Lingüística de la Comunicación*. Salamanca: 2005, Universidade de Salamanca, Revista de Investigación Lingüística, Vol. VIII, p. 177-208

Gumperz, John. *Engager la conversation: introduction à la sociolinguistique interactionnelle*. Paris: 1989, Minuit. p. 57

MIRANDA, Florencia. *Géneros de texto e tipos de discurso na perspetiva do interacionismo sociodiscursivo: que relações?* Lisboa: Edições Colibri, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 81-100

NETO, João Antônio de Santana. *Retórica e argumentação: um estudo da tríade.* Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011 p. 974 -981 *apud* MEYER, Michel. As bases da retórica. *in* CASCARDI, Anthony; HIN-TIKKA, Jaakko; PORCHAT, Oswaldo et al. Retórica e comunicação. Trad. Fernando Martinho. Porto: Asa. 1994, p. 31-70.

PALRILHA, Silvéria Maria Ramos. *Contributos para a análise dos atos ilocutórios expressivos em português*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Dissertação de Mestrado em Linguística e Ensino, na área de especialização em Linguística Aplicada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2009

REY, Sneidar Saavedra. *El arte de conmover. Estudio retórico y pragmático sobre las ventas en los buses.* Universidad Pedagógica Nacional, Panorama de los estudios del Discurso en Colombia

RODRIGUES, Maria da Conceição Carapinha. *Contributos para a análise da linguagem jurídica e da interação verbal na sala de audiências.* Coimbra: 2005, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra

RYAN, Marie-Laure (Ed.). *Narrative across Media - the language of storytelling.* Lincoln and London: 2004, University of Nebraska Press, ISBN: 0-8032-3944-0

Citações

Sociedade. Acedido em 28-12-2016, em: http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_s.html#sociedade

CORREIA, Natália Correia. *As maçãs de Orestes.* D. Quixote. 1970

WORDSWORTH, William Wordsworth. Lyrical Ballads. 1800. Acedido em 1-3-2017 em http://www.gutenberg.org/ebooks/8905

LARANJEIRA, Mário. *Poética da Tradução*. 2ª ed. Ed. Edusp: coleção Criação e Crítica. 2003. ISBN: 9788531401527

LOBO, Alexandre. *Platão, Aristóteles e a poesia de Homero*. Webhumanas, acedido em 1-3-2017 em http://www.webhumanas.net/plat%C3%A3o,arist%C3%B3teleseapoesiadehomero

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

PLATÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

PLATÃO. *Górgias*. in: http://br.egroups.com/group/acropolis/

10. CHRYS CHRYSTELLO. AICL, AGLP, AUSTRALIAN JOURNALISTS' ASSOCIATION – MEEA # 2977131; UTS SYDNEY, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA)

SESSÃO DE POESIA - POEMAS A CINCO VOZES (CHRYS, LUCIANO, CONCHA, BRITES E CAROLINA)

564. POLIR SÓIS COM UMA PENEIRA 2012 CHRYS

polir textos é como arear pratas
dissipa-se a sujidade
mas o fulgor que resta
cintila com menor valia

polir amizades é como sacudir o pó
com a gentileza de uma pena
nada se perde nem se transforma
basta um gesto, um telefonema
uma SMS, uma mensagem
talvez apenas um like no Facebook
como se fosse natal todos os dias

polir matrimónios é complicado
questão de sorte e perícia
em panos de fina seda
como limar diamantes em bruto
pode quebrar a agulha ou o casamento
e em vez de 24 ficam 6 quilates

polir países é arriscado
as limas devem ser amoladas
à prova de lóbis e desgovernos
cortam-se as esquinas angulosas
talham-se as aparas mais finas
em areias de fina brancura

é como ir ao alfaiate do tempo
encomendar um fato por medida

para dar com a cor do cabelo
ir ao barbeiro do futuro
fazer a barba que não se tem
e há o risco de cortar o país todo
talhar pessoas
trinchar tradições
sem memória
nem história
serrar distritos, fender concelhos
encurtar fronteiras até ao mar
até finar portugal em praias e arribas

polir palavras é bem mais fácil
corta-se uma folha de papel em a4
verifica-se a tinta nos tinteiros
gravam-se carateres como granito
basalto, quartzo ou ametista
lavram-se sulcos como rios
erguem-se sombras como montanhas
sombras de marés vivas ou mar chão
deixa-se a marinar em banho-maria
leva-se ao lume brando com pitada de sal
junta-se pimenta a gosto e louro e basilicão
retira-se do fogo e serve-se a gosto

sempre ansiei ser poeta
navegar em utopias
escrever cardápios de vida
imensos e belos como o oceano
livres e úteis como o ar
na solidão dos mares açorianos

534. AÇORIANICES 2011 LUCIANO

disseram para falar de hortênsias
plantar a palavra mar e algum sal
lugares comuns de bruma

azáleas, camélias, novelões,
conteiras, milhafres e cagarros
e assim se cria um escritor açoriano

houve mesmo quem acreditasse
autores nasceram assim
nas ilhas e na estranja
ganharam prémios, foto no jornal
o governo pagava e promovia
era uma primeira açorianidade

desta janela de neblina
avisto o mar em desalinho
mas sem hidranjas
nem vacas alpinistas
nem açores a esvoaçar
não terei nome no basalto

cantarei o arquipélago da escrita
sem títulos nem honrarias
sem adjetivos telúricos
sem versos de rima quebrada

não é açoriano quem quer
mas quem o sente.

501 PARTIR - À CONCHA ROUSIA E A UMA GALIZA LUSÓFONA - CAROLINA

partir!
    cortar amarras
como se ficar fosse já um naufrágio
ficar
    como quem parte nunca
partir
    como quem fica nas asas do tempo
partir!

cortar grilhetas
como se viver fosse uma morte adiada
vencer ameias
cortar amarras
velas ao vento
olhar o mundo
descobrir liberdades
esta a mensagem
levar o desespero
ao limiar
até erguer a voz
sem medos
até rasgar as pedras
e o ventre úbere
semear desencanto
sorrir
à grande utopia
nascer
de novo
dar o salto
transpor a fronteira
entre o ter e o ser
imaginar
como só os loucos sabem

e então chegaste
com primaveras nos dedos
e liberdade por nome
loucas promessas insinuavas
despontaste
como quem acorda horizontes perdidos
demos as mãos
sabor de início do mundo
pendão das palavras por dizer
esta a revolução
minha bandeira por desfraldar

543. AO URBANO BETTENCOURT 2012 BRITES

urbanamente vives
nas pinceladas das tuas palavras
a tua paleta pinta poesia
teus livros erguem-se impantes
como teu Pico natal
amores e desamores de ilhas
que unes em pontes de poesia
que sentes em dores
que pariste em árvores
sem sombras nem véus
nenhuma luz apagarás!

544. *AO EDUÍNO DE JESUS 2012* CONCHA

as tuas palavras esguias
insinuam-se enleantes
preenchem os nichos do silêncio
em silos de poesia
buriladas em filigrana
sente a ilha e a língua
nelas aprendi a geografia
e o amor inconquistado
sem silêncio nem silos

548. QUERIA SER TOKÉ 2012 CHRYS

eu queria ser toké e contar o que vi
desde que partiste em 1975
queria saber falar
dar os nomes os locais e os atos
de todas as atrocidades, violência e mortes
que testemunhei mudo na minha parede

eu queria ser toké e escrever tudo
queria contar o que não querem que se saiba
queria contar o que não queriam que se visse
queria contar os gritos que ninguém ouviu

queria ser água e apagar os fogos
que extinguiram a nossa história
como se não fora possível reconstruí-la

queria ser pássaro e levar nas asas
todos os que foram chacinados
violados, torturados e obnubilados
voar com as crianças que morreram de fome
as mulheres tornadas estéreis

tanta coisa que queria dar-te Timor
e não posso senão escrever palavras
lembrar teu passado heroico
sonhar futuros ao teu lado

563. QUANDO EU MORRER, 2012 LUCIANO

quando eu morrer
não declare nada
que eu não tivesse dito
não elogie nem critique

quando eu morrer
não vá ao meu velório
nem mande flores
escreva uma frase lapidar
e publique-a

quando eu morrer
faça uma festa
leia um poema meu

beba um bom champanhe francês
fume um cubano
seja politicamente incorreto
como eu seria

quando eu morrer
sem ver luz ao fim do túnel
vou esquecer muitas coisas
mas pedirei à minha mulher
que me construa novo taj mahal

568. SEM PERFUME DE CAJU, AO URBANO BETTENCOURT 2013 CAROLINA

na humidade da savana
no calor da tabanca
tange urbano a sua harpa
palavras aceradas como o vento suão
batuque abafado na bolanha
longe do país de bufos e beatas[109]
traduzes as sílabas de morte e vida
rumores desse cheiro de áfrica
que nunca conseguiste lavar
colado na pele que esfregas
com napalm e metralha
nem com as chuvas da monção

617. GEOMETRIAS 2013 BRITES

a elipse veio à janela
mordaz sorriu com malícia

[109] In Urbano África frente e verso p.62

lenta, descreveu um círculo
com um dichote brejeiro
triangulou um piscar de olho
e numa hipérbole sensual
com uma risada estrídula
sentou-se quadrada no meu colo

615. BRUMAS 2013 CONCHA

eram de espuma
as palavras
eram de sal
as ondas
eram de gaze
as nuvens
eram de orvalho
as lágrimas
eram de névoa
os montes
o verde surreal
as lagoas
eram de medos
os vulcões
e procissões
eram de espuma
as ilhas dos açores

576. ONDE OS AÇORES NÃO VOAM, 2013 CHRYS

tu que nasceste açoriano
nem vais acreditar
onde os açores não voam

não bebi café em ouarzazate
não fui aos 2 mil anos de persépolis
não cacei leões na gorongosa
não comi chicharrinhos em rabo de peixe
não vi petra nem os budas de bamiyan
nem vi índios de roraima
não fumei ganza nas praias de goa
nem fui em adoração a katmandu
nunca cheguei a machu picchu
nem a hotel de gelo nórdico
nadei na areia branca em dili
em cheoc van em coloane
em bondi de sydney
em kuta beach de bali
em pattaya tailandesa
no bidé das marquesas de s. martinho do porto
na praia azul de espinho
nas águas límpidas de daydream island
nas areias de byron bay
banhei as mãos em tijuca
as cataratas do niágara molharam-me
vi o sol a pôr-se na lapónia
e a nascer em bobonaro
vi sóis, luas, mares e céus
no faial, pico e flores
e nas 3 ilhas santas dos açores
nadei em rottnest island
comi em fremantle
dormi em towal creek comara
vivi no amial, maria pia e campo lindo
mafra, tomar e leiria
bobonaro na montanha
lecidere em dili
nas antas e em macau
cottesloe e claremont em perth
waverley, centennial park
randwick em Sydney
prahran em melbourne
e em caminha
sou de bragança sem lá ser parido
sou australiano sem lá ter nascido

carrego frações da galiza e do brasil
de cristãos novos e alemães
minhotos e marranos
das cruzadas até áfrica
onde nunca estive

e de todos esses locais
que terás de buscar num mapa
encontrei as tuas ilhas
nelas serei açoriano até morrer.

686 SAUDADE DO QUE NUNCA FOI, 2016 LUCIANO

«Ah, não há saudades mais dolorosas
do que as das coisas que nunca foram!»
Bernardo Soares, (heterónimo Fernando Pessoa),
in Livro do Desassossego (fragmento 92)

Tenho tanta saudade
Do que nunca aconteceu

Só o poeta pode fazer acontecer
Aquilo de que temos saudade
Por nunca ter acontecido

641. AOS AÇORES, 2013 CAROLINA

…
aos açores só se chega uma vez
depois são saídas e regressos
transumâncias
trânsitos e errâncias
…
dos açores não se parte nunca

levamo-los na bagagem
sem os declararmos na aduana
acessório de viagem
como camisa que nunca se despe
…
nos açores nunca se está
a alma permanece
o corpo divaga
mas a escrita perdurará.

690. SE OS CARVALHOS FALASSEM (À CONCHA ROUSIA), 2017 CHRYS

ah se os carvalhos falassem
dir-te-iam que já foste livre

ah se os carvalhos falassem
recordariam teus dias faustosos

mas como ainda não falam
ninguém sabe da tua história
ninguém sabe da tua mordaça
ninguém sabe do genocídio

ah se os carvalhos falassem
serias livre

11. CONCHA ROUSIA, GALIZA, AGLP, PATRONO AICL desde 2011

TEMA 2.3. A LÍNGUA VIVA NA GALIZA, CONCHA ROUSIA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA

As línguas, como qualquer outra manifestação cultural, são entidades vivas em constante avaliação e evolução. Podemos dizer que as línguas nascem durante o período, mais ou menos extenso, que demora a sua criação até alcançarem uma certa consolidação e uniformização dentro de uma determinada povoação, ou comunidade de falantes.

Após esse período, as línguas crescem, evoluem com a própria povoação, e o seu destino podemos dizer que fica vinculado ao das comunidades de utentes dessa língua.

Chegado o seu final, as línguas, como o resto de seres vivos, também morrem, mas não morrem como fruto de um processo natural, como acontece com os seres vivos biológicos.

As línguas morrem porque são agredidas, as línguas se extinguem como as espécies, porque outra ou outras usurpam os espaços onde estas se nutrem.

Nas lutas das línguas vence a mais feroz, ou a mais hábil em desbancar as suas competidoras num certo espaço linguístico. É claro que as línguas são inocentes, todas, essas atribuições que faço às línguas na realidade são atribuições que devem ser feitas aos utentes dessas línguas.

Quando uma língua vive compartindo espaços com outra língua tem necessariamente que estar redefinindo-se constantemente.

É esse o caso da língua na Galiza, onde a nossa língua está em constante adaptação e mudança da sua narrativa.

Neste trabalho proponho-me fazer uma análise de como está no momento atual a consolidação da nova narrativa linguística que, como eu mesma propus anteriormente, nasceu em 2008 com a criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, tomando em consideração o posicionamento teórico da sociedade e os fatos, para tratar de avaliar a concordância, ou discordância, entre a teoria e a prática.

Eu não tinha colocado um título na sinopse deste texto quando a enviei para o Chrys. Daí o Chrys sugeriu o título "Língua viva na Galiza". Gostei muito desse título e na hora de escrever o que hoje vou ler, as palavras começaram a fluir, e saíram vivas.

Então peço licença para que vos deixeis emocionar... Falar de língua na Galiza é falar de resistência, é falar de dor, é falar de injustiça.

Falar de língua na Galiza é falar de cousas bem feitas, é falar de um povo que canta e leva a língua no seu cantar, como cantou Rosália de Castro:

Ai dos que levam
na fronte uma estrela
Ai dos que levam
no bico um cantar...

Ou como cantávamos nós, de miúdos:

Voa joaninha voa
Que o teu pai vai em Lisboa
E vai-te trazer
Um pão e uma broa

O passageiro que por acaso ouvir a nossa cantiga concluirá logo que usamos "Lisboa" para rimar com "broa", e talvez ele se vá embora e não aguarde o tempo suficiente para ouvir outras, como esta:

Passarinho pinto-ruivo
Não me comas as cerejas
Que o meu pai vai em Lisboa
Não tenho a quem dar as queixas

Cerejas rima com queixas, Lisboa não é necessária para a rima, mas continua a aparecer como aparecia sempre nos nossos cantares da infância (hoje esquecidos, pois a cultura tradicional foi enterrada viva, e alguns de nós, quase...). É necessário que exista comunidade para que se gere cultura. Sociedade não é sinónimo de comunidade. A sociedade globalizada individualiza tanto que a minha pergunta é.… retórica.

Onde guardar o nosso ser real, a nossa essência, o ser que sobreviveu nesse mundo atual que guarda tudo esterilizado, em vazios sacos de plástico?...

Falar de língua na Galiza é falar de ternura, é falar de cousas lindas. Mas falar de língua na Galiza é também falar de cousas feias, de cousas malfeitas, de politicas erradas, de mundos mal-entendidos.

Falar de língua na Galiza é falar de tortura: ir para casa com uma frase para repetir 100, 200, 300... vezes: "*No hablaré gallego en la escuela*".

A mão escreve, e pela noite a cabeça em vez de contar carneirinhos conta os ecoares daquela frase que ainda dói hoje. Mas nós ousávamos vestir a nossa vulnerabilidade até fazê-la impermeável às suas violências...

Falar de língua na Galiza é, portanto, falar de orgulho, de amor, mas é também falar de cousas muito malfeitas.

Quase 40 anos alfabetizando as crianças, afastando-as da língua da Galiza, ensinaram essa forma de galego como um mal menor, e com isso evitaram que nos fizéssemos fortes com a nossa língua verdadeira. Ensinaram galego de tal forma aberrante que desaprendemos o nosso português. Falar de língua na Galiza é falar de elites, que não vou chamar de intelectuais, mas sim de elites do poder, erradas, cegas, ou maliciosas...

Contudo, nem com todo o armamento usado conseguiram apagar o amor com o que as pessoas vivem a língua. Podem falar errado, escrever errado (num país *patologizado*), mas não conseguem convencer de que a língua de Portugal, ou do Brasil, ou dos irmãos das áfricas, não é a nossa...

E a Amália, o Zeca, a Mariza, o António Zambujo, o Caetano, o Manecas Costa, etc., etc., vêm e falam, e nos ajudam a levantar a dignidade pisada.

E depois desta longa introdução, afirmarei que sim, que a mudança de narrativa linguística na Galiza está a acontecer desde 2008, momento marcado pela criação da Academia Galega da Língua Portuguesa, e a consequente caída do discurso dominante, o qual afirmava que a língua da Galiza era uma língua diferente do português.

Temos a lei Paz Andrade (pensada para promover o português e os laços com a Lusofonia). Temos o Conselho da Cultura Galega pedindo para ser observador consultivo e sendo aceite a sua candidatura no passado ano.

Temos a cidade de Compostela sendo aceite na UCLA.

Temos o BNG afirmando na sua última assembleia nacional que assume o integracionismo como próprio. Temos muitas manifestações que nos confirmam que essa mudança se vai dando.

Mas na verdade, a Junta da Galiza continua sem grandes avanços no cumprimento da lei Paz Andrade.

O Conselho da Cultura é membro observador consultivo da CPLP, mas continua a ignorar, e continua a punir, quem escrever na ortografia internacional da nossa língua.

Algo assim como dizer: vamos fomentar o português, mas vamos punir quem o usar na Galiza.

Fiz uma revisão da página CULTURAGALEGA.ORG vinculada ao Conselho da Cultura Galega, vi os seus registos de obras de literatura publicadas na Galiza, desde 2008, ano em que a AGLP apareceu.

No ano 2008 foram registados 12 livros (0 em português)
No ano 2009 foram registados 80 livros (0 em português)
No ano 2010 foram registados 64 livros (0 em português)
No ano 2011 foram registados 102 livros (0 em português)
No ano 2012 foram registados 147 livros (0 em português)
No ano 2013 foram registados 191 livros (0 em português)
No ano 2014 foram registados 227 livros (0 em português)
No ano 2015 foram registados 252 livros (0 em português)
No ano 2016 foram registados 266 livros (0 em português)
No ano 2017 foram registados 300 livros (0 em português)

Aqui nestas listas, não se estão a contar as publicações em português internacional, que são muitas.

Reivindico o nosso direito ao território da língua.

12. ELSA SOFIA GOMES DE MIRANDA, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, C M BELMONTE

TEMA: 2.1. GUINÉ-BISSAU E TIMOR-LESTE: POLÍTICA E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Depois de seis anos a desempenhar funções de leitora de Língua Portuguesa na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e no Parlamento Nacional de Timor-Leste, é possível esboçar um pequeno quadro acerca das políticas, ou da falta delas, de língua e do uso efetivo da língua portuguesa nestes dois países lusófonos (?).

1. GUINÉ-BISSAU: ASPETOS DA POLÍTICA ATUAL E CONSEQUÊNCIAS PARA A IMPLANTAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NACIONAL.

1.1. O PROBLEMA DA FALTA DE QUADROS FALANTES DE PORTUGUÊS.

Olhemos primeiro para a Guiné-Bissau que continua a viver dias de instabilidade política, com uma constante mudança de governos em virtude de sucessivos golpes de Estado. O crioulo é a língua que todos usam, nos mais variados contextos, apesar de o Português ser a única língua oficial. A falta de quadros falantes de português nos mais variados setores, nomeadamente na educação e na administração pública, constitui um dos principais obstáculos à implantação da língua portuguesa no país.

As sessões plenárias, por exemplo, são feitas em crioulo, sendo que as leis estão escritas em português.

Timor-Leste: breve contextualização histórica do português em Timor-Leste. Língua oficial = língua em uso? Que português se fala em Timor-Leste? Timor-Leste, o mais recente País de língua portuguesa, apresenta um quadro ainda mais complexo que obriga a uma reflexão mais aturada e que coloca variadíssimas questões de ainda mais variadas ordens. O português é língua oficial a par do tétum e é falado por apenas 5% da população que tem vindo a aumentar muito desde que a independência foi restabelecida em 2002. Tenta, a duras penas, impor-se, mas tem de lutar contra o gigante bahasa indonésio e o

inglês. A escola portuguesa e os projetos de formação de professores têm conseguido formar alguns falantes de português, mas a verdade é que a ausência de uma verdadeira política de língua não permite que o português seja sentido como língua dos timorenses.

1.2. O PORTUGUÊS AINDA É VISTO COMO "LÍNGUA DO OUTRO".

Não há muitos estudos de fundo que descrevam o português que se usa nestes dois países, mas há descrições linguísticas parcelares que permitem identificar algumas caraterísticas distintivas em relação à norma europeia de referência. As áreas que mais os afastam são a das preposições e da concordância verbo-nominal.

Objetivos dos protocolos/programas de cooperação interparlamentar

- Apoio técnico especializado (na ANP-GB e no PN-TL e na AR);
- Envio de livros e de material informático;
- Apoio linguístico (ensino da língua/ revisão de textos legislativos e administrativos).

Guiné-Bissau

- População plurilingue (línguas nacionais: cada etnia tem a sua língua; língua de união: crioulo; língua oficial: português; outras línguas: maioritariamente francês;
- Português não é língua materna; só é usado em situações formais/oficiais; falta de quadros com domínio da língua portuguesa (professores essencialmente); não há/há poucos livros, jornais ou revistas em português; há poucos programas de rádio/tv em português.

Timor-Leste

- População plurilingue (línguas nacionais, normalmente língua materna; línguas oficiais: português e tétum; línguas de trabalho: bahasa-indonésio e inglês);
- Português não é língua materna; é usado apenas em situações formais, mas já é ensinado nas escolas (escola portuguesa e escolas de referência);

A língua portuguesa na Guiné-Bissau e em Timor-Leste: desafios

- Assumir politicamente a necessidade de consolidar/implementar a língua portuguesa (política de língua/ formação de quadros/ ensino do português como língua não materna/ exposição à língua via comunicação social/livros, etc.)
- Sentir o português como língua "sua" e não língua do "outro" (com as diferenças que existem em relação à norma europeia)

2.1. GUINÉ-BISSAU E TIMOR-LESTE: POLÍTICA E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA, ELSA MIRANDA, AR E CMB

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau e Timor-Leste são antigas colónias portuguesas que, aquando da respetiva independência, decidiram adotar a língua portuguesa como língua oficial.

Efetivamente, a opção política pelo português sempre se revestiu de grandes discussões, uma vez que em nenhum dos países esta língua é língua materna, assumindo, portanto, o estatuto (complexo) de língua segunda. No entanto, considerou-se que esta língua fazia parte da identidade do guineense, por oposição aos vizinhos francófonos, e do timorense, por oposição ao gigante bahasa-indonésio que durante décadas se impôs na parte mais oriental da ilha de Timor.

A Assembleia da República, percebendo as dificuldades vividas pelos deputados guineenses e timorenses no que à língua portuguesa diz respeito, decidiu estabelecer programas de cooperação com os respetivos parlamentos com o objetivo de colmatar algumas dessas dificuldades. As ações de cooperação do parlamento português com os parlamentos de língua portuguesa são várias, sendo que na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e no Parlamento Nacional de Timor-Leste foi colocado um professor de Língua Portuguesa para ajudar a melhorar as *performances* linguísticas de deputados e funcionários.

Foi nesse âmbito que desempenhei funções de leitora de Língua Portuguesa durante seis anos, o que me permite hoje esboçar um pequeno quadro acerca da realidade linguística que vivem estes dois parlamentos, em particular, e os dois países, em geral. Antes disso, porém, farei uma breve descrição dos protocolos de cooperação existentes entre a Assembleia da República e os parlamentos de língua portuguesa.

2. PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO ENTRE ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU / PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE E CAMÕES IP

Consciente do papel que o parlamento português podia ter na construção das bases de Estados de direito democrático de língua portuguesa, foram celebrados protocolos de cooperação parlamentar entre o Presidente da Assembleia da República e o seu homólogo em cada um dos parlamentos de língua portuguesa.

O primeiro protocolo a entrar em vigor foi assinado com a Assembleia Nacional de Cabo Verde, em 1995, tendo sido renovado em 2008.

Seguiram-se a Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, em 1995 e renovado em 2004, a Assembleia da República de Moçambique, em 1996 e renovado em 2007, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, em 1997, renovado em 2008, suspenso em 2013 e renovado recentemente, a Assembleia Nacional de Angola, em 1998 e renovado em 2003 e o Parlamento Nacional de Timor-Leste, em 2000 e renovado em 2008 e 2013.

Estes protocolos permitem aos Secretários-Gerais dos respetivos parlamentos o estabelecimento de Programas de Cooperação Parlamentar específicos que são sempre antecedidos de missões de diagnóstico de forma a adequar as ações de cooperação às realidades e necessidades de cada um dos parlamentos beneficiários.

As ações de cooperação podem consistir no envio de livros e de material informático, na realização de estágios de técnicos dos vários parlamentos na Assembleia da República, na realização de ações de formação dadas por técnicos da Assembleia da República, tanto em Lisboa, como nos outros parlamentos, etc.

Foi com esta preocupação e após vários pedidos de apoio linguístico por parte da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e do Parlamento Nacional de Timor-Leste que foi estabelecido um protocolo de cooperação entre os três parlamentos e o Camões IP para o recrutamento de um leitor para estar em permanência ao dispor dos deputados e funcionários daquelas instituições.

O Camões IP abriu no início de 2008 um concurso para o recrutamento de um leitor para a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau e de outro para o Parlamento Nacional de Timor-Leste. Como todos os processos de recrutamento, foram feitas provas escritas e entrevistas.

Eu fui uma das leitoras selecionadas e fui para a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Antes de ir, recebi formação específica para as funções que desempenharia.

No Camões IP foi-me dada a possibilidade de contactar com leitores colocados noutras partes do mundo, assim como foi possível conhecer todos os procedimentos relativos à atividade de leitor.

Na Assembleia da República fiquei a conhecer todos os serviços que funcionam no Parlamento, desde a sua gestão até ao processo legislativo.

3. ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR DA GUINÉ-BISSAU

Cheguei à Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau em setembro de 2008 e por lá estive até julho de 2010.

Recordo sempre com emoção a minha chegada a Bissau, pela novidade que tudo constituía e pelo receio que tinha de não ser capaz de desempenhar as funções para as quais havia sido enviada. Fui inaugurar aquele leitorado e isso causava alguma ansiedade.

Na altura, a situação política era marcada por uma enorme complexidade, complexidade essa que se mantém até aos dias de hoje com uma constante mudança de governos em virtude de sucessivos golpes de Estado.

A Assembleia Nacional Popular funciona de forma algo diferente da Assembleia da República, nomeadamente no que diz respeito às sessões planárias. Na Assembleia da República as sessões plenárias são feitas todas as semanas em dias específicos, nomeadamente às quartas e quintas-feiras, às 15 horas, e às sextas-feiras, às 10 horas. Na Assembleia Nacional Popular, porém, essas sessões são concentradas em quatro meses do ano (fevereiro, maio, junho e novembro). É nestes meses que os deputados guineenses se encontram em Bissau, uma vez que assim que terminam as sessões, rumam às suas tabancas.

Contrariamente ao que acontece no parlamento português, nos dois anos em que estive em Bissau, não se registou qualquer atividade das várias comissões especializadas permanentes que estão previstas no Regimento daquele parlamento. Também a produção legislativa foi muito reduzida, tendo sido escassas as discussões de iniciativas legislativas. Grande parte dos plenários eram ocupados com o período de antes da ordem do dia, onde os deputados apresentavam os problemas dos respetivos locais de origem e pediam ao Presidente da Assembleia Nacional Popular que interviesse junto do Governo para os solucionar.

De facto, a Assembleia Nacional Popular viveu dias muito difíceis entre 2008 e 2010. Os funcionários públicos tinham 13 meses de salários em atraso. A rede elétrica não funcionava e não havia orçamento para pagar o combustível que alimentava o gerador que garantia eletricidade. Conseguir trabalhar naquele parlamento era quase um milagre, mas a verdade é que se trabalhou, e bem, durante os dois anos em que por lá estive.

O crioulo é a língua que todos os guineenses usam, nos mais variados contextos, apesar de o português ser a única língua oficial, sendo que a língua materna dos guineenses é normalmente a língua da etnia a que pertencem (balanta, papel, manjaco, fula, etc.) ou o crioulo (sobretudo nas cidades). Ainda que seja a língua de união, o crioulo não possui estatuto de língua oficial, sobretudo porque é uma língua oral, não possuindo uma norma escrita que possa ser seguida.

A língua de ensino deveria ser o português, mas as matérias, mesmo a Língua Portuguesa, são ensinadas em crioulo, o que dificulta bastante o acesso ao português oral.

Não havia, e ainda há muito pouca, exposição dos guineenses à língua portuguesa nomeadamente por não haver na comunicação social a difusão de programas em português. Os livros eram, e creio que ainda são, escassos, daí que, mesmo para os professores, fosse muito difícil trabalhar.

Relativamente ao trabalho parlamentar, é importante perceber que as sessões plenárias da Assembleia Nacional Popular são feitas em crioulo, sendo que as leis estão escritas em português. Poderá perguntar-se como é que se discutem em crioulo iniciativas escritas em português, mas o que acontecia, na verdade,

era que um grupo de deputados com domínio da língua portuguesa juntava os colegas e explicava, em crioulo, o teor da iniciativa que depois seria votada em plenário.

Durante dois anos tive oportunidade de ensinar funcionários e deputados daquele Parlamento, bem como de prestar todo o tipo de apoio linguístico na produção de documentos de natureza administrativa, na revisão das atas das sessões plenárias ou de projetos de lei/resolução apresentados. Tive formandos com os mais variados níveis de proficiência em português, sendo que também ensinei deputados a ler e a escrever.

O meu principal desafio na Assembleia Nacional Popular foi responder a todas as solicitações que me foram sendo apresentadas tanto pelos deputados, como pelos funcionários. Se, por um lado, os deputados estavam mais interessados em melhorar o seu discurso oral, para poderem falar português com muito mais à-vontade não só em Bissau, mas sobretudo nas reuniões internacionais a que, de vez em quando, assistiam; por outro, as necessidades dos funcionários eram mais no sentido de melhorar as suas produções escritas. Os textos de natureza administrativa e legislativa com os quais lidavam no seu quotidiano mereceram uma atenção muito especial.

Para que todos tivessem possibilidade de falar sobre o seu trabalho em português, fui elaborando materiais adequados à realidade da Assembleia Nacional Popular. Desta forma, os funcionários e os deputados guineenses poderiam usar a sua própria vivência laboral para aprender a língua oficial do seu país.

Foram efetivamente dois anos muito enriquecedores e de muito trabalho, mas as sucessivas crises políticas, que culminaram com o assassinato do Presidente da República, Nino Vieira, levaram-me a aceitar o convite entretanto feito pela Assembleia da República para assumir o leitorado existente no Parlamento Nacional de Timor-Leste.

4. PARLAMENTO NACIONAL DE TIMOR-LESTE

Em setembro de 2010, rumei até ao Parlamento Nacional de Timor-Leste, precisamente com a mesma missão. Por lá estive até agosto de 2014. As dificuldades encontradas ali foram de outro tipo, uma vez que o país tem atualmente uma situação político-social muito mais estável do que a Guiné-Bissau, além de dispor de um fundo petrolífero milionário que lhe garante a estabilidade financeira necessária para crescer e desenvolver.

Em Timor-Leste, a língua portuguesa é uma das línguas oficiais, a par do tétum, desde maio de 2002[110]. Sendo sobejamente conhecida a história deste jovem país[111] e do papel da língua portuguesa na construção da identidade timorense, é importante olhar para aquela latitude agora para, em jeito de balanço e com os dados possíveis, fazer, em linhas gerais, o retrato do falante timorense de português.

Apesar do estatuto de língua oficial, sendo este estatuto que permite, à partida, classificar o português como Língua Segunda (LS), o português em Timor-Leste continua a ser falado por uma percentagem muito baixa da população. Em 2005, os dados oficiais apontavam para que os falantes desta língua fossem apenas 5% da população (Albuquerque, 2011:48).

Hoje em dia, apesar de claramente ter havido um aumento do número de falantes, a verdade é que ainda não se ouve falar português nas ruas. Mais uma vez, a língua portuguesa é falada de forma muito residual, com estrangeiros, maioritariamente, e luta para se impor num contexto plurilingue, em que o tétum impera, como segunda língua oficial, a par do bahasa-indonésio, do inglês e das cerca de 20 línguas nacionais vivas naquele território do sudeste asiático.

O timorense tem, normalmente, como língua materna uma dessas línguas nacionais (Mambai, Makasae, Baiqueno, Kémak, etc.). O tétum será apreendido como segunda língua à medida que se cresce, tornando-se a língua usada na comunicação. O português entra na vida dos timorenses apenas na escola e com todas as dificuldades que um país sem falantes nativos dessa língua enfrenta.

---

[110] As línguas oficiais, a par das línguas de trabalho de Timor-Leste, estão definidas no artigo 13.ª da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

[111] Albuquerque (2011) faz referência à história de Timor-Leste, salientando os momentos mais significativos da presença portuguesa e indonésia no que à questão das línguas diz respeito. Destaca-se o pouco investimento na divulgação e consolidação da língua portuguesa, por oposição à implantação forçada do bahasa-indonésio. Vejam-se também Busquetes (2007), Batoréo-Casadinho (2009), Batoréo (2009).

Para ajudar a complicar este quadro, não podemos esquecer que a maioria da população adulta foi educada em bahasa-indonésio e que, logo após a independência, o inglês entrou em Timor-Leste como língua de trabalho, em virtude da grande comunidade estrangeira que veio integrar as várias missões das Nações Unidas, desde 2000 até 2012. A escola portuguesa e os projetos de formação de professores têm conseguido formar alguns falantes de português, mas a verdade é que a ausência de uma verdadeira política estratégica de língua não permite que o português seja sentido como língua dos timorenses, sendo ainda visto como "língua do outro". O principal desafio no Parlamento Nacional de Timor-Leste foi conseguir garantir que funcionários e deputados se mantivessem nas aulas e que começassem a ver o português como sua língua e não como língua do outro, usando-a de forma mais regular e espontânea.

Não tive, contrariamente ao que aconteceu na Guiné-Bissau, casos de analfabetismo, mas os níveis de proficiência em português eram também variados, sendo muito poucos os funcionários e deputados detentores de nível B. Foi, portanto, com um público de nível A1 e A2 que trabalhei durante os quatro anos em que desempenhei funções em Díli. Usei a mesma estratégia e optei pela construção dos materiais a usar nas aulas. Foi uma estratégia bastante bem-sucedida, sobretudo porque os funcionários e deputados timorenses viajam muito mais do que os guineenses e puderam participar, de forma muito mais confortável, nas reuniões e nas ações de formação que frequentam.

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

A Guiné-Bissau e Timor-Leste, apesar de terem adotado a língua portuguesa como língua oficial, têm ainda hoje uma percentagem muito reduzida de falantes, sendo que em nenhum dos dois países o português é língua materna. A opção política pelo português não foi acompanhada por medidas estratégicas que permitissem a sua implementação e consolidação e, efetivamente, a falta de quadros falantes de português nos mais variados setores, nomeadamente na educação e na administração pública, constitui um dos principais obstáculos à implantação da língua portuguesa nestes dois países.

Têm sido desenvolvidos projetos de cooperação com Portugal, tanto ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Camões IP (já resultado da fusão entre o Instituto Camões e o IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), mas os resultados têm ficado muito aquém das expetativas e, na prática, continuam a ser os mais velhos (que foram alfabetizados em português) a usar de forma mais corrente o português, sendo que apenas o fazem em contextos muito particulares e em presença de estrangeiros, falantes de português.

Na Guiné-Bissau mantém-se a instabilidade política que não permite que sejam implementadas políticas educativas que levam ao equilíbrio do sistema educativo que, por si, já é garante de algum trabalho feito no âmbito da formação dos jovens guineenses. A falta de pagamento de salários aos professores também não ajuda. A falta de uma norma para o crioulo é igualmente um problema, na medida em que não havendo uma gramática esta língua não poderá assumir o estatuto de língua oficial, mantendo-se a situação de ser a única língua que é usada na comunicação oral, mas não podendo ser usada na comunicação escrita oficial. Os vizinhos francófonos surgem como "ameaças", na medida em que o número de falantes de francês na Guiné-Bissau é muito superior ao número de falantes de português. A comunicação social começa agora a apostar na programação em português, mas os resultados desta medida tardarão a aparecer.

No caso timorense, os projetos de cooperação são muito mais e abrangem muito mais áreas. A educação/formação é a área que mais projetos tem, não só ao nível do Camões IP, mas também ao nível universitário. Aposta-se muito na formação de professores e de formadores e poucos são os casos em que os professores portugueses vão trabalhar para escolas timorenses, exceção feita, claro está, aos casos de professores que estão a desempenhar funções na Escola Portuguesa de Díli ou nas escolas de referência, em que é o currículo português que está a ser ensinado.

Em meu entender, as escolas portuguesas têm um papel fundamental para a formação de jovens falantes portugueses, sendo que é imperioso que o primeiro trabalho seja o do ensino do português como língua segunda e o da elaboração de materiais adequados às realidades dos formandos. Uma das questões que se levantou logo em 2002, quando foram enviados professores portugueses para Timor, foi precisamente a do ensino do português como língua materna e o uso

de materiais não adequados à realidade timorense. Falar de neve e de ovelhas num país de clima tropical, quando o objetivo é identificar o jovem com a língua é algo completamente contraproducente.

Hoje em dia, essa questão já não se põe, até porque há vários projetos de cooperação cujo objetivo é a construção de manuais escolares para os mais variados níveis de ensino. A comunicação social tem efetivamente um papel fundamental para aumentar os níveis de exposição à língua. A programação em português, desde as notícias aos desenhos animados, tem de ser frequente e em canal aberto, para que todos possam ver e ouvir mais português. A rádio deve apostar também numa programação com música e noticiários em português.

O desafio para ambos os países é gigante. Não sei para qual dos dois o desafio será maior. Mas o futuro do português na Guiné-Bissau e em Timor-Leste depende em primeiro lugar da vontade política de transformar esta língua na língua do país. Só quando os guineenses e os timorenses sentirem o português como uma das suas línguas, que é necessariamente diferente do português europeu, como é diferente o português do Brasil, de Angola ou de Moçambique, é que se criará o espaço necessário para a sua consolidação.

13. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL), ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, AGLP, AICL, PATRONO DESDE 2007

TEMA: A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990

1.

Têm vindo constantemente a público afirmações, sistematicamente erradas e disparatadas, algumas até ofensivas, da parte dos que se opõem ao Acordo Ortográfico de 1990 (AO), que são sempre os mesmos e que não desistem, decerto acirrados pelo facto de ele já estar em vigor, sem problemas, em Portugal, no Brasil e em Cabo Verde, com aplicação prevista no sistema de ensino em Moçambique, no início de 2018, e em vias de implantação noutros países lusófonos, apenas com Angola a constituir a situação, de momento, mais problemática.

Lembramos, contudo, que a oposição a mudanças ortográficas tem sido constante ao longo da história da ortografia portuguesa. Damos apenas como exemplo a oposição à Reforma Ortográfica de 1911, que também se fez sentir ao longo de vários anos, como se pode verificar nos dois depoimentos destacados a seguir.

Um é o de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que fez parte da Comissão da Reforma, incluído nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (p. 122): "O público! Qual foi o acolhimento que fez à Reforma? Naturalmente as opiniões estão divididas. Houve e há entusiastas; críticos; indiferentes; e adversários. Reacionários rombos, avessos a todo e qualquer progresso, aos quais as quarenta e tantas regras mostraram, pela primeira vez, quantas e quais são as dificuldades da ortografia nacional, entendem que fomos nós que as inventámos, baralhando e complicando tudo. Constou mesmo que esses descontentes iam angariar assinaturas a fim de reclamar a revogação da portaria de 1 de setembro."

O outro depoimento é de Agostinho de Campos, num texto intitulado "O caos gráfico", incluído na "Introdução" ao 3.º vol. de *Paladinos da Linguagem* (pp. XIV-XVI): "*A oposição portuguesa ao decreto ortográfico arruma-se facilmente em dois compartimentos separados: oposição técnica e oposição artística. Gritou logo e gritou alto a primeira destas, sem esperar pela execução prática da lei, como fez a segunda. E a razão desta diferença de porte é muito simples:*

a oposição técnica foi ferida de chofre, pelo mero facto da promulgação oficial; a oposição artística, ao contrário, só preocupada de aspetos, não deu pela ofensa senão quando a transfiguração gráfica das palavras lhe feriu os olhos desagradavelmente. […]. Pela sua própria origem e natureza havia esta oposição [técnica ou de especialistas] de durar pouco, embora começasse por berrar muito. De mais a mais o Governo teve o judicioso cuidado de basear o seu decreto na opinião da maior e melhor parte dos técnicos; donde resultou que dois ou três, justa ou injustamente esquecidos, logo se anularam uns aos outros, este a vociferar que a reforma era tímida, outro a clamar que era temível. […]. Tendo começado mais tarde que a oposição técnica, a oposição artística durou mais e dura ainda. A sua mola não é a vaidade, nem o interesse, mas o hábito, quero dizer: Sua Majestade, o Hábito, rei que nunca foge do seu palácio, que nenhuma lei ou nenhuma revolução consegue depor, mas contra o qual atua desde sempre, embora devagar, um regicida lento, e, todavia, infalível, que é o Tempo. Os anos vão passando, alguns passaram já, e dentro em pouco, sem darem por isso, os próprios sebastianistas da grafia velha começarão a rir – de si mesmos, e da grande fúria que tiveram, quando ainda não estavam…habituados." Tanto um como o outro tipo de reações se têm verificado também na oposição ao Acordo Ortográfico de 1990.

2.

Vamos agora tentar reavivar a **memória** do que foi a saga da procura de unificação ortográfica da língua portuguesa desde 1945, para não irmos a 1911, ano da grande reforma ortográfica do idioma, após quase três séculos de vigência de grafias pseudoetimológicas. Convém, no entanto, lembrar, que, se nessa ocasião o Brasil, o outro grande país de língua portuguesa, onde havia excelentes filólogos, como Afrânio Peixoto, Amadeu Amaral, Mário Barreto, Silva Ramos ou Sousa da Silveira, entre outros, assim como a Academia Brasileira de Letras, tivesse sido chamado a colaborar, como era de seu direito, hoje não andaríamos às turras com o Acordo Ortográfico.

O Acordo Ortográfico não foi uma iniciativa de meia dúzia de académicos "incautos", como certos opositores querem fazer crer, antes tem atrás de si uma longa história. Lembremos, pois, embora de forma sucinta, os principais passos dessa história.

Em primeiro lugar, convém refletir sobre a razão por que o Brasil não acatou a Convenção Ortográfica de 1945, negociada na Academia das Ciências de Lisboa com a Academia Brasileira de Letras, no verão desse ano. É que a delegação portuguesa conseguiu impor os seus pontos de vista, comportando-se como se Portugal continuasse a ser o único dono da Língua, querendo obrigar a que os brasileiros voltassem a reintroduzir as consoantes mudas em palavras como *actor*, *director*, *redacção*, etc. Pergunta-se se o bom senso não aconselharia antes que os portugueses, que já suprimiram tantas consoantes mudas ao longo da história da Língua, também suprimissem estas, uma vez que já não as articulavam.

Outro exemplo de imposição tem que ver com os acentos gráficos em palavras como *António*, *cómodo*, *género*, *fémur*, *ónus*, etc., que os brasileiros escreviam com acento circunflexo, por articularem a vogal tónica com timbre fechado. Também aqui a delegação portuguesa impôs o seu ponto de vista, obrigando os brasileiros a alterar o acento circunflexo para acento agudo, com o sofisma de que ali este acento só indicaria a vogal tónica e não o seu timbre. Quando numa convenção uma parte procura impor à outra os seus pontos de vista, o resultado é que ela não seja cumprida. Foi o que aconteceu.

3.

É claro que o falhanço da Convenção de 1945 para a obtenção da unificação ortográfica provocou uma grande frustração, não só nas duas Academias, em particular, mas também nos filólogos e linguistas portugueses e brasileiros, em geral. Por isso no 1.º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizado em Coimbra, em 1967, foi apresentada, discutida e aprovada, uma nova "Proposta para a Unificação da Ortografia Portuguesa", subscrita por seis filólogos e linguistas brasileiros (Antenor Nascentes, J. Mattoso Câmara, Sílvio Elia, Gladstone Chaves de Melo, Aryon Dall'Igna Rodrigues e Adriano da Gama Kury) e oito portugueses (Vitorino Nemésio, J. do Prado Coelho, L. F. Lindley Cintra, Maria de Lourdes Belchior, Álvaro J. da Costa Pimpão, M. de Paiva Boléo, A. da Costa Ramalho e José G. Herculano de Carvalho). Esta proposta foi incluída nas *Atas* do Simpósio, publicadas em Coimbra, em 1968 (*Vide*, a este propósito, Ivo Castro *et al*., *Demanda da Ortografia Portuguesa* (pp. 180-183).

O 1.º ponto desta proposta diz respeito ao "Problema das 'consoantes mudas', abolidas no Brasil, parcialmente conservadas em Portugal", como em *ótimo, otimismo, ator, atuar, inspetor, ação, seleção,* etc., por oposição a *óptimo, optimismo, actor, actuar, inspector, acção, selecção,* etc. Em relação a este ponto, foi aprovada pelos mencionados subscritores, apenas com o voto contra de Costa Pimpão, a seguinte decisão, que se transcreve de Ivo Castro (*op. cit*., pp. 180-183):

"Que se siga a prática brasileira, aumentando apenas a lista dos 'vocábulos cujas consoantes facultativamente se pronunciam' (acrescentando, por exemplo, *facto* e *fato*). Com efeito, a vantagem de conservar a 'letra muda' para indicar que é aberta a vogal anterior átona é uma vantagem mínima, se considerarmos:

a) Que ela não compensa o inconveniente, bem mais grave, da disparidade das grafias em Portugal e no Brasil, e que é insensato pretender levar um brasileiro a escrever *actor* e *acção* já que, mesmo sem o *c* 'mudo', as grafias *ator* e *ação* representam fielmente a sua pronúncia […].

b) Que escrevemos em Portugal *padeiro, corar, caveira, credor, geração, quaresmal, sarmento, especar, especular, aguar, aguadeiro, aguaceiro, esfomeado, retaguarda, agachar, relator, dilação, retrovisor* e uma infinidade de outras palavras, sobretudo de carácter culto, mas em grande parte generalizadas, com vogais átonas abertas, não assinaladas por 'letra muda', nem qualquer outro sinal gráfico, sem que isso cause perturbação […]".

O 2.º ponto daquela proposta tinha que ver com o "Uso no Brasil de acento circunflexo na distinção de homógrafos, abolido em Portugal" em palavras como *acêrto* (s.)/*acerto* (v.), *êle, êles, êste, êstes, êsse, êsses, aquêle, aquêles, tôda, tôdas,* etc., por oposição às correspondentes formas sem acento usadas no contexto português. Neste ponto a decisão é que se adote no Brasil a prática seguida em Portugal, ou seja, abolindo aqueles acentos.

O 3.º ponto da mesma proposta referia-se ao "Uso no Brasil – não uso em Portugal – do trema sobre o *u* nas sequências *qu, gu* antes de *e* e *i* para indicar que a letra *u* representa um fonema real: *agüentar, argüição, argüimos, averigüemos*, etc." A decisão aqui tomada é que só se use facultativamente o trema em livros didáticos ou palavras menos frequentes, para assinalar a pronúncia do *u*.

O 4.º ponto abrange a divergência de acentuação gráfica em palavras proparoxítonas (ou falsas proparoxítonas), como *Antônio, monômio, homônimo, fenômeno, gênero, lêmure*, etc., do lado do Brasil, por oposição às correspondentes formas com acento agudo, da parte de Portugal. A decisão tomada neste caso é que se suprimam totalmente os acentos gráficos nas palavras esdrúxulas, visto que a divergência não é só gráfica, mas também fónica. Com esta supressão dos acentos, conseguir-se-ia a unificação gráfica sem desvirtuar a pronúncia diferenciada de um lado e doutro.

O 5.º e último ponto da proposta refere-se à "necessidade de atenuar tanto quanto possível as dificuldades que um sistema ortográfico complexo opõe à alfabetização", pelo que os subscritores recomendam que se empreendam estudos conducentes à promoção de "maior simplificação do sistema ortográfico unificado".

Se nos ativemos tanto tempo na análise desta proposta e das decisões que ela implica, é porque ela constituiu o ponto de partida para as iniciativas que subsequentemente foram tomadas, quer no Brasil, quer em Portugal, nomeadamente quanto à supressão das consoantes mudas, à aceitação de duplas grafias e à eliminação de acentos gráficos.

Vejamos então a sequência dessas iniciativas.

4.

Logo em 1971, o Brasil tomou uma iniciativa que se revelou da maior relevância para a unificação ortográfica. Assim, através da Lei n.º 5765, de 18 de dezembro desse ano, decidiu abolir os acentos gráficos mencionados no 2.º ponto da proposta do Simpósio de Coimbra, acima mencionado. Conforme diz Ivo Castro (*op. cit*., p. 184), "segundo amostragens levadas a efeito pela Academia das Ciências de Lisboa, aquele uso chegava a ser responsável por cerca de 70 por cento das divergências entre as duas ortografias oficiais".

No seguimento desta iniciativa do Brasil, em 1973, Portugal, por aconselhamento da Academia das Ciências e não só, determinava, através do decreto-lei n.º 32/73, de 6 de fevereiro, a abolição dos acentos grave ou circunflexo nos advérbios em *-mente* e nos vocábulos com sufixo começado por *z*, como, por exemplo, em *comodamente*, *solidamente*, *avozinha*, *sozinho*, ou *cortesmente*, p*ortuguesmente*, *avozinho*, *bibelozinho.*

5.

Em 1975, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras tinham já completamente elaborado um Projeto de Acordo, em cuja Base VI se estipulava o seguinte (cf. Ivo Castro, *op. cit*., pp. 189-190):

"O *c* gutural das sequências interiores *-cc-* (segundo c sibilante), *-cç-* e *-ct-*, e o *p* das sequências interiores *-pc-* (*c* sibilante), *-pç-* e *-pt-*, ora se eliminam, ora se conservam. Assim:

1.º) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira: *aflição, aflito, dicionário, absorção, cativo, ação, acionar, ator, afetivo, coletivo, diretor, adoção, adotar, batizar, ato, exato, Egito, ótimo,* etc.

2.º) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos, quer na pronúncia portuguesa, quer na brasileira: *compacto, convicção, convicto, ficção, fricção, friccionar, pacto, pictural, adepto, apto, díptico, erupção, inepto, eucalipto, núpcias, rapto*, etc.

3.º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando só se proferem em Portugal ou só no Brasil, quer geral, quer restritamente, o*u* então quando em ambos os países oscilam entre a prolação e o emudecimento*: facto e fato*, *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *peremptório* e *perentório*, *aspecto* e *aspeto*, *ceptro* e *cetro*, *comsumpção* e *consunção*, *corrupto* e *corruto*, *sumptuoso* e *suntuoso*, *dicção* e *dição*, *sector* e *setor*, etc.

4.º) Quando, nas sequências interiores *-mpc-*, *-mpç-* e *-mpt-*, se elimina o *p*, de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o *m* passa a *n*, escrevendo-se, respetivamente,

-nç-, *-nç-* e *-nt-*: *assumptível* e *assuntível*, *assumpção* e *assunção*, *peremptório* e p*erentório*, *sumptuoso* e *suntuoso*, *sumptuosidade* e *suntuosidade*, etc."

Conforme se pode verificar, através do que é estipulado nesta Base, as opções tomadas no AO sobre as consoantes mudas ou proferidas, facultativamente, e a consequente dupla grafia, já estavam contempladas neste Projeto de 1975, que só não se concretizou nessa data, devido à situação criada pelo 25 de Abril.

6.

Em maio de 1986, por iniciativa do então Presidente brasileiro, José Sarney, membro da Academia Brasileira de Letras, com o apoio desta Instituição e sob a orientação do filólogo António Houaiss, também académico, realizou-se no Rio de Janeiro um encontro sobre a questão ortográfica, com a participação de uma delegação da Academia das Ciências de Lisboa, representando Portugal, e delegações dos países africanos lusófonos, com exceção da Guiné-Bissau, cujo delegado não chegou a comparecer, por motivos logísticos. Timor-Leste estava, infelizmente, sob ocupação indonésia e, portanto, não era ainda um país independente. Também participou, neste encontro do Rio de Janeiro, uma delegação da Galiza, como observadora, e uma representante da União Latina. O Presidente José Sarney tomou a iniciativa deste encontro, por estar sensibilizado para a questão ortográfica, como membro da Academia Brasileira de Letras, e ser conhecedor do Projeto de Acordo de 1975, acima mencionado. Temia de certo modo, como muitos outros, que, não havendo uma ortografia unificada para o português, a independência dos jovens países africanos, que emergiram da descolonização portuguesa e adotaram este idioma como sua língua oficial, pudesse conduzir ao surgimento de maior variação ortográfica.

O encontro do Rio de Janeiro realizou-se de 6 a 12 de maio de 1986 na Academia Brasileira de Letras e era aberto à comunicação social. A base de que se partiu para a unificação ortográfica possível foi o já referido Projeto de Acordo de 1975, o qual tem, aliás, em linha de conta as propostas e conclusões do também mencionado Simpósio de Coimbra. Podemos dizer que as alterações mais significativas do Acordo de 1986 abrangiam a supressão de consoantes mudas, a fixação de duplas grafias, a eliminação de acentos gráficos e a adoção de regras simplificadoras para o uso do hífen. A supressão de consoantes mudas em palavras como *a**c**ção, dire**c**ção, arquite**c**to, exce**p**to, ó**p**timo* afetava a ortografia vigente do lado de cá do Atlântico e constituía um apelo do mais elementar bom senso, há muito tempo reclamado, em favor da unificação ortográfica. A dupla grafia foi aceite em situações perfeitamente cristalizadas dos dois lados do Atlântico, como, por exemplo, em *contactar/contatar, facto/fato, imdemnização/indenização*. A existência de dupla acentuação gráfica em palavras esdrúxulas,

como *António/Antônio, blasfémia/blasfêmia, fenómeno/fenômeno, género/gênero,* ou em palavras graves, como *bónus/bônus, fémur/fêmur, Fénix/Fênix, vómer/vômer,* conduziu, não havendo outra solução mais adequada de unificação ortográfica, à supressão drástica dos acentos gráficos em todas as palavras esdrúxulas e graves, o que constituiu uma das decisões posteriormente mais contestadas em Portugal, com alguns argumentos ponderosos, e que obrigou à revisão do Acordo aqui conseguido. Quanto às alterações nas regras de uso do hífen, ditadas pela necessidade de simplificação e de maior adequação a práticas já correntes, adotou-se no Acordo uma significativa redução do emprego do hífen, tanto nas palavras compostas, como nos vocábulos formados por prefixação. Também aqui houve posteriormente em Portugal uma forte oposição, largamente justificada, a algumas das soluções adotadas, o que reforçou a necessidade de revisão daquele Acordo.

7.

O Acordo Ortográfico de 1990 foi, pois, essencialmente ditado pela necessidade de corrigir alguns excessos e incongruências do Acordo de 1986, conseguido no já mencionado encontro do Rio de Janeiro. Veja-se também, quanto às reações a este Acordo, o já mencionado livro de Ivo Castro. Foi, por isso, que, logo em meados de 1987, na Academia das Ciências de Lisboa, tomámos a iniciativa de elaborar um novo projeto de Acordo, de o apresentar à Academia Brasileira de Letras, instituição representante do Brasil, assim como às entidades competentes dos outros países lusófonos. Eu próprio fui encarregado pela Academia de levar a cabo a elaboração do novo projeto, com o apoio do académico Lindley Cintra e, especialmente, dos confrades da secção de Filologia e Linguística da Classe de Letras que também tomaram parte no encontro do Rio de Janeiro.

No trabalho de preparação deste novo projeto, tivemos o apoio de dois bolseiros, financiados pelo então Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), presidido por Fernando Cristóvão, que também fez parte da delegação portuguesa no encontro do Rio de Janeiro. Na preparação deste novo projeto, procedemos à recolha das diversas críticas construtivas feitas ao Acordo de 1986, nomeadamente a supracitada obra de Ivo Castro, logo que ela veio a público, e realizámos diversas análises estatísticas, baseadas num corpus de 110.000 palavras representativas do léxico geral da língua, as quais nos permitiram quantificar e ilustrar diversas opções tomadas no projeto e que posteriormente utilizámos na elaboração de uma “Introdução justificativa” das propostas apresentadas, a qual passou

depois a ser designada como "Nota Explicativa" e veio a acompanhar, em anexo, o texto do Acordo Ortográfico de 1990. Repare-se que esta extensa "Nota Explicativa", por mim próprio idealizada, constitui uma inovação relativamente a todos os acordos anteriores.

Em fins de 1988, o novo projeto de Acordo estava concluído e passou a ser designado como "Anteprojeto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1988)", o qual foi levado depois ao conhecimento do Brasil e dos países africanos lusófonos, por via diplomática e com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, então órgão tutelar da Academia das Ciências, liderado por Pedro Santana Lopes.

No primeiro semestre de 1990, eu próprio fui encarregado pela Academia das Ciências, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura, de explicar *in loco* o referido Anteprojeto e de recolher eventuais sugestões de alteração, junto das entidades competentes dos países africanos e também do Brasil, neste caso, da Academia Brasileira de Letras.

Nas viagens que realizei a estes países, contactei com várias instituições, procurei esclarecer as dúvidas suscitadas, apurei sugestões de alteração e pude verificar que o Anteprojeto era, em geral, bem compreendido e bem aceite. E assim se preparou um novo encontro em Lisboa, realizado na Academia das Ciências, de 6 a 12 de outubro de 1990, para aprovação final do novo Acordo Ortográfico.

Neste encontro participaram as seguintes delegações:

Angola: Filipe Silvino de Pina Zau.

Brasil: António Houaiss e Nélida Piñon.

Cabo Verde: Gabriel Moacyr Rodrigues e Miguel Veiga.

Guiné-Bissau: António Soares Lopes Júnior e João Wilson Barbosa.

Moçambique: João Pontífice e Maria Eugénia Cruz.

Portugal: a) da Classe de Letras da Academia das Ciências: Américo da Costa Ramalho, Aníbal Pinto de Castro, João Malaca Casteleiro, José Vitorino de Pina Martins, Luís Filipe Lindley Cintra, Manuel Jacinto Nunes e Maria Helena da Rocha Pereira; b) da Classe de Ciências da Academia: António Vasconcelos Marques, Fernando Roldão Dias Agudo e José Tiago de Oliveira; c) em representação do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP): Fernando Alves Cristóvão.

São Tomé e Príncipe: Albertino dos Santos Bragança e João Hermínio da Silva Pontífice.

Galiza (delegação de observadores): António Gil Hernández e José Luís Fontenla.

Foram todos estes nomes que apuseram a sua assinatura nos dois documentos aprovados neste encontro, com a data de 12 de outubro de 1990, ou seja, "Projeto de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1990)" e "Introdução ao Projeto de Ortografia Unificada da Língua Portuguesa (1990)".

Estes documentos, após a sua aprovação linguística, foram encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura. O Secretário de Estado, Pedro Santana Lopes, convocou posteriormente os titulares da Cultura dos outros países lusófonos para uma reunião, que se realizou no Palácio da Ajuda, em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, na qual se procedeu à aprovação política dos mesmos documentos.

Nesta mesma reunião, foi aprovado pelos titulares da Cultura dos sete países um instrumento de resolução, em cujo Artigo 3.º se estipula: "O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1 de janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa." No Artigo 2.º deste mesmo instrumento estabelece-se que "Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa […]."

8.

Infelizmente, a ratificação do AO pelos Estados, como determinava o mencionado instrumento de resolução, não se processou como aí era estipulado. Apenas Portugal e Cabo Verde o ratificaram dentro do prazo estabelecido. Assim, o AO foi aprovado na Assembleia da República, em 4 de junho de 1991, por todos os partidos com assento parlamentar, apenas com a abstenção do Partido Comunista Português. Foi depois ratificado pelo Presidente da República em 7 de agosto seguinte e publicado no *Diário da República* em 23 do mesmo mês. Cabo Verde aprovou o AO logo em 1/4/1991, através do decreto-lei n.º 26/91. O Brasil só ratificou o AO em 18 de abril de 1995.

O processo de ratificação exigia de Portugal uma condução política eficaz e persistente junto dos outros países. Pedro Santana Lopes, enquanto Secretário de Estado da Cultura entre 1990 e 1994, bem se empenhou neste processo. Logo após a ratificação do AO por Portugal, deslocou-se ao Brasil em agosto de 1991, viagem em que tive a honra de o acompanhar, em representação da Academia das Ciências, levando, entre os vários objetivos da sua missão cultural, também o de pressionar junto das entidades governamentais, nomeadamente o então Ministro da Cultura, António Houaiss, a confirmação do Acordo. Infelizmente e apesar deste esforço, o Brasil só o veio a ratificar em 18 de abril de 1995. Com a saída de Pedro Santana Lopes do Governo, em 1994, o processo de ratificação ficou parado.

Convém aqui lembrar que a necessidade de um organismo supranacional que coordenasse a política da Língua e implementasse o AO foi bem sentida pela Academia das Ciências. De facto, no já mencionado encontro do Rio de Janeiro, em maio de 1986, apresentou uma proposta de criação de um "Conselho Internacional da Língua Portuguesa", num documento basilar e de grande atualidade, que foi aprovado por unanimidade pelas delegações presentes, ficando estas incumbidas de o submeter à consideração dos respetivos Governos.

Estava, pois, aqui o gérmen do que viria a ser o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cuja proposta de criação veio, afinal, a ser apresentada, em 1989, pelo Presidente do Brasil, José Sarney, durante a primeira cimeira dos Chefes de Estado dos países lusófonos, realizada no Brasil, em São Luís do Maranhão. Todavia, a criação efetiva deste Instituto só ocorreu em 20 de maio de 2002, na cidade da Praia, em Cabo Verde, por ocasião da VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em São Tomé e Príncipe. A CPLP tinha, por sua vez, sido

instituída em 17 de julho de 1996, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos então sete países lusófonos, expressamente reunida para esse efeito, e após um longo processo de maturação, no qual se destacou o Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira. Nestas reuniões foi decidido que a CPLP teria a sua sede em Lisboa e que o IILP ficaria instalado na cidade da Praia. Na mencionada reunião de 2002, em São Tomé, Timor-Leste foi também acolhido na CPLP, após ter conquistado a independência.

9.

O IILP, após vários anos em estado mais ou menos letárgico, emerge ativo, a partir de 2010, sob a dinâmica liderança do novo diretor executivo, o linguista brasileiro Gilvan Müller de Oliveira, concentrado na realização do *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, documento que foi aprovado na 1.ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, efetuada em Brasília, entre 25 e 27 de março de 2010, e na qual tivemos a honra de participar, conjuntamente com a delegação portuguesa, que ia tomar parte no 10.º Colóquio Internacional da Lusofonia, realizado de seguida em Santa Catarina. A Conferência de Brasília constituiu um acontecimento inovador na atuação da CPLP, que pela primeira vez, visa dar corpo a uma política da Língua, definida em comum por todos os países lusófonos. Dois dos grandes objetivos do Plano de Brasília são o apoio à implantação do Acordo Ortográfico nos vários países e a elaboração do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* (VOC). A CPLP estabeleceu uma periodicidade de três anos para estas conferências, tendo a segunda sido realizada em Lisboa, em 29 e 30 de outubro de 2013, e a terceira em Timor, de 15 a 17 de junho de 2016.

Relembremos que o AO já se encontra plenamente em vigor em Portugal, no Brasil e em Cabo Verde e que começará a ser aplicado em Moçambique, em janeiro de 2018, no início do próximo ano letivo.

Nos outros países segue os seus trâmites, conforme a dinâmica de cada um, não tendo nenhum deles posto em causa o AO ou querendo efetuar a sua revisão. Poderão alguns estranhar que a sua plena implantação leve tanto tempo, mas a verdade é que, apesar de aprovado em 1990, só depois da criação da CPLP, em

1996, começa a definir-se um caminho para a sua aplicação. De qualquer modo, desde essa data decorreram só vinte anos, envolvendo oito países, o que é muito pouco, comparativamente com os cem anos de escaramuças ortográficas, apenas entre dois, Portugal e Brasil.

Quanto ao VOC, a sua elaboração tem sido mais rápida e eficiente, graças à dinâmica de Gilvan de Oliveira, diretor executivo do IILP entre 2010 e 2014, e à eficácia de Marisa Mendonça, professora moçambicana que lhe sucedeu no cargo, a partir de 2014. Foi fundamental, para a elaboração do VOC, o convénio técnico celebrado entre o IILP e o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), de Lisboa, no qual têm desempenhado funções de relevo a sua vice-presidente e coordenadora de investigação Margarita Correia e o investigador José Pedro Ferreira.

O ILTEC, também responsável pela elaboração do *Vocabulário Ortográfico Nacional da Língua Portuguesa*, por solicitação do Governo, disponibilizou ao IILP a sua plataforma digital para albergar o VOC. Foi também muito relevante para o eficiente funcionamento do IILP que em cada país lusófono tenha sido criada uma Comissão Nacional da Língua Portuguesa, que promove as tarefas necessárias à prossecução dos projetos estabelecidos e está representada no Conselho Científico do mesmo Instituto.

O VOC já alberga os vocabulários nacionais de Portugal, do Brasil, de Cabo Verde, de Moçambique e de Timor-Leste, aguardando-se a inclusão dos que faltam, logo que concluídos. A apresentação pública do VOC, nesta fase, efetuar-se-á na cidade da Praia, no próximo dia 12 de maio. Este projeto constitui a melhor prova de que é possível promover uma política de Língua participada por todos os países lusófonos.

10.

Em conclusão, tanto o Acordo Ortográfico como o *Vocabulário Ortográfico Comum* seguem o seu curso, alheios aos entraves que lhes vão sendo levantados em várias latitudes. Foi, pois, com tristeza e com muita revolta que vimos o atual Presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Artur Anselmo, atuar nos

últimos tempos, em movimentações públicas, primeiro, para tentar reverter o Acordo, e depois, vendo que tal era impossível, a apadrinhar uma revisão atabalhoada, linguisticamente mal fundamentada e inoportuna, numa verdadeira afronta à memória da própria Academia e dos ilustres académicos e filólogos, dos dois lados do Atlântico, já falecidos, que tanto se esforçaram para que a língua portuguesa tivesse uma ortografia unificada *(Vide*, a este propósito, nesta publicação, o texto do também académico Rolf Kemmler),

O AO foi aprovado por todos os países de língua portuguesa, constitui um tratado internacional que deve ser respeitado por todos e não pode ser modificado unilateralmente. Foi, por isso, que o Governo, pela voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, veio logo a público declarar que não aceitava revisões unilaterais. Também as Entidades governamentais de outros países, nomeadamente de Angola e de Moçambique, vieram confirmar que não queriam rever o Acordo.

A língua portuguesa merece uma ortografia unificada, requer que defendamos a sua unidade essencial, para que continue a ser o instrumento de comunicação entre os 275 milhões de falantes atuais, espalhados pelos oito países lusófonos, pela Galiza e por Macau, pelas diásporas lusofalantes que habitam nos vários cantos do Mundo, e que é objeto de estudo e de investigação em centenas e centenas de instituições escolares, nos vários continentes, e também língua de trabalho em múltiplas organizações internacionais. Lutemos, pois, pela defesa da sua unidade essencial, para que ela continue a ser o instrumento de comunicação dos 387 milhões de falantes, em meados deste século, e dos 487 milhões, em 2100, segundo as previsões demográficas expressas no *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, de Luís Reto e outros autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS:

1. Campos, Agostinho de (org.), *Paladinos da Linguagem*, vol. 3, Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa, 1923.
2. Castro, Ivo, *et al*., *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1987.
3. *Diário da República, I Série-A*, N.º 193, 23-8-1991.
4. Reto, Luís Antero, *et al*., *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, Edição apoiada por Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Lisboa, 2016.
5. Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, *Lições de Filologia Portuguesa*, Dinalivro, Lisboa, s. d.

14. JOÃO MORGADO, UBI, ESCRITOR, CHEFE DE GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE.

TEMA: 1.1. CABRAL, O LÍDER HUMANISTA QUE CHEGOU AO BRASIL - JOÃO MORGADO, CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE

Nascido em Belmonte, Pedro Álvares Cabral galgou os mares e oficializou para Portugal as terras de Vera Cruz, hoje Brasil.

Mas quem era este homem? Terá nascido em 1467, em Belmonte.

Ainda muito jovem, rumou com o seu irmão para Lisboa, para se instruir na corte junto dos grandes mestres da altura. Foi por isso um homem do renascimento, com educação e valores humanistas. Mas foi também um valente guerreiro nas praças do norte de África.

Foi por este perfil que D. Manuel I o escolheu para capitão-mor da armada que zarpava para as Índias. Outros saberiam mais que ele das coisas do mar, mas era um líder, um comandante de homens, um respeitado capitão militar de toda a armada.

Rumou às Índias onde deu mostras de diplomacia, inteligência e pundonor. Mas onde mostrou também o seu lado militar ao bombardear Calecut depois de uma traição dos locais. Mas o seu lugar na história, foi alcançado ao pisar, por vez primeira, as terras de um mundo novo que hoje conhecemos por Brasil. Terá ido tomar aquelas terras em nome d'el-rei? É que, curiosamente, não deixou lá qualquer padrão de pedra com as armas de D. Manuel. E esse desvio da sua rota terá sido casualidade ou intencionalidade?

Terá o capitão-mor desobedecido ao rei? E obedecido a quem? Importa ainda realçar o lado humano deste homem, que aportou em quatro continentes. Quando chegou a terras de Vera Cruz – Brasil, recebeu dois indígenas a bordo da sua nau.

Ao contrário de Colombo, que disse ter encontrado "animais sem inteligência", Pedro Álvares Cabral recebeu os nativos com honras de estado. O significa essa sua postura humanista?

Belmonte - esta é uma terra de paisagem, de sol, de fruta e de vinhos – mas é também, e sobretudo, uma terra de gentes. Algumas deixaram o seu nome na história coletiva do povo português.

É o caso de Pedro Álvares Cabral que, nascido em Belmonte, galgou os mares e oficializou para Portugal as terras da Vera Cruz, hoje Brasil.

A gesta dos Cabrais foi sempre gente de palavra - estavam mesmo isentos do juramento de fidelidade ao rei. Pedro Álvares Cabral honrou essa tradição, serviu em lealdade, combateu com bravura, honrou os seus preceitos, até que um dia… terá virado as costas ao rei e nunca mais levantou a espada ao seu serviço.

- Mas, afinal, quem era este homem?

Terá nascido em 1467, aqui em Belmonte. Ainda muito jovem, rumou com o seu irmão mais velho para Lisboa, para se instruir na corte, junto dos grandes mestres da altura – quase todos judeus. Foi por isso, já um homem do renascimento, das novas luzes que irrompiam pela Europa. Um homem com educação e valores humanistas.

Como qualquer nobre, para além da álgebra, da filosofia, da religião, da cosmografia, estudou também as artes da guerra, o manejamento das armas e do cavalo, a estratégia militar.

Seguiu para o norte de áfrica onde se tornou cavaleiro do rei sob a insígnia da Ordem Militar da Cruz de Cristo. Aqui combateu durante oito anos. Consta que era um homem forte e alto para a época, pelo que destacou em combate e na liderança de homens.

Foi por este perfil que D. Manuel I o escolheu para capitão-mor da maior e mais lustrosa armada que iria sair de Portugal, rumo às Índias. E aqui importa sublinhar – substituindo o grande herói daquele tempo, Vasco da Gama.

Podemos deduzir, que Pedro Álvares Cabral não era um grande entendido do mar. Era, antes de tudo, o líder político da missão, o representante do rei. Outros saberiam mais que ele das coisas do mar, como por exemplo, Bartolomeu Dias, que ia sob o seu comando.

Mais que um navegante, Cabral era um líder, um comandante de homens, um respeitado capitão militar de toda a armada.

Rumou às Índias onde deu mostras de diplomacia, inteligência e pundonor. Mas onde mostrou também o seu lado feroz, o seu lado marcial.

Depois de traído por árabes e indianos, num ataque à feitoria em que, por entre dezenas de portugueses pereceu o célebre Pero Vaz de Caminha, durante dois dias e duas noites mandou bombardear Calecut, matando um ror de gente.

Mas este não era o seu lugar na história. O seu lugar conquistou-o noutras paragens.

Fez história ao pisar, por vez primeira, as terras de um mundo novo que hoje conhecemos por Brasil. Ia ele, ainda a caminho das Índias.

Ocasionalidade? Vítima de uma tempestade?

Ou intencionalidade? Desvio de rota consciente e deliberado?

Quando a carta de Pero Vaz Caminha foi resgatada do esquecimento, ficou claro que não tinha havido tempestade. Que a chegada ao novo mundo não era causa de espanto.

Ora, terá Cabral ido tomar aquelas terras em nome d'el-rei? Parece o mais lógico.

Contudo, é de estranhar que não tenha lá deixado qualquer padrão de pedra com as armas de D. Manuel – como deixavam em todo e qualquer lugar em que os portugueses aportavam.

Podemos inferir, que senão levavam um padrão, é porque não levavam públicas ou privadas instruções de tomar terra.

Se levavam um padrão e não o chantaram em terra, é legítimo questionar então, se foram em nome e por ordem d'el-rei.

Defendo que não.

Então, se Cabral desobedeceu a D. Manuel, obedeceu a quem? Deixo algumas reflexões…

- Era um cavaleiro da Ordem Religiosa e Militar da Cruz de Cristo.
- Em vez do padrão, deixou nas novas terras uma enorme… Cruz de Cristo sob a qual mandou rezar missa.
- Chamou aquelas terras, terras da "Vera Cruz" - a verdadeira cruz de Cristo.
- E levou nas velas a Cruz de Cristo desenhada a vermelho-sangue.

Bom, questionam vocês, é crível que ele tenha desobedecido a el-rei?

Na verdade, não se pode falar de desacato a Sua Majestade. É que, na verdade, se por um lado terá seguido as ordens do prior de Tomar, figura de proa da Ordem, por outro, é sabido, que el-rei D. Manuel era também o grão-mestre da Ordem de Cristo… ora, obedecendo aos Irmãos obedecia naturalmente a el-rei.

Espero ter conseguido despertar a vossa curiosidade sobre este tema e sobre este personagem?

Mas, deixem-me ainda sublinhar, uma vez mais, o facto de Cabral ser um homem íntegro e com primores de honra.

Mais tarde, numa nova armada, rumo às Índias, não aceitou que o rei lhe dividisse o comando de com um tio de Vasco da Gama – e por influência deste.

Assim, como não concordou em levar a guerra até às Índias, pelo que voltou as costas à coroa e se afastou de todas as mordomias reais.

Gostaria mesmo de sublinhar o lado humanista deste homem.

Quando chegou a terras da Vera Cruz – Brasil, recebeu dois indígenas a bordo da sua nau. Vejamos o que diz a famosa Carta de Pero Vaz Caminha:

"… quando eles chegaram, estava o capitão sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. (…)
Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora.
Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água numa albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, logo a lançaram fora. (…)
Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; O Capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram"

Chamo assim, a vossa atenção para este facto fantástico - ao contrário de Colombo, que disse ter encontrado "animais sem inteligência", vejam como Pedro Álvares Cabral recebeu os nativos com… honras de estado.

Vestiu o seu melhor fato de comandante, colocou as suas insígnias, o seu chapéu de penacho, o seu colar d'ouro, estendeu uma carpete para receber os dois homens, com diplomacia, deu-lhes comida e bebida.

E tendo eles adormecido todos nus no convés do navio, tomou-se de cuidados, e mandou cobri-los com um manto e que lhes colocassem uma almofada na cabeça.

Importa referir este pormenor. Não a força do conquistador sobre os mais fracos. Mas o respeito de igual para igual. Onde encontram igual na história?

Sublinho mais. Durante os dez dias que permaneceu naquelas terras não se levantou uma arma, um dedo sequer contra aquele povo.

E mais, não deixou que nenhum indígena viesse prisioneiro para Portugal, para ser exibido na corte como um animal selvagem, um animal exótico.

Gosto de acreditar, que esta postura pacifista tenha sido o prenúncio de uma relação de irmandade que perdurou por séculos, até hoje. Foi assim um homem da beira que marcou a nossa história.

No limiar do Renascimento, quando a luz irrompia nas trevas para maior lucidez dos homens, olhando para um reino frágil, doente, desgastado em guerras lá nos fins do mundo, talvez Cabral tenha olhado para o seu percurso e colocado a si próprio muitas questões.

E talvez tenha questionado o seu serviço a um Deus e a um Rei, em nome dos quais ele fora apenas um instrumento de morte.

Talvez se tenha questionado sobre o papel de Portugal no mundo… no norte de África? Nas terras da Vera Cruz? No longínquo do Oriente?

Pedro Álvares Cabral, talvez não tenha gostado das respostas às suas próprias perguntas. Talvez não tenha gostado de ver a estirpe de homens a quem servia, e não tenha gostado de descortinar o que lhe parecia ser o futuro pouco promissor de um do seu reino despovoado, pobre e perdido em guerras no além-mar.

Talvez por isso, talvez, tenha virado as costas à vã glória dos homens… para se reencontrar consigo mesmo e com o verdadeiro Deus.

Talvez isso explique porque é que este herói nacional, de grandeza primeira, se recolheu na sua simplicidade e repousa em… campa rasa!

Obrigado.

João Morgado

Escritor,

www.joaomorgado.net

15. JOSÉ ANTÓNIO SALCEDO, CIENTISTA, EMPREENDEDOR, MEMBRO DA ACADEMIA EUROPAEA, ATLA (NORUEGA), AICL

TEMA REFLEXÃO SOBRE ALGUNS DESAFIOS DO FUTURO PRÓXIMO

Assistimos atualmente a uma nova vaga de industrialização, referida frequentemente como "Indústria 4.0". Nesta vaga, a automatização das funções produtivas vai acelerar através de tecnologias como impressão 3D e robótica. Porém, e em contraste com vagas anteriores, a automatização de muitos tipos de raciocínios e da tomada de decisão vai ocorrer também, através da introdução de inteligência artificial. Neste contexto, os desafios para o trabalho e emprego serão mais difíceis de colmatar porque atingirão igualmente muitos tipos de serviços, incluindo transportes, distribuição, seguros e medicina. Que devemos começar a fazer hoje para melhor responder a alguns destes desafios do futuro próximo? De que Educação precisamos?

Características

- **Automação intensiva, inovadora e inteligente**
  - Produção de bens
  - Análise de dados e tomada de decisões
- **Integração de tecnologias avançadas**
  - Robótica e aprendizagem de máquinas (*machine learning*)
  - Impressão 3D
  - Inteligência artificial
  - Biotecnologia, Genética, Nanotecnologia e Fotónica
  - Interfaces inteligentes com utilizador, via Psicométrica

3

Exemplos

- **Restauração**
  - Momentum Machines - Restaurantes automáticos nos EUA
  - KFC - Restaurantes automáticos na China
  - McDonald's CEO Ed Rensi: "It's cheaper to buy a $35K robotic arm than it is to hire an employee who's inefficient making $15 an hour bagging french fries."
- **Transportes rodoviário de carga**
  - China, mercado $300B. USA, mercado de $700B.
  - 40% dos custos são encargos salariais com motoristas
  - Mais de 50 empresas estão a desenvolver veículos e sistemas automáticos

4

Exemplos

- Moshe Vardi, computer science professor at Rice University in Texas: "We are approaching the time when machines will be able to outperform humans at almost any task. Society needs to confront this question before it is upon us: if machines are capable of doing almost any work humans can do, what will humans do? A typical answer is that we will be free to pursue leisure activities. [But] I do not find the prospect of leisure-only life appealing. I believe that work is essential to human well-being.

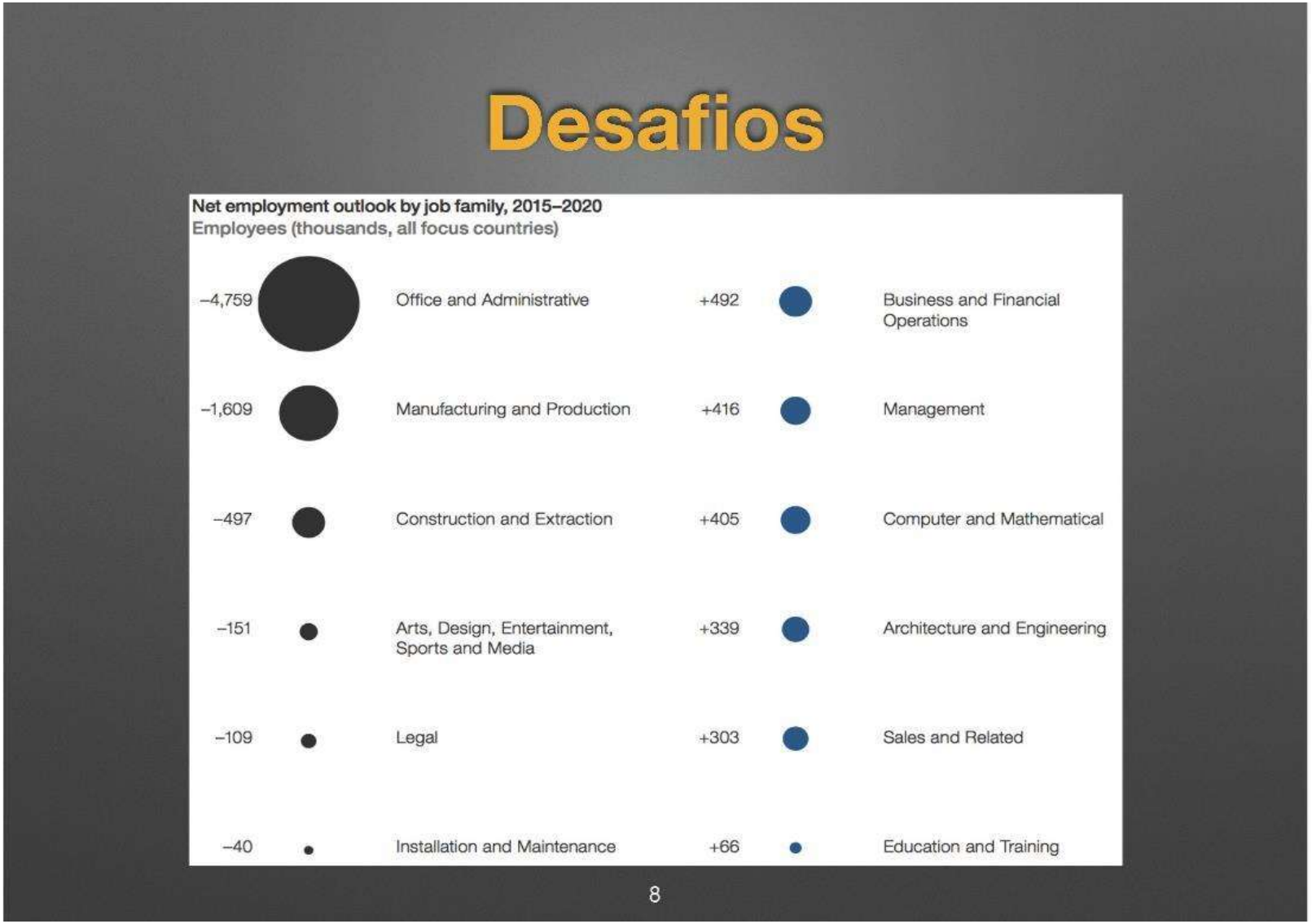
5

Desafios

- **Transformação rápida do mercado de trabalho**
  - Robots substituem pessoas
  - Menos postos em indústrias de manufactura e em serviços
- **World Economic Forum 2017 - Report "The Future of Jobs"**
  https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs
  65% of children entering primary school today will ultimately end up working in completely new job types that don't yet exist
  - Riscos de perda de postos de trabalho:
    - USA: 47%
    - China: 77%
    - OECD: 57%

6

Desafios
The risk of jobs being replaced by automation varies by country
Source: World Bank Development Report (2016)
OECD Average 57%
Thailand 72%
Nigeria 65%
Argentina 65%
China 77%
US 47%
South Africa 67%
India 69%
UK 35%
Ethiopia 85%
47% of US jobs are at risk from automation, but not all cities have the same job risk
Source: Berger, Frey and Osborne (2015)
Least at risk
Boston 38.40%
Washington D.C. 38.40%
Raleigh 39.70%
Baltimore 40.40%
New York 40.70%
Bridgeport 41.10%
Toms River 41.20%
Richmond 41.40%
Minneapolis 41.40%
Denver 41.50%
San Francisco 41.70%
% of jobs at risk of automation
Most at risk
45.80% Houston
45.90% Sacramento
46.00% Dayton
47.00% Los Angeles
47.10% Harrisburg
47.10% Oklahoma City
47.90% Grand Rapids
48.40% Reading
48.50% Greensboro
49.10% Las Vegas
53.80% Fresno
7

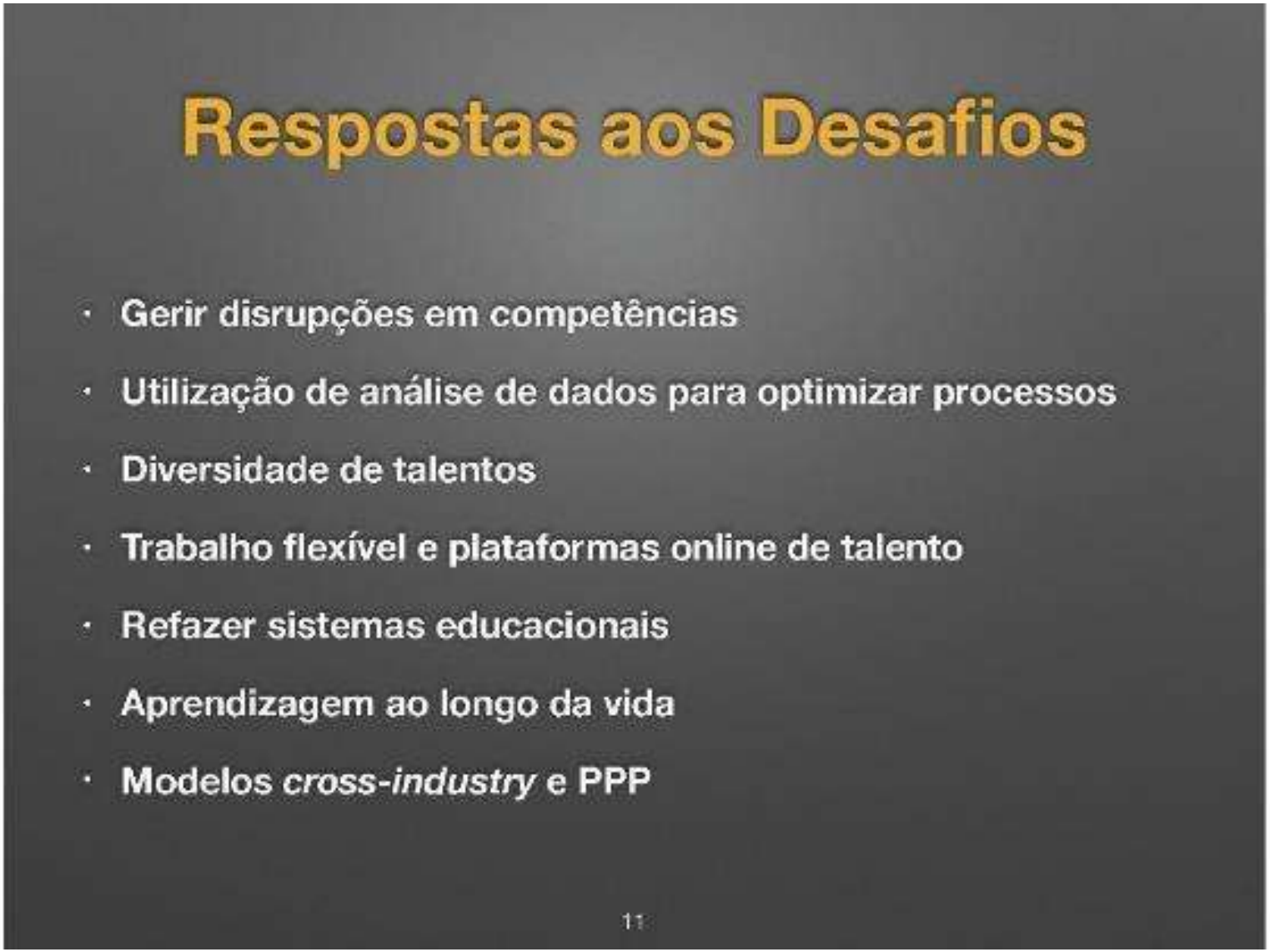

Desafios
Net employment outlook by job family, 2015–2020
Employees (thousands, all focus countries)
–4,759
Office and Administrative
–1,609
Manufacturing and Production
–497
Construction and Extraction
–151
Arts, Design, Entertainment, Sports and Media
–109
Legal
–40
Installation and Maintenance
+492
Business and Financial Operations
+416
Management
+405
Computer and Mathematical
+339
Architecture and Engineering
+303
Sales and Related
+66
Education and Training
8

Desafios
Impact felt already
» Rising geopolitical volatility
» Mobile internet and cloud technology
» Advances in computing power and Big Data
» Crowdsourcing, the sharing economy and peer-to-peer platforms
» Rise of the middle class in emerging markets
» Young demographics in emerging markets
» Rapid urbanization
» Changing work environments and flexible working arrangements
» Climate change, natural resource constraints and the transition to a greener economy
2015–2017
» New energy supplies and technologies
» The Internet of Things
» Advanced manufacturing and 3D printing
» Longevity and ageing societies
» New consumer concerns about ethical and privacy issues
» Women's rising aspirations and economic power
2018–2020
» Advanced robotics and autonomous transport
» Artificial intelligence and machine learning
» Advanced materials, biotechnology and genomics
9

Desafios

- **Profissões com grande procura**
  - Data analysts
    - Companies expect them to help make sense and derive insights from the torrent of data generated by technological disruptions.
  - Specialized sales representatives
    - Practically every industry will need to become skilled in commercializing and explaining their offerings to business or government clients and consumers, either due to the innovative technical nature of the products themselves or due to new client targets with which the company is not yet familiar, or both.
  - Senior Managers in Energy, Media, Entertainment and Information

10


Respostas aos Desafios
Gerir disrupções em competências
Utilização de análise de dados para optimizar processos
Diversidade de talentos
Trabalho flexível e plataformas online de talento
Refazer sistemas educacionais
Aprendizagem ao longo da vida
Modelos cross-industry e PPP
11

Perigos

- **Michal Kosinski, Stanford University - leading expert in psychometrics, a data-driven sub-branch of psychology**

  (http://motherboard.vice.com/read/big-data-cambridge-analytica-brexit-trump)

  - Michael Kosinski (Cambridge e Stanford University) tornou possível a revolução digital em eleições

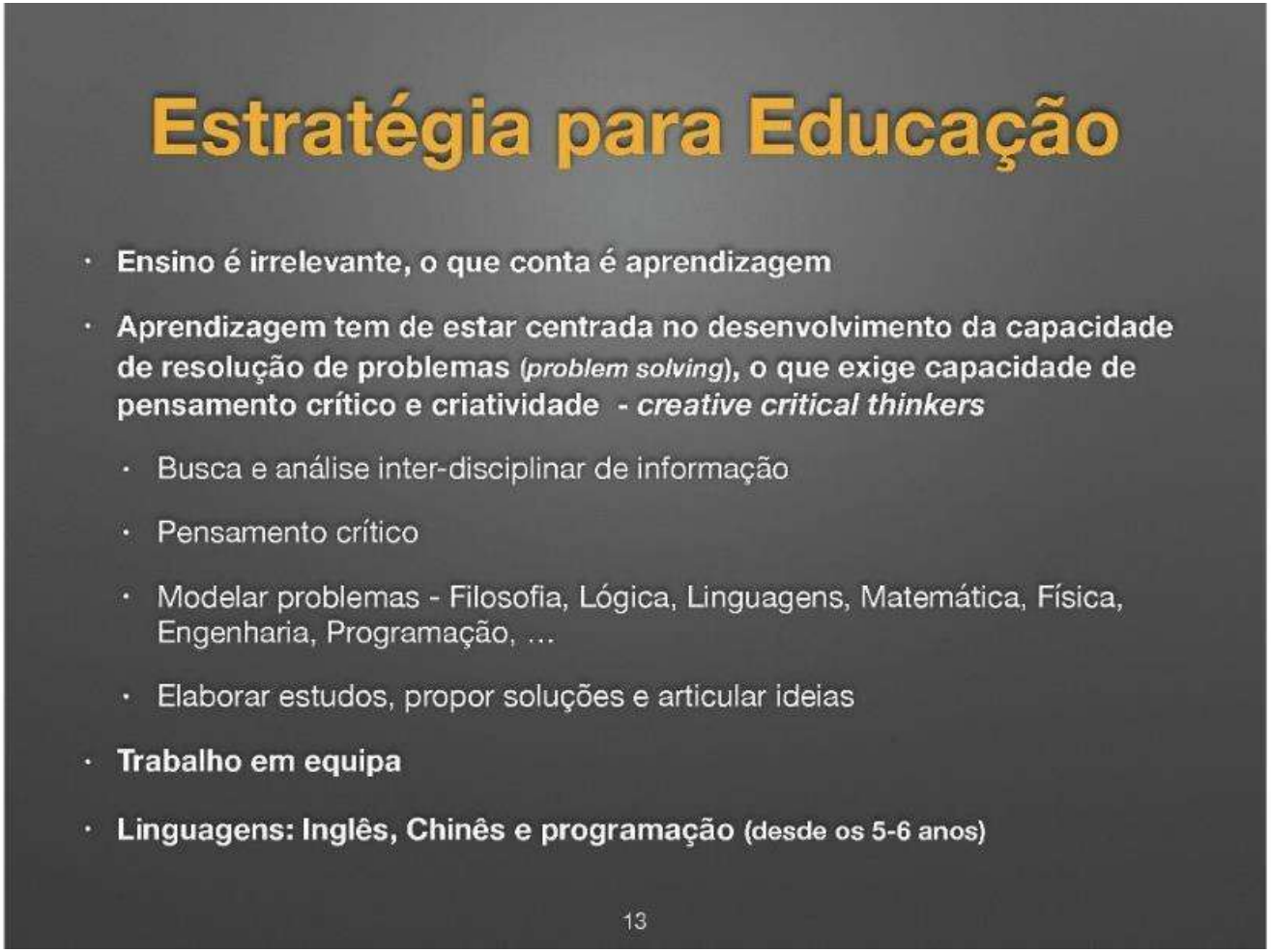
  - Ashburner Nix (Cambridge Analytica) executou-a

  - Donald Trump beneficiou dela

  Apenas 5 tratos de personalidade são suficientes para traçar o perfil psicológico de uma pessoa com elevada precisão: *Openness, Conscientiousness, Extroversion, Agreeableness, Neuroticism*

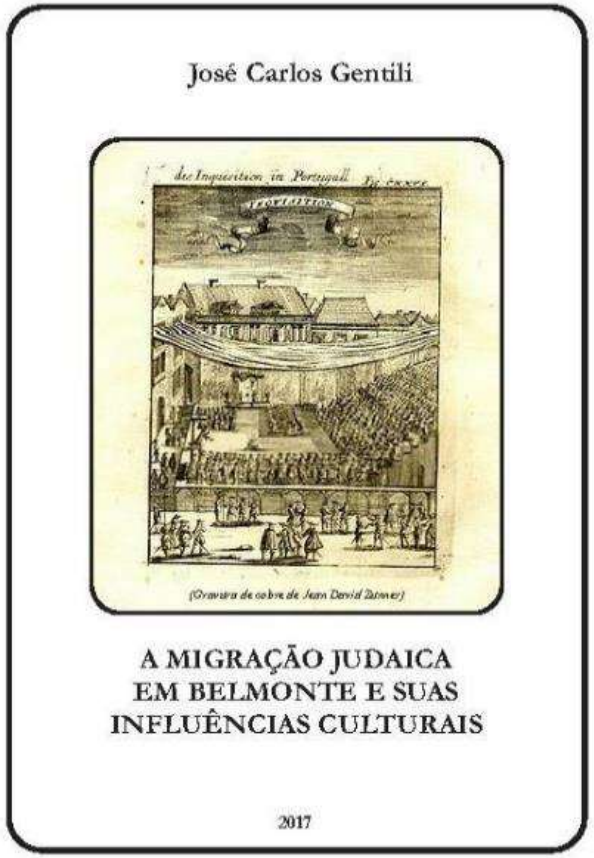
- **Conclusão: Em elevada medida, quer o voto Brexit quer a eleição de Trump são consequências directas da utilização de "Big Data" para chegar a cada pessoa com uma mensagem política específica com a qual a pessoa se identifica, influenciando assim o seu voto.**

12


Estratégia para Educação
Ensino é irrelevante, o que conta é aprendizagem
Aprendizagem tem de estar centrada no desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas (problem solving), o que exige capacidade de pensamento crítico e criatividade - creative critical thinkers
Busca e análise inter-disciplinar de informação
Pensamento crítico
Modelar problemas - Filosofia, Lógica, Linguagens, Matemática, Física, Engenharia, Programação, …
Elaborar estudos, propor soluções e articular ideias
Trabalho em equipa
Linguagens: Inglês, Chinês e programação (desde os 5-6 anos)
13

16. JOSÉ CARLOS GENTILI, ACADEMIA DE LETRAS DE BRASÍLIA, AICL, PATRONO DESDE 2016

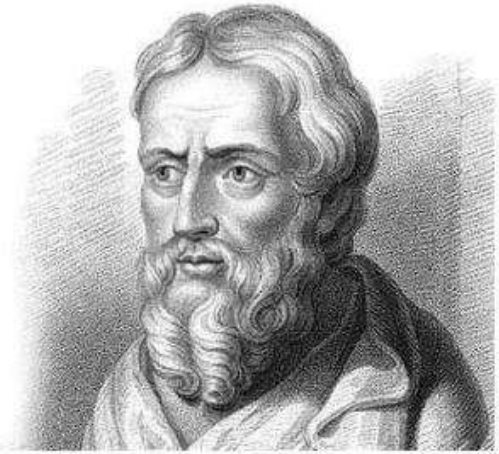
TEMA 1.3. A EMIGRAÇÃO JUDAICA E SUAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS



A MIGRAÇÃO JUDAICA EM BELMONTE E SUAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS

Heródoto, considerado o Pai da História, há mais de dois milênios, afirmou ser fundamental:

"Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro.



Os ciclos civilizacionais renovam-se, mantendo a historiografia mundial os registros, que demonstram constituírem-se os acontecimentos em verdadeiros marcadores decontemporaneidade.

1

Fatos milenares, seculares, apontam que os homens, através dos tempos, suplantam os seus desafios vivenciais, buscando no poder hegemônico, a razão maior de suas existências.

Poder e religiosidade são entes gemelares, a orbitar o universo dos homens e o da divindade. A glória é que cada segmento tenha o seu deus próprio, exclusivo, a feitio de um conglomerado divinal. O Olimpo grego, mitológico, fantasmagórico na interação da figura humana com a da divindade, gerou profundas reflexões no período greco-romano, alcançando os tempos atuais, guardados os avanços tecnológicos das comunicações. Deuses e semi-deuses olímpicos!

Assim, de forma diacrônica, voltamos à migração judaica em Belmonte, incrustada em Portugal, terra natal de Pedro Alvares Cabral e cenário da presença helenística e de atuante romanização, posterior.

Aliás, nos moldes vassaláticos, Pedro Alvares Cabral, Fidalgo do Conselho do Rei e Cavaleiro da Ordem de Cristo, segundo consta, foi batizado como Pedro Alvares de Gouveia, passando a usar o sobrenome Cabral, somente três anos após o descobrimento do Brasil. A mãe dele se chamava Isabel Gouveia de Queiroz, com vínculo judaico em sua ancestralidade.

A propósito, Cabral era genro do rico comerciante asturiano, Fernando de Noronha, conhecido também como Fernão de Noronha (Fernan de Loronha), cristão-novo, preposto do celebérrimo banqueiro judeu Jakob Fugger, que recebeu da Corte a primeira capitania insular da colônia brasileira, a ilha de Fernando de Noronha, antigamente denominada ilha de São João da Quaresma, com direitos à exploração de pau-brasil.

2

Fernando de Noronha

Fernando de Noronha e seu genro Cabral, de Belmonte, representavam uma verdadeira sucursal do poderio financeiro de Jakob Fugger, estabelecendo sua malha de importância e interesses na expansão ultramarina da Península Ibérica, o primeiro ostensivamente e o segundo estruturado na órbita familiar.

O germânico Fugger, via seu representante Fernando de Noronha, foi o primeiro não-português a investir no Brasil, ainda em 1503.

Nos primórdios do século XVI, após o descobrimento do Brasil, duas expedições exploradoras, uma de 1501 e outra de 1503, capitaneadas pelos judeus conversos Gaspar de Lemos(Gaspar da Gama) e Gonçalo Coelho, tiveram a interferência de Noronha junto ao Rei de Portugal (D. Manuel), estabelecendo-se contratos exploratórios da Terra de Santa Cruz, que chegou a ser conhecida como Terra de Gonçalo Coelho.

3

A importância de Belmonte e a judiaria atingiram extraordinário grau de importância nas atividades comerciais ultramarinas. Judeus como Diogo Alvares Correa (Caramuru), João Ramalho, náufragos na costa brasileira, constituíram-se em pontos de apoio comercial madeireiro, ensejando orientações a todos, inclusive a Martim Afonso de Souza, judeu também, donatário de capitania hereditária.

A força judaica permitiu a criação da primeira sinagoga das Américas, em Recife, a Kahar Zur Israel, que após a retirada batava da colônia foi esta falange de judeus para os Estados Unidos, criando a Nova Amsterdã, hoje New York.

Jakob Fugger

Para que se reavive a importância de Jakob Fugger, dito o Rico, o maior banqueiro de todos os tempos no mundo, ressalte-se que ele tinha como seu representante em Portugal o sogro do belmontense Pedro Alvares Cabral, o cristão-novo Fernando de Noronha.

4

Traz-se à colação notícia alusiva ao poder econômico inconteste de Fugger:

"Um negócio escandaloso"

"Tudo teria começado em 1513-4 com a ambição da dinastia Hohenzollern, da Prússia, em querer ampliar o controle sobre os arcebispados alemães. Aproveitando-se da vacância de dois importantíssimos postos, Alberto de Brandenburgo, que apesar de ter apenas 23 anos já ser arcebispo de Madenburgo reivindicou junto ao papado a acumulação das funções das dioceses de Mayence e Halberstadt. Pretensão tida como ilegal, mas contornável se amparada com dinheiro ofertado a Roma. A confirmação dada pelo papa Leão X (da família dos banqueiros Médici de Florença), em agosto de 1514, custaria a Alberto de Brandenburgo a soma de 14 mil ducados, acompanhada de uma "concessão voluntária" de mais 10 mil ducados.

A intermediação do negócio entre o arcebispo e o papa foi reservada ao grande banqueiro Jacob Fugger, o rico (+ 1525), que naquela época praticamente detinha o monopólio das relações financeiras de Roma com os estados alemães (conforme A. Schulte, Die Fugger in Rom, tomo I, 1904). Foi para pagar os adiantamentos de Fugger que o papa Leão X concedeu a Alberto de Brandenburgo a permissão de vender indulgências ao preço entre oito e 9 ducados cada uma, nas dioceses do seu arcebispado.

A concessão, conforme determinou a bula papal de 31 de março de 1515, se entenderia por oito anos, sendo que o arcebispo e o pontífice dividiriam entre si os proventos alcançados repassando-os ao credor Fugger. Sendo que Leão X, com o que lhe cabia, pensava em acelerar as obras do Vaticano, então em construção. Todavia, Maximiliano, o imperador do

5

Sacro Império Romano Germano, desde que fora informado do acordo, exigiu sua participação, reclamando para si, durante os três primeiros anos, 1/3 do que fosse recolhido entre os crentes temerosos das penas eternas."

Crê-se que Belmonte tenha sido o polo mais forte da presença judaica em Portugal, mantendo-se através do tempo a singularidade da tradição hebraica, da cultura, como demonstram e registram os historiadores, constituindo-se o Museu Judaico de Belmonte, num verdadeiro repositório da memória do povo de Israel.

Pedro Álvares Cabral, homem de Belmonte, tido como cristão-novo, descobridor do Brasil, em 22 de abril de 1500,quando fazia acompanhar-se de inúmeros judeus, tais como Gaspar da Gama, que falava várias línguas, entre elas o hebraico, árabe e caldeu; Mestre João (João Faras), médico particular da Coroa e astrônomo espanhol, nascido na Covilhã; além de clérigos.

"Castelo dos Cabrais"

6

Mais, ainda, a efetiva história dos judeus em Portugal teve início com a formação do Condado Portucalense até o processo da Reconquista Cristã, após oito séculos de domínio muçulmano, quando os mouros venceram os visigodos na Batalha de Guadalete (d.C.711).

Durante cinco séculos o Judaísmo floresceu na Espanha, mais tarde obstado pela Inquisição.

7

A Península Ibérica (Sefarad) ganhou novos contornos sócio-políticos sob o mando de D. Afonso Henriques, o primeiro Rei de Portugal (O Conquistador), ex-Conde de Portucale, partícipe das Cruzadas, quando os judeus ibéricos passaram a ser denominados de sefarditas. A Reconquista encontrou no mundo judaico um apoio inconteste, tornando-se D.Iachia ibn Yaisch, rabi- mor, uma figura da maior importância da Corte portuguesa.

A anterioridade migratória tem origem na diáspora judaica, consubstanciada nas diversas fulgas dos judeus mundo afora, na confrontação com outros povos na busca do poder hegemônico civilizatório e na cristalização da busca da Terra de Canaã. Sem dúvida, longa e sofrida história do povo judeu em suas diásporas!

O judeu é um povo peregrino.

Até então, os monarcas portugueses propiciavam liberdade do culto judaico e as judiarias se constituíam numa realidade social. Em toda a região, especialmente, em Belmonte, em razão de que os imperadores tinham noção exata do poder e prestígio dos judeus na condução do projeto expansionista ultramarino, o judaísmo se expandiu. Em 1516, o Rei D. Manuel proporcionou meios para que os cristãos-novos desenvolvessem a indústria canavieira no Brasil, despontando a figura judaizante do dono do Engenho Santiago, do judeu Diogo Fernandes.

O rei D. Manuel e seu tio antecessor, D. João II, tiveram o descortino de aproveitar a capacidade e os conhecimentos dos fugitivos judeus da Espanha, reunindo homens eruditos, como, por exemplo, Abrão Zacuto, nomeado astrólogo e cronista da Corte.

8

(Abrão Zacuto)

Abraão Zacuto foi o autor de um novo astrolábio, que ensinou os navegantes portugueses a utilizar tábuas astronômicas na orientação das caravelas portuguesas em alto-mar, publicando um tratado notável de astronomia em hebraico e em latim, impresso na tipografia de Leiria de Abraão de Ortas em 1496, como Almanach Perpetuum.

A erudição dos judeus ensejou o esplendor da escola de Sagres, permitindo que o belmontense Pedro Alvares Cabral e Vasco da Gama atingissem os feitos heroicos do descobrimento do Brasil e chegada às Índias pelo Ocidente.

Na frota cabralina esteve presente o judeu Mestre João (José Vizinho), cirugião de D. Manoel, cosmógrafo, físico, matemático, astrólogo, nascido na Covilhã.

A Igreja preocupada com o avanço do mundo judaico impôs a expulsão dos judeus da Espanha, em 1492, permitindo que os sefarditas levassem todos os seus bens, menos ouro, prata, joias e moedas... Este ato apenas fez crescer o contingente dos participantes da judiaria lusitana. Foram cerca de 100 mil sefarditas

9

Dada à proximidade geográfica, Portugal recebeu os exilados, impondo-lhes o pagamento de oito cruzados por migrante, além da obrigatoriedade de procurarem novos destinos no prazo de oito meses, após o que seriam vendidos como escravos. Nova artimanha imperial foi engendrada por D. Manuel I, estendendo o prazo por mais um ano, preocupado com a perda econômica desta saída, criou obstáculos de emigração, determinando o batismo de todas as crianças com menos de 14 anos, na fé cristã e, consequentemente seus pais, agora cristão-novos, ditos marranos, filhos dos sefarditas.

Em razão do Édito de Expulsão, de 1496, a sinagoga de Belmonte foi transformada na Igreja do Espírito Santo.

Sempre a Igreja, a ferro e fogo, a impor seus desígnios de poder junto aos monarcas, razão pela qual criou a famigerada Inquisição em Portugal, em 16 de julho de 1524, verdadeira sucursal da hispânica, sob o comando do temível dominicano Tomás de Torquemada, Inquisidor-Geral, que lançou milhares de judeus às fogueiras medievais, em nome do Cristo! Impõe-se registrar que, após o primeiro auto de fé em Lisboa com execuções em diversas cidades, o Papa suspendeu a Inquisição em Portugal, mas aquiesceu, mais tarde com o seu retorno, atendendo ao monarca D. João III, expedindo bula suplementar, em 16.7.1547.

Em resumo, os interesses da Igreja e monárquicos eram entrelaçados, cujo exemplo maior foi a implantação do Padroado.

A Inquisição em Portugal durou até 1821, extinta por ato do Marquês de Pombal, minimizando-se a perseguição clerical.

Há que se louvar, sempre, o credo judaico em sua luta titânica na preservação de seu ideário, mormente quando os conversos, marranos, descendentes dos sefarditas, fugindo das perseguições da Santa Inquisição (sic), clandestinamente, continuaram a professar o criptojudaísmo.

10

Vislumbra-se que o criptojudaísmo foi a forma velada que proporcionou a manutenção da língua, dos costumes, da alimentação, da religiosidade, das tradições hebraicas, mantendo-os preservados socialmente, como estivessem sob uma redoma protetora, o que aconteceu em Belmonte e circunvizinhanças.

Veja-se o que aconteceu com o latim, como língua dominante de um Império!

O latim, dita Flor do Lácio, transportou os valores do Império Romano mundo a fora, gerando as seguintes línguas românicas no continente europeu, fruto da miscigenação e embates entre dominantes e dominados, caldeando hábitos, costumes, formas de expressão, valores étnicos e novos gentios.

O latim vulgar teve seu declínio por volta de 1300 como língua, ao contrário do árabe, do hebraico e do aramaico, em uso até os dias atuais, ditas línguas de raiz semítica.

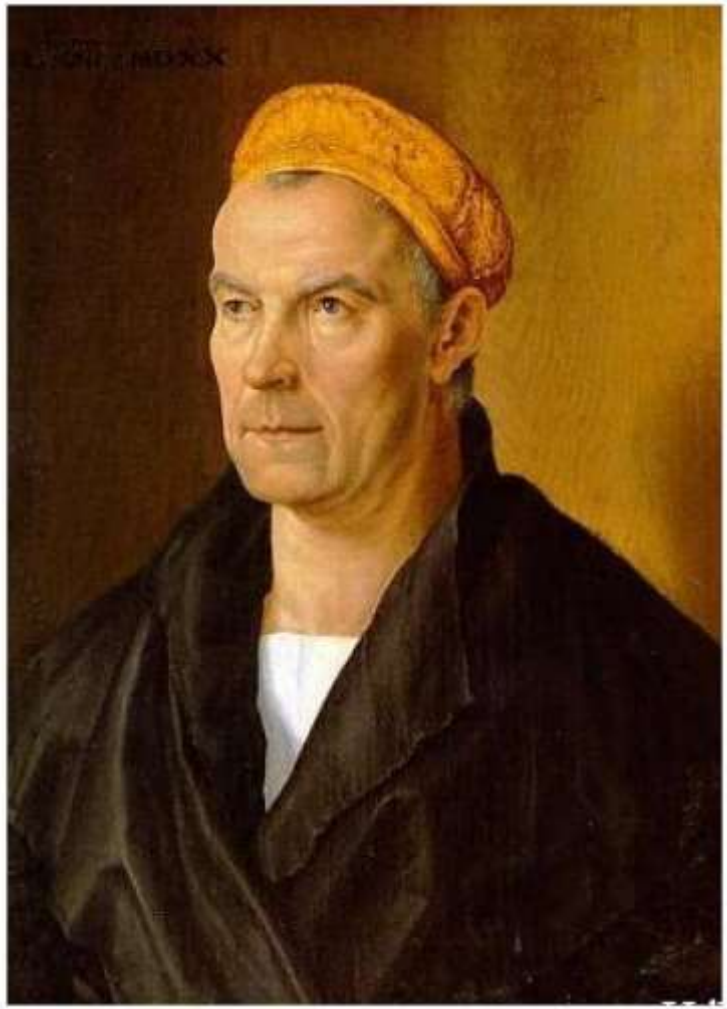
Há que se reflexionar do porquê o hebraico resistiu às intempéries civilizatórias desde os primórdios da eliminação do Templo de Jerusalém por Nabucodonosor, por volta do ano 70, antes de Cristo.

Línguas românicas

- *aragonês*
- *aromeu/arrumânico*
- *asturiano*
- *italiano*
- *ladino/judeu-espanhol*
- *estremenho*
- *franco-provençal*
- *francês*
- *mirandês*
- *moldavo*
- *napolitano*
- *provençal*
- *romeno*
- *sardo*
- *siciliano*
- *catalão*
- *corso/córsico*
- *emiliano-romanholo*
- *espanhol/castelhano/italiano*
- *megleno-romeno*
- *friulano/friuliano*
- *galego*
- *gallo*
- *istro-romeno*
- *normando*
- *occitano*
- *piemontês*
- *português*
- *valenciano*
- *valão*
- *vêneto*

Diz-se que o ladino, que se assemelha ao espanhol, era usada pelos judeus na Península Ibérica, que se constituía numa reunião de palavras de origem hebraica com termos castelhanos, portugueses, árabes e catalães. Era uma adequação ao mundo dos negócios.

11



Por sua vez, o occitano era concorrente ao latim como língua científica, utilizada pelos trovadores e tinha a característica de língua franca nas trocas comerciais.

Deste conglomerado linguístico, duas raízes permaneceram intactas: o árabe e o hebraico, ambas semíticas como o aramaico (Jesus falava aramaico) e o siríaco.

Crê-se que a fé professada por ambas seja o sustentáculo da coexistência até os tempos atuais, razão pela qual a Igreja tenha promovido luta insana pela primazia de evangelização catequética. Recorde-se a figura do notável orador sacro, Padre Antônio Vieira, defensor dos indígenas brasileiros, da erradicação da escravização negra, do retorno dos judeus expulsos, motivo pelo qual foi preso pela Inquisição, durante dois anos.

A forma do criptojudaísmo ensejou limites preservacionistas da religião, dos costumes, da cultura, até mesmo de sobrevivência física.

Belmonte é uma ponta deste gigantesco iceberg cultural linguístico.

O Museu Judaico de Belmonte é uma chama viva de resgate desta odisseia, a mostrar as entranhas da tortura eclesiástica, revivida pelos nazistas insanos, que geraram o Holocausto. Belmonte é o único núcleo intacto de marranos no mundo, constituindo-se a sinagoga de Tomar, o mais antigo templo judaico em Portugal.

Como um farol a iluminar os incautos, encontra-se a primeira sinagoga em Belmonte, datada de 1297, onde está afixado em seu vestíbulo, o dizer:

**ADONAI ESTÁ NO TEMPLO SAGRADO.
NA SUA PRESENÇA TODA A TERRA
PERMANECE EM SILÊNCIO.**

12

José Carlos Gentili
Curso sobre o Monoteísmo, em Israel, usando
o quipá e o manto talit, sob as vistas do rabino.

Bibliografia

Silva, Armando Coelho F.; Museu Judaico de Belmonte, Belmonte/Portugal;DJ Company; 2005

Attali, Jacques; Os judeus , o dinheiro e o mundo; Editora Futura, 2004; São Paulo-Brasil,

Vários colaboradores; A epopeia do povo judeu II, editora Maayanot, 2014, São Paulo, Brasil.

Canelo, David Augusto; Os últimos criptojudeus em Portugal, Câmara Municipal de Belmonte, 2005; Gráfica Marques & Pereira Ltda; Guarda/ Portugal.

Diagramação: Welber Costatandrade

17. JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, UBI - CECS – CENTRO DE ESTUDOS DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE (U. MINHO)

TEMA 2.7. A DIMENSÃO ESTÉTICA DA LUSOFONIA. HISTÓRIA E CRIATIVIDADE (LITERÁRIA E ARTÍSTICA) NO ESPAÇO LUSÓFONO. JOSÉ CARLOS VENÂNCIO, JCVENANCIO@SAPO.PT, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

Partindo de um conceito alargado de estética, que, de certa maneira, coincide com o sentido panteísta que Georg Simmel lhe atribuiu, começarei por discorrer sobre a presença portuguesa nos trópicos e sobre a constituição, no decorrer do período mercantilista, do que tenho designado por núcleo duro da lusofonia: o Nordeste brasileiro, o arquipélago de Cabo Verde e as cidades de Luanda e Benguela e respetivos *hinterlands*.

Debruçar-me-ei, num segundo momento, sobre a relação entre os movimentos modernistas, emergidos nestas regiões, e a experiência histórica e cultural decorrente daquela presença. Num terceiro momento, tentarei averiguar a influência, com incidência nos campos artísticos cabo-verdiano e angolano, dos movimentos modernistas em apreço na produção literária e artística (artes plásticas) *nacionais* dos respetivos países.

...recordando o meu *mais-velho* Eleutério Sanches, pintor, poeta e músico (luso-)angolano...

1. PALAVRAS PRELIMINARES

"*Parece que Paul Gauguin, homem bastante distraído, pôs sua assinatura num par de esculturas do Congo. O erro foi contagioso. A partir de então, Picasso, Modigliani, Klee, Giacometti, Ernst, Moore e muitos outros artistas europeus também cometeram o mesmo engano, e com frequência*".
Eduardo Galeano, *Espelhos. Uma história quase universal* (2009: 249)

Um dos conceitos mais controversos da nossa contemporaneidade, enquanto falantes de língua portuguesa, é certamente o de lusofonia, que identificando-nos perante a diversidade do mundo, igualmente nos separa. Construído sobre os escombros de um império colonial que, sendo seguramente diferente dos seus congéneres, não foi nem mais nem menos desumano que estes. Prevalecem, em consequência, injustiças e ressentimentos que não se desvanecem de um dia para o outro – aliás, nem seria desejável que assim fosse -, mas que também não obstam a que nos entendamos e a que nos sintamos cultural e esteticamente

próximos. Entenda-se, a este propósito, estética num sentido alargado, dando conta da perceção sensorial e afetiva da realidade pelos sujeitos cognoscentes (Reckwitz 2014: 20 e segs.) e não tanto como o poder de julgar ou decidir sobre o belo, como a filosofia alemã a consagrou.

Há anos que venho trabalhando e refletindo sobre estas matérias, ou seja, sobre o que subjaz de cultural e antropologicamente comum ao chamado mundo de língua portuguesa, sobretudo, no que à estética diz respeito. Esta tem sido (e é, ao longo deste ensaio) entendida num sentido lato, próximo do sentido panteísta que Georg Simmel lhe atribui.

Ao longo da investigação em apreço, pude constatar que três regiões do então império desempenharam um papel primordial, constituindo como que o núcleo duro da lusofonia. Refiro-me ao Nordeste brasileiro, às ilhas de Cabo Verde e às cidades de Luanda e Benguela com os respetivos *hinterlands*. São regiões e/ou áreas culturais que perfazem, seguindo Norbert Elias (2014)[112], uma configuração social, cuja formação, no âmbito da expansão ou colonização portuguesa, se processou durante a vigência do mercantilismo, sistema que se estendeu do século XVI ao XIX.

2. CRUZANDO FRONTEIRAS

As três regiões são banhadas pelo Oceano Atlântico, para onde se voltaram os interesses expansionistas após a perda da hegemonia no Extremo Oriente. Inaugura-se, com esta viragem, o que alguns historiadores, numa leitura cíclica da expansão, entendem ser o II Império, com o Brasil como pano de fundo[113]. Coincide com o início da IV dinastia, instaurada em 1640, a qual, se por um lado, consolidou definitivamente a independência de Portugal no contexto ibérico, não deixou, por outro, de representar a perda da sua posição central no mundo de então (leitura de I. Wallerstein) e, em termos de política interna ao império,

[112] Conceito devido a Norbert Elias, que o entende como um conjunto de interdependências humanas contextualizadas no tempo (e obviamente no espaço), conquanto não fechadas em si. As interdependências podem ser de dois níveis: as que se desenrolam numa relação de face a face (que assumem, por isso, uma dimensão interativa) e as que acontecem num plano macro (a nível da 'tribo', da sociedade-estado, da civilização, etc.…), em que a ligação se manifesta apenas através da adesão a símbolos comuns. É com este sentido que utilizo o conceito na presente comunicação, evidenciando, nomeadamente, a proximidade antropológica e histórica entre as regiões ou áreas culturais em apreço, num preciso momento histórico.

[113] Corresponde esta nomenclatura a uma visão cíclica do império colonial português. O I Império foi o do Oriente, centrado no Índico e com a Índia por pano de fundo. Circunscreveu-se, em grande medida, ao século XVI. O II Império, centrado no Atlântico Sul e tendo o Brasil como principal objetivo, vai, pelo menos, até 1822, i.e., até à independência daquela colónia em 1822. O II Império, virado para África, começou em meados do século XIX e só terminou em 1975, quando as colónias africanas atingiram a independência. cf. a este propósito, entre outros, o livro de Gervase Clarence-Smith (1990).

o declínio de Lisboa enquanto centro de decisão imperial. Esta última parece ter sido, com exceção do consolado pombalino, a caraterística dominante do II Império, evidenciada, desde logo, pela reconquista de Pernambuco aos holandeses por iniciativa e ação de forças vivas locais e pela reconquista, igualmente aos holandeses, da cidade de Luanda, em 1648, por uma armada custeada por homens de negócios brasileiros e comandada por um deles, Salvador Correia de Sá.

A ação destes e doutros agentes de uma colonização que assim se processou muito ao ritmo de interesses e vontades locais, não deixou, porém, de dar continuidade e sentido sistémico a um império que, funcionando fundamentalmente como veio de transmissão entre as economias centrais da Europa ocidental e as zonas tropicais do Atlântico sul, ligava comercial e humanamente três continentes: a Europa, a África e a América.

Nesta confluência de interesses, o Nordeste brasileiro [mais a sub-região do litoral, uma faixa de cerca de 50 km para o interior, designada por Darcy Ribeiro (1995: 276 e segs.) por área cultural crioula][114] produzia e exportava açúcar, Luanda, Benguela e respetivos *hinterlands* exportavam mão de obra escrava e Cabo Verde, inicialmente com a ajuda dos "lançados"[115], serviu de entreposto comercial nesse mesmo tráfico. Assim, as s três regiões em apreço partilharam, entre outras, uma caraterística primacial: a dependência do escravo enquanto mão de obra e, no que às mulheres dizia respeito, sem excluir eventuais caso de amor, de objeto sexual (Young 1995: 150 e segs.; Venâncio 1996a)[116]. As mulheres brancas eram raras.

[114] Segundo uma publicação da Fundação Joaquim Nabuco (1982: 23), a região comportará uma área de mais ou menos 1.640.000 km^2, *i.e.*, aproximadamente 1/5 da área total do país, nela estando incluídos os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía, para além do vértice meridional do polígono das secas no estado de Minas Gerais e do território de Fernando Noronha, habitada por cerca de 35.358.300 habitantes.

[115] Portugueses e descendentes de portugueses que, por livre iniciativa e entregues à sua própria sorte, se dedicavam, na costa ocidental africana, ao comércio de escravos e de produtos locais, num período que se estende do século XVI ao século XIX, i.e., durante a período mercantilista e a vigência do sobejamente referido II Império. Usufruíam geralmente das melhores relações com as chefias locais, sendo que, em contrapartida, nem sempre eram bem vistos pelas autoridades portuguesas. Cf. jean Boulègue (1989).

[116] O registo em apreço está inserto num Parecer do Conde de Oeiras dirigido ao Rei D. José I (AHU, Angola, cx. 43, doc. 11 de 20.11.1760) em que dá conta da preferência dos poucos brancos residentes em Angola, em meados do século XVIII, por mulheres negras. (…) "os poucos Brancos, que existem olham para as Mulheres da Europa com estranheza, como extradordinarias, preferindo por quaze geral abuzo o consorcio das Negras".

As relações sexuais havidas proporcionaram o incremento da mestiçagem, fenómeno que, de qualquer modo, não foi nem territorial, nem temporalmente igual a si mesmo. Foi mais evidente nas regiões marginalizadas, no seio de comunidades entregues ao seu próprio destino, como foi o caso de Cabo Verde, onde cedo se verificou, nas palavras de Gabriel Mariano (1991: 71), a (…)" *instalação do mestiço em áreas ou classes de preponderância social*"[117].

3. A ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA

A partir dos anos 20 do século passado, o modernismo brasileiro, mormente a sua versão nordestina, o chamado Regionalismo Nordestino, o modernismo cabo-verdiano, protagonizado por escritores e intelectuais ligados à revista *Claridade* (1936) 1936, e o modernismo angolano, já dos anos 40, marcam o início da consciencialização desta particularidade cultural.

É bem provável que a região que os intelectuais e escritores nordestinos tomaram como referente para as suas reflexões e descrições não fosse além do *hinterland* de Pernambuco e do sul da Paraíba, de onde era originário José Lins do Rego, a par de Gilberto Freyre, uma das figuras mais representativas do movimento. Os seus escritos remetem para a aceitação do que seria a (sua) região nordestina como um todo. Têm perante ela uma atitude ambígua e nostálgica. Tanto lamentam o fim do patriarcalismo, como celebram o advento da nova ordem social, mais democrática e, seguramente, mais justa, substituindo os velhos engenhos, engenhos centrais são substituídos pelas usinas, tecnicamente mais avançadas. O processo de mudança não foi propriamente isento de dramaticidade e sofrimento, como José Lins do Rego soube descrever a no romance *Usina*.

Uma das explicações possíveis para tal ambiguidade residirá na origem social dos seus protagonistas, filhos e netos de donos de engenho (Garcia Jr.,1993:32), sabendo, de qualquer modo, (...) "*transformer en capital spécifique (simbólico e literário) toutes les connaissances acquises pendant l'enfance*", como, num registo bourdiano, aponta Afrânio Garcia Jr. (1993 :32). Este aparte é tanto mais assertivo quanto o facto de terem identificado o fim da era patriarcal

[117] Esta regra – se é que dessa constatação se pode, em termos sociológicos, inferir uma regra - não foi exclusiva do espaço de colonização portuguesa, antes alargada a vários locais de colonização europeia no hemisfério sul. Foi o caso, por exemplo, da Jamaica. Cf. Young (1995: 150 e sgs.).

com o fim da sua infância, recordada como um tempo mitológico, de equilíbrio social e, mesmo que implicitamente, de justiça.

Manuel Bandeira, poeta nascido no Recife (a capital do Estado de Pernambuco e principal centro difusor do regionalismo nordestino), mas considerado geralmente como um representante do modernismo de São Paulo na sua versão carioca, deve-se-lhe um interessante poema a respeito, "Evocação do Recife" (in *Libertinagem*, 1930):

"*Recife...*
Meu avô morto.
Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa de meu
Avô"
(Rio, 1925).

Os escritores cabo-verdianos dos anos 30 do já referido movimento da *Claridade* tiveram um percurso semelhante ao dos seus colegas brasileiros, mormente ao dos escritores nordestinos, em quem se inspiraram explicitamente, como se verifica nas palavras de um dos seus promotores, Baltasar Lopes:

"*Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo reduzido de amigos começámos a pensar no nosso problema, isto é, no problema de Cabo Verde. (...). Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais pró domo nostra. Na ficção, o José Lins do Rego do Menino de engenho e do Banguê, o Jorge Amado do Jubiabá e do Mar morto (...) [e] em poesia foi um 'alumbramento' a 'Evocação do Recife", de Manuel Bandeira*" (Lopes 1956: 5)[118].

A *Claridade* e o livro de poemas de Jorge Barbosa, intitulado *Arquipélago*, publicado um ano antes, em 1935, marcam o início da consciencialização literária e cultural em Cabo Verde. Como é deduzível do excerto, o principal objetivo do grupo era produzir uma literatura que olhasse para os verdadeiros problemas de Cabo Verde, tais como as suas limitações climatéricas, responsáveis pelas constantes e prolongadas secas. Os escritores e poetas cabo-verdianos deparavam-se, nesta medida, com um quadro geoclimático idêntico ao dos seus precursores nordestinos, também eles a braços com uma sub-região, a do sertão, onde as secas eram, e continuam a ser, constantes. Neles encontramos a mesma atitude ambígua dos escritores e intelectuais nordestinos perante uma organização social (colonial, neste caso) incapaz de socorrer os mais indigentes.

---

[118] A proximidade antropológica entre o Nordeste brasileiro e Cabo Verde, reconhecida pelos intelectuais cabo verdianos, não foi reconhecida por Gilberto Freyre, um dos promotores do Regionalismo Nordestino, na viagem que fez ao arquipélago a convite do então Ministro do Ultramar português, Sarmento Rodrigues, inserto no livro Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação (Lisboa: Livros do Brasil s.d. /Orig. de 1953). As suas observações sobre o arquipélago suscitaram, por parte de Baltasar Lopes, uma resposta (*Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, cf. bibl.), onde expressa a sua desilusão ou, nas palavras de Gabriel Fernandes (2002: 105-6), (…)" crise de referências" (…), na expressão "O Messias desiludiu-nos".

A poesia de Jorge Barbosa, o romance *Chiquinho* de Baltasar Lopes (Lisboa 1947), os romances de Manuel Lopes [*Chuva Braba* (1956, 1.ª ed.) e *Flagelados do Vento Leste* (1960, 1.ª ed.)] são, entre outras, as obras que mais consubstanciam esta atitude *evasionista*, que tanto tem de ambígua, como de impotente, diferenciando-se da dos seus colegas brasileiros apenas por remeterem para um mundo extra-arquipélago e não para o tempo da infância, o reencontro consigo mesmo.

"Este convite de toda a hora
que o Mar nos faz para a evasão!
Este desespero de querer partir
e ter que ficar!",

escreve Jorge Barbosa num dos seus mais conhecidos poemas, "Poema do mar", inserto no volume *Ambiente*, publicado em 1941. Mais tarde, Osvaldo Alcântara, inspirado em Manuel Bandeira, chamará a esse lugar mítico de Pasárgada[119]:

"Na hora em que tudo morre,
esta saudade fina de Pasárgada
é um veneno gostoso dentro do meu coração".

Diferente da experiência cabo-verdiana foi a angolana; mas não ao ponto de se revelar como um processo de consciencialização cultural tipicamente africano, *i.e.*, igual aos que aconteceram em grande parte do que a tradição francesa continua a designar por África Negra. Uma das razões deste facto residirá na especificidade da relação colonial que aí se instaurou. Na verdade, a presença portuguesa na região recua ao século XV, sendo Luanda fundada em 1576. Diferentemente do que havia acontecido na colónia do Cabo, fundada umas décadas depois, em 1652[120], não só os portugueses desenvolveram contactos com

[119] E caso existisse, seria em Cabo Verde. Este paradoxo parece não ter sido entendido, nesta medida, pelas gerações vindouras, mormente por Ovídio Martins, autor do poema "Antievasão", uma crítica contundente ao evasionismo da geração da *Claridade*.
O poema de Manuel Bandeira, em que se terá inspirado O. Alcântara tem por título "Vou-me embora pra Pasárgada", in *Libertinagem* (1930); "Itinerário de Pasárgada" é o título do poema de Osvaldo Alcântara, publicado pela primeira vez em 1955 (?).
[120] A colónia holandesa era capitaneada por Jan van Riebeeck (1619-1677) e, à partida, não só os seus propósitos e predisposições seriam diferentes, como também o povo africano que habitava a região onde se instalaram patenteava, na qualidade de hotentotes, um nível de desenvolvimento social e político diferente do dos ambundu, nesta altura politicamente submetidos a um chefe, o N'gola. Diferentemente dos portugueses que, ao instalar a colónia, tinham em mente o comércio de escravos, que desenvolveram nos mais variados sentidos, os holandeses dedicaram-se eles próprios à criação de gado e ao cultivo de legumes. Tinham a ajudá-los o facto de a região onde se instalaram lhes proporcionar climaticamente essas atividades, o que não era o caso da região de Luanda que era, como ainda hoje é, uma região semidesértica. Cf. a este propósito W. J. de Kock (1972).

o povo africano que habitava a região, os ambundo, como os foram paulatinamente integrando na vida económica e social da colónia quer como escravos, quer como soldados (a chamada *guerra preta*), quer ainda como mulheres ou concubinas. Destes contactos nasceu uma sociedade que, sendo escravocrata e patriarcal (cf. Venâncio 1996a: 52), foi igualmente mestiça. Benguela fundada em 1617, seguiu a mesma tendência de cruzamento de gentes e de culturas, configurando experiências que vão estar na base das primeiras manifestações modernistas e nacionalistas. Três revistas deram a conhecer estes propósitos: *Cultura* [(I) 1945-51], Mensagem (1951-52) e *Cultura* [(II) 1957-61]. A primeira registou, nos últimos números, a colaboração, entre outros, de Agostinho Neto e Mário António.

A segunda congregou nomes como os de Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António, António Cardoso e Maurício de Almeida Gomes. *Cultura* (II), por seu lado, teve, entre os seus colaboradores, aquele que se veio a revelar como um dos grandes novelistas angolanos, José Luandino Vieira (pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça).

Eram os chamados "filhos da terra", sendo que, entre eles, muitos eram brancos e mestiços, constituindo, nessa qualidade, uma minoria privilegiada, quando comparada com a situação da maioria da população angolana da altura. Embora a sua postura política fosse claramente anticolonial, não deixaram de sentir a mesma angústia dos intelectuais nordestinos e, como os intelectuais cabo-verdianos, viram espelhada na nordestina a sua própria experiência:

"*Quando li Jubiabá*
Me cri António Balduíno.
Meu primo, que nunca o leu,
Ficou Zeca Camarão.
Eh, Zeca!",

diz-nos Mário António num poema intitulado "Canto de farra", escrito em 1952[121].

Como os poetas e escritores nordestinos elegeram a infância como um tempo mítico, um tempo de igualdade, como António Jacinto, entre muitos outros

[121] Publicado primeiramente em 1962, in *Chingufo: poemas angolanos* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar); republicado, um ano depois, em *100 poemas* (1963, Luanda: ABC).

exemplos convocáveis, deixou registado no poema "O grande desafio"[122] (que pode ser igualmente entendido como o repto que a libertação de Angola lhes colocaria):

"Oh, como eu gostava!
Eu gostava qualquer dia
de voltar a fazer medição com o Zeca
o guarda-redes da Baixa que não conhece mais a gente
escolhia o Velhinho, o Mascote, o Kamauindo, o Zé
o Venâncio, e o António até
e íamos fazer um desafio como antigamente!"

Em termos muito semelhantes aos dos regionalistas brasileiros lamentam os angolanos o fim da sociedade da sua infância a sua *Makulusu*[123], que sucumbe ao progresso, ao crescimento urbano, ao avanço da cidade asfaltada, consequência, entre outras, do aumento do preço do café nos mercados internacionais e da chegada de novos imigrantes. Doravante, tornou-se mais significativa a diferenciação social a partir da cor da pele. A sociedade angolana abria-se, assim, aos benefícios e aos malefícios da modernização capitalista.

4. O MODERNISMO NA CONJUNTURA NACIONALISTA

Embora os modernismos sejam sobretudo entendidos como movimentos de índole cultural, tiveram o nacionalismo como pano de fundo, que sendo válido para Cabo Verde e, sobretudo, para Angola, não deixou de ser igualmente verificado no Brasil (Martins 1987: 273 e segs.), que, atingindo a independência política um século antes, logrou alcançar a chamada independência cultural precisamente com o modernismo[124].

Diferentemente do que acontece em Cabo Verde, o modernismo em Angola é acompanhado, senão absorvido, pela onda de consciencialização da condição negra que, a partir dos anos 30, percorre o continente. Começa por manifestar-se no chamado nativismo, passando depois ao pan-africanismo e à negritude.

[122] in *Poetas angolanos*. Antologia da Casa dos Estudantes do Império, publicada em 1962, em Lisboa.
[123] Bairro luandense e parte do título da obra *Nós, os do Makulusu* (Lisboa: Sá da Costa 1974) de José Luandino Vieira.
[124] Veja-se para tanto o programa cultural inserto no Manifesto *Antropófago* (1928) de Oswaldo de Andrade, para além, claro, doe outras importantes peças do modernismo brasileiro, tal como o romance *Macunaíma* de Mário de Andrade (1928).

Poetas como Agostinho Neto e Manuel dos Santos Lima acrescentarão à sua índole modernista uma motivação de raiz pan-africanista.

"Ainda o meu canto dolente
e a minha tristeza
no Congo, na Geórgia, no Amazonas
….
o meu Desejo
transformado em força
inspirando as consciências desesperadas"

escreveu, a comprová-lo, Agostinho Neto, no poema "Aspiração", inserto no *Caderno de poesia negra de expressão portuguesa*, editado, em 1953, por Mário Pinto de Andrade, segundo a crítica, o primeiro grito negritudinista nas letras africanas a exprimirem-se em língua portuguesa.

Um apontamento a propósito: o compromisso com o pan-africanismo, o alinhamento do nacionalismo angolano com o quadro nacionalista prevalecente na África Negra, identificando a condição de colonizado com a de negro, numa associação que remonta, pelo menos, à Conferência de Bandung (1955) (Wright 2008), não obstante as fricções havidas, não desmereceu, mesmo em termos políticos, a experiência modernista e o legado cultural que a suportou. O MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) dos primeiros tempos, antes e depois da independência, comprovam-no. Hoje será, porventura, diferente. A economia apoderou-se das mentes…

5. UM PERCURSO À PARTE: AS ARTES PLÁSTICAS.

O título do presente ensaio refere, para além da criatividade literária, que esteve no centro da minha reflexão até este momento, a criatividade artística. Tinha, ao escolhê-lo, sobretudo, em mente as artes plásticas (ou visuais...), que, embora num patamar de menor evidência, não deixaram de se manifestar nos três momentos ou movimentos culturais em estudo. No que se refere ao Regionalismo Nordestino, pintores como Cícero Dias e António Bandeira, entre outros, acompanharam, com propósitos idênticos, os seus colegas escritores e poetas, sem que, contudo, naquele momento, granjeassem a sul (São Paulo, Rio e Minas) o mesmo reconhecimento. Este veio depois.

O modernismo cabo-verdiano, por sua vez, pouca atenção prestou às artes plásticas. A ter em conta as declarações de um dos modernistas de maior relevo, o escritor António Aurélio Gonçalves, no âmbito de uma mesa-redonda dedicada ao Homem cabo-verdiano, organizada por Almerindo Lessa (cf. entrevista a Manuel Figueira, in Venâncio 1996b: 83), a aridez do terreno, a ausência de paisagens verdejantes terá sido, porventura, a razão mais significativa. Outras, naturalmente, haverá. A indisponibilidade do poder colonial para o efeito será, certamente, uma causa de não somenos importância. Igual destino foi, aliás, votado ao artesanato, facto que chamou a atenção do sociólogo brasileiro, Gilberto Freyre, aquando da sua passagem pelo arquipélago, no âmbito da já referida viagem que fez pelas possessões coloniais portuguesas, a convite do Ministro do Ultramar, Almirante Sarmento Rodrigues.

Após a independência do país, as artes plásticas passaram a merecer a atenção dos poderes constituídos, tendo, para o efeito, contribuído de forma significativa, entre outros, os pintores Manuel Figueira, Isabel Queirós e Bela Duarte, que iniciaram dois projetos marcantes para o panorama das artes plásticas no arquipélago: a Cooperativa Resistência e a galeria Azul+Azul=Verde. Igualmente marcante para a consolidação das artes plásticas cabo-verdianas foi a passagem, como diretor, de Manuel Figueira pelo Centro Nacional de Artesanato. Hoje, não obstante a fragilidade do mercado da arte no arquipélago, quer o artesanato, quer as artes plásticas apresentam-se como atividades autónomas, em muito (sobretudo o artesanato) auxiliadas pelo turismo.

As artes plásticas angolanas dispõem hoje de uma dinâmica assinalável, pontuada de nomes internacionalmente reconhecidos como António Ole (veja-se, a título de exemplo, a exposição [retrospetiva?] na Gulbenkian, "Luanda, Los Angeles, Lisboa"), Edson Chagas (autor do projeto "Luanda, cidade cosmopolita", responsável pela atribuição à representação angolana do Leão de Ouro na Bienal de Veneza, 2013) ou ainda Yanomine (representado e vendido na Arco de Madrid, 2017). Esta pujança é fruto, por um lado, de um conjunto de políticas implementadas após a independência do país, mormente a fundação da UNAP (União Nacional dos Artistas Plásticos), acontecida em 1977, e, por outro, da passagem de testemunho, a exemplo do que aconteceu noutros países africanos continentais (Kasfir 1999), de artistas ocidentais, sedeados na colónia, para jovens artistas africanos, por aqueles incentivados e apoiados. Se as primeiras deram continuidade a um modelo de desenvolvimento da cultura e da profissionalização dos respetivos protagonistas decalcado da experiência soviética, a segunda situação traduz o caráter exógeno que envolveu a formação da arte contemporânea africana, evolução marcada, num primeiro momento, por uma rutura (que não é tão visível na literatura, mesmo quando esta é escrita na língua da colonização) entre o que se poderá considerar como arte tradicional e a

moderna (exercitada no período colonial) e contemporânea.

Evidentemente que, na maioria das situações (o que é, de uma forma geral, válido para toda a África colonizada pelas potências europeias), os mecenas e os artistas europeus que incentivaram os jovens artistas africanos, o fizeram no sentido de os mesmos valorizarem as suas raízes e, assim, tornarem mais cultural e esteticamente autêntica a arte que produziam. Não deixando de haver algum interesse económico nesta orientação, seria absolutamente incorreta a interpretação destes atos fora de uma dimensão altruísta. Vários são os exemplos de tal atitude. Vale, a título de exemplo, mencionar, no que a Moçambique diz respeito, o apoio prestado por Pancho Guedes a Malangatana (Neves 2013) e no que se refere a Angola, a influência e o apoio que Eduardo Zinc, professor do Liceu Salvador Correia de Sá, prestou a António Ole, como o próprio confessa (In Carlos 2016:33).

Não se registaram nas artes plásticas as correntes de influência e de diálogo entre as três regiões em estudo como aconteceu com a literatura. Tal não invalida que não se verifique nas experiências artísticas das três regiões (hoje filtradas pelo todo nacional) formas, cores e temáticas que induzem a uma aproximação estética a denotar vivências e apropriações da natureza idênticas.

A mestiçagem, no seu sentido mais lato, envolvendo a componente biológica e a cultural, talvez se manifeste como o denominador comum mais relevante. Os trabalhos de António Bandeira, Karybé, Goca Moreno (Nordeste), Manuel Figueira e Kiki Lima (Cabo Verde) e António Ole, Jorge Gumbe, Edson Chagas e Filomena Coquenão comprovam-no (cf. anexo).

6. APONTAMENTO FINAL

Ao evocar-se hoje, num exercício de pós-colonialidade, a lusofonia como plataforma de entendimento e de estratégia identitária para cerca de 240 milhões de falantes de português em todo o mundo, está-se a dar expressão a um fundo histórico-cultural, que, a dada altura, inspirado em Roland Barthes, designei por grau zero da lusofonia.

As três experiências históricas em apreço, as manifestações de natureza literária e artísticas que delas emergiram, protagonizaram-no. O que alcançaram, em termos estéticos, está hoje plasmado em escritores e poetas como Germano Almeida (Cabo Verde), Ondjaki, José Eduardo Agualusa, João Maimona (Angola) e em artistas como Goca Moreno…. como Manuel Figueira, Bela Duarte (Cabo Verde), António Ole, Edson Chagas, Yonamine…e tantos outros. Pela cultura, pela arte, tem-se cumprido a lusofonia!

7. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de, 1989, História *das usinas de açúcar de Pernambuco*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana
ANJOS, José Carlos Gomes dos, 2003, "Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde", in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº 3: 579-596
ANTÓNIO, Mário, 1968, *Luanda – «ilha» crioula*, Lisboa: Agência-Geral do Ultramar
BERABA, Ana Luzia, 2008, *América aracnídea. Teias culturais interamericanas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
BERNABÉ, Jean, Patrick Chamoiseau e Raphaël Confiant, 1993 [1989], *Éloge de la créolité*, Paris: Éditions Gallimard
BOULÈGUE, Jean, 1989, Les luso-africains de Sénégambie. XVè-XIXè, Lisboa / Paris.
CARLOS, Isabel, 2016, "À conversa com António Ole", in António Ole, *Luanda, Los Angeles, Lisboa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 33-52
CARREIRA, António, 2000 [1971?], Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878), Praia: Instituto de Promoção Cultural
CHACON, Vamireh, 1993, *Gilberto Freyre. Uma biografia intelectual*, Recife / São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana
CLARENCE-SMITH, Gervase, 1990 [1985], *O terceiro império português (1825-1975*), Lisboa: Teorema
FERNANDES, Gabriel, 2002, *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*, Florianópolis: Editora da UFSC
FERREIRA, Eugénio M., 1989, *As ideias de Kimamuenho*, Luanda: União dos Escritores Angolanos
GARCIA JR., Afrânio, 1993, "Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 98: 20-33
KASFIR, Sidney Littlefield, 1999, *Contemporary African Art*, Nova Iorque…: Thames & Hudson
KOCK, W. J., 1972, *Die Geschichte Südafrikas*, Pretória
LASH, Scott e URRY, John, 1987, The *end of organized capitalism*, Oxford: Polity Press
LOPES, Baltasar, 1956, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (Apontamentos lidos ao microfone da Rádio Barlavento), Praia: Imprensa Nacional
MARIANO, Gabriel, 1991, *Cultura cabo-verdiana*. Ensaios, Lisboa: Editorial Vega
NEVES, João Manuel, 2013, *Encontro com Dori e Pancho Guedes*, Porto: Afrontamento
RIBEIRO, Darcy, 1995, *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras
SANTOS, Boaventura de Sousa, 1994, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento
SARAIVA, Arnaldo, 1986, O modernismo brasileiro e o modernismo português. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações, Porto
TENREIRO, Francisco José, 1956, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta, Praia: Imprensa Nacional
TORRES, Adelino, 1991, O império colonial português: entre o real e o imaginário, Lisboa: Escher
VENÂNCIO, José Carlos, 1996a, A economia de Luanda e hinterland no século XVIII.
Um estudo de Sociologia Histórica, Lisboa: Editorial Estampa
VENÂNCIO, José Carlos, 1996b, *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*, Lisboa: Vega
WRIGHT, Richard, 2008 [1954...], *Black Power* (Introduction by Cornel West), Nova Iorque...: Harperperennial
YOUNG, Robert J.C., 2002 [1995], Colonial Desire. Hybrity in Theory, Culture and Race, Londres / Nova Iorque

António Bandeira *A grande cidade iluminada*, 1953 (Óleo sobre tela, 72,4x91,4 cm)

PALAVRAS PRELIMINARES

Conceitos:

- Lusofonia
- Estética [lusófona]
- Raízes **históricas** da lusofonia

CRUZANDO FRONTEIRAS - MUNDO LUSÓFONO

REGIÕES PRIMACIAIS DA LUSOFONIA

- Portugal, Nordeste do Brasil, Cabo Verde e Angola (cidades de Luanda, Benguela e respetivos hinterlands) – o legado da presença portuguesa durante o mercantilismo (séculos XVI_XIX)

A ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA [s. *literatura*]: MODERNISMO/REGIONALISMO

- Nordeste brasileiro ……..…. 1920s e 1930s
- Cabo Verde …… 1930s e 1940s
- Angola…….…… 1940s e 1950s

- Algumas caraterísticas comuns:
- A mitificação da infância como tempo de igualdade e justiça (Brasil e em Angola);
- O mar como veículo de evasão (Pasárgada)
- O legado escravocrata e patriarcal;
- A mestiçagem e convivência interracial.

ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA – EXEMPLOS / EXCERTOS

- Brasil (Manuel Bandeira)

- "Recife...
- Meu avô morto.
- Recife morto. Recife bom, Recife brasileiro como a casa de meu
- Avô"

ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA

- Cabo Verde (Baltasar Lopes, pseud. Osvaldo Alcântara)

- "Há pouco mais pouco mais de vinte anos (...) começámos a pensar no nosso problema (...). Ora aconteceu que por aquelas alturas nos caíram nas mãos (...) alguns livros que considerámos essenciais pró domo nostra (...) Na ficção, o José Lins do Rego do Menino de engenho e do Banguê, o Jorge Amado do Jubiabá e do Mar morto [e] em poesia foi um 'alumbramento' "A evocação do recife", de Manuel Bandeira".

ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA

- Angola (Mário António)

"Quando li Jubiabá
Me cri António Balduíno.
Meu primo, que nunca o leu,
Ficou Zeca Camarão.
Eh, Zeca!"

NACIONALISMO

- COEXISTÊNCIA DOS PROPÓSITOS MODERNISTAS / REGIONALISTAS COM OS NACIONALISTAS
- BRASIL – INDEPENDÊNCIA CULTURAL;
- CABO VERDE – CRÍTICA (Onésimo Silveira e Amílcar Cabral) E APROXIMAÇÃO;
- ANGOLA – COEXISTÊNCIA (Nativismo, Pan-africanismo e Negritude)

LEGADO MODERNISTA/ REGIONALISTA HOJE
(NA) LITERATURA

- João Ubaldo Ribeiro, Rinaldo de Fernandes …. (Brasil);
- Germano Almeida, Arménio Vieira …. (Cabo Verde);
- Arnaldo Santos, Ondjaki, Pepetela…. (Angola).

E AS ARTES PLÁSTICAS?

- *NOS MOMENTOS DA ASSUNÇÃO DA DIFERENÇA*
- ..... Nordeste: Cícero Dias, António Bandeira
- ..... Cabo Verde.....
- ..... Angola..... (Eleutério Sanches....)

- *HOJE*
- Carybé, Goca Moreno…. (Brasil);
- Manuel Figueira, Kiki Lima… (Cabo Verde)
- António Ole, Jorge Gumbe, Edson Chagas, Filomena Coquenão… (Angola)

ALGUMAS OBRAS

- Carybé

Índios Guerreiros

Painel no edifício Campo Grande (Salvador, Bahia)

ALGUMAS OBRAS

Goca Moreno

Bom Momento

1997

ALGUMAS OBRAS

- Manuel Figueira

Crioulas na Cidade

Colagem e óleo e acrílico s/ tecido

ALGUMAS OBRAS

Kiki Lima

Mudjer de gaita ku ferrinho

Óleo s/ tela, 2012

80 x 140 cm

ALGUMAS OBRAS

António Ole

Cadernos de Bordo III

Colagem s/ papel, 2007

100 x 70 cm

ALGUMAS OBRAS

Jorge Gumbe

Oferendas para a Kianda

Acrílico s/ tela, 1999

100 x 120 cm

ALGUMAS OBRAS

- Edson Chagas

Filipe D. Kuangana *Moisés F. Baribanga* *Jacinto P. Muafumba*

Series Tipu Passe, 2012

Oikonomos

Tríptico, 2011

ALGUMAS OBRAS

- Filomena Coquenão

O Amor

Óleo s/ tela, 1998

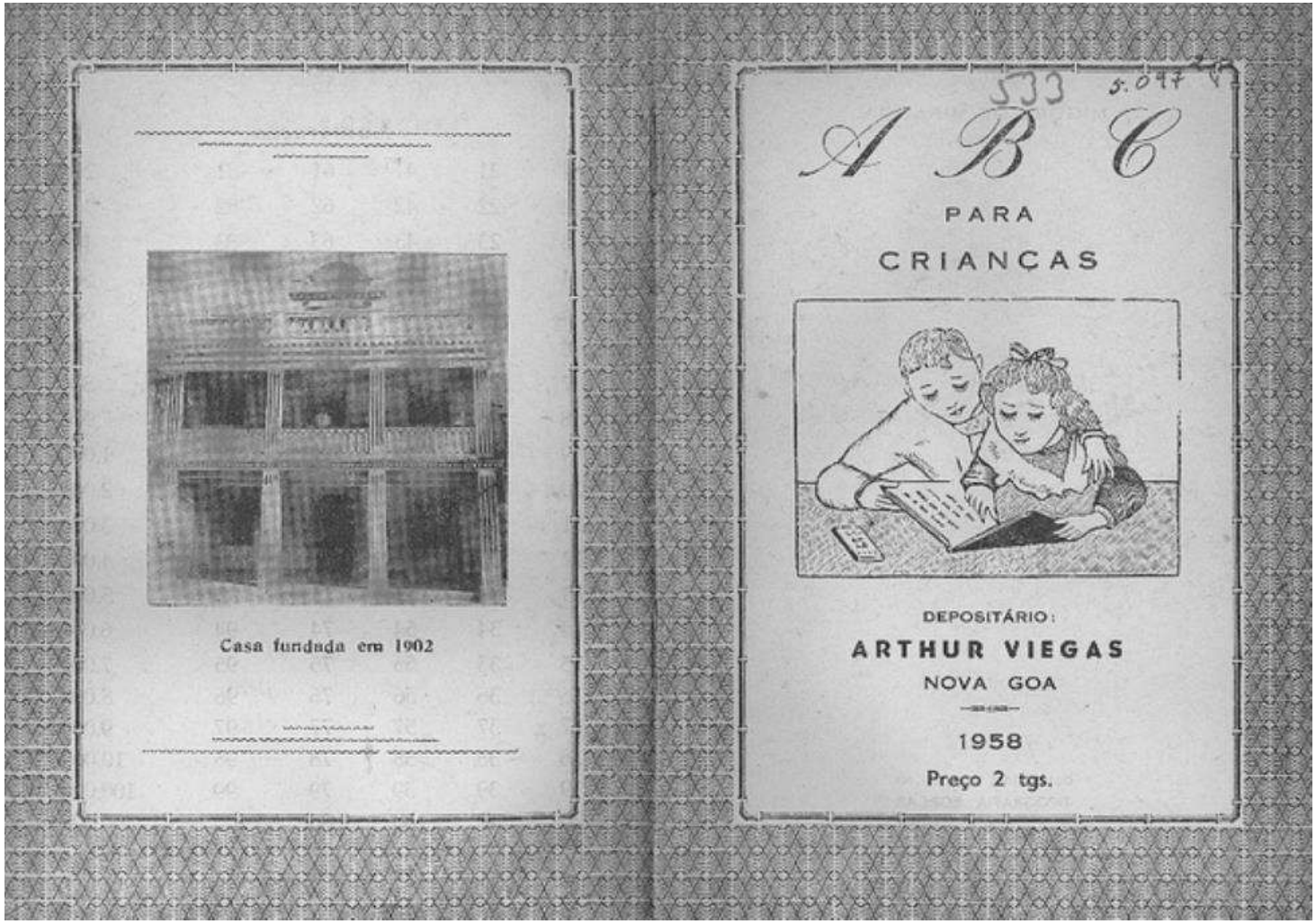
- Pela cultura se cumpre a lusofonia…não sem contratempos, claro! Mas estes mereceriam outra comunicação.

- "Parece que Paul Gauguin, homem bastante distraído, pôs sua assinatura num par de esculturas do Congo. O erro foi contagioso. A partir de então, Picasso, Modigliani, Klee, Giacomettti, Ernst, Moore e muitos outros artistas europeus também cometeram o mesmo engano, e com frequência".

Eduardo Galeano (Espelhos. Uma história quase universal, 2009: 249)

18. JOSÉ PAZ RODRIGUES, AGLP, FUNDAÇÃO MEENDINHO, AICL

TEMA 2.3: GOA, UM RECANTO GALEGO-PORTUGUÊS NA ÍNDIA. NA CAPITAL PANGIM EXISTEM NUMEROSOS VESTÍGIOS DA NOSSA CULTURA. OS TEMPLOS CRISTÃS E HINDUS GOESES COMPETEM EM FORMOSURA, POR JOSÉ PAZ RODRIGUES (ACADÉMICO DA AGLP E MEMBRO DA FUNDAÇÃO «MEENDINHO»)



Casa fundada em 1902

533 S.097

A B C

PARA

CRIANÇAS

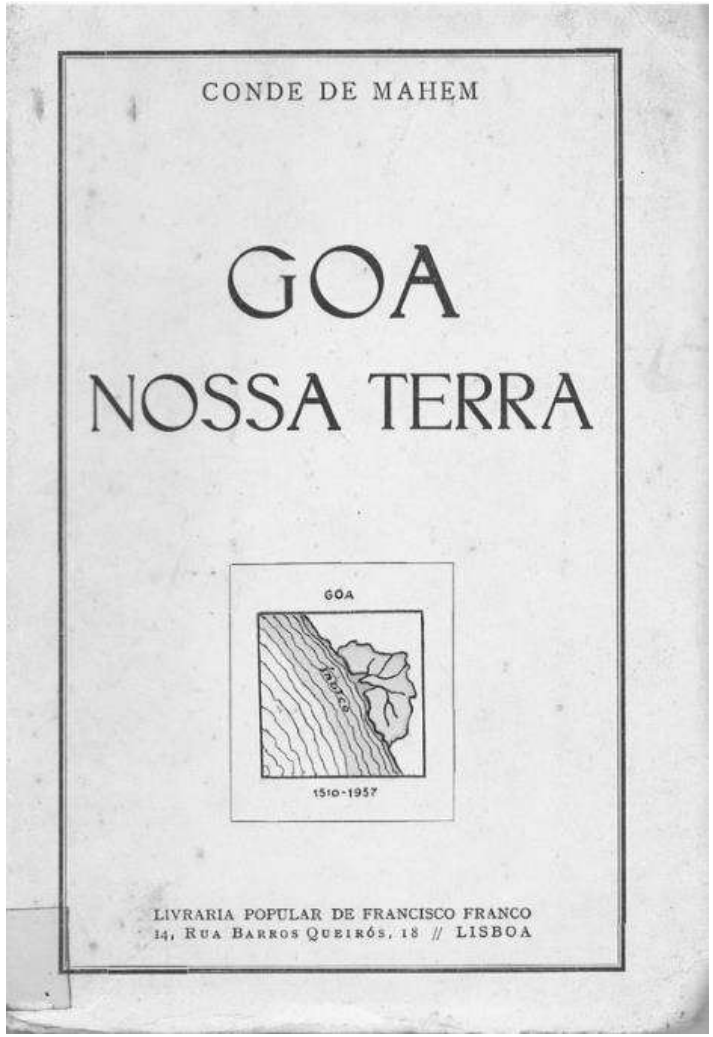
DEPOSITÁRIO:

ARTHUR VIEGAS

NOVA GOA

1958

Preço 2 tgs.



CONDE DE MAHEM

GOA
NOSSA TERRA

GOA

1510-1957

LIVRARIA POPULAR DE FRANCISCO FRANCO
14, RUA BARROS QUEIRÓS, 18 // LISBOA

Tinha eu muitos desejos de conhecer Goa e poder olhar todas as suas belezas e riquezas. Por cinco vezes viajei a este território, hoje um Estado da Índia. A primeira vez esteve nestas terras goesas de 19 a 23 de março de 2008. Tinha que ter vindo antes, aproveitando as minhas largas estâncias na Santiniketon de Robindronath Tagore. Desde dezembro de 1961, em que foi anexado à força pela Índia, é um estado indiano, mas totalmente diferente ao resto da República. A segunda vez foi no ano de 2011, viajando desde Kolkata (Calcutá), via Mumbai (Bombaim), de 5 a 8 de fevereiro desse ano. As últimas três visitas a terras goesas foram realizadas por mim em 2013, 2014 e 2016.

1. 2008: PRIMEIRA VIAGEM A GOA:

Na Semana Santa de 2008 encontrava-me eu em Deli, capital da Índia, para intervir num congresso dedicado a Tagore, que se celebrou no *Indian International Centre* e eu fora convidado pelo Instituto Cervantes da capital indiana, que dirigia o meu amigo Óscar Pujol, hoje diretor do «Cervantes» da cidade brasileira de Porto Alegre. Para chegar a Goa tomei o avião em Deli da companhia Go-Air. Já gostei muito da amabilidade das açafatas goesas e de todo o pessoal da companhia. Um táxi levou-me do aeroporto, que está a 30 quilómetros da capital Pangim, até a minha nova morada.

Na Pousada Afonso do bairro de Fontainhas (sic) estavam à minha espera Alírio Afonso e a sua irmã, que falam ambos galego. Já pelo caminho não saia do meu assombro. Pela beleza da paisagem. Pelas formosas praias rodeadas de infinidade de palmeiras. Pelos campos verdes dum verde intenso. Pelos rios e rias, muito semelhantes às nossas. Pelas casas que ia vendo, muitas de elas paços. Por um momento frotei os meus olhos e diz-me a mim mesmo se estava sonhando ou era realidade o que estava olhando.

Um recanto galego-português na Índia! Mesmo quando acordava pela manhã e me levantava parecia-me estar no Porto ou no Recife brasileiro. Quase todo o bairro de Fontainhas tem na sua grande maioria casas de estilo colonial, que se conservam bastante bem. Com varandas, balcões e telhados como os nossos. Com infinidade de letreiros e rótulos com nomes e apelidos nossos: Rodrigues, Fernandes, Sousa, da Cunha, da Costa, Ferreira, Gomes, Mascarenhas, Abreu, Colaço, Noronha, Cabral, Afonso, Meneses, Redondo, Barbosa, Castro, Saldanha, Faria, Bravo, Bragança, Ataíde, Nazareth, Leitão, Moraes, de Mello,

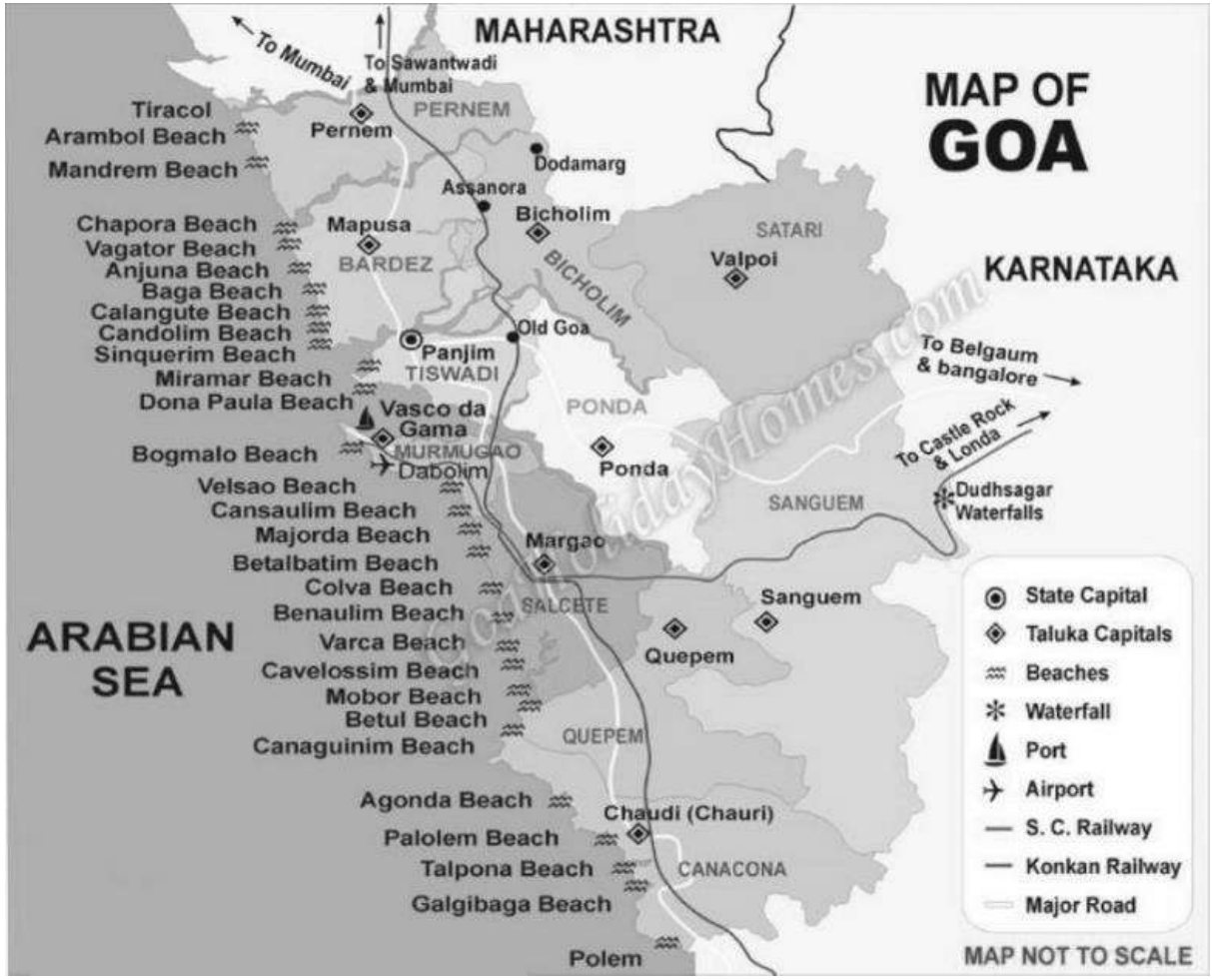
Rangel, Ribeiro, Vaz, Furtado, Silgardo, Gonçalves, Correa, Cordeiro, Cardoso, Peres da Silva... As palavras rua e casa repetem-se continuamente. As pessoas maiores de 50 anos todas falam galego-português. É realmente uma delícia poder exprimir-me no meu idioma em plena Índia. Aqui é onde te dás realmente conta da asneira que é dizer que galego e português são idiomas diferentes. Que grande mentira! Eu aqui não tinha, nos dias que estive, nenhum problema para mover-me por Goa. Sempre encontrava alguém com quem poder falar em galego. Na rua, na cafetaria, na praia, no bar, no restaurante (vim dous com o nome de *A Lua* e um com o nome de *Viva Panjim*), no peirão com os pescadores, no barco que cruza o rio Mandovi, na barbearia que leva este nome, nas confeitarias (uma de nome *31 de janeiro*), nas muitas igrejas cristãs que há, onde há missas em galego também.

Tirei muitas fotos de monumentos, de ruas, de múltiplas casas de estilo colonial, de paisagens, de gentes, de crianças, de rapazes jogando à bilharda.... Seria bonito algum dia organizar em algum dos Colóquios da Lusofonia uma mostra das mesmas. Já fez nesta primeira visita muitos amigos. Em primeiro lugar o leitor de português da Universidade de Goa, Dilip Loundo, natural destas terras e formado no Brasil e Portugal, que na atualidade encontra-se em terras brasileiras, como professor da Universidade de Juiz de Fora.

A bibliotecária da biblioteca central de Goa, Mª Lourdes Bravo da Costa, profundamente lusófona, igual que o seu esposo Lionel Rodrigues e as suas filhas, que estão a ensinar português às suas crianças pequeninas. Esta bibliotecária tem um conhecimento bibliográfico enorme da história de Goa e da Índia portuguesa, junto com todo tipo de publicações periódicas. Também tem escrito vários livros, um muito interessante de arte culinária, com infinidade de receitas de pratos luso-indianos. Outro sobre as diferentes festas populares goesas das três comunidades religiosas mais importantes: a cristã, a hindu e a muçulmana. E outro sobre os jogos populares goeses. Nesta altura está já aposentada. Todos os que sabem português também conhecem o concani, que é o idioma próprio de Goa.

Conheci naquela altura também, e já me convidou a morar na sua casa de campo, o médico Fernando Meneses e a sua esposa Celsa. Este doutor trabalhou no hospital de Goa e na sua escola, a mais avançada de toda Ásia. Tem umha memória prodigiosa e lembra todos os aconteceres da anexação no 61 de Goa por parte da União Indiana. Mora numa localidade chamada Goa Velha. Um lugar de mangueiras, flores e bananeiras.

A comida em Goa é fantástica e muito diferente à do resto da Índia. Tens o que quiseres para escolher e há infinidade de restaurantes. Ademais, para nós são muito baratos. Os sumos de manga e ananás com leite são realmente deliciosos. Os temas da gastronomia e das festas são tão importantes em Goa que merecem um artigo monográfico a parte. Igual que os maravilhosos monumentos da antiga cidade situada a nove quilómetros da capital Pangim, tanto os católicos, como os hindus, estes na localidade mais distante denominada Pondá. Tinha que voltar de novo a Goa, o que realizei em fevereiro de 2011. Embora, mais adiante terei que estar todo um mês para conhecer todos os recantos e encantos, as gentes, os templos, os mercados e feiras, as artes populares, a música e o teatro, as praias, os fortes antigos e a sociedade goesa. E, especialmente, para investigar na biblioteca sobre Telo de Mascarenhas, tagoreano como eu, que fez a tradução de várias obras do Tagore desde o bangla (bengali), que conhecia, ao galego-português. Como por exemplo *O Naufrágio*, *A Quatro vozes*, *A casa e o mundo* e *A chave do enigma e outros contos*.


MAP OF
GOA
MAHARASHTRA
KARNATAKA
ARABIAN
SEA
To Mumbai
To Sawantwadi
& Mumbai
PERNEM
Pernem
Tiracol
Arambol Beach
Mandrem Beach
Dodamarg
Assanora
Bicholim
BICHOLIM
SATARI
Valpoi
Chapora Beach
Vagator Beach
Anjuna Beach
Baga Beach
Calangute Beach
Candolim Beach
Sinquerim Beach
Miramar Beach
Dona Paula Beach
Mapusa
BARDEZ
Old Goa
Panjim
TISWADI
Vasco da
Gama
MURMUGAO
Dabolim
PONDA
Ponda
To Belgaum
& bangalore
To Castle Rock
& Londa
Dudhsagar
Waterfalls
SANGUEM
Bogmalo Beach
Velsao Beach
Cansaulim Beach
Majorda Beach
Betalbatim Beach
Colva Beach
Benaulim Beach
Varca Beach
Cavelossim Beach
Mobor Beach
Betul Beach
Canaguinim Beach
Margao
SALCETE
Sanguem
Quepem
QUEPEM
Agonda Beach
Palolem Beach
Talpona Beach
Galgibaga Beach
Chaudi (Chauri)
CANACONA
Polem
State Capital
Taluka Capitals
Beaches
Waterfall
Port
Airport
S. C. Railway
Konkan Railway
Major Road
MAP NOT TO SCALE

2. 2011: SEGUNDA VIAGEM À GALIZA DA ÍNDIA:

Do 5 ao 8 de fevereiro de 2011 visitei por segunda vez Goa. Já quando em março de 2008 viajei a este território indiano, hoje Estado, fiquei muito admirado do que estava a olhar e desfrutar. Naquela altura escrevi um artigo no Portal Galego da Língua (PGL) que teve um grande sucesso, e está aínda reproduzido na internet e em muitas páginas turísticas dedicadas ao território que foi uma província de Portugal durante 451 anos, nada mais e nada menos. E formou parte do reino da Espanha na época dos Filipes, quando o nosso país irmão, durante mais de sessenta anos, pertenceu à coroa de Castela.

Como todos sabemos, em dezembro de 1961, o exército da União Indiana invadiu o território para anexá-lo à República Federal da Índia. As poucas tropas portuguesas que o defendiam não puderam fazer fronte a tal invasão, que não aprovaria, se vivesse, o Mahatma Gandhi, zeloso defensor da não violência e da paz. Mas essa é outra história que terei que contar em outro momento. Ademais, a estratégia do governo de Salazar naquela altura fora muito desacertada e soberbia, pois poderia ter logrado muito, se antes concedesse a autonomia ao território, que muitos goeses demandavam. Mais tarde, aquele governo luso também cometeu o grande erro de deixar órfãos os cidadãos da linda Goa, esquecendo-se por completo deles nos anos seguintes. Tema que, muitos dos que naquela altura tanto sofreram, mo comentaram com certa resignação durante as minhas duas visitas.

Acompanhado de Toton Kundu, o meu aluno de Santiniketon, de galego-português e castelhano, na madrugada do dia 5 de fevereiro de 2011, saímos do aeroporto de Kolkata com destino a Goa, via Mumbai. Ao meio-dia estávamos nas terras chamadas Vasco da Gama, onde se encontra o aeroporto. Durante o trajeto de uns 30 quilómetros em táxi até o hotel da capital Pangim, o próprio Toton, que esteve na Nossa Terra durante os três meses do verão de 2010, e o levei a conhecer muitos belos recantos galaicos, estava assombrado e comentava que lhe parecia Galiza, com o seu verde, as suas rias e rios, o campo, as montanhas e a paisagem. Comentei-lhe eu que, se no lugar das muitas palmeiras que estávamos a olhar, colocando no seu lugar pinheiros, castanheiros e carvalhos, e descendo um pouco nuns dez graus a temperatura, podíamos fechar os olhos e ao abri-los estaríamos vendo, a tanta distância da real, a nossa Galiza, situada geograficamente ao norte de Portugal, como uma prolongação deste país, em palavras do nosso Otero Pedraio.

Em pouco tempo, depois dum percorrido maravilhoso ao lado de campos verdes de arroz e hortaliças por um lado, e ao outro, o mar azúl Arábico, chegamos à Pousada Afonso, cujos proprietários falam galego, e que eu já conhecia da minha visita anterior, no histórico bairro de Fontainhas (tal como eu escrevo assim estão escritos na realidade). Voltei de novo a fazer um lindo passeio por este bairro tão entranhável, no que moram muitas pessoas, que, desde as suas janelas, se exprimem em galego. Outra vez eu voltava a ser muito feliz, pois podia falar (na Índia!) com as pessoas, utilizando a minha língua materna da minha mãe Rosa, minha avó Pura, meu pai João e meu tio Benjamim. Tirei infinidade de fotos das casas, dos miles de letreiros das lojas e ruas com os nossos apelidos e topónimos, das igrejas, dos cruzeiros e pelourinhos. Gostaria de algum dia fazer, como comentei antes, uma exposição das mesmas, e das tiradas em 2008, em Ourense, e mais tarde levá-la por toda a Terra Galega.

Para demonstrar que na Índia existe um território que parece Galiza. No domingo dia 6 assisti à missa em galego na formosa catedral da capital goesa, dedicada à Imaculada Conceição. Eram as dez trinta da manhã, hora na que todos os domingos se celebra, e os velhos goeses acodem a ela de forma social para olhar-se e tertuliar. Em plena Índia eu estava a seguir uma missa na minha língua! No mesmo domingo visitei o bairro chamado Altinho (sic), com formosas casas senhoriais, onde está o Consulado português e o paço do bispo. Desde ele pode olhar-se toda a cidade e o seu rio Mandovi. Ao descer, num riquexó de motor, percorri os bairros modernos, as ribeiras do rio e a praia chamada Miramar, onde desemboca o rio antes citado. E voltei a encontrar infinidade de vestígios galaico-portugueses. Numa água muito agradável de temperatura, do mar Arábico, na imensa praia da localidade de Calangute, dei-me um reconfortante banho. A praia estava ateigada de gentes indianas e também muitas forasteiras.

Ao dia seguinte visitei a Goa Antiga e os seus formosos monumentos, e também Pondá, com os seus lindíssimos templos hindus, que merecem comentário aparte. Antes de comer pude conhecer nesta última localidade uma interessante plantação de espécies, onde comi muito bem e tirei muitas fotos, alguma com um pacífico elefante muito adornado e decorado. Como já comentei, neste lugar estão radicados os templos hinduístas mais lindos, que também visitei. O dia 8, antes de partir para Deli, pela manhã, fui a muitas tendas para mercar presentes, regalos e postais. E tomei chá e café nos cafés de nome República, Central e Real. Este último lembrou-me muito o nosso do mesmo nome perto do Liceu de Ourense. Onde eu escrevo muitos dos meus artigos, quando me encontro na minha cidade. À que voltarei com a primavera. Como voltarei de novo a Goa no próximo mês de dezembro, por mais dias. Reservando com antecedência o

hotel, pois nessa época são muitos os que viajam à Galiza indiana, para desfrutar do sol, a temperatura, as comidas, as praias, os banhos de mar e a paisagem deste belo território. Em pleno inverno nosso!

2. 2013: TERCEIRA VIAGEM, CONFERÊNCIA SOBRE TAGORE E GOA:

Acompanhado outra vez do meu estudante de castelhano e português Toton Kundu, por terceira vez voltei desde a Santiniketon bengalesa, à terra indiana de Goa, de que muito gosto. Quando viajo a aquela linda terra que banha o Mar Arábico, e foi portuguesa durante 451 anos, parece-me estar na minha Galiza. Ademais de ser o território indiano mais rico e de maior nível em todos os sensos, a paisagem, as suas praias, o seu mar, a sua culinária, parecem os galegos. Só muda a temperatura, com mais de 10 graus por cima da galega, e a vegetação, pois em Goa no lugar de carvalhos há palmeiras, e no lugar de castanheiros abundam os coqueiros. No dia 28 de janeiro de madrugada, saímos do aeroporto de Calcutá (hoje de nome oficial Kolkata), via Mumbai (nome atual da antiga Bombaim). À tarde estávamos na Pousada Afonso do bairro de Fontainhas e ainda pudemos comer no restaurante «Viva Panjim» uma boa caldeirada de peixe. Regressamos o 6 de fevereiro a meio-dia, esta vez via Bangalore. Dormimos no hotel de Kolkata essa noite e no dia 7, de comboio, voltamos para a Santiniketon de Tagore.

Esta minha quarta visita a Goa teve essencialmente duas motivações, uma académica e outra turística. Aproveitei ademais para visitar de novo os meus amigos Suresh Amonkar e Aurora Couto em Mapuçá e Bardez, a Percival Noronha na capital Pangim, grande cronista goês, com elevada idade, mas que se conserva muito bem e com uma memória prodigiosa. Na mesma capital, e muito perto do nosso hotel, visitei de novo Ofélia de Sá, filha do grande tagoreano Renato de Sá, farmacêutico e diretor da publicação periódica *«A Harpa Goesa»*. Também em Curtorim-Margão a Rafael Viegas, que durante dous dias, ele e sua mulher Mariana, nos acolheu na sua formosa casa de campo, e nos facilitou conhecer Álvaro Peres da Costa Sardinha, o que nos acompanhou durante vários dias e nos acolheu no seu paço ao lado da igreja paroquial que tem como padroeira a Virgem de Guadalupe.

Como é natural, isto me trouxe a lembrança de Rianjo e a nossa canção mais popular *«A Rianjeira»*. Visitamos o paço de Aurobindo Xavier e sua esposa alemã Margarida, secretário e «alma mater» da Sociedade Lusófona de Goa. Tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e falar, tomando um chá, de muitos temas de Goa, Galiza e a Lusofonia. De volta para Pangim, por ficar no caminho, visitei de novo na sua casa a minha grande amiga, bibliotecária reformada da Biblioteca Central goesa, Lourdes Bravo da Costa, e seu esposo Lionel Rodrigues.

De manhã tive a feliz iniciativa de visitar os locais da Fundação Oriente, situados muito próximos do meu hotel em Fontainhas. Ademais de olhar uma formosa exposição pictórica da autoria de António Xavier Trindade, entrevistei-me com o delegado atual da Fundação Dr. Eduardo Carvalho. Entreguei-lhe cópia dos meus trabalhos sobre Tagore e a lusofonia e da palestra que ia pronunciar o dia 4 de fevereiro à tarde na Biblioteca Central goesa. Ele teve a gentileza de nos convidar ao meu estudante e a mim aos atos culturais e musicais que, organizados pela sua Fundação, iam ter lugar as tardes-noites de 1, 2 e 3 de fevereiro, no contexto incomparável do adro e igreja da Nossa Senhora do Monte, lugar no alto a partir de que pode olhar-se a linda paisagem das ribeiras do rio Mandovi, as suas fragas de frondosas árvores e os formosos monumentos da antiga Goa, com a sua catedral em primeiro termo. Assistimos aos atos nos dias 2 e 3, acompanhados por Viegas e Peres da Costa.

Desfrutamos muito com as danças indianas e goesas, com a música e canções sacras de Bach, Mozart, Mendelssohn, Haydn, Haendel, Schubert e, muito especialmente, na última noite, com os fados do grande cantor de Amarante, residente em Lisboa, Marco Rodrigues, para mim uma verdadeira revelação. Durante dous dias, às tardes, banhamo-nos nas temperadas águas do mar Arábico, nas lindas praias goesas de Baga ao norte de Goa e de Barca ao sul, muito perto da cidade de Margão, a de mais testemunhos portugueses, com verdadeiros paços e fazendas arredor. Aproveitamos também para conhecer as casas onde nasceram os três grandes tagoreanos goeses Telo de Mascarenhas, Adeodato Barreto e Propércia Correia Afonso de Figueiredo. Tiramos muitas fotos das mesmas, e no caso da terceira estivemos com dous dos seus sobrinhos António e Joaquim Correia. Uma tarde visitamos o extraordinário paço da família Menezes Bragança, ao lado do que se encontra a igreja da Nossa Senhora de Belém. Os exteriores e interiores deste paço são realmente impressionantes.

3. NA SOCIEDADE LUSÓFONA DE GOA

Na tarde do dia 4 de fevereiro, na extraordinária nova Biblioteca Central do estado indiano de Goa, na sua capital Pangim, convidado pela Sociedade Lusófona de Goa, há pouco tempo criada e gerida, entre outros, por Mário Silva e Aurobindo Xavier, pronunciei na sua sala de conferências uma palestra sob o título de *«Perceção e influência de Tagore em Goa»*. Exprimi-me em galego-português e fui compreendido pela totalidade dos assistentes, muitos grandes intelectuais goeses, entre os que se encontrava o delegado da Fundação Oriente Eduardo Carvalho, professores, médicos e juízes, homens e mulheres que seguiram com grande interesse o meu discurso sobre os tagoreanos goeses, tema que para muitos era totalmente novo. Pela acolhida que teve cheguei a emocionar-me de verdade e fui entrevistado ao final pela jornalista do diário *O Heraldo*, Diana Fernandes.

Antes de iniciar a minha alocução, no mesmo local, teve lugar um ato para realizar a assinatura do protocolo de colaboração entre a Sociedade Lusófona de Goa (SLG) e a Academia Galega de Língua Portuguesa (AGLP). Por parte goesa assinou o secretário Aurobindo Xavier, que de forma sintética explicou perante os assistentes os objetivos da SLG e os do protocolo que se ia assinar. Representando a AGLP, com autorização prévia do presidente e secretário da mesma, assinei eu. O mencionado protocolo estava assinado tão só de forma digital por Aurobindo e pelo presidente José Martinho Montero Santalha.

A seguir, no meu depoimento, que em texto aparte foi publicado no Portal Galego da Língua (PGL), como um meu artigo, falei dos grandes tagoreanos goeses Telo de Mascarenhas, Adeodato Barreto, Propércia Correia Afonso de Figueiredo, Renato de Sá, Froilano de Melo e outros tagoreanos menores. Para o final deixei os tagoreanos mais importantes da lusofonia. No caso do Brasil, Cecília Meireles, Guilherme de Almeida, Abgar Renault e Ivo Storniolo. Os portugueses, Bento de Jesus Caraça e Augusto Casimiro, a angolana Wanda Ramos e os galegos Vicente Risco e João Vicente Biqueira. Antes da minha palestra conheci outros tagoreanos goeses, felizmente ainda vivos, pelo que me vejo obrigado a acrescentar o meu trabalho de pesquisa para uma próxima publicação. Os assistentes, com os que me comprometi a voltar de novo a Goa proximamente, e a ministrar outra palestra sob o tema que a Sociedade Lusófona estimar conveniente, realizaram muitas perguntas sobre o que eu falei, tanto sobre Goa como sobre as diferentes facetas de Robindronath Tagore, nomeadamente a educativa.

Não quero deixar de assinalar que uma das cousas das que mais gosto de Goa é o de me poder exprimir na minha língua materna. No bairro de Fontainhas da capital Pangim e nos distritos de Mapuçá e Margão são muitas as pessoas que falam em português, e ademais muito claro. A Janette e seu filho Clifton da Pousada Afonso, em que sempre me hospedo quando vou a Goa, falam um português perfeito, ademais de outras línguas. No mesmo bairro deste seu lindo hotel, todas as pessoas maiores de 50 anos se exprimem em português e é um prazer conversar com elas das suas janelas. Por outra parte, a língua oficial e própria de Goa é o concani, que espero poder falar algum dia. Todos os goeses a falam e lhe têm um grande apreço, muito similar ao que têm os bengaleses com o seu formoso Bangla.

4. 2014: QUARTA VIAGEM, A DELÍCIA DAS PRAIAS GOESAS:

De 19 a 25 de fevereiro de 2014 viajei de novo a Goa, em plano turístico, para desfrutar das suas lindas praias, dar-me alguns banhos nas temperadas águas do mar Arábico, percorrer de novo os espaços dos templos cristãs e dos templos hindus, e conhecer novos lugares e outras praias que não tinha olhado em visitas anteriores, por falta de tempo.

Durante a minha estância de 7 dias voltei a morar na Pousada Afonso do bairro de Fontainhas, dos meus amigos Jeanette e Clifton, que se exprimem muito bem na minha língua. No primeiro dia realizei um passeio pela ribeira do Mandovi, da que muito gosto, para tomar ao final num café perto dos correios, sumos naturais de granada, mango e ananás. Pela manhã do seguinte dia, depois de tomar o pequeno almoço no terraço da Pousada, olhando o «Altinho», as casas do bairro chamado «Mala» e a próxima capela de S. Sebastião, num pequeno riquexó de motor, conduzido por um bengali de Kolkata, chamado Jony (eu sei o bengali suficiente para poder entender-nos), visitei de novo a Goa Velha, a 9 quilómetros da capital, onde se encontram entre outros monumentos a igreja de S. Francisco Xavier, a Sé Catedral, lindos jardins, e num espaço próximo a igreja da Nossa Senhora do Monte, lugar desde o que se pode olhar a linda paisagem com o vale do rio Mandovi. Desde aqui fui olhar de novo os distintos templos hinduístas de Pondá, que são realmente formosos. E comi uma boa comida num lugar especial, onde se cultivam variadas espécies, gerenciado por cidadãos de nacionalidade russa. Depois de comer, fui visitar de novo as terras situadas ao

norte do Mandovi, no concelho de Mapuçá, e na linda praia de Calangute dei-me um banho realmente delicioso, para, depois de tomar na mesma praia uns sumos naturais, regressar à Pousada da capital goesa, Pangim.

O dia 21, no mesmo riquexó, visitei a cidade de Margão, a segunda mais importante de Goa, e a que conta com mais vestígios portugueses no seu espaço urbano e nos arredores, ademais de ser aquela na que mais goeses conservam viva a nossa língua. Dei um passeio pelas suas ruas, visitei a biblioteca e diversos mercados, fez algumas compras de regalos e fui comer uma «mariscada à galega» no hotel situado ao lado do mar, a uns 10 quilómetros da cidade, que leva o nome de *«Sea de Colva»*. Já pela tarde dei um passeio pela praia excelente e imensa de Colva, que me lembrou as nossas galegas de A Lançada, Samil, Montalvo, A Langosteira e a de Carnota. Imensa, limpa, de areia brilhante e águas muito quentes, finalmente dei-me um banho realmente delicioso. E voltei para a Pousada, percorrendo as ribeiras do mar, com as suas lindas praias de Velsão, que de tão cumprida abrange outras mais pequenas com os nomes de Arossim, Utorda, Majorda e Betalbatim. A seguir, olhei as praias de Bogmalo, Hollant, Bambolim e Miramar, antes de ficar para dormir na Pousada Afonso.

O quarto dia, 22, depois do pequeno almoço no terraço, decidi ir conhecer em direto no Altinho o templo dedicado a «Honuman» (o «deus macaco»), desde o que se pode desfrutar de uma linda vista da capital goesa. A continuação fui olhar o miradouro de Dona Paula sobre o mar, também com formosas vistas da baía e o mar aberto. E, a seguir, passando por Miramar e o passeio ao lado do Mandovi, no riquexó de Jony, cruzei o rio sobre a estupenda ponte para ir a um pequeno porto, desde o que num pequeno barco turístico fui mar adentro, para poder olhar os golfinhos que ali brincam e moram, e de passo olhar os fortes construídos pelos portugueses para a defesa da entrada no rio Mandovi, que aínda se conservam bastante bem. Os quatro levam por nome Forte de Aguada, Reis Magos, Gaspar Dias e Palácio do Cabo. Desde aqui, depois de comer pelo caminho num bar de estrada algo de peixe goês, fui visitar sem dúvida uma das melhores praias goesas, como é a de Vagator (com uma pequenina num recanto chamada Ozram), onde desfrutei como nunca o tinha feito, banhei-me várias vezes, descansei nas cadeiras de praia para os turistas, tomei vários sumos naturais e estive na companhia de turistas de várias nacionalidades, especialmente russos. Ao final esteve no mercado ao lado da praia, onde merquei alguns presentes (regalos), no miradouro de Anjuna, e olhei esta outra imensa e linda praia, que leva este nome. À volta, antes de ir para a Pousada, tomei uns sumos naturais no café-bar próximo aos correios.

O domingo 23, como acostumo fazer quando me encontro em Goa, se é domingo, fui às 10,30 horas da manhã à missa em galego-português que todos os dias feriados se celebra na formosa igreja da Maria Imaculada de Pangim, muito perto da Pousada Afonso, que se encontra num alto desde o que se olha a linda cidade, as suas ruas e o rio. Este dia fiz um passeio por toda a cidade, as suas ruas, os seus parques e jardins e a ribeira do rio. Logo comi num restaurante especial, cujo proprietário é do Punjab, solicitando antes aos cozinheiros que a minha comida tinha que ser preparada só com azeite e sal. Pela tarde, no mesmo riquexó do Jony, decidi andar bastantes quilómetros para visitar a praia de Arambol e Palma, que se encontra no extremo norte de Goa, já na raia com o estado indiano de Maharastra. É esta outra excelente praia, que me voltou a lembrar as nossas galegas. Na mesma, como em dias anteriores, voltei a tomar um maravilhoso banho nas águas quentes do Arábico. Tombado nas cadeiras de praia, pude olhar muitos turistas de diversas nacionalidades (em especial, russos e ucranianos) que desfrutavam como eu desta excelente praia, dos sumos naturais do café-bar situado na mesma praia, e das águas quentes do mar. Outra praia esta também muito limpa, de areia brilhante e linda paisagem. Regressei a última hora da tarde e tomei, antes de ir a dormir à Pousada, os deliciosos sumos do café-bar habitual, de nome «Vihar», dos dias anteriores, muito perto da minha morada, à que se vai por uma rua de nome «Ourém», que me lembrava o da minha cidade de Ourense.

A segunda feira, dia 24, dediquei-a a estar grande parte da jornada com o meu grande amigo Rafael Viegas e a sua família, no seu paço de Curtorim em Salcete. Filho do que foi jornalista do jornal *O Ultramar* em Margão Álvaro Viegas, foi um dos goeses que mais documentação me forneceu para o meu trabalho de pesquisa sobre o relacionamento de Robindronath Tagore com Goa. Por sorte, também pude estar com outro grande amigo meu Álvaro Pires da Costa, que tem a sua casa perto da de Rafael, e ao lado da igreja da Nossa Sra. de Guadalupe (por certo, nome bem galego do nosso Rianjo). Álvaro divide o seu tempo anual com estâncias em Goa e na cidade de Burwood na Austrália. Preparada pela asistente de Rafael, desfrutámos de uma saborosa comida, naturalmente com peixe do mar goês, e falamos os três de muitas cousas relacionadas com Goa, com os goeses, com Tagore, e mesmo com a Lusofonia. A sobremesa foi também muito agradável. Já ao fim da tarde voltei para Pangim, e antes tomei pelo caminho um banho na praia de Vasco, muito perto do aeroporto. Com surpresa, comprovei que ao lado desta praia existe um centro cultural que tem por nome «Ravindra-Bhavan» e, por tanto, lembra a Tagore. O último dia, 25, depois do pequeno almoço, dei uns passeios pela cidade e a ribeira do rio, tirei algumas fotos para a lembrança, escrevi uns postais, que mandei

pelos correios, tomei uns sumos naturais no lugar habitual e, antes de marchar no táxi para o aeroporto Vasco da Gama, por certo, num dia no que os táxis goeses estavam em greve, comi mesmo ao lado da Pousada no restaurante «Viva Panjim».

Terminavam assim sete formosos dias turísticos que passei na linda Goa desfrutando muito especialmente das suas praias, muito similares às galegas, embora, com águas muito mais quentes. Goa tem uma costa de mais de 105 quilómetros, quase que toda com cumpridas praias, algumas das que pela sua largura e cumprimento, recebem em cada recanto nomes diferentes. São aproximadamente de norte a sul umas trinta praias, das que já conheço a metade, e me falta por conhecer as situadas mais ao sul, como Mobor, Betul e Palolem. E o forte Cabo de Rama, que aínda não pude visitar. O que me falta por olhar procurarei visitá-lo em próximas viagens.

5. 2016: QUINTA VIAGEM E MOSTRA SOBRE A GALIZA:

Do 22 de janeiro ao 22 de fevereiro de 2016 decorreu em Pangim, capital do Estado indiano de Goa, o *2.º Festival da Lusofonia*, organizado pela *Sociedade Lusófona de Goa*, depois do grande sucesso que teve a 1ª edição de 2015. Para participar no ato de abertura do Festival, e pronunciar umas palavras sobre a Galiza, a Nossa Terra, inaugurando uma exposição bibliográfica, fotográfica e discográfica dedicada à terra onde nasceu a língua portuguesa, desloquei-me de Santiniketon, a *«Morada da Paz»* tagoreana, no coração da Bengala indiana, onde, depois de reformar-me, moro cada ano os seis meses de outubro a abril, até Goa, viajando no avião da companhia «Índigo» do aeroporto de Calcutá ao «Vasco da Gama» goês, no dia 21 de janeiro de 2016.

Por volta das 2 da tarde cheguei a terras goesas, que banha o Mar Arábico, muito similares às nossas terras galaicas, agás no que se refere à temperatura e vegetação, tropical em Goa e oceânica na Galiza. No dia 26, também em avião da mesma companhia, em dia feriado, por ser em toda a Índia o *«Dia da República»*, voltei para Santiniketon, via Calcutá (de nome oficial Kolkata). Depois de desfrutar muitíssimo do radiante sol goês, das suas lindas praias, do seu mar e das suas temperadas águas, da requintada comida goesa, com grande influência portuguesa, na qual os produtos do mar (peixes e mariscos variados) são fundamentais, mas, muito especialmente, de poder exprimir-me em muitos lugares – nomeadamente no bairro de Fontainhas (sic) da capital goesa, e em

Margão, Curtorim e Mapuçá – na minha língua internacional. Em Goa é onde mais te podes dar conta da asneira que é dizer que galego e português são duas línguas diferentes, como, infelizmente, defendem desde há muito tempo os «isolacionistas», que nos impuseram a desgraçada norma ortográfica chamada «oficial», por diploma de 1983, sem debate prévio algum.

5.1. MOSTRA SOBRE A GALIZA

Instalada na Biblioteca Central de Goa, um moderníssimo prédio não há muitos anos inaugurado, que tem um imenso andar monográfico dedicada à cultura portuguesa, e que não tem nada que invejar a qualquer outra biblioteca europeia (estou seguro que na mesma Índia é a melhor biblioteca de toda a República Federal indiana), instalou-se numa ampla sala uma exposição bibliográfica e fotográfica dedicada à Galiza. Para a mesma, e como doação, foram enviados da Galiza vários lotes de livros editados pela AGAL, a AGLP e a Fundaçom Meendinho. Na exposição figuram também livros da autoria de Adela Figueroa Panisse e da Adega, e vários doados por mim que tinha em Santiniketon: CD de música popular galega editados por Ouvirmos, uma bandeira galega, um álbum de 40 fotos de vários lugares da Galiza (praias, monumentos, cidades, grupos folclóricos e comidas típicas), vinte painéis fotográficos com paisagens, praias, cidades importantes, monumentos, gastronomia, artes populares, castros, igrejas e dólmenes, a primeira edição em galego e bengali de uma antologia das Cousas da Vida de Castelão, editada em Calcutá, uma monografia de Ir Indo sobre Castelão e vários guias ilustrados sobre a Galiza.

No ato de abertura da exposição, celebrado na 6ª feira dia 22 de janeiro, às 17:30 horas goesas, pronunciei um pequeno discurso, em que destaquei especialmente que a Galiza, junto com o Norte de Portugal, é o berço da língua portuguesa, portanto, com pleno direito e razão para integrar-se na Lusofonia. Também comentei o muito que a Galiza sofrera durante séculos, depois dos Reis Católicos e a dependência de Castela, na sua cultura e idioma próprios, com alargamento à ditadura franquista, fazendo menção especial de Castelão, como o nosso vulto mais importante, mas também de Rosália, Pondal, Curros, Vilar Ponte, Biqueira, Carvalho Calero, Marinhas e Guerra da Cal, entre outros. Como é natural, falei das entidades galegas colaboradoras e a sua luita pela recuperação da língua e a integração da mesma no mundo lusófono a que pertence. Aproveitei também para entregar a todos os assistentes cópia de um meu depoimento, publicado em 2008, após a minha primeira visita a Goa, no qual identifico Goa com a Galiza, sob o título de *«Goa, um recanto galego-português na Índia»*. Entre os

assistentes ao ato, a maioria já amigos meus, devo destacar os membros da Sociedade Lusófona de Goa Aurobindo Xavier (secretário), e sua esposa Margarida, e os membros da direção Mário Silva e o Dr. Fonseca.

Também os intelectuais goeses Rafael Viegas, Percival Noronha, Álvaro Pires da Costa, Francisco da Fonseca, Alírio Costa, Ofélia de Sá e seu esposo, Jeanette e Clifton Afonso, Aurora Couto, Suresh Amonkar, o veterinário Dr. Gustavo Pinto e a que foi importante bibliotecária em Goa Mª Lourdes Bravo da Costa e seu esposo Lionel Rodrigues. Por encontrar-se em Goa nesta altura, estiveram presentes a investigadora em história, de Lisboa, Sandra Ataíde Lobo e o professor reformado da Universidade Nova de Lisboa, Artur Teodoro de Matos. O diretor da nova biblioteca de Goa, Carlos M. Fernandes, esteve também presente. O qual se comprometeu a abrir uma secção na biblioteca dedicada à Lusofonia e o Mundo Lusófono, incorporando já os livros e materiais da exposição dedicada à Galiza, como primeira doação, uma vez encerrada a mesma, dando assim também um espaço à Sociedade Lusófona de Goa, que tão bem dinamiza Aurobindo Xavier, e com os seus esforços a mantém viva.

5.2. OUTROS TEMAS GOESES: OS LINDOS TEMPLOS CRISTÃOS DA ANTIGA GOA:

Na minha primeira visita ao maravilhoso estado indiano de Goa não podia deixar de visitar a antiga cidade, também chamada Velha Goa (sic). O dia 21 de março de 2008, sexta feira santa, aluguei um táxi na capital Pangim, para ir ver os monumentos católicos mais importantes da que até 1738 foi a capital goesa. Data na que, por culpa de uma peste, foi abandonada passando a ser capital Nova Goa, também chamada Pangim e agora Panaji em concani. Para conhecer aqueles monumentos religiosos, percorri os nove quilómetros que há de distância por uma estrada paralela ao rio Mandovi. Ao chegar ao lugar não saia do meu assombro. Um grande bosque de árvores centenárias e infinidade de plantas e flores adornam uma paragem muito bela, na que destacam impressionantes monumentos religiosos de pedra.

No passado mês de fevereiro realizei a mesma visita, agora acompanhado do meu estudante bengali Toton Kundu. Visitamos primeiro a basílica do Bom Jesus, com formosa fachada de pedra colorada própria daquela terra. Construída pelos jesuítas em 1605, tem uma capela na que num cofre de prata encontra-se o corpo de S. Francisco Xavier. Cada dez anos celebra-se aqui a festividade mais famosa, à que acodem milheiros de peregrinos e crentes católicos, vindos

de todo o mundo para ver o corpo exposto do santo. Ao outro lado da rua, logo de cruzar o bosque, encontra-se a grande Sé Catedral, de estilo gótico português, com exterior toscano e interior coríntio. Contêm catorze magníficos altares e uma bôveda impressionante sustida por fortes pilares. Muitas pessoas estavam a visitar este grande monumento, iniciado em 1510 e terminado 75 anos mais tarde.

Testemunhas silenciosas e mudas do passado são as catacumbas e o convento de estilo coríntio de S. Caetano, cuja igreja foi construída, seguindo o desenho de S. Pedro de Roma, pelos frades italianos da ordem dos teatinos, a partir de 1655. Também o convento de S. Francisco de Assis, construído em 1517, e no que se alberga um museu arqueológico. E a capela de Santa Catarina, levantada em 1510 pelos portugueses, para comemorar a conquista de Goa. Assim mesmo as ruínas da igreja de Sto. Agostinho, que os frades agostinhos levantaram em 1602, e abandonada em 1835 pela repressiva política portuguesa contra as ordens religiosas goesas. A igreja e convento de Santa Mónica, construída em pedra laterite e terminada em 1627, tem três andares e foi Mosteiro Real.

Para desfrutar de uma maravilhosa vista de todo este complexo monumental, fumos ver a igreja da Nossa Senhora do Monte. Desde ali observa-se esta bela paragem, cheia de árvores tropicais e regada pelo Mandovi. Atualmente é utilizado o edifício pelo Instituto Mater Dei como convento. No seu interior encontra-se o Museu de Arte Cristã, com estátuas, pinturas e esculturas, muitas das que são obra de artistas hindus locais. E celebra-se um importante certame musical, com apoio da Fundação Oriente de Lisboa, que também tem uma formosa sede em Pangim no bairro de Fontainhas. Ao descer encontramos a vários rapazes jogando ao nosso jogo da “bilharda”, que eles chamam “goindabal” e os bengalis “danguli”. De regresso à capital visitamos dous impressionantes paços, o Solar dos Colaços e o Solar Souto Maior. Neste último mercamos algum artesanato. Outros monumentos deste espaço exemplar, que no seu dia competia em esplendor com Roma, Jerusalém e Lisboa, são o Arco do Virrei ao lado do rio, a porta do paço de Adil Shah, a capela de S. António, a escada de Albuquerque, o convento e igreja de S. João, o convento das Irmãs e a igreja da Nossa Senhora do Rosário.

Em Pangim, entre outros muitos monumentos importantes, destaca a igreja principal da Nossa Senhora da Imaculada Conceição, consagrada em 1541 e situada num alto da praça principal da cidade, desde a que se observa grande parte da capital. Visitei-a o domingo de Páscoa, assistindo à missa em galego-português, que todos os domingos, às dez e meia da manhã, ali se celebra. O sacristão pediu-me que lera eu a epístola do dia, mas declinei o convite por

desconhecer as frases que ao final da leitura acostumam pronunciar-se com os assistentes. Fiquei assombrado ao ver que os muitos fregueses cumpriram na sua totalidade com o sacramento da comunhão. Demonstrando grande fidelidade à sua religião católica, em competência com hindus e muçulmanos, outras comunidades importantes de Goa.

6. OS FORMOSOS TEMPLOS HINDUÍSTAS DE PONDÁ

Na minha primeira visita a Goa, por falta de tempo, não pude visitar os templos hinduístas mais importantes e antigos. O que pude fazer em parte na visita do ano 2011. Em todo o estado de Goa existem, tanto pequenos como grandes, uns 110 templos da religião que é maioritária na Índia. Muitos deles no interior e ao sul do território goês. Entre o bairro de Fontainhas e o Altinho, com uma linda vista sobre a cidade, encontra-se o templo Mahalaxmi, dedicado a Honuman (o macaco ou mono), que visitamos. Mas é no distrito de Pondá onde estão situados os mais famosos templos hinduístas. O mesmo táxi que nos levou à antiga Goa, acercou-nos a esta localidade, situada a uns 25 quilómetros da capital.

Primeiro visitamos o templo Shri Manguesh, dedicado às divindades Sorosoti (da sabedoria) e Lakshmi ou Lokhi. Ao lado do templo estava a celebrar-se uma boda hindu e, por isto, havia muita gente. A torre do templo é muito formosa e na grande sala interior descansamos um pouco, pois fora fazia muita calor, e dentro dava gosto estar pelo fresco que havia. No adro muitas vendedoras de flores, frutas e incenso ofereciam-nos os seus produtos, muito baratos. A poucos quilómetros de distância deste templo, encontra-se o que possivelmente é o mais importante templo hindu de Goa. Chamado de Shanta Durga (algo assim como Senhora da Paz), alá fumos. Antes de chegar à porta principal, durante um largo percorrido, há um montão de lojas, nas que se vende de tudo: artesanato goês variado, camisolas, telas, flores muito lindas para as oferendas, e frutas variadas como a papaia, o coco com a sua água fresca para tomar, ananás, bananas, granadas, etc. Uma vez passada a porta e tirar os nossos sapatos (nos interiores dos templos hindus há que entrar sempre descalço), ficamos assombrados com a beleza do edifício, a torre, a sala anterior e a figura da Durga. Para os hindus esta divindade é muito importante (é uma mulher com dez braços) e viria a equivaler à Virgem Maria dos católicos. Numerosas pessoas estavam a visitar o templo, durante uma muito boa tarde, tanta que tivemos que fazer turno para poder entrar ao interior.

De volta para Pangim, passamos ao lado de uma muito grande mesquita muçulmana, que por falta de tempo não nos paramos a ver. Pois queríamos fechar o delicioso dia, vendo desde o miradouro, chamado de Dona Paula (sic), a posta de sol sobre o mar Arábico. Para alá fumos, depois de percorrer por lindos lugares os sete quilómetros que separam este sítio tão lindo e turístico, da capital. Eram muitas as pessoas que lá estavam. Olhando as praias, o mar, a baía, a ria, as terras de Vasco da Gama do outro lado e os numerosos barcos que caminhavam sobre as águas marítimas. Prometi aos meus amigos de Fontainhas, que voltaria a Goa para o mês de dezembro. Por um período mínimo de uma semana. Pois são muitas as cousas que me ficam por ver neste formoso território indiano, que parece a minha Galiza: os mercados de Mapusá, Calangute e Bardez, as numerosas praias com as palmeiras e coqueiros ao lado, as festas populares, os fortes de defesa construídos no seu dia pelos portugueses e fazer um roteiro pelo rio, num dos formosos cruzeiros turísticos que navegam pelo Mandovi e pelas costas goesas. E, entre outras, conhecer as cidades e vilas de Margão, Pernem, Chaporá, Vagator, Baga, Arambol, Benaulim, Cuncolim, Palolem, Agonda, Canacona, Quepem, Sanvordem, Molem, Mormugão, Bicholim e Salcete. Nomes oficiais de povos escritos tal como eu os escrevo.

Santiniketon («Morada da Paz» de R. Tagore), a 26 de janeiro de 2017
(Dia da República da Índia), Bengala - Índia
Prof. José PAZ
(Académico da AGLP e membro da Fundação «Meendinho»)

19. LAURA AREIAS, CLEPUL, UNIV DE LISBOA. CLEPUL, AICL

TEMA 2.1. PORTUGUESES OUTRORA, HAVAIANOS HOJE, LAURA AREIAS, PH.D, UNIVERSIDADE DE LISBOA

Na segunda-feira 13 de outubro, dia de boa estreia, levantei-me em Lisboa tão cedo que deu para apanhar o metropolitano para o aeroporto, embarquei no voo 65 da United e rumei ao Hawaii.

Depois da longa travessia do atlântico seguindo-se uma maior ainda, a de todo o continente norte-americano em que reconheci os *canyons* do Arizona, os desertos de pedras de Utah, os grandes rios e as neves dos picos das Rocky Mountains, e metade do infindável Oceano Pacífico… o Professor Dr. Paul Chandler que conhecera no verão em Lisboa, veio esperar-me ao aeroporto de Honolulu e pôs-me um *Lei* ao pescoço – o primeiro que receberia, de uma linda tradição de amabilidade, boas vindas e hospitalidade.

Mas o *Lei* – aquele colar ou coroa de flores usado pela beleza exótica das mulheres havaianas e que a propaganda turística celebrizou - é mais do que isto. É uma antecipação de um agradecimento, é o reconhecimento de uma competência, é um sumo gesto de simpatia e agrado, expresso também na sua palavra *Aloha* que não se traduz num termo só.

Os dias seguintes foram de confraternização com os velhos e novos amigos da International Society for Luso Hispanic Humor Studies que eu ajudei a fundar um Filadélfia em 1996, com o Dr. Paul Seaver, seu primeiro Presidente.

E os trabalhos da XV Conference da ISLHHS iniciados na quinta-feira, 16 de outubro, terminaram com uma excursão de meio-dia no sábado de manhã aos arredores da cidade, da qual me vi privada por mor do convite para a Ilha Mauí, último reduto de lusitanos. Desde então foi terminado e inaugurado o Portuguese Cultural Center.

E tenho o gosto de apresentar um texto representativo do nosso poeta madeirense Manuel Coito que deixou saudades em Maui. Lisboa, 3 de novembro, 2016.

Na segunda-feira 13 de outubro, dia de boa estreia, levantei-me em Lisboa tão cedo que deu para apanhar o metropolitano para o aeroporto, embarquei no voo 65 da United e rumei ao Hawaii, com dormida no velho hotel Riviera de Newark, para poder descansar e acostumar-me à ideia de deixar de novo "a casa". Isto significa novas relações, compromissos, projetos de pesquisa a longo prazo, e um desejo preguiçoso de não regressar a Lisboa, antecipando uma prematura saudade do que fica… conheço-me.

Depois da longa travessia do atlântico seguindo-se uma maior ainda, a de todo o continente norte-americano em que reconheci os *canyons* do Arizona, os desertos de pedras de Utah, os grandes rios e as neves dos picos das Rocky Mountains, e metade do infindável Oceano Pacífico… o Professor Dr Paul Chandler que conhecera no verão em Lisboa, veio esperar-me ao aeroporto de Honolulu e pôs-me um *Lei* ao pescoço – o primeiro que receberia, de uma linda tradição de amabilidade, boas vindas e hospitalidade.

Mas o *Lei* – aquele colar ou coroa de flores usado pela beleza exótica das mulheres havaianas e que a propaganda turística celebrizou - é mais do que isto. É uma antecipação de um agradecimento, é o reconhecimento de uma competência, é um sumo gesto de simpatia e agrado, expresso também na sua palavra *Aloha* que não se traduz num termo só.

Os dias seguintes foram de confraternização com os velhos e novos amigos da International Society for Luso Hispanic Humor Studies que eu ajudei a fundar Em Filadélfia em 1996, com o DR Paul Seaver, seu primeiro Presidente. E os trabalhos da XV Conference da ISLHHS iniciados na quinta-feira, 16 de outubro, terminaram com uma excursão de meio-dia no sábado de manhã aos arredores da cidade, da qual me vi privada por mor do convite para a Ilha Mauí, último reduto de lusitanos.

Entre sábado 18, domingo e segunda-feira, a promotora da minha ida a Mauí, Mrs Audrey Rocha, que já esteve presente num destes Colóquios, foi incansável: mostrou-me a todos e mostrou-me tudo quanto pôde. Mandara-me por mail um Programa como num protocolo. E tudo isso foi rigorosamente cumprido mesmo com os ataques **do furacão Ann. Audrey Rocha é a alma de um Portugal em sobrevivência** pela sua geração, dos que têm 70 anos e acima. Ela,

conseguiu juntar mais de 3 milhões dos 4 milhões necessários para a construção de um *cultural heritage center*, edifício que reunirá pessoas, documentos, genealogias, sala para eventos donde se espera alguns lucros, uma realização a partilhar com porto-riquenhos, em número superior aos nossos. Já começaram os trabalhos e Audrey diz, orgulhosa, que só faltam 800.000 dólares!

Enquanto se espera, as duas instituições que me foi dado conhecer, *The Portuguese Association of Mauí*, e o *Mauí Portuguese Cultural Club* reúnem lusodescendentes, cujos avós vieram no século XIX. Uma tocante curiosidade por Portugal, mas não menos pela minha pessoa que tem corrido mundo e ali estava, no fim desse mundo para os conhecer… E ouviram as minhas histórias confundidas com as da literatura, da poesia, com citações de Pessoa e Camões. *No Portuguese Garden*, em frente da escultura de Nª. Senhora de Fátima com os três pastorinhos na tradicional pose de joelhos em oração, um forno de pão a preceito, o Club - uma casinha de modelo alentejano ou beirão, branca debruada a azulejos. E todos me puseram *Leis* à volta do pescoço.

Mais tocante foram as minhas apresentações para crianças da quarta classe, numa escola de um meio carenciado, a *Kahului Elementary School*. Histórias antigas, mitos, de valores éticos divertidamente representadas por eles e por mim, com os meus fantoches, em frente ao Mapa Mundi. No final de 3 sessões para cerca de 200 crianças, houve abraços, beijos, muitos sorrisos, presenteada com um lindo *Lei* feito por eles, oferecido em ato de boas vindas, antes de começar a função.

Gil Vicente – na sua moralidade tão atual - foi muito bem-recebido. Os valores defendidos fizeram abanar afirmativamente muitas cabeças; a vetustez e economia de meios de uma escrita com 500 anos; o facto de ser um autor obrigatório nas escolas portuguesas o que leva a continuar nos palcos por todo o país, fizeram digna de admiração a sua representação em privado e também na Universidade do Hawai´i. Só os diabos causaram espanto e indignação aos cães da casa dos Amigos de Portugal, que se fartaram de ladrar a Dinato e Belzebu quando viram os dois fantoches vermelhos e a rigor, surgir de um palco preparado para o efeito!

O Hawai´i Council on Portuguese Heritage, o *Genealogical & Historical Society of Hawai´I* acolheram-me e deram-me informações e material para pesquisa, muito interessantes. Assim como a neta de Manuel Coito, madeirense emigrado para o Hawaii em 1882, Mrs Jeanne Coito ali já nascida em 1936. O espólio recolhido, de seu avô, é matéria para um livro sobre a vida e época de um poeta originalíssimo, que, esperemos, o LLEA, Departamento de Línguas e Literaturas da Europa e das Américas, na pessoa do seu atual *Chair* Professor Doutor Paul Chandler, incansável divulgador da cultura lusófona em longes terras, e a Universidade de Lisboa, representado pelo Diretor do CLEPUL, Professor Doutor José Eduardo Franco, irão apoiar.

Desta última entrevista, no dia 24 de outubro de 2014; dos documentos que em todos os lugares me ofereceram, nasceu em mim a vontade de lhes render uma homenagem escrita, que fique para a posteridade, alguma coisa como a continuação do Livro apoiado pela FLAD, *Portugueses da América*.

Não sei se lhes posso chamar portugueses, quando a emigração para aquelas partes parou em 1913. Não sei se posso chamar portugueses a quem perdeu a Língua, ou a quem o *facies* é uma mistura de traços polinésios, orientais, de tez morena e riso aberto. Mas posso afirmar que o sangue luso que ali resta luta pela sobrevivência em iniciativas como as de Audrey Rocha que, além de ser ativíssimo membro das associações, mantém em Mauí, um programa de várias horas na Radio, «Sons de Portugal» ao domingo em AM 550, subsidiado pelo governo americano. Ou na reedição dos livros de genealogias, ou na edição de livros de cozinha portuguesa. Entre outros, o *The Pleasures of Portuguese Cooking*, na celebração do 70º aniversário da *Portuguese Pioneer Civic Association*, onde há muito mais do que a *portuguese sausage* que se come em todos os restaurantes, nas diferentes ilhas do arquipélago.

Na ilha O´ahu, dos doze jornais portugueses já nenhum se publica nem existem já programas radiofónicos. A capital, tendo muito mais oferta cultural, terá menos lugar para uma minoria quase sem memória, ao contrário de Mauí, mais pequena, com mais concentração. Os setuagenários netos desses avós já não falam português, mas há neles qualquer coisa muito comovente, entre o desespero e a esperança, que os faz ligados ao passado, à música, à gastronomia ou ao galo de Barcelos. Às vezes há uma geração de permeio que deixa crer que tudo irá perecer. Mas em seguida levanta-se uma outra que não sei por que encanto, volta a aprender a língua, a desejar educar os filhos a não esquecer uma tradição mais humana, quiçá… são esses Ricardos Ralha que são a esperança dos outrora portugueses do Hawaii.

Levámos, mostrámos, lemos com eles, fizemos ouvir textos bilingues dos autores da diáspora ou que escrevem sobre ela – Onésimo Teotónio Almeida da Brown University (a quem agradecemos a generosa oferta), Francisco Cota Fagundes da University of Massachusetts em Amherst, do saudoso Marcolino Candeias e Álamo Oliveira ambos do Ministério da Cultura na Terceira, e muitos mais. Deixámos ali uma semente de um trabalho de ajuda e cooperação que esperemos, seja apoiado num protocolo entre a Universidade de Lisboa e a Universidade do *Hawaii* em *Mānoa*.

Para que valha a pena num último grito - ainda aqui estamos! - um último esforço é necessário, na união dos membros dessa comunidade, deixando de lado rivalidades, partidarismos, por um ideal comum, sob pena de ele soçobrar. E que, todos quantos conheci e com quem privei, bem merecem!

Lisboa, 3 novembro de 2014

Desde então foi terminado e inaugurado o Portuguese Cultural Center. E tenho o gosto de apresentar um texto representativo do nosso poeta madeirense Manuel Coito que deixou saudades em Maui.

Lisboa, 3 de novembro, 2016.

20. LUCIANO PEREIRA, ESC. SUP. DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL / AICL

TEMA 1.3: REFERÊNCIAS E INDÍCIOS HEBRAICOS NA LITERATURA POPULAR, LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

As referências e os indícios hebraicos são uma constante desde os primórdios da nossa literatura popular e trovadoresca, marcadamente poéticos, com caraterísticas fundamentais da poética do Antigo Testamento, tais como as formas paralelísticas (cantigas de amigo de D. Sancho I).

A nossa poesia (Luís de Camões), a nossa dramaturgia (Gil Vicente), a nossa novelística, os nossos romances continuaram a cultivá-los, ora discretamente, ora centrando-se sobre algumas das suas questões sociais e culturais mais delicadas, incómodas ou traumáticas, tais como as que dizem respeito ao processo da inquisição, que tanto motivou todo o trabalho de Alexandre Herculano.

Algumas ocorrências são ecos de um profundo debate em torno das temáticas teológicas e filosóficas, como as magistralmente expostas por um Pinharanda Gomes.

O estudo apresentado visa apenas lançar luz sobre algumas das marcas e indícios na literatura popular, tais como provérbios, anedotas, canções (José Leite de Vasconcelos e Michel Giacometti), poemas (Teófilo Braga) lendas (Gentil Marques) e romances (Almeida Garrett, Perre Ferré) de uma presença antiquíssima, constante e atuante.

Através deles, vislumbramos acontecimentos históricos como os que envolveram um Isaac Abravanel ou um Abraão Zacuto e orgulhamo-nos com momentos tão míticos quanto gloriosos, como os que o Infante Dom Henrique nos soube proporcionar.

1.1. A PRESENÇA JUDAICA NA PENÍNSULA IBÉRICA SEGUNDO OS TESTEMUNHOS HISTÓRICOS E LENDÁRIOS[125]

Nuno Simão Rodrigues tem sido um dos autores que mais se tem dedicado ao estudo dos primórdios dessa presença com o objetivo de analisar a problemática dos primeiros contactos, chegada e instalação, assim como as primeiras vivências dos Hebreus/Judeus na Península Ibérica.

O tema sempre suscitou um real interesse desde os autores medievais, quase todos de origem judaica. A problemática ganhou maior relevo no contexto da diáspora que sentia a necessidade de justificar a sua presença em territórios tão distante da sua primitiva origem (Médio Oriente). A antiguidade pré-cristã da presença judaica em espaços tão disparos como o ibérico contribuía para uma compreensão mais restrita do deicídio de que eram generalizadamente globalmente acusados dos séculos VIII a XVII.

A importância dessa temática, na península, tornou-se particularmente pertinente desde a tomada de consciência da origem de o nome romano, «Hispânia» (costa escarpada ou dos coelhos) poder ser semítica, relacionando-a com as ocupações fenícias, discutidas desde o Renascimento, a Társis bíblica foi então associada à Tartesso dos textos greco-latinos.

Nos textos bíblicos refere-se que o rei Salomão teria construído um empório comercial tão vasto que chegaria a regiões tão longínquas como Társis. A homofonia e a ideia de que esse território seria «longínquo» contribuíram para a associação do topónimo com o das fontes greco-latinas, localizando-o na Península Ibérica, embora a referência a alguns dos produtos que chegariam de Társis não se coadunarem com a região peninsular, em particular dentes de elefante, macacos e pavões. Cedo se coloca a hipótese de a Társis bíblica se localizar num outro local tal como na Índia ou no Golfo Pérsico.

[125] Os dados históricos referentes à antiguidade foram extraídos de Silva, Carlos Guardado da (Coord.) (2013) Judiarias, Judeus e Judaísmo, 19-28.

Certo é que a arqueologia demonstrou que a presença fenícia na Península Ibérica é um facto, pelo menos desde os séculos IX-VIII a.C. Primeiro com o estabelecimento de esporádicos contactos comerciais, depois com a estruturação de uma rede comercial mais complexa e regular. A partir do século VIII a.C. hipotéticas feitorias fenícias se transformariam em verdadeiras colónias apoiando-se na exploração de metais, tais como a prata (Gadir-Cádiz). Com a emergência de Cartago, Gadir foi conquistando cada vez maior autonomia.

A problemática da presença fenícia na Península só é relevante na medida em que se trata de um povo igualmente semita, com uma imensa proximidade cultural dos Hebreus, e cuja presença na Hispânia foi verdadeiramente relevante. É nesse contexto que podemos conceber uma relação de tipo económico-político entre as figuras mítico-históricas de Salomão e Hiram que permitiria a chegada dos primeiros Hebreus à Península.

É bastante provável que os Judeus tenham chegado a Roma a partir do Norte de África, em particular na sequência das Guerras Púnicas (que opuseram Cartago a Roma nos séculos III e II a. C., terminando com à destruição do território cartaginês e com o arrastamento de milhares de prisioneiros para Itália como demonstração do triunfo romano…). O mesmo se verificará mais tarde com a conquista de Jerusalém. Estando a sociedade cartaginesa situada na continuidade de espaços de densa ocupação judaica, tais como Alexandria e Cireneia, vários documentos comprovam provam a coexistência com várias comunidades judaicas, desde os séculos III e II a. C.

O país tornou-se propriedade do Estado Romano, um dos territórios de colonização romana. Decerto, muitos judeus, terão atravessado voluntariamente o Mediterrâneo, instalando-se em Itália, e especialmente em Roma, a cidade que se afirmava como a capital político-económica do mundo mediterrâneo.

É também provável que, entre os despojos militares, famílias judaicas tivessem seguido para Roma como escravos e aí tivessem encontrado uma nova forma de sobrevivência. Este novo eixo migratório indicia a possibilidade de uma expansão para Ocidente.

Os Judeus, por opção ou por obrigação, instalaram-se na Península Ibérica, antes e após o desfecho do confronto que opôs Cartagineses a Romanos.

Esta parte da hipótese, contudo, ainda que verosímil, carece de comprovação literária ou arqueológica. De qualquer modo, a ideia de já cá existiriam algumas comunidades judias, quando os Romanos pisaram a Península Ibérica, parece-nos historicamente bastante verosímil. Essas comunidades ou, pelo menos esses indivíduos, não seriam forçosamente descendentes dos comerciantes dos séculos IX-VIII a.C., mas poderiam ter-se instalado apenas alguns anos antes da chegada dos Romanos.

A importância do território hispânico para os Judeus cresceu no século II a. C., permitindo a Estrabão e a Flávio Josefo, afirmar a omnipresença dos Judeus em toda a parte do Orbe.

Para García Moreno, as comunidades judaicas de Sefarad provieram da nova ordem mediterrânea, essencialmente helenística, surgindo Roma como um ponto de partida bastante provável para estes «novos colonizadores» da Ibéria.

A tese parece-nos verosímil, tanto mais que há várias ocasiões em que isso poderá ter conhecido, nomeadamente nos momentos de expulsão (durante o principado de Tibério; por ordem de Pompeio em 63 a.C.; na época do principado de Cláudio; após a destruição do Templo por Tito; durante os conflitos do tempo de Domiciano; após os acontecimentos de Bar Kokhba…)

As palavras de Paulo de Tarso, na epístola aos Romanos, sugerem a existência de uma comunidade judaica de tal modo significativa que teria levado o apóstolo a deslocar-se ao território. Paulo teria escrito essa carta antes da visita a Roma, anunciando a sua intenção de o fazer precisamente quando se deslocasse à Hispânica:

(…) como não tenho mais nenhum campo de ação nestas regiões, e há muitos anos que ando com tão grande desejo de ir ter convosco, quando for de viagem para a Hispânia… ao passar por aí, espero ver-vos e receber a vossa companhia (…). Portanto, quando este assunto estiver resolvido, e lhes tiver entregado o produto desta coleta devidamente selado, partirei para a Hispânia, passando por junto de vós.[126]

Em todos os locais até então visitados, Paulo começava a evangelizar pelos Judeus. Por conseguinte, não há razões para pensarmos que não tivesse feito o mesmo na Hispânia, cujas comunidades teriam sido o principal motivo da sua viagem. Além disso, sabendo que os primeiros cristãos provieram do meio judaico. Assim o indicam os *Atos dos Apóstolos* e o percurso evangélico de Simão Pedro da Galileia e de Saulo de Tarso. É por isso legítimo pensarmos também que o primeiro alvo de Paulo na Península terão sido os judeus aí estabelecidos

.

No final do século I d.C., Flávio Josefo menciona várias vezes a Ibéria na sua obra, censurando alguns autores por desconhecerem os povos Iberos.

No livro I das *Antiquitates*, os Iberos são associados a Teobel, Túbal bíblico (fundador lendário de Setúbal), inserindo-os deste modo na sua versão, da chamada «Tábua das Nações», conferindo-lhe assim uma identidade geográfica mais concreta. O *Talmude*, por sua vez, também contém várias referências à Hispânia, mas só a partir dos séculos III-VI d.C. é que os testemunhos judaicos peninsulares ganham maior volume.

As fontes epigráficas, por exemplo, só se tornam significativas durante esse período, embora existam alguns testemunhos anteriores (a ânfora de Ibiza, de provável origem samaritana, e na qual se leem carateres hebraicos. Cedo se sugere a aparente tendência dos Judeus para se instalarem em espaços costeiros e fluviais (Mérida, Mértola, …)

Existem dados suficientes para concluirmos que, nesses espaços, haveria uma organização sociorreligiosa semelhante à de outras comunidades da diáspora, bem como uma estruturação cultural semelhante às que encontramos noutros lugares, como Roma: inscrições trilíngues, decorações especificamente judaicas, existência de cargos sinagogais, desempenho de funções na administração estatal, nomes de origem hebraica, …

[126] Rm 15, 23-24, 28.

Com base em testemunhos arqueológicos datados do Baixo-império, provenientes da região de Troia, perto de Setúbal, levantou-se uma hipótese de uma colónia semítica, constituída por Africanos e Judeus, se ter aí instalado. Além disso, as referências a exportação de *garum* para a Palestina, no Talmude, podem, eventualmente, confirmar esta ideia. A maioria destes documentos, porém, data dos séculos IV-VII d.C. e, no geral, o conjunto destas informações é colhido em fontes explicitamente judaicas.

Para o século IV, também possuímos as atas do Concílio de Elvira com informação substancial acerca dos judeus peninsulares, permitindo-nos concluir que a comunidade gozava de alguma importância no território. O judaísmo, enquanto matriz e prática religiosa naturalmente próxima da religião oficial do império, o cristianismo, ganha um redobrado significado.

O Concílio de Elvira (entre 300 e 312) foi o primeiro a regulamentar as relações entre judeus e cristãos, atestando um elevado grau de convívio entre ambas as confissões/culturas em território ibérico. (…).

Da mesma época deverão datar os vestígios da sinagoga de Elche, que conferem uma estrutura mais sólida à ideia de uma comunidade judaica organizada na Península.[127]

1.2. A PRESENÇA JUDAICA EM PORTUGAL[128]

Os judeus viveram um longo período de afirmação e crescimento relativamente pacífico no território que é hoje Portugal. Omitindo o período mal documentado dos domínios suevo e visigodo, podemos falar de uma continuidade de articulação mais ou menos harmoniosa entre as três religiões "do Livro" sob

[127] García Iglesias, L. (1978) Los Judios en la España Antigua, Madrid, pp. 58-59, in Silva, Carlos Guardado da (Coord.) (2013) *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri.
[128] A reflexão aqui apresentada estruturou-se em torno de uma síntese apresentada por Jorge Martins na sua obra *Breve História dos Judeus em Portugal, 2015*, pp. 187-191.

os diferentes momentos do domínio muçulmano, assim como sob o domínio dos primeiros reis de Portugal, até que nos finais do século XIV começa-se a fazer sentir uma crescente pressão da vizinha Espanha que culmina com a expulsão dos judeus em 1496, exigência política dos Reis Católicos para permitir os esponsais da sua filha com D. Manuel I.

Contrariamente aos seus sogros, o nosso rei, de forma contraditória, tudo fez para impedir a saída dos judeus ou pelo menos dos seus cabedais. Diga-se, em abono da verdade, que o nosso monarca se mostrava ciente das dramáticas consequências do desperdício de saber, de competência, de experiência e da capacidade empreendedora, que ameaçariam a nossa estabilidade socioeconómica. Ardilosamente, forçou-os à conversão, provocando um profundo drama humano condenando-os a uma dupla existência e a um ostracismo cínico e arbitrariamente fatal, embora viesse a proteger as vítimas do massacre de 1506, a proibir a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, a autorizar a sua saída do reino e a protelar a entrada efetiva do Santo Ofício.

Assumidamente antissemita, D. João III, será o incansável carrasco dos judeus, comprando a inquisição à Santa Sé, sem poupar esforços, imensos cabedais e estratégias ignóbeis de corrupção efetiva.

Apesar do horror, a resistência e a persistência do judaísmo durante os séculos XVI a XVIII está bem atestada pelo exílio de inúmeros cristãos-novos com o intuito de assumir a sua verdadeira religião e pela afirmação do criptojudaísmo nos inícios do século XX.

Não obstante um antissemitismo dominante, sempre existiram homens de difusa ascendência judia ou simplesmente imbuídos do profundo humanismo e tolerância cristã que se opuseram aos crimes hediondos da inquisição.

António Vieira terá sido um dos primeiros grandes filossemitas, apesar de não ter sido bem-sucedido nos seus intentos, acabaria por influenciar outras personalidades, como D. Luís da Cunha, Xavier de Oliveira, Ribeiro Sanches e Melo Freire, que exigiriam a reforma da Inquisição e até a aceitação do livre culto judaico.

Posteriormente, Pombal, que acusava os Jesuítas por todos os males do Reino, colocaria, ironicamente, em prática as suas teses filojudaicas.

Erradicada a intolerância antijudaica, renasce timidamente uma das nossas dimensões enquanto povo, a sua emancipação será lenta e o seu caminho tortuoso, começa pela criação de comunidades israelitas em Lisboa, Açores, Madeira e Faro, verá consagrada tacitamente na lei a sua existência, enquanto colónias estrangeiras, e alcançará o seu pleno reconhecimento após a implantação da República. Emergem então das terras mais conservadoras dos interiores das Beiras e de Trás-os-Montes as comunidades marranas, esquecidas do judaísmo oficial, do país, do mundo e até de si próprias.

Forçados a abjurar o judaísmo, perseguidos por nos termos tornado cristãos-novos à força, impossibilitados de regressar ao judaísmo oficial e incapazes de criar uma igreja marrana, tornámo-nos um povo com identidade, não apenas múltipla e miscigenada, mas difusa e sempre dominada por uma angustiante duplicidade, que nos tem impelido, ora para a exagerada euforia otimista, ora para o recorrente pessimismo de não termos assumido uma identidade, qualquer que fosse, mas uma identidade assente em inequívocas raízes de pertença, interiorizadas em todas as suas dimensões.

Foi este o mais perene dos muitos crimes da Inquisição, que os dois séculos posteriores à tricentenária história da intolerância não conseguiram reconciliar no ser português que somos hoje.

Na verdade, perdemos a nossa plena identidade a partir do início do século XVI e nunca mais a recuperámos até hoje. Por outras palavras, apesar da tão propalada presença judaica no ser português, ainda não somos capazes de assumir, no século XXI, a dimensão judaica da nossa identidade. (…)

A desestruturação mental que o batismo forçado e a ação inquisitorial operaram na sociedade portuguesa, obliterou o convívio inter-religioso e intercultural que se estava a construir ainda antes da fundação da nacionalidade e se aprofundou durante os séculos XII e XV. Foi a intolerância católica que impediu o português de quinhentos de ser o que era, de facto: um povo com raízes diversas. Essa amputação social, cultural e mental teria repercussões incomensuráveis

em todos os domínios da vida portuguesa, acabando por atravessar a história dos judeus, dos marranos e dos cristãos (novos e velhos), que não mais puderam assumir-se em toda a plenitude do seu ser. Dos escolhos da(s) intolerância(s) emergia um novo português, o português que todos nós somos um pouco: o marrano, que, quer queiramos ou não, nos ficou como uma marca indelével. (Martins, 2015,190-191)

A presença judaica também deixou marcas profundas nas nossas obras literárias e no nosso pensamento filosófico e teológico. Para melhor entendermos a sua pujança nos primórdios da nossa nacionalidade, não podemos deixar de recordar a sua produção literária na península, e em particular no El Andalus, durante os séculos X, XI e XII (Menahem Ben Saruq, Dunas Ben Labrat, Yishaq Ibn Capron, Yosef Ibn 'Abitur, Yishaq Ibn Jalfun, Semu'el Ibn Nagrella Há-Nagid, Selomoh Ibn Gabirol…[129]).

A literatura trovadoresca, em particular as cantigas de amigo, apresenta-nos algumas imagens e estruturas, tais como as paralelísticas, que nos recordam géneros e textos do antigo testamento.

Cantigas de Escárnio e Maldizer iniciam a representação de caraterísticas estereotipadas que contribuirão para a sua cristalização na nossa memória coletiva (Afonso X)[130].

Gil Vicente lança mão de alguns estereótipos contribuindo, deste modo, para o reforço de um certo antissemitismo primário, próprio de um certo riso relativamente grosseiro[131]. Luís Vaz de Camões revela-se um profundo conhecedor da cultura clássica e dos textos bíblicos, tanto na sua epopeia, quanto no seu teatro e, em particular na sua lírica (*Sóboles rios que vão*…; *Sete anos de pastor Jacob servia*…).

---

[129] Sáenz-Badillos, Ángel; Borrás, Judite Targarona (1990) *Poetas Hebreos de Al- Andalus (Siglos X-XII) Antología*. Sevilha: Ediciones El Almendro – Córdoba.
[130] Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer*. Lisboa Editorial Estampa. (pp. 70, 80)
[131] Veja-se: Barca do Inferno (1517), Farsa de Inês Pereira (1523), Juiz da Beira (Espanhol) (1525/1526?), Diálogo sobre a Ressurreição (1526-1528?), Auto da Lusitânia (1532).

O Padre António Vieira crê ter encontrado nas sociedades índias uma imagem do paraíso, é a construção do mito do bom selvagem que acorda lembranças do Génesis. Vieira interessa-se pelo pensamento hebraico e, em particular, pelas suas reflexões perante o encontro de civilizações que os descobrimentos vão representar. Estaremos nós perante algumas tribos perdidas de Israel ou talvez perante sociedades que ainda não foram conspurcadas pelo conceito de pecado?

Tais conceitos, aproximam-no de uma era de diálogo, tolerância e unicidade na pluralidade, a era do Espírito Santo, anunciada pelo messias e pela promessa do seu regresso. A nossa época contemporânea desenvolveu uma complexa relação entre correntes de "filossemitismo" e de antissemitismo que abriram caixas de Pandora, atingindo dimensões apocalíticas com os extermínios em massa.

Tais acontecimentos marcaram profundamente a nossa sensibilidade, acordaram sentimentos de culpa recalcados, paixões sentidas e sentimentalismos filosóficos[132] que afirmam utopias judeo-cristãs que se poderiam resumir a uma das mais radicais afirmações de Sua Santidade, o Papa Francisco: "*Para ser um bom católico é preciso primeiro ser um bom judeu*"[133].

Teixeira de Pascoais afirma, também ele, a especificidade judaico-cristã da alma portuguesa (*Arte de Ser Português*, 1915; *Maranus*, 1990).

Silva Resende, na aproximação do fim do século, aproveita para desenterrar mitos e profecias milenaristas, judaicas e joaquimistas (*O Judeu Errante - Odisseia inacabada*, 1964).

Bernardo Santareno, escreve *O Judeu* (1966), como forma de denúncia de uma vivência de opressão e repressão que associa os velhos métodos da inquisição aos novos métodos do Estado Novo e da ditadura salazarista.

---

[132] Ver Gomes Pinharanda (2009) *A Filosofia Hebraico - Portuguesa*. Lisboa: Guimarães editores.
[133] Bédat, A. (2014) *Francisco, o argentino*. Lisboa: Guerra e Paz, p. 165

Outra não será intenção de Luís de Sttau Monteiro, ao escrever, para o grande público, ou pelo menos, os que frequentam as salas de teatro, *As mãos de Abraão Zacuto* (1968). Ilse Llosa, contribuiu para a dignificação da nossa identidade judaico-cristã oferecendo-nos algumas das suas dolorosas memórias de juventude e de fuga de uma perseguição que a engoliria no esforço de extermínio nazi (*O mundo em que vivi*, 1987).

Richard Zimler, autor americano de ascendência judia, instala-se entre nós e contribui para a compreensão e valorização do nosso património literário e cultural, grande humanista e homem de causas universais, oferece-nos *O último Cabalista de Lisboa* (1996), contribuindo, a seu modo, para que a nossa dívida judaica nunca caia no esquecimento.

Pinharanda Gomes, Agostinho da Silva, António Telmo, e tantos outros deram corpo a uma dimensão sagrada desse intenso diálogo iniciado pelas tradições proféticas[134] (O Bandarra, o sapateiro de Trancoso[135]; Mestre Simão Gomes, o sapateiro santo de Setúbal...) por António Vieira e tão desenvolvido por Fernando Pessoa (A mensagem)[136]. Basta citar uma das obras de António Telmo: *A Terra Prometida* (2014).

1.3. ONOMÁSTICA E ANTROPONÍMIA[137]

Todos conhecemos nomes de ruas, de praças e de lugares que perpetuam a memória dos judeus enquanto grupo étnico ou de judeus e de cristãos-novos que se destacaram enquanto personalidades da nossa cultura, técnica, científica, filosófica, teológica e literária. Todos sabemos que por detrás de apelidos referentes a substantivos que remetem para o mundo vegetal, em particular para o das árvores, podemos suspeitar de uma eventual origem judaica ou neocristã.

---

[134] Aragão, A. C. Teixeira de (2004) *Diabruras, Santidades e Prophecias*. Lisboa: Alcalá; Bandarra, Gonçalo Anes (2001). As *profecias do Bandarra*. Moderna Editorial Lavores.
[135] Bandarra, Gonçalo Anes (2001). As *profecias do Bandarra*. Moderna Editorial Lavores.
[136] Pessoa Fernando (1981) *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
[137] As referências onomásticas foram todas extraídas de Machado, J. P. (1993, vol. II, 31). As referências antroponómicas foram colhidas Vasconcelos, J. L. (1928, 31, 417)

A verdade é que a mesma suspeição podemos nutrir em relação aos apelidos que nos remetem para o mundo animal, e em particular para os animais com forte simbolismo no mundo hebraico. A verdade é que raros são os povos que não procederam de forma semelhante. Basta pensar em nomes germânicos como Peerbaum, Wolf, Wolfgang, …

João Pedro Machado (1993, vol. I, p. 835) é um dos autores que assinala alguma toponímia que vem prolongando a sua presença entre nós:

Judeu – top. Arronches (Monte Judeu), Castelo Branco (Id.), Castro Marim (Judeu Morto), Celorico de Basto (Vale de Judeu), Fronteira (Monte Judeu), Lagos (Id.), Lisboa, Loulé (Vale Judeu), Moura, Odemira (Alcaria de Judeu, Fonte Judeu), Oeiras (Azenha do Judeu), Peso da Régua, Portimão (Monte Judeu), Seixal (Rio de Judeu), Setúbal (Vale de Judeu), Tavira (Malhada do Judeu), Vidigueira (Corte do Judeu); ilhas da Madeira (Lombo da Achada do Judeu), e Terceira (Porto Judeu), etc. Do s.m. judeu.

Judeus – top. Azambuja (Vale dos Judeus), Campo Maior (Monte dos Judeus), Penela (Porto de Judeus) Pl. do s.m. judeu. Zona habitada por alguns judeus. Cp. Judias.

Judia – top. Borba (Monte da Judia), Évora (Id.). Do s.f. judia. Proprietária ou habitante do local seria judia. Judias, Almada, Seixal (Vale das Judias).

José Leite de Vasconcelos (1928) dá-nos conta de um número considerável de nomes tipicamente judaicos, extraídos do antigo testamento. Nenhum de nós terá dificuldade em identifica-los e reconhecê-los, outros poderão, eventualmente, constituir alguma surpresa, de tão portugueses que se tornaram, tais como Maria e José:

"**Nomes em documentos dos séculos IX e X:**

De origem hebraica:

- Maria (segundos alguns, de Mirjam, palavra tomada do egípcio: «amada de Amon (deus)»: vid. Kirchenlat. Wb., p. 499).

- Samuel, que figura no documento como nome de um filho de Viviturus (vid. Sub-parágrafo a), o que mostra que o indivíduo, apesar do hebraísmo do nome, era de família cristã. Samuel quer dizer «seu nome é Deus»: vid. Kirchenlat. WB., p. 693." (1928, 31)

"Nomes de Judeus modernos: Nomes de origem hebraica:

a) masculinos: Abraão, Arão, Benjamim, Elias, Isaac, Jacob, Jehudah, Joaquim, José, Levy, Moses (Moisés), Salom, Salomão, Samuel.

a) femininos: Ana & Hannah, Anette (por Annette, diminutivo francês), Deborah, Ester, Mary (Maria), Miriam (cf. supra, p. 364), Sarah. (1928, 417)

1.4. PROVÉRBIOS E EXPRESSÕES QUE FAZEM REFERÊNCIA AO JUDEU E AO JUDAÍSMO

A maior parte dos nossos provérbios[138] e das nossas expressões[139] referentes ao judeu e ao judaísmo traduzem um profundo sentimento antijudaico. Até as referências ao antigo testamento não deixam de apresentar alguma ambiguidade, longe de apresentar qualquer dimensão filojudaica.

Provérbios:

"Arrenego do judeu e do burguês e do homem de Cavês, mas vem o Vilarês, que é o pior dos três e do cigano no seu contrato é o pior dos quatro." (858, p. 57)

[138] Todos os exemplos foram extraídos de Santos, Maria Alice Moreira dos (2000) Dicionário de Provérbios. Adágios, Ditados, Máximas, aforismos e Frases Feitas. Porto: Porto editora, p. 57, 131,167.

[139] A maior parte das expressões foram colhidas de Carvalho, Sérgio Luís de (2014) Uma viagem pelas histórias das Expressões Portuguesas. Nova Edição nos trinques. Nas Bocas do Mundo. Lisboa: Grupo Planeta.

"Entre judeus, judeus como eles." (2497, p. 131)

"Judeu, dona e homem com coroa jamais perdoa." (3254, p. 167)

"Judeu pela mercadoria, frade pela hipocrisia." (3255, p. 167)

"Judeus em Páscoa, mouros em bodas e cristãos em pleitos, gastam os seus dinheiros." (3256 p. 167)

Expressões originárias da Época Clássica:

"Bode expiatório (p. 37), abracadabra (p. 44)."

Expressões originárias da Idade Média:

"Chuva diluviana (p. 80), tempo das vacas magras (p. 80), separar as águas (p. 80), [ser um] Maná (p. 81), travessia do deserto (p. 81), pregar no deserto (p. 81), velho como Matusalém (p. 81), coisas do arco da velha (81), [ser um] Sodomita (p. 82), torre de Babel (p. 82), [ser um] Benjamim (p. 82), [ser um] Querubim (p. 82), olho por olho, dente por dente (p. 82), paciência de Job (p. 83), dizer cobras e lagartos (p. 83), ter pés de barro (p. 83), [uma] Cabala (p. 96), andar com as calças na mão (p. 96), dar às de vila-diogo (p. 96), [ser] Ladino (p. 99)."

Expressões originárias da Época Moderna:

"[ser]. Somítico (p. 132), ficar com a careca à mostra (p. 132), é relaxada (p. 132), [ser] um tipo da corda P. 132), [estar num] Gueto (p. 133), pensar na morte da bezerra (p. 133), fazer mesuras (p. 133)."

Expressões originárias da Época Contemporânea:

"Fazer um pogrom (p. 194), noite das facas longas (p. 195). "

Para terminar esta viagem pelas expressões referentes aos judeus ou ao judaísmo não gostaria de deixar de acrescentar alguns outros exemplos do nosso conhecimento empírico**:** noite de cristal, fazer judiarias, fazer rabinices, …

1.5. ANEDOTAS DE JUDEUS

Para além de algumas anedotas antijudaicas que circulam entre nós de origem geográfica e nacional relativamente obscura, encontramos um conjunto de outras filojudaicas que nos apresentam um povo que gosta de rir de si próprio. O seu espírito não está longe de muitas das anedotas que contamos dos alentejanos julgando atingi-los dos defeitos e vícios próprios das comunidades de tipo rural, valorizando uma vivência em harmonia com os outros e com a natureza, um certo bem-estar familiar e consigo próprio, uma relativização do tempo e uma sabedoria salomónica, cujos objetivos finais são a constante expressão de gratidão pela vida e da aspiração pela paz.

Apresentamos apenas um conto humorístico e anedótico publicado numa obra de José Jorge Letria[140] destinada aos mais jovens:

O ensinamento de Deus

Na presença de Deus compareceu, de olhos fixos no chão, um homem que, na Terra, decidira, por razões desconhecidas, pôr termo à vida. (…)

[140] Letria, J. J., Corbel, A. (2003), Lendas e Contos Judaicos. Porto: Âmbar. (p. 11).

- Senhor, eu tinha um único filho e ele, apesar de ter sido educado por mim e pela minha mãe de acordo com os nossos textos sagrados, acabou por se converter ao cristianismo. (...)

- Também tinha um só filho que, apesar de ter sido criado e educado por mim para cumprir as mais sagradas funções, acabou por se converter a uma outra religião, renegando todos os meus ensinamentos.

- E vós, Senhor, o que fizestes?

- Fiz a única coisa que podia ter feito. Fiz um novo testamento. (...)

1.6. OS JUDEUS NO UNIVERSO LENDÁRIO

Lendas Religiosas - Lenda do Santo Milagre (Santarém)[141]

– A Velha Judia – Houve tempos em que os judeus de religião não poderiam ter contacto com os cristãos, sob pena de morte." (p. 314)

"Em tempos idos vivia em Santarém – segundo conta a lenda – um casal que se consorciara verdadeiramente por amor. Porém como o imortal Luís de Camões dissera num dos seus sonetos

Amor com brandas mostras aparece,
Tudo possível faz, tudo assegura,
Mas logo no melhor desaparece…

Na verdade, também sem que eles se apercebessem o amor entre ambos foi arrefecendo, criando vazios, transformando-se de traço de união em simples reticências (...)

[141] Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores. (pp. 307- 312, 314).

Por fim, já desesperada, a mulher, vendo fracassar todas as suas tentativas de reconciliação (bem poucas, afinal, por se sentir ofendida na sua dignidade), resolveu consultar uma velha judia que morava na vizinhança e tinha fama de curar todos os males. (...) A judia sublinhou as palavras com uma das suas habituais risadinhas: - Deus fará por abrir os vossos olhos… os vossos ouvidos… e os vossos corações… Mas terá de seguir à risca o meu conselho! (p. 307 - 309)

"A velha nada mais disse… Parecia ter adormecido repentinamente. A mulher teve ainda mais receio. Mas, depois, olhando o vulto da judia enroscada na roupa, compreendeu que ela estava a rezar. Uma reza longa e misteriosa, decerto, pois não conseguiu perceber nem uma só palavra.

- Quando quiser… dê-me o seu conselho…

- Um momento, minha filha, um momento! – Soou a risadinha seca. – Pronto… Agora escuta…. Vai-te confessar e comungar… Mas não engulas a hóstia consagrada…. Estás a ouvir?... Repara bem nisto que eu te digo, que é muito importante: não engulas a hóstia consagrada!... Esconde-a no teu lenço e leva-a para casa… É como se levasses o próprio Corpo de Deus… E Ele fará então o milagre porque tu anseias… (...) Depois da confissão, a mulher ficou esperando pela missa, mas ao aproximar-se do momento da sagrada comunhão, a mulher lembrou-se mais do que nunca do conselho estranho da velha judia. Aflita dizia de si para si:

- Meu Deus, não sei se deva seguir esse conselho… E se for pior para mim? Que devo fazer?...

Teve que decidir por si própria. Então, num rasgo de fingiu apenas que tomava a hóstia consagrada e escondeu-a com todas as cautelas, embrulhada no lenço (...). Ao chegar a casa, escondeu logo nervosamente, angustiadamente o lenço e a hóstia numa antiga araca de roupa já quase sem uso (...). Conta a lenda que daí algum tempo ambos se soergueram, ambos espantados, pois escutavam dentro de casa – ali, bem junto deles - uma linda música que nunca tinham ouvido. (...). Entretanto, a música acentuava-se, parecia transformar-se aos poucos num coro celestial. E da arca subia uma luz viva, brilhante, maravilhosa (...) O homem abriu a arca de repente …. Quedaram-se boquiabertos, deslumbrados. A hóstia era agora apenas uma luz divina e por toda a cassa havia um cântico de hossanas…

(p. 310, 312)

1.6.1. LENDA DA SENHORA DO CAIS (SETÚBAL)[142]

Esta lenda relembra-nos a antiquíssima presença semítica, fenícia e judaica, no espaço de Troia e da antiga Cetóbriga, presença reforçada no período medievo que contava com uma judiaria contígua à sua igreja matriz, Igreja de Santa Maria, no flanco da colina de São Sebastião, hoje a Sé.

Esta lenda possui, como é óbvio, múltiplas versões. Todas elas fazem eco de uma estrita separação entre as várias comunidades religiosas que coexistiam no espaço do antigo núcleo urbano. Não nos esqueçamos que essa separação não era tanto imposta pelo grupo cristão dominante, mas exigido pela comunidade judaica, por imposição de antiquíssimos preceitos religiosos.

A lenda não deixa de apresentar um especial interesse pelas tenções que sugere entre as proibições religiosas e as pulsões individuais de comunicação, convívio e apreço mútuo. Embora a judia seja representada como a mulher de perdição, imagem de Eva, a pecaminosa, a traidora, eventualmente a meretriz babilónica, a verdade é que o povo não deixa de a respeitar no seu poder de sublimação e de transformação mariana. Ester transforma-se em Maria. Afinal Maria não teria continuado a ser a judia, mãe de Cristo, mãe de Deus e mãe da humanidade:

Narra-se em velhos documentos que o nobre fidalgo D. Manuel Vaz de Castro tinha como esposa a mais bela mulher de Setúbal. Chamava-se Ester e, como o seu nome indica, era de ascendência judaica. De Ester, vivia enamorado – estranhamente, loucamente enamorado! – um pobre pescador chamado Valentim de Jesus. (…)

> *O moço Valentim tinha razão nos seus pressentimentos. Ouvindo vozes na varanda, D. Manuel Vaz de Castro apareceu de súbito, gritando:*
> *- Quem és tu, vilão?*

[142] Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores. (p. 75).

Valentim perfilou-se na sua frente.

- Um homem, senhor fidalgo. Sou apenas um homem.

- Pois não o serás mais!...

E ajuntando o gesto à palavra, o fidalgo ergueu a espada embebeu-a no corpo de Valentim, gritando ainda:

- Toma, vilão! É assim que eu falo com os da tua laia!

O corpo de Valentim caiu, banhado em sangue. Ester, com o desespero no coração, gritava alucinada:

- Senhor! Piedade! Piedade!

Mas o fidalgo, voltando-lhe as costas, respondeu-lhe com serenidade aparente:

- Calai-vos! Que eu não vos oiça… para ignorar que estais aqui! Quanto a este vilão, vou atirá-lo ao mar. Que as ondas o levem para bem longe!

Ester levou as mãos ao rosto para não ver o corpo ensanguentado e já sem vida de Valentim. Um choro convulsivo sacudiu-a e um baque surdo nas águas tranquilas repercutiu-se no seu coração (…)

Isto é o que conta a história.

Porém, a lenda acrescenta que Ester, transtornada por quanto se passara na sua frente, abandonou a casa do marido e recolheu a um convento, entregando-se a uma vida exemplar de sacrifício e devoção. E o caso foi esmorecendo no rancor do povo. Todavia, um homem continuava a não lhe perdoar: Augusto, o pai de Valentim. (…)

Ora, esta opinião do velho Augusto chegou aos ouvidos de Ester. E logo ela enviou alguém a suplicar-lhe que viesse falar com ela ao convento.

Ali no cais de Setúbal, havia uma imagem de Nossa Senhora adorada pelos pescadores. Certa vez, no turbilhão das lutas, atiraram essa imagem ao mar. Um pescador velho, mas corajoso atreveu-se a ir buscá-la debaixo das balas. Era o tio Augusto. Mas quando chegou a terra e os outros o rodearam, parecia aparvalhado, olhando a imagem de Nossa Senhora. Como lhe perguntassem o que se passava, ele, no auge da excitação, gritou-lhes:

- Vejam! Estão a ver? É a Nossa Senhora… Mas com a cara da outra… daquela que matou o meu filho! Afinal… deu-se o milagre! Ela deve falar verdade! Deve ser hoje uma pessoa de bem!

Bendito seja o nome de Deus!

1.6.2. LENDA DO MILAGRE DE OURIQUE[143]

Nesta que é uma das lendas mais difundidas relativas à heroicidade da reconquista cristão e da fundação da nacionalidade, encontramos, lamentavelmente uma das primeiras referências pejorativas ao povo judeu, recordando a traição de judas em troca dos trinta dinheiros que o levou a vender O Redentor e colocar-se deste modo na origem do deicida que veio a funcionar como desculpa para a posterior, interesseira e concupiscente, perseguição, expulsão e tentativa de extinção de todo um povo que nunca deixou de ser o povo escolhido por Deus, Adonai, em aramaico, língua com que se perpetuou nas nossas comunidades marranas. É evidente que, de um ponto de vista exclusivamente económico e militar, não podemos omitir as fortes alianças que, nessa época, caraterizavam as sociedades judaico-muçulmanas, abstraindo-nos de outros grupos cristãos, conhecidos globalmente como moçárabes: "A elas juntarás o preço com que fui comprado aos Judeus." (p. 368).

1.7. AS REFERÊNCIAS E OS INDÍCIOS JUDAICOS NO CANCIONEIRO E NO ROMANCEIRO POPULARES

O nosso cancioneiro popular faz eco da perseguição dos Judeus e reforça o anti judaísmo oficial que preponderou desde finais do século XV até Pombal[144]:

"Manda El-Rei nosso Senhor. Bueno! Que se lhe dê Mejor! Duzentos Mil gracias! Açoites. El-Rei à la [mierda.]" C. das Neves e G. de Campos (1870-1898) (in Giacometti,1981, 280)
"Ea, judios, á enfardelar, que mandanlos reys que passeis la mar." C. das Neves e G. de Campos (1870-1898) (in Giacometti,1981, 281).

"A minha nódoa de azeite
Por tempo se há de tirar,
Mas a tua de judia
Contigo se há de acabar.
(...)
Deus te livre do mouro e do
[judeu

[143] Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores (pp. 365-369).

[144] Os exemplos já foram apresentados por Giacometti, M. (1981) e Vasconcelos, José Leite de (1981) - Cancioneiro Popular Português. (V. II) Coimbra, Universidade.

(...)
Enfeitaste-me por pobre,
Eu a você por judeu;
Olha a dif'rença que vai
Do meu coração ao teu!
(...)

Teófilo Braga, na sua *História da poesia popular portuguesa (1905)*, recorda-nos que durante os séculos XV e XVI, os Judeus e Mouros eram obrigados a concorrerem nas festas oficiais com músicas e danças. Na relação da Viagem do Cardeal Alexandrino em 1571, lê-se, a propósito da sua travessia no Tejo:

«Chegaram a nós dez barcos variamente pintados e armados, nos quaes ouvidos pifanos, trombetas, adufes, timbales e outros instrumentos, com cantores, bailarinas vestidas à mourisca, as quaes bailavam com garbo, mas o canto parecia-se com o que cantam os Judeus nas suas synagogas.» (in Braga 1987, 446). A tonalidade que lhe parecia judaica, fora de facto adotada pelos judeus expulsos de Portugal, como melodia das suas orações.

O autor também nos relata que o sr. Cardoso de Bettencourt lhe terá comunicado que, "*na Synagoga de Bayona as orações ou psalmos apontadas as canções typicas à margem, como Silvaninha, Linda pastorinha, e outras."* (Braga, 1987, 447)

Kayserling, citado por Teófilo Braga[145], refere vários cantos populares castelhanos e portugueses conservados entre Judeus expulsos da Península na época da intolerância:

"Os judeus na Bulgária têm por exemplo o canto popular portuguez:

Mi padre era di Francia
mi madre d'Aragon;
por ser yo regalado
di chica mé casó;
mi caso com un Franco,
hijo d'un grand'señor;
no lo quiero, no lo quiero, yo., etc

Arvoleta! Arvoleta!
la rama era dóro,
y la raiz de marfil, etc."

[145] Braga, Teófilo (1987) - *História da Poesia Popular Portuguesa*. Lisboa. Veja (447 – 448).

> "*Vaudevilles hespanhoes com melodias, desde muito tempo esquecidas em Hespanha, conservaram-se em um grande número entre os Judeus banidos. Acham-se como títulos de poemas hebreus, compostos por piedosos poetas na Turquia e na Itália. Damos os seguintes*:
>
> *"A las montañas mi alma*
> *A las montanãs mi aire."*
> *"En sueño mi sueña ma dueña,*
> *Alba y lusia graciosa."*

Teófilo refere que, no prólogo da segunda edição da Adozinda, Almeida Garrett dá-nos notícia de um exemplar da *Biblioteca lusitana*, em cujas margens o Carvalheiro de Oliveira, seu possuidor, transcrevera vários cantos populares recolhidos de Judeus portugueses exilados: *«notas manuscritas citavam e transcreviam como ilustração muitas* ***coplas, romances e trovas*** *antigas, e até prophecias de Bandarra,* (…)»

Foi neste contexto que Garrett encontrou o romance de *Dom Duardos* de Gil Vicente, com variantes fundamentais, e o *Marquês de Mântua* de Baltazar Dias:

> *"Depois da decadência profunda, que a Inquisição e os Jesuitas, tendo-se apossado dos poderes públicos, arrastaram o povo portuguez pelo terror das fogueiras e pela depressão mental e alienação da vontade aos diretores espirituais, não é para estranhar que na epopêa dos Lusiadas Camões aludindo ao povo o designasse pelo vulgo vil sem nome. Assim lhe empolgarem a sua nacionalidade, no marasmo de uma «austera, apagada e vil tristeza» que na voz de poeta synthetisa o fim da éra quinhentista"* (Braga, 1987, 449). No seu *Romanceiro*[146], Garrett apresenta-nos alguns dos romances mais populares entre a comunidade judaica da diáspora, como tão bem o observou Paloma Días-Mas em *Temas comunes en el Romancero Portugués y Sefardí.* in *Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos.* (2004)[147].

Recordemos alguns dos que nos parecem mais significativos para melhor entender o seu sucesso junto da comunidade judaica, levantando a hipótese de eventuais contributos semitas ou hebraicos na sua elaboração:

1.7.1. BELA INFANTA

Eventualmente o mais popular dos nossos romances, a *Bela Infanta*, perde-se talvez, segundo alguns críticos espanhóis que possuem algumas xácaras, nitidamente fragmentárias deste, nos primórdios do século XIII. As suas referências são nitidamente cristãs, mas o amor esponsal, o sofrimento pelo marido

[146] Garrett, Almeida (1997) *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores. Pág. 27, 29, 77, 79, 90, 91, 98, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 231, 232, 233, 266, 269, 272, 273, 274.
[147] in *Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos.* (2004)

ausente, a ânsia amorosa, a valorização das qualidades cavaleirescas ao serviço da devoção aponta para valores judaico-cristãos que, neste caso, não se distanciam particularmente dos valores do Islão.

Estava a bela Infanta
No seu jardim assentada,
Com o pente de oiro fino
Seus cabelos penteava.
Deitou os olhos ao mar
Viu vir uma nobre armada;
Capitão que nela vinha,
Muito bem que a governava.
- «Dize-me, ó capitão
Na ponta da sua lança
A cruz de Cristo levava.»
(…) (p. 29)

Dessa tua nobre armada,
Se encontraste meu marido
Na terra que Deus pisava.»
- «Anda tanto cavaleiro
Naquela terra sagrada…
Dize-me tu, ó senhora,
As senhas que ele levava.»
- «Levava cavalo branco,
Selim de prata doirada;

1.7.2. O CONDE DA ALEMANHA

A xácara do *Conde da Alemanha* apresenta um tema moral e um estilo de uma simplicidade sublime e vetusta. Talvez tenha sido a sua dimensão trágica, embora profundamente humana e moral que tenha calado fundo na sensibilidade dos povos e, em particular na sensibilidade patriarcal judaica, tão avessa ao adultério[148].

Uma infanta descobre uma relação ilegítima entre a mãe e um jovem cavaleiro estrangeiro, um certo «conde da Alemanha». Apesar dos rogos da sua mãe, a filha espera o regresso do seu pai, da caça, para lhe contar o sucedido. A acusação de adultério constituiria o auge da peripécia, todavia, a filha acusa o sedutor de atentar contra a sua própria honra, encobrindo deste modo o envolvimento da mãe. O crime leva o conde ao cadafalso, ficando assim a honra do pai desagravada, sem se revelar a infâmia da mãe.

[148] Ver Días-Mas, Paloma (2004, 247)

Já lá vem o sol na serra,
Já lá vem o claro dia,
E inda o conde d'Alemanha
Com a rainha dormia.
Não o sabe homem nascido
De quantos na corte havia;
Só o sabia a infanta,
A infanta sua filha.

- «Não nas chegue eu a romper
Mangas da minha camisa,
Se em vindo meu pai da caça
Eu logo lho não diria.»
- «Cal'-te, cal'-te, lá infanta,
Não o digas tal, minha filha,
Que o conde d'Alemanha
De oiro te vestiria.»

1.7.3. SILVANINHA

Pela rudeza da sua linguagem, pela descompostura do estilo, Silvaninha afirma-se como uma das mais antigas composições populares da nossa Península. Nenhum Romanceiro ou cancioneiro castelhano o refere; mas não há terra de Portugal que não o conheça. O assunto incestuoso é vivido, pelas nossas culturas, como antinatural e bárbaro. Todavia, marcou o imaginário de todas as literaturas e culturas, com particular ênfase nos primórdios de todas as nações. Os sentimentos são ásperos e crus.

> *"O espírito ainda não está purificado bastante para fugir, como em tempos mais civilizados, de tão asquerosos meios de excitar interesse. (...). Quanto se pode julgar de uma coisa tão desbotada do tempo e das mãos por que tem passado, inclino-me a crer que esta singela rapsódia popular é anterior ou, se contemporânea, estranha à polida e estudada literatura provençal do século XIII."*[149]

O tabu em relação ao incesto revela-se com especial expressão num judaísmo que, no Médio Oriente, conviveu com essas práticas, que tanto se prolongaram no Egito e que afloram, aqui e acolá, na mitologia e em momentos de degradação e demência das primeiras civilizações clássicas.

Passeava-se a silvana
Pelo corredor acima;
Viola de oiro levava,
Oh! Que tão bem a tangia,
E se ela bem a tangia,
Melhor romance fazia.
A cada passo que dava,
Seu padre a cometia:

– «Atreves-te tu, Silvana,
Uma noite a seres minha?»
– «Fora uma, fora duas,
Fora, meu pai, cada dia;
Ma las penas do Inferno
Quem por mim las penaria?»
(…) (1997, 98)

[149] Garrett, Almeida (1997, 90-91)

1.7.4. DONA AUSENDA

Também conhecido pelo romance Dona Ausência na Estremadura e no Alentejo, a Meia-Idade o consagrou na forma de Dona Ausenda.

À porta de Dona Ausenda
Está uma erva fadada;
Mulher que aponta a mão nela
Logo se sente pejada.
Foi pôr-lhe a mão Dona Ausenda
Em má hora desgraçada;
Assim que pôs a mão nela,
Logo se sentiu pejada.
Vinha seu pai para a mesa,
Veio ela muito apressada
Para lhe dar água às mãos,
Como filha bem-criada.
Pôs-lhe ele os olhos direitos,
Ela fez-se mui corada.
– «Que é isso, dona Ausenda?
Voto a Deus que estás pejada.»
– «Não diga tal, senhor pai,
É da saia mal talhada;
Que eu nunca tive amores
Nem homem me deve nada.»
Mandou chamar os dois xastres
Que tinham mais nomeada:
– «Vejam-me esta saia, mestres;
Aonde está ela errada?»
Olharam um para o outro:
– «Esta saia não tem nada;
O erro que ela tem
É a menina estar pejada.»
– «Confessa-te, Dona Ausenda,
Que amanhã serás queimada.»
– «Ai triste de mim coitada!
Sem nunca ter tido amores,
Vou a morrer desonrada!» (idem, 141-142)

1.7.5. RAINHA E CATIVA

Os castelhanos desconhecem-no, todavia, Rainha e Cativa continua bem viva na tradição oral do nosso povo, e, segundo Garrett não parecia ter sofrido grandes transformações, nem na forma, nem no estilo. Apesar de aludir aos confrontos entre a moirama e cristandade, a temática, a troca de crianças, parece-nos nitidamente bíblica, as imagens, os espaços e as épocas referidas pertencem, numa primeira instância, à tradição israelita.

– «À guerra, à guerra, moirinhos,
Quero uma cristã cativa!
Uns vão pelo mar abaixo,
Outros pela terra acima:
Tragam-ma cristã cativa,
Que é para a nossa rainha.»
(...)
A rainha está pejada,
A escrava também o vinha:
Quis a boa ou má fortuna
Que ambas parissem num dia.
Filho varão teve a escrava,
E uma filha a rainha;
Mas as perras das comadres,
Para ganharem alvíssaras,
Deram à rainha o filho,

À escrava deram a filha.

– «Filha minha da minha alma,
Com que te batizaria?
As lágrimas de meus olhos
Te sirvam de água bendita
Chamar-te-ei Branca Rosa,
Branca flor de Alexandria,
Que assim se chamava dantes
Uma irmã que eu tinha:
Cativaram-na os moiros
Dia de Páscoa florida,
Andando apanhando rosas
Num rosal que meu pai tinha.» (pp. 147-148)

1.7.6. CONDE NILO

Oriundo da província de Trás-os-Montes e das ilhas dos Açores, é omisso no resto do país e nas recolhas castelhanas. Garrett inclinava-se para uma origem francesa, provençal ou normanda e observava que o nome Nilo não era português, nem castelhano, nem leonês, nem aragonês e confessava a sua "completa inabilidade de responder" (1997, 231). Estamos perante um lindo romance, muito elegante e gracioso, com um cunho bastante antigo e não parecendo padecer de lacunas ou corruptelas de transmissão.

É minha convicta opinião que estamos perante mais um romance com raízes profundamente judaicas. Todos os amores contrariados encontram o seu arquétipo em Ísis e Osíris. O mito remete-nos para o distante Nilo, razão de ser do Egito. Espaço onde terra e água se conjugam, num matrimónio sagrado, para permitir o milagre da criação. O povo judeu, no seu longo cativeiro, não terá ficado imune ao mito que tanto exalta o amor e os mistérios da criação.

Conde Nilo, conde Nilo
Seu cavalo vai banhar;
Enquanto o cavalo bebe,
Armou um lindo cantar.
Com o escuro que fazia
El-rei não o pode avistar.
Mal sabe a pobre da infanta
Se há de rir, se há de chorar
– «Cala, minha filha, escuta,
Ouvirás um bel cantar:
Ou são os anjos no Céu,
Ou a sereia no mar.»
– «Não são os anjos no Céu,
Nem a sereia no mar:
É o conde Nilo, meu pai,
Que comigo quer casar.»
– «Quem fala no conde Nilo,
Que se atreve a nomear
Esse vassalo rebelde
Que eu mandei desterrar?»
Vê-lo-ás ir a degolar.»
(...)
– «Morto é o conde Nilo,
A infanta já expirar.
Abertas estão as covas,
Agora os vão enterrar:
Ele no adro da igreja,
A infanta ao pé do altar.»

De um nascera um cipreste,
E do outro um laranjal;
Um crescia, outro crescia,
Coas pontas se iam beijar.
El-rei, apenas tal soube,
Logo os mandara cortar.
Um deitava sangue vivo,
O outro sangue real;
De um nascera uma pomba,
De outro um pombo torcaz.
Senta-se el-rei a comer,
Na mesa lhe iam poisar:
– «Mal haja tanto querer,
E mal haja tanto querer,
Nem na vida nem na morte
Nunca os pude separar.» (pp. 232-233)

1.7.7. O CATIVO

O presente romance inscreve-se no ciclo dos romances relacionados que recordam as guerras e as tenções constantes entre mouros e cristãos. A referência a Hamburgo e à existência de uma comunidade judia com relativo poder económico e, eventualmente, político, no Norte de África, assim como a referência às caravelas, indicia, todavia, um período posterior aos primeiros empreendimentos além-mar e, talvez, posterior à expulsão dos judeus de Portugal. Não se trata de um testemunho filo judaico. O judeu aparece conotado com a prática da escravidão, empreendedor que não olha a meios para enriquecer e a judia, sua esposa como uma mulher linda, mas venial, que não hesita em trair o marido para "matar a fome" ao faminto do seu cativo.

Eu vinha do mar de Hamburgo
Numa linda caravela;
Cativaram-nos os moiros
Entre la paz e la guerra.
Para vender me levaram
A Salé, que é sua terra.
Não houve moiro nem moira
Que por mim nem branca dera;
Só houve um perro judio
Que ali comprar-me quisera;
Dava-me uma negra vida,
Dava-me uma vida perra:
De dia pisar esparto,
De noite moer canela,
E uma mordaça na boca
Para lhe eu não comer dela.
Mas foi a minha fortuna
Dar Cuma patroa bela,
Que me dava do pão alvo,
Do pão me comia ela.
Dava-me do que eu queria,
E mais do que eu não quisera,
Que nos braços da judia
Chorava – que não por ela. (p. 266)

1.7.8. A NAU CATRINETA

Das mais conhecidas das nossas xácaras. Já Garrett expressava a sua admiração pelo facto do romance marítimo não ser mais comum entre nós. "*Um país de navegantes, um povo que viveu mais do mar que da terra; que as suas grandes glórias as foi buscar ao largo oceano; que por não caber em seus estreitos limites da Europa, devassou todo o império das águas para se estender pelo universo*, (…)" (1997, 269).

Tenho para mim que estamos perante uma obra-prima do génio judaico-português. Não será surpresa para ninguém afirmar que os judeus ocuparam um espaço fundamental nas empresas das descobertas. Os seus cabedais completavam os esforços da coroa e os investimentos da Ordem de Cristo.

Todos sabemos a ascendência judaica de inúmeros capitães e especialistas de marinhagem. Após esforços económicos e sacrifícios pessoais que não raras vezes frisavam a morte, um belo dia regressam e apercebem-se que já não são bem-vindos à sua terra natal. Sefarad deixou de ser a terra prometida.

Expulsos de Espanha são agora ameaçados de morte nas praias de Portugal. Resta-lhes entregar as filhas, numa política de casamentos mistos forçados, resta-lhes entregar o que resta dos seus cabedais já bastante delapidados, talvez os cavalos, sinais de valentia e alguma nobreza, em última instância são as próprias caravelas que terão que empenhar. Nada disto satisfaz o cinismo da concupiscência. A exigência vai muito para além de todos os valores materiais. Exige-se tudo e a conversão, renegar-se e renegar os seus. Vender a alma ao diabo.

Como tantos outros, o nosso capitão preferiu suicidar-se, entregar o corpo ao mar a alma a Deus. O romance não resistiu por nos falar de uma epopeia marítima, mas sim pela sua dimensão trágica, pela verdadeira catástrofe que se abateu sobre a nação, tornando-nos quase numa nação exclusivamente marcada pela desgraça, pelo saudosismo, pela tristeza e pela errância, não fosse a providência divina e não viessem os anjos em nosso auxílio:

Lá vem a nau Catrineta
Que tem muito que contar!
Ouvide agora, senhores,
Uma história de pasmar.
Passava mais de ano e dia
Que iam na volta do mar,
Já não tinham que comer,
Já não tinham que manjar.
(...)
Deitam sortes à ventura
Qual se havia de matar;
Logo foi cair a sorte
No capitão-general.
– «Sobe, sobe, marujinho,
Àquele mastro real,
Vê se vês terras de Espanha,
As praias de Portugal.»
– «Não vejo terras de Espanha,
Nem praias de Portugal;
Vejo sete espadas nuas
Que estão para te matar.»
– «Alvíssaras, capitão,
Meu capitão-general!
Já vejo terras de Espanha,
Areias de Portugal.
Mais enxergo três meninas Debaixo de um laranjal:
(...)
– «Todas três são minhas filhas,
Oh! Quem mas dera abraçar!
A mais formosa de todas
Contigo a hei de casar.»
– «A vossa filha não quero,
Que não custou a criar.»
– «Dar-te-ei tanto dinheiro
Que o não possas contar.»
– «Não quero o vosso dinheiro,
Pois vos custou a ganhar.»
– «Dou-te o meu cavalo branco,
Que nunca houve outro igual.»
– «Guardai o vosso cavalo,
Que vos custou a ensinar.»
– «Dar-te-ei a nau Catrineta,
Para nela navegar.»
– «Não quero a nau Catrineta,

Que a não sei governar.»
– «Que queres tu, meu gajeiro,
Que alvíssaras te hei de dar?»
– «Capitão, quero a tua alma
Para comigo a levar.»
– «Renego de ti, demónio,
Que me estavas a atentar!
A minha alma é só de Deus;
O corpo dou eu ao mar.»
Tomou-o um anjo nos braços,
Não no deixou afogar,
(...) (pp. 272-274)

2. BIBLIOGRAFIA

Aragão, A. C. Teixeira de (2004) *Diabruras, Santidades e Prophecias*. Lisboa: Acalá.
Ballesteros, Carmen; Ruah, Mery (Coord.) (2004) *Os Judeus Sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Edições Colibri. Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CIDEHUS-EU.
Bandarra, Gonçalo Anes (2001). As *profecias do Bandarra*. Moderna Editorial Lavores.
Bédat, Arnaud (2014) *Francisco O Argentino. O papa íntimo contado pelos seus próximos*. Lisboa: Guerra & Paz.
Benbassa, Esther; Rodrigues, Aron (2000) *Histórias dos Sefarditas de Toledo a Salónica*. Lisboa: Instituto Piaget.
Borau, José Luís Vázquez (2008). As *religiões do Livro (Judaísmo, Cristianismo e Islamismo)*. Lisboa: Paulus.
Braga, Teófilo (1987) *História da Poesia Popular Portuguesa*. Lisboa Vega
Camões, Luís de (1972) *Os Lusíadas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
Camões, Luís de (1973). Lírica. Lisboa: Círculo de Leitores.
Carreira, Nunes José (1999) *Cantigas de amor do oriente antigo*. Estudo e antologia. Lisboa: Edições Cosmos.
Carvalho, Sérgio Luís de (2014). Uma *viagem pelas histórias das Expressões Portuguesas*. Nova Edição nos trinques. Nas Bocas do Mundo. Lisboa: Grupo Planeta.
Dias, Joaquim (2015) *A Bíblia em Português. Como, quando e para quê*. Venda do Pinheiro: Cafilesa.
Garrett, Almeida (1997) *Romanceiro*. Lisboa: Círculo de Leitores.
Gomes, Pinharanda (2009) *A filosofia Hebraico-Portuguesa*. I. História da filosofia Portuguesa. Lisboa. Guimarães editores.
Giacometti, Michel; Graça-Lopes, Fernando (Colab.) (1981) *Cancioneiro Popular Português*. Lisboa: Círculo de Leitores.
Herculano, Alexandre (2017) *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Tomo I. Lisboa: Bertrand Editores.
Letria, José Jorge, Corbel, Alain (2003) *Lendas e Contos Judaicos*. Porto: Âmbar.
Josefo, Flávio (2007) *A Guerra dos Judeus. História da Guerra entre Judeus e Romanos*. Lisboa: Edições Sílabo.
Lopes, Graça Videira (2002) *Cantigas de Escárnio e Maldizer*. Lisboa Editorial Estampa.
Losa, Ilse (2002) *O mundo em que vivi*. Porto: Afrontamento.
Machado, José Pedro (1993) *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. vol. II. Lisboa: Horizonte, Confluência.
Martins, Jorge (2015) *Breve História dos Judeus em Portugal*. Lisboa: Vega.
Marques, Gentil (1997) *Lendas de Portugal*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
Marques, Gentil (1997) *Lendas de Portugal*. vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
Monteiro, Luís de Sttau (1968). As *mãos de Abraão Zacuto*. Lisboa: Edições Ática.
Pascoaes, Teixeira de (1915) *Arte de Ser Português*. Lisboa: Edições Roger Delraux.
Pascoaes, Teixeira de (1990) *Maranus*. Lisboa: Assírio & Alvim.
Pessoa Fernando (1981) *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.

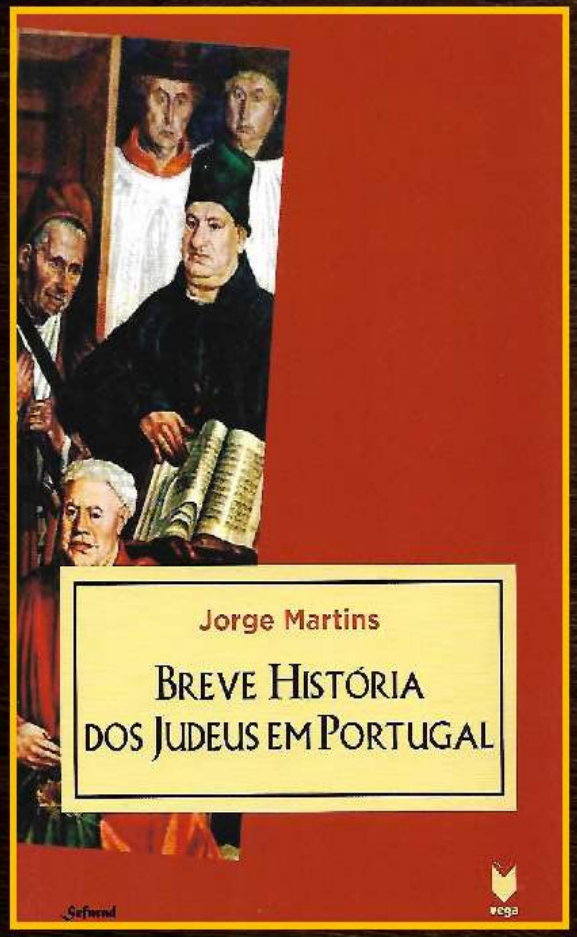
Pereira, Maria Teresa Lopes (2009) Pedro Nunes. *Em busca das suas origens*. Lisboa: Edições Colibri.
Pereira, Virgínia Soares; Curado, Manuel (org.) (2014) *Judeus Portugueses no mundo. Medicina e cultura*. V. N. Famalicão: Edições Húmus. Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho.
Resende, Silva (1987) *O Judeu errante – Odisseia inacabada*. Romance. Lisboa: Nova Arrancada.
Sáenz-Badillos, Ángel; Borrás, Judite Targarona (1990) *Poetas Hebreos de Al- Andalus (Siglos X-XII) Antología*. Sevilha: Ediciones El Almendro – Córdoba.
Santareno, Bernardo (1974) *O Judeu. Narrativa Dramática em três atos*. Lisboa: Edições Ática.
Santos, Maria Alice Moreira dos (2000) *Dicionário de Provérbios*. Adágios, Ditados, Máximas, aforismos e Frases Feitas. Porto: Porto editora.
Santo, Moisés Espírito (2000) *Origens do Cristianismo Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
Santo, Moisés Espírito (2000) *Dicionário Fenício-Português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
Sarmento, Luís Filipe (2003) *Tora*. Mem-Martins: Sporpress.
Silva, Carlos Guardado da (Coord.) (2013) *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri.
Telmo, António (2014) *A Terra Prometida*. Maçonaria, Kabbalah, Martinismo & Quinto Império. Sintra: Zéfiro.
Teyssier, Paul (2005) *A Língua de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
Vasconcelos, José Leite de (1928) *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
Vasconcelos, José Leite de (1981) *Cancioneiro Popular Português*. 3.º V. Coimbra: Universidade.
Vieira, Padre António (1959) *Obras Completas do Padre António Vieira Sermões*. vol. III. Porto: Lello & Irmão – Editores.
Vieira, Padre António (1959) *Obras Completas do Padre António Vieira Sermões*. vol. IV. Porto: Lello & Irmão – Editores.
Vicente, Gil (1965) *Obras de Gil Vicente*. Porto: Lello & Irmão – Editores.
Zimler, Richard (2002) *O último Cabalista de Lisboa*. Lisboa: Quetzal Editores.

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

LUCIANO PEREIRA
INSTITUTO POLITÉCNICO
DE SETÚBAL – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
27.º COLÓQUIOS INTERNACIONAIS DA LUSOFONIA
6 A 12 DE ABRIL DE 2017 · BELMONTE

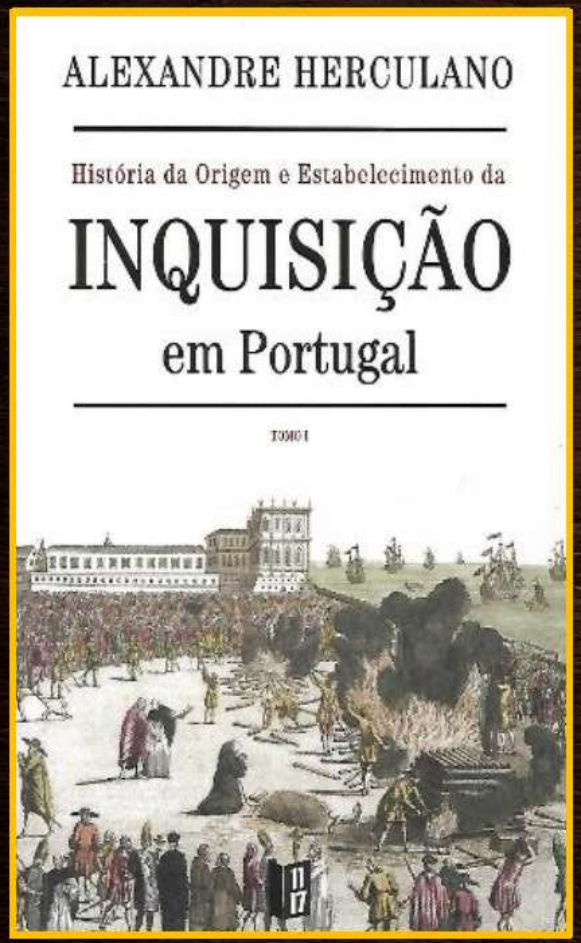
Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

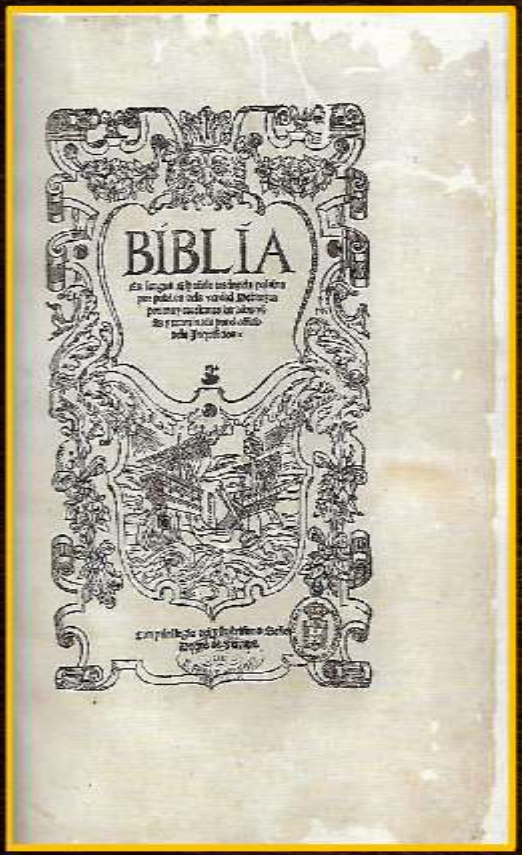


Casamento judaico sob o pálio tradicional. (Gravura de Bernard Picart/AKG-Images/AIC)

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

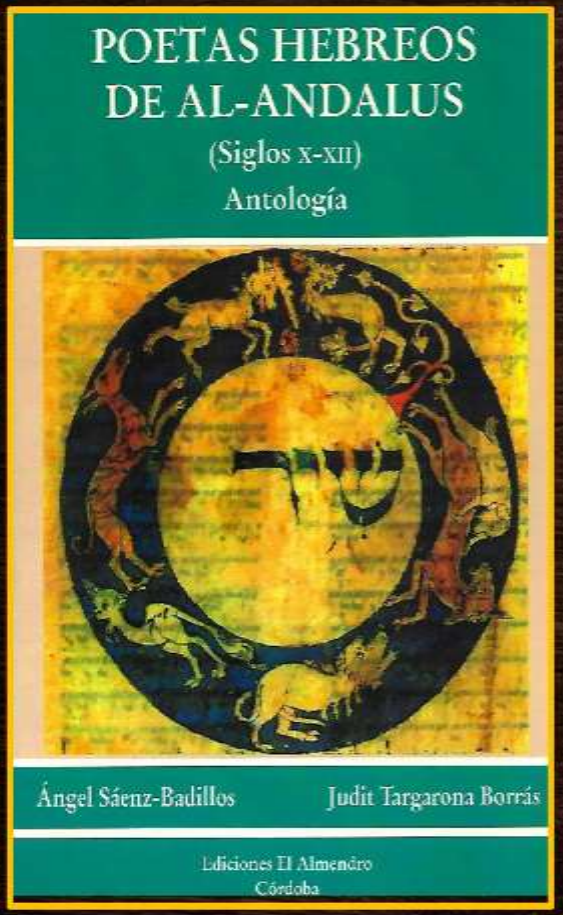


Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



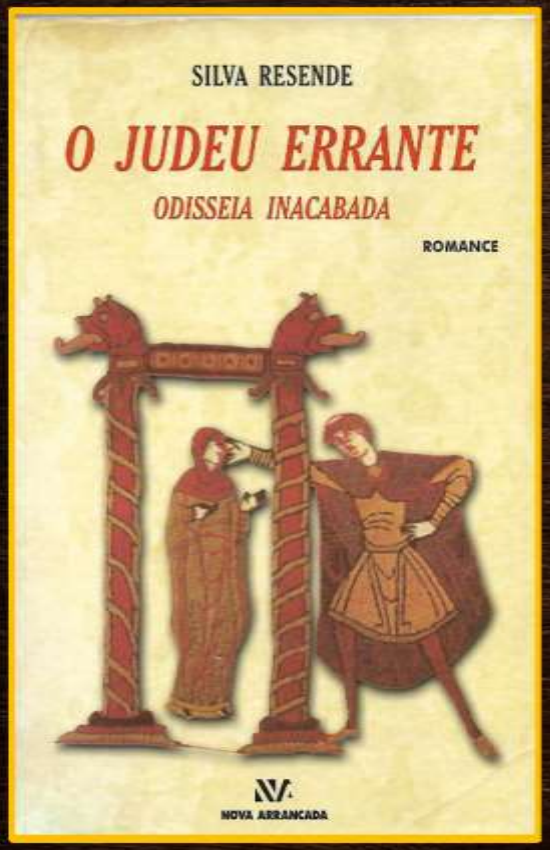
5

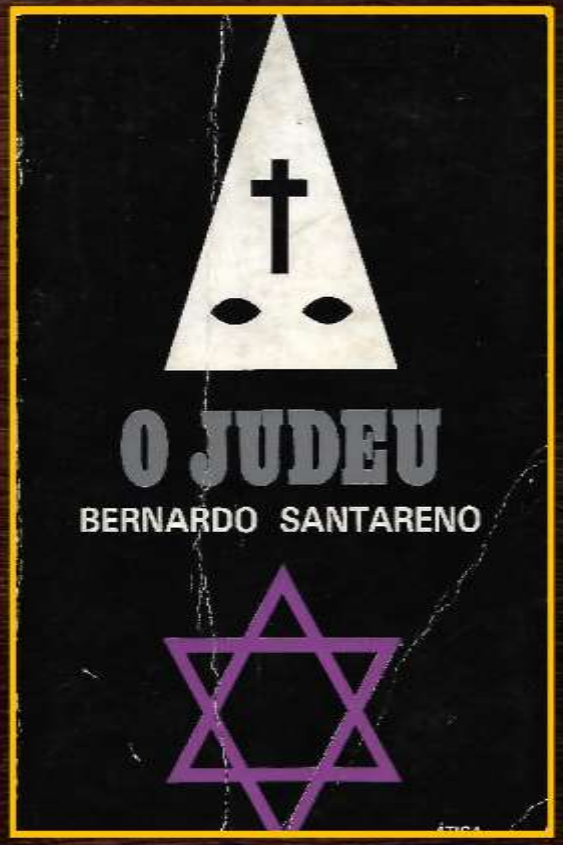
Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



6

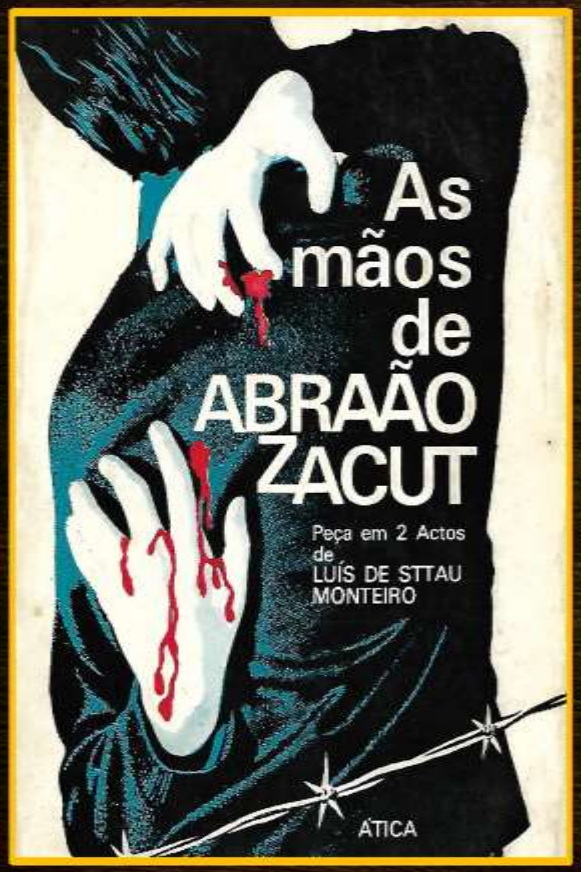
Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular





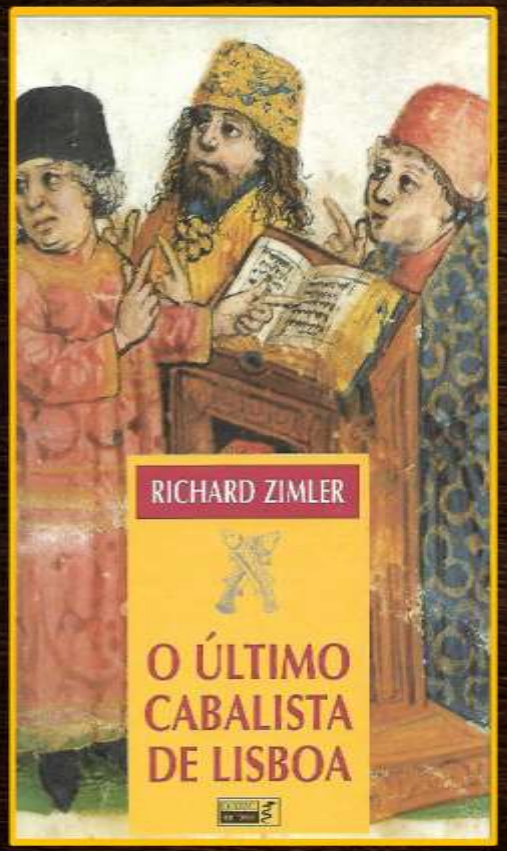
7

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



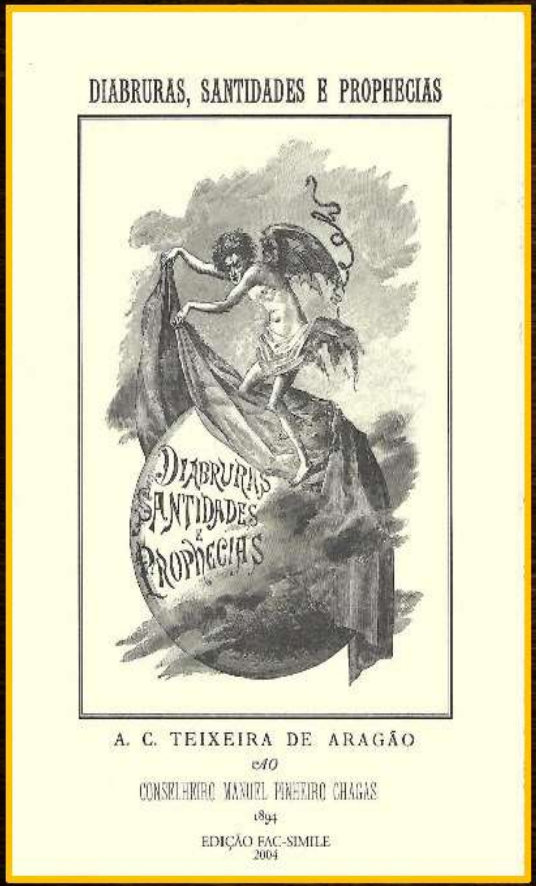
8

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular



9

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular


DIABRURAS, SANTIDADES E PROPHECIAS

A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO

e

CONSELHEIRO MANUEL PINEIRO CHAGAS

1894

EDIÇÃO FAC-SIMILE
2004

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

Judeu – top. Arronches (Monte Judeu), Castelo Branco (id.), Castro Marim (Judeu Morto), Celorico de Basto (Vale de Judeu), Fronteira (Monte Judeu), Lagos (id.), Lisboa, Loulé (Vale Judeu), Moura, Odemira (Alcaria de Judeu, Fonte Judeu), Oeiras (Azenha do Judeu), Peso da Régua, Portimão (Monte Judeu), Seixal (Rio de Judeu), Setúbal (Vale de Judeu), Tavira (Malhada do Judeu), Vidigueira (Corte do Judeu); ilhas da Madeira (Lombo da Achada do Judeu), e Terceira (Porto Judeu), etc. Do s.m. judeu.

Judeus – top. Azambuja (Vale dos Judeus), Campo Maior (Monte dos Judeus), Penela (Porto de Judeus) Pl. do s.m. judeu. Zona habitada por alguns judeus. Cp. Judias.

Judia – top. Borba (Monte da Judia), Évora (id.). Do s.f. judia. Proprietária ou habitante do local seria judia. Judias, Almada, Seixal (Vale das Judias).

Machado, J. P. (1993, vol. II, 31).

11

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

"Nomes em documentos dos séculos IX e X:

De origem hebraica:

- Maria (segundos alguns, de Mirjam, palavra tomada do egípcio: «amada de Amon (deus)»: vid. Kirchenlat. Wb., p. 499).

- Samuel, que figura no documento como nome de um filho de Viviturus (vid. Sub-parágrafo a), o que mostra que o indivíduo, apesar do hebraísmo do nome, era de família cristã. Samuel quer dizer «seu nome é Deus»: vid. Kirchenlat. WB., p. 693." (1928, 31)

"Nomes de Judeus modernos:

Nomes de origem hebraica:

a) masculinos: Abraão, Arão, Benjamim, Elias, Isaac, Jacob, Jehudah, Joaquim, José, Levy, Moses (Moisés), Salom, Salomão, Samuel.

b) femininos: Ana & Hannah, Anette (por Annette, diminutivo francês), Deborah, Ester, Mary (Maria), Miriam (cf. supra, p.364), Sarah." (1928, 417)

Vasconcelos, J. L. (1928)

12

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

Provérbios:

"Arrenego do judeu e do burguês e do homem de Cavês, mas vem o Vilarês, que é o pior dos três e do cigano no seu contrato é o pior dos quatro." (858, p. 57)

"Entre judeus, judeus como eles." (2497, p. 131)

"Judeu, dona e homem com coroa jamais perdoa." (3254, p.167)

"Judeu pela mercadoria, frade pela hipocrisia." (3255, p. 167)

"Judeus em Páscoa, mouros em bodas e cristãos em pleitos, gastam os seus dinheiros." (3256 p. 167)

Expressões originárias da Época Clássica:

"Bode expiatório (p.37), abracadabra (p. 44)."

Expressões originárias da Idade Média:

"Chuva diluviana (p.80), tempo das vacas magras (p. 80), separar as águas (p. 80), [ser um] Maná (p. 81), travessia do deserto (p. 81), pregar no deserto (p. 81), velho como Matusalém (p. 81), coisas do arco-da-velha (81), [ser um] Sodomita (p. 82), torre de Babel (p. 82), [ser um] Benjamim (p. 82), [ser um] Querubim (p.82), olho por olho, dente por dente (p. 82), paciência de Job (p. 83), dizer cobras e lagartos (p. 83), ter pés de barro (p. 83), [uma] Cabala (p. 96), andar com as calças na mão (p.96), dar às de vila-diogo (p. 96), [ser] Ladino (p. 99)."

Expressões originárias da Época Moderna:

"[ser] Somítico (p. 132), ficar com a careca à mostra (p. 132), é relaxada (p. 132), [ser] um tipo da corda P.132), [estar num] Gueto (p. 133), pensar na morte da bezerra (p. 133), fazer mesuras (p. 133)."

Expressões originárias da Época Contemporânea:

"Fazer um pogrom (p. 194), noite das facas longas (p. 195). "

13

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

Lenda do Santo Milagre (Santarém)

– A Velha Judia – Houve tempos em que os judeus de religião não poderiam ter contacto com os cristãos, sob pena de morte."

"Em tempos idos vivia em Santarém – segundo conta a lenda – um casal que se consorciara verdadeiramente por amor. Porém como o imortal Luís de Camões dissera num dos seus sonetos

Amor com brandas mostras aparece,
Tudo possível faz, tudo assegura,
Mas logo no melhor desaparece…

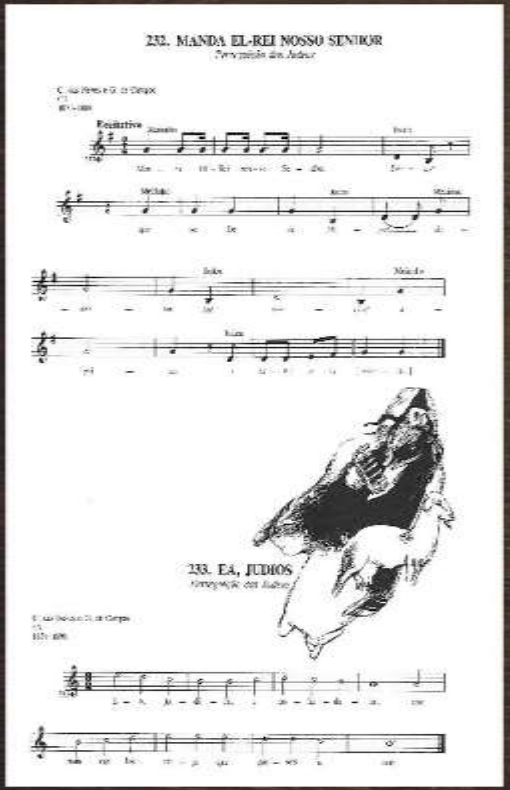
Na verdade, também sem que eles se apercebessem o amor entre ambos foi arrefecendo, criando vazios, transformando-se de traço de união em simples reticências (...)

Por fim, já desesperada, a mulher, vendo fracassar todas as suas tentativas de reconciliação (bem poucas, afinal, por se sentir ofendida na sua dignidade), resolveu consultar uma velha judia que morava na vizinhança e tinha fama de curar todos os males. (...) A judia sublinhou as palavras com uma das suas habituais risadinhas: - Deus fará por abrir os vossos olhos… os vossos ouvidos… e os vossos corações… Mas terá de seguir à risca o meu conselho!

Marques, Gentil (1997) Lendas de Portugal. Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores. (pp. 307- 312, 314).

14

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

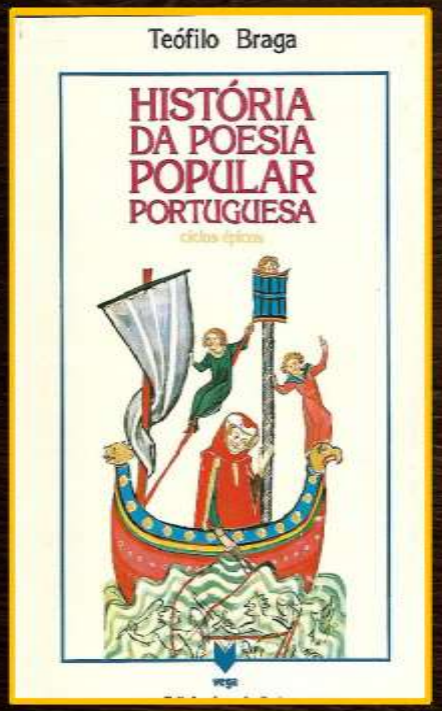


Ea, judios, á enfardelar, que mandanlos reys que passeis la mar." C. das Neves e G. de Campos (1870-1898) (in Giacometti,1981, 281).

A minha nódoa de azeite
Por tempo se há de tirar,
Mas a tua de judia
Contigo se há de acabar.
(...)
Deus te livre do mouro e do
[judeu
(...)
Enfeitaste-me por pobre,
Eu a você por judeu;
Olha a dif'rença que vai
Do meu coração ao teu!
(...)

15

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

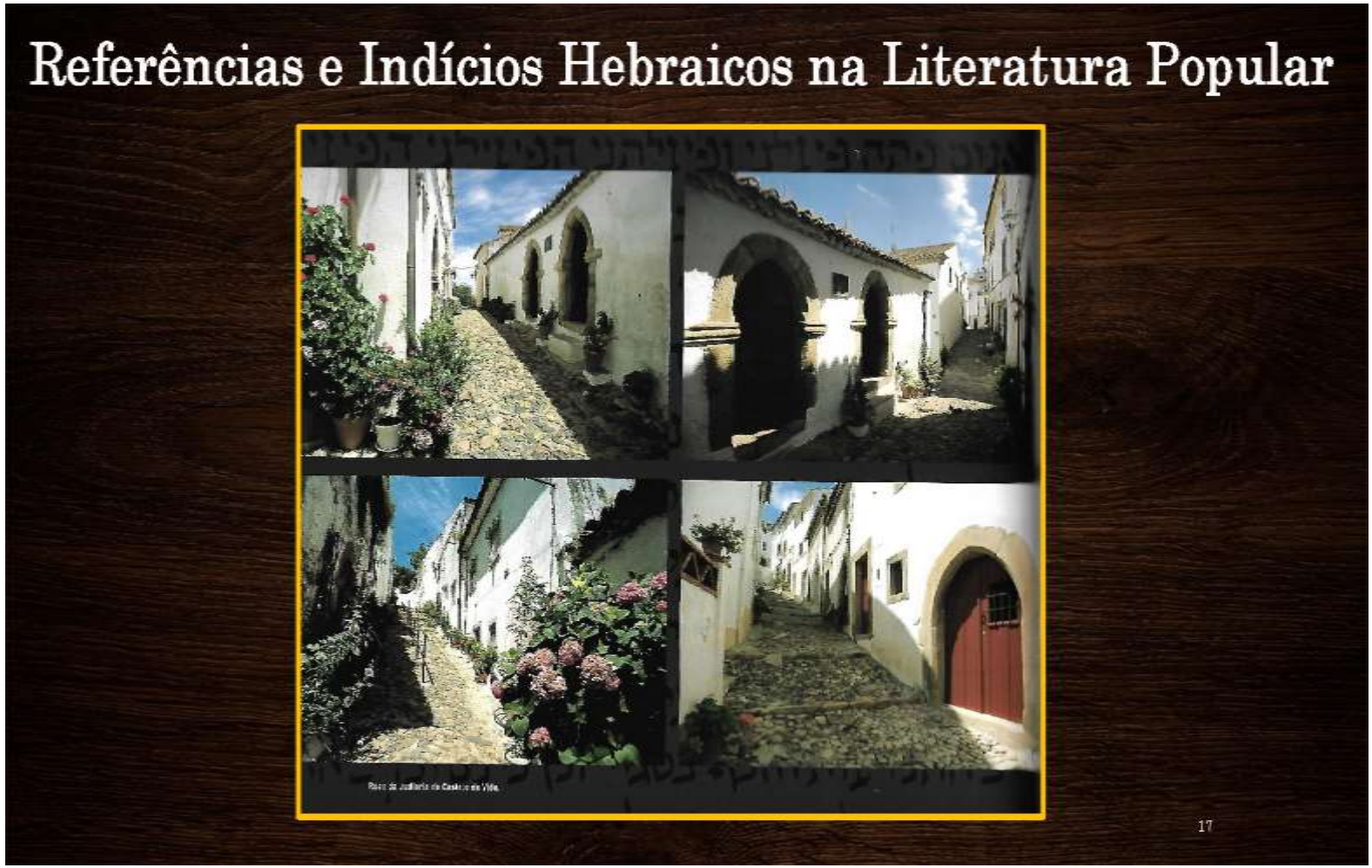


"Os judeus na Bulgaria têm por exemplo o canto popular portuguez:

Mi padre era di Francia
i.mmi madre d'Aragon;
por ser yo regalado
di chica mé casó;
mi caso com un Franco,
hijo d'un grand'señor;
no lo quiero, no lo quiero, yo., etc

Arvoleta! Arvoleta!
la rama era dóro,
y la raiz de marfil, etc."

16


Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular
17

Referências e Indícios Hebraicos na Literatura Popular

Eu vinha do mar de Hamburgo
Numa linda caravela;
Cativaram-nos os moiros
Entre la paz e la guerra.
Para vender me levaram
A Salé, que é sua terra.
Não houve moiro nem moira
Que por mim nem branca dera;
Só houve um perro judio
Que ali comprar-me quisera;
Dava-me uma negra vida,
Dava-me uma vida perra:

De dia pisar esparto,
De noite moer canela,
E uma mordaça na boca
Para lhe eu não comer dela.
Mas foi a minha fortuna
Dar Cuma patroa bela,
Que me dava do pão alvo,
Do pão me comia ela.
Dava-me do que eu queria,
E mais do que eu não quisera,
Que nos braços da judia
Chorava – que não por ela.
(Garrett, A. 1997, 266)

18

21. MARGARETE SILVA, TRADUTORA FREELANCE, AICL

TEMA 1.3. O LEGADO DO LADINO EM TERRAS LUSAS E NA DIÁSPORA: UMA ABORDAGEM GEOPOLÍTICA - MARGARETE SILVA – TRADUTORA-INTÉRPRETE FREELANCE

Não me queres por eu ser pobre
E eu a ti por seres judeu
Olha a diferença que faz
Do teu sangue para o meu
Reportório do grupo folclórico e etnográfico de Vila Cova-à-Coelheira

O ladino, língua que teve origem nos judeus sefarditas expulsos da Península Ibérica durante a Inquisição, está espalhado por vários continentes.

Língua minoritária também em Portugal, o ladino encontra-se em risco de desaparecimento, ao lado de outras 2.500 línguas ameaçadas de extinção, segundo a UNESCO. Sabemos que a riqueza cultural de um país se faz, igualmente, pela sua diversidade linguística. Se assim é, e se a História das palavras portuguesas se fez – e faz – de empréstimos de elementos estrangeiros (europeus e extraeuropeus) ao longo dos séculos, de forma direta ou indireta, aculturando-os ou transformando-os, convém relembrar que a comunidade judaica, a par de outras, também teve o seu papel contributivo na formação lexical do mundo lusófono que partilha o mesmo idioma: o português.

A presença dos judeus na Península Ibérica apresenta uma curva de longa duração que acompanha inevitavelmente a História de Portugal. Na formação da nacionalidade, os judeus, aliados aos vencedores e sendo dotados de uma invulgar cultura, tenacidade e adaptação, negociaram o seu estatuto na sociedade guerreira, intervieram nas diligências diplomáticas do novo Estado, dominaram as finanças, o comércio externo e interno e colaboraram nas tarefas de fixação, povoamento e organização do território nacional. O esforço de povoamento a que corresponderam as concessões de Cartas de Foral fixou moradores em pequenos povoados que se foram desenvolvendo. Sobressaíam, neles, grupos de artífices, mercadores, rendeiros judeus e trabalhadores nos campos, em confronto constante com a incipiente burguesia nacional que deles necessitava, mas com os quais não podia competir.

Notáveis tradutores do latim e árabe para as línguas nacionais, de obras sobre astrologia, sobre a arte da preparação do ouro e das tintas aplicadas às iluminuras, de tratados gregos e latinos de filosofia e medicina, foram protegidos de Afonso X, o Sábio.

Os judeus, no início da Idade Média, integraram-se pacificamente na sociedade portuguesa. A perceção inicial da sua diferença, com o passar dos anos, transforma-se em estranheza. A hostilidade contra eles leva a múltiplas acusações: mortes com fins rituais; escárnio, por altura da Páscoa, da paixão de Cristo; aproveitamento do sangue das vítimas desses sacrifícios humanos para o fabrico do pão ázimo; profanação das hóstias. As perseguições e massacres dos judeus em grande escala, que inicialmente tiveram por base essas acusações, não irão ter no século XIV outra razão senão o judaísmo dos próprios judeus. O fanatismo religioso e o medo do Outro (que, no caso do Judeu, representava com antecipação a burguesia cristã emergente nos séculos seguintes), impelirá o Poder para a proteção da gente da Nação ao mesmo tempo que era perseguida e alvo de massacres pelas populações. Ao estatuto de tolerados, o povo opôs as acusações de "transportarem a peste" e de "envenenarem os poços".

Os judeus constituíram em Portugal, até ao final do século XV, uma minoria religiosa, tolerada por pragmatismo político dos reis e pelas necessidades financeiras do Estado, da nobreza e do clero. O critério de utilidade, baseado na sua rentabilidade económica e cultural, integrava-os na elite cortesã, segregando-os, por outro lado, da convivência paritária com a restante população que também deles dependia. Embora altamente tributados, os judeus portugueses contribuíram para a elevação cultural e modernização do Estado, ao mesmo tempo que viram crescer o número das suas sinagogas. Pela especificidade da sua cultura e por uma particularíssima filosofia de vida, o judaísmo resistiu como religião minoritária. O hebraico era a língua onde os textos sagrados dos judeus estavam registados. Os seus filhos eram iniciados na leitura para uma mais correta interpretação da *Torah*, um melhor conhecimento das rezas e das cerimónias rituais e, assim, se fixar a Tradição.

A qualificação cultural, artesanal e financeira do judeu, ligada ao crescimento numérico do contingente hebraico com as imigrações de Castela, originava protestos em cortes contra a minoria, pelo receio que a balança se inclinasse a seu favor. Em 1490, os procuradores dos povos, interpretando o medo dos cristãos serem enganados ou mesmo mortos pelos judeus, que acusavam de trazerem a pestilência, exigiam que as receitas dos boticários e físicos judeus fossem passadas em português e não em latim ou hebraico. Notáveis tradutores e comentadores de textos sagrados, os judeus introduzem a imprensa em Portugal. As suas tipografias dão conta da cultura intelectual da família semita. O primeiro livro impresso em Portugal, numa tipografia hebraica de Faro, em 1487, é o *Talmude*.

No século XVI, as dificuldades de se encontrarem, nas universidades, pessoas qualificadas que não fossem cristãos novos ou estrangeiros, seriam muitas. Em carta de 13 de julho de 1541, o Bispo de S. Tomé expõe ao rei essas dificuldades e também a de encontrar letrados para as missões do Santo Ofício que não fossem de etnia judaica. Durante os séculos XVI e XVII, os cristãos novos continuaram a ocupar em Portugal e no estrangeiro, pela sua cultura, saber e competência, lugares de destaque nas Universidades, na Medicina, na Matemática, na Botânica, na Ciência Náutica e nas Humanidades.

A cultura judaica encontra-se fixada em Portugal nos mais diversos domínios: nas artes da iluminura e da impressão, nos tratados médicos e botânicos, nas traduções do grego e do latim, na literatura e na poesia, nos textos sagrados comentados, nas fórmulas dos tratados de diplomacia que judeus ajudaram a firmar, no saber financeiro que puseram ao serviço do Estado, no conhecimento e estudo dos astros, num tempo de astrologia a um tempo de astronomia, na atividade como gentes de diferentes matérias na Universidade, nas artes e ofícios mecânicos que dominaram, nas atividades mercantis que desenvolveram nas feiras nacionais e internacionais, no grande comércio marítimo e na língua portuguesa que divulgaram noutros continentes. Com eles levaram também o ladino, ou judeu-espanhol, ou *djudyo*, uma língua de fusão, usada no seu dia a dia e que mais não é do que uma mescla de palavras hebraicas e aramaicas traduzidas, palavra a palavra, para a língua da região onde habitavam. Estima-se que, atualmente, esta língua (ou dialeto como defendem alguns linguistas), é falada por cerca de 150 mil pessoas em comunidades sefarditas espalhadas pelo mundo.

Dessa cultura todos nós somos herdeiros. Faz parte do nosso estar, do nosso saber, do nosso quotidiano. Quinhentos anos passados sobre o Édito da Expulsão decretada por D. Manuel e sobre a Conversão Forçada que extinguiu o judaísmo como religião tolerada em 1497, podemos partir para outras reflexões sobre esses acontecimentos. A conversão forçada e o estabelecimento da Inquisição não foram mais do que um motivo ideológico. A posse da propriedade agrícola por judeus (mais tarde os conversos), era sentida pelos cristãos velhos como facilitadora da inversão das tradicionais posições sociais da nobreza e do clero. Por outro lado, o povo temia as retaliações dos cristãos novos, agora donos de terras, outrora judeus segregados e perseguidos.

A expulsão decretada por D. Manuel, em 1496, teria sido um pretexto necessário para satisfazer as exigências da diplomacia castelhana. O terreno social estava preparado para a conversão forçada. Seria para os judeus, minoria estranha e necessária ao corpo da nação, o fim do estatuto de tolerado. Na prática, o saldo destas medidas traduziu-se nos milhares de novos conversos (ou marranos, como eram pejorativamente apelidados na altura), e de alguns judeus que escaparam às malhas desses destinos. Outros viveram, secretamente, como judeus. Outros tornaram-se católicos convictos. Muitos conheceram o cárcere, a tortura e a fogueira. O poder económico dos judeus reforçou-se com as Conquistas e os Descobrimentos. Pelas suas aptidões como mercadores e financistas, línguas e diplomatas, artistas do ferro e espingardeiros, intervêm no esforço da guerra, firmando redes de contactos espalhados por todo o mundo. Os judeus em fuga e a grande massa de conversos de exterior na sua pátria de origem preparam, cá e lá, em cumplicidade e em segredo, a sua partida para novos destinos: Europa, Império Afro-Asiático e Novo Mundo, paragens estas, que se lhes afiguravam mais tolerantes e seguras. Destacam-se a Holanda, o Reino Unido, a Itália, a Turquia, o norte de Marrocos, o Brasil, a Argentina, o México e os Estados Unidos. Os que partiam, conservaram a língua portuguesa durante muito tempo nas suas relações familiares, na literatura e nas cerimónias religiosas. Este êxodo forçado privou Portugal dos seus mais ilustres representantes, quer no campo da ciência náutica, da literatura, da medicina, da técnica da impressão e dos ofícios mecânicos, quer no campo do grande comércio internacional. O capitalismo nórdico, atlântico e internacional, com sede em Amesterdão, desenvolve-se com a sua chegada. Detêm o comércio da pimenta, das especiarias, dos tecidos e das pedras preciosas e, também, o do trigo nórdico em direção à Itália. Aqui, em Itália, chegam cada vez em maior número, porque a pimenta era difícil de vender pelos caminhos do Atlântico.

Portugueses e sefarditas, em perfeita harmonia, fazem a rota de Istambul a Salónica, de Istambul a Veneza e, atravessando o Mediterrâneo, cruzam Sevilha, Lisboa e Amesterdão. As armas, os cereais, a prata, o cobre, indispensáveis a Portugal para o tráfico africano, eram fornecidos por consórcios onde imperavam os judeus, através de Antuérpia. No Brasil, os judeus portugueses e cristãos novos, alguns deles vindos da ilha de S. Tomé, para onde tinham sido levados em criança por Álvaro de Caminha para a povoarem e desenvolverem, procuram, no Novo Mundo, a riqueza e a paz. Se os judeus pairam sobre a História de Portugal, há que descobri-los e estudá-los, como grupo e como indivíduos, como suporte económico, social e cultural, como povo do saber, como ministros, banqueiros, diplomatas, cientistas, vinhateiros ou alfaiates, eles que viveram nesta terra, em convivência com outros grupos étnicos e religiosos, de culturas predominantes ou de minoria, mantendo eles a sua própria identidade ainda quando conversos de exterior, resistindo às violências de todas as marginalidades, tanto quanto resistiram às solicitações de integração por parte dos poderes.

Dispersos, criaram novas comunidades um pouco por todo o mundo levando consigo a espiritualidade gerada durante séculos em Sefarad e preservada pelo Ladino, idioma judeu-espanhol criado no século XV. Os judeus portugueses ou sefarditas que aqui viveram foram Homens, Mulheres e Crianças que tiveram uma propriedade, uma profissão e viveram numa qualquer vila ou cidade, numa rua, numa casa, ao lado de outros portugueses, perto da sua Sinagoga, zelando pelos seus negócios, na dependência das leis do rei, como gente da nação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Miele, Neide. *Velhos "cristãos-novos" no sertão paraibano*. Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Ano VII, 2008, nº 13/14 – p. 539-552.
Monteiro, Isabel. *Os Judeus na Região de Viseu*. Região de Turismo Dão Lafões, 1997.
Novinsky, Anita. A nova historiografia sobre os judeus no Brasil: perspetivas para o século XXI. Disponível em: http://www.uaisites.adm.br/iclas/lingua12.htm
Ramalho, Margarida Magalhães & Cardoso, António Homem. *Aldeias Históricas*. Edições Inapa, 2004.
Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. vol. II. 3ª edição, revista. Verbo, 1980

.

22. MARIA JOÃO RUIVO, ESC. SECUNDÁRIA ANTERO DE QUENTAL. AICL

TEMA: APRESENTA O SEU LIVRO "UM PUNHADO DE AREIA NAS MÃOS", DIÁRIO

Perguntam-me muitas vezes por que razão levei tanto tempo a decidir-me pela publicação deste livro. Poderia enumerar várias razões, mas basta, por agora, dizer que publicar é sempre uma grande responsabilidade perante os outros e, sobretudo, perante nós mesmos. A escrita não é pacífica. É marca nossa que fica e isso traz-me uma certa angústia, o receio de que daqui a uns anos olhe para trás e pense que se calhar devia ter mantido este livro na caixinha onde o guardei durante tanto tempo. Ele nasceu há cerca de 20 anos, muito de mansinho, com uns rascunhos que eu escrevinhava quando tinha algum tempo livre. Na altura não imaginava que poderia vir a constituir um volume tornado público.

Sou filha de um diarista. Desde cedo me lembro de partilhar com meu Pai as dúvidas e as alegrias da escrita. Primeiro, ouvindo-o, depois lendo-o e, mais tarde, ajudando-o na revisão do que escrevia. Curiosamente, isso fez com que eu, durante algum tempo, fugisse um pouco à escrita intimista, mas "volta e meia vinha aqui cair, como quem regressa às origens". Numa entrada de 2005, digo o seguinte: "Sinto que ter um Diário entre mãos é uma espécie de compromisso com a nossa própria existência. E gostava de assumi-lo.

A escrita de um Diário é um fascínio. Verbalizar a vida é uma forma de nos conhecermos, porque exige que nos analisemos, porque nos obriga à reflexão, e é um desafio olharmos para nós próprios. E, à medida que avançamos, conseguimos interpretar alguns mistérios de que somos feitos." No entanto, acho "que a escrita diarística, por inúmeras razões, é arriscada. Obriga-nos a entrar em nós e a sair logo depois. É assim que a sinto. Começa por ser uma escrita de mim para mim, e nela vem impressa toda uma herança espiritual. Mas não se fecha nisso, necessariamente. É também uma escrita para quem quer que a leia.

E a quantas leituras diferentes estamos sujeitos? Tratando-se de um Diário, tudo se torna mais delicado, porque não temos o escudo da ficção a proteger-nos. Mas como poremos a nu o que somos?" Esta é, para mim, uma das muitas questões interessantes num Diário. Tratando-se de uma escrita, em muitos momentos, intimista, tem de se definir uma fronteira razoavelmente clara entre o **intimismo** e a **intimidade**, porque nem tudo se põe a nu, em praça pública, e

é como o João de Melo disse, na apresentação que fez do livro em Ponta Delgada, tratando-se de um Diário feminino, a contenção é, provavelmente, maior.

Assim, este Livrinho foi surgindo timidamente, dando pequenos passos. Quem o ler notará de imediato que há, aqui, uma estrutura descontínua. Dividi-o em duas partes por essa razão. A primeira, cheia de intermitências, é constituída por cerca de 40 páginas, que vão de 1996 a 2009 e a Parte II – de 2010 a 2016 – vai ganhando uma maior continuidade. Cheguei a ponderar excluir a primeira, mas achei que haveria nisso uma certa infidelidade a este percurso que foi o meu. Afinal esta descontinuidade também será passível de uma determinada leitura e cada leitor fará a sua.

Nesta minha estreia em volume, julgo que encontrei, no fundo, uma forma de sair da minha concha, e faço desta publicação uma espécie de tributo a coisas que valorizo muito, sobretudo aos afetos, meu território de eleição. Um Diário é um percurso que se faz de dentro para fora ou vice-versa, à medida de quem o escreve e conforme as intenções vão ditando. Este volume é um conjunto de reflexões e de sentires que buscam uma forma que os expresse. Outro que surja, numa outra esquina do tempo, poderá ser diferente deste, nos temas, nos interesses, nas intenções que se vão gerando.

Para concluir, reafirmo que esta estreia foi, em parte, a busca de uma linguagem. A escrita tem tanto de árduo e difícil como de compensador e surpreendente. Tal como a vida, é uma busca constante. Gosto de fazê-la, dando pequenos passos, tentando que não me fuja, como um punhado de areia nas mãos.

Belmonte, 6 de abril de 2017,

Maria João Ruivo

23. MIGUEL REAL - ESCRITOR PORTUGUÊS, ENSAÍSTA E PROFESSOR DE FILOSOFIA. CENTRO DE LITERATURAS E CULTURAS LUSÓFONAS E EUROPEIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. AICL

TEMA 3.1. INTRODUÇÃO AO ITINERÁRIO CRÍTICO DE URBANO BETTENCOURT

Em 1989, no texto *Emigração e Literatura. Alguns Fios da Meada*, Urbano Bettencourt regista que a literatura, mais do que se constituir como mero reflexo da realidade, alimenta-se de uma "deflecção" da realidade. O seu estatuto pertenceria ao cruzamento da realidade com, por um lado, a subjetividade do autor e, por outro, com a lógica precisa da linguagem, ambas vazadas no que Urbano Bettencourt designa por "discurso da subjetividade"[150].

Neste sentido, em nenhum dos múltiplos livros do autor se intenta identificar literatura com transposição direta da realidade ou com verdade e todos se inserem no que designa por "discurso da subjetividade". Porém, subjetividade não significa arbítrio e, portanto, existe um vínculo substancial entre literatura e realidade, que confere àquela a garantia de uma certa objetividade. Esta objetividade, que opera o trânsito entre escrita e leitura e entre realidade exterior e subjetividade pessoal é dada pela linguagem, espécie de meio-termo entre a pretensa objetividade do realismo ingénuo e o delírio linguístico narcisista e egológico.

Com efeito, lendo-se os artigos e ensaios de Urbano Bettencourt constata-se uma evolução, tanto formal quanto cronologicamente, para uma espécie de terreno do meio-termo estético. De facto, do ponto de vista da dinâmica do seu pensamento, observa-se a existência de uma evolução ao longo de duas décadas de escrita, por exemplo, entre o primeiro volume de *O Gosto das Palavras*[151] e a última recolha de ensaios com o título *Ilhas conforme as circunstâncias*[152].

[150] Urbano Bettencourt, *Emigração e Literatura. Alguns Fios da Meada*, Horta, Ed. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1989, p. 16.
[151] Urbano Bettencourt, *O Gosto das Palavras*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1983.
[152] Urbano Bettencourt, *Ilhas conforme as circunstâncias*, Lisboa, Salamandra, 2003

Ao longo destes vinte anos, o leitor apercebe-se de que o autor abandonou os seus estudos formalmente académicos do primeiro volume, presentes, por exemplo, no primeiro capítulo "Nas Margens de Antero" e no segundo, "A Arte da Fuga", substituindo-os, a partir de o segundo volume de *O Gosto das Palavras – II (Leituras e Ensaios)*[153], publicado 12 anos depois, pelo seu pessoalíssimo "discurso de subjetividade".

Paradoxalmente, Urbano Bettencourt fá-lo quando, de um ponto de vista profissional, se instala como professor na Universidade dos Açores a partir de 1989. Porventura, a sua nova função profissional deve ter-se constituído como um dos maiores "Adamastores" do seu itinerário estético, forçando a sua escrita a um rigor académico não compatível com o seu "discurso da subjetividade". Porém, pela publicação dos livros seguintes, percebe-se que Urbano Bettencourt triunfou sobre o formalismo académico, que, nas Letras, muito raramente deixa a escrita brilhar.

Com efeito no segundo volume de *O Gosto das Palavras*, é já patente que o autor pessoalizou (criou um discurso pessoal) a análise literária, correspondente a uma visão *pessoal* sobre a literatura de raiz açoriana que, posteriormente, estenderá ao espaço atlântico da Macaronésia. Aliás, o título "o Gosto das Palavras" reflete já, semanticamente, um "discurso [Palavras] da subjetividade [o Gosto]". Assim, o "discurso da subjetividade" de Urbano Bettencourt posta-se a meio-termo entre o protocolo ensaístico universitário e o impressionismo crítico jornalístico. O primeiro, próprio das universidades, ora fértil em resultados e inovadoramente crítico, ora oco, espelho de uma retórica erudita burocrática; o segundo, próprio dos jornais e revistas, uma escrita em cima da data da publicação do livro analisado, por vezes culturalmente pouco informada.

A partir de 1995, Urbano Bettencourt, não deixando de utilizar o jargão académico (os paratextos…), os seus textos habitam um meio-termo, um território pessoal constituído por fortes "iluminações momentâneas", "fugazes fulgurações", que "para sempre nos seduz[em] e a cujo poder em absoluto nos rendemos"[154]. Neste sentido, a crítica literária em Urbano Bettencourt é menos tecida de deduções analíticas de quem aplica uma teoria constituída a um novo livro

[153] Urbano Bettencourt, *O Gosto das Palavras – II (Leituras e Ensaios)*, Ponta Delgada, Edição do "Jornal da Cultura", 1995.
[154] Idem, *ibidem*, p. 129.

e mais de intuições sintéticas (as "iluminações momentâneas", as "fugazes fulgurações") de quem convive sanguineamente, existencialmente, com o seu conteúdo e a sua forma. Estas intuições sintéticas, resultado da desconstrução e reconstrução mental das páginas lidas (como que vividas) exprimem-se, justamente enquanto resultado, num parágrafo ou dois, condensadores da profundidade intensiva e extensiva da obra de um autor ou do conteúdo de um livro. Como exemplo, leia-se o texto "A poesia de Santos Barros na Universidade de Trás-os-Montes"[155]: um meio-termo entre o rigor erudito universitário e a opinião impressionista, reabilitando, ao modo de Vitorino Nemésio, os aspetos propriamente estéticos presentes na obra, sem deixar de conceder algum privilégio ao contexto social.

Deste meio-termo nasce igualmente a relativização da defesa da existência de uma genuína literatura açoriana, não a absolutizando, como se esta constituísse uma condição ontológica da açorianidade (Nemésio). De outro modo, "circunstancializa-a", integrando a literatura açoriana na literatura própria de toda a "ilha", como explicita na *introdução a Ilhas conforme as circunstâncias*, de 2003: "articular a relação do eu com o outro, a relação do homem com o espaço, o mundo e a história, o modo como, em diálogo com estéticas e culturas exteriores, lhes configuram experiências de insularidade, entendida em termos muito abrangentes…"[156]. Para além desta "diversidade circunstancial que marcam as [diferentes] ilhas"[157], a literatura insular (Açores, Madeira, Cabo Verde, Canárias, São Tomé…) revelaria um fundo comum. Neste livro de 2003, Urbano Bettencourt explora uma das mais belas metáforas sobre a necessidade da escrita. Referindo-se ao presumível primeiro habitante da ilha do Pico, Fernão Álvares Evangelista, que, devido a uma tempestade, teria ficado isolado na ilha com um cão ao longo de um ano, o autor refere que cada escritor é como Fernão Álvares, criando a sua ilha durante o ato de escrita, caçando as palavras com o seu "cão" mental, formando a escrita[158].

[155] Idem, *Ibidem*, pp. 125 – 128, sobretudo o penúltimo parágrafo.
[156] Urbano Bettencourt, *Ilhas conforme as circunstâncias*, ed. cit., 2003, p. 14.
[157] Idem, *ibidem*, p. 11.
[158] Idem, *ibidem*, p. 83.

Se, do ponto de vista académico, os livros de Urbano Bettencourt evoluem para uma posição pessoal de meio-termo, do mesmo modo o seu estilo parece seguir justamente a mesma dinâmica. Com efeito, se se analisar o livro Ilhas, publicado em 1977, em colaboração com J. H. Santos Barros, constata-se ser a prosa de Urbano Bettencourt dominado por um fortíssimo acento surrealista. Ambicionavam os dois jovens autores em finais da década de 70 criar uma "escrita em arquipélago, em cardume, capaz de romper as malhas metálicas tecidas à volta das ilhas que somos"[159]. Num dos textos de *Ilhas*, datado de 1974, "Das viagens com cronista", escreve Urbano Bettencourt: os açorianos "voltaram as costas aos portos e foram esperar os navios no alto das montanhas", "turba endoidecida por um visionário que lhe prometeu navios no alto das montanhas".

Do mesmo modo, a inspiração surrealista encontra-se patentes nos textos "Da subversão atómica aos animais vigilantes", de 1976, "Fulgor e morte da Atlântida recuperada", do mesmo ano, e em "Sobre o suicídio aparente do meu avô", de novembro de 1974. Do mesmo modo os textos em prosa de *África. Frente e Verso*, escritos ao longo de 1974 e 1975, como, por exemplo "Antes da Noite", sobretudo as pp. 40 e 41[160]. Com efeito, ainda neste livro, a comparação dos primeiros textos de prosa com os últimos, como, por exemplo, "de mangas e bolanhas", datado de 2011, revela a evolução estética do abandono do texto como repositório imediato de sensações, sentimentos e ideias, uma espécie de coração sangrante jogado de imediato no papel, compondo um rendilhado aparentemente surrealista, para uma posição discursiva pessoalizada, mas objetiva, não de um realismo chão, mas de um realismo subjetivizado. Porém, à medida que nos vamos afastando dos finais da década de 70, a inspiração surrealista desaparece quase por inteiro substituída – justamente – por um "discurso da subjetividade", apropriador.

[159] J. H. Santos Barros e Urbano Bettencourt, *Ilhas*, s./editor, 1977, introdução.
[160] Urbano Bettencourt, *África. Frente e Verso*, Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, 2012, pp. 40 – 44.

24. PEDRO PAULO CÂMARA, ESCOLA PROF. APRODAZ, ESCRITOR, AÇORES, AICL

TEMA 3.1. VIOLANTE DE CYSNEIROS: DE ORPHEU A "AZULEJOS" - A VIAGEM SEM RETORNO

Em casos excecionais, o sucesso e a magnificência de uma obra não se prendem com a qualidade estética do texto, com a criatividade, pertinência ou a sua intemporalidade. A literatura "*não é um panteão onde, por força de uma ordem imutável, se depositariam* [apenas] *os bons autores, mas sim que pode, segundo as culturas de que participa, as épocas em que se manifesta, possuir realidades múltiplas, obedecer a leis cuja importância nem sempre se avaliava*"[161], ou avalia.

Avaliar os parâmetros que compõem um bom livro ou um "bom autor", carregando consigo toda a polémica e multiplicidade de possibilidades que o termo "bom" transporta em si", é uma tarefa árdua, sendo que, todavia, importa analisar o contributo que, num determinado contexto espacial, temporal ou cultural, um definido autor concedeu e o que dele sobejou para a posteridade.

Constatámos já, previamente[162], que Violante de Cysneiros havia resultado do génio artístico natural de Fernando Pessoa e da necessidade prática de Armando Côrtes-Rodrigues se *outrar*, tendo sido este último autor o responsável por alimentar o sopro de vida de Violante, durante a sua existência efémera, mas relevante e produtiva.

Violante, a única *fabulosa* mulher a participar em *Orpheu*, mais propriamente no segundo número, resulta, então, de um artifício de identidade que viria a enriquecer a revista e a contribuir para a unificação de textos e autores. Todavia, a sua produção textual e as suas contribuições não findam com o encerramento

[161] Gilles Quinsat, "Introdução", Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 8
[162] Consultar a comunicação proferida em outubro de 2016, no 26º Colóquio Internacional da Lusofonia – Lomba da Maia, Açores, intitulada Orpheu: o estranho caso de Violante de Cysneiros.

material de *Orpheu*, nem com a distanciação física dos seus colegas modernistas, mas expande-se ao jornal insular *O Autonómico*, na rubrica Azulejos, de abril a dezembro de 1916.

Não negamos a qualidade estética dos textos de Côrtes-Rodrigues produzidos entre 1910 e 1915, mas temos consciência de que a sua participação ativa nas publicações modernistas resulta de um conjunto de razões, mais pessoais e circunstanciais do que estabelecidas pela afinidade com uma determinada corrente estética ou filosófica, sendo que os textos produzidos e integrados nas publicações da dita corrente são, como diria Eduíno Jesus, "*um resultado do deslumbramento do poeta que, vindo de um meio naturalmente tradicionalista, conservador, apegado à lição dos mestres do passado, se viu inadvertidamente numa babilónia de ideias novas, irreverentes, iconoclastas* […]"[163], alimentadas, em larga escala, pelo amigo Pessoa.

Assim, o objeto de estudo desta comunicação será, precisamente, os textos existentes no jornal supra mencionado, assinados sob o nome Violante de Cysneiros, inseridos na rubrica também acima apontada, sendo que é necessário apresentar uma ressalva e indicar duas exceções, que constituem dois textos que não serão analisados: não será considerada a contribuição de sábado, 2 de setembro de 1916, pois, embora assinada por Violante, intitulada O PASSADO – Integralismo artístico não faz parte da rubrica "Azulejos", e o texto denominado Carta aberta ao Senhor D. Miguel de Bragança pelo Visconde de Alvaredos[164], já que o mesmo, embora incluído na mencionada rubrica, surge assinado pelo próprio Côrtes-Rodrigues. São, assim, 19 os textos em estudo, análise esta assente em três vetores, para já: presença de religiosidade e de referencialidade e ausência de sensualidade.

[163] Eduíno de Jesus, Prefácio a ANTOLOGIA DE POEMAS de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 6.
[164] Carece de investigação particular esta contribuição já que foi apurado que Manuel António Ferreira Deusdado (1858 - 1918), natural de Bragança, exilado nos Açores (onde foi professor e reitor interino do Liceu de Angra do Heroísmo, por discordar da reforma educacional implementada pelo governo de então e ocorrida no ano letivo de 1894/1895 e pela polémica que se instauraria em virtude dos vários pareces que dera), é autor da Carta ao Senhor D. Miguel de Bragança, tendo assinado sob o pseudónimo Conde de Alvaredos, texto impresso pela Typografia Sousa & Andrade, em Angra do Heroísmo, no ano de 1904. Embora o título corresponda na íntegra, o conteúdo textual é diferente.

Armando Côrtes-Rodrigues desmascara-se, paulatinamente, ao longo das contribuições em Azulejos; perde identidade Violante de Cysneiros e apresenta-se o pensamento do autor e o que representará tematicamente grande parte da sua obra e dos seus textos, desde *Em Louvor da Humildade* (1924) a *Cântico das Fontes* (1934), por exemplo. Argumentou Eduíno de Jesus que "*o poeta de Horto Fechado está longe de se encontrar em Em Louvor da Humildade, salvo em pequenos pormenores que, de qualquer modo, não dão conta da personalidade literária total do Poeta.*"[165] Sentimo-nos inclinados a discordar do argumento supra-apresentado, no sentido em que o substrato anímico e ideológico de ambas as obras é o mesmo. O próprio Eduíno de Jesus assume que "*Armando Côrtes-Rodrigues pode ser igualmente definido por qualquer dos seus livros, embora em cada um se defina diferentemente. Quer dizer: Armando Côrtes-Rodrigues é de facto um poeta de inspiração franciscana, mas é também um «subtil simulador e cantor de sensações» e ainda muitas outras coisas.*"[166], como adiante explicaremos.

A maior parte dos textos de Violante pós-*Orpheu*, presentes n' *O Autonómico*, reflete a forma como literatura e religião, sob forma de impulso ou concretização de cogitação, se completam, se provocam, se alimentam e se coordenam.

De acordo com Quinsat, "*com efeito, logo que, atrás da literatura, se descobrem as literaturas, apercebemo-nos de que estas ocupam o cerne de um campo de forças no qual se formula, em cada vez, a relação do indivíduo com a comunidade e, portanto, com os valores tanto religiosos como políticos que a movem.*"[167]

---

[165] *Eduíno de Jesus, Prefácio a* ANTOLOGIA DE POEMAS *de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 7*
[166] Idem, p. 12
[167] Gilles Quinsat, "Introdução", Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 9

Torna-se evidente, no chegar de cada edição, no então ano de 1916, a aproximação natural aos preceitos religiosos tradicionais da ilha, ou do arquipélago, um relato e manifesto apego aos costumes das gentes suas congéneres, ao que professam, ao que as envolve e as carateriza: seja o apego à religiosidade, o catolicismo silencioso e devoto e as suas diversas manifestações, seja o espaço geográfico que envolve os insulares deste início do século.

Em sintonia com Campigoto[168], citado por Eliane Kreutz Rosa, depreendemos que as fronteiras não se limitam a ser uma linha convencional que delineia um determinado espaço como forma de soberania. As fronteiras são, também, e em larga escala "*os limites de espaço e cultura que os seres humanos, sujeitos às emoções, usam para marcar o seu território cultural, linguístico e identitário*."[169]

Ainda a mesma autora, citando Meliá[170], afirma que

> *"[…] a identidade está ligada à territorialidade e esta está ligada à cultura que, por conseguinte, é comparada a uma teia de muitos significados que o homem cria e recria constantemente. O autor conceitua cultura como um conjunto de hábitos, crenças e atitudes; e a cultura é a "pele" que habitamos e estamos envolvidos nesta "pele" que é fina, sensível e transparente e na qual sentimos as sensações*."[171]

Na verdade, é intrínseco ao ser humano interrogar-se acerca da sua identidade individual e coletiva. Assim, se o questionamento faz parte da sua essência, se é natural e constante, também o é refletir acerca do seu sentido de pertença a um determinado espaço e/ou a uma determinada comunidade. É compreensível que existam manifestos e textos técnicos que apresentem ou debatam tais tópicos, mas a literatura também vive e sobrevive da sua abordagem. Em Todorov, encontramos a resposta para tal, quando este afirma que "[…] *a literatura, sabemos, existe precisamente enquanto esforço de dizer o que a linguagem comum não diz ou não pode dizer*."[172]

---

[168] J. A. Campigoto (2000), autor de Hermenêutica da fronteira: a fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Florianópolis: UFSC
[169] Rosa, Eliane Kreutz, Literatura e Alteridade: matizes do neofantástico em Lejana, de Julio Cortázar. UNIOESTE: Cascavel, 20??, p. 1.
[170] Bartolomeu Meliá (2000), autor de Identidade en movimento sustituciones Y transformaciones. In: Simpósio Nacional de Ciências Humanas. Cascavel: Scussiatto.
[171] Rosa, Eliane Kreutz, Literatura e Alteridade: matizes do neofantástico em Lejana, de Julio Cortázar. UNIOESTE: Cascavel, 20??, p. 3.
[172] Tzvetan Todorov, Introdução à literatura fantástica. São Paulo: Perspetiva S.A, 1975, p. 27

Em Azulejos, Violante não é mais, nem o poderia ser mais, um heterónimo[173], ou até um pseudónimo, mas é, isso sim, um duplo que partilha, representando a realidade, da sensação angustiante do ato de viver. Refiramos que Violante apresenta-se, então, como alter-ego literário de Armando Côrtes-Rodrigues; não como personagem de um texto narrativo, onde este se revelaria indiretamente, mas como personagem autoral representativa de Côrtes-Rodrigues. É o seu olhar que lemos: a atonia que provoca a inquietação (existencial), a inquietação que se acalma na crença, a crença que se alimenta do marasmo… a supremacia da desilusão, da angústia interior, o medo e o arrepio.

Não há, já, distância entre Violante e Côrtes-Rodrigues, pois verifica-se uma progressão da presença de um no outro.[174]

A religião revitaliza e solidifica a confiança coletiva, o sentido de pertença e a noção de comunidade. Os textos revelam a sociedade e a sociedade revela os textos. Neste caso concreto, nos textos de Violante, apesar da fragmentação territorial regional, por força de uma imposição arquipelágica, verifica-se que não há cisão identitária possível, sendo que, apesar da enumeração de festividades religiosas concretas e particulares, qualquer separação é sublimada por um sentir comum e comunitário. Não há afastamento, nem como posição, nem como reação e as imagens exibidas, as narrativas desenvolvidas, traduzem sentimentos, frequentes vezes, de forma exagerada, dramática, até, digamos, pois, que quase teatral.

---

[173] Verifique-se que a criação e utilização de um pseudónimo não implica nenhum constrangimento ou dilema no que diz respeito à autoria do texto nem à consideração do mesmo ser literário ou extraliterário, já que o autor almeja mascarar a sua identidade. A heteronímia é, todavia, bastante mais complexa, no sentido em que um outro autor é criado, com características, distintas do autor original, sejam estas emocionais, ideológicas, experienciais, com uma determinada forma de pensar, sobre si e o Outro, e de expressar esse pensamento diferenciada da do seu criador. É, obviamente, um artifício artístico, mas mais elaborado do que uma mera estratégia ilusória.

[174] Citando Rui Sousa, a partir do texto Nos Bastidores do "Drama em Gente", "[s]eria ainda interessante ter em consideração os ecos deste debate [heterónimo vrs pseudónimo] em contextos distintos, como o prefácio em que Eduíno de Jesus apresenta a poesia de Armando Côrtes-Rodrigues e, referindo-se a Violante de Cysneiros, observa que foi o próprio poeta a fazer a transição do termo "heterónimo", utilizado na reimpressão dos poemas no volume Cantares da Noite, em 1942, para "pseudónimo", opção tomada aquando da elaboração da Antologia de Poemas de Armando Côrtes-Rodrigues, de 1956. A este respeito, comenta o prefaciador: "Violante de Cysneiros é um pseudónimo. Enquanto os heterónimos de Pessoa e de Machado se explicam por uma espécie de desdobramento de personalidades literárias, [...] Violante de Cysneiros é um nome suposto do poeta Armando Côrtes-Rodrigues. Uma circunstância, que nada tinha que ver com a questão da personalidade, o determinou" (Jesus, 1989: 40)." Alfredo Margarido, por sua vez, estudioso também de Violante, integra-a no universo de heterónimos pessoanos. (SOUSA, p. 141)."

Eduíno de Jesus afirma, e bem, a respeito de Armando Côrtes-Rodrigues que *"[e]ste, considerado através de toda a sua obra poética, não está situado, porque a sua poesia não pode ser considerada em bloco, antes em cada livro de per si, cada um diferente dos mais, mas nenhum menos importante que os outros, embora cada um situado diferentemente.*"[175] O mesmo se poderá proferir acerca da prosa publicada no jornal, já que, numa atitude de distanciamento e observação, é necessário proceder a um isolamento do objeto analisando, embora mantendo a consciência de que este faz parte de um todo.

Philippe Hamon defende que *"não existem sociedades sem normas e, portanto, sem distinções de valores*" -dados empíricos exteriores à obra -, pelo que não será "*descabido perceber que o autor possa estar sujeito aos sistemas de valores políticos e morais*"[176], encerrado na ou condicionado pela problemática metafísica do verdadeiro e do falso, *"[d]o bem e [d]o mal, [d]o permitido e [d]o proibido* […]", mesmo que estes não se apresentem "[…] *sob forma de antíteses absolutas ou dicotomias maniqueístas."*[177]

Tal afirmação justifica, em certa medida, a orientação de Côrtes-Rodrigues, já que parte dos textos em análise, na exploração de temas piedosos, assume a forma de prosa religiosa, sendo que os restantes, não sendo síncrises, completam e contextualizam o expresso, pelo enquadramento espacial e etnográfico.

Exemplifiquemos. Atente-se nos vocábulos e, por consequência, nos campos lexicais oferecidos por Violante de Cysneiros aos leitores *de O Autonómico* do início do século XX, apenas, para já, debruçando o olhar e a análise sobre os títulos de algumas das suas participações textuais; sendo que, *posteriormente*, escrutinados serão determinados conteúdos.

---

[175] *Eduíno de Jesus, Prefácio a ANTOLOGIA DE POEMAS de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 5*
[176] Philippe Hamon, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 60.
[177] Ibidem, p. 61

Nas contribuições de 13 e de 14 de junho, são referidos dois santos da Igreja Católica, nomeadamente Santo António e São João, em "Santo António de Lisboa" e "Noite de São João", e, indiretamente, em setembro[178], outro, nomeadamente São Francisco de Assis, como se perceberá pelo conteúdo, de em "A morte de um santo"; sendo que, em agosto, há referência, ainda, ao Senhor da Pedra[179], festividade típica de Vila Franca do Campo. Esta afeição à festividade desenvolvida na sua terra natal é quase como que natural e intrínseca a Côrtes-Rodrigues, sendo este o autor do hino,

"Neste passo afrontoso da Paixão,
Desse trono de luz e de glória, ó Deus,
Protegei, ó Bom Jesus da Pedra,
A nossa Vila e mais os filhos seus.

Nossos pais nos legaram esta fé,
Que queremos manter sempre firme em Vós,
Coração de infinita ternura,
Dai-nos perdão e amparo a todos nós.

Nesta vida em tormentos sem ter fim,
Que podemos Jesus sem o Vosso amor,
Escutai a nossa prece ardente,
Pois só em Vós esperamos, ó Senhor."

com letra dos anos 50, sendo a composição musical de 1890, da autoria de Guilherme Cabral.

A experiência dos seus primeiros anos acabaria por marcar profundamente a sua vida e a sua produção literária, mesmo que sob o nome de Violante. Repare-se que o próprio Côrtes-Rodrigues regista na sua correspondência

[178] Consideramos pertinente o facto do texto sobre a vida e morte de Francisco de Assis ter sido publicado em setembro, pois a sua morte assinala-se a 3 de outubro (1182-1226), tendo sido alvo de uma rara rápida canonização apenas dois anos depois da sua morte, a 16 de julho de 1228, pelo Papa Gregório IX.

[179] *De acordo com a informação disponível no sítio online da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (http://www.scmvfc.pt/index.php/cult/cult/main) a imagem representa "o "Ecce Homo", o Cristo coroado de espinhos, sentado numa pedra. As festas em honra do Senhor Bom Jesus da Pedra estão sob a alçada da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo. Consta, do arquivo da Santa Casa da Misericórdia, o manuscrito que dá conta do reconhecimento e da autorização papal, em 1903, das festividades que já se realizavam.*

"*Naquele tempo [o tempo da sua infância] a Vila tinha um ar fundo de Convento. O silêncio nas ruas era quase claustral. As únicas manifestações coletivas eram as religiosas. Tudo andava à volta disso e a vida decorria entre a casa e a igreja. (...) A nossa primeira casa tinha um forte sabor religioso para o que bastava já a presença da freira franciscana e a proximidade da igreja do Hospital com a imagem do Senhor da Pedra, cujas joias eram cuidadas lá em casa, no arranjo da cana e da coroa de espinhos para a sua festa que foi sempre a segunda da ilha*"[180]

Ademais, argumentou Eduíno de Jesus que para o autor "[…] *fundamentalmente católico, a alma durante esta vida terrena, encontra-se em um estágio entre Deus, de que provém, e o mesmo Deus, a que, depois da morte do corpo, retornará* […]", sendo que é manifesta "[…] *a influência do meio insular, determinado pelas grandes solidões marítimas* […]", paradigma que "[…] *envolve a expressão de religiosidade de Armando Côrtes-Rodrigues de um véu de cores locais.*"[181] Violante sorve e expõe esta insularidade e a tendência religiosa dos ilhéus. No que se refere a um manifesto pendor religioso, deste modo, não se extinguem, por aqui, as referências, já que a sua contribuição inicial, em abril de 1916, a título ilustrativo, é dedicada às (e intitulada de Romarias I) romarias quaresmais[182].

I - Romarias[183]

"*Romarias… E a voz dos Romeiros é a Alma da Paisagem no espanto de se sentir acordada e vibrante.*
Andaram saudades nos meus olhos naquele entardecer em que a fila dos peregrinos era um rosário vivo no verde calmo dos montes e em que a ermidinha era mais branca sob o azul do céu que desmaiava.
E na paz religiosa da tarde os ecos acordaram para dizerem a anciã amargurada das orações que lá iam subindo." […][184]

É possível verificar nos escritos de Violante de Cysneiros publicados no jornal mencionado, uma notória mudança de registo relativamente a *Orpheu*, agora de pendor bastante mais religioso e bucólico, e do uso da linguagem, como já adivinhava Pessoa que acontecesse quando escrevia, no mesmo texto em que justificava a ausência de contributo de Côrtes-Rodrigues para o terceiro número da revista:

---

[180] Eduíno de Jesus, Prefácio a *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 15
[181] Idem, pp. 36-37.
[182] Gaspar Frutuoso, na obra Saudades da Terra, Livro IV – Açores: São Miguel, de final do século XVI, que corresponde a um profundo estudo sobre a Macaronésia, regista já a existência das romarias e a sua origem. Neste, indica que estas romarias em particular terão tido origem após o terramoto de 1522, que destruiria Vila Franca do Campo, a então dita capital da ilha de São Miguel, e a partir de uma procissão de ação de graças. A repetição desta procissão seria convertida e traduzida posteriormente em romaria quaresmal, como estratégia humana de regeneração da alma e de penitência, com a duração de uma semana, ao redor da ilha, no sentido do sol, visitando lugares de culto de invocação mariana.
[183] Violante de Cysneiros, Romarias I, rubrica Azulejos, in O Autonómico, Vila Franca do Campo, sábado, 12 de maio de 1916, n. 883. A partir deste ponto, todas as referências e citações de Azulejos apresentarão, de seguida, a indicação do título e ordem de contribuição.
[184] Nesta mesma data, neste jornal, na mesma página, Côrtes-Rodrigues publicaria um texto-homenagem ao já falecido Mário de Sá Carneiro, seu amigo e companheiro de escrita, intitulado "Á Memória do Poeta Sá-Carneiro".

"*Aqui lhe deixamos, num abraço, a expressão da nossa camaradagem de sempre; e o perpetrador destas linhas, velho amigo seu, acrescenta a ela o desejo de que Côrtes-Rodrigues se não embrenhe demasiado, como de há tempos se vai embrenhando, no catolicismo campestre, pelo qual facilmente se aumenta o número de vítimas literárias da pieguice fruste e asiática de S. Francisco de Assis, um dos mais venenosos e traiçoeiros inimigos da mentalidade ocidental.*"[185]

Repare-se que este tema, a título de exemplo, será repescado e reutilizado na obra *Em Louvor da Humildade*, de 1924, na composição lírica intitulada Romeiros[186]

"Céu de chumbo! Escuta… Ave
Maria, cheia de graça…
No seu cantar arrastado
A romaria lá passa…

Acordam ecos da serra,
Ó quanta fé nessa voz!
Numa toada dolente:
Mãe de Deus, rogai por nós!

Ao escutá-la, comove-se
O coração. Que tristeza.!
Anda naquelas palavras
Toda a dor da Natureza."
[…]

Não há afastamento expressivo ou ideológico entre a Violante de Azulejos e o sujeito lírico de *Em louvor da Humildade*, embora a publicação imponha uma separação de 8 anos. Não só o tema é comummente abordado, como é tratado da mesma forma e com o mesmo vocabulário. Em ambos, se apresenta uma manifestação religiosa particular, realçando-se a voz, o canto dolente e arrastado, ecoando na paisagem, sendo que a própria natureza, capitalizada, é a representação material da tristeza da oração, ora pelo "*céu de chumbo*", ora pela Natureza se manifestar, de forma vibrante e acordada, na voz dos romeiros.

[185] Textos de Crítica e de Intervenção. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1980. p. 227. in http://arquivopessoa.net/textos/646)
[186] Eduíno de Jesus (Seleção e Prefácio) *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 145

Verifica-se nos textos em análise, salvo raras exceções, uma estética do pessimismo, quase como se o próprio pessimismo, mais do que uma marca textual, uma condição de vida ou uma condicionante do quotidiano, fosse a própria filosofia de existência do sujeito. Esta disposição do espírito condiciona os conteúdos e a melancolia, o desânimo, o tédio e o desencanto para com a vida são refletidos em expressões como

> "*No castelo do sonho a princeza morrera.*" e "*Depois foram longas tristezas dos longos dias de martírio.*" (III- Alvorecer, maio); ou *"Na lareira* […] *as últimas brazas morreram lentamente… E a Fome veio sentar-se no lar onde a miséria colhera as derradeiras alegrias* […]" (IV- Lar sem pão, junho), ou, ainda, "*Para uma angústia sinistra na vastidão dos campos. […] Rosas desmaiam nos canteiros perturbadas pelo seu próprio aroma.* […] *A Hora pesa numa realidade fatídica.*" (XI – Ladainha no Meio-dia, agosto).

É, pois, uma psique derrotada e abalada pela "[…] *melancolia do poente*" onde "*anda a penumbra esbatendo a forma viva das coisas*" (VIII- A Vida e a Arte), mesmo em dias de festa em que "[…] *a apoteose do Sol, erguido sobre as montanhas na grande bênção matinal* […]" é antecedido pela "[…] *agonia lenta das irmãs estrelas, muito além, no céu desmaiado e frio da madrugada* […]" num […] *martírio obscuro* […]" de quem *"[n]inguém se apercebeu* […]. (II- Dia de Festa, maio), como doença que corrói o *Ser*, física e espiritualmente, derrotando-o. Violante embarca, então, em meditações sobre o transcendente e a moral, o enigmático e o nebuloso, como o próprio clima, aquilo que é inatingível e invisível ao olhar do mortal, pecador.

O campo das emoções é, regra geral, minado pela negatividade sobranceira: os defeitos, o(s) silêncio(s), a(s) escuridão(ões); os campos despidos, a penumbra que envolve as gentes e a natureza, os próprios ritos que perpetuam a dor e a autocomiseração. É intrínseca esta negatividade alimentada aos poucos.

O Dia de Finados (XVIII – Dia de Finados, novembro), assinalado a 2 de novembro, é apresentado, oportunamente, e a natureza reflete o caráter consumido e mortificado da data que visa celebrar quem já expirou: "*Céu de chumbo* […]*". Chove, a "*[…] *água barrenta* […]", da lama que se agrega à corrente, corre ribeira abaixo; o nevoeiro negro invade o olhar e a espuma decora *"*[…] *a superfície azul* […]" do mar, seguramente bravio e inóspito.

É a Morte quem traz notícias de uma outra Vida, pois na tradição cristã, e nesse catolicismo profundo, apenas se acede à vida eterna pela morte física, enquanto do Céu cai a tristeza, como chuva de inverno, e o vento "[…] *anda rezando a ladainha dos mortos.*"

Nem no seu texto de despedida da rubrica, Natal (dezembro), aquele que haveria de ser a sua última contribuição para *O Autonómico*, no longínquo dezembro de 1916, se Violante expressa felicidade, ou um momento natural de descomprometido contentamento, naquela que poderia ser uma época festiva.

Dividido em dois breves, mas intensos, parágrafos, Violante ignora o Natal presente e embrenha-se no "*Natal da [sua] infância*". A saudade, neste caso quantificada, mesmo que em abstrato, pela pluralização do vocábulo, materializa-se nos "*bonecos do [seu] presépio*[187]", símbolo natalício, representação simples do nascimento de Cristo, mas repleto de significado por apresentar a grandiosa humildade do seu nascimento, mas também, a noção de união, comunhão e convergência: na pobreza, uma mãe dá à luz um filho, em um ambiente de amor e dedicação, segurando-o amavelmente nos seus braços.

Violante inicia o segundo parágrafo de Natal aludindo a uma figura feminina metafísica *"*[…] *Aquella que nunca [naquela] noite de Natal a [tivera] nos seus joelhos*". De facto, nunca joelhos alguns seguraram Violante de Cysneiros; nem o corpo de Violante se sentaria em alguns joelhos. Porém, Armando Côrtes-Rodrigues também não se sentaria ao colo de sua mãe, como humano e mundano menino Jesus insular, pela morte desta aquando do seu nascimento. Está, assim, transposto o escritor, a sua experiência vivencial para Violante e para o texto que ela assina.

Ainda em Natal, se as saudades bonecos são, as lágrimas são espelho que formam "*o lago do pescador solitário.*" Côrtes-Rodrigues é o próprio pescador solitário que recorda uma beleza que nunca viu, que é uma memória de algo que nunca teve, como se constata na passagem "*recordar uma beleza que revive no encantamento do meu Sonho*". Do Sonho, extrai a ternura de que necessita para acalmar a dor e para, assim, consumar o descanso, já *que* […] *nesta ternura que de ti me vem, as minhas dores adormecem-me tranquilamente no regaço. E é como se Ella me tomasse nos seus braços e me adormecesse* […] *cantando a alegria serena d' esta noite de mistério e d'amor."* Está e estará, sempre, incompleta esta noite.

[187] No século XIII, São Francisco de Assis, haveria de recriar o presépio, através de uma encenação, nos moldes em que hoje o conhecemos.

Em escritos posteriores verificamos, novamente, o elo entre Violante e Côrtes-Rodrigues, que sumariam o que aqui se afirma e defende. Em "Cantiga do Natal", de 1959, o poema-quadra revela-o: "*Saudade de almas em sonho, / Enleios que o tempo fez… / Este encanto do Natal / É ser menino outra vez.*"[188], tal como em "Canção do Natal Triste": *"Vens de mansinho, / pela calada, / abres os braços, não dizes nada. […] Vens de tão longe… / És a Saudade/ deste presépio/ da mocidade. […] Natal alegre, / berço quentinho! / Triste Natal / de ser sozinho.*"

Por sua vez, no que diz respeito à sensualidade e à carnalidade, estas estão presentes nos poemas de *Orpheu*, criação de Violante, pela auto representatividade feminina, bem como pela visão erótico-sensual, no ato sensitivo e físico de proceder à dança do corpo. Conceitos como amor, poesia e erotismo, estão, desde sempre, ligados à literatura e surgem, pois, frequentemente associados à figura feminina, como podemos constatar, a título ilustrativo, nas diversas cantigas de amor da Idade Média e na visão petrarquista de mulher, no humanismo italiano, que se disseminaria pela Europa.

A mulher é representada (e representa-se) ostentando uma imagem sensual e erótica, em textos em que a própria ideia de sedução e encantamento surge associada à exaltação do corpo feminino e da formosura da mulher, seja esta física e psíquica, isto é, tanto no que diz respeito às evidências corpóreas como aos fenómenos emocionais e psicológicos, caso de algumas composições de Camões, se quisermos ter em conta literatura nacional, mas universal.

Na poesia modernista, a mulher figura feminina aparece dotada de voluptuosidade, como origem de desejo, mulher carnal, feminina, sensual. Como referiu Eduíno de Jesus, a sensualidade presente nos textos que compunham a contribuição de "*a mulher que nunca foi*"[189] no segundo número da revista *Orpheu*, dissipou-se. "A mulher que nunca foi", desvanecer-se-ia e, se em *Orpheu* se destaca a delicadeza e singeleza de uma tranquila, mas fecunda, tarefa

[188] Eduíno de Jesus (Seleção e Prefácio) *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 110.
[189] "A mulher que nunca foi: para um retrato biográfico de Violante de Cysneiros" / Anna Klobucka. In: Revista Colóquio/Letras. Ensaio, n.º 117/118, set. 1990, p. 103-114.

feminil ("*Há pouco quando bordava / Picou-me a ponta dos dedos / A agulha com que bordava* […]"[190] manchada pelas gotas rubras do sangue que escorre das veias, já que a criatividade contém os seus riscos; se, em *Orpheu*, Violante se metamorfoseia, e ganha vida, em Salomé atuante, dançante, sensual ("*Ergui-me em curva e de pé/ do meu corpo fiz sentidos* […] *Presente no meu olhar, / Eu fui Outra Salomé / Feita de mim a dançar*."), ser que apenas se completa mediante a fusão do sentir-Se viva e bailante, livre e espontânea, representando e fazendo uso da sua volumetria, como podemos observar nos versos dedicados a Alfredo Pedro Guisado: "*Dancei… Dancei… E o Ver-Me / Toda de curva e de pé / Era o sentido de Ser-Me*."; se, em Orpheu, no poema dedicado ao próprio Armando Côrtes-Rodrigues, Violante corporiza a sua duração e a sua presença "*De há dois annos*", pela descrição das suas mãos "esguias", que acolhem carinhos, e das suas unhas "*cor de rosa*", onde aplica a pomada que alguém, antes, punha, e as vai polindo, nesse gesto continuado marcado pelo gerúndio; em Azulejos a atitude feminina é de contemplação pura, de súplica e penitência.

A mulher queda-se perante o movimento masculino, perante a voz masculina, perante a presença masculina, colocando em evidência marcas culturais e sociais do passado e do presente de uma sociedade marcadamente patriarcal, como acontece com a rapariga, como tantos outras, que assiste à passagens dos ranchos de romeiros: "*E nos grandes olhos tristes d'aquella rapariga que passa, desfiando o seu rosário de amarguras* […]" (I- Romarias); ou com a mãe-esposa que assiste à entrada da Fome porta adentro: "*Ella* [a mãe] *viera sentar-se defronte, mais constrangida ainda por aquelle longo* silêncio que a abafava como um martírio maior" (IV – Lar sem pão, junho), enquanto o marido "*remexe o barrete nas mãos nervosas."*

A mulher queda-se perante o sofrimento, a inevitabilidade do fenecimento e a miséria, como visível em *"Passam as horas da nossa vida como a brevidade triste desse poente. E os sonhos cahem como as folhas secas lentamente ao sopro da desilusão. Tudo envelhece de tédio ou de abandono.* […] *Ficamos na penumbra das nossas sensações contraditórias, somos a caravela parada em calmaria no mar do sonho que se não vive."* (XVII – Carta para longe[191], outubro).

---

[190] Orpheu 2, p. 57.

[191] Na obra Em Louvor da Humildade, de 1924, Armando Côrtes-Rodrigues haveria de atribuir o título "Carta para longe" a um dos seus poemas, do qual transcrevemos uma quadra: "Depois que daqui saíste / Nunca mais houve alegria / Que no céu da nossa vida Veio a noite e foi-se o dia."

Nos poemas de *Orpheu*, há movimento, há ação ora no bordar, ora no dançar, ora no polir das unhas, ora no erguer-se, ora no curvar-se, sendo que esta dicotomia última alternada compõe a sua existência e a justifica, já que é o "*espelho dos* [seus] *sentidos*." Em Azulejos, vive-se no campo da estaticidade e do sonho, que não é perfeito e que se desvanece, "*em que o silêncio da morte devora[-me] a alma*" e em que, quase omnipresentemente *"[p]aira uma imensa tristeza nesta hora apagada em que a paisagem perdeu o encanto da sua cor.*" (XIII – Lição dos velhos tempos, setembro).

As obras de Côrtes-Rodrigues espalhar-se-ão, decerto, por diversas estantes, sob diversas catalogações, em género ou conteúdo, e a sua obra sobrevive dessa heterodoxia etnográfica e literária, sendo que, frequentemente, nos seus textos, as margens, ou fronteiras que deveriam isolar cada termo estão diluídas. Reconhecemos que, tal como Eduíno de Jesus,

> *"[…] de Armando Côrtes-Rodrigues não se pode dizer, […] que é um «subtil simulador e cantor de sensações», porque isso é apenas definir o poeta de Orpheu; que é um poeta de inspiração etnográfica, porque isso é apenas definir o poeta de Em Louvor da Humildade; que é um poeta de inspiração franciscana, porque isso é apenas definir o poeta de Cântico das Fontes; e assim por diante definindo o poeta conforme cada um […] dos seus ciclos evolutivos*."[192]

Em Côrtes-Rodrigues e em Violante de Cysneiros, poesia e prosa fundem-se, literatura e etnografia combinam-se, tal como se fundem o ser-criador e o ser-criado. Na sua produção, verifica-se uma sobreposição de papéis, já que o escritor, poeta ou dramaturgo, é simultaneamente, o etnógrafo. Não há desvinculação de um em relação ao outro ou anulação de um em detrimento do outro.

Todo o potencial criativo é colocado ao serviço da expressão literária e etnográfica, numa atitude crítico-criativa de produção interdisciplinar.

[192] Eduíno de Jesus (Seleção e Prefácio) *ANTOLOGIA DE POEMAS* de Armando Côrtes-Rodrigues, Ponta Delgada: Arquipélago, 1956, p. 8.

Uma perspetiva mais conservadora ou imutável consideraria essa fusão um enfraquecimento, mas o próprio Ítalo Calvino, em *Ensaios sobre Literatura e Sociedade*, aborda as possibilidades de prováveis trânsitos entre campos distintos. Verifica-se, em prol da criação artística e do registo etnográfico, e daquilo que de mais pessoal ou universal ambos os registos transportam, a valorização da vivência, da experiência, do contextual e do temporal.

Quinsat constata que o "[…] *o leitor é parte ativa visto que é conduzido a desenvolver a pluralidade de significados ocultos pelo texto* […]" e que "*todo o texto viaja* […] *também fora das fronteiras geográficas e linguísticas em que surgiu. O tempo vem, por sua vez, enriquecer o seu significado*."[193]

Ao longo das últimas décadas, os textos de Armando Côrtes-Rodrigues têm sobrevivido e têm ganho novos significados, à luz de diversos olhares, como o nosso, e à luz de novas abordagens.

Existe consciência histórica e a construção dessa realidade passa, também, pela expressão escrita da mesma e pelo seu registo. Desta forma, "[…] *analisando a linguagem e a forma como são articuladas as referências e questões específicas desse contexto, pode*[mos] *reconstruir esse outro tempo, ganhando conhecimento de situações, detalhes e circunstâncias*."[194] E, nesse sentido exato, Violante cumpriu a sua missão.

Os textos pós-Orpheu de Côrtes-Rodrigues, da prosa, ao teatro, percorrendo os meandros da poesia, exibem uma panóplia de temáticas religiosas e rurais que se enquadram naquilo que poderíamos denominar de abordagem franciscana e de lirismo popular. A Violante, de Azulejos, embora escrevendo em prosa, apresenta ambos, contaminada pelo seu criador.

BIBLIOGRAFIA

[193] Gilles Quinsat, "Introdução", Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 9.
[194] Philippe Hamon, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, O Grande Atlas das Literaturas, Página Editora, 2000, p. 60.

AIRES, Fernando (2002), *(Prefácio e Notas) Armando Côrtes-Rodrigues e Eduíno de Jesus – Correspondência.* Ponta Delgada: Museu Carlos Machado.
ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1983), *A questão da literatura açoriana: recolha de intervenções e revisitação.* Angra de Heroísmo: Secretaria Regional de Educação e Cultura.
ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1989), *Açores, Açorianos, Açorianidade – um espaço cultural* -. Ponta Delgada: Signo.
BARRETO, José (2011), "António Ferro: Modernismo e Política"; *in Portuguese Modernisms: Multiple Perspetives on Literature and the Visual Arts*, Londres: Legenda, p. 135-154.
BARRETO, José (2015), *"O ano do Orpheu em Portugal", in 1915 – O Ano do Orpheu*, Lisboa: Tinta da China.
BARTHEZ, Roland (1990), *O Óbvio e o Obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira
BÉRNÁRDEZ, Enrique (1982), *Introducción a la Linguística del Texto*. Madrid, Espasa-Calpe
CALVINO, Ítalo. 2003 [1995], *Ponto Final. Ensaios sobre Literatura e Sociedade*. Lisboa: Teorema
CARVALHO, Ruy Galvão de (1988), *Poetas dos Açores*. Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais/Secretaria Regional da Educação e Cultura.
CÔRTES-RODRIGUES, Armando (1953), *Horto fechado e outros poemas*. Porto: Imprensa Portuguesa.
DIEGUES, António Carlos (1998), *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec.
ENES, José (1982), *Estudos e Ensaios*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
FERREIRA, Manuel (1999), *Açores: origens, raízes e história*. Ponta Delgada.
FERRO, António (Editor) (1915), *Orpheu:* revista literária. Volume 1.
FISCHER, Gustave-Nicolas (1994), *A psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget,
FREITAS, Vamberto (1992), *O imaginário dos escritores açorianos.* Lisboa: Edições Salamandra.
JESUS, Eduíno (1956), *de (seleção e prefácio) Antologia de poemas de Armando Côrtes-Rodrigues*. Coleção Arquipélago. Coimbra Editora: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
KLOBUCKA, Anna "A mulher que nunca foi: para um retrato biográfico de Violante de Cysneiros" in: *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n.º 117/118, set. 1990, p. 103-114.
NEGREIROS, José de Almada (2015), *Orpheu, 1915-1965*, Lisboa, Ática.
NEMÉSIO, Vitorino (1929), *O Açoriano e os Açores*. [S. l.]: Renascença Portuguesa.
PEIXOTO, José Luís (2003), *Diário de Notícias*.
PESSOA, Fernando (Bernardo Soares) (1997), *Livro do Desassossego*, Lisboa, Assírio e Alvim.
PIZARRO, Jerónimo, (2015), "Orpheu, uma revista-manifesto", *Revista Desassossego*.
RAPOSO, Hipólito (1942), *Descobrindo ilhas descobertas.* Porto: Edições Gama.
SÁ-CARNEIRO, Mário (2001), *Cartas de Mário de Sá-Carneiro a Fernando Pessoa*, Lisboa, Assírio e Alvim.
SACHET, Celestino (Org. e Notas) (1998), *A Lição do Poema – Cartas de Cecília Meireles a Armando Côrtes-Rodrigues*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.
SOUSA, Rui, (2015), "Nos Bastidores do Drama em Gente": etapas da evolução dos Heterónimos à luz da correspondência órfica", in: *Pessoa Plural: A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 7, p. 132-159
SERRÃO, Joel (intr.) (1985), *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*. Lisboa: Livros Horizonte.
TODOROV, Tzvetan, (1975), *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspetiva S.A.
http://arquivopessoa.net/

25. ROLF KEMMLER, UTAD VILA REAL – ALEMANHA, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL) E AICL

TEMA 2. O GOLPE CONTRA A PLURALIDADE ACADÉMICA DE IDEIAS DENTRO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, ROLF KEMMLER (VILA REAL) *

1 INTRODUÇÃO

Como é sobejamente sabido, desde a sua fundação em 1779, a Academia das Sciencias de Lisboa tem diversificado os seus interesses científicos em várias áreas do saber humano, desde as ciências 'puras e duras' até aos aspetos mais variados que pertencem às Humanidades. Desde a fundação da Academia, a discussão da 'ciência' tem sido feita democraticamente nas sessões das respetivas classes, na mais perfeita igualdade dos sócios presentes. Ao considerarmos que a ortografia da língua portuguesa é um assunto marcadamente linguístico, convém constatar que hoje, dentro do quadro humano da nossa Academia portuguesa, as Ciências da Linguagem, do ponto de vista estatutário só têm cabimento dentro da '2.ª secção — Filologia e Linguística', a qual, conforme reza o artigo 10.º dos nossos *Estatutos* (2015: 5689), conta com cinco sócios efetivos e 10 sócios correspondentes nacionais, dos quais – obviamente – nem todos forçosamente são supostos de possuírem qualquer competência científica em Ciências da Linguagem. Assim, atualmente (e sem desprestigiar os eminentes filólogos nela reunidos), a 2.ª secção da Classe de Letras só conta com dois sócios efetivos com sólida formação e doutoramento em Ciências da Linguagem, que possuem currículo científico sério dedicado à matéria em apreço. Estou a referir-nos aos confrades João Malaca Casteleiro, sócio correspondente desde 15 de março de 1979 e sócio efetivo desde 27 de novembro de 1997 e Telmo dos Santos Verdelho, sócio correspondente desde 31 de maio de 2010 e sócio efetivo desde 23 de fevereiro de 2016.

2 O GOLPE: A PREPARAÇÃO NOS BASTIDORES

Depois da aprovação dos novos Estatutos da Academia através do Decreto-lei n.º 157/2015, de 10 de agosto, foi no plenário de 17 de dezembro de 2015 que Artur Anselmo de Oliveira Soares (que tinha sido eleito sócio correspondente da 1.ª Secção – Literatura e Estudos Literários em 23 de julho de 1992 e sócio

efetivo em 17 de junho de 1999) chegou a ser eleito como Presidente da Academia e Presidente da Classe de Letras, pela primeira vez para um triénio, ou seja, para 2016 até 2018.

Como já antes era presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa (ILLLP), arrogando para si, quando achou conveniente, os louvores da responsabilidade pelo *Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa* académico de 2012 (ACL 2012). Assim, a poucos dias de fazer 77 anos, Artur Anselmo atualmente detém as rédeas do poder na Academia de forma absoluta.

Como académico que não possui formação específica nem entende mais sobre a matéria do que o utente médio do sistema gráfico português, o académico e cidadão Artur Anselmo nunca escondeu o seu desprezo pelo *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) ou pelos académicos que o promoveram. Ainda antes da sua eleição como Presidente da Academia, promoveu, nos dias 9 e 10 de novembro de 2015, um colóquio intitulado «Ortografia e bom-senso», do qual esperava algum ímpeto para as suas lides contra o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990). Mas como – a julgar pelas intervenções da maioria dos intervenientes – os contristas se fizeram representar por pessoas de duvidosa respeitabilidade científica, o verdadeiro título do evento bem poderia ter sido «Colóquio de contristas».

Apesar deste contratempo, o ilustre contrista-mor não desistiu, mas voltou a promover a sua posição pessoal, sobretudo desde finais de novembro de 2016, através de uma série de entrevistas e publicações em nome da Academia, culminando nos sete considerandos falaciosos dos «Subsídios para um aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», da autoria da académica Ana Salgado (2016a), que foram publicados em rede em finais de novembro de 2016.

3 A REUNIÃO DO ILLLP DE 12 DE JANEIRO DE 2017

No dia 12 de janeiro, houve uma reunião do ILLLP. Para a ocasião, a académica Ana Salgado tinha trazido uns textos sobre alguns dos aspetos que desejava alterar, nomeadamente, sobre o uso hífen e sobre a grafia das consoantes não proferidas. Ao longo da sua apresentação em que apresentava o seu projeto pessoal, a confreira insistiu várias vezes no facto de o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (1990) ter criado um número considerável de palavras novas. Este e outros argumentos falaciosos pouco fizeram para convencer os académicos e consultores presentes.

4 A VOTAÇÃO DAS *SUGESTÕES* NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2017

Como preparação do plenário de sócios efetivos de 26 de janeiro de 2017, foi no dia 19 de janeiro de 2017, que todos os sócios efetivos da Academia das Ciências receberam um e-mail que continha o documento intitulado *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (Salgado 2016b) que na presente forma nunca tinha sido objeto de qualquer discussão dentro das sessões da Academia. As *Sugestões* são identificadas como publicação da Academia, tendo sido coordenadas, mais uma vez, pela académica Ana Salgado, que igualmente foi responsável pela versão alterada do mesmo documento (Salgado 2017a).

Como o documento apresentado é bastante caótico e não isento de afirmações falaciosas, três dos quatro linguistas atualmente ativos na Academia das Ciências, ou seja, João Malaca Casteleiro, Telmo Verdelho e Rolf Kemmler fizeram questão de apresentar um texto intitulado «Algumas observações às Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa» para que este fosse acrescentado à ata do plenário. Neste documento, os académicos manifestaram a sua preocupação perante fenómenos como plágio e outros aspetos nas *Sugestões* que podiam pôr em causa o bom nome da Academia.

Dado o poder quase absoluto do Presidente, pouco admira que os sócios efetivos presentes naquele plenário tenham sido levados a votar maioritariamente na proposta do Presidente da Academia. Menos admira, porém, que todos aqueles académicos que realmente percebem do assunto, optaram por votar contra, perfazendo cinco votos contra o projeto.

Assim, foi no dia 7 de fevereiro de 2017 que os académicos contristas Artur Anselmo, Manuel Alegre, Martim de Albuquerque e Ana Salgado, todos eles, repita-se, académicos sem currículo científico em linguística, se deslocaram a São Bento para apresentarem o seu projeto à «Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto» da Assembleia da República.

Sabe-se que não terão convencido os deputados presentes, merecendo ainda uma declaração do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, no sentido de o Governo Português afastar qualquer revisão do Acordo Ortográfico na presente conjuntura.

5 O «ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DA ESCRITA»

Apesar do contratempo de a legislativa portuguesa não se manifestar interessada no seu projeto de reforma, os académicos contristas continuam sem desistir e organizaram, com convite público para todos os interessados, um evento chamado «Encontro de Profissionais da Escrita», a realizar-se na Academia das Ciências de Lisboa no dia 9 de março de 2017. No entanto, o Presidente do ILLLP resolveu vedar o acesso ao evento aos académicos linguistas interessados em partilharem a sua visão das coisas, insistindo que somente podiam falar os seguintes convidados – e citamos do programa do encontro, tal como foi enviado aos académicos:

- Edviges Antunes Ferreira – Associação de Professores de Português;
- Maria do Carmo Vieira – Associação Nacional de Professores de Português (ANPROPORT);
- José Manuel Mendes – Presidente da Associação Portuguesa de Escritores;

- Teresa Salema – PEN Clube Português;
- Odette Collas – Presidente da Associação Portuguesa de Tradutores
- Inês Lourinho – DECO PROTESTE;
- Olivier Pellegrino – Instituto Português da Qualidade;
- José Rebelo – Presidente da Associação de Estudos de Comunicação e Jornalismo;
- Sofia Branco, Sindicato de Jornalistas;
- Nuno Pacheco, jornalista do *Público;*
- Fernando Venâncio, Investigador sénior em História do Léxico Português

Para além disso, houve uma Mesa-redonda com a participação de: Rosário Andorinha (da ANPROPORT) e o consultor académico D´Silvas Filho (autor do livro *Prontuário Universal – Erros Corrigidos de Português*). Parece evidente que este elenco de 'ilustres desconhecidos' na área de estudos científicos sobre a ortografia da língua portuguesa carece de qualquer comentário...

6 CONCLUSÃO

A qualquer pessoa entendida em história do século XX, a prestação do presidente Artur Anselmo dentro da Academia das Ciências de Lisboa (e fora dela, em representação da mesma) deverá lembrar o fenómeno da *Gleichschaltung* da parte do Partido Nacional Socialista Alemão. Em semelhança do que aconteceu na Alemanha desde 1933, o atual presidente está a fazer tudo para terminar com a pluralidade académica de ideias, calando e ostracizando a oposição para impor, assim, de forma totalitária, a sua visão pessoal de como a ortografia portuguesa deve ser.

A forma como Artur Anselmo se fez eleger Presidente de uma Academia das Ciências democrática e republicana, para em seguida passar a ignorar a igualdade académica e o direito estatutário, violentamente impedindo a pluralidade de ideias, tudo para conseguir a sua agenda pessoal segundo o lema *quero,*

posso e mando, choca particularmente, uma vez que não podemos deixar de constatar que, aparentemente, nem todas as pessoas que se movimentam no Portugal de hoje chegaram a abraçar da mesma forma os ideias do antifascismo, do republicanismo e da democracia numa sociedade moderna que cresceu depois do 25 abril.

Mas o aspeto em que a atitude antidemocrática do presidente da Academia fica ainda mais evidente é o elenco dos convidados do *Encontro* de 9 de março. Mesmo que tenham faltado os nomes de alguns juristas que se têm vindo a manifestar sobre o assunto, a lista dos intervenientes lê-se como um verdadeiro *Who is Who* do contrismo português. Em vão procuramos o nome de qualquer pessoa com currículo científico sobre o assunto.

Não foi admitido qualquer investigador sério que pudesse fazer uma avaliação científica e objetiva. Nós, linguistas e académicos, tivemos que ficar fora deste evento na nossa casa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACL (2012) = Academia das Ciências de Lisboa (2012): *Vocabulário Ortográfico Atualizado da Língua Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Estatutos (2015): «Decreto-Lei n.º 157/2015, de 10 de agosto: Procede à quinta alteração aos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/78, de 12 de janeiro», em: *Diário da República: Série I-B* 154 (segunda-feira, 10 de agosto de 2015), págs. 5670, 5687-5694.

Salgado, Ana (2016a): «Subsídios para um aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa», em: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/3970770_ao_subsidios.pdf (último acesso: 11 de janeiro de 2017).

Salgado, Ana (coord.) (2016b): *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. [documento digital, enviado por e-mail no dia 19 de janeiro de 2017]

Salgado, Ana (coord.) (2017a): *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, em: http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/7764123_ao1990_acl.pdf (última consulta: 4 de abril de 2017).

Salgado, Ana (2017b): «Resposta de Ana Salgado ao documento *Sugestões para o Aperfeiçoamento do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* apresentado pelos académicos Telmo Verdelho, João Malaca Casteleiro e Rolf Kemmler (Plenário, 26.01.2017)», documento inédito, divulgado por e-mail.

26. URBANO BETTENCOURT, ESCRITOR AÇORIANO, PROFESSOR APOSENTADO, PICO. AICL

TEMA 3.1. PEDRO DA SILVEIRA – AS ILHAS DA (SUA) LITERATURA, URBANO BETTENCOURT CIERL-UMA E CEHU-UAC

Pode-se convocar a «Arte Poética» que abre o segundo livro de poemas de Pedro da Silveira, *Sinais de Oeste* (1962): «O meu desejo abarca todas as ilhas do Mar» e ver nela a expressão de um «programa» atlântico em que a errância se inscreve como signo de uma busca interminável, de uma continuada descoberta do novo, numa deriva em cujo interior o regresso é condição para se constatar a transformação do sujeito poético, o modo como ele próprio é já um outro, estranho a si mesmo. Num outro sentido, essa deriva pode ganhar ainda uma dimensão metafórica, enquanto procura daqueles autores e textos que ajudam a construir uma consciência literária e proporcionam os meios mais adequados a um discurso poético próprio.

No caso de Pedro da Silveira (e também nalguns elementos da sua geração), as «ilhas» literárias encontram-se principalmente em Cabo Verde e no Brasil, numa espécie de lusofonia antecipada. Os testemunhos, mais genéricos ou mais específicos, apontam nesse sentido, como, em concreto, alguns textos o confirmam. A presente comunicação aborda as questões anteriores, na dupla perspetiva do contributo brasileiro e cabo-verdiano para a formação literária de Pedro da Silveira, por um lado, e da deteção da sua presença nalguma obra do poeta, por outro lado.

O primeiro livro de poesia de Pedro da Silveira trazia um título temático, isto é, que deixava já informações sobre o seu conteúdo. Com efeito, *A Ilha e o Mundo* organizava-se em torno dessa polaridade e sob uma notória dimensão histórica em que ao presente e ao passado da ilha se contrapunha, no final, a expetativa, a esperança, de um futuro mais condizente com a condição humana insular. A *ilha* era, em primeiro lugar, a das Flores, representada em termos de uma forte expressão referencial: o quotidiano dos 40 do século XX, um espaço cercado e distante de tudo, gentes entregues ao seu pasmo e à dureza da vida, alimentando o sonho de viagens não raras vezes irrealizadas, refazendo-se nos objetos da sua cultura e na memória verbalizada da dispersão pelo mundo, onde rasgaram caminhos no Oeste americano e saciaram a «fome de pão e de distâncias» (Silveira, 1952: 48).

Em segundo lugar, a *ilha* era também a parte do todo-arquipélago, assim configurado à escala, naquilo que fora uma história de meio milénio entre a Europa e as Américas (do Sul e do Norte), nas quais os açorianos sempre procuraram a solução para os seus problemas sociais.

Com o tempo, a dicotomia *ilha-mundo* tornar-se-ia um conceito operatório na abordagem da literatura açoriana, ao permitir analisar os seus objetos (ou seja, os seus textos) em termos de uma tensão entre interior e exterior (como venho fazendo desde os anos 70), desdobrável em polaridades semânticas diversas, a mais incisiva das quais talvez seja a de José Martins Garcia ao ocupar-se da poesia de Roberto de Mesquita e recobrir a antítese ilha-*mundo* com a metáfora *cárcere-infinito*.

Tudo isto para dizer como, desde o início, a ilha constituiu um motivo de relevo na poesia de Pedro da Silveira, ganhando ao longo do tempo diferentes valências, associadas a diferentes posicionamentos e perspetivas do sujeito poético.

O seu segundo livro de poemas, *Sinais de Oeste* (1962)[195] abre com duas epígrafes: uma de José Blanc de Portugal:

Pássaro triste das ilhas derradeiras
a terra velha ainda te sorri.
Parva Naturalia

e outra do poeta brasileiro Afonso Félix de Sousa:

> *Agora voltas – de onde? Agora sabes que é preciso silêncio para que mais te sintas o exilado. Praia espessa do espanto. Ilhas, ó ilhas longes, impalpáveis! Quereis corrê-lo, o verde país de ontem, onde a criança que foste ainda brinca.*
> *E é tarde para o retorno. Força é acordares no estrangeiro que, pálido, acorda no teu íntimo.*
> *Do Sono e da Esfinge,* (Silveira, 1999b: 97)

[195] Para citações e referências, indicarei o número de página respeitante à edição em Pedro da Silveira, *Fui ao mar buscar laranjas*.

Em conjunto, e na sua dupla função de indiciadoras de afinidades autorais e de propiciadoras de leituras, as duas inscrições inventariam alguns motivos e temas que atravessam a poesia de Pedro da Silveira, as ilhas, mas já despidas de alguma referencialidade imediata e investidas de «símbolos da intimidade» (Tomé, 1987: 57), situadas algures num espaço-tempo (das origens e da infância) a que apenas a rememoração permite regressar: são ilhas *perdidas*, porque ficaram na distância e atestam igualmente a *perdição* do sujeito, a sua dispersão pelo mundo. Neste contexto, o que as epígrafes inscrevem ainda como introdução à leitura é o tema da viagem e da errância, que traduz simultaneamente o sentido da Busca e da (auto)Descoberta, com a inevitável passagem do tempo e a transformação do sujeito poético, outrando-o e tornando-o desconhecido de si mesmo, sem se reconhecer já na ilha de origem, intimamente exilado dela (ou mesmo nela), imaginando-a já apenas como «o verde chão da ausência lá no Oeste» (Silveira: 1999a: 206). O último livro de Pedro da Silveira acentuará expressivamente este motivo do afastamento e do longe, desde logo no título, *Poemas Ausentes*, e depois nalguns textos em que o regresso «efetivo» terá como resultado mais relevante a constatação de que se pertence já a um outro espaço ou, no limite, a nenhum: «um gato espreita-me / estrangeiro que lhe sou em minha casa» (Silveira, 1999a: 56).

Se as duas epígrafes inscrevem no seu texto a existência implícita do mar, é, todavia, no poema inaugural de *Sinais de Oeste* que ele se institui como objeto explícito do discurso, numa «Arte Poética» mais focada nos conteúdos, na delimitação de um campo temático, do que na arquitetura do poema, nos modos e procedimentos da sua construção: «O meu desejo abarca todas as ilhas do Mar.» (Silveira, 1999b: 101)

Em vez da expressão melancólica de uma «ilha íntima», objeto da memória e de perda, o que a «Arte Poética» afirma, num tom mais eufórico, é a positividade concreta da ilha, a sua materialidade, em contraste já com o espaço do(s) continente(s): à rotina e à mesmidade associadas às grandes extensões sólidas e inamovíveis, o poeta contrapõe a fluidez dos horizontes marítimos e a pequena dimensão dos territórios insulares.

Não sei até que ponto a proposta de Pedro da Silveira atestará a leitura de *Corsário das Ilhas*, de Vitorino Nemésio, publicado em 1956. Sabe-se como a obra de Nemésio contribuiu para a consciência literária da geração açoriana de 1940 e o próprio Pedro da Silveira deixou vários depoimentos escritos sobre o assunto (a que se poderão juntar outros, entre eles os de Eduíno de Jesus, por exemplo).

O livro de Nemésio prestava-se a essa apropriação, com as suas avulsas e insistentes descrições sobre o modo de ser açoriano, com as anotações, ora empíricas, ora simbólicas, acerca da realidade anímica e histórica daquilo que 20 anos antes definira como *açorianidade*. Mas um fragmento de *Corsário das Ilhas*, em particular, parece-me justificar essa aproximação entre Nemésio e Silveira:

> *Um continente é uma coisa muito grande e incerta para mim. A ilha é mais curta. Sai melhor das águas. De longe parece um pão. Ao perto é que é: uma rocha com casas; gente dentro.*
> (Nemésio, [2]1983: 90)

Esta dimensão da ilha, mais à medida humana, associa-se a um motivo fundamental na poesia de Pedro da Silveira, o horizonte, nas suas múltiplas valências («horizonte verdadeiro é o d'água e céu», (Silveira, 1999b: 101) e necessariamente associa o Mar ao convite *à viagem*, às viagens, como desafio e *prova*, caminho aberto à aventura e ao risco, à ultrapassagem dos próprios medos e constrangimentos. Escreve Silveira, a rematar a sua «Arte Poética»:

> *Fiquem os restelos para secos e pecos*
> *que tiveram medo da navegação.*
> *A mim, o Mar!*
> (1999b: 102)

Uma leitura orientada em sentido diferente permitiria avançar para os valores simbólicos de que o Mar aparece investido na poesia de Pedro da Silveira (presença íntima perene, berço inicial e lugar de repouso último); o que importa assinalar agora neste poema é a instauração de uma *poética da viagem*, de uma errância marítima em que as ilhas constituem «sobressaltos» (vocábulo do próprio poeta) capazes de concitar a atenção do sujeito e de proporcionar-lhe momentos de descoberta do *diferente* no *mesmo* da ilha.

E na verdade, *Sinais de Oeste* confirma essa proposição inicial da viagem, da errância, desde logo no longo poema intitulado «Saudação a Blaise Cendrars», que articula a leitura do poeta suíço («Mestre das Descobertas Impossíveis») com a realidade pessoal e histórica do açoriano, cruzando referências e tornando-

as familiares umas às outras. E a sequência «Diário de Bordo» constitui uma concretização dessa poética, ao refazer a viagem de barco entre as Flores e Lisboa, no seu percurso por ilha tocadas ou simplesmente costeadas (à distância, portanto), em todo o caso erguidas do mar como paisagem, mas sobretudo como espaço humanizado, marcado histórica e culturalmente (a sequência inclui o notável poema «Horta: Quase Requiem», evocação melancólica de uma cidade outrora dinâmica e aberta ao mundo).

E mesmo a restante obra de Pedro da Silveira será pontuada pela configuração poética de ilhas empíricas, visitadas literariamente ou então avistadas de longe, mas tornadas próximas pelo olhar do poeta, pelo traço cultural que as torna íntimas e lhe permite apropriar-se delas.

Um exemplo poderá ser o «Aeropoema de Tenerife» (colhido num conjunto sintomaticamente intitulado «Ilhas avistadas»), em que a sequência de traços físicos é suspensa para inscrever nos dois versos finais o aquilo que escapa ao sujeito lírico (um conhecimento sobre a ilha), redimido, afinal, pela referência a um elemento cultural, o gofe (aqui trazido transversalmente, pois o poeta utiliza um termo da ilha açoriana de Santa Maria para substituir, evocando-o, o nome canário «gofio»):

Alturas de Tenerife
ainda há pouco avistadas,
cinzento, roxo, castanho…
Agora só tenho, azul,
o mar franzido, lá em baixo.
Sei que era Tenerife.
De Tenerife não sei
nem do seu gofe provei.
(Silveira, 1999a: 31)

Nem sempre o Mar assumiu na poesia de Silveira essa dimensão de campo aberto e propício à descoberta, à aprendizagem e ao reconhecimento. Num poema de *A Ilha e o Mundo* encontramos o seguinte fragmento:

O mar…

(você o disse, Jorge Barbosa)
é hoje a nossa prisão sem grades.
(1952: 53)

É notória, por um lado, a mudança de registo para um tom negativo e disfórico e, por outro lado, a diferente voz que no texto se faz ouvir – uma voz plural em que a do poeta se integra, ou, dito de outra maneira, o poeta assumindo-se como o lugar de uma voz coletiva – , além de que a eventual viagem, a que o mar se opõe como obstáculo, não tem aqui um cunho individual, subjetivo, antes se reporta a um fenómeno histórico, o da emigração para Oeste.

Mas, neste contexto, interessa-me particularmente a interpelação do poeta cabo-verdiano Jorge Barbosa, por aquilo que a descoberta literária das suas ilhas por parte de Pedro da Silveira representou para o poeta açoriano e para os da sua geração, pelo menos para alguns e num determinado tempo.

Para isso é necessário recuar à década de 1940 e ao movimento de renovação literária (mas também cultural em sentido lato e ainda cívico) que se desenvolve em Ponta Delgada, principalmente em torno do jornal *A Ilha* e depois graças também à acção do Círculo Literário Antero de Quental, formado em 1946 por um grupo de jovens alunos do Liceu da cidade (Fernando Aires, Eduíno de Jesus, Jacinto Soares de Albergaria, Eduardo Vasconcelos Moniz, Fernando de Lima e a que se juntariam mais tarde Carlos Wallenstein, o Ruy-Guilherme de Morais, Mário Barradas, Machado da Luz. (Aires, 2015: 654)

Em termos gerais, pode afirmar-se que aquilo que aí se desenvolve é um movimento pela implantação do modernismo num meio literário ainda marcado pela sobrevivência de um romantismo (muito) tardio, de "boninas nos prados e céu azul" (Silveira, 1945: 1) a que se juntavam as "loas patrioteiras" e o folclorismo paisagístico, no género daquilo a que, anos antes e com uma boa dose de ironia, Vitorino Nemésio chamara os "hinos à terra no estilo das caravelas e das cruzes de Cristo dos cinzeiros" (Nemésio, [2]1995: 88).

Numa entrevista concedida a Álamo Oliveira e publicada no Suplemento «Quarto Crescente», Eduíno de Jesus aprofundava e explicitava os dados sobre a situação literária açoriana nos anos quarenta, bem como os propósitos do grupo a que pertencia:

> *Os nossos objetivos eram, por um lado, acabar com o ostracismo a que estavam votadas nos Açores a literatura e as artes modernas, não obstante o prestígio que tinham nas letras (por se ignorar ou fazendo-se por ignorar a sua obra «modernista») autores como Armando Côrtes-Rodrigues e Vitorino Nemésio e o contributo dado à modernidade no campo das artes plásticas por Canto da Maia, Domingos Rebelo, Albuquerque Bettencourt, António Dacosta, e, por outro lado, encontrar, pela teoria e na prática a identidade (se a tinha) de uma literatura propriamente açoriana, seguindo o exemplo de Cabo Verde e na peugada de Roberto de Mesquita, Vitorino Nemésio, etc. Não foi fácil. Naquele tempo, a palavra «Modernismo», nos Açores, ainda cheirava a enxofre e pronunciá-la era como anunciar a 8.ª praga do Egito, e quanto a ideias «nativistas», mesmo só no âmbito da Literatura, sustentá-las era concitar a suspeição de antipatriotismo, um pouco como hoje, é certo, mas com a agravante de que, naquela altura, se indistinguiam os conceitos de «pátria» e «Estado Novo», do que resultava as ideias «nativistas» serem tidas por abjurantes do tabeliónico «repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas*. (Jesus, 1987: 3)

O final do fragmento dá conta das condições em que se desenvolveu o esforço de implantação dos modernismos em Ponta Delgada, num contexto cultural e político em que o «inconformismo estético» era encarado como uma ameaça à ordem social e pública (Jesus, MMIX: 89).

Mas importa ver o relevo conferido ao modernismo cabo-verdiano, ao lado do português. A estes deve acrescentar-se o modernismo brasileiro da Semana de Arte de 1922 como um dos modelos mais presentes no horizonte do grupo.

A vertente cabo-verdiana deve muito ao empenhamento de Pedro da Silveira, que desde 1945 vinha publicando n'*A Ilha* textos de escritores daquele arquipélago, paralelamente a recensões críticas e documentos de natureza diversa.

A «descoberta literária» de Cabo Verde por parte de Pedro da Silveira faz-se, em primeiro lugar, através de Jorge Barbosa e do seu livro *Ambiente* (1941), mas não é dissociável do seu conhecimento da realidade social, geográfica e histórica daquele arquipélago africano. Pedro da Silveira detetava a existência de afinidades entre os Açores e Cabo Verde, até mesmo nas condições históricas que, nos séculos XVIII e XIX, levaram açorianos e cabo-verdianos a encontrar-se a bordo das baleeiras americanas.

Aquilo que mais chamava a atenção do poeta açoriano era o modo como os poetas de Cabo Verde davam a «lição» de uma escrita fiel ao seu tempo e ao seu lugar, ao drama do homem no seu contexto concreto e específico, exemplo tão mais significativo quanto é certo que a renovação operada pelos escritores da *Claridade* se processara num espaço físico em que, à primeira vista, as condições materiais para a sua realização não seriam as mais adequadas.

No caso particular do livro de Jorge Barbosa, a sua novidade estava, para Pedro da Silveira, em «retratar a miséria e o abandono dum arquipélago também ele atlântico, que, pondo de parte certos aspetos ligados com o ser crioulo, parecia ser o próprio espelho da realidade açoriana» e das suas condições sociais naquela década de quarenta, como confessaria mais tarde a António Cândido Franco (Franco, 1996:111). Daí, portanto, o seu empenhamento em divulgar a nova literatura de Cabo Verde e em trazer para as páginas d'*A Ilha os* próprios autores, propondo-os como exemplo aos escritores açorianos.

Para esta tarefa de divulgação da nova literatura cabo-verdiana, Pedro da Silveira encontrou um aliado fundamental em João de Deus Lopes da Silva, irmão do escritor Baltasar Lopes e comandante da marinha mercante, que nesses anos desempenhou um papel importante na ligação entre os dois arquipélagos, e a quem o próprio Pedro da Silveira entrevistou para *A Ilha* (02/02/1946).

O Comandante Lopes da Silva trouxe para as páginas do jornal os novos autores das suas ilhas, cujos textos, em conjunto com os de Pedro da Silveira e de outros, asseguraram a presença cabo-verdiana durante uma década, aproximadamente (1945-1954): aí encontraremos nomes como os de Manuel Lopes, António Nunes, Pedro Corsino de Azevedo, Aguinaldo Brito Fonseca, Carlos Alberto Monteiro Leite, Gabriel Mariano, entre outros; e até o próprio Amílcar Cabral surgiu nas páginas d'*A Ilha* (22/06/1946), com um poema intitulado precisamente "Ilha".

Da cumplicidade entre o Comandante Lopes da Silva e o grupo de jovens açorianos dá ainda testemunho o facto, referido por Eduíno de Jesus, de o seu navio se tornar local de tertúlia literária de cada vez que aportava a Ponta Delgada, aí reunindo os jovens intelectuais da cidade.

E foi ainda o próprio Comandante Lopes da Silva quem pôs Pedro da Silveira em contacto com o escritor Manuel Lopes, por essa altura a residir na Horta, onde trabalhou na Western Telegraph de 1944 a 1955. Apesar das publicamente confessadas dificuldades de adaptação, esses onze anos não deixaram de ser

produtivos para Manuel Lopes, e os Açores ficaram a dever-lhe uma intervenção cultural que é também o sinal de uma integração na sociedade açoriana, e na faialense em particular.

Em termos meramente textuais, o rasto da literatura cabo-verdiana é detetável sobretudo em *A Ilha e o Mundo*, no diálogo notório que a sua poesia estabelece com Jorge Barbosa, Manuel Lopes, António Nunes, numa determinada perceção do mundo insular e na correspondente discursividade mais adequada à sua representação: o mundo abreviado e cercado da ilha, longe de tudo, os pequenos acontecimentos de um universo claustrofóbico e monótono, com personagens «encharcadas de solidão», o drama de um quotidiano suspenso do vapor e dos imprevistos da natureza.

Tudo isso através de um forte prosaísmo, do recurso à enumeração e à acumulação nominal como forma de representar a totalidade de uma vida estática, atomizada e sem nexo. De resto, estes traços gerais estão devidamente explicitados numa entrevista de Pedro da Silveira concedida a Álamo Oliveira:

> *O meu primeiro mestre de modernidade e, vá lá, de açorianidade também, foi Jorge Barbosa, com o Ambiente. A realidade que ele transmitia, de um Cabo Verde miserável em que as pessoas olhavam o mar como um caminho a transpor, de salvação, tinha muito a ver com a nossa nos anos de 1930-1940. Pelo menos em mim, Nemésio não foi, como poeta, uma influência. Ou limitou-se a dizer-me que um poeta ou prosador açoriano deve ser isso mesmo e não uma caricatura de lisboeta ou parisiense. Resumindo, Nemésio foi a teoria, Jorge Barbosa (para mim, naquele tempo) o modelo imediatamente aceitável*. (Silveira, 1987: 4)

Quanto ao terceiro vértice da renovação literária desses tempos, a literatura brasileira, ao impacto da sua revelação sobre os jovens dos anos 40, e mesmo quanto aos processos da sua descoberta, ficam-nos alguns depoimentos elucidativos que reenviam simultaneamente a uma experiência pessoal e ao contexto social. Ainda aqui é preciso referir o papel mediador de Cabo Verde, como escreve Pedro da Silveira:

> *Dos brasileiros das gerações de 22 e de 30, o que conhecemos devemo-lo primeiro a João de Deus Lopes da Silva: eu também a Manuel Lopes, que me mandava para as Flores do que tinha. Mário de Andrade, José Américo de Almeida (A Bagaceira), Lins do Rego, Graciliano, Marques Rebelo, Raquel de Queiroz, Ciro dos Anjos, Lúcio Cardoso, eis alguns dos prosadores. E, dos poetas, lembro-me que andaram de mão em mão obras de Bandeira, Jorge de Lima, Raul Bopp, Carlos Drummond de Andrade.* (1986: 41)

E numa carta que me enviou em 29.11.1996, com elementos de natureza autobiográfica literária, referia-se às suas experiências poéticas do início dos anos 40, traduzidas em

«sonetos, sonetilhos, sonetões – uma prática, herdada da rotina local, de que me livrou ter lido um livro precisamente de sonetos, A Rua dos Cataventos, do brasileiro do Rio Grande do Sul, Mário Quintana. Apareceu, uma edição da Globo, à venda na Livraria Andrade, comprei-o, salvo erro, por 5 escudos, e, lido, rasguei tudo quanto já tinha feito.»

A fechar, ainda um depoimento de Eduíno de Jesus, em mensagem eletrónica (27/01/2006) que acaba também por confirmar aspetos do seu depoimento anterior:

Manuel Bandeira é ainda hoje o "meu" poeta da saudade (a minha grande saudade!) da tertúlia do Bar Jade. Vocês, os rapazes de hoje, não podem ler os "modernistas" do 1º Modernismo português, o de 1915-17, ou do modernismo brasileiro da Semana de Arte Moderna de 22, com a mesma emoção que nós, os rapazes de há 60 anos. Vocês já nasceram "modernos", não há extravagância estética que não seja familiar a vocês. Mas nós tínhamos nascido românticos (podíamos admitir no máximo as ousadias realistas de um Cesário Verde), quando, de repente, descobrimos Pessoa e o seu entourage paúlico-interseccionista-sensacionista/futurista. Foi o delírio! Os brasileiros vieram logo a seguir. Ler Bandeira em voz alta no Bar Jade e "gozar" o arrepio que isso fazia o auditório bufar, remexer-se nas cadeiras ou pagar a conta e ir bocejar para outro lado, era um prazer malévolo nosso que jamais foi possível sentir de novo depois desse tempo passado.

Uma leitura dos acontecimentos desses anos de 1940, feita com o apoio suplementar do testemunho direto de alguns dos seus agentes, permite verificar como uma série de acasos (e um sentido de oportunidade e curiosidade que soube tirar partido deles) contribuiu decisivamente para a transformação literária de um espaço insular remoto, como Ponta Delgada era então. O contacto de Pedro da Silveira com os escritores cabo-verdianos é o exemplo de um modo de atenção ao exterior e ao diferente, a capacidade de interpretar devidamente outros sistemas e de estabelecer intercâmbios frutíferos com outros universos insulares.

A dialética entre a ilha e o mundo, entre interior e exterior, traduziu-se, no caso concreto, na constatação de como uma realidade cultural em certos aspetos diferente da açoriana poderia contribuir para uma reflexão sobre o caso açoriano, tornando-se mesmo um modelo a seguir; essa dialética significa, em último lugar, ter os pés no chão e os olhos no mundo, como *forma de atenção*, descoberta e posterior transformação, num jogo em que é possível aceder «à globalidade inacessível do caos-mundo, e ao mesmo tempo destacar dele algum pormenor e, em particular, cantar o nosso lugar, insondável e irreversível», para citar aqui (Édouard Glissant (1977: 22. *Tradução minha*).

No caso de Pedro da Silveira e da sua geração, o «pormenor destacado» foi o representado pelas literaturas brasileira e cabo-verdiana, por serem aquelas que melhor se adequavam às necessidades de expressão literária do seu tempo.

Não será de modo algum despiciendo verificar como o trânsito da literatura brasileira, que tanto «deslumbrou» *os claridosos*, chegou aos Açores principalmente por via insular, configurando com isso um campo que, ainda mesmo sem nome definido, podia ser designado por lusofonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, FERNANDO (2015), Era *uma vez o tempo*. *Diário*. Guimarães: Opera Omnia.

FRANCO, António Cândido (1996), *Exercício sobre o Imaginário Cabo-Verdiano.* Évora: Editorial Pendor.

GLISSANT, Edouard (1997), *Traité du Tout-Monde*. Paris: Gallimard.

JESUS, Eduíno de (1987), «Eduíno de Jesus em discurso direto: – Naquele tempo, a palavra "modernismo", nos Açores, cheirava a enxofre e pronunciá-la era anunciar a 8.ª praga do Egito». Entrevista concedida a Álamo Oliveira, suplemento «Quarto Crescente», jorn*al A União*, 6 de fevereiro, pp. 3-4.

_____ (MMIX), «O inconformismo estético considerado ameaçador», *in* Mário Mesquita (org.), *A oposição ao salazarismo em São Miguel e em outras ilhas açorianas (1950-1974*). Lisboa: Tinta-da-China, pp. 87-90.

NEMÉSIO, Vitorino ([2]1983), *Corsário das Ilhas*. Amadora: Livraria Bertrand.

_____ ([2]1995), *Sob os signos de agora*. Obras Completas, vol. XIII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SILVEIRA, Pedro da (1945), «Nota de Leitura – Os *Poemas de Longe* de António Nunes», jornal A *Ilha*, 3 de novembro, pp. 1-2.

_____ (1952), *A Ilha e o Mundo*. Lisboa: Centro Bibliográfico.

_____ (1962), *Sinais de Oeste*. Coimbra: Vértice.

_____ (1986), «Aqueles anos de 1940 e tal», *in* Onésimo Teotónio Almeida (org.) *Da Literatura Açoriana –subsídios para um balanço*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura, pp. 31-42.

_____ (1987), «Pedro da Silveira: – Às vezes fui intempestivo no que escrevi, mas não estou arrependido». Entrevista concedida a Álamo Oliveira, suplemento «Quarto Crescente», jornal *A União*, 17 de julho, pp. 4-5.

_____ (1999a), *Poemas Ausentes*. Santarém: O Mirante.

_____ (1999b), *Fui ao mar buscar laranjas*. Obras de Pedro da Silveira /1. Angra do Heroísmo: Direção Regional da Cultura. (Inclui *Primeira Voz*, *A Ilha e o Mundo* e *Sinais de Oeste*).

TOMÉ, Mário (1987), *LA ISLA: Utopía, Inconsciente y Aventura*. León: Universidad, Servicio de Publicaciones.

27. MONSENHOR (CARLOS FILIPE) XIMENES BELO, SÓCIO HONORÁRIO AICL #1, BISPO RESIGNATÁRIO DE DILI, PRÉMIO NOBEL DA PAZ 1966 - CONVIDADO AICL

TEMA 3.2. DOM JOSÉ DA COSTA NUNES E A SUA AÇÃO EM TIMOR

INTRODUÇÃO

As minhas cordiais saudações a todos os presentes. Aproveito para agradecer à Organização, e, em particular ao senhor Chrys Chrystello pelo apoio dado para eu e o meu colega Dr. Fernando Carvalho podermos vir até Belmonte para participar a este 27º Colóquio lusófono. O tema da minha intervenção é a figura do grande picoense, Dom José da Costa Nunes.

1º CAPÍTULO – BIOGRAFIA DE DOM JOSÉ DA COSTA NUNES

Foi sacerdote, missionário, Bispo de Macau e Timor, Arcebispo de Goa e Damão, Patriarca das índias Orientais, e Cardeal. Foi ao longo da sua vida, um grande escritor. José da Costa Nunes nasceu na freguesia rural da Candelária, no sudoeste da ilha do Pico, no dia 15 de março de 1880; era filho de José da Costa Nunes e Francisca Felizarda de Castro, uma família de lavradores.

Depois de concluir os estudos primários na sua freguesia natal, realizou em 1892, no Liceu da Horta, da vizinha ilha do Faial, o exame de admissão aos estudos liceais, sendo aprovado. Ingressou, em 1893 no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira).

"Deu logo nas vistas nos primeiros anos de curso. Tinha boa índole, uma inteligência brilhante e grande vontade, era disciplinado, muito afável, de tal forma que captava a estima de companheiros e superiores"[196].

Durante o seu percurso como seminarista colaborou em jornais e revistas, usando múltiplos pseudónimos, revelando precocemente talento para a escrita e para a oratória. A sua obra posterior, nos múltiplos artigos jornalísticos, textos de conferência, pastorais, homilias e cartas que produziu, confirmam esta caraterística. Ainda no Seminário gostava de tocar.

"*Numa simples e espontânea manifestação da sua autêntica e rica juventude, o então seminarista José da Costa Nunes acompanhara à viola, em viola vários modilhos, num grupo de pessoas íntimas. Tanto bastou para que o facto, torcido e retorcido, fosse objeto de uma denúncia eclesiástica para o Seminário de tal forma que se impôs sem reticências ao muito virtuoso e ilustrado Reitor, Pe. Dr. João Paulino de Azevedo e Castro,*

E o brilhante e exemplar aluno do curso teológico Costa Nunes, indigitado para em breve partir para Roma a tirar algumas formaturas, teria sido julgado leviano superiormente e recebeu ordem de expulsão!

Não se tornou fácil a verdade vir à tona da água, senão depois de corajosa e firme atitude de um santo sacerdote o Cónego José de Madeiros Amaral.

Era diretor espiritual do Seminário de Angra e natural da mesma ilha (e concelho) de Costa Nunes - o Pico.

Nas primeiras férias que ali foi passar, a seguir a expulsão do nosso seminarista, informou-se cabalmente do que sucedera à volta do caso da viola e descobriu logo traição!

Terminadas as férias, fez-se acompanhar, por sua conta e risco de Costa Nunes, até ao Seminário.

Chegados que foram, ficou Costa Nunes na portaria junto das malas de ambos. E o Cónego Amaral dirigiu-se à Reitoria e disse ao Dr. João Paulino: trouxe comigo o Costa Nunes; continuamos os dois no Seminário ou saímos também os dois! Desnecessárias mais palavras.

Perante o gesto da forte integridade moral do Cónego Amaral, o Reitor apercebeu-se imediatamente de que era vítima de jogo malévolo.

E não só revogou a sua decisão de uma não atrás e se retratou dessa medida infeliz (embora tomada não por culpa própria), como também ao ser sagrado daí a pouco Bispo de Macau e Timor e recolheu o minorista Costa Nunes para seu secretário particular. Admirável ao mesmo tempo escolhia, talvez sem o suspeitar ou talvez precavendo-o, o maior colaborador do seu episcopado e o seu próprio sucessor!"[197]

No Seminário Episcopal de Angra fez com brilhantismo os seus estudos, recebendo a 1 de junho de 1901 a Prima Tonsura e Ordens Menores na Igreja de Nossa Senhora da Guia do antigo Convento de São Francisco de Angra, imóvel onde então funcionavam conjuntamente o Seminário e o Liceu de Angra do Heroísmo.

[196] LIMA, Guiomar Maria, *Nasceu para Vencer*, Macau, 2015, p. 13.
[197] Cf., SEARA, Ano III 3ªA Série (21.9.1968), N. 131, P. 8; cf. TEIXEIRA, Manuel, *Macau e a sua Diocese*, Vol. II, Imprensa Nacional, 1940, p. 511.

Em 1902, quando frequentava o último ano de Teologia do Seminário e se preparava para a ordenação, foi convidado pelo vice-reitor daquele estabelecimento e seu conterrâneo do Pico, Padre Doutor João Paulino de Azevedo e Castro, então eleito bispo de Macau, a acompanhá-lo como seu secretário particular.

Aceitou o convite e após a sagração de D. João Paulino, conferida em Angra pelo bispo cessante de Macau D. José Manuel de Carvalho, partiu na companhia do novo prelado, chegando a Macau a 4 de junho de 1903.

Durante a viagem para Macau, acompanhou D. João Paulino nos seus contactos com as autoridades civis e eclesiásticas em Lisboa e Roma e visitou Bombaim e Singapura. Chegado a Macau e feito o exame de Teologia no Seminário Diocesano de São José de Macau, foi ordenado presbítero em 26 de julho de 1903.

Em Macau desenvolveu atividades pastorais, foi professor no Seminário de S. José (1903 – 1906); fez parte da direção do Colégio de Santa Rosa de Lima e foi diretor do Asilo dos Órfãos durante três anos. Vigário Geral da Diocese de Macau e Timor (1906–1913), governador do bispado (1907) e fundador do jornal Oriente (1915). Por provisão de 6 de maio de 1915 foi nomeado vice-reitor interino do Seminário.

Esteve nas missões de Malaca, Singapura e Timor (1911). Desenvolveu também atividades missionárias no Timor Português no período de 1913 a 1920.

Por morte de D. João Paulino, em sessão do cabido realizada a 22 de fevereiro de 1918 foi eleito vigário capitular, cargo que exerceu até 16 de dezembro de 1920, data do consistório secreto que o preconizou bispo da diocese de Macau.

A sua nomeação para prelado resultou do trabalho que desenvolveu como vigário capitular na recuperação das finanças e na reorganização interna da diocese de Macau.

Em 23 de novembro de 1920, foi nomeado Bispo de Macau, de que era, desde 1918, Vigário-Capitular, sede vacante, em virtude da morte de Dom João Paulino de Azevedo e Castro.

Em 20 de novembro de 1921, recebeu na Matriz da Horta, a ordenação episcopal. Em 4 de junho de 1922 foi recebido entusiasticamente em Macau.

Governou a Diocese de Macau e as Missões Católicas de Timor até 1940, altura em que foi designado pelo Papa Pio XII, Arcebispo Metropolitano de Goa e Damão, Patriarca das Índias Orientais e Primaz do Oriente, (a 11 de dezembro de 1940).

Entra na Arquidiocese toma posse da mesma no dia 18 de janeiro de 1942. Em 16 de dezembro 1953, resigna, a seu pedido da Arquidiocese de Goa e Damão, e passa a viver em Roma, onde exerce vários cargos.

Foi elevado a cardeal pelo Papa João XXIII em 19 de março de 1962.

Morreu em Roma no dia 29 de novembro de 1976, aos 96 anos e depois de 23 anos de serviço na Cúria Romana. O seu corpo foi sepultado no cemitério Campo di Verano, Roma, e transferido posteriormente para a Igreja de Santo António dos Portugueses, também em Roma.

A 27 de junho de 1997 os restos mortais do Cardeal Costa Nunes foram solenemente trasladados para a igreja paroquial da Candelária, nos Açores.

2º CAPÍTULO - A SUA AÇÃO EM TIMOR

Dom José da Costa Nunes foi dos Prelados macaenses que deram um impulso extraordinário para o desenvolvimento das Missões Católicas de Timor. As Missões Católicas de Timor eram “menina dos olhos” do grande bispo missionário.

"Percorria a cavalo caminhos montanhosos e quase inacessíveis durante dias e semanas, sob o sol ardente e chuvas torrenciais, para visitar as várias estações missionárias dispersas pelas montanhas e a grandes distâncias umas das outras e encorajar os seus missionários: preferia descansar em palhotas incómodas e expostas às intempéries; a quem o convidava a instalar-se de maneira mais confortável respondias amavelmente: Aqui está-se muito bem e é mais poético; não vim para gozar; lembrem-se que sou missionário"[198].

Dom José da Costa Nunes dava grande atenção à Colonia de Timor, parte integrante da Diocese de Macau. Por isso, durante o seu governo, realizou quatro visitas pastorais às Missões de Timor. Em 1924 Dom José da Costa Nunes faz a sua visita pastoral à Colónia de Timor. Depois de ter percorrido o território e contactado com populações e ter visto os inconvenientes na existência de dois Vicariatos Geral, decidiu o Bispo reduzir a um só, cuja sede ficou em Lahane (Díli). Foi extinto o Vicariato do Sul que estivera confiado aos padres da Companhia de Jesus até à sua expulsão de Portugal, em 1910. Houve setores que não gostaram desta decisão, mas pouco a pouco os ânimos foram-se serenando.

Como os sacerdotes eram poucos, além disso, alguns já muito casados, outros velhos, decidiu Dom José da Costa Nunes fundar a Escola de preparação de professores-catequistas. Uma iniciativa de longo alcance foi a abertura de escolas e colégios, tanto para rapazes como para meninas. Foram abertos quatro internatos, dois na área de Díli: um para os meninos europeus ou timorenses vivendo a europeu, e outro para meninas. Outros dois colégios, para meninas, situavam-se no interior do território, um em Manatuto e outro na Soibada. Esses dois centros forma entregues às religiosas canossianas que havia regressado em 1923.

Fundou o Colégio de Santo António, destinado a receber os filhos dos europeus e dos timorenses, filhos de liurais e funcionários assimilados que quisessem viver a europeu. Outra obra de vulto foi a abertura da Escola de Artes e Ofícios em Díli, e para cuja direção convidou os Salesianos de Macau.

[198] Cf. LIMA; Guiomar Maria, Nascido para vencer, Dom José da Costa Nunes, Bispo de Macau, Patriarca *das Índias. Cardeal, (1880-1976*), Macau, 2015, p. 55.

Em 1926, realizava a segunda visita pastoral. Nessa vista o Prelado verificara "*que o plano que havia traçado dava os primeiros resultados: vigilância, frequentes exercícios espirituais para o clero, trabalho a realizar pelos missionários, ordem a seguir neles, estatística religiosas e relatórios obrigatórios sobre cada área missionária que os respetivos missionários deveriam enviar anualmente, mapas trimestrais*, etc."[199](Memoria, p. 27).

1933- Foi a Timor na colónia do padre Jaime Garcia Goulart.

> "*Quando, em 1933, Costa Nunes visitou Timor, percorreu toda a Colónia chegando a viajar de mais de cem quilómetros num dia por caminhos difíceis, a grande altitude, com muito calor e humidade, o que o deixava extenuado. Foi muito bem-recebido. Homenageado com aparato certamente sentiu-se orgulhoso e tocado, pois deixou um curioso relato no Boletim Eclesiástico acerca deste tempo.*
>
> *Por onde que passasse os régulos e chefes timorenses acudiam, a importância de cada tribo avaliava-se pelo número de homens e cavalos que iam" à baliza do Reino" esperar o Prelado. Geralmente eram centenas, numa ocasião chegaram a meio milhar, um desfilar de cavaleiros usando bizarra indumentária indígena que variava entre o indispensável para cobrir o sexo, até à lipa de cores berrantes, o casaco de paninho rendilhado, as penas nos tornozelos, as manilhas nos braços e os colares de ouro e mutissala. Assim vestidos passaram diante do bispo chefes cristãos que quiserem beijar o anel prelatício e também muitos pagãos. Gente sertaneja que, contudo, mostrava admiração pelo representante de uma religião a que não pertencia, mas que considerava a religião das gentes de posse e estatuto, pessoas gradas, como se dizia*".[200]

Na sua visita pastoral à Missão de Alas, o Prelado ficou maravilhado com o desfile de Moradores daquele reino do sul de Timor.

> "*Na Missão de Alas houve uma festa magnífica, desfilaram centenas de homens a cavalo, um corpo de lanceiros, assistiram milhares de espetadores, havia arcos de bambu, tamborins a rufar desalmadamente, bandeirolas e abandeira portuguesa, panchões que rebentava à porfia atroando os ares e enchendo o ambiente de fumo. O liurai, Dom Carlos Borromeu Duarte, teimara em preparar uma receção estrondosa, escreveu o bispo. Antigo aluno do Colégio católico em Soibada era muito dedicado às missões e estava sempre disposto a auxiliar as obras religiosas.* [201]

O bispo ficou surpreendido com "*a magnífica pronúncia em língua portuguesa e com o longo discurso que o liurai proferiu, sem uma hesitação ou uma falha de memória, nem tão-pouco ajuda de papel onde os tópicos da intervenção estiveram escritos*"

[199] cf. Cardeal D. José da Costa Nunes, In Memoriam, Editorial, A. O., Braga, 1980.
[200] LIMA, Guiomar, Maria, op. cit., p.; cf. BEDM, Ano XIII, Nº 365, agosto de 1934, pp. 105-113.
[201] *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Nº 367, outubro/novembro de 1934, p. 368.

Moído e dolorido das viagens a pé ou a cavalo por montes e vales, Costa Nunes entusiasmava-se com a vida missionária errante, "*uma vida de sacrifício no mais alto sentido da palavra, uma atitude de quem se esquece se esquece de si e sofre com os outros, de quem se dá por um ideal superior, um prazer, afinal que deixa perder de vista todos os confortos materiais*" (Ibidem, nº 366, setembro de 1934, p. 214).

Na visita pastoral à Missão de Soibada, no Reino de Samoro, o povo pede perdão, porque no passado não tinha recebido bem o missionário Ananias que os excomungou lançando a bênção com a mão esquerda. As missões tinham frutificado, o clero aumentado, a Escola de catequistas formava de uma forma consistente, os postos missionários (estações missionárias) tinha triplicado, o clero trabalhava com zelo e havia numerosas conversões.

Em 1935 todo o ensino foi entregue pelo governo às Missões Católica.

1937- Foi a última visita. Nessa visita inaugurou a Matriz de Díli e a Igreja de Ainaro (Suro).

Quando foi transferido para Goa, a Diocese de Macau e Timor, "a sua intensa atividade ao longo daqueles anos tinha assumido tinham atingido proporções dignas de notas: construção de 69 igrejas e capelas; aumento de 23 sacerdotes diocesanos e 75 religiosas; 348 catequistas, 207 professores, 49 colégios e 5 institutos de beneficência, um seminário em Timor, de uma biblioteca católica de casas de correção e proteção de rapazes e raparigas". [202]

E em Timor: a Colónia tinha 21 missionárias, 20 religiosas canossianas, e um auxiliar leigo, 9 Missões, cada uma com dois missionários, 43 catequistas, 7 igrejas, 18 capelas de alvenaria, e mais 17 cobertas de capim e colmo, 3 colégios de meninas, e um para rapazes, uma escola de professores catequistas, um seminário menor, 25 escolas indígenas e mais

[202] Cf. In MEMORIAM, op. cit., p. 228.

DEFENSOR DA DIGNIDADE DO INDÍGENA TIMORENSE

Segundo a nossa opinião, Dom José da Costa Nunes, foi o Prelado do Padroado Português do Oriente, que pela primeira vez compreendeu a situação de discriminação das populações e levantou a voz defendendo os direitos civis dos povos. Depois de ter percorrido os sucos da Colónia de Timor, em 1924, ele não podia calar aquilo que via.

Nos Relatórios ao Governo, escreve:

"O timorense, embora já não seja o selvagem da floresta nem o nómada que vive de caça e da guerra, é ainda um povo rude, de hábitos grosseiros e instintos semibárbaros.
Que temos nós feito, durante estes três séculos de dominação para arranca-lo ao seu estado primitivo? Muito pouco. Quase nada.
Há para aí um núcleo de timorenses europeizados, que assimilaram perfeitamente os nossos hábitos, mas o grosso da população vive no mesmo estado de inferioridade, em que nós a encontrámos no século XVI".
- "Não se civilizam povos, aproveitando-lhes serviços e deixando-os depois abandonados ao seu estado de inferioridade mental e material.
O indígena tem direitos, que é preciso reconhecer.
Primeiro senhor da terra, ensina-se-lhe a arte de trabalhar e utilizar em proveito próprio, despertando-lhe a ambição e pondo-o em circunstância de ver as vantagens práticas do seu esforço. Porque, sem essas vantagens, nunca o indígena trabalhará, e se, obrigado, o fizer para os outros, maior será o horror que tomará ao trabalho.
O indígena é um ser pensante e não um puro animal. Sabe ver, pensar e discorrer"
- "Suponhamos mais: que o governo cria necessidades a esta gente, aumentando o imposto de capitação, ensinando-os a vestirem-se e calçarem-se, despertando-lhes o amor ao conforto e à higiene, introduzindo no meio deles produtos que possam concorrer para o seu bem-estar, etc. – e digam-me, se o indígena não virá evoluindo e renunciando à vida de selvagem que leva. Parece-me que sim."
- "Eu entendo que toda a nossa atividade colonizadora e educativa deve reverter em benefício direto do indígena e não em benefício do branco. Porque a verdade é esta: geralmente, o europeu vem para as colonias para enriquecer à custa do preto, continuando este a viver no mesmo estado miserável".
Para elevar o nível de civilização dos indígenas da Colonia, o Bispo de Macau propões a criação de escolas profissionais, de centros de agricultura, da educação da mulher. Aos missionários, aconselha atitudes de aproximação ao povo (estar no meio deles e viver com eles; falar a sua língua ou dialeto).

3º CAPÍTULO - DOM JOSÉ DA COSTA NUNES, ESCRITOR E JORNALISTA

Desde os tempos do Liceu e do Seminário, que José da Costa Nunes. Começou a escrever muito cedo no Semanário a VOZ, que se publicava no Concelho da Madalena do Pico. Era pequenas notícias de casamento, de partidas e chegadas de gentes do concelho, de uma epidemia de sarampo ou quaisquer outras,

assinando com o pseudónimo Albano".[203] Usou vários pseudónimos: Albino, Sílvio, N. Alcino, Mário e Aliquis (Alguém). Este último pseudónimo aparecia nas crónicas que o Cardeal então, em Roma, mandava para o Jornal Novidades, de Lisboa, desde 1953 a 1958.

Sobre o estilo dia a biógrafa Maria Guiomar Lima:

> "*Escreveu com brilho e facilidade difíceis de igualar, do melhor que existe em Língua portuguesa, sem dúvida considerando os textos de jornal, as pastorais ou cartas destinadas aos fiéis, ao clero aos jovens que se tornaram muito conhecidas*"[204].
>
> "*As suas qualidades oratórias, que suscitavam a admiração e viva simpatia no clero e nos fiéis, revelavam-se claramente nas suas conferências e pregações*."[205]

Qualidades literárias enquanto estudante do Seminário. Diz o padre Mateus das Neves:

> "*Mas já antes da sua partida para o Oriente, se uma pitonisa lhe tivesse ouvido as lições no seminário de Angra e tivesse reparado na cuidada roupagem literária em que envolvia doutrina e ideias bebidas nas aulas, profetizaria sem dúvida o brilho excecional da sua pena e do seu verbo. As suas crónicas de viagem publicadas no Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, as suas cartas aos sacerdotes reunidas em volume, em Goa, até os seus relatórios para o Governo de Lisboa, e tudo o mais que lhe saía da pena, vinha polvilhado de bom quilate da sua pluma privilegiada*".[206]
>
> "*Mas quando subia ao púlpito ou quando discursava em tribuna profana que o Senhor D. José da Costa Nunes empolgava, atingindo a plenitude do seu brilho de orador gigante. E até em conversa descuidada notava-se –lhe uma linda simplicidade de frase, tão linda como rara, ao serviço duma cultura vasta e quase enciclopédica*".[207]

Como diz a jornalista, autora da biografia, Maria Guiomar Silva, José da Costa Nunes era um grande escrito, jornalista. Foi um fundador da Revista "O Oriente", o primeiro número saiu em janeiro de 1915. Mas, a revista teve vida breve; foi publicada até dezembro do mesmo ano. Nessa revista, o Padre José da Costa Nunes escrevia crónicas e noticias que assinou com vários pseudónimos.[208]

Mais tarde criou o periódico A Pátria, ligado ao Seminário de São José, que se publicou durante dois anos e se encerou devido a falta de condições materiais. Colaborou no semanário macaense Vida Nova onde escreveu com o pseudónimo Albino, Carta da China a um Amigo do Ocidente, um conjunto de reflexões sobre a história e cultura chinesas. Por pouco tempo. Publicou largos anos no Boletim da Diocese, em jornais regionais e nacionais.

---

[203] cf. Textos do Cardeal Nunes, vol. I, Estudante e Jornalista, p. 10; cf. Lima, Guiomar Maria, op. cit., p. 13.
[204] LIMA, Guiomar Maria, ob. cit. p. 13.
[205] CARLOS José, Daqui houve missionários até aos confins do Mundo, p. 44.
[206] Cf. In MEMORIAM, op. cit., p. 39.
[207] Idem, p. 39-40.
[208] cf. LIMA; Guiomar Maria, op. cit. p. 29.

As primeiras manifestações jornalísticas do Cardeal surgem logo desde os seus tempos de estudante, em Angra. Desde as primeiras publicações, opta pela utilização de vários pseudónimos. No jornal A Voz assina com o nome de Albino, na revista Oriente como Mário ou como Sílvio, no semanário macaense Vida Nova como Alcino e, ainda na década de 1950, escreve umas cartas de Roma sob o pseudónimo de Aliquis.

Durante o período de 1899 a 1902, torna-se um participante ativo do jornal *A Voz*, semanário publicado na vila da Madalena. Nestes escritos, salientam-se dois tipos de discursos. Um deles de tipo claramente informativo, onde noticia pequenos sucessos do quotidiano da freguesia da Candelária: a chegada de determinadas famílias à freguesia gozando das férias do verão; acidentes com barcos de pesca, casamentos efetuados, doenças que grassavam na Candelária, festas e romarias, etc.

"Vejam-se os dois exemplos seguintes:

> "*Fixou residência nesta freguesia a excelentíssima família do reverendo Manuel Alfredo Goulart, digno cura desta Igreja Paroquial";*
> *"Tem-se desenvolvido nesta freguesia, a epidemia do sarampo, principalmente na povoação do Monte. Até à data, felizmente, não têm aparecido vítimas*".

Um outro tipo de escrita assume um caráter manifestamente mais literário e até poético:

> «*Era o anoitecer de um belo dia primaveril. O sol estava prestes a imergir no ocidente e a baça claridade crepuscular espargia-se pela terra em ondulações, que causava, tristeza, que despertavam saudades. Edénicas paragens exibiam uma perspetiva bel, encantadora!*
> *[…] Bem junto a mim, gentis florinhas alcatifavam o solo… Eram esplêndidos, encantadores os retoques, que esmaltavam o panorama*» .

Já em Macau, funda em 1915 a revista Oriente, com uma periodicidade mensal, a qual dirige durante todo este ano. Aqui, o Cardeal discorre sobre assuntos da atualidade, como é o caso das crónicas que publica em 1915 sobre a I Grande Guerra, as eleições nacionais, a greve dos tipógrafos do Porto, entre outros assuntos. Também é um colaborador do Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau, onde publica diversas crónicas de viagem.

Todos os seus registos, jornalísticos ou não, são de grande interesse e revelam argúcia na escrita e uma cultura elevada, com profusas citações de filósofos, escritores e pensadores, desde Platão, Zenão, Xenofonte, Cícero, Plutarco a Chateaubriand, Rousseau, Voltaire, Jules Simon, Espinosa, Stuart--Mill e ainda Confúcio".[209]

A maior parte dos escritos foram reunidos em dezasseis volumes e publicados em Macau pela Fundação Oriente e, sob a coordenação do Padre Tomás Bettencourt:

Textos do Cardeal Costa Nunes. Macau: Fundação Macau, 1999**:**
Volume 1 – Estudante jornalista'. 280 p.;
2º – Escritos. 245 p.;
3º – Cartas da China. 174 p.;
4º – Documentos oficiais. 293 p.;
5º – Pastorais. 272 p.;
6º – Conferências. 275 p.;
7º – Viagens. 292 p.;
8º – Crónicas;
9º – Entre Chineses e entre Malaios;
11º – Documentação oficial;
12º – Magistério do Patriarca;
13º – Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa;
14º – Cartas aos Jovens Goeses;
16º – Cartas de Roma.

Em relação às Missões Católicas na Colónia de Timor (Timor-Leste), escreveu Relatórios, que eram endereçados ao Prelado de Macau e ao Ministro da Colónia:

- No Volume II (Escritos): Relatórios sobre as Missões de Malaca e Timor.
Timor, pág. 47- 65.
- No volume VII: Crónicas de suas viagens: "Por Terras de Timor", p. 211-217.
- No volume IV, são publicadas as Provisões eclesiásticas.

[209] COSTA, Susana Goulart, *D. José da Costa Nunes (1880-1976). Um Cardeal no Oriente*, cf. reportório.ucp.pt/bitstream/10400.14/4523/1/LS_S2-19-20-SusanaGcosta.pdf

RELATÓRIOS. RELATÓRIO DE 1911

Incumbido pelo Bispo Dom João Paulino de Azevedo e Castro, visitou pela primeira vez a Colónia de Timor, em 1911, um ano após a proclamação da República. Foi nomeado visitador pela Provisão de 3 julho daquele ano. No seu regresso a Macau expôs ao prelado um vasto relatório, em 23 de outubro de 1911.

Ao iniciar o dito relatório o visitador começa por narrar a história das Missões de Timor, a partir de 1874, quando pela Concordata entre o papa Pio IX e o Rei Dom Luís I, a metade da Ilha de Timor que até era anexada ao Arcebispado de Goa passou apara a Jurisdição do Prelado de Macau.

Nessa primeira visita ao território, o padre José da Costa Nunes percorreu todo o território visitando as Missões do Vicariato Norte: Díli-Lacló; Manatuto, Laleia, Vemasse, Baucau, Maubara, Batugadé e Oecusse; Do Vicariato Sul ou Contra-Costa, visitou Soibada, Barique, Manufahi Suro.

As conclusões a tirar: o Governo não tem ligado as missões a atenção que elas merecem; os obreiros são poucos

- "*De um modo geral o meio timorense não é hostil nem favorável ao cristianismo. É indiferente. É necessário que o missionário esteja sempre ao lado do indígena; A permanência do missionário é essencial. O missionário secular que regressa à terra, não tem continuidade*. (pp. 64-65).

Situação do missionário: isolamento, é preciso ter colega; sugere centro de missões com dois ou três missionários;

Fala da escola: o missionário é também professor oficial.

SOBRE AS LÍNGUAS:

As línguas faladas em Timor são 19; Sugestão em carregar algum missionário em traduzir o catecismo e fazer um pequeno dicionário.

"*Palavras sábias do visitador: "Ainda mesmo que esse missionário tivesse de ser dispensado do seu ministério para somente se ocupar em trabalhos deste género, a missão lucraria muito com tal medida*" (p. 64)

1. Relatório de 1922(22 de setembro de 1922) sobre as missões de Timor enviado a sua Excia. O Ministro das Colónias, in B.E.D.M., A 20, nº 233, nov. 19922, p. 279-288; cf. Textos, 61-70).
2. Relatório sobre as Missões de Timor enviado a Sua Excia. O Ministro das Colónias por Sua Excia. Revma. o Bispo de Macau e Timor (20 de agosto de 1923). In B.E.D.M, A 21, nº 255, out. /nov., 924, p. XIII-XXXII.; cf. Textos, p. 71-92.
3. Relatório sobre as Missões referente ao ano de 1933 (12 de janeiro de 1934). In B.E.D.M., A 31, n. 363, Jun./934, p. 974-981., cf. Textos, p. 91-100.
4. Relatório sobre as Missões de Timor – 1937, in B.E.D.M., A 35, nº 406, Jan 1937, p. 409-413; cf. Textos, p. 105-110.

No Relatório ao Ministro das Colónias, o Bispo de Macau escreve, entre outras coisas: "*O movimento de conversões aumentou sensivelmente, sobretudo nas regiões da Ermera, Hatolia, Letefoho, Ailéu, Suro, Manufahi, Ossu, Viqueque e Baucau*".

Sobre a inclinação para as conversões:

"*Quase se poderá estabelecer a seguinte regra: as populações do interior da ilha convertem-se mais facilmente do que as do litoral e são mais exatas na observância na observância dos deveres religiosos*."

Escolas:

(…) *as nossas escolas são 46, são frequentadas por 2.424 alunos e tendem a desenvolver-se num ritmo, que poderia classificar-se de acelerado, caso dispuséssemos da mais pessoal ensinante e mais meios pecuniários*".

Propõe o ensino profissional e agrícola, além do ensino do português.

II – CRÓNICAS DAS VIAGENS

Viagem a Timor: Descrição do "Timorense" (1924)

O português, que pela vez primeira desembarca em Díli, experimenta a sensação agradável de ouvir a sua língua por um grande número de indígenas.
E não é somente o indígena educado que se exprime em português, é também o trabalhador, o analfabeto, o homem de lipa. O servo da gleba, que para aí moureja debaixo das ardências deste sol tropical, que lhe vai crestando a pela bronzeada.
Sob este ponto de vista, a cidade de Díli esta mais adiantada do que Macau.
Aí, parte da população portuguesa, com dificuldade se encontra alguém. Com quem troquemos duas palavras em português. E se porventura se nos depara um outro chinês, salvas três ou quatro exceções, com pretensões a falar português, tão reduzido e estropiado é o seu vocabulário que se torna impossível manter uma conversa, onde entre mais de uma dúzia de palavras.
Aí, os chineses impuseram a sua língua aos portugueses, quando se devia ter dado o facto inverso, que constitui, por assim dizer, uma das principais caraterísticas da nossa ação colonizadora, como ainda hoje se verifica em muitos pontos, onde o domínio português cessou há séculos.

Tanto em Díli como pelo interior se encontram indígenas capazes de nos entender.
Mas, pergunta-se – teremos nós criado na alma do timorense uma verdadeira afeição a Portugal, como sucedeu, por exemplo, na índia e em Malaca?
Não me parece.
A história desta longínqua possessão é uma série de revoltas, se não, propriamente, contra o domínio português, contra autoridades portuguesas que por aqui passaram.
Estou a dizer que nunca houve, entre nós e os timorenses, laços comuns de reciprocidades de afetos.
Por nossa causa?
Por causa deles?
Provavelmente por culpa duns e doutros…
Neste capítulo, não sei para que lado se inclinará o fiel da balança.
O timorense, embora já não seja o selvagem da floresta nem o nómada que vive de caça e da guerra, é ainda um povo rude, de hábitos grosseiros e instintos semibárbaros.
Que temos nós feito, durante estes três séculos de dominação, para arranca-lo ao seu estado primitivo? Muito pouco. Quase nada.
Há para aí um núcleo de timorenses europeizados, que assimilaram perfeitamente os nossos hábitos, mas o grosso da população vive no mesmo estado de inferioridade, em que nós a encontrámos no século XVI.
Das vantagens da nossa civilização apenas sabem isto: que de tempos a tempos, por fás ou por nefás, os arrancam aos seus afazeres ou à sua indolência, para trabalharem gratuitamente para o Estado.
Obras para a utilidade direta para o indígena, poucas existem, e essas, mesmo, montadas em maquinismos pouco apropriados ao fim que se tem vista.
É assim que se civiliza?
Não é.
Civilizar é educar o indígena, fazendo-lhe ver, pacientemente por exemplos, a superioridade da nossa civilização, é trata-lo bem, reconhecendo nele a pessoa humana, que é qualquer coisa diferente do puro animal; é criar instituições adequadas, que tragam benefícios, diretamente para ele e indiretamente para o Estado; é ganhá-los pelo afeto e transformá-lo num ser útil e produtivo; é ir corrigindo gradualmente os seus defeitos grosseiros e aperfeiçoando a sua mentalidade de primários.
E, contudo, que tem vivido escravizado pelos chefes pretos ora a chefes doutras raças, à face da lei é tão livro como eu e goza dos mesmos privilégios que eu gozo. Valha-nos isso!
Como eu, ele elege deputados e senadores, que vão para o Parlamento e Senado elaborar leis; como eu, está sujeito ao mesmo Código; como eu, frui os mesmos direitos; como eu, apoia-se na Constituição da República, para defender as suas regalias de cidadão português!
Tão longe levamos o prurido da igualdade, que, no papel, não fazemos distinção, em matéria de privilégios, ente o bacharel de Coimbra e o preto de tanga!
Que falta de senso das proporções!
E, assim, julgamos ter civilizado os povos inferiores, esquecendo-nos de que eles necessitam de leis e regulamentos, que estejam em harmonia com o seu estado de civilização.
Em vez de darmos ao indígena tantas liberdades, de o submetermos a uma legislação que ele não compreende, de lhe metermos na mão um papel com um nome dum deputado, de lhe atribuirmos direitos que para nada lhe servem, dêmos-lhe escolas profissionais, ensinemos-lhe a revolver a terra e a aproveitar os seus produtos, obriguemo-lo, mesmo, a trabalhar, criando-lhe necessidades, façamos dele, enfim, um ser consciente e útil. Depois, então, podemos conceder-lhe o direito de voto e outras coisas correlativas, pois encontrá-lo-emos habituado a fazer uso de tais regalias.

EDUCAÇÃO DO TIMORENSE

Macau é a colonia portuguesa que está mais em contacto com Timor. Pois, apesar disso, Macau não conhece Timor. Ou conhece-o sob um aspeto muito diverso da realidade.
Timor é uma bela terra e um clima delicioso, desde quando se viva a alguma distância das praias.
É, também, o país mais rico do mundo! Ora imaginem os senhores que, em Macau e Portugal ou em qualquer outro ponto do globo, os serventuários do Estado não recebem os seus vencimentos no fim de cada mês, e aí teríamos uma crise doméstica, que nenhuma dona de casa, por mais hábil que fosse, conseguiria resolver! Pois os funcionários de Timor há um ano que não recebem vencimentos, e, contudo, vive-se!
E vive-se muito bem!
Ninguém, ainda, deixou de satisfazer um capricho, por falta de meios.
Positivamente, Timor é um país ideal!
Para o europeu e para o indígena. Este não trabalha ou trabalha pouco. Vive ao Deus-dará. O amanhã não existe para ele. Todavia não morre de fome.
Um fruto, uma raiz, um animal caçado, uma espiga de milho, e ei-lo satisfeito da sua vida, sem aquelas preocupações criadas pela depreciação da nossa moeda no sei das famílias portuguesas.

Tem? Come. Não tem? Resigna-se, esperançado em que o acaso lhe porá no dia seguinte, em frente do estômago vazio, um suculento jantar, que será digerido durante três ou quatro dias. E o acaso amigo nunca lhe falta!

Como o camelo que faz provisão de água para atravessar o deserto, o indígena, oferecendo-se-lhe ocasião, provê o estômago de alimento para uma semana, durante a qual se remete ao prazer de indolência.

Não terá razão?

Tem-na dentro do seu raciocínio e da forma como encara a vida.

É a nós que compete modificar-lhe a mentalidade, por uma instrução e educação convenientes.

Temos, pois, de nos aproximar dele para o trazermos até nós. Aproveitar, porém, os seus serviços e deixá-los no estado de semisselvagem em que jaz, não é civilizar, é outra coisa que não se diz.

Ora em Timor não se tem prestado a devida atenção à educação do indígena.

Há para aí umas escolas de instrução primária, onde o indígena aprende a conjugar verbos e analisar um trecho. Mas tem-se visto resultado. O timorense, que um dia chegou a conquistar o diploma das primeiras letras, julga-se doutor e desceria da sua elevada posição se tivesse de exercer uma profissão Manuel. E como não há empregos públicos para tantos doutores, aí temos uma classe de indivíduos inúteis e descontentes – classe que vai engrossando de ano para ano e que no futuro pode criar-nos dificuldades sérias…

Como resolver o problema? Pelas escolas profissionais. Excogitem outro meio que não o encontram

É preciso ensinar o indígena a trabalhar, e coloca-lo depois em circunstâncias de ganhar a vida e usufruir as regalias, que todo o homem civilizado tem.

Timor é uma região fertilíssima. O seu futuro está na agricultura, pecuária e indústrias acessórias.

Aqui o europeu tem um largo campo de ação, mas é preciso preparar o indígena para colaborar com ele, conscientemente, na obra do ressurgimento da colónia. Conscientemente, digo e não como simples instrumento de trabalho, auferindo os outros o benefício dos seus suores.

Não se civilizam povos, aproveitando-lhes serviços e deixando-os depois abandonados ao seu estado de inferioridade mental e material.

O indígena tem direitos, que é preciso reconhecer.

Primeiro senhor da terra, ensina-se-lhe a arte de trabalhar e utilizar em proveito próprio, despertando-lhe a ambição e pondo-o em circunstância de ver as vantagens práticas do seu esforço. Porque, sem essas vantagens, nunca o indígena trabalhará, e se, obrigado, o fizer para os outros, maior será o horror que tomará ao trabalho.

O indígena é um ser pensante e não um puro animal. Sabe ver, pensar e discorrer.

Se lhe mostrarem vantagem no trabalho, ele trabalhará. Porque é que a escola de Díli é frequentada por mais de 200 alunos? Porque os rapazes veem a possibilidade de ganhar a vida com um diploma de instrução primária. No dia em que vejam ser isso de todo inútil, não vão à escola.

São lógicos. Ninguém trabalha sem nisso ver vantagens.

Suponhamos que o governo de Timor, em vez de mandar ensinar a estes indígenas subtilezas gramaticais e outras coisas concomitantes, lhes manda ensinar, a par de alguma coisa de português e história pátria, uma arte ou ofício, o modo de cultivar a terra e criar animais, o processo de apurar raças ou aproveitar a riqueza do solo. Suponhamos ainda que o governo, uma vez completada a educação profissional do indígena, lhe dá um bocado de terra e o auxílio na aquisição de alfaias agrícolas, impondo-lhes, é claro, determinadas condições e acompanhando-o na exploração da sua indústria, porque o indígena, enquanto não se civilizar por completo, será sempre uma criança grande.

Suponhamos mais: que o governo cria necessidades a esta gente, aumentando o imposto de capitação, ensinando-os a vestirem-se e calçarem-se, despertando-lhes o amor ao conforto e à higiene, introduzindo no meio deles produtos que possam concorrer para o seu bem-estar, etc. – e digam-me, se o indígena não virá evoluindo e renunciando à vida de selvagem que leva. Parece-me que sim.

É certo que isto são teorias e que da teoria à prática medeia, por vezes, uma distância enorme, mas a ação do colonizador está, precisamente, em encurtar essa distância, até chegar a eliminá-la, se possível for.

Para tal, as escolas profissionais seriam um dos meios para eliminar essa distância.

E não digam que é tentar o impossível, mesmo porque ainda não se fez a experiência.

Entre nós é vulgar uma classe de indivíduos, sempre prontos a disparar sorrisos de incredulidade, perante qualquer tentativa, que saia um pouco fora dos moldes rotineiros.

São os negativistas. Os que nada fazem, Os que nada deixam fazer.

Cristalizados numa ideia – os super-homens estão sujeitos a estas cristalizações – nem a golpes da mais clara evidência a abandonam. Quando não têm argumentos, apelam para o futuro, que sempre lhes virá dar razão.

Essa gente é a mais perniciosa que eu conheço. Quem quiser fazer algo de útil, tem de a ignorar e ir para a frente.

Isto vem a propósito de escolas profissionais, e pode vir, também, a propósito de toda ou quase toda a engrenagem burocrática de nossa administração colonial.

Quem será o homem que, desprezando rotinas e aproveitando, inteligentemente, as qualidades – porque as tem – do indígena, venha revolucionar a administração de Timor?

Existe? Se existe, Timor dentro de alguns anos será a nossa melhor colónia…

Timor, maio de 1924.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LIMA, Maria Guiomar, Nascido para Vencer, D. José da Costa Nunes, Bispo de Macau, Patriarca das Índias, Cardeal (1880-1976) Macau, 2015.

TEIXEIRA, Manuel, Macau e sua Diocese, vol. X. Missões de Timor. Macau, 1974.

NUNES, Cardeal Costa, Textos do Cardeal Costa Nunes. Macau: Fundação Macau, 1999: vol. 1 Estudante jornalista'. 280 p.

2º – Escritos. 245 p.; 3º – Cartas da China. 174 p.; 4º – Documentos oficiais. 293 p.; 5º – Pastorais. 272 p.; 6º – Conferências. 275 p.; 7º – Viagens. 292 p.; 8º – Crónicas; 9º – Entre Chineses e entre Malaios; 11º – Documentação oficial; 12º – Magistério do Patriarca; 13º – Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa; 14º – Cartas aos Jovens Goeses; 16º – Cartas de Roma.

CARLOS, Jose. Daqui houve missionários até os confins do Mundo, ed. AO, Braga.

Porto, 19 de março de 2017

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo

índice item 28 vila do porto

28 Alexandre Luís 29 Carla Sofia Luís	PROFESSORES, UBI (UNIV BEIRA INTERIOR) LABCOM.IFP COVILHÃ, PT	Tema 2.1. O Lugar da Língua Portuguesa no Mundo: perscrutando a visão de João Malaca Casteleiro.
30 Chrys Chrystello	JORNALISTA, TRADUTOR, AUSTRÁLIA,	tema 2.3. Da Galiza: da língua espanholizada à língua galega no mundo Apresenta Livro *Bibliografia Geral da Açorianidade*
31 Eduardo Bettencourt Pinto	ESCRITOR, CANADÁ	*Tema 2.1. Um Lusófono Em Cuba*
32 Evanildo Bechara	PROFESSOR, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, BRASIL	Tema 2.1. Três centenários de amor à língua portuguesa.
33. Inéia Abreu	UNIV. DO PARÁ, UNIV AVEIRO, BRASIL	Tema 2.1. Os Brasis e suas línguas e culturas: a formação de professores de português para a diversidade?
34. João Figueiredo	FUNDAÇÃO SOUSA D'OLIVEIRA, AÇORES	*Tema 2.7. Manuel Sousa D'Oliveira, O Pioneiro da arqueologia nos Açores*
35. João Morgado	BIÓLOGO, INSTITUTO CULTURAL DE PDL, AAALAQ, AÇORES	tema 2.9. Plataforma digital para o conhecimento dos Açores
36. Katharine F. Baker	TRADUTORA, UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA	Tema 4.1. Tradução de O Passeio dos poetas
37. Luciano Pereira	PROFESSOR, ESE INSTº POLITº SETÚBAL PT	Tema 2.9. Contributos árabes na literatura popular portuguesa
38. Maria Helena Ançã	PROFESSORA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PT	TEMA 2.5/2.6. Língua Portuguesa: conhecimentos e perceções de alunos em diferentes contextos educativos
39. Paulo Ramalho	ANTROPÓLOGO, ESC SEC SANTA MARIA, AÇORES	TEMA 1.3. A recriação literária a partir da narrativa frutosiana - "saudades da terra" como repositório de estórias e fonte de inspiração no domínio ficcional.
40. Pedro Paulo Câmara	PROFESSOR, ESCRITOR. APRODAZ – ESC. PROFISSIONAL, AÇORES	tema 1.2.1 Saudades da Terra: entre a historiografia e o registo literário
41. Raul Leal Gaião	INVESTIGADOR, LISBOA, PT	Tema 3.3. Açorianos em Macau: José Inácio de Andrade
42. Reinaldo Silva	PROFESSOR UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PT	tema 3.1. Katherine Vaz e Frank Gaspar: em demanda das suas raízes açorianas
43. Rolf Kemmler	INVESTIGADOR, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, UTAD, ALEMANHA	tema 3.1 Charlotte Alice Baker: *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira (1882)*
44. Susana Teles Margarido	ESCRITORA. SOCIÓLOGA, AÇORES	Tema 2.1. Apresenta "O mundo perdido de Timor-Leste", infantojuvenil de Ramos Horta e Pat Rich-Vickers

Em linha ISSN 2183-9239 CD-ROM ISSN 2183-9115

28. ALEXANDRE LUÍS, UBI (UNIV BEIRA INTERIOR) / LABCOM. IFP, COVILHÃ. AICL (aluis@ubi.pt)
29. CARLA SOFIA LUÍS, UBI (UNIV BEIRA INTERIOR) / LABCOM. IFP, COVILHÃ e AICL

TEMA 2.1. O LUGAR DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO: PERSCRUTANDO A VISÃO DE JOÃO MALACA CASTELEIRO. CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, LABCOM.IFP, AICL E ALLC. (CXAVIER@UBI.PT) E ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, LABCOM.IFP, AICL E ALLC (ALUIS@UBI.PT)

João Malaca Casteleiro, pedagogo, gramático e lexicógrafo, fortemente comprometido quer com o ensino quer com a investigação, tem dedicado grande parte da sua vida ao estudo, valorização e internacionalização da língua portuguesa. Com efeito, a sua marca no âmbito da produção do conhecimento, da formação de quadros qualificados, dentro e fora de Portugal, e ainda no capítulo da regulação da língua, só para enunciarmos alguns domínios, é uma realidade inabalável.

Apesar de João Malaca Casteleiro constituir uma figura sobejamente conhecida pelas quatro partidas do Orbe, para melhor mergulharmos nas suas ideias em torno do lugar que a língua portuguesa ocupa no Mundo, expressas e colocadas em prática de diversas formas, importa recordarmos certos momentos marcantes do seu trajeto pessoal e académico *(cf. Casteleiro, 2007: 7-14; 2016: 201-202)*, dado que constituem peças preciosas no âmbito do exercício que nos propomos realizar.

Assinale-se que João Malaca Casteleiro nasceu no Teixoso, Covilhã, a 29 de agosto em 1936. Licenciou-se, em 1961, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Filologia Românica, com a dissertação *A Expressão da "Ordem" na Língua Portuguesa do Século XX*. Após o seu regresso de Angola, onde completou quatro anos de serviço militar obrigatório, inicia, em 1966, a sua vida como professor do ensino secundário no Colégio Militar, tendo sido, por essa altura, convidado pelo Professor Doutor Jacinto do Prado Coelho para colaborar, a tempo parcial, no *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa (cf. Casteleiro, in Silva: 123)*.

Durante esse período, conheceu várias figuras emblemáticas, entre elas, José Inês Louro. Este último rapidamente reconheceu as suas aptidões para a carreira universitária, manifestando-se totalmente favorável à sua contratação como assistente, quando Jacinto do Prado Coelho lhe formula o convite, em 1968 *(cf. Casteleiro, in Silva: 123)*. Estreou-se então nas lides da lecionação universitária, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1969. Em 1979, doutorou-se, na mesma universidade, com a sólida tese intitulada *Sintaxe Transformacional do Adjetivo. Regência das Construções Completivas*.

Mais tarde, depois de prestar provas académicas de agregação, sagrou-se, a partir de 1981, professor catedrático. Muitos são os antigos alunos que lembram o seu desempenho na lecionação e coordenação de cadeiras como, por exemplo, Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da licenciatura, ou de vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do 2.º ciclo.

Foi também Professor Catedrático convidado na Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior, tendo aí influenciado vários jovens professores e investigadores, de onde destacamos, entre outros, Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Domingos Gabriel Nzau, Paulo Osório, Reina Pereira, cujas dissertações de mestrado e/ou teses de doutoramento orientou. Refira-se que Malaca Casteleiro é reconhecido como "um dos pais" *(Luís e Luís, 2016: 99)* do Departamento de Letras desta mesma instituição de Ensino Superior, onde regressa com alguma assiduidade na qualidade de conferencista e reconhecido especialista de Linguística.

No Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, ocupou ainda o cargo de diretor de investigação e, no Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), de conselheiro científico. Presidiu, de igual modo, ao Conselho Científico da Faculdade de Letras, entre 1984 e 1987, tendo aí criado, em 1984, o Departamento de Língua e Cultura Portuguesa (do qual foi diretor até à sua jubilação), vocacionado para o ensino e para a investigação do português como língua estrangeira. Coordenou e colaborou em diversos projetos de investigação e de edição, quer em Portugal quer no estrangeiro, em cooperação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação.

Desde 1979, tornou-se membro da Academia das Ciências de Lisboa, tendo sido, entre 1991 e 2009, presidente do respetivo Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa. É, igualmente, Sócio-correspondente da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Galega da Língua Portuguesa, da Academia de Letras de Brasília e da Academia Brasileira de Letras. Colaborou, na qualidade de professor visitante e de professor convidado, com diversas instituições de Ensino Superior, designadamente com a Universidade de Coimbra, as Universidades dos Açores e da Madeira, a Universidade de Macau, onde,

ao longo de mais de uma década, lecionou variados cursos de mestrado, e ainda com o Instituto Politécnico de Macau, onde desempenhou também as funções de examinador externo para a disciplina de Língua Portuguesa.

Durante a sua carreira académica, orientou 25 teses de doutoramento e mais de meia centena de dissertações de mestrado. Assumiu também, no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, a responsabilidade de projetos de investigação de avultada relevância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Léxico-Gramaticais do Português Contemporâneo* e *Dicionário Eletrónico do Português*.

A sua bibliografia é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados sobretudo à sintaxe, à lexicografia, à ortografia, à didática da língua e à projeção do português no mundo. Destacamos, desde logo, a sua dissertação de licenciatura, que, como se referiu anteriormente, data de 1961. Sublinhe-se, nomeadamente, que foi editada em 2014, no Rio de Janeiro, pela Lexikon Editora Digital, com o título *A Arte de Mandar em Português: estudo sintático-estilístico baseado em autores portugueses e brasileiros*.

O linguista Evanildo Bechara explica que "*cabe à LEXIKON, publicando a dissertação deste ilustre professor lusitano, reintroduzir o interesse entre nós de assuntos que também ajudam a melhor compreender as funções da linguagem e, em particular, auscultar as potencialidades expressivas da língua portuguesa*" *(Bechara, 2014: 7-8).*

Salientamos ainda outras obras que deram à estampa, como a já mencionada tese de doutoramento, publicada em Lisboa, no ano de 1981, pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, e *Nível Limiar*, desta feita, em coautoria com Américo Meira e José Pascoal, publicada em 1988, em Estrasburgo, pelo Conselho da Europa (fruto do Projeto de Línguas Vivas do Conselho de Cooperação da Europa) e, nesse mesmo ano, reeditada pelo Instituto de Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ICALP. É, de igual modo, digno de menção o volume intitulado *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, que deu à estampa, em 2010, pela Porto Editora, sob a sua orientação científica.

O nosso destaque vai ainda para as obras *Lusofonia: curso básico de português-língua estrangeira* (que inclui livro do aluno, caderno de exercícios, livro do professor e cassetes) e *Lusofonia: curso avançado de português-língua estrangeira* (que inclui livro do aluno, caderno de exercícios, livro do professor e cassete), que dirigiu, enquadrando-se ambas nas atividades de investigação e ensino do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Lisboa *(cf. Casteleiro, 1998: 3)*. Escusado será dizer que constituem úteis instrumentos de trabalho para todos os que desejam aprender o português como língua estrangeira.

Apresentam temáticas diversificadas, "*através de uma seleção de documentos autênticos e uma arrumação de temas gramaticais, onde se dá relevo às diferentes realidades em diferentes momentos*" *(Casteleiro, 1995: 3)*. Acrescentamos ainda a esta amostra *A Língua e a sua Estrutura* (conjunto de artigos publicados, isoladamente, na revista mensal *Escola Democrática*, Edição da Responsabilidade da Direção-Geral do Ensino Básico), que, no seu todo, constitui uma preciosa ferramenta de trabalho largamente consultada por docentes e alunos de diferentes níveis.

Além das publicações atrás mencionadas, e de entre o elevado manancial de dicionários onde tem uma intervenção determinante, sublinhamos a coordenação do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da *Academia das Ciências de Lisboa*, publicado pela Editorial Verbo, em 2001. Na nota preambular, parte integrante da longa introdução que redigiu, João Malaca Casteleiro afiança, desde logo, que "*visa honrar o desígnio inicial da Academia de pôr à disposição do público português e, por extensão, de todos os povos que se expressam em português, um Dicionário de língua amplo, inovador, rigoroso e normalizador do uso vocabular*" *(Casteleiro, 2001: XIII)*. Aquando da caraterização geral desta obra, destaca, entre outros aspetos, a sua enorme dimensão no panorama da lexicografia portuguesa, sendo que este dicionário conta com cerca 70.000 entradas lexicais e aproximadamente 22.000 combinatórias fixas. Aclarando que se registou "*o léxico próprio da língua portuguesa contemporânea*" *(Casteleiro, 2001: XIII)*, incluindo não só o vocabulário de uso geral, mas também "*os termos mais usuais das diferentes áreas científicas e técnicas, assim como os neologismos recentes e os vocábulos internacionais dos nossos dias, nomeadamente os das novas tecnologias*" *(Casteleiro, 2001: XIII)*, assegura a sua utilidade *(Casteleiro, in Silva, abril 2001)* junto de "um público muito vasto" *(Casteleiro, 2001: XIII)*. Com efeito, a propósito do dicionário em apreço, numa entrevista ao jornal *Urbi et Orbi*, frisa o seguinte:

> *"Este é um dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea que abrange os séculos XIX e XX. Contém cerca de 70 mil entradas lexicais, 170 mil aceções ou definições e 240 mil vocábulos. Os artigos do dicionário são riquíssimos de informação porque para além das definições têm também cerca de 85 mil sinónimos e 16 mil antónimos. Fazem também parte desta obra cerca de 22 mil combinatórias e 90 mil expressões para ilustrar tudo isto. Quanto aos estrangeirismos, são cerca de um milhar que aportuguesámos, isto é, adaptámo-los às regras morfofonológicas e ortográficas do português, ou então traduzimos por decalque semântico. No panorama da Língua Portuguesa, é um dicionário novo, inovador do ponto de vista metodológico e de conteúdo informativo" (Casteleiro, in Miranda, 2001).*

Focamos a nossa particular atenção no domínio dos neologismos internos e externos *(Casteleiro, 2001: XIV)* referidos na introdução. Se os primeiros são compostos por palavras criadas de acordo com os processos morfológicos de derivação e composição do português, os segundos, igualmente conhecidos como estrangeirismos, constituem os "*vocábulos importados das línguas modernas" (Casteleiro, 2001: XV)* que, entretanto, neste dicionário, "*procurando também regularizar a formação dos respetivos plurais, segundo as regras morfológicas do português" (Casteleiro, 2001: XV)*, foram aportuguesados e, de acordo com as suas caraterísticas, catalogados em três grupos, a saber: *"na sua forma de origem, os que atingiram um certo grau de generalização e aceitação*", como é o caso de *internet*, *leasing*, *workshop*, *self-service*, *snack-bar*, *software*; "na sua forma de origem, mas com remissão para a forma aportuguesada ou semiaportuguesada", de onde destacamos os vocábulos *dossiê* (do francês *dossier*), *ateliê* (do francês *atelier*), *icebergue* (do inglês *iceberg*), *stresse* (do inglês *stress*); "*na sua forma de origem, mas com remissão para um equivalente vernáculo, vocábulo ou expressão já usual ou com possibilidade de generalização*", como, por exemplo, *hobby* (passatempo), *check-in* (registo de embarque), *check-out* (registo de saída), *e-mail* (correio eletrónico), *hi-fi* (alta-fidelidade) *(cf. Casteleiro, 2001: XV, para as três últimas citações e respetivos exemplos)*. Esta preocupação na adaptação de estrangeirismos torna-se ainda mais legítima se pensarmos na quantidade de palavras estrangeiras que diariamente chegam ao nosso léxico, sendo que, caso não sofressem qualquer aclimatação, a dada altura, estaríamos perante "um texto numa língua mista" *(Casteleiro, in Silva, 2001)*. A este respeito, João Malaca Casteleiro profere as seguintes palavras:

> *"As línguas são instrumentos com os quais comunicamos, sempre sujeitos à mudança. Têm de evoluir e acolher a inovação, a que se produz no interior da própria língua e a que deriva de termos que chegam do exterior. Ao longo da sua história, a língua portuguesa esteve sempre aberta a importações, anteriores, até, às palavras latinas. Depois, foi o contacto com o mundo dos Descobrimentos portugueses. Hoje, o grosso das palavras que entram na nossa língua provém do inglês (geralmente pela via americana), mas também do francês, que continua a ter grande influência. Se não houver a preocupação de as integrar e adequar às regras morfológicas e ortográficas em português, temos um texto numa língua mista" (Casteleiro, in Silva, 2001).*

Quando questionado sobre a possibilidade de tais novidades descaraterizarem a língua, esclarece que, pelo contrário, "*esta inovação preza a identidade da Língua Portuguesa porque estas novas palavras são escritas de acordo com as regras morfofonológicas e ortográficas do português" (Casteleiro, in Miranda, 2001)*.

Enfim, feito este parêntese, devido à relevância da matéria narrada, e tendo agora em mente a imagem do dicionário, que connosco partilha, de "um grande pulmão que tem a sua rede de artérias pelas quais a língua respira e vive" *(Casteleiro, in Silva, 2001)*, apraz-nos dizer, em jeito metafórico, que também nesta área João Malaca Casteleiro oferece um apreciável balão de oxigénio à língua portuguesa.

Note-se que, ainda no domínio da dicionarística, foi responsável pela versão lusitana do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, dado à luz pelo Círculo de Leitores (em 2002-2003) e pela Temas & Debates (em 2005), tendo redigido a "Introdução à Versão Portuguesa", onde, entre outros assuntos, fez notar as dificuldades sentidas, no decurso deste labor, pela "*falta de um vocabulário ortográfico oficial onde se registassem as normas gráficas brasileira e portuguesa*" *(Casteleiro, 2005: XX)*. O linguista em estudo não deixa de tecer críticas à classe política que não havia até à data demonstrado vontade "*de levar por diante a implementação do Acordo Ortográfico celebrado em 1990 pelos representantes dos então sete países de língua portuguesa e pelo qual Antônio Houaiss tanto se bateu*" *(Casteleiro, 2005: XX)*.

Mostrando-se sempre contra a existência de duas normas ortográficas em vigor em português, que fragilizam, do ponto de vista do exterior, a língua, Malaca Casteleiro acredita que deveríamos concentrar esforços apenas numa mesma norma, com variantes ortográficas, de resto, à semelhança do que acontece com o inglês e com o espanhol. Por isso mesmo, como é sobejamente conhecido, foi o principal responsável, por parte da Academia das Ciências de Lisboa, pelo Acordo Ortográfico de 1990 e pela sua longa "Nota Explicativa" em anexo. Procurando esclarecer o público em geral acerca do que mudou, publicou, por exemplo, em coautoria com Pedro Dinis Correia, o livro intitulado *Atual - o Novo Acordo Ortográfico: o que vai mudar na grafia do português* (2.ª ed., Lisboa: Texto Editora, 2008) que, de resto, serviu de base a muitos outros manuais redigidos com o mesmo intuito, como é o caso de *Acordo Ortográfico: as novas regras*, da autoria de Bernardino Pacheco de 2012.

Por outras palavras, tendo naturalmente presente a harmonia e a operacionalidade do universo lusófono, para Malaca Casteleiro, o *Acordo Ortográfico*, auxiliado por instrumentos como o *Vocabulário Ortográfico Comum (cf. Casteleiro, 2016: 209-210)*, constitui forçosamente mais uma peça do *puzzle* no que diz respeito ao item internacionalização, isto no campo da necessária política de língua.

O especialista em estudo, recuando no tempo e dando conta de alguns passos fundamentais palmilhados em direção à valorização da língua portuguesa no plano internacional, tem feito questão de frisar a relevância histórica do 25 de Abril de 1974. Isto é, com a Revolução dos Cravos, e consequente descolonização, surgiram "*cinco novos Países em África que, por razões políticas e culturais, adotaram o português como língua oficial. É certo que, em alguns desses países, o português concorre com o francês, como no caso da Guiné-Bissau, ou com o inglês, como em Moçambique" (Casteleiro, 1999: 39).*

Outro marco que Malaca Casteleiro gosta de evidenciar prende-se com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (1986), agora apelidada de União Europeia, visto que o Português assumiu a roupagem de língua oficial e de trabalho, o que acelerou a sua divulgação na Europa e no Mundo *(cf. Casteleiro, 1999: 39).*

Sempre preocupado com todos os falantes da língua portuguesa, numa entrevista onde exalta a importância das vivências na interculturalidade, concedida a Maria Augusta Silva, explica, no tocante à relação entre brasileiros, africanos e portugueses, que estes se fazem entender usando o mesmo idioma, logo "*A Língua portuguesa tem de ser capaz de servir de instrumento de comunicação entre esses povos" (Casteleiro, in Silva, 2001)*. Recorda, ademais, que "*o progresso de um povo avalia-se igualmente pela riqueza e evolução do idioma e pela sua adequação às necessidades comunicativas*" *(Casteleiro, in Silva, 2001).*

No que diz respeito ao item "património bibliográfico" *(Casteleiro, 1999: 44)*, isto é, ao "acervo escrito da língua portuguesa" *(Casteleiro, 1999: 44)*, no fundo, mais uma importante peça no âmbito da afirmação, internacionalização e maioridade da mesma, o eminente linguista opina que "é quase impossível" rastrear todas as obras escritas em português que integram diversos saberes. Malaca Casteleiro faz notar que:

> "*Ao longo dos oito séculos que a língua escrita já leva de vida, o património acumulado torna-se verdadeiramente fabuloso, abrangendo todos os domínios do saber e expresso nas mais diversas formas e géneros: obras literárias (poesia, romance, conto, novela, teatro), obras científicas e técnicas em todos os domínios do saber. A atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, no ano passado, representou*

o reconhecimento internacional não apenas desse autor, mas indiretamente das literaturas que se expressam na nossa língua" (Casteleiro, 1999: 44).

Perante tudo quanto foi dito acerca do percurso de Malaca Casteleiro, fica claro que se trata, sem dúvida, de uma vida inteira dedicada à língua portuguesa, ao seu estudo, bem como à sua disseminação e divulgação, quer através do auxílio prestado na formação de quadros qualificados, quer por via da conceção e participação em valiosas obras para a sua aprendizagem. Enfim, estuda o funcionamento da língua portuguesa, mas também tem uma intervenção assinalável no campo do tratamento do léxico, no registo de parte do *Tesouro da Língua Portuguesa*[210]. Com efeito, sublinha o peso deste instrumento de comunicação, que é a língua portuguesa, desde o passado ao presente, e vaticina a continuidade da sua vitalidade no futuro *(Casteleiro, 2016: 201-210)*.

Ajudando a reavivar a memória histórica dos mais distraídos ou amnésicos, este reconhecido *"embaixador da Língua e Cultura Portuguesas no Mundo" (Gaspar, 2007: 20)* tem recordado, por diversas vezes, que o português, nas vésperas dos Descobrimentos, compunha uma "*língua de comunicação de pouco mais de um milhão de falantes – então o número de habitantes de Portuga*l" *(Casteleiro, d.l. 2001: 24)*, passando depois a "companheira de marinheiros" e de missionários, "*que ao longo de três séculos a espalharam pelos oceanos, de tal modo que ela se tornou língua franca dos povos ribeirinhos do Oceano Atlântico, do Oceano Índico e do Oceano Pacífico*" *(Casteleiro, d.l. 2001: 24)*. Assumiu, no fundo, durante quase três centúrias, o estatuto de "*língua hegemónica de comunicação internacional*", explica o estudioso em apreço *(Casteleiro, d.l. 2001: 24)*. Ou seja, "nos séculos XVI, XVII e XVIII exerceu o papel de língua franca internacional, que depois foi tomado pelo francês, até meados do século XX, e em seguida pelo inglês, após a 2.ª Guerra mundial" *(Casteleiro, d.l. 2001: 24)*.

Por várias razões, a importância do português não se esgota, contudo no passado. No que toca aos tempos presente e futuro, em várias intervenções ou escritos, como é o caso do capítulo sugestivamente intitulado "*A Importância Crescente da Língua Portuguesa no Panorama Mundial*", Malaca Casteleiro tem deixado um testemunho animador. Ouçamos algumas das suas palavras a este respeito:

[210] Expressão usada pelo próprio num texto intitulado "Criação e Renovação Lexicais no Português Atual".

"Embora seja difícil quantificar com exatidão o número de falantes de Português, as estimativas fidedignas mais recentes apontam para cerca de 250 milhões de lusófonos, ou seja, cerca de 4% da população mundial. Dizem-nos, porém, as previsões demográficas mais realistas que, graças, sobretudo, ao crescimento de países emergentes, como o Brasil, Angola e Moçambique, lá para meados deste século os falantes de Português atingirão os 350 milhões. O domínio político da língua portuguesa no Mundo abrange mais de 10,6 milhões de km^2 […]" (Casteleiro, 2016: 203).

Por sinal, o crescimento do número de utilizadores do português no ciberespaço *(Guzeva, Gomes, Macário e Ançã, 2013: 174)*, um lugar de comunicação privilegiado, também ajuda a corroborar este diagnóstico favorável. Enfim, a língua portuguesa ocupa um papel de destaque quer tenhamos como referência o número de países em que é falada, quer se tomarmos como critério o número de falantes *(cf. Casteleiro, 1999: 37)*. Malaca Casteleiro elabora uma engenhosa distinção entre línguas que sobrevivem apenas como orais, as que "só têm uma vida", as que existem como línguas orais, mas que apresentam também a componente escrita, as que "têm duas vidas", e, finalmente, aquelas que "têm múltiplas vidas", sendo que, no seu entendimento, "*além de existirem como línguas faladas, apresentam várias vidas escritas*" *(Casteleiro, 2015: 161)*. Recorda também que "*96% das 2600 a 3000 línguas que existirão no Mundo – não há certezas quanto ao número exato – só têm existência oral". Por outro lado, somente 4% das línguas do Mundo, cerca de uma centena, portanto, é que apresentam "vida escrita*" *(Casteleiro, 2015: 161)*. Ora, é nesse grupo de "idiomas que ostentam existência escrita" que encontramos um pequeno conjunto com "múltiplas vidas" *(Casteleiro, 2015: 161)*. Esclarecendo o que entende por "múltiplas vidas", "aquelas que detêm o privilégio de ser usadas como língua materna (por que não língua primária?) ou como língua segunda (secundária?) e língua oficial por vários povos ou países", e avançando que, no seu entendimento, não passarão de uma dezena, Malaca Casteleiro coloca a língua portuguesa neste grupo. Sublinha, ademais, que "o português é a terceira língua europeia mais falada no Mundo, logo a seguir ao inglês e ao espanhol", constituindo ainda a "língua mais usada no hemisfério sul" *(Casteleiro, 2015: 161-163, para as duas últimas citações)*, ocupando "*a 5.ª ou 6.ª posição entre as mais faladas (e escritas), considerando quer os cerca de 250 milhões de falantes que a usam quotidianamente, quer os oito países que a têm como sua e que se distribuem por quatro continentes*" *(Casteleiro, 2015: 161-162)*. Enfim, o linguista em estudo não deixa de salientar a vitalidade do português em várias paragens, bem como o seu papel singular, partilhado por muito poucas línguas no Planeta. Com efeito, "*o português*

é, como poucas, uma língua pluricontinental, falada e escrita na Europa, em África, na América e na Ásia. De facto, além do português, só o inglês, o espanhol e o francês apresentam esta mesma caraterística" *(Casteleiro, 1999: 37).*

Indo mais longe na nossa descrição, Malaca Casteleiro, na radiografia que elabora em torno do lugar da língua portuguesa no Mundo, acrescenta o seguinte: "*É ainda língua oficial da Região Administrativa Especial de Macau, sobrevive com dificuldade em Goa, Damão e Diu, e é também a língua da Galiza, embora com caraterísticas próprias, como sucede com o português do Brasil, o de Angola ou o de Moçambique*" *(Casteleiro, 2015: 162).*

Refira-se que Malaca Casteleiro é, sem dúvida, uma das vozes ativas que mais tem recordado e valorado a circunstância de o português ser língua oficial de Macau, "Região Administrativa Especial da China, país onde, sobretudo na última década, a língua de Camões tem vindo a adquirir uma importância crescente" *(Casteleiro, 2016: 203).*

Em relação à Galiza, também constitui um dos protagonistas que tem feito notar que "o *Português, na sua variante galega, é a língua ancestral da Galiza, bem viva nesta Região Autónoma de Espanha, onde a recém-criada Academia Galega da Língua Portuguesa labuta, desde 2008, pela reintegração linguística (não política) desta Região no seio da Lusofonia*" *(Casteleiro, 2016: 203).* Aliás, na Intervenção na Sessão Inaugural da AGLP, outubro de 2008, relembra que:

> *"integrar o Galego como variante da língua portuguesa ao lado de outras variantes (o português lusitano, o português do Brasil, o português angolano, o português moçambicano, etc.) contribuirá para reatar os fios da história do Galego-Português, fios que se quebram em fins do século XV e que era urgente reatar e revalorizar, intensificar os laços culturais entre a Galiza, Portugal e todo o mundo lusófono, e com isto nós podemos continuar a defender o bilinguismo, felizes dos países, das regiões, que são bilingues, que desde o nascimento, por ventura dominam duas línguas, ou mais línguas, e que a variante galega do português e o espanhol continuarão a conviver harmoniosamente, e continuaremos a defender uma cada vez mais intercompreensão entre falantes de português e falantes de espanhol no sentido da promoção das nossas duas línguas comuns não só da Ibéria mas também do mundo hispanófono e do mundo lusófono continuaremos a batalhar por que estas línguas se afirmem no mundo porque elas as duas em conjunto constituirão, com certeza, um bloco tão ou mais importante que o bloco anglístico*" *(Casteleiro, 2011: 8).*

Numa entrevista concedida a Marisa Miranda e incluída no *Urbi et Orbi*, explica, inclusivamente, que "*se nós lusofalantes e hispanofalantes nos tornássemos uma grande comunidade em que todos fossem capazes de falar o português e o espanhol, éramos o maior bloco linguístico do mundo*" *(Casteleiro, in Miranda, 2001).*

Pelo exposto, torna-se compreensível que João Malaca Casteleiro seja da opinião de que a "*língua portuguesa está bem de saúde" (Casteleiro, in Miranda, 2001)*, citando palavras do próprio, proferidas já no início deste século, mas cheias de atualidade. No entanto, precisa de ser "cuidada e acarinhada" *(Casteleiro, in Miranda, 2001)*, até porque estamos perante o "último reduto da nossa identidade" *(Casteleiro, in Silva, 2001)*. Dever-se-ia, assim, investir numa política de defesa da língua mais "agressiva" *(Casteleiro, in Miranda, 2001)* e concertada.

O especialista em análise remete frequentemente para o caso dos nossos vizinhos espanhóis, que "defendem muito mais a sua língua do que nós" *(Casteleiro, in Silva, 2001)*. Objetivamente, o futuro da língua portuguesa não pode ser construído sem uma sólida política de língua, bem definida e aprovada por todos os países e povos lusofalantes, obviamente isenta de jogos de poder e de interesses particulares.

No livro *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*, que data de 2016, designadamente no capítulo XXI, João Malaca Casteleiro, não deixando de assinalar a presença bem arreigada e ativa do português no "Mundo globalizado de hoje", deixa três interessantes conselhos para serem colocados em prática por cada um dos sujeitos-falantes deste idioma, a saber:

> *"1.ª). Contribuir para a sua afirmação no plano nacional, multinacional e internacional.*
>
> *2.ª). Zelar pela defesa da unidade essencial da língua, fazendo com que ela continue a ser o instrumento privilegiado de comunicação entre os mais de 250 milhões de falantes espalhados pelo Mundo.*
>
> *3.ª) Cultivar com zelo, aplicação e amor a nossa língua comum, quer no plano da expressão oral, quer no domínio da escrita" (Casteleiro, 2016: 210).*

Dificilmente encontraremos algum dos utentes da língua portuguesa que não se reveja nestas premissas. Com uma vida dedicada à língua portuguesa, e polémicas à parte, a verdade é que se multiplicam, do passado ao presente, as manifestações de reconhecimento dos méritos e do legado de João Malaca Casteleiro. A título de exemplo, recordamos a menção feita por Celso Cunha e Lindley Cintra na afamada *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, particularmente no que concerne ao estudo dos adjetivos: "*Sobre a sintaxe do adjetivo em português, veja-se o trabalho fundamental de João Malaca Casteleiro. Sintaxe Transformacional do adjetivo: regência das construções completivas. Lisboa, INIC, 1981*" *(Cunha e Cintra, 1995, nota de rodapé 5: 263).*

A valorização da sua obra é feita também além-fronteiras. Veja-se, o que é mencionado na *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, dirigida por Ignacio Bosque e Violeta Demonte. No capítulo 4, "Sintagma Adjetival. Modificadores y Complementos del Adjetivo. Adjetivo y Participio", do primeiro volume de três, concretamente na nota de rodapé 30, Ignacio Bosque refere o seguinte:

> *"Las propiedades distribucionales de los complementos de los adjetivos se presentan con gran detalle en Picabia 1978 para el francés y en Malaca Casteleiro 1981 para el portugués. Ambos trabajos, elaborados en la corriente de léxico-gramática auspiciada por Maurice Gross en los años setenta y ochenta, muestran una sorprendente cantidad de informaciones gramaticales, particularmente en las tablas distribucionales que ambos trabajos contienen*" *(Bosque, 1999, vol. 1: 238-239).*

Pela sua incansável participação em conferências e seminários internacionais, entre outros encontros científicos, e pelo seu devoto empenho na colaboração/direção de obras e de projetos sempre associados à língua portuguesa, não surpreendem as homenagens que lhe são inteiramente dedicadas.

Trazemos, em primeiro lugar, à colação a homenagem realizada por via da publicação intitulada *As Oito Partidas da Língua Portuguesa (org. Mata e Grosso, 2007).* Esta obra reúne textos de vários especialistas ligados a diferentes universidades, apresentando ainda espaço para dez "Testemunhos" de investigadores e/ou professores que fizeram questão de partilhar a importância de João Malaca Casteleiro na sua carreira académica, em particular, e nas suas vidas, em geral.

Neste apartado, destacamos algumas palavras que Catarina Gaspar dedica "*ao professor atento aos seus alunos, empenhado em transmitir-lhes o seu amor à Língua Portuguesa*" (Gaspar, 2007: 20), explicando que este "embaixador da Língua e Cultura Portuguesas no Mundo" (Gaspar, 2007: 20), como o apelida, "*marca o mundo da Língua Portuguesa com a sua incessante preocupação de ensinar e difundir a nossa língua e a nossa cultura a falantes de outras línguas*" *(Gaspar, 2007: 20-21)*. Enfim, é da opinião de que "*a sua contribuição para o estudo da língua portuguesa ainda não está terminada, mas já é notável*" *(Gaspar, 2007: 20)*.

Recordamos também a opinião de Antonieta Garcia, então presidente do departamento de Letras da Universidade da Beira Interior, que, sob o título de "Malaca Casteleiro, o Guardador da Palavra", escreve o seguinte: "*Bem-haja, Professor, pelo apoio ao nosso Departamento, pela sabedoria, pela força, pelo gosto de viver, pela amizade, pelo exemplo, por ser um Guardador de palavras e da Palavra*" *(Garcia, 2007: 30)*.

Por seu turno, Lei Heong Iok, frisando a *"frutuosa cooperação que soube manter com Macau", enaltece "a qualidade e brilho do seu trabalho científico e pedagógico*", além "dos atributos que exortam a sua pessoa" *(Iok, 2007: 23)*.

Também Maria Isabel Ferreira confessa a sua "*grande admiração pelo eminente linguista*" *(Garcia, 2007: 37)* que lhe "*abriu as janelas para universos e áreas do saber […] quase desconhecidas*" *(Garcia, 2007: 37)*.

Na lista dos reconhecimentos que lhe foram dirigidos, relembramos, igualmente, o *Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa*, n.º 4, que data de 2011, onde na Nota Editorial se lê que esta obra "*quer render homenagem ao Professor português João Malaca Casteleiro: homenagem de admiração, de agradecimento e de amizade" (2011: 7)*.

Além das citações, das homenagens e das entrevistas, o valor da sua obra é igualmente expresso pela lista de prémios arrecadados, de onde destacamos, o *Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra*, concedido pela Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, o grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, que recebeu, do Governo Francês, em julho de 1986, e o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique com que foi agraciado pelo Presidente da República Portuguesa de então, Jorge Sampaio, a 26 de abril de 2001.

Outro reconhecimento de relevo atinente à sua obra, que não podemos deixar de mencionar, é o Doutoramento Honoris Causa que recebeu, em 2005, pela Universidade de Macau.

Por tudo quanto foi dito, e pelo que faltou dizer, não é despiciendo afirmar que o seu nome figurará na história como um dos grandes estudiosos e promotores da língua portuguesa e da construção da lusofonia. E que fique bem claro que a jubilação em 2006, após 37 anos de serviço universitário e 47 anos de serviço público, não o impediu de continuar a laborar quer no campo da investigação quer no domínio do ensino, uma vez que é, atualmente, investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) e Professor na Escola Superior de Educação João de Deus de Lisboa.

Além disso, é ainda um dos dinâmicos patronos da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, continuando a participar em dezenas de congressos, nacionais e internacionais, a colaborar em publicações, a aconselhar jovens investigadores, enfim, a olhar pela língua portuguesa, acreditando vivamente na manutenção da sua pujança além-fronteiras e, diga-se em abono da verdade, estando atento *"a todos os que, no vasto Mundo, falam, escrevem, ensinam, aprendem, estudam, investigam a língua portuguesa, assim como as instituições que a acolhem*" *(Casteleiro, 2015: 166)*, no fundo, a todos os responsáveis pelas "suas várias vidas" *(Casteleiro, 2015: 166)*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boletim da Academia Galega da Língua Portuguesa (2011), Homenagem ao Prof. Malaca Casteleiro. Galiza: Academia Galega das Letras, n.º 4.

Bosque, Ignacio e Demonte, Violeta (dir.) (1999), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española* (3 vols.). vol. I, *Sintaxis Básica de las Clases de Palabras*. Madrid: Espasa.

Casteleiro, João Malaca (1983), *Análise Gramatical dos Advérbios de Frase*, sep. *Biblos*, 58, s.l., 99-110.

Casteleiro, João Malaca (2014), *A Arte de Mandar em Português: estudo sintático-estilístico baseado em autores portugueses e brasileiros*. Rio de Janeiro: Lexikon.

Casteleiro, João Malaca (coord.) (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa e Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, 2 vols., Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.

Casteleiro, João Malaca (1999), *Gramática Fácil da Língua Portuguesa: adjetivo, ortografia, interjeições, advérbios, pronomes, preposições e pontuação*, 2.ª ed., Maputo: Moçambique Editora.

Casteleiro, João Malaca (2016), "A Importância Crescente da Língua Portuguesa no Panorama Mundial", in Alexandre António da Costa Luís, Carla Sofia Gomes Xavier Luís e Paulo Osório (org.), *A Língua Portuguesa no Mundo: passado, presente e futuro*. Lisboa: Edições Colibri e Universidade da Beira Interior, com o apoio da Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras, Universidade de Toronto, Instituto Politécnico de Macau e Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, 201-210.

Casteleiro, João Malaca (2005), "Introdução à Versão Portuguesa", *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo I, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia-Portugal. Lisboa: Temas & Debates, XX e ss.

Casteleiro, João Malaca (1980), *A Língua e a Sua Estrutura* (conjunto de artigos publicados, isoladamente, na revista mensal *Escola Democrática*, Edição da Responsabilidade da Direção-Geral do Ensino Básico).

Casteleiro, João Malaca (2015), "Língua Portuguesa, Portugalidade e Lusofonia", in Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (org.), *Mário Cláudio e a Portugalidade*. Setúbal: Edições Fénix, Universidade da Beira Interior, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade Federal Fluminense e Università degli Studi di Perugia, 159-166.

Casteleiro, João Malaca (1999), "Oração de Sapiência: a língua portuguesa na confluência de todos os saberes", proferida na Universidade da Beira Interior, 36-44. Consultado em 20/09/2017, http://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/Oracoes_Sapiencia/Prof%20Malaca%20Casteleiro_1999.pdf

Casteleiro, João Malaca (d.l. 2001), "Oração de Sapiência: a vocação transoceânica da língua portuguesa", *Jornadas do Mar 2000. Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa. Atas do Colóquio*, comunicações apresentadas na Escola Naval de 20 a 24 de novembro de 2000. Lisboa: Escola Naval, 24-25.

Casteleiro, João Malaca (1977), "Sintaxe e Semântica das Construções Enfáticas com 'É que'" (1.ª parte), in *Atas do 1.º Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 549-594.

Casteleiro, João Malaca (1981), *Sintaxe Transformacional do Adjetivo. Regência das Construções Completivas*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Casteleiro, João Malaca (dir.) (1997), *Lusofonia: curso avançado de português-língua estrangeira (caderno de exercícios)*. Lisboa, Porto, Coimbra: LIDEL – edições técnicas.

Casteleiro, João Malaca (dir.) (1995), *Lusofonia: curso avançado de português-língua estrangeira (livro do aluno)*. Lisboa, Porto, Coimbra: LIDEL – edições técnicas.

Casteleiro, João Malaca (dir.) (1998), *Lusofonia: curso básico de português-língua estrangeira (livro do aluno)*. Lisboa, Porto, Coimbra: LIDEL – edições técnicas.

Casteleiro, João Malaca (dir.) (2001), *Lusofonia: curso básico de português-língua estrangeira (caderno de exercícios)*. Lisboa, Porto, Coimbra: LIDEL – edições técnicas.

Casteleiro, João Malaca (dir.) (1996), *Lusofonia: curso básico de português-língua estrangeira (livro do professor)*. Lisboa, Porto, Coimbra: LIDEL – edições técnicas.

Casteleiro João Malaca (orientação científica) (2010), *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Casteleiro, João Malaca e Correia, Pedro Dinis (2008), *Atual - o Novo Acordo Ortográfico: o que vai mudar na grafia do português*, 2.ª ed., Lisboa: Texto Editora.

Casteleiro, João Malaca, Meira, Américo e Pascoal, José (1988), *Nível Limiar: para o ensino-aprendizagem do português como língua segunda/língua estrangeira*. Estrasburgo: Ministério da Educação - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa com autorização do Conselho da Europa (reeditado pelo ICALP da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988).

Cunha, Celso e Cintra, Lindley (2002), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 17.ª ed., Lisboa: Edições Sá da Costa.

Garcia, Antonieta (2007), "Malaca Casteleiro, o Guardador da Palavra", in Inocência Mata e Maria José Grosso (org.), *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*. *Professor João Malaca Casteleiro – Homenagem*. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, 27-30.

Gaspar, Catarina I. S. (2007), "Gramático e Pedagogo", in Inocência Mata e Maria José Grosso (org.), *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*. *Professor João Malaca Casteleiro – Homenagem*. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, 20-21.

Guzeva, Tatiana; Gomes, Belinda, Macário, Maria João e Ançã, Maria Helena (2013), "Língua Portuguesa no Ciberespaço: difusão, crescimento e valores", *XX Colóquio da Lusofonia. Livro de Atas/Anais Seia 2013*, Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, com o apoio do Instituto Politécnico da Guarda, 172-182.

Iok, Lei Heong (2007), "Mestre e Amigo", in Inocência Mata e Maria José Grosso (org.), *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*. *Professor João Malaca Casteleiro – Homenagem*. Macau: Universidade de Macau, Instituto Politécnico de Macau, Departamento de Língua e Cultura Portuguesa, 22-23.

Luís, Alexandre António da Costa e Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2016), *Um Olhar sobre Temáticas da Lusofonia*. Setúbal: Edições Fénix, com o apoio da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Miranda, Marisa (29 mai a 4 de jun 2001), entrevista com João Malaca Casteleiro, "Falta uma Política de Apoio à Língua Portuguesa", *Urbi et Orbi, Jornal Online da Ubi, da Covilhã, da Região e do Resto*, edição n.º 69. Consultado em 20/09/2017, http://www.urbi.ubi.pt/010529/edicao/69ubi_malaca.html

Pacheco, Bernardino (2012), *Acordo Ortográfico: as novas regras*. Matosinhos: Edições Book.it – S.A.

Silva, José Manuel Azevedo e (2010), *José Inês Louro: a vida, a obra e a memória do médico filólogo*. Gouveia: Câmara Municipal de Gouveia.

Silva, Maria Augusta (abril 2001), "Malaca Casteleiro Entrevistado por Maria Augusta Silva", *Casal das Letras*. Consultado em 20/09/2017, http://www.casaldasletras.com/Textos/MALACA%20CASTELEIRO.pdf

30. CHRYS CHRYSTELLO. AICL, AGLP, UTS SYDNEY E NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA

TEMA 2.3. DA GALIZA: DA LÍNGUA ESPANHOLIZADA À LÍNGUA GALEGA NO MUNDO

Na escola falam-nos da variante galega da língua como quem fala das guerras entre Esparta e Atenas, num passado demasiado longínquo, nesta portuguesa mania de desvalorizar a história, que fez de todos nós o que somos hoje. O problema começa por ser político e sensível, de difícil resolução e menos vontade política de o abordar. Só os poetas e os sonhadores utópicos, essa elite que pode mover nações e gerar a diferença entre a vida e morte das civilizações, acreditam que o futuro da Galiza passa pela unificação da língua escrita através do Acordo Ortográfico de 1990, esse vital instrumento a brandir contra o *status quo* da imutabilidade histórica dos reinos.

Todos sabemos que a história sempre se fez de guerras e de casamentos entre as tribos, hoje faz-se pela globalização económica que desconhece as fronteiras marcadas em tempos imemoriais pelos homens e é aí que a língua comum assume um papel vital de moeda de troca entre os povos. Mesmo aqueles que sempre se insurgiram contra a Lusofonia surgem agora como vocais e aparentes paladinos da mesma, como instrumento de captação de um mercado de mais de 240 milhões de almas.

Esta comunicação não pretende ser académica pois os amores e os sentimentos não se podem dissecar num laboratório. A minha ligação à Galiza parece datar de 988 AD, segundo me contou a minha avó paterna que era brasileira carioca, de sangue minhoto e galego. Fui a Celanova em 1960 ver o sítio onde tudo começou, regressei várias vezes depois disso, e levei lá o meu filho mais novo para que ele conhecesse as origens. Aprendi com os aborígenes australianos a preservar na oralidade a história tal como eles o fizeram ao longo de mais de 65 mil anos.

Gostei de imaginar-me ali num passado longínquo, coevo de Dom Nuno de Cellanova, senhor do condado e alferes de Raimundo de Borgonha que casou com D. Sancha de quem teve D. Sancho Nunes de Cellanova ou de Barbosa (1070 -1130). Este casou por duas vezes, a primeira com D. Sancha Henriques (1097 - 1163), infanta de Portugal, filha de Teresa de Leão e do Conde D. Henrique de Borgonha, conde de Portucale. O segundo matrimónio foi com D. Teresa Mendes, filha de D. Urraca Mendes, senhora da Casa de Barbosa, e de Mem Nunes de Riba Douro. É deste segundo matrimónio que descendemos.[211]

Regressando ao século 21, conheci em 2002, no 1º colóquio, no Porto, um jovem empresário que sonhava com uma Galiza lusófona. Foi ele, Ângelo Cristóvão, o meu guia da história que não aprendemos. Portugal e Galiza são povos irmãos que vivem de costas voltadas, como se tivessem um imenso mar a separá-los. O desconhecimento mútuo é generalizado e aumenta à medida que a ignorância dos mais jovens se solidifica em resumos da História que deveriam estudar em detalhe e minúcia. Na escola falam-nos da variante galega como quem fala das guerras entre Esparta e Atenas, num passado demasiado longínquo, nesta portuguesa mania de desvalorizar a história, que fez de todos nós o que somos hoje. O problema começa por ser político e sensível, de difícil resolução e menos vontade política de o abordar. Só os poetas e os sonhadores utópicos, essa elite que pode mover nações e gerar a diferença entre a vida e morte das civilizações, acreditam que o futuro da Galiza passa pela unificação da língua escrita através do Acordo Ortográfico de 1990, esse vital instrumento a brandir contra o status quo da imutabilidade histórica dos reinos.

A história sempre se fez de guerras e de casamentos entre as tribos, hoje faz-se pela globalização económica que desconhece as fronteiras marcadas em tempos imemoriais pelos homens e é aí que a língua comum assume um papel vital de moeda de troca entre os povos. Mesmo os que sempre se insurgiram contra a Lusofonia surgem agora vocais e aparentes paladinos da mesma, para a captação de um mercado de mais de 240 milhões de almas. Se a guerra dos afetos entre povos irmãos parecia exclusiva da coutada dos poetas, agora desponta o interesse económico nessa cruzada da língua comum, como motor capaz de inverter políticas centralistas e nacionalistas de séculos. Nisso reside a grande arma que devemos utilizar, neste nosso longo caminho de sobreviver através

[211] Houve um segundo filho D. Gomes Nunes de Pombeiro (m. depois de 1141) casou antes de 1104 com Elvira Peres de Trava filha de Pedro Froilaz de Trava, conde de Trava e de Maior "Gontrodo" Rodrigues

da língua e cultura comuns, em vez de ficarmos marginalizados em variantes e dialetos redutores da enorme identidade global que é a Lusofonia sem distinção de nações, credos ou etnias. Não queremos um Quinto Império para reviver glórias de outrora, pretendemos apenas dar voz a todos os que se expressam e trabalham nessa língua a que chamamos nossa.

Em 2014 aprovou-se, por unanimidade no Parlamento Autónomo da Galiza, a chamada "Lei Paz-Andrade", para a inclusão do ensino da língua portuguesa nos centros escolares do ensino primário e secundário, a promoção de conteúdos em português nos meios de comunicação social públicos, e a inserção das instituições públicas galegas nos organismos internacionais do espaço de língua portuguesa.

Em 2015, o Instituto Camões assinou um Memorando de Entendimento com o Governo Autónomo Galego, visando formar professores e estabelecer critérios de avaliação para o ensino da língua portuguesa. Ainda em 2015, a Presidência da República outorgou a Medalha de Ouro do Infante D. Henrique ao Presidente do Governo Regional, Alberto Núñez Feijóo, o que nos surpreendeu pois não reconhecemos a esse líder qualquer empenho na defesa da língua. Em 13 de julho 2017 a Galiza decidiu homenagear Cavaco e Silva com a Medalha de Ouro.

Chegam-nos, porém, notícias preocupantes sobre a real implementação da Lei Paz-Andrade. A expansão do ensino da língua portuguesa – que foi de 850 no curso anterior para 1850 alunos –, deveu-se exclusivamente à iniciativa dos pais dos alunos ou das entidades culturais privadas, sendo que o Governo Autónomo não transmitiu, a este respeito, qualquer instrução nem informação aos responsáveis dos centros escolares, parecendo assim não estar minimamente empenhado na real implementação da referida Lei. Quanto à rádio e televisão públicas, apenas se registam, colaborações esporádicas, como ocasionalmente já acontecia.

Entretanto, fomos confrontados com a aprovação da candidatura do "Consello da Cultura Galega", organismo público financiado pelos contribuintes galegos, ao estatuto de Observador Consultivo da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), foi aprovada por unanimidade pelo Comité de Concertação Permanente da CPLP. Sabemos todos como esta entidade tem defendido publicamente que "a língua galega é independente da língua portuguesa" (sic), pelo

que não faz sentido aceitar na CPLP uma entidade que promove o isolacionismo, a menos que esta se alie a uma AGLP rumo à convergência linguística e cultural com os restantes países e regiões do espaço lusófono.

A nossa perplexidade é hoje tanto maior porquanto, em 2011, Portugal vetou a candidatura da Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa – ao mesmo estatuto de Observador Consultivo da CPLP.

Vejamos como tudo se passou: no XIII colóquio anual da lusofonia "AÇORIANÓPOLIS" em Santa Catarina, Brasil em abril 2010, os Colóquios da Lusofonia lançaram o repto[212] à Academia Brasileira de Letras, à Academia das Ciências de Lisboa e a todas as entidades para apoiarem a imediata inclusão da AGLP com o estatuto de observador na CPLP, e comprometeram-se a envidar todos os esforços para a consecução de tal desiderato[213].

Em 22 de julho 2016, a CPLP anunciou a admissão da AGLP sob proposta do país anfitrião (Angola). A mesma, surpreendentemente, foi retirada da página oficial da CPLP umas horas depois sem qualquer explicação, pelo que as celebrações de júbilo na Galiza e no resto do mundo duraram apenas oito horas. Veio, posteriormente a saber-se que fora Portugal que sempre apoiara a proposta da AGLP integrar a CPLP com o estatuto de observador quem vetara no último momento, quando o MNE Paulo Portas se ausentou para que a votação não fosse aprovada unanimemente.

Em Vila do Porto em 5 out 2011, o XVI Colóquio da Lusofonia aprovou (citamos)

---

[212] Concha Rousia comprometeu-se a enviar à CPLP os objetivos da Academia Galega para fundamentar o seu pedido de adesão com o apoio da sociedade civil aqui representada pelos Colóquios da Lusofonia, salientando que Goa e Galiza fazem falta à CPLP e que seria profícuo vir a criar um canal de televisão lusófono abrangendo todos os países, mas que seria necessária muita vontade política para tal se concretizar.

[213] Este ponto foi reiterado nas conclusões do XIV colóquio anual da lusofonia de Bragança nesse ano em outubro 2010**.** Pareciam bem encaminhadas as negociações resultantes do repto que os Colóquios da Lusofonia lançaram à Academia Brasileira de Letras e a todas as outras entidades para apoiarem a imediata inclusão da ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA com o estatuto de observador na CPLP. A AICL, em concertação com o MIL Movimento Internacional Lusófono, de que faz parte, tomou algumas medidas sendo a mais visível uma Petição ao Ministro dos Estrangeiros de Portugal de então, Dr Paulo Portas

[…] uma declaração de repúdio pela atitude de Portugál olvidando séculos de história comum da língua, ao excluir a Galiza - representada pela AGLP - do seio das comunidades de fala lusófona. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico está já integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão à última hora do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente. A AICL entende que não faz sentido aceitar como observadores países sem afinidades diretas ou indiretas à Lusofonia, a Portugal e sua língua e deixar de fora a região onde nasceu a língua portuguesa há mais de dez séculos. É um crime de lesa língua de todos nós.

A Língua que se fala na Galiza é uma variante do Português como a do Brasil, Angola, Moçambique e tantas outras, com a peculiaridade de ter sido o berço da mesma língua comum, e jamais houve exclusão por parte da CPLP das regiões lusofalantes do mundo. Trata-se de uma medida obviamente ditada por preconceitos políticos e contra a qual a AICL se manifesta veementemente não só apoiando a subscrição da Petição como encorajando todos os seus associados e participantes nas suas iniciativas a protestarem publicamente contra esta injustiça feita à língua portuguesa e à AGLP. Iremos manifestar o nosso desacordo de todas as formas possíveis e ao nosso alcance até ver reposta a equidade da proposta de admissão da Galiza através da AGLP no seio da CPLP.

Chrys Chrystello,
Presidente da Direção da AICL (fim de citação)

Como pais putativos da AGLP sempre entendemos que esta deveria ser o interlocutor privilegiado com a CPLP, ao contrário do entendimento do ex-Instituto Camões e de outras entidades.

Foi isso que levou o 18º colóquio em 2012 à Galiza.

Queremos fortalecer o que nos une e que é património imaterial de tantos e, por isso, foi, com natural e redobrada alegria que em 21 de julho 2017 assistimos ao anúncio em Brasília, de que, finalmente, a AGLP tinha sido admitida como Observadora no seio da CPLP. Só a perseverança, a diplomacia silenciosa e o engenho de Ângelo Cristóvão e outros poderiam antever este desfecho feliz.

AFINAL COMO VAI A LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO? E AS SUAS DERIVADAS AINDA SOBREVIVEM?

Hoje fala-se mais Português em Angola do que no tempo da colonização apesar da forte competição das línguas nativas. Em Goa existe um recrudescimento do interesse pela língua portuguesa e novos livros têm surgido mais de 50 anos após a extinção da presença lusófona. Em Malaca, na Malásia, cerca de 1.000 pessoas falam um crioulo tal como 80 % dos antigos habitantes falava Papiá Kristang, que também é falado atualmente em Singapura e Kuala Lumpur, sendo muito parecido com o malaio local na sua estrutura gramatical, mas 95% do seu vocabulário deriva do português.

Até há pouco tempo o português também era falado em Pulau Tikus (Penang), mas hoje considera-se extinto. A comunidade eurasiana tem 12.000 membros na Península Malaia. Ativos estão o MPEA (Malacca Portuguese Eurasian Association) e SPEMA (Secretariat of the Portuguese/Eurasian Malaysian Associations) com 7 associações dos seus membros em Alor Star, Penang, Perak, Malaca (MPEA), Kuala Lumpur, Seremban e Johor Baru. Há também em Singapura uma associação eurasiática. Lembremo-nos que Malaca se separou do domínio português em 1641, há 376 anos.

Cerca de um terço dos eurasianos de Singapura têm sobrenomes portugueses. Curiosamente um jovem singapurino, Kevin Martins Wong, recentemente redescobriu a língua dos seus avoengos e está a ter sucesso na sua revitalização em Singapura onde apenas restavam cem falantes. Desenvolveu um currículo de dez aulas de duas horas cada, e atualmente ensina Kristang a duas centenas de pessoas. Tendo obtido fundos elaborou um plano de revitalização do idioma a

desenvolver nas próximas décadas e conta lançar um dicionário e um livro didático já em 2019. Em 2004 fora publicado o Eurasian Heritage Dictionary em inglês por Valery Scully e Catherine Zuzarte com 1500 palavras de Papiá Kristang) e provérbios dos quais retiro apenas quatro exemplos:

Pinchah pedra, skundeh mang (atira a pedra, esconde a mão)
Nunteng kabesa, nunteng rabu, (sem pés nem cabeça)
Albi grandi, fruta pekeninu (árvore grande, fruta pequenina)
Nunteng agu, nunteng sal (sem água e sem sal)

De mais de 200 étimos portugueses selecionei kereta (carreta, "carro"), sekolah (escola), bendera (bandeira), mentega (manteiga), keju (queijo), meja (mesa) e nenas (ananás), sepatu (sapato), mulheh, maridu, bonitu e soldadu. Poucas pessoas sabem que quando Sir Thomas Stamford Raffles refundou Singapura em 1819 havia apenas uma centena de habitantes e foi um português que serviu às suas ordens quem se encarregou de a povoar com portugueses de Malaca, Macau e Hong-Kong.

Passemos agora a Korlai na Índia, perto de Chaul, onde 900 pessoas falam o crioulo português numa comunidade cuja igreja se chama de "Nossa Senhora do Monte Carmelo". Chaul separou-se do domínio português em 1740, há 277 anos.

Em Goa, o idioma português está a desaparecer rapidamente sendo falado por um pequeno setor das famílias mais abastadas. Apenas 3 a 5% da população continua a falar Português (menos de 40 mil pessoas). Goa assiste a uma neocolonização demográfica com 35% da população sendo imigrante de outros estados indianos. Nas escolas da Índia a língua portuguesa é ensinada como terceira língua (não-obrigatória). Existe um Departamento de Português na Universidade de Goa e a "Fundação do Oriente" e a Sociedade de Amizade Indo-Portuguesa estão em funcionamento. O último jornal em língua portuguesa foi publicado na década de 1980. Em Panaji ainda são visíveis em lojas e edifícios públicos muitos cartazes em português. Em Diu, na Índia, o crioulo português está quase

extinto. Em Damão na Índia: (Damão Grande ou Praça, Campo dos Remédios, Jumprim, Damão da Cima) apenas 2000 pessoas falam um crioulo português. Goa, Damão, Diu e outros enclaves deixaram de fazer parte do domínio português em dezembro de 1961, há 56 anos.

Os Burgueses Portugueses do Ceilão existem em Batticaloa (Koolavaddy, Mamangam, Uppodai, Dutch Bar, Akkaraipattu); Trincomalee (Palayuttu); nas comunidades Kaffir de Mannar e Puttalam]. Muitos séculos antes da chegada dos portugueses à ilha de Ceilão, que hoje se chama Sri Lanka, esta era conhecida sob o nome de Taprobana. O Português foi apenas usado entre as 250 famílias (burgueses portugueses) em suas casas em Batticaloa até 1984. Muitos emigraram para a Austrália. Ainda há 100 famílias em Batticaloa e Trincomalee e cerca de 80 famílias afro-cingalesas (Kaffir) em Puttalam. Uma língua quase extinta.

Há uma pequena comunidade de descendentes portugueses na aldeia de Waha Kotte (circa 7°42'N. - 80°36'E no centro do Sri Lanka, a seis quilómetros de Galewala, estrada entre Galewala e Matale), sendo todos católicos romanos, mas desde há cerca de duas gerações que o crioulo português deixou de ser falado. Tem relação com outros dialetos indo-portugueses que floresceram outrora no litoral da Índia. O indo-português também tem relação com o crioulo português de Malaca e também com o crioulo português de Macau e há uma semelhança linguística subjacente entre os crioulos portugueses da Ásia que foi muito útil no comércio. No Sri Lanka, por cerca de 350 anos, a língua de comércio internacional era o indo-português. Ceilão separou-se do domínio português em 1658, há 359 anos.

Em Macau há cerca de 2.000 pessoas que falam português como sua primeira língua e perto de 12 mil como sua segunda língua. Um reduzido grupo de idosos ainda fala o macaense ou *Dóci Papiaçam di Macau*, um crioulo português. Em 20 de dezembro de 1999 Macau voltou a fazer parte da China. A língua portuguesa é hoje mais falada e estudada do que quando os portugueses lá estavam e quando lá vivi entre 1976 e 1982.

Em Hong-Kong centenas de pessoas falam o macaense. Quase todas são emigrantes de Macau. Nunca foi colónia portuguesa. Os "tons-tons" como são chamados, são quase todos descendentes de Macau e das pequenas colónias de Portugueses da China (Cantão) e mantêm nomes e alguns rudimentos de papiá e de Português.

Timor-Leste: os que falavam o português em 1950 não ultrapassavam 10.000 pessoas e em 1974 dos 700.000 habitantes, um décimo sabia ler e escrever em português e 140.000 podiam falar e entender esta língua. Até 1981, o português foi a língua da Igreja Católica de Timor, quando foi substituído pelo tétum. Entretanto é comummente usado como idioma de negócios na cidade de Díli. O português permaneceu como língua da resistência anti-indonésia e de comunicação externa da Igreja Católica. O português crioulo (português de Bidau) hoje está praticamente extinto. Era falado em Díli, Lifau e Bidau. Timor-Leste tornou-se um estado independente a 20 de maio de 2002 com duas línguas oficiais: português e tétum.

Em Timor como segunda língua oficial já há 25% de falantes de Português quando há dez anos nem a 5% chegava esse número. Lembro a importância da língua portuguesa em contextos hostis como no caso de Timor-Leste onde sob a ocupação neocolonial indonésia, as novas gerações impedidas de falar Português começaram a usar esta língua como língua de resistência.

Na ilha das Flores na Indonésia em Larantuka e Sikka o português sobrevive nas tradições religiosas e na comunidade Topasse (os descendentes dos portugueses com as mulheres nativas) utilizam-no nas suas preces. Aos sábados, as mulheres de Larantuka rezam o rosário numa forma corrompida de português. Na área de Sikka, no Leste de Flores, muitas pessoas são descendentes de portugueses e ainda há quem use esta língua. Existe uma Confraria chamada "Reinja Rosari". Portugal retirou-se em 1859.

ATÉ HÁ POUCOS ANOS, COMUNIDADES QUE FALAVAM O PORTUGUÊS EXISTIAM EM:

COCHIM NA ÍNDIA: (VYPEEN) mas desapareceu nos últimos 20 anos. A comunidade portuguesa / hindu de cerca de 2 mil pessoas frequenta ainda a antiga Igreja de Nossa Senhora da Esperança. Portugal retirou-se de Cochim em 1663, há 354 anos.

EM BOMBAIM: BAÇAIM, SALCETE, THANA, CHEVAI, MAHIM, TECELARIA, DADAR, PAREL, CAVEL, BANDORA-BADRA, GOVAI, MOROL, ANDHERI, VERSOVA, MALVAN, MANORI, MAZAGÃO. Em 1906 este crioulo foi, depois do Ceilão, o dialeto indo-português mais importante e existiam 5 mil pessoas que falavam o crioulo português como língua materna e 2 mil estavam em Bombaim e Mahim, mil em Bandora, 500 em Thana, 100 em Curla, 50 em Baçaim e mil nas outras vilas. Não existiam à época escolas em crioulo português e as classes mais ricas substituíram-no pelo inglês.

EM CORAMANDEL NA ÍNDIA: MELIAPORE, MADRASTA, TUTICORIN, CUDDALORE, KARIKAL, PONDICHERRY, TRANQUEBAR, MANAPAR, NEGAPATAM. Nesta costa, os descendentes dos portugueses eram também conhecidos como "topasses", sendo católicos e falando o crioulo português. Com o domínio britânico começaram a falar inglês em lugar do português e anglicizaram seus nomes. Fazem parte da comunidade eurasiana. Em Negapatam em 1883 ainda existiam 20 famílias a falar o indo-português.

NO CEILÃO (SRI LANKA) o crioulo português era falado até pela comunidade burguesa holandesa até ao início do século XX. Depois da Segunda Guerra Mundial, os católicos em Colombo, capital do Sri Lanka reuniam-se nas missas faladas em português (na Igreja de Santo António em Dematagoda). Após a segunda metade do século, uma parte destes católicos velhos começaram a frequentar missas em grupos cada vez menores nas igrejas católicas nas cidades de Dematagoda, Hulftsdorp, Kotahena, Kotte, Nugegoda e Wellawatte. Embora fosse uma língua falada, o português perdia rapidamente a sua importância original nos serviços religiosos nas igrejas católicas, sendo substituído pelo inglês mais moderno e mais procurado.

JÁ NA INDONÉSIA EM JACARTA, NO SUBÚRBIO DE TUGU, até ao início do século XX uma espécie de português corrompido era falada pela população cristã. O último habitante que falava crioulo morreu em 1978. Ainda hoje cantam e dançam em português arcaico. Jacarta nunca esteve sob domínio direto de Portugal.

DESAPARECEU JÁ HÁ MUITOS ANOS:

NA ÍNDIA EM MANGALORE E EM CANNANORE E NAS COSTAS DA ÍNDIA EXISTIAM CERCA DE 44 COMUNIDADES, ONDE O PORTUGUÊS ERA FALADO.

EM BENGALA NO BANGLADESH: (BALASORE, PIPLI, CHANDERNAGORE, CHITTAGONG, MIDNAPORE, HUGLI……) a língua portuguesa foi, nos séculos XVII e XVIII, a "lingua franca". Após 1811, o português era usado em todas as igrejas cristãs (católicas e protestantes) de Calcutá. No início do século XX, poucas famílias falavam uma forma corrompida de português misturada com muitas palavras da língua inglesa.

EM SOLOR E EM ADONARA NA INDONÉSIA: SOLOR, ADONARA (VURE)

NA ILHA DE JAVA NA INDONÉSIA: NA COMUNIDADE HOLANDESA DE BATÁVIA. Os Mardijkers são os descendentes dos antigos escravos de Malaca, Bengala, Coramandel, e Malabar, que foram convertidos ao Protestantismo quando libertados. Falavam uma espécie de crioulo português e eram o ramo principal da comunidade portuguesa de Batávia. Depois da conquista holandesa de Malaca e do Ceilão eles cresceram consideravelmente. Em 1673 foi construída uma igreja protestante para a comunidade portuguesa de Batávia e depois no século XVII uma segunda igreja foi construída. Em 1713 esta comunidade tinha cerca de 4.000 membros. Até 1750 o português foi a primeira língua de Batávia, porém, depois o malaio passou a dominar. Em 1808, o reverendo Engelbrecht celebrou a última missa em português. Em 1816, a comunidade portuguesa foi incorporada na comunidade malaia. Também entre as famílias holandesas de Batávia a língua portuguesa foi intensamente usada até 1750, apesar dos esforços do Governo Holandês contra o seu uso.

NAS ILHAS MOLUCAS NA INDONÉSIA: EM TERNATE, AMBON, BANDA, MACASSAR falava-se Ternateno, um crioulo português das ilhas de Ternate e Halmahera, mas atualmente extinto. Em Ambon, o português sobrevive na língua atualmente falada: o Malayu-Ambom, e que contém cerca de 350 termos de origem portuguesa.

Vários idiomas da Tailândia, Malásia, Índia e Indonésia têm palavras portuguesas ou galegas. A própria língua japonesa tem várias como: arukoru (álcool), pan (pão), veludo, jaqueta, bolo, bola, botão, frasco, irmão, jouro (jarro), capa, capitão, candeia, castela (bolo de pão-de-ló), copo, biidoro (vidro), tempura (tempero), tabako (tabaco), sabão, sábado, choro, tasca, biombo etc.

Em resumo, em qualquer destes locais ao longo desta curta digressão pelo Oriente, portugueses e galegos falam com estas gentes sem dificuldades de maior, mas na Europa torna-se imperioso ressuscitar o galego. É fundamental que ele seja atual e não-castrapo. Os povos só evoluem bem intelectualmente quando se expressam bem na sua língua materna e não numa língua estrangeira colonizada. É nossa vontade e desígnio que na Galiza se proceda à reintegração total da língua na Lusofonia como a História o manda e, por isso, apoiamos desde a primeira hora a criação da AGLP.

A dimensão real das diferenças entre o galego e o português resultam sobremodo da colonização linguística pelo castelhano. No restante é um português arcaico como é ainda o falar das ilhas dos Açores. Na Galiza a questão da ortografia é meramente política, sendo um grave erro estratégico não afirmar perentoriamente que "galego e português são a mesma língua". Tem faltado construir pontes pois os políticos portugueses estão sempre temerosos de ofender a vizinha Espanha e os políticos galegos temem que depois da autonomia cultural venham outras.

No Reino de Espanha há quem fale português como língua de resistência ao domínio cultural que faz sujeitar a escrita do galego às normas ortográficas castelhanas tentando obviar à preservação da identidade cultural do velho reino da Galiza. E a língua galega é sob todos os aspetos (históricos, filológicos e

paleolinguisticos) português. Não se consegue expressar bem com um idioma do passado com adulterações neocolonialistas castelhanizadas como o recentemente inventado "portunhol" para impor a uma Nação milenária como é a galega.

Pelo contrário, o galego atual será o reencontro dos galegos com as suas origens em que simultaneamente ganham um poderoso meio de comunicação quer a nível cultural quer comercial, que ajudará a crescer a Nação Galega neste mundo globalizado. Por outro lado, na Extremadura espanhola, onde nunca houve uma língua comum, também o Português é ensinado a milhares de pessoas, em número superior ao dos alunos de Português na Galiza. Em Olivença seis centenas de pessoas readquiriram recentemente a nacionalidade portuguesa e revive-se o falar oliventino.

A língua não é só um meio de comunicação nem uma arma económica, ela expressa o sentimento dos povos, permite a preservação das lendas e narrativas, recria as baladas dos bardos, favorece a leitura dos clássicos, aproxima povos e perpetua o ADN nacional.

EGDC (Ernesto Guerra da Cal) deixou escrito em Nova Iorque em dezembro de 1953: «Portugal era o desenvolvimento cultural, pleno, da minha Galiza natal. Era o que a Galiza deveria ter sido se as vicissitudes e os caprichos da História não a tivessem transviado do seu destino natural, deturpando a sua fisionomia espiritual, quebrando a sua tradição, impondo-lhe formas culturais alheias, estranhas ao seu caráter.

EGDC, coerente, publica em 1959 «lua de além-mar» e em 1963 «rio de sonho e tempo» proclamando o «emprego da ortografia portuguesa porque é a nossa, a da nossa secular tradição e porque é inadiável mergulhar-nos no âmbito português-brasileiro; seguindo o conselho venerável do patriarca Murguia que já recomendou a unificação linguística com Portugál. tudo representava uma insurgência doutrinal, uma bandeira desfraldada contra a imposição da cultura e ortografia espanholas. representava, também, a necessidade de reorientar a nossa consciência de nacionalidade no sentido de reatamento dos laços de identidade linguística – e não só: DE IDENTIDADE NACIONAL.

Mais de meio século depois continua sendo necessário o conselho venerável do patriarca Murguia. Escrever galego/português dentro da norma lusófona dá-lhe uma dimensão mundial e é a única forma de salvá-lo da morte.

O português/galego não é um idioma de propriedade de Portugal, mas dos países que o adotaram como oficial além da Região Autónoma Especial de Macau na China. Recordemos que o próprio rei Afonso X, rei castelhano, trovou em galego-português por ser uma língua melódica e é essa melódica língua que quero que os meus netos ouçam falar na Galiza.

BIBLIOGRAFIA:

Abdurachman, Paramita Rahayu. 1972. "Some Portuguese loanwords in the vocabulary of speakers of Ambonese Malay in Christian villages of Central Moluccas", 17 pp., LIPI, Jacarta, Indonésia.

Baxter, A. 1988. *A Grammar of Kristang (Malacca Creole Portuguese).* Camberra: Pacific Linguistics, série B. 95.

Baxter, A. 1990. "Notes on the Creole Portuguese of Bidau, Timor". *Journal of Pidgin and Creole Languages* 5.1:1-38.

Baxter, A. 1995. "Transmissão Geracional Irregular na História do Português-Brasileiro. Divergências nas Vertentes Afro-brasileiras" *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 14. 72-90.

Charpentier, J.-M. 1992. "La Survivance du Créole Portugais *Makaísta* in Extrême-Orient". Andrade, E. & A. Khim (orgs.). 1992. *Atas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa".* Lisboa. Colibri. 81-95.

Clancy, Clements. 1996. "The genesis of a language: the formation and development of Korlai Portuguese" XII, 281 pp. maps, Creole language library, vol. 16, Benjamins, Amesterdão e Filadélfia.

Clemens, J. C. 1996. The Genesis of a Language: The Formation and Development of Korlay Portuguese. Amsterdão, Filadélfia: John Benjamins.

Clemens, J. C. 2000. "Evidência para a existência de um pidgin português asiático". Ernesto d'Andrade, Dulce Pereira e Maria Antónia Mota, eds. *Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 185-200.

Cunha, C. 1981. "O protocrioulo português e a sua universalidade nos séculos XVI, XVII e XVIII". *Língua Nação, Alienação*. Rio de Janeiro.

Dalgado, S. R. 1988. "Estudos sobre os Crioulos Indo-Portugueses". 187 pp., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Portugal. Dialeto Indo-Português de Goa; Dialeto Indo-Português de Damão; Dialeto Indo-Português do Norte; Dialeto Indo-Português de Negapatão; Berço duma cantiga em Indo-português. The latest edition of the interesting study of Sebastião Rodolfo Delgado on the Creole languages of Goa, Damão, Negapatão and the Northern Province of India.

Dalgado, Sebastião Rudolfo. 1998. "Dialeto Indo-Português de Ceilão" 301 p. (Cadernos Ásia) CNCDP Lisboa, Portugal.

Daus, Ronald. 1989. "Portuguese Eurasian communities in Southeast Asia" 83 pp. Institute of Southeast Asian Studies, Singapura. The Portuguese Eurasian communities in Malacca, Tugu, Larantuka and Singapore.

Ferraz, L. I. 1979. *The Creole of São Tomé*. Joanesburgo: Witwatersrand University Press.

Ferraz, L. I. 1987. *Portuguese Creoles of West Africa and Asia.* Gilbert, G. G. (ed), *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu Univ. of Hawaii Press. 337-360.

Goonatilleka, M.H. 1985. "A Portuguese Creole in Sri Lanka: A Brief Socio-Linguistic Survey", in: SOUZA, Teotónio R. de (ed.) "Indo-Portuguese History. Old Issues, New Questions (3rd ISIPH)", pp. 147-180 Concept, Nova Deli, Índia.

Hettiarachchi, A. S. 1965. "Influence of Portuguese on the Singhalese Language", JCBRAS Vol. IX, pp. 229-238

Holm, J. 1989. *Pidgins and Creoles*. Cambridge: Cambridge University Press. [2 volumes].

Jackson, Kenneth David. 1987. "Canta sen Vergonya: Portuguese Creole Verse in Sri Lanka". *Journal of Pidgins and Creole Languages* 2:31-48.

Jackson, Kenneth David. 1990. "Sing without a shame: oral traditions in Indo-Portuguese creole verse: with transcription and analysis of a nineteenth-century manuscript of Ceylon Portuguese Creole", XXVII, 257 pp., Creole Language Library, Benjamin's, Amesterdão e Filadélfia.

Kouwenberg, S. & *al.* 1995. "Papiamento". Arends, J. & al. (eds.) *Pidgins and Creoles: An Introduction***.** Amsterdão: John Benjamin's. 205-218.

Lopes, David. 1969. "A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os Séculos XVI, XVII e XVIII", 265 pp. Portucalense Editora, Porto, Portugal.

Matos, Luís de. 1968. "O português, língua franca no Oriente." In: "Colóquios sobre as províncias do Oriente" vol. 2, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa pp. 11-23 (Estudos de Ciências Políticas e Sociais; 81)

Parkvall, M. 2000. "The Alleged Creole Past of Brazilian Vernacular Portuguese".

Pereira, Dulce. 1992. "Crioulos de Base Portuguesa". In A. L. Ferronha, E. Lourenço, J. Mattoso, A. C. Medeiros, R. Marquilhas, M. Barros Ferreira, M. Bettencourt, R. M. Loureiro, D. Pereira, *Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional, Comissão Nacional para os Descobrimentos, União Latina. 120-125.

Pereira, Dulce. 1996. "O Crioulo de Cabo Verde". I. H. Faria & *al*. (org.*). Introdução à Linguística Geral e Portuguesa.* Lisboa: Caminho. 551-559.

Pereira, Dulce. 1997. "Crioulidade - (Palavras Leva-as o Vento…)" Comunicação ao *Encontro sobre a Crioulidade, Homenagem a Mário António Fernandes de Oliveira***,** FCSH, Universidade Nova (a publicar nas Atas).

Silva Jayasuriya, Shihan da, 2001. "Indo-Portuguese of Ceylon: a contact language", 188 pp., Athena Publications, Londres, Reino Unido

Silva Rego, Padre António da. 1998. “Dialeto Português de Malaca e outros escritos” 304 pp. (Cadernos Ásia) CNCDP, Lisboa, Portugal. Dialeto Português de Malaca; A Comunidade Luso-Malaia de Malaca e Singapura; A cultura portuguesa na Malaia e em Singapura.

Smith, N. 1987. *The Genesis of the Creole Languages of Surinam*. Dissertação de doutoramento.

Teixeira, Pe. Manuel. 1962. “The Influence of Portuguese on the Malay Language” In: “Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society”, vol. XXXV (Pt. 1).

Theban, L. 1985. "Situação e Perspetivas do Português e dos Crioulos de Origem Portuguesa na Índia e no Sri Lanka". *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo*. vol. 1. Lisboa: ICALP. 269-285.

Thomaz, L. F. 1985. "A Língua Portuguesa em Timor". *Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo.* VOL. 1. Lisboa. ICALP: 313-339.

Tomás, M. Isabel & Dulce Pereira (sel. e notas). 1999. *Os Espaços do Crioulo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Tomás, M. Isabel. 1992. *Os Crioulos Portugueses do Oriente - Uma Bibliografia*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Tomás, M. Isabel. 1995. Os Crioulos Portugueses do Oriente Revisitados. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 14.

SESSÃO DE POESIA AÇORIANA DE AUTOR EM HOMENAGEM A TODOS OS POETAS AÇORIANOS, MAS ESPECIALMENTE EDUARDO B PINTO, EDUÍNO DE JESUS E URBANO BETTENCOURT
SESSÃO DIA 28

509. (maria nobody, à maria mãe, madalena do pico, 9 ago. 2011

maria nobody
de todos ninguém
de alguém
                de um só
maria nobody
com body de jovem
maria só minha

assim te sonho
assim te habito
maria nobody
de todos ninguém
maria nobody
mãe
amante
mulher
minha maria
maria nobody
de todos ninguém
nem sabes a riqueza
que a gente tem
maria nobody
de todos ninguém
maria só minha
dos filhos também
maria nobody
mais ninguém tem.

517. a ilha de todos os medos (ribeira quente, povoação, 31 agosto 2011)

uma ilha pode ser de todos
onde quer que se habite
viver na ilha é quase um naufrágio
respirar sob as águas turvas
viajar através do corpo submerso
vir à tona turbulenta
partir da ilha sem sair dela
levá-la para mundos outros
recriar a origem em qualquer destino
crenças, festas e procissões
uma ilha pode ser de todos
mas só alguns a usufruem
poucos exibem como passaporte
sem pudor de regionalismos
atraso, incultura, insucesso
secular canga feudal, ancestralidade

alheados na negação da açorianidade
vencendo na escrita fora da ilha
arrogância, ostracismo, solidão
sotaques polidos, discursos em vão
uma ilha pode ser de todos
deneguem anátemas e maldições
contra ilhanizados e açorianizados
albardem-se oportunistas da literatura
acoutados em rótulos de ocasião
enjeitem escritores renegados
tertúlias de lisboa a coimbra
promovam-se os que se não promovem
pedreiros do magma e lava
que sentem o que escrevem
que redigem a alma única
sabor a mar e terramotos
uma ilha pode ser de todos
merece-a quem a habita
uma ilha pode ser de todos
os livros a quem os lê
a escrita a quem a fabrica
em relação de bordo[214]
na ilha de nunca mais[215]
raiz original e comovida[216]
com lágrimas de gente feliz[217]
estude-se a cor cíclame[218]
na distância deste tempo[219]
quando deus teve medo de ser homem[220]
e era o príncipe dos regressos[221]

---

[214] Cristóvão De Aguiar

[215] Fernando Aires
[216] Cristóvão De Aguiar
[217] João De Melo
[218] Maria De Fátima Borges
[219] Marcolino Candeias
[220] Daniel De Sá
[221] Eduardo Bettencourt Pinto

em a sombra de uma rosa[222]
quando havia almas cativas[223]
no contrabando original[224]
estava o mar rubro[225]
de histórias ao entardecer[226]
exaltem e reeditem
o lavrador de ilhas[227]
nas escadas do império[228]
marinheiro com residência[229]
plantador de palavras vendedor de lérias[230]
que foi ao mar buscar laranjas[231]
e eu fui ao pico e piquei-me[232]
à boquinha da noite[233]
nos silos do silêncio [234]
em a ilha grande fechada[235]
era desta açorianidade
que vos queria falar
medram poetas nestas ilhas
contistas, ensaístas,
novelistas, romancistas
narradores contadores,
dramaturgos, sonhadores
deixai-me hastear a bandeira deste povo

---

[222] Eduardo Bettencourt Pinto
[223] Roberto De Mesquita
[224] J. Martins Garcia
[225] Dias De Melo
[226] Fernando Aires
[227] J H Santos Barros
[228] Vasco Pereira Da Costa
[229] Urbano Bettencourt
[230] Vasco Pereira Da Costa
[231] Pedro Da Silveira
[232] Álamo Oliveira
[233] Dias De Melo
[234] Eduíno De Jesus
[235] Daniel De Sá

e gritar o que lhe vai na alma
uma ilha pode ser de todos
onde quer que se habite
ninguém a ama ou deseja
como os que nela se querem
sejam nascidos e vividos,
ou apenas trasladados
com raízes que nenhum machado cortará
colhendo flores que só o poeta cantará
voando quimeras que só o vate sonhará
uma ilha pode ser de todos
onde quer que se habite
deixai que a chame minha
quero-a só para mim
mãe de todas as filhas
mar de todas as ilhas
ela pode ser de todos
a ilha de todos os medos.

519. és como a ilha (moinhos de porto formoso) 3.9.2011

és como a ilha
take us all for granted
para que tomemos conta de ti
como se a natureza não o soubesse
não o fizesse
até melhor do que nós
és como a ilha
nem um afago, um carinho
quando ergueste a mão numa carícia?
antes desabas como o denso nevoeiro
choves palavras do tamanho de saraiva
como quem regurgita ribeiras
que as margens já não contêm
frequentemente inundas as praias
agressivamente com altas marés
como se falar fosse já um tsunami
és como a ilha, solidão

sempiterna, apática
lideras a repressão desumana
de teus dias sem intrigas
e esta imitação de vida
amorfa, resignada
geografia anónima
soçobrante
preenches os vazios frios
sem um afago, carinho
és como a ilha, solidão
e eu habitante ou transgressor
amante rejeitado
despojado de tudo
neste cárcere sem grades
sem forças para nadar
naufragado em terra
só o mar me cerca
mero pixel na paisagem

521. pitt meadows kwanza açores, ao eduardo bettencourt pinto 22 setembro 2011

nasceste na savana com pés de basalto e lava
viveste na terra dos grandes desertos da áfrica meridional
mas o teu rio é kwanza que acaba aos pés de luanda
terra de surf na bela baía
teu nome é de magma ancestral
nasceste do fogo e da água
com raízes na ilha-mãe que buscas entender
teu nome não é pradaria em pitt meadows
mas belos trigais na british columbia
zona alagadiça de deltas e lagos
maple ridge e o rio pitt são teus parceiros
mas não esqueces o calor de áfrica
nem a humidade arquipelágica
divides a vida entre amores e pátrias distantes
fazes da escrita uma fotografia
já que não retratas a poesia
mas algo nos une que não as palavras

o mar imenso que nos separa

523. a paz zen do eduardo (bettencourt pinto) 16 outubro 2011

não esqueço as tuas palavras
o tom suave das tuas falas
lavrador de verbos
com medo de ferir as terras
arando sentenças
como se fossem seres vivos
estás de bem contigo e com o mundo
pacifista de vocábulo fácil
nem na imagética és agressivo
entras a medo
como quem pede desculpa
e sais fotografando
sorrateiro para não incomodar o ar
que respiras sem sofreguidão
tens o sofrimento e a dor
em sulcos profundos na alma
reclusos da poesia
que ainda não escreveste
prisioneiros invisíveis
carregas a dor de muitos mundos
oculta em véus diáfanos
falas mansamente para não ofender
lentas palavras na construção do mundo
não acalentas raivas ocultas
dialogas com as tuas fotos
condescendes com os humanos
partilhas a felicidade
de estar e de ser
únicas certezas que transportas
mas também sorris
como a criança que não foste
como o adolescente que não pudeste ser
como o jovem adulto que te obrigaram a viver
convertes mágoas em alegrias

partos difíceis e resignados
alquimias de amarguras
das aves sabes o voo tangencial
das plantas o ciclo vital
das ondas que são o teu leito
avistas as estrelas que te alimentam
a poesia é questão de minorias
só os privilegiados leem
menos ainda a entendem
dizem que escrevê-la é fácil
mas difícil é o que fazes
vives a poesia no teu dia-a-dia
a ti, irmão da palavra
obrigado por acreditares
em ti, como em gedeão
o sonho comanda a vida
(ah! como eu gostava de ser poeta
viver outras vidas
utopias).

544. ao eduíno de jesus 2 abril 2012

as tuas palavras esguias
insinuam-se enleantes
preenchem os nichos do silêncio
em silos de poesia
buriladas em filigrana
sente a ilha e a língua
nelas aprendi a geografia
e o amor inconquistado
sem silêncio nem silos

546. polenizar palavras, ao eduardo bettencourt pinto, 3 julho 2012

vinhas de manso
com palavras nos pés e pegadas na boca,

nos olhos liam-se mensagens,
nas mãos havia amor
e nos cabelos a tua ave era liberdade
ou então trazias borboletas nos olhos
arcos-íris nos cabelos
nas mãos escrevias poesia
e nós ouvíamos deleitados
as aves calaram-se
as árvores aplaudiam com sua folhagem
os ribeiros regurgitavam nas levadas
o céu limpava-se de nuvens
o vento polenizava as odes
sementes de frutos futuros
eras o livro e não o sabíamos

565. solitudes 31 dezembro 2012

solidão não me assusta
estar sozinho sim
silêncio não me assusta
solilóquio sim
inverno não me assusta
cinzento sim
multidões não me assustam
estar só no meio delas sim
a poesia é uma arma
carregada de solitude
solidão nos açores
é viver nas ilhas
enquanto o mundo
se destrói lá fora

596. da minha janela, (moinhos de porto formoso), 7 junho 2013

o mar é deus
as ondas a sua palavra
os romeiros alimentam-se dela

(poema tuaregue adaptado aos açores)

disse o poeta a seu tempo
da minha janela vejo o mar
o meu quintal é enorme
abarca a linha do horizonte
a minha janela é enorme
abre-se ao círculo dos céus
o meu oceano é enorme
chega às ruínas dos atlantes
só a minha escrita é pequena
nas grades desta prisão

641. aos açores, (moinhos de porto formoso), 24/8/13

…
aos açores só se chega uma vez
depois são saídas e regressos
transumâncias
trânsitos e errâncias
…
dos açores não se parte nunca
levamo-los na bagagem
sem os declararmos na aduana
acessório de viagem
como camisa que nunca se despe
…
nos açores nunca se está
a alma permanece
o corpo divaga
mas a escrita perdurará.

653. sair da ilha, (moinhos de porto formoso), maio 30, 2014

o marulhar das águas

embala caleidoscópios
sem âncoras nem amarras
vogamos sem destino
ao sabor dos ventos
o importante é sair da ilha
alijar bagagens
nascer de novo
longe, bem longe
lá, onde se aprende a saudade

699. cantiga de amigo, ao eduardo bettencourt pinto, 2 agosto 2017

amaste áfricas imensas
desbravaste a savana
acariciaste brumas e hortênsias
amadureceste no canadá
cada foto um poema
cada poema um filme
e agora josé?
tempo de pegar no sacho e ancinho
arar os campos de novo
cavar, semear, regar e colher
os frutos que te irão alimentar
embiocado e tímido
assomarás à janela da vida
sem saudades nem lamúrias
buscar forças nas fraquezas
sonhar de novo e sorrir
o mundo espera por ti

510. lancha do pico (pico, 9 agosto 2011) ao urbano bettencourt

lá vem a lancha
                lá vem
traz imigrantes, viajantes
memórias vãs por limar

da terra, do fogo
do tempo sem prazo
da fome e do medo
das socas de milho
das pedras por maroiçar
votaram com os pés
fizeram-se ao mar
sem botes nem baleias
para a lonjura das amercas
novas vinhas por esmoutar
voltam abonados
impantes de dólas
sem sueras nem albarcas
ao rossio do mar
lampeiros, apatacados
emigrantes mendigos
de memórias por aparar
perderam as terras
ganharam o mar
lá vem a lancha
                lá vem
a bordo não traz ninguém
picarotos perdidos
                como só esta ilha tem
comem e bebem
reveem parentes
                e gente de bem
perdidos em tempos idos
repetem saudades dos entes
sabe-se lá de quem
apadrinham festas e procissões
pagam dízimos e promessas
missas por alma de quem partiu
emigrados em amarcanas missões
lágrimas da ilha que os repeliu
do sangue fizeram vinho
do magma medraram uvas
em terra de rola pipas
debouçam bocainas, traveses e jarões

plantam casas e novos luxos
nas ilhas vazias de gente
com leiva de memórias idas
musgo de antepassados
à espera de filhos e netos
sem regressos nem partidas
lá vem a lancha
                lá vem
vazia
    já não traz ninguém

568. sem perfume de caju, ao urbano bettencourt 18 janeiro 2013

na humidade da savana
no calor da tabanca
tange urbano a sua harpa
palavras aceradas como o vento suão
batuque abafado na bolanha
longe do país de bufos e beatas[236]
traduzes as sílabas de morte e vida
rumores desse cheiro de áfrica
que nunca conseguiste lavar
colado na pele que esfregas
com napalm e metralha
nem com as chuvas da monção

543. ao Urbano Bettencourt 2 abril 2012

urbanamente vives
nas pinceladas das tuas palavras
a tua paleta pinta poesia
teus livros erguem-se impantes
como teu pico natal

[236] In Urbano África frente e verso p. 62

amores e desamores de ilhas
que unes em pontes de poesia
que sentes em dores
que pariste em árvores
sem sombras nem véus
nenhuma luz apagarás!

SESSÃO DIA 29

504. volitando *4 maio 2011*

vieram os deuses
plantaram ilhas
onde dantes havia água
nasceu a ilha-mãe,
havia a mãe-ilha,
outra era marilha,
uma a ilha menina
outra ilha-filha
nove irmãs
filhas de poseidon e de afrodite
nascidas da espuma do mar
nos montes verdes
rugiam dragões
cuspiam chamas
tremiam os chãos
secavam ribeiras
vomitavam magma
choviam trovões
de thor filho de odin
esquecido das gentes e animais
pobres escravos e colonos
amanhadores de rochas e fomes
desbravadores de mínguas
crentes e temerosos
orando promessas seculares
criam no destino sentindo-se culpados
ainda hoje penam

liberdades que não pagam dízimos
votam com os pés da emigração
a libertação de todas as cangas
mas voltam sempre
romeiros em promessas várias
açorianos até ao tutano
sem alforrias nem autonomias
perenes escravos destas ilhas
escrevem a história que poucos leem.

515. a nau sem escorbuto 24 agosto 2011

arribou nesta praia deserta
a nau sem escorbuto
sem mastro nem pendão
sem carga nem marinhagem
sem especiarias do oriente
nem arroz do sião ou malaca
sem pérolas de ormuz
nem diamantes da índia
sem cavalos das arábias
nem marfim das áfricas
fora de cochim a meca
de ternate a timor
sem compradores
nem lusitanos feitores
nesta açoriana praia deserta
longe do mar eritreu
há mouros e judeus conversos
cristãos por batizar
os senhores dos açores
ocupam lugares de proa
a barlavento das gentes
não vieram de calecute
nem estiveram em cipango
não cuidam da pimenta do reino
da noz-moscada, do cravo-da-índia
do açafrão, anis, gengibre e canela

não foram a banda, ceilão ou malucas
os senhores dos açores,
que não é terra de gentios
chamam-lhe sua e de mais ninguém
como samorim a regem
feitos marajás em palácios
ofertam bugigangas aos nativos
promessas vãs e eleitorais
sentado na ameia
frente à seteira
em castelo sem pendão
envio migas de letras
a todos sem literário pão
crónicas avulsas de vidas vividas
pecados sem perdão
e o povo sem saber da fome
do frio que aí vem
das vacas que se foram
do leite que não mungiram
dos campos que não araram
das colheitas que não comeram
feliz vota nos que prometem
sempre a mesma solução
lá fora há guerras sem pátrias
mutilados e estropiados
cá já temos sem-abrigo
drogaditos e malfeitores
assaltantes, meliantes
económicos dissabores
da troica que tudo leva
e cobra dívidas que herdamos
de tantos ditos senhores
não há santos que nos valham
nem procissões e andores
preces e velas acesas
romeiros de todas as dores
somos um povo infeliz e abúlico
sem sonhos nem destemores
vergados ao duro peso

de vis especuladores
da história magnânima nem sombras restam
nem bardos nem cantores
nem escribas dedicados
o povo sofrendo medos
erros grosseiros
enganos ledos
sem naus nem caravelas
sem espadas nem aduelas
sem especiarias nem língua franca
cantando fados a tétis com paixão
com futebol e telenovelas
e fé sem outra afeição
o povo escravo de novo
sofre consternado
às dívidas acorrentado
à mingua de dízimos e outros enfados
sem contar os créditos mal parados
come demagogia e paga iliteracia
santa liberdade e democracia
chora lágrimas de crocodilo
lendo jornais desportivos
com as letras aprendidas
nas novas oportunidades
o povo sofrendo fomes e enfermidades
vendia os anéis e comia os dedos
emigrava quando podia
queixava-se da sorte caipora
temia do governo as novidades
a geração rasca a parva passara
timidamente na crise despontara
bancos enriqueciam na austeridade
à custa da plebe e do suor já suado
de brandos costumes acostumado
não descera às ruas este povo
faltava-lhe força e inteligência
nem era gleba de novo
antes novos ricos da indigência
ancorada a nau fmi de novos reis

em terra de pagãos e infiéis
não daria berloques aos nativos
apenas a chibata e o chicote
as grilhetas de trabalhos cativos
sem abrigo nem culote
e um poeta solitário
no alto do seu castelo
gritava a bom gritar
mas não o ouviam as massas
sem perder tempo para se educar
e acreditavam nos seus donos
compradores de votos
com promessas a acenar
o jardim à beira-mar plantado
há muito inculto e estiolado
ia fenecendo devagar
sem gente para o cuidar
e dos vindouros muitos virão
dizer que o poeta pressagiava
o fim desta bela nação.

516. a ilha-mãe 29 agosto 2011

a ilha-mãe ficou sentada à janela
virgem e solteira
esperando o príncipe encantado
na nau do nunca mais
se penteou e vestiu
abriu a ventana
pôs a mão em pala
e olhou o mar imenso
213160 dias para ser exato
na praia do capitão na baía dos anjos
nenhum barco aportou
até um célebre quinze de agosto,
aniversário de gonçalo velho na praia dos lobos,
em que os batéis vieram do mar
trazendo mouros infiéis

os argelinos as mulheres arrebataram
eram moeda de troca as cativas
em mercado de escravos ou resgate
chorou lágrimas amargas
e orou à senhora dos anjos
acordou com centenas de marienses
a salvo na furna de sant'ana
escondidos dos saqueadores
viu um cortejo de piratas a cavalo e a pé,
rufando tambores e tocando cornetas
em debandada para o mar
voltou para a sua janela
sonhou com príncipes enfeitiçados
jovens cativados do seu olhar
ainda hoje se pode ver a sua sombra esguia
em noites de maresia
acenando um lenço branco
a quem queira desembarcar
só sai à rua em dia de procissão
vestida com véus e organzas
finas cambraias sem outras iguais
senhora dos anjos
redentora da ilha-mãe

520. a criação do mundo 12-9-2011

deus sentou-se no rochedo
do ilhéu de são lourenço
contemplou o presépio
que acabara de construir
criou um porto e algumas grutas
parou em santa bárbara
e pintou-a de azul
seguiu viagem pela baía do cura
ponta do cedro e do castelete
na maia criou cascatas
e deixou um archote aceso
para que soubessem que o paraíso era aqui

aplainou terras férteis em santo espírito
alisou as areias na praia
que ficou mui fermosa
subiu à malbusca e almagreira
plantou um jardim de éden nas fontinhas
e parou no pico alto a observar
as aves que voavam sobre o tagarete
virou-se para a direita e idealizou baías
do raposo, da cré,
dos anjos e dos cabrestantes
deixando outro archote na ponta dos frades
em duas passadas foi ao ilhéu da vila
em frente às ribeiras quedou-se à espera
adormeceu profundamente
ainda hoje se espera o seu espertar

539. destino ilhéu, lomba da maia 11 fev 2012

olhei para o espelho dos dias
e vi-te partir
silente como chegaras
sem sorrisos nem lágrimas
vestias um luar sombrio
deixavas vazio o leito
num luto antecipado
agarrei as nuvens que passavam
levado na poeira cósmica
carpindo dores antigas
acordei sobressaltado
o livro da vida nas mãos
o livor nas faces
o fim há muito antecipado
ficar era o destino
sem levar as ilhas a reboque

será esta a sina ilhoa?

631. ilhas, (moinhos de porto formoso), 20/8/2013

estar numa ilha
é como viver num cais
à espera do barco que nunca chega
viver numa ilha
é sonhar
construir a jangada
desfraldar velas
estar numa ilha
é ir para o campo
plano e raso
à espera que construam
o aeroporto
a única forma
para viver numa ilha
é imaginá-la à saramago
como um continente à deriva
estar na ilha
é imaginar a fuga
sonhar com a saída
levá-la a reboque dos sonhos
embarcar nas nuvens
vogar na maré baixa
planar nas asas dos milhafres
e voltar sempre

ao ponto de partida

632. ser açoriano, (moinhos de porto formoso), 19/8/2013

não se é ilhéu
por nascer numa ilha
é preciso sentir-lhe a alma
partilhar raízes e dores
acartá-la nos partos difíceis
tratá-la nas enfermidades

acariciá-la nas alegrias
plantar, semear e colher seus frutos
alimentar as suas tradições
preservar a sua identidade
não se é açoriano
sem amar as suas ilhas
levá-las ao fim do mundo
morrer por elas
com elas
para elas

653. sair da ilha, (moinhos de porto formoso), maio 30, 2014

o marulhar das águas
embala caleidoscópios
sem âncoras nem amarras
vogamos sem destino
ao sabor dos ventos
o importante é sair da ilha
alijar bagagens
nascer de novo
longe, bem longe
lá, onde se aprende a saudade

672 bandeira da liberdade 12/7/2015

a minha bandeira tem 9 estrelas
e um milhafre de asas abertas
peguei no milhafre da minha bandeira
e com ele subi às estrelas
constelação de sonhos incumpridos
no meio do grande mar oceano
mero porta-aviões europeu
navegando rumo às américas
cortemos ancoras e amarras
atemos um laço em volta do pico

arquipélago a reboque da liberdade
icemos velas desfraldadas
e voguemos até porto seguro
tal como a jangada de pedra de saramago
rumo à liberdade

675 mar e bruma (MOINHOS de porto formoso) 18/7/2015

todos os poetas
que escreveram sobre os açores
gastaram a palavra mar
e a bruma
a mim para escrever açores
resta-me a palavra
amar

678 autonomias açorianas 2015 (moinhos de porto formoso), 20/8/2015

a independência é o fim
último das autonomias
de nada serve criar
sonhos grandiosos
(de independência)
em fundações movediças
mais valera criar
realidades funcionais
(de autonomia)
assentes na instabilidade destes vulcões
de nada serve sonhar
sem lançar alicerces
de cultura e educação
só um povo culto e educado
pode ser libertado
só um povo autónomo
pode ser independentizado

31. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR, CANADÁ (VANCOUVER)

TEMA 2.1. SESSENTA ANOS ATÉ CHEGAR A CUBA, EDUARDO BETTENCOURT PINTO

Viajar é uma longa estrada com objetivos definidos. Por muito que nos marque a paisagem e nos incendeie o espírito, pouco restará, na nossa memória e conhecimento, dos lugares que vão ficando para trás. Os povoados, as casas plantadas no silêncio da distância, os cheiros, a voz das pessoas e dos animais, o brilho da melancolia no olhar de um velho ou a alegria voadora de uma criança, tudo isso jamais ficará registado na geografia emocional e física da nossa passagem. O mundo exige de nós uma atenção demorada. Pede-nos que nos sentemos na terra a observar os sinais íntimos de outras culturas, estarmos atentos e empáticos ao que se passa ao nosso redor.

Que nos diz um rosto do outro lado de uma janela poeirenta? Que palavras mudas crescem, que poemas ou romances em bocas cerradas como portas centenárias? Que lágrimas e risos? Que histórias nos ficam ocultas para sempre? Que vidas desaparecem cada dia na nossa indiferença pelos outros? Existir não é viver porque a vida, como disse Vergílio Ferreira, aprende-se devagar. Não é um dado adquirido.

Einstein afirmou que a vida é como andar de bicicleta. Para mantermos o equilíbrio não podemos deixar de pedalar. Jedidiah Jenkins, um jovem ciclista americano, certamente que corrobora com esta observação, e de modo literal: aventurou-se de Oregon a Patagónia de bicicleta, numa viagem que lhe levou 16 meses. Não é de estranhar pois que tenha afirmado que a rotina é inimiga do Tempo. Curiosamente, os pais, anos antes, empenharam-se eles também numa odisseia, e que foi atravessar a pé os Estados Unidos. Esse extraordinário feito levou-lhes cinco anos a completar. Suscitou inclusive o interesse da revista *National Geographic* e na qual publicaram um relato.

O que motiva certas pessoas a procurar conhecer outros lugares, outras terras, de modo tão austero e inconvencional? Os motivos são diversos, é claro. Cada um segue os seus próprios parâmetros, entre lógica e razão. Uns porque o desenho emocional do quotidiano, pusilânime e abstrato na forma, não se coaduna com uma postura sedentária, satisfeita, entre paredes a contar as sombras de cada hora. Enquadro-me entre aqueles cuja oportunidade de enfrentar a estrada, seja ela de mota, bicicleta, carro, autocarro ou comboio, é o arremesso de uma pedra de expetativas no inglório charco da monotonia.

Comecei a viajar muito cedo, tomado pela febre da nostalgia. A África da infância, com a sua vida descalça e sem fronteiras levaram-me, aos doze anos de idade, a aventurar-me sozinho em Angola. Nessa altura, o mundo era do tamanho de uma laranja. Mas estava suspenso de um ramo, tão alto, que só podia tocá-lo através da memória. A distância física em relação aos lugares da minha infância não constituía um obstáculo, mas uma oportunidade. Eu vivia amarrado à nostalgia do Sul, a uma casa de adobe e a um rio, onde a luz do grande céu varria os espaços numa imensa tempestade de esplendor.

Depois o Ebo, pequena vila de gente abraçada a uma claridade tão extraordinária que ainda hoje parece correr ao meu lado em certos dias de agosto, quando o sol, tão branco, corre por mim com as mãos cheias de lágrimas. Saí de lá aos quatro anos de idade, aos solavancos numa carrinha Ford por estradas de pó e buracos a caminho de Luanda, e de lá para os Açores numa viagem tão cheia de mar quanto de melancolia.

As feridas desse tempo não estavam abertas na minha pele, mas no meu sangue. Era urgente curá-las. Mas como era muito jovem, enfrentei uma forte oposição dos meus pais. Sair assim de casa, sozinho, para longe, e numa idade ainda rente ao chão, desafiava a ordem natural das coisas. Como é lógico, levou-me algum tempo até convencê-los. Afiancei-lhes que não me ia perder ou atravessar a fronteira para a Namíbia por engano. Afinal, o Quissobe ficava a menos de quatrocentos quilómetros de casa. Não foi um argumento convincente. Mas insisti tanto que acabaram por ceder.

Na véspera da minha viagem juntei, num pequeno saco de pano, a escova de dentes, a pasta dentífrica, o pente e algumas peças de roupa. Enfrentei depois a noite mais longa da minha vida. Fui contando no escuro, num relógio imaginário, cada segundo que passava. Até que o galo da madrugada cantou, letárgico, nos meus sentidos.

Numa manhã de cacimbo, muito cedo, o meu pai deixou-me à saída de Luanda. Na estrada de Catete, o frágil sol matinal faiscava por entre o capim. A mão do meu pai no ar, o breve adeus enquanto a carrinha, com a lentidão da sua venerável idade, se ia afastando lentamente. Levei a mão direita ao bolso e senti os vinte escudos que a minha mãe me tinha dado na altura em que me despedi.

Começava aí, nesse instante de euforia, o primeiro quilómetro daquilo que seria uma fascinante viagem pela vida.

A esta distância não consigo recordar-me de quanto tempo esperei à beira da estrada. Não tinha relógio, nem isso era fator importante para mim. A certa altura um camião parou e eu corri para a cabine. O camionista era um sujeito afável e alegre, e de uma bonomia cristalina como vim a descobrir mais tarde. Disse-lhe que ia para o Quissobe, na estrada que levava à Cela.

«*Nunca lá estive, mas sei onde é. Entra.*»

Parámos no Alto Dondo pela hora do almoço. Escusei-me com a desculpa de que não tinha fome. Ele percebeu. Olhou-me com a bonomia de um pai: «*Convido-te para almoçar comigo. Não recuses. Não gosto de comer sozinho*.»

Entrámos numa sala com um forte cheiro a fritos. «*Vais comer aqui o melhor bife de Angola*» com ar satisfeito, saudando o proprietário que correspondeu ao seu cumprimento por trás do balcão com a familiaridade de um amigo.

Algumas horas depois deixou-me na picada que levava ao Quissobe. Deu-me um aperto de mão e desejou-me boa sorte. Partiu logo de seguida para um vasto horizonte de ausência.

A casa do senhor Tacanho era branca, imponente e isolada, junto à estrada poeirenta. Ladeavam-na altas e sublimes mangueiras. O sol caía devagar, doirado, entre o cantar de pássaros enquanto eu subia os degraus da espaçosa varanda. De repente a porta abriu-se. Diante de mim estava um senhor de meia-idade, corpulento. Uma figura intimidante. O velho amigo do meu pai acolheu-me com um sorriso.

— *Deves ser o filho do amigo Pinto. Ainda há dias recebi carta dele a dizer que vinhas.*

O senhor Tacanho vivia de um modo frugal com a sua companheira, a dona Luísa, uma senhora mestiça cujo talento de cozinheira deixava pela casa um oloroso e divinal cheiro a comida. Com eles, entregue às responsabilidades da fazenda, vivia igualmente o Mário, seu filho mais novo, de uma ligação anterior que tivera com uma senhora negra.

Vagueei pela fazenda durante o tempo em que lá estive. Aventurei-me também pelas libatas próximas, fui ao povoado, um lugar aberto às nuvens e à solidão de vidas isoladas do mundo, pequeno aglomerado de casas cuja sobrevivência económica daquelas vidas sombrias dependia do comércio com o povo local.

Observei os rituais diários daquela família tão tipicamente africana, os costumes, o linguajar. Participei das conversas à mesa sob a claridade solar do meio-dia ou da lanterna a petróleo, à noite, e que atirava de mansinho as nossas silhuetas contra a parede.

Um dia, porém, aproveitando uma boleia fui até ao Ebo. O meu pai tinha uma casa naquela pequena vila. A nossa família viveu ali durante algum tempo, após termos saído das Salinas nos anos cinquenta por motivos de saúde.

Fiquei parado durante algum tempo a observar os degraus, a porta, as janelas. Na memória daquele lugar voava a voz dos meus pais, dos meus irmãos, e o latir vigoroso do Negrito, o nosso cão. Dona Glória, uma senhora que nos amava como uma mãe, já não estava. Fraquejou-lhe o coração na metade da sua vida. Trazia, escondido no peito, um mar grande, imenso, cheio de amor. Contornei a casa. Fui pelas traseiras e dirigi-me ao pequeno morro onde o senhor Mário de Castro, seu viúvo, vivia com a sua nova família.

Encontrei-o ocupado com os clientes da loja, entre o cheiro a farinha de milho, amendoim e vinho. Trajava uma camisa branca de comerciante pobre, e, entre a têmpora e a orelha esquerda, repousava uma esferográfica. Surpreendeu-o a entrada súbita de um rapazinho branco. Vi-lhe formarem-se-lhe na testa longos traços de interrogação. O senhor Castro era um mestiço numa idade quase noturna, cuja pele irradiava a cor mansa da tarde. Disse-lhe quem era. Abriu muito os olhos num espanto comovido. Aproximou-se de mim com a potente voz do passado, acordando nos meus sentidos uma ressonância antiga.

Voltei ao Quissobe nessa mesma tarde. Levava comigo uma miríade de ecos, de imagens resgatadas à expressão mais dura do silêncio, aquele que nos leva à nostalgia, e quantas vezes à solidão. Tal foi a força desse reencontro com a infância, que ainda hoje, cinquenta e um anos mais tarde, sinto nos olhos a humidade dessa emoção. Quando regressei a Luanda, levava comigo grande parte da África que me parecia irremediavelmente perdida. O menino que até ali se entretera

a brincar nas ruas de Luanda com trotinetas e carros de rolamentos, levava agora os olhos abertos à poesia. Compreendi que a beleza das coisas tem muito a ver com a maneira com que olhamos para elas. Essa viagem, numa idade tão precoce, foi o meu passaporte para o mundo.

Quando me surgiu o desejo de visitar Cuba, não foi por uma questão ideológica, nem por vontade de umas férias ao pé do mar. Angola e Cuba, em termos da História recente, partilham de um percurso conjunto naquele que foi o mais devastador conflito bélico em terras angolanas, antes e pós-independência do país, suplantando a guerra colonial, não só no que respeita ao número de fatalidades no campo militar e civil, como também na destruição de infraestruturas, notoriamente nas cidades mais pequenas, e até em vilas como o Ebo.

Neste local, por exemplo, travou-se uma feroz batalha entre as forças do MPLA, por um lado, auxiliado por um contingente de tropas cubanas sob a chefia do comandante José Raul Diaz Arguelles, e que viria a falecer na aldeia de Hengo, a 15 quilómetros do Ebo; pelo outro, opunham-se militares sul-africanos e da FNLA. Estes últimos tinham como objetivo alcançar Luanda e tomar o poder por altura da independência do país em 11 de novembro de 1975.

Como entrar em Cuba? Através das sólidas páginas de Alejo Carpantier e Rúben Dario, ou da energia carnal e febril de um escritor mais recente como Pedro Juan Gutierrez?

Como iria descobrir mais tarde, todos esses pormenores tornar-se-iam irrelevantes. Saí do aeroporto de Havana numa tarde dolente de fevereiro com o cansaço de uma noite em branco e fastidiosas paragens em dois aeroportos. Não me interessavam questões metafísicas, políticas ou culturais, mas um banho refrescante e uma boa refeição num local aprazível. Enquanto o táxi rolava em direção ao local onde eu e o meu filho Mauro íamos ficar por três dias, ia observando o trânsito animado, as buzinadelas constantes dos motoristas impacientes, e uma preocupante neblina de poluição produzida por automóveis antigos.

Jantámos nessa noite num restaurante aberto às estrelas e junto aos braços amplos de uma árvore centenária. Vinãles, Varadero, Playa Larga, Cien Fuegos, Santa Clara e Trinidad foram lugares onde fui, ao longo de três semanas, descobrindo um pouco o espírito de um povo festivo. Não me aventurei à indiscrição de perguntas escusáveis porque no silêncio há palavras de chumbo ou de sol, e cada um interpreta a vida consoante as suas convicções, expetativas e idealismo.

Vi a casa-museu de Ernest Hemingway, o barco, Pilar, que ele deixou ao seu fiel amigo Gregório Fuentes, a piscina onde Ava Gardner nadou nua para deleite de quem esteve lá a observar, sob a sombra fresca dos eucaliptos e da aragem que corre por Havana como um assobio. Conheci pessoas extraordinárias e inolvidáveis como Candelário, um velho guerrilheiro que combateu contra Batista ao lado de Fidel de Castro e Che Guevara, e tantos outros que foram, no decurso daqueles dias de mar, sol, chuva e montanhas, a riqueza mais inesquecível e memorável daquele país tão cheio de lágrimas, riso e música.

32. EVANILDO CAVALCANTE BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL) - AGLP, AICL,

TEMA 2.1. TRÊS CENTENÁRIOS DE AMOR À LÍNGUA PORTUGUESA (*SINOPSE*), EVANILDO BECHARA

SINOPSE

O ano de 2017 nos enseja a comemoração da passagem do centenário de três filólogos brasileiros de alta importância pelos seus estudos de língua portuguesa: Celso Cunha, Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Mello. Os três entraram no cenário de atividades numa época em que já brilhavam laureados nomes nos estudos filológicos e linguísticos no Brasil. Os nossos três homenageados foram herdeiros de uma geração de mestres da altura de Mário Barreto, Antenor Nascente, José Oiticica, Padre Augusto Magne e Sousa da Silveira, que atuavam no Rio de Janeiro. Ao lado destas personagens, em outras áreas geográficas brilhavam Martinz de Aguiar no Ceará; Mansur Guerios no Paraná; Theodoro Maurer, Nicolau Salum e Segismundo Spina em São Paulo. Em Minas Gerais atuavam Cláudio Brandão, Aires da Mata Machado, José Lourenço de Oliveira e Mário Casassanta.

Na geração imediata só no Rio de Janeiro tínhamos os excelentes e fecundos trabalhos de Mattoso Câmara e Sílvio Elia, na área da Linguística; Serafim da Silva Neto e Ismael de Lima Coutinho, na área da Filologia Histórica e da Romanística; Clóvis Monteiro, Cândido Jucá (filho), Rocha Lima e Gladstone Chaves de Melo, na área dos estudos de Língua Portuguesa, como os representantes que mais apareciam em textos escritos em livros e revistas especializadas.

Por essa época todos nós antegozamos a esperança de ter entre nós, trabalhando conosco e nos orientando em domínios mais profundos das ciências da linguagem, pela transferência para o Brasil, um jovem linguista, natural da Romênia, educado na Itália e adotado no Uruguai – Eugenio Coseriu – que, convidado por Mattoso, na década de 1950 ministrou três palestras muito fecundas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Essa esperança durou pouco tempo, porque, por convite do grande romanista alemão Harri Meier, foi ser professor universitário na Alemanha, preenchendo a cadeira vaga na Universidade de Tübingen pelo falecimento de Ernst Gamillscheg. Por um pouco não tivemos efetivamente entre nós um dos maiores linguistas do século XX que, com toda certeza, iria produzir frutos sazonados entre os jovens universitários brasileiros daquela época.

Celso pôde brilhar dentro deste universo tão fecundo de talentos, inaugurando ou reatando laços anteriores na área da Crítica Textual (deixados pelos estrangeiros radicados no Brasil – Oskar Nobiling e Nella Aita, o primeiro com sua edição das *Cantigas de Guilhade* e ela com estudos sobre o *Códice Florentino de Cantigas de Afonso X*), da Métrica Medieval e Moderna e em algumas reflexões científicas e pedagógicas em temas muito discutidos na época como, por exemplo, a correção gramatical, a conceituação de brasileirismos e o ensino da língua portuguesa na realidade brasileira.

Mineiro, nascido em 10 de maio de 1917, oriundo de uma nobre família de políticos e professores, Celso reunia ao seu talento de filólogo um bom conhecimento na área governamental e administrativa do país, o que lhe permitiu não só um convívio demorado no estrangeiro, em missões de docência que enriqueceram sua experiência e saber. Seus olhos atentos de professor souberam também aproveitar este prestígio para possibilitar oferecer a seus alunos o desenvolvimento de atividades e projetos na vida universitária. Assim foi que, por exemplo, enviou Nelson Rossi a Coimbra, para trabalhar no Laboratório de Fonética de Armando Lacerda, a fim de que, retornando ao Brasil, fosse útil à futura equipe que traçaria os atlas linguísticos preparados na Universidade da

Bahia, vitoriosamente iniciados com o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Lembro-me ainda do encaminhamento do talentoso jovem Hélcio Martins que, na Espanha, seguindo as lições de Damaso Alonso e Carlos Bousoño pôde, de volta ao Brasil, arejar os estudos estilísticos na atividade universitária brasileira.

Seu contacto e amizade com o excelente linguista mexicano Lope Blanch acenderam-lhe as esperanças de, alargando as ambições no campo da Geografia Linguística, favorecer o início das pesquisas levadas a cabo pelo *Projeto da Norma Urbana Culta* brasileira que até hoje, quando cientificamente aproveitados os seus testemunhos, orientam melhor o problema da correção idiomática. Ficamos também agradecidos à atividade internacional de Celso Cunha o estreitamento do diálogo com grandes nomes da Filologia e da Linguística do mundo universitário, na realização de alguns congressos internacionais, entre os quais vale lembrar o promovido na Bahia em 1956 sobre a língua do teatro, tão importante quanto o congresso realizado em 1937 em São Paulo sobre a língua cantada, graças à iniciativa de Mário de Andrade.

No campo de suas preocupações pedagógicas, vale lembrar o que colaborou para que o Ministério da Educação reunisse os catedráticos do Colégio Pedro II a fim de elaborar o projeto da *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, tão útil e inspirador que estimulou a que Portugal também produzisse a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa*. Depois de alguns textos escolares para o ensino da língua portuguesa, associou-se ao grande mestre lusitano Lindley Cintra na elaboração da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* que, além da criteriosa visão científica, inaugurou entre nós a exemplificação literária colhida em escritores brasileiros, portugueses e africanos, num testemunho eloquente da unidade da língua escrita culta portuguesa.

* *

*

Serafim Pereira da Silva Neto nasceu no Rio de Janeiro, a 6 de junho de 1917, e nesta mesma cidade faleceu a 23 de setembro de 1960, com apenas 43 anos, em plena produção científica, apesar da saúde abalada. Fez o curso secundário no Colégio Batista, de sua cidade, e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais. Doutorou-se em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia. Desde cedo abraçou o magistério, tendo conquistado, no verdor dos anos, a cátedra do Liceu Nilo Pessanha, de Niterói, por concurso de provas e títulos; catedrático-fundador da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que lhe outorgou o título de doutor *honoris causa*, alça à cátedra de Filologia Românica da Universidade do Brasil, sucedendo a Augusto Magne. Foi ainda professor da antiga Prefeitura do Distrito Federal e do Colégio Pedro II. Convidado pelo Governo Português, foi, por dois anos, catedrático-visitante da Universidade de Lisboa.

Começou precoce e auspiciosamente, ainda no verdor da idade (contava 20 anos), com uma edição comentada com muita erudição de *O Appendix Probi* (Rio de Janeiro, 1938), que, em 1956, chegou à 3ª edição. Manteve correspondência com notáveis mestres estrangeiros e adquiriu, pelos anos afora, uma das melhores e mais ricas bibliotecas sobre linguística geral e filologia românica. Desde cedo, principalmente para levar avante e concretizar o sonho de um dos seus mais efetivos guias, ainda que à distância, José Leite de Vasconcelos, desde cedo juntou material para escrever a *História da língua portuguesa*, projeto que se tornou realidade a partir de 1957, publicada em fascículos que foram depois reunidos em livro monumental.

Os primeiros capítulos desta obra são verdadeiras monografias, em que o A. se revela a par das últimas conquistas da teoria linguística portuguesa em particular, tanto através das páginas das mais conceituadas revistas internacionais do mundo científico, como de livros. A progressão da doença e a perda do filho David em trágico acidente iam, aos poucos, corroendo a têmpera do trabalhador e a sua prodigiosa inteligência, motivando que os capítulos subsequentes de sua *História da língua portuguesa* fossem perdendo em extensão e profundidade - mas não em qualidade -, a fim de que o término chegasse antes de sua morte. Por isso, qualquer crítica que se faça a esta obra de Serafim tem, para ser justa, de levar em conta os percalços de saúde contra, os quais teve de lutar no espaço de sua elaboração. Promoveu, como orientador das publicações da benemérita *Livraria Acadêmica*, do Rio de Janeiro, o início da *Biblioteca Brasileira* de

Filologia, que muito contribuiu para a difusão e ensino da filologia e da linguística no Brasil. Com Antenor Nascentes, Mattoso Câmara e Sílvio Elia, dirigiu dez números do *Boletim de Filologia*, do Rio de Janeiro, editado por Livros de Portugal.

Talvez com a exceção da fonética e fonologia, Serafim aplicou-se a todos os domínios da língua, da etimologia e da crítica textual, de cunho culturalista, especialmente na perspectiva histórica, bem como na investigação dialectológica. Neste sentido, mostrou-se fiel à vivacidade e à curiosidade intelectual das três de suas mais próximas fontes de inspiração: Hugo Schuchardt, José Leite de Vasconcelos e Antenor Nascentes. Por uma dessas coincidências do destino ou porque assim ele o sentira, podem-se traçar estreitos pontos de contacto entre as atividades inovadoras de Serafim da Silva Neto e de Pacheco da Silva Júnior, patrono da Cadeira 16 da Academia Brasileira de Filologia, de que foi membro fundador.

A sua extensa bibliografia pode ser aquilatada pela relação das seguintes obras:

Fontes do latim vulgar: o Appendix Probi (1938);

Divergência na evolução fonética (1940);

Miscelânea filológica (1940);

Crítica serena (polêmica, 1941);

História do latim vulgar (1957);

Ensaios de Filologia Portuguesa (1956);

A santa vida e religiosa conversação de Frei Pedro, de André de Resende (1947);

Textos medievais portugueses e seus problemas (1956);

Bíblia medieval portuguesa, I (1958);

Língua, cultura e civilização (1956);

Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil (1950);

Diálogos de São Gregório (1950);

A Filologia Portuguesa no Brasil (1938-1940);

Manual de Filologia Portuguesa: problemas e métodos (1952);

História da língua portuguesa (1957);

A língua portuguesa no Brasil (1960);

Guia para os estudos dialectológicos (2.ª edição, Belém, 1957).

Deixou esparsos numerosos artigos em revistas especializadas e em jornais.

* *

*

Entre os bons frutos hauridos por mim quando convidado para participar da patriótica e cultural campanha em prol da Língua Portuguesa promovida pelo Liceu Literário Português está, sem dúvida nenhuma, o de estreitar os laços de respeito e amizade ao saudoso Gladstone Chaves de Melo.

Éramos, nessa empresa inicial, seis ao todo: Sílvio Elia, Gladstone, Maximiano de Carvalho e Silva, Antônio Basílio Rodrigues, Nilza Campelo e eu. Com Sílvio já vinha convivendo desde largo tempo, nas lides universitárias na PUC de Petrópolis, e, mesmo antes, nos encontros da Academia Brasileira de Filologia e na Livraria Acadêmica. Com Maximiano, ilustre representante da minha geração, o convívio era menos intenso, mas relativamente constante.

Antônio Basílio fora meu excelente aluno na UERJ e depois estimado colega na mesma instituição. Só de Gladstone mantinha uma distância maior, porque, embora ambos professores na Universidade Federal Fluminense, eu não pertencia diretamente ao grupo dos alunos do "Professor Sousa"; mas indiretamente o era pelos seus livros e pelas relações desse inolvidável estudioso com meu dileto mestre Said Ali, de quem fora discípulo nos áureos tempos do Colégio Pedro II, chamado, àquela quadra, por imposição dos republicanos, Ginásio Nacional. Encontrávamo-nos, falávamo-nos, mas sempre com a discrição daqueles que bebem água do mesmo rio, mas em margens diferentes.

A instalação do Instituto de Língua Portuguesa, sob a batuta magistral de Sílvio Elia e sob a competente administração do Dr. Antônio Gomes da Costa, me permitiu um mergulho mais profundo nos valores do homem fiel e do pesquisador honesto, às vezes intransigente às ondas novidadeiras das manifestações que cercam a vida em todos os seus quadrantes. Aprendi a apreciar-lhe as qualidades morais e a sua competência de filólogo.

Apesar de sua erudição em tantos domínios culturais, nunca largou aquele ar mineiro de quem está aparentemente distante dos homens e das coisas, mas secundado, quando falava, de profundo senso crítico e de uma causticante *verve*. Estudou toda a vida, mesmo diante de alguns dissabores que poderiam afastá-lo de sua religião, de sua filosofia e das pesquisas de filologia e gramática. Com o desaparecimento de sua esposa. D. Cordélia, nosso Gladstone foi aos poucos perdendo o gosto de viver. Mesmo assim, estava sempre atento ao que dele poderia precisar o Instituto de Língua Portuguesa. Deixaram saudades entre seus alunos os cursos que aí ministrou de latim, de língua portuguesa e de autores clássicos de brasileiros e portugueses.

Deixou-nos um rico elenco de livros, nos diversos campos da nossa ciência, dos quais ressalto, como exemplo de arquiteturas inteiriças e bem travada, sua Gramática Fundamental da Língua Portuguesa e a Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa. Dono de boa prosa, gostava de frequentar seus colegas no Instituto de Língua Portuguesa e na Academia Brasileira de Filologia. Com seu falecimento, desaparece um dos últimos baluartes do estudo e do ensino do português-padrão entre nós, cuja competência e experiência soube ele também transmitir a todos os que, ao seu lado, labutamos para a consecução dos altos propósitos do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

Depois desse longo percurso que foi a vida vivida intensamente de Gladstone Chaves de Melo, ele pode repetir o que disse Bandeira, "quando a Indesejada das gentes chegar":

O meu dia foi bom, pode a noite descer.
(A noite com os seus sortilégios).
Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
A mesa posta,
Com cada coisa em seu lugar.

33. INÉIA DAMASCENO ABREU, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL

TEMA 2.1. 2.6. OS BRASIS E SUAS LÍNGUAS E CULTURAS: COMO ESTÁ A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS PARA ESSA DIVERSIDADE? INÉIA DAMASCENO ABREU[237] (UA /UFPA) E MARIA HELENA ANÇÃ[238] (UA)

O Brasil é um país continental reconhecido por sua Diversidade Linguística e Cultural (DLC). Embora a Constituição Federal determine como única língua oficial a Língua Portuguesa (LP), são reconhecidas mais de 200 comunidades linguísticas em todo o país. Na região norte, mais especificamente no estado do Pará, três comunidades têm destaque: a indígena, a quilombola[239] e a descendente de imigrantes japoneses. Este trabalho tem como objetivo mostrar a investigação em andamento vinculada ao projeto de tese intitulada *Formação de Professores de Português (FPP) no Pará para a DLC e para a valorização e difusão*

[237] Aluna do Programa Doutoral em Educação da Universidade de Aveiro. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará.
[238] Professora Associada com Agregação da Universidade de Aveiro e orientadora da tese.
[239] Remanescentes de escravos africanos.

da Língua. Tal investigação, voltada principalmente para os professores em formação do curso de Letras da Universidade Federal do Pará, procura responder a seguinte questão:

De que modo a reflexão sobre a FPP para a DLC contribui para a difusão e a valorização da LP no Pará? Para isso, seguimos o caminho metodológico da pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos de recolha de dados a análise documental, a entrevista e o questionário.

Este último instrumento compôs um módulo educativo elaborado com o objetivo de identificar os saberes de alunos de cursos de FPP do Pará sobre a DLC na LP, nomeadamente em contexto local e mundial. A necessidade de preparar os professores para essa diversidade se justifica não só pelo fato da língua ser objeto de ensino em contexto profissional, mas também porque, enquanto educadores, os professores de LP são atores essenciais na promoção do respeito à diversidade e na valorização e difusão da língua.

Palavras-chave: Diversidade Linguística e Cultural; Formação de Professores; Língua Portuguesa; Valorização da Língua Portuguesa; Difusão da Língua

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado ao projeto de tese intitulado Formação de Professores de Português no Pará para a Diversidade Linguística e Cultural e para a valorização e difusão da Língua. O interesse por este tema surgiu a partir da necessidade de desenvolver um estudo sobre a FPP para a DLC, pois, apesar de ter como idioma oficial apenas a LP, o Brasil é um país de várias línguas e várias culturas.

Segundo Oliveira (2008), o Brasil tem hoje mais de 200 línguas: 170 indígenas, 30 estrangeiras e 2 línguas de sinais das comunidades surdas, o que nos coloca no grande grupo dos países do mundo (94%) que são plurilíngues. É necessário, portanto, questionar acerca da FPP que atuarão nesse contexto de DLC, pois, "[m]uitas vezes [esse futuro professor] nem mesmo aprendeu que, para ensinar Língua Portuguesa, precisaria estudar, não só a Língua, mas também a Cultura e a Sociedade que utiliza tal língua" (Pessoa, 2009, p. 65).

Para isso, é necessário promover discussões e pesquisas na área de FPP que levem em conta a DLC. Tais pesquisas, segundo Ançã (2015, p. 307), têm lugar privilegiado de desenvolvimento nas universidades e instituições de ensino superior, pois " (...) é nelas que decorre a formação inicial de professores. São, por conseguinte, locais de produção de conhecimento, de investigação e, ainda, fazem pontes com a sociedade e com o mundo". Pretendemos, portanto, focar nossa discussão a respeito dessa necessidade de formar professores de LP para atuarem em contextos de DLC, pois, a região norte do Brasil é uma região onde convivem diversas comunidades com aspectos linguísticos e culturais próprios, como a comunidade indígena, a quilombola e a descendente de imigrantes japoneses.

2. A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A LP é uma das línguas mais faladas no mundo como língua materna, assim como é também uma das línguas utilizadas por falantes de outras línguas como língua segunda ou estrangeira (Reto, 2012). É ainda a língua oficial de vários países: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Equatorial. No Brasil, passou a ser a língua oficial a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988. Embora seja a única língua oficial do país, é importante ressaltar que esta é uma língua que apresenta grande diversidade linguística, tornando-se, portanto, difícil definir a variedade padrão da língua. Até meados do século XX, a variedade carioca era considerada a variedade padrão do Português-Brasileiro, sendo utilizada nos manuais didáticos elaborados e impressos no Rio de Janeiro. No entanto, por falta de aprofundamento científico, não ficou comprovado que as classes cultas brasileiras utilizavam ou passavam a utilizar tal variedade apenas por imposição (Castilho, 2010).

Surgiram, então, nos anos de 1970, projetos desenvolvidos pelas ciências linguísticas para a descrição da variedade brasileira da LP, a partir dos quais evidenciou-se a existência de um policentrismo do padrão linguístico, em que cada região do Brasil apresenta uma variedade considerada núcleo padrão de variedade do Português-Brasileiro.

Esse policentrismo evidente no Brasil é fruto das diversas influências que constituem a variante brasileira da LP, pois, desde a sua "descoberta" pelos europeus, o Brasil tem recebido influências linguístico-culturais de diversos povos. Quando, no Brasil, os portugueses chegaram, mesclaram sua língua às línguas nativas (indígenas) e, em seguida, às línguas africanas através dos negros que foram escravizados. Além de indígenas e negros, muitos outros povos imigrantes, entre eles os descendentes de japoneses, contribuíram e continuam contribuindo para o aumento da DLC que o Português-Brasileiro apresenta.

3. METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se dentro do *paradigma interpretativo*, pois, segundo (Coutinho, 2011, p. 16), "A abordagem interpretativa/qualitativa das questões sociais e educativas procura penetrar no mundo pessoal dos sujeitos", para interpretar e compreender os significados da ação humana num contexto social. Quanto à natureza da pesquisa, esse estudo classifica-se como um *estudo de caso* de *cunho qualitativo*. Segundo Yin (2001, p.32), "Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos".

Quanto à recolha de dados, teve espaço em dois *loci:* Brasil e Portugal. Em Portugal, desenvolvemos esta etapa da investigação na Universidade de Aveiro. No Brasil, optamos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), por ser a maior universidade pública do Estado do Pará. A escolha pelo Campus Universitário de Castanhal se deve ao fato de ser este um campus que atende boa parte da região nordeste do estado do Pará e também por ser este o campus onde esta investigadora atua como professora do curso de Letras. A escolha por estas universidades justifica-se por serem instituições com cursos de FPP em contexto de DLC.

Os dados recolhidos são os que apresentamos na tabela 1:

	Brasil	Portugal
Documentos curriculares	- Projeto Pedagógico de Curso	

	- Grades curriculares - Planos de disciplinas dos cursos de FPP	
Entrevistas	Com diretores e professores	-
Módulo didático	- Questionário aos alunos - Reflexão sobre uma componente do módulo didático - Plano de unidade temática, elaborado pelos alunos - Avaliação do módulo didático	-

Tabela 1: Dados gerados na investigação

Para o tratamento dos dados, além da análise documental, faremos uma análise de conteúdo que, segundo Bardin (2014, p. 33), "é um conjunto de técnicas de análise das comunicações".

3.1 O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

O curso de Letras[240], com habilitação em LP, foi implementado pela UFPA na cidade de Castanhal, no nordeste paraense, no ano de 1986. Recentemente o curso passou por uma reformulação em seu Projeto Político de Curso (PPC) e recebeu nota 4 na avaliação do MEC[241].

Quanto à organização curricular, o curso se divide em cinco eixos de competências:

1. uso da língua/linguagem;

[240] O curso de Letras da UFPA de Castanhal será objeto de análise da tese a que se vincula este artigo.
[241] A avaliação feita pelo MEC é baseada na análise das condições de ensino, em especial aquelas relativas ao corpo docente, às instalações físicas, ao projeto pedagógico e ao resultado dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A nota máxima é 5 (cinco).

2. reflexão sobre a língua/linguagem;
3. prática profissional;
4. atividades complementares;
5. trabalho de conclusão de curso.

O primeiro e o segundo eixos estão relacionados à formação dos futuros professores enquanto usuários da LP. O terceiro eixo diz respeito à prática reflexiva sobre a docência, com ênfase na observação, reflexão, compreensão e atuação em situações do contexto profissional. No eixo das atividades complementares, os alunos podem cursar disciplinas optativas e participar de eventos, projetos, etc. Por fim, no trabalho de conclusão de curso, o futuro professor produzirá uma monografia sobre um tema de relevância teórica e acadêmica.

O nosso olhar sobre o PPC busca informações sobre a preocupação em formar os futuros professores de LP para a DLC própria da região onde o curso está inserido. No entanto, após breve leitura, pudemos observar que de forma muito superficial a DLC está presente em dois momentos neste PPC.

Primeiramente, espera-se que o licenciado em Letras tenha como uma das características do seu perfil, o "domínio do uso da língua, objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variações e diversidades linguísticas"[242].

Depois, como atividade complementar é apresentado o tema "Educação Inclusiva: desafios regionais" (que poderá ser uma disciplina ou minicurso) e abordará a política nacional de inclusão social (incluindo as questões interraciais) e, em especial, a política de inclusão da própria UFPA.

3.2. O MÓDULO DIDÁTICO

O módulo didático foi elaborado com o objetivo de identificar os saberes de alunos do curso de Letras da Universidade Federal do Pará sobre a DLC na LP, nomeadamente em contexto local e mundial, através de um módulo de formação, informado pela literatura da especialidade e pelos resultados desta investigação. Pretendia-se, primeiramente, gerar dois produtos para análise a partir deste módulo: um questionário e um plano de unidade temática elaborado pelos alunos.

[242] Trecho do Projeto Pedagógico do Curso de Letras do Campus Universitário de Castanhal (UFPA).

No entanto, durante a elaboração e validação do módulo, percebemos que havia possibilidade de produzir dois outros produtos: primeiramente, uma reflexão sobre imagens de alunos em sala de aula. Cada imagem representava uma das comunidades de maior destaque na região (indígena, quilombola e descendente de japoneses). Em seguida, sugerimos que os alunos fizessem uma avaliação do módulo.

Desta forma, o módulo, com carga-horária de 8h, foi aplicado em uma turma de Letras do 6º semestre, nos dias 11 e 18 de maio de 2017, no âmbito da disciplina Ensino-Aprendizagem do Português I, disciplina que tem como objetivo, primeiramente, estudar analítica e criticamente teorias sobre o processo de ensino e aprendizagem de língua materna à luz da Linguística Aplicada. Além disso, a disciplina objetiva também conhecer e atuar diretamente em contextos diversificados no que tange às atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem de LP, nos diferentes níveis de ensino, bem como a outras atividades afeitas ao referido processo.[243] O módulo foi, portanto, composto de três partes: 1) Questionário aos alunos; 2) Formação; 3) Elaboração do Plano de Unidade Temática.

Em conformidade com plano da disciplina, o módulo pretendeu, além de proporcionar o aprendizado sobre a DLC, a LP e a FPP, orientar os alunos a produzirem um Plano de Unidade Temática, ou seja, uma proposta de intervenção onde os alunos, futuros professores de LP, poderiam aplicar os conhecimentos adquiridos durante o Estágio Supervisionado.

Assim, na primeira parte do módulo, os alunos responderam ao questionário, que estava dividido em quatro partes:

Parte I – caracterização do informante, com 6 perguntas.
Parte II – Sobre a Língua Portuguesa, com 4 perguntas.
Parte III – Sobre a Diversidade Intralinguística do Português e a Formação de Professores, com 10 perguntas.
Parte IV – Sobre a Diversidade Linguística e Cultural, com 4 perguntas.

[243] Os objetivos da disciplina constam no Plano de Curso, disponibilizado pela professora da disciplina.

O questionário foi aplicado presencial e individualmente. Os alunos tiveram cerca de 2 horas para respondê-lo. Foram coletados 28 questionários, no entanto, um deles foi entregue com menos de 50% das respostas pois a aluna teve que sair durante a aula, portanto, ficaram 27.

A segunda parte do módulo, referente à formação, foi dividida em três momentos, com temas inter-relacionados: no primeiro momento, falamos sobre a LP do mundo e a percepção do mundo sobre a LP, quando apresentamos dois vídeos: o primeiro sobre a LP ao redor do mundo[244], com trechos mostrando lusofalantes em diferentes países (Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Índia (Goa, Diu, Damão, Baçaim), China (Macau), Malásia (Malaca), Timor-Leste, Espanha (Galiza) e Portugal. O segundo vídeo mostra uma vlogueira holandesa não-falante de LP, tentando falar português com a ajuda de um aplicativo de tradução online[245]. Tais vídeos foram importantes porque através deles, pudemos mostrar aos alunos, ainda que de forma breve, as diferenças entre a LP de acordo com o país onde é falado (similaridades, sotaques, singularidades). Foi interessante perceber na discussão que muitos alunos não faziam ideia dos países onde a LP é falada, seja como língua oficial, língua segunda ou língua estrangeira. Tal informação é também corroborada pelas respostas dos alunos à pergunta do questionário "Você sabe em quais países se fala a LP como língua oficial?", em que a maioria das respostas foi Brasil e Portugal. Algumas respostas indicaram também Angola ou, de forma mais ampla e vaga, "alguns países da África".

Além disso, o segundo vídeo permitiu uma reflexão sobre a percepção dos não-falantes de LP sobre a língua. No início do vídeo, a vlogueira[246] diz que já fez outros vídeos parecidos, com outras línguas como o espanhol e o francês e que, portanto, acha que o português deve ser um pouco parecido com o espanhol. No entanto, já nas primeiras frases que ela tenta pronunciar, diz que o português não tem nada a ver com o espanhol.

[244] O vídeo encontra-se disponível em «https://www.youtube.com/watch?v=T2o0DX4M51A&t=132s».
[245] O vídeo encontra-se disponível em «https://www.youtube.com/watch?v=A9DT1ghxkwc».
[246] O termo vlogueira (ou vlogger), deriva de vlog, que, por sua vez, tem origem em blog (simplificação do termo weblog). É, portanto, uma pessoa que faz vídeos para a Internet.

O segundo momento da formação foi destinado a uma discussão sobre a diversidade linguística do português e sobre como essa diversidade é percebida por falantes de origens sociais e geográficas diferentes. Para ilustrar, apresentamos um trecho do documentário "Língua: Vidas em Português", com depoimentos de escritores como Mia Couto (Moçambique), José Saramago (Portugal) e João Ubaldo Ribeiro (Brasil). Todos concordam que a LP muda constantemente, desde sempre e continua mudando, o que é algo bom, pois, como afirma João Ubaldo Ribeiro, "se as línguas não mudassem, nós todos estaríamos falando latim até hoje"[247].

Outra estratégia importante nesse segundo momento foi a leitura do trecho de uma passagem bíblica, que mostra um povo sendo dizimado por causa da variedade linguística de sua fala.

> *Aí Jefté juntou todos os homens de Gileade. Eles guerrearam contra os homens de Efraim e os derrotaram. Fizeram isso porque os efraimitas tinham dito: "Vocês, gileaditas que moram nas terras de Efraim e de Manassés, são desertores de Efraim."*
>
> *Para não deixar que os efraimitas passassem, os gileaditas tomaram os lugares onde o rio Jordão podia ser atravessado. Quando algum efraimita que estava tentando escapar pedia para atravessar o rio, os homens de Gileade perguntavam:*
>
> *— Você é efraimita?*
>
> *Se ele respondia que não, eles o mandavam dizer a palavra "**Chibolete**". Mas, se ele dizia "**Sibolete**" porque não podia falar direito a palavra, então o agarravam e matavam ali mesmo, na beira do rio Jordão. Naquela ocasião foram mortos quarenta e dois mil efraimitas. (Juízes 12:4-6)*

No terceiro momento da segunda parte do módulo (a formação), a discussão girou em torno da DLC em sala de aula. Foram apresentadas três imagens de alunos em sala de aula, que representavam as comunidades indígena, quilombola e descendentes de imigrantes japoneses.

---

[247] Trecho do depoimento do escritor no documentário.

A partir das imagens, os alunos em formação produziram um texto reflexivo, levando em consideração a DLC nas escolas e a FPP. Foram recolhidas vinte reflexões.

Na terceira e última parte do módulo, os alunos produziram um plano de unidade temática e fizeram a avaliação do módulo. Em equipe, eles elaboraram um plano didático para abordar o tema DLC, direcionado para uma turma de Ensino Fundamental ou de Ensino Médio.

No plano deveriam constar os seguintes elementos:

- *Conteúdo*
- *Objetivos*
- *Procedimentos de ensino (encaminhamentos metodológicos)*
- *Recursos*
- *Procedimentos de avaliação*
- *Referências*
- *Cronograma para o desenvolvimento do conteúdo programático*

Foram produzidos seis planos com diferentes abordagens e conteúdos. Alguns dos temas propostos pelas equipes foram: o uso do gênero oral nas aulas sobre diversidade, preconceito e variação, marcas linguísticas, literaturas de países lusófonos, identidade e variedade linguística, norma padrão e não padrão e diversidade linguística no Pará. Foram elaborados seis planos de unidade temática.

Por fim, solicitamos que os alunos avaliassem o módulo, através de uma reflexão. Pedimos que eles considerassem a importância do módulo na formação deles enquanto futuros professores, pedimos para apontarem as dificuldades que tiveram durante o módulo e que fizessem críticas e sugestões para uma possível melhoria.

O *feedback* foi muito positivo pois através dessa reflexão pudemos perceber que as principais dificuldades dos alunos durante a aplicação do módulo foram com relação ao conhecimento sobre a LP no mundo e suas variedades. As sugestões recorrentes indicavam o aprofundamento das discussões e, consequentemente, a ampliação da carga-horária do módulo e a possibilidade de efetivação formal do tema no âmbito do curso de Letras.

Assim, o módulo didático gerou dados para a análise que construirá a tese a qual esse trabalho está vinculado, a saber:

- *27 questionários*
- *20 reflexões sobre as imagens contidas na formação*
- *6 planos de unidade temática*
- *14 reflexões avaliativas sobre o módulo*

4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos apresentar o andamento de uma investigação sobre a FPP para a DLC na região norte do Brasil. Constatamos, em estudo preliminar, que o curso em análise não apresenta discussões profundas sobre a FPP para a DLC, ao contrário do que se espera das Instituições de Ensino Superior responsáveis pela FPP: que ofereçam embasamento para o ensino de LP, mas também conhecimentos sobre as comunidades que constituem a população desta vasta região e conhecimentos sobre como atuar em contexto de DLC. Os dados apresentados neste trabalho estão em fase de categorização para análise, portanto, limitamo-nos a descrição dos dados com um olhar crítico-reflexivo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ançã, M. H. (2015). "Dos mares aos rostos da Língua Portuguesa" – reflexões em torno de geografias, variedades e valores do Português, na perceção de (futuros) professores em Portugal, Brasil e Cabo Verde. In A. M. Ferreira & M. F. Brasete (Eds.), Pelos mares da Língua Portuguesa 2 (pp. 295 – 308). Aveiro: UA Editora.
Bardin, L. (2014). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
Castilho, A. T. (2010). Uma política linguística para o português. Retrieved from http://www.museulp.org.br/files/mlp/texto_17.pdf
Coutinho, C. P. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra: Almedina.
Oliveira, G. M. de. (2008). Plurilinguismo no Brasil. Unesco, 1–11.
Pessoa, M. S. (2009). Sociolinguística, formação de professores e educação linguística. In C. et al Ferrazi (Ed.), Línguas,linguagens e culturas amazônicas. (pp. 51–78). São Carlos: Pedro e João Editores.
Reto, L. (2012). Potencial económico da língua portuguesa. Alfragide: Texto editores.
Yin, R. K. (2001). Estudo de Caso. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Artmed Editora.

34. JOÃO FIGUEIREDO, FUNDAÇÃO SOUSA D'OLIVEIRA

TEMA 2.7. MANUEL SOUSA D'OLIVEIRA – O PIONEIRO DA ARQUEOLOGIA NOS AÇORES, JOÃO FIGUEIREDO - FUNDAÇÃO SOUSA D'OLIVEIRA

Em Portugal continental, a arqueologia de Manuel Sousa d'Oliveira (MSO) visou predominantemente a pré-história, e aí, este foi o primeiro na Península Ibérica que identificou objetos de barro pintados, cujo estudo porém não aprofundou pelas razões habituais no país, pouco interessado em custear estudos do género.

Todavia, em Espanha, divulgou perante colegas reunidos em congresso, parte das suas descobertas. Vila Franca fora soterrada em 1522 e, ao longo de quase duas dezenas de anos, trouxe à superfície inúmeros artefactos da sociedade portuguesa de quinhentos, quer os feitos no país, como porcelanas, cotas de malha, vidros, telhas pintadas, azulejos, etc., como os que a expansão portuguesa permitia importar de lugares tão longínquos como a China e o Japão.

Os preciosos diários de escavação que meticulosamente elaborou durante todos e cada um dos seus trabalhos de campo, bem como desenhos e inúmeras fotos, vêm sendo publicados pela Fundação que criou, Fundação Sousa d'Oliveira (FSO), destinada a promover o estudo da história e do pensamento português, onde avulta, a história e o pensamento açoriano, com destaque para o do nosso conterrâneo, Antero de Quental, cuja filosofia e misticismo foram aliás tema para a sua tese de licenciatura que a FSO, entretanto, também publicou.

Ao perfazerem-se, no dia 18 de julho de 2016, cem anos do seu nascimento, em Cambridge, nos Estados Unidos, para onde seus pais emigraram, a FSO recordou aquele que foi mestre de gerações e baluarte da liberdade de pensamento e motor imparável da ação cultural. Estas celebrações do centenário também foram motivo de lançamento do livro 'VI Campanha – Estação Arqueológica das Terras do Engenho (II) – Vila Franca do Campo – 1978', onde o diário desta campanha é dado a conhecer ao público açoriano.

> *"As primeiras investigações arqueológicas no arquipélago açoriano foram levadas a cabo pelo punho de Manuel de Sousa d'Oliveira nos anos sessenta do século XX. Os estudos, desenvolvidos em oito campanhas, incidiram em São Miguel, mais propriamente na primeira capital da ilha (Vila Franca do Campo), tendo por objetivo recuperar os vestígios materiais da antiga vila, então destruída pela catástrofe sísmica de 22 de outubro de 1522. Estes trabalhos iniciados nos Açores em 1967 são considerados pioneiros para o estudo da arqueologia portuguesa, nomeadamente do capítulo que se dedica ao período do povoamento dos arquipélagos atlânticos* (Arqueologia Moderna).[248]

[248]in Açoriano Oriental, 26 de janeiro de 2014, pp. 17

Contudo, o outro diário publicado 'Escavações Arqueológicas em Vila Franca do Campo 1967-1982', que Manuel de Sousa d'Oliveira elaborou dos seus trabalhos nas Terras do Engenho e outras, em Vila Franca do Campo, e segundo José Maria Teixeira Dias, (apesar de tudo, os) "*documentos escritos continuam a ser a ferramenta principal para quem quer dissertar sobre a vida do homem sobre a terra, muitos outros meios se oferecem hoje ao historiador*", os restos que, voluntária ou involuntariamente, ele vai deixando nas terras que pisa são uma ajuda que hoje ninguém tem a coragem de desprezar.

E Sousa Oliveira mostra aqui como se pode ajudar a completar o que os documentos escritos não dizem. Com efeito, consultando o que nos resta escrito desde os patriarcas dos relatos açóricos, Gaspar Frutuoso, Agostinho de Monte Alverne, António Cordeiro e tantos outros, os autores quase só nos falam da vida dos importantes, ou como tal considerados. O comum dos mortais raramente entra nessas histórias. E mesmo dos «consagrados», muito nos escapa…

> "*Os restos encontrados, infelizmente ou felizmente, não trazem marca de pertença. Não nos dizem se são espólio do capitão do donatário ou do mais humilde dos seus trabalhadores ou, quem sabe, pertenceram a um escravo que a enxurrada terá arrasado na sua fúria louca e indiscriminada. Não nos elucidando nesse talvez preciosismo, diz-nos, contudo, que um ser humano ali tinha a sua casa, os seus utensílios domésticos, mesmo que deles nos restem apenas simples bocados. Mas mais do que isso este Diário mostra-nos também como se deve ter cuidado nas afirmações históricas*."

A sua atividade na arqueologia não se ficou apenas pelos Açores. Também, de 1951 a 1963, procedeu a escavações arqueológicas na necrópole medieval do Largo das Almas, em Viana do Castelo, e na Citânia de Stª. Luzia (casa e silo). Fez duas comunicações ao 1º Congresso Nacional de Arqueologia, em Sintra (inéditas). Dirigiu a 2.ª fase de escavações promovidas pela Associação Académica de Coimbra na Cividade de Afife (castro luso-romano). Fez várias pesquisas arqueológicas em diversas povoações castrejas no Vale do Lima. Descobre as primeiras cerâmicas pintadas de Idade do Ferro no Castro de S. Caetano, em Monção. Sobre esta descoberta elaborou e proferiu uma comunicação no Congresso Nacional Arqueológico de Espanha, em Sevilha, que recebeu boas referências e sugestões do Catedrático de Arqueologia da Universidade de Barcelona, Doutor Luis Pericot.

MSO foi quem teve a ideia de criar a Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, com a qual a FSO tem estreita ligação.

Carlos Melo Bento, presidente da FSO, no livro publicado com a dissertação de MSO, e intitulado 'Antero de Quental – Problemas Filosóficos e Conceções Religiosas', afirma que MSO era

"*Extremamente rigoroso e metódico em tudo o que fazia e o mesmo exigia dos outros quando trabalhando com ele ou quando visitando o espaço da prospeção arqueológica.*

Desde a fita métrica à caixa de cartão que a guardava, desde a máquina fotográfica às varas de marcação, desde a escolha do utensílio de prospeção à circulação no terreno, tudo tinha de ser cuidadosa e criteriosamente manipulado, decidido e feito.

Uma escavação é uma destruição, dizia, mas uma destruição dirigida para a descoberta e para a salvaguarda de evidências que se expetam ou que se nos revelam, e que, como tal, nunca por nunca se deverão eliminar ou adulterar.

Tal rigor para consigo e para com os outros mantém-se tutelarmente presente, de tal modo que qualquer involuntário descuido ou manifesto erro tem de imediato a devida crítica – ou autocrítica - a não esquecer.

Tal rigor torna tudo mais claro, mais simples, mais eficaz, mais encantador - e mais livre o sujeito que o percebe e adopta.

O espólio das escavações arqueológicas de Vila Franca do Campo é revelador do pensamento científico do Dr. Manuel de Sousa d'Oliveira e do quanto fica distante do colecionismo e etnografismo por que enveredou a autarquia vilafranquense na sua política museológica.

É que um fragmento cerâmico, uma moeda quase desfeita, um pedaço de malha metálica, um resto de argamassa, para o cientista, pode ser quanto basta para o estudo de um determinado contexto e de um determinado quotidiano e decisivo ponto de partida para o retrato dos seus utilizadores, dos seus obreiros, das relações de produção e de comércio praticadas, hábitos, condição social e expetativas de vida."

Em 1936, contra o parecer de alguns, mas seguindo o conselho de Agnelo Casimiro, seu pai manda-o estudar para Coimbra, cidade que o viria a transformar, marcar e seduzir para sempre. É na Lusa - Atenas que frequenta a Faculdade de Letras e se licencia com alta classificação em Históricas e Filosóficas em 25 de julho de 1942.

Foi aluno e discípulo de Joaquim de Carvalho em Filosofia, e de Damião Peres, (que lhe dá distinção), em Paleografia. É também aluno de Virgílio Correia. Foi isto no tempo em que o poeta Eugénio de Castro e o geógrafo Amorim Girão dirigiam a Faculdade. Mas, se Coimbra marcou Sousa d'Oliveira, a cidade do Mondego recebeu também a sua marca.

Num artigo do jornal a Gazeta das Caldas, evidencia as capacidades desportivas de MSO, onde se pode ler que o futuro arqueólogo, nascera com resistência física cuja robustez ele empregou no desporto que praticou em, calcule-se, 15 modalidades, nalgumas das quais, foi campeão nacional universitário. Atletismo, basquetebol, voleibol, futebol, pingue-pongue, natação, polo aquático, horseball, handebol, râguebi, tiro, esgrima, ténis, ciclismo e remo. Foi esta polivalência que lhe valeu o sobrenome de "estudante de Oxford", conhecido filme de Robert Taylor e cujo tema girava à volta de um estudante americano que vai estudar para Oxford, na Inglaterra, e que se sente segregado pelos colegas. É o seu êxito no desporto e em várias modalidades que lhe conquista a estima e a admiração dos "snobs".

Entre os outros amores de MSO, encontramos o Teatro ao Ar Livre nos Açores, no qual, em 1968, é nomeado novamente bolseiro da Gulbenkian. Em 1971 apresenta-se a Exame de Estado e é colocado como professor efetivo na escola Técnica de Caldas da Rainha, onde funda o 1º. Clube da História do País.

Mas, antes disso, em 1942, frequenta, com êxito académico e alta classificação, os cursos de Ciências Pedagógicas e de Bibliotecário Arquivista.

Homem invulgar e com um caráter único, privou com muitos vultos da cultura portuguesa e, obviamente, açoriana. Privara com Almeida Santos, depois conhecido líder socialista, e este até fizera um conto sobre ele (Rã no Pântano, Contos, pág. 103), intitulado "Ratos e Livros". O Dr. António Câmara fazia parte desses seus contactos de férias. A famosa tertúlia da Pepe, no pós-guerra, constituída por Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde, Dr. Francisco Ataíde Machado Faria e Maia e Rodrigo Rodrigues, abria-lhe as portas para a arte e estudos anterianos e históricos.

O Dr. José Bruno Carreiro recebia-o diariamente em sua casa (desde 1941) para falar de Antero, literatura e história política de S. Miguel. Rui Galvão de Carvalho é a figura central de uma fase de sua vida (década dos anos 30) na sequência dum movimento intelectual agrupador de jovens que aspiram a uma nova literatura açoriana, lutando contra a cega obediência aos cânones estabelecidos.

São esses jovens que José Barbosa, diretor do jornal "A Ilha", acolhe: Pedro da Silveira (que foi técnico da Biblioteca Nacional, autor de livros de poesia moderna "Ilha e o Mundo" e "Noticias do Oeste" e a "Antologia da Poesia Açoriana", publicada muito mais tarde, já na década de 70), Eduardo Vasconcelos Moniz, Fernando Lima e Eduíno Borges Garcia.

Já no período da guerra (39-45) Côrtes-Rodrigues tinha estado em S. Miguel com Joel Serrão e Egito Gonçalves ("Poema para os meus amigos da Ilha"). É nesta altura que Côrtes-Rodrigues oferece a Joel Serrão os originais das cartas de Pessoa para aquele poeta, que Serrão publicaria depois.

Sousa d' Oliveira começa a frequentar a casa de Côrtes-Rodrigues, na Rua do Frias, por via da etnografia e antropologia cultural. Daí a Vila Franca foi um passo, dada a origem vilafranquense do poeta.

Em 1942, Rui Galvão dá a Oliveira cópias de cartas inéditas de Antero. Mestre Rui não quer publicar mais nada sobre Antero. Esta declaração leva-o a oferecer-lhe tais documentos. Sousa d' Oliveira considera Rui Galvão como o professor que grande influência sobre ele exercera durante a adolescência e nos primeiros passos da maturidade. Inicia-o no culto de Antero; fizera-o definitivamente hóspede dos salões filosóficos do vate e vítima fatal das suas ideias.

No período anteriano, Oliveira foi levado a contactar com Francisco Machado Faria e Maia, sobrinho homónimo do privado de Antero. Por ele ficou a saber que páginas manuscritas daquele se encontravam na posse do professor Cabral de Moncada, da Faculdade de Direito de Coimbra, a quem foram confiadas para estudos de Filosofia de Direito. Dirigiu-se a casa do famoso jurista e, para seu espanto, este confiou-lhe um caixote com os preciosos documentos. Encontravam-se, em Coimbra, no apartamento de que já falámos e hoje estão na sede da Fundação para cá trazidos pela mão eficiente da Dra. Berta Cabral.

A sua vastíssima biblioteca de dezenas de milhares de volumes encontrava-se, até 2001, dispersa por vários pontos: no largo do Bom Despacho, de Ponta Delgada, no seu quarto da Calçada do Pombeiro, em Lisboa; Viana do Castelo, em casa do seu amigo Eugénio Pinheiro, e no seu rés-do-chão, de Coimbra. Não poderia louvar a forma como os tinha arrumados, pois a sua colocação em gavetas, mesas, armários, cama, dificultava a sua consulta e localização.

> "*Esta paixão pelos livros levou a colecionar milhares de livros pelos sítios que habitou: Ponta Delgada, Lisboa, Viana do Castelo, Coimbra e Caldas da Rainha*."[249]

Apresentou várias comunicações em congressos de Arqueologia realizados nas cidades espanholas de Orense, Burgos, Sevilha e em Portugal. Foi também por esta altura que fez uma comunicação ao 1.º Congresso de Etnografia, cujo tema foi: "Cancioneiro Popular no Alto Minho".

[249] in jornal a Gazeta das Caldas, 11 de maio de 2012.

Todavia, a política de então era implacável para com os antigovernamentais e, perseguido por todos os lados, vê-se forçado a pedir a exoneração, poucos meses depois de a Fundação Gulbenkian lhe ter concedido uma bolsa para estudo das cerâmicas pintadas da Idade do Ferro em Portugal. Com tal bolsa continuou em Viana, facto de que resultou nova investida da PIDE, para indagar dos meios de subsistência, provavelmente por suspeita de pertencer ao quadro de funcionários do P. C., o que evidentemente era falso.

Durante a sua permanência em Viana, como Diretor do Museu, desenvolve intensa atividade intelectual. Em 1954 publica, de parceria com Abel Viana, um trabalho intitulado "Cidade Velha de Stª." Luzia (Viana do Castelo).

Ao legado intelectual – cognitivo, metodológico, social, ético - com morada e matéria, há que juntar o legado com matéria e morada no exterior: os livros, as revistas, os jornais e outras publicações, mais de 30.000 itens, os manuscritos, os desenhos, as gravuras e as pinturas, as centenas ou milhares de transcrições dos arquivos estudados, as centenas ou milhares de cartas, os estudos temáticos, os diários, o espólio das escavações arqueológicas e de outros trabalhos de campo, como foram os estudos que fez do teatro popular.

O espólio das escavações arqueológicas de Vila Franca do Campo é revelador do pensamento científico do Dr. Manuel de Sousa d'Oliveira e do quanto fica distante do colecionismo e etnografismo por que enveredam algumas entidades que podiam beneficiar com tal museologia.

No entanto, a FSO incrementará esforços para que este legado tenha o seu devido espaço na Região. Vila Franca do Campo e os Açores deveriam ter hoje um Museu Arqueológico, pois é que um fragmento cerâmico, uma moeda quase desfeita, um pedaço de malha metálica, um resto de argamassa, para o cientista, pode ser quanto basta para o estudo de um determinado contexto e de um determinado quotidiano e decisivo ponto de partida para o retrato dos seus utilizadores, dos seus obreiros, das relações de produção e de comércio praticadas, hábitos, condição social e expetativas de vida. Um Museu destes, mesmo que só com pequenos cacos, é um Museu ativo, pleno de indagação, de descoberta, de conhecimento, de comunicação e de vida.

Ao invés, objetos inteiros de cerâmica, perfeitas moedas de coleção, cotas de malha completas ou edificações intactas apresentadas como meras peças de aparato ou de desuso, por melhor normalizado que seja o seu descritivo, rapidamente darão forma a um Museu de basbaques, quedo, surdo, mudo e morto.

Espero que este Museu venha a ver a luz do dia, em Ponta Delgada, através da FSO, e de algumas entidades parceiras que percebam a importância de tal fator. E porque quando a história pergunta à arqueologia, o percurso evolutivo da humanidade é bem mais verídico e abastado. Assim, Manuel Sousa d'Oliveira tornou a nossa história mais abastada e próspera e, como tal, devemos dar o devido respeito ao seu caminho e contributo que 'ofertou' aos açorianos em especial e ao mundo culto em geral.

BIBLIOGRAFIA:

AÇORIANO ORIENTAL (2014), 26 de janeiro, pp. 17.

BENTO, Carlos Melo, 'ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM VILA FRANCA DO CAMPO 1967-1982', Ponta Delgada, 1990.

D'OLIVEIRA, Manuel de Sousa, 'ANTERO DE QUENTAL – PROBLEMAS FILOSÓFICOS E CONCEÇÕES RELIGIOSAS', COIMBRA 1942, PONTA DELGADA 2010.

D'OLIVEIRA, Manuel de Sousa, 'VI CAMPANHA – ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DAS TERRAS DO ENGENHO (II) – VILA FRANCA DO CAMPO - 1978'; Criativa; 2016.

GAZETA DAS CALDAS (2012), "Manuel Sousa d'Oliveira – O 'Estudante de Oxford' que passou pelas Caldas da Rainha", 11 de maio, pp. 20-21.

35. JOÃO MORGADO, Escritor, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Belmonte.

TEMA 2.9. "VASCO DA GAMA – O HERÓI IMPERFEITO"

«Índias» é romance biográfico de Vasco da Gama, a grande figura dos descobrimentos portugueses. Contudo, sabemos que a história é feira num misto de factos e mitos.

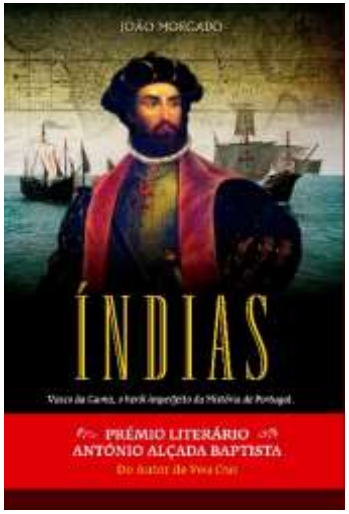
Este livro relata-nos as suas viagens à Índia. Digo "viagens", plural, porque efetuou três. Há duas de que mal se fala. Talvez porque não interesse falar. E só esta questão já nos deve merecer uma grande interrogação.

O que tem a história a esconder de Vasco da Gama? A história em si é uma coisa – factual.

A história oficial é outra coisa – a seleção e ficção oficial dos heróis pátrios.

Acontece em Portugal e em todas as partes do mundo. Há sempre uma tendência para higienizar os heróis nacionais. Expurgá-los de defeitos e sobrevalorizar os seus feitos.

Mas se até os deuses mitológicos eram plenos de defeitos, o que dizer destes "deuses" terrenos? Os nossos heróis de carne e osso, feitos da matéria de todos os homens, estão também pejados de defeitos.



Vasco da Gama não escapa a esta realidade.

Tinha tanto de intrépido e corajoso, como de ganancioso e vingativo. Isso a história oficial não pode dizer. Não se pode dizer nas escolas, que Gama saqueou, torturou e queimou pessoas vivas em nome de Deus e do ouro para os seus bolsos e para os cofres do rei.

Não é bonito. Não é isto que se espera de um herói cantado nos Lusíadas. Contudo, não deixa de ser a verdade. O que temos é de contextualizar esta realidade na sua épica.

O LADO NEGRO DE GAMA

Vasco da Gama era filho segundo, além do mais, ilegítimo. Pertencia a uma família de baixa-nobreza. Sentia-se por isso meio-filho, meio-irmão, meio-nobre, meio-digno, meio-homem. Tudo lhe sabia pela metade.

Talvez por isso não olhou a meios para alcançar o que a vida madrasta lhe negara. Combateu piratas e ousou enfrentar a mais longa viagem oceânica da sua época, com o fito de satisfazer o seu rei e alcançar a sua boa fortuna. Nada tinha a perder, tudo tinha a ganhar, por isso dominou os medos e enfrentou os mares desconhecidos.

Chegou ao outro lado do mundo, ao Índico, à terra de todas das riquezas. Apesar das vicissitudes aqui relatadas, a verdade é que rasgou os horizontes para Portugal, um feito que ninguém lhe pode negar. Aclamado pela nobreza, pelo clero e pelo povo, julgava ter conquistado a glória. Contudo, Pedro Álvares Cabral

rouba-lhe o protagonismo e ruma às Índias numa frota que Gama considerava ser sua por direito. Sentiu-se traído, tudo lhe voltou a saber por metade e isso era-lhe insuportável. O sentir-se ultrajado fez crescer nele o seu lado mais obscuro e jurou vingar-se dessa afronta. Essa indignação foi a força que o agigantou e o perdeu.

Junto do rei D. Manuel I consegue afastar Cabral e voltar às índias. No Índico ele é rei e senhor de um poder de fogo inigualável na época. Está com pouco mais de 30 anos, ferve-lhe o sangue, é impulsivo, liberta os seus demónios interiores, as suas frustrações. Não tem o irmão a seu lado para o chamar à razão, pelo contrário, tem gente tão ambiciosa como ele, marcada pela falta de humanidade da Idade Média, pelo que mata, tortura, queima, subjuga, rouba, impõe tributos.

Lança o terror no Índico. El-rei afasta-o de novo, mas dá-lhe as maiores mordomias, porque lhe reconhece a obstinação, a perseverança, a ambição que ele próprio partilhava.

Gama foi assim o exemplo de tenacidade de uma figura controversa, que marca o perfil de uma raça de conquistadores que deram corpo à época gloriosa dos descobrimentos portugueses. Porque os heróis não são deuses imaculados, mas sim homens de uma época, julgados por homens do seu tempo. Falar do seu lado negro não é apoucar a figura, pelo contrário, é humanizá-la. Gama ainda voltará às índias como Vice-Rei, e aí encontrará a morte longe da pátria que, mais tarde, lhe dará um lugar no Mosteiro dos Jerónimos, no panteão dos heróis de Portugal.

1. PODEMOS JULGAR UM HOMEM A MAIS DE 500 ANOS DE DISTÂNCIA?

Podemos julgar um homem a mais de 500 anos de distância? Podemos analisar o seu trajeto histórico à luz dos valores atuais? Sim e não. É verdade que muitos dos valores humanistas para que hoje remetemos, já estavam presentes na sociedade do século XVI. Matar, torturar, saquear, eram obviamente condenáveis à luz da própria cristandade. Tanto assim, que o próprio Vasco da Gama acabou por ser moralmente condenado por uma certa nobreza atreita a códigos de conduta, e pelas ordens religiosas defensoras de valores mais humanistas, de uma visão mais lúcida da fé.

O iluminismo estava a abrir caminhos por então. Gama foi afastado uma vez, mas voltou ao Índico ainda com mais raiva. Foi afastado uma segunda vez, mas ainda assim voltou a ser chamado para regressar às Índias. O que podemos inferir daqui? Antes de mais, que el-rei de Portugal partilhava com Gama a mesma ambição de conquista e poder, desvalorizando as questões éticas ou cavaleirescas. Eram ambos pragmáticos, com objetivos bem delineados, e capazes de tudo para serem bem-sucedidos. Gama queria reconhecimento social e riqueza, D. Manuel I ambicionava ser imperador. É isto desprezível? Talvez o seja no plano da desmedida ambição pessoal. Mas o sucesso destes dois homens era também a grandeza do reino. Não era essa a sua missão?

Podemos questionar se os meios justificam os fins. Após a segunda viagem de Vasco da Gama, podemos dizer que Portugal não foi negociar especiarias, foi tomá-las pela força. Tinha a melhor frota marítima, conhecimentos navais invejáveis, um poder de fogo inigualável. Jogou todo o seu poderio no mar Índico para combater os mouros que dominavam o mercado, para subjugar os indianos que eram senhores de infindáveis riquezas.

Na verdade, foi uma invasão de territórios, uma usurpação de direitos, um abuso de poder. Mas estes sim, são valores a que olhamos à luz dos nossos dias. Naqueles tempos era outro o entendimento, os reinos guerreavam-se, as fronteiras eram instáveis, os pactos dependiam das boas vontades dos monarcas e das relações de forças entre os seus exércitos.

Alexandre, O Grande, não tinha conquistado um dos maiores impérios do mundo antigo? O império de Roma não tinha anexado povos do mar Mediterrâneo, na África e na Ásia? Os árabes não tinham já invadido territórios africanos e chegado à Península Ibérica? O que impedia Portugal de ambicionar um lugar na história mundial, o seu quinhão de glória, de poder e riqueza?

Portugal não foi condenado, quanto muito foi invejado. Pelo que não tardou a que outros reinos enveredassem pelo mesmo caminho. Quando franceses, ingleses, holandeses ganharam poder nos mares, também eles conquistaram os seus territórios, ganharam as colónias que mantiveram até tempos recentes. E no contexto da época, nenhum destes impérios foi conseguido sem guerras, o mesmo é dizer, sem mortes, injustiças, misérias humanas. Guerras por certo bem mais sangrentas que as protagonizadas pelos exércitos portugueses. É neste contexto histórico que devemos enquadrar D. Manuel I e Vasco da Gama como seu peão de armas. Um homem no seu tempo.

2. CRÍTICAS – ÍNDIAS

«Este romance relata o verdadeiro Gama, e aqui que ninguém meta a unha, que o João Morgado fez um romance com um rigor e uma exatidão histórica intocável.»

Sérgio Luís de Carvalho Padrão dos Descobrimentos, 15.5.2016

«Se a ressonância, o ritmo e a vivacidade das imagens e da narrativa nos lembra Fernão Lopes, o estilo brilha numa mescla bem-sucedida entre a crónica e a linguagem romanesca. O estilo que daqui resulta é moderno e sobretudo muito único.»

Sérgio Luís de Carvalho Padrão dos Descobrimentos, 15.5.2016

«*João Morgado cria um notável ambiente de suspense, histórico e psicológico, através da concorrência entre Pedro Álvares Cabral e Vasco da Gama para a atribuição do posto de capitão das armadas (...) Com efeito, é um romance suficientemente moderno, iconoclasta e irreverente, que Alçada, ele próprio, não hesitaria em premiar...*»

Miguel Real, Escritor e Crítico In: Jornal das Letras, 11 de maio de 2016

«A memória do tutor do prémio, António Alçada Baptista, não podia ser melhor servida, do ponto de vista literário e do ponto de vista humano, com a atribuição do galardão a ÍNDIAS, de João Morgado. Não poderia ser melhor!»

Miguel Real, Escritor e Crítico In: Jornal das Letras, 11 de maio de 2016

«É um escritor de livros inovadores e reveladores da nossa história».”

Luís Filipe de Castro Mendes, Ministro da Cultura

«Li com entusiasmo. Tornei-me um admirador!»

João Soares, político, ex-ministro da Cultura, setembro 2017

36. KATHARINE F. BAKER TRADUTORA, UNIVERSIDADE DE PITTSBURGH, PENSILVÂNIA, EUA

TEMA 4.1. TRADUÇÃO DE O PASSEIO DOS POETAS

Nas paredes de várias ruas no centro da Praia da Vitória (ilha Terceira, Açores) encontram-se trinta e quatro painéis em azulejo, obra criada pelo artista praiense Ramiro Botelho em 2005. Cada painel, dedicado a um poeta lusófono desde Camões até os poetas contemporâneos, inclui um dos versos mais bem conhecidos de cada poeta. Os tradutores apresentam as imagens de todos os painéis, perfis breves dos poetas, os trechos bilíngues, e os desafios-chave que encontraram no processo de os traduzir. Nesta apresentação os painéis são organizados em três categorias: portugueses continentais; açorianos; e, improvisadores terceirenses.

SLIDE 1: COVER

Ao longo das ruas do centro da Praia da Vitória, na costa leste da ilha Terceira nos Açores, encontramos painéis em azulejo colados nas paredes que homenageiam trinta e quatro poetas, principalmente dos Açores e em particular da Terceira – cada um com um verso representativo de seu poeta. Os poemas abrangem vários temas sobre as ilhas tal como o mar, a natureza, a poesia, os sonhos – e mesmo a saudade.

SLIDE 2: MAPA - LOCALIZAÇÃO DA PRAIA E DOS PAINËIS

O mapa do Passeio apresenta os azulejos na ordem geográfica em que um peão percorre as ruas. No contexto desta apresentação, fez sentido organizar os painéis em três categorias – portugueses continentais e brasileiros; açorianos; e, improvisadores terceirenses.

SLIDE 3: O CENTRO DA PRAIA & UNS PAINÉIS

No outono passado, eu e John viajamos para a Terceira, onde passamos três dias na Praia. Enquanto andávamos pela Praia, vimos nas paredes dezassete azulejos, cada um dedicado a um poeta lusófono desde Camões até aos contemporâneos, inclusive o nosso amigo Álamo Oliveira. Fiquei tão interessada que, depois de voltarmos aos Estados Unidos, pesquisei as palavras-chave “Passeio dos poetas” e “Praia da Vitória” na internet.

SLIDE 4: WEBSITE DOS VANDERKROGT

Encontrei o sítio web do casal holandês Vanderkrogt, com fotos e pormenores sobre todos os painéis. Descobri que ainda havia outros azulejos, inclusive de mais dois amigos, Urbano Bettencourt e o recém-falecido Marcolino Candeias. Veio-me a ideia de traduzir todos os trechos para inglês, com a colaboração do Emanuel Melo. Depois, enviei-os para os Vanderkrogt, que gostaram das traduções e as incluíram no seu sítio web.

SLIDE 5: PORTUGAL CONTINENTAL ~ CÃMOES, GARRETT, PESSOA, ESPANCA

O mundo lusófono tem uma grande tradição poética. Por isso o Passeio homenageia famosos poetas de origem continental, inclusive o Homero português, **Camões**. **Almeida Garrett**, natural do Porto, promoveu o teatro em Portugal no século dezanove, e introduziu o romantismo português. **Fernando Pessoa** foi autor prolífico; aliás, a sua mãe era oriunda de Angra do Heroísmo, e os dois visitaram-na quando Fernando era menino. A feminista **Florbela Espanca** lembra-nos do lugar superior do poeta na sociedade.

SLIDE 6: BRAZIL / PORT ~ MEIRELES, DRUMMOND, GONÇALVES, DOS SANTOS

Dois poetas representam o Brasil: **Cecília Meireles**, cidadã do mundo lusófono, cujo *Romance Açoriano* louva a beleza do arquipélago numa metáfora. E o lendário **Carlos Drummond de Andrade** exorta o transeunte a viver a vida ao máximo. De Portugal continental, **Egito Gonçalves** utiliza a metáfora de arco e flecha para representar a sua voz. E o poema de **José Carlos Ary dos Santos** lamenta a impotência do poeta moderno diante da brutalidade no mundo.

SLIDE 7: AÇORES ~ QUENTAL, MESQUITA, NEMÉSIO, LEWIS

Antes de haver o Passeio na Praia já havia em Oeiras, pertinho de Lisboa, o Parque dos Poetas com estátuas homenageando vários poetas portugueses, inclusive os nativos açorianos **Antero de Quental**, um dos maiores poetas e pensadores do século dezanove; e o contista, romancista e crítico **Vitorino Nemésio**, natural da Praia e uma figura incontornável do século vinte. Nos seus trechos, os florentinos **Roberto de Mesquita** – e Alfredo Luís, que passou a ser **Alfred Lewis** na

Califórnia – evocam a distância entre a sua ilha nativa (juntamente com o vizinho Corvo) e o resto do mundo.

SLIDE 8: AÇORES ~ CORREIA, FERRAZ, BERTO, FÉLIX

Oeiras e a Praia homenagearam **Natália Correia**, uma micaelense que apesar de mudar-se para Portugal continental continuou a escrever sobre os Açores com grande afeto; na tradução do trecho aqui escolhido, traduzimos a palavra "relativamente" para a frase "in terms of" em vez da palavra mais óbvia, "relatively", para manter o sentido do poema. **Eduarda Ferraz**, artista polifacetada e coreógrafa da Praia, escreveu sobre a cidade natal. O nativo graciosense músico e *raconteur* **José Berto** adorou a vida noturna de Angra do Heroísmo. E o poeta angrense **Emanuel Félix** foi professor, técnico de restauro artístico e escritor.

SLIDE 9: AÇORES ~ ÁLAMO, BARROS, MARTINS, URBANO

Álamo Oliveira expressa a unicidade que um açoriano sente a omnipresente natureza frente ao mar. Tragicamente, **Santos Barros** morreu jovem num acidente de viação na Espanha. **Borges Martins** foi organizador da antologia *Improvisadores Da Ilha Terceira*. **Urbano Bettencourt** recentemente declarou que "A Guerra colonial contaminou a minha escrita," como apreciamos neste epigrama que evoca o sentimento dos soldados portugueses pela pátria.

SLIDE 10: AÇORES/PORTUGAL ~ BOTELHO, RODRIGUES, CANDEIAS, PEIXOTO

O trecho que achamos o mais difícil foi do micaelense **Emanuel Botelho**. O antifascista Cesare Pavese foi um homem de letras italiano na primeira metade do século vinte. Botelho alude ao último romance de Pavese, intitulado *A lua e as fogueiras*; infelizmente, foi impossível conservar o jogo de palavras "quarta" e "quarto" na tradução inglesa. O Angrense **Rui Rodrigues** lamenta a perda da inocência infantil que todo mundo pode sentir. O nosso amigo **Marcolino Candeias** observa a presença infinita do mar na vida açoriana. E um dos poetas mais recentes, **José Luís Peixoto**, louva o valor de poesia à busca da pureza.

SLIDE 11: CANTORIA AO DESAFIO

Cantoria ao desafio é um género bem popular na Terceira, como noutros lugares dos Açores e nas comunidades emigradas. Segundo **Victor Rui Dores**, "os

poetas populares, regra geral, improvisam quadras e sextilhas que são técnica e literariamente perfeitas. É um pretexto p'ra se comentar nos assuntos históricos, bíblicos, mundanos, ou então a necessidade de divagar sobre episódios da vida quotidiana, p'ra encetar um saudável exercício de crítica social".

SLIDE 12: IMPROVISADORES ~ BRAVO, CHICO ROICO, TURLU, CHARRUA

O Bravo, apesar de apenas quatro anos de formação, foi um pioneiro de cantoria ao desafio, estabelecendo o esquema de rima de A-B-A-B, a "quadra literária" como o Charrua apelidou. **O Chico Roico**, reconhecido principalmente como enredista de danças e bailinhos carnavalescos, passou uns anos nos Estados Unidos, antes de regressar à nativa Terceira, onde foi pedreiro; além do palco, improvisou quadras "na companhia dos foliões, à saída da missa, a pedir para o bodo". **O Charrua** foi bem respeitado pela sua consciência social perante o desprezo das injustiças e dos vícios da sociedade. Além de quadras, compôs canções, danças de espada e outras formas literárias. **A Turlu** foi uma das primeiras e relativamente poucas praticantes femininas de cantoria. Já viúvos velhos, a Turlu e o Charrua casaram-se.

SLIDE 13: IMPROVISADORES ~ FERREIRA DAS BICAS, VITAL, RETORNADO, MOTA

O Ferreirinha das Bicas é homenageado no trecho dum colega mais novo, o **Mota**. Na década passada, a casa em São Bento do improvisador **Vital** – "poeta de todas as luas", segundo o seu biógrafo – ficou transformada no Museu do Cantadores da Ilha Terceira. **O Retornado** diz, "não é fácil o improviso. Nemésio tentou improvisar com o Charrua, e despistou-se. Não tinha o poder do improviso." Quanto ao Charrua, o Retornado diz, "Cantei com ele os últimos cinco anos da vida dele e espicaçava-o em palco. Dizia-lhe 'já acabaste'. Ele sentia-se picado e respondia. Foi o melhor de todos". Adiciona, "Dizemos a brincar coisas sobre os políticos que a sério não poderíamos dizer. Somos o porta-voz dos que não têm voz". Segundo a proclamação no quadragésimo aniversário da carreira musical do **Mota**, "é um improvisador de espírito sereno e comunicativo, nostálgico e ao mesmo tempo alegre quando conversa e causa sempre profundo impacto nas pessoas".

SLIDE 14: IMPROVISADORES ~ GALANTA, ELISEU / ARTISTA RAMIRO BOTELHO

O Galante foi conhecido pela sua forma de cantar satírica, repentista dos melhores, e era temido pelos companheiros do palco. Ironicamente, extremo medo do palco o assolava, ao contrário do que parecia. Deixou de cantar, em parte, por receios em relação à saúde devido ao nervosismo. **O Eliseu** tem cantado em público durante quase quarenta anos, desde que tinha apenas onze anos; é declarado como um dos mais sólidos cantadores de sempre, tanto na qualidade das suas quadras como no nível de conhecimentos, sobre diversas áreas: é pesquisador insaciável. Certas cantorias encontram-se no YouTube. E alguns cantores têm mesmo feito gravações. Podem achar através do Google. Aqui chegamos ao fim dos painéis. Este ambicioso projeto foi realizado em dois mil e cinco pelo artista praiense **Ramiro Botelho**. Além de fabricar os azulejos, desenhou quase todos os retratos. Ficamos agradecidos ao falecido artista que nos deixou uma importante lembrança dos nossos poetas.

SLIDE 15: AS PIORES TRADUÇÕES MECÂNICAS

Traduzir poesia não é fácil, como se pode ver nos exemplos aqui citados. A tentação é de ir à internet à procura de uma tradução que, muitas vezes, nos dá o sentido literal, mas que sempre falham em produzir o sentido figurativo das frases. Existe um dito inglês, traduzido assim: "Quantos tradutores são necessários para mudar uma lâmpada? Tudo depende do contexto." Felizmente, ainda precisamos de tradutores humanos que se preocupam com achar o sentido certo na tradução de uma língua para outra.

SLIDE 16: COVER

Apesar do número de poetas representados no Passeio dos Poetas, existem muito mais de grande valor poético que podíamos juntar à lista dos trinta e quatro já citados. Uma delas seria a minha amiga terceirense Rosa Maria Silva, entusiasta de poesia, poetisa popular, e grande cantadora de desafio. Fechamos com a última sextilha do seu poema "Perfume da palavra":

A palavra auspiciosa
Tem o perfume de rosa
No peito da escritura;
Regue essa palavra então
Com a fonte de inspiração
No corpo da assinatura.

Katharine F. Baker, Universidade de Pittsburgh ~ Pittsburgh, Pensilvânia, EUA
& Emanuel Melo, Universidade de Toronto ~ Toronto, Ontário, CANADÁ

Traduzir para inglês os textos do Passeio dos Poetas, Praia da Vitória, Ilha Terceira, Açores

PORTUGAL CONTINENTAL

28. Luís Vaz de Camões (1524-1580) – in *Sonetos*

mudam se os tempos, mudam se as vontades	times change, desires change
muda se o ser, muda se a confiança:	the self changes, trust changes;
todo o mundo é composto de mudança,	the whole world is made up of change
tomando sempre novas qualidades	always taking on new qualities

5. Almeida Garrett (1799-1854) – in *Voz e Aroma*

a brisa vaga no prado,	the breeze undulates in the meadow,
perfume nem voz não tem;	it has neither perfume nor voice;
quem canta é o ramo agitado,	it's the rustling branch that sings,
o aroma é da flor que vem.	its fragrance comes from the budding flowers.

20. Fernando Pessoa (1888-1935) – in *Poesias Coligidas*

aquele peso em mim = meu coração	that weight inside me – my heart

2. Florbela Espanca (1894-1930) – in *Ser Poeta*

Ser poeta é ser mais alto, é ser maior	to be a poet is to be taller, to be larger
Do que os homens! Morder como quem beija!	than mere men! to bite the way some kiss!
É ser mendigo e dar como quem seja	it's being a beggar and giving like someone
Rei do Reino de Aquém e de Além Dor!	who's
	the ruler of the world of pain!

BRASIL E PORTUGAL CONTINENTAL

26. Cecília Meireles (1901-1964) – in *Romance Açoriano*

elas são nove meninas,	they are nine maidens
sentadinhas no alto mar,	sitting on the high seas,
que lindos vestidos verdes	in beautiful green dresses
pelo estrado de cristal!	across an ocean of crystal!

34. Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) – in *Poema das Sete Faces*

Quando nasci, um anjo torto	when I was born, a deceiving angel,
desses que vivem na sombra	one of those who live in the shadows
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.	said: go on, carlos, be gauche in life!

13. Egito Gonçalves (1922-2001) – in *Poema para os Companheiros da Ilha*

atiro a minha voz sobre o	i shout my voice over the
atlântico norte	north atlantic
como uma flecha aos corações	like an arrow to the hearts
dos companheiros	of my companions

31. José Carlos Ary dos Santos (1937-1984) – in *Poeta Castrado, Não?*

da fome já não se fala	we no longer speak of starvation
é tão vulgar que nos cansa	it is so common that it wearies us
mas que dizer de uma bala	but what do we say of a bullet
num esqueleto de criança?	in a child's skeleton?

AÇORES

3. Antero de Quental (1842-1891) – in *No Circo*

3. muito longe daqui, nem eu sei quando,	3. so very far from here that i don't even know
nem onde era esse mundo, em que eu vivia...	when
mas tão longe ... que até dizer podia	or where this world was that i used to live in...
que entanto lá andei, andei sonhando...	but it was so far away... i could even say
	that while i walked there i was in a dream...

15. Roberto de Mesquita (1871-1923) – in *Almas Cativas*

hoje, neste terraço, olhando o mar,	today, on this terrace, looking out on the sea,
apoiada na mão minha enrugada fronte,	with my hand supporting my wrinkled forehead,
eu cismo no meu solar	i brood from my home
perdido para além do horizonte...	lost beyond the horizon...

1. Vitorino Nemésio (1901-1978) – in *Eu Comovido a Oeste*

a minha vida não tem idade:	my life has no age:
tem tempo,	it has time,
e só por isso ainda é pequenina	and that is the only reason it is still short

24. Alfred Lewis (1902-1977) – in *Aguarelas Florentinas*

Está ali sorrindo não diz nada,	she is there smiling, saying nothing,
Olhos no mar em baixo, inda à espera	eyes on the sea below, waiting for
Dum vapor a fazer cordas de fumo	a steamship belching ropes of smoke

AÇORES

8. Natália Correia (1923-1993) in *Autogénese*

eu sou dos açores	i am from the azores
relativamente	in terms of what
naquilo que tenho	i have in the way of
de basalto e flores	basalt and flowers

6. Eduarda Ferraz (1933-2003) – in *Quadros do Baile*

A Praia é linda menina	praia is a beautiful girl
Que o mar abraça com jeito,	that the sea embraces with care,
Deitadinha numa concha,	lying lightly in a shell,
Encostadinha ao seu peito.	close to her chest.

12. José Berto (1933-1999) – in *Mar de Escamas*

fábricas!	whaling factories!
se a guerra acabar...	if the war ends...

27. Emanuel Félix (1936-2004) – in *Os Búzios*

Deixados pelos Deuses sobre a areia	left by the gods on the sand
Os búzios são cofres com pedaços da noite	conch shells are treasure chests holding pieces of
Pequenos transistors para as notícias do mar	the night
	tiny transistor radios for news from the sea

AÇORES

30. [José Henrique] Álamo Oliveira (1945-) – in *Pão Verde*

sempre que posso	whenever i can
deixo uma gaivota desenhar-me	i let a seagull draw
a alma	my soul

32. J.H Santos Barros (1946-1983) – in *S. Mateus, Outros Lugares e Nomes*

se uma pena de gaivota	if a seagull feather
tocando o musgo o abre	touching the moss opens it, then
"eis o coração da Ilha"	"behold the heart of the island"

4. Borges Martins (1947-2014) – in *Por Dentro das Viagens*

mar	ocean,
diz-me se ainda há pássaros	tell me if there are still
mortos	dead birds
na ilha da minha esperança	on my island of hope

19. [Manuel] Urbano Bettencourt [Machado] (1949-) – in *Viola da África*

de saudade	saudade
vai-te cercando o corpo	encircles your body
lentamente	slowly

AÇORES

21. Emanuel Jorge Botelho (1950-) – in *A Giz de Alfaiate*

Colado a Cesare Pavese	attached to cesare pavese
o mar é a quarta parede,	the sea is his fourth wall,
o quarto crescente,	the crescent moon
a grade infiso	his cornerstone

9. Rui Rodrigues (1951-2004) – in *Gávea/Glacial*

os meninos	little boys
morrem dentro dos homens	die inside men

33. Marcolino Candeias [Coelho Lopes] (1952-2016) – in *Rota de Itaca*

e se no fim faltar o cais para a chegada	and if in the end there is no pier upon your arrival
o mar também é terra onde morar	the sea is also land to live on

17. José Luís Peixoto (1974-) – in *A Criança em Ruínas*

felizmente , há os versos, último esconderijo da pureza	fortunately we have verses, purity's last hiding place
porque o destino são os versos e os pombos que cruzam	for fate is poetry, and doves crossing
o céu em círculos que sempre regressam	the sky in circles, always returning

IMPROVISADORES TERCEIRENSES

29. O Bravo [Manuel Borges Pêcego] (1876-1945) – in *Cantadores da Ilha Terceira*

Não estais cantando bem,	you are not singing well,
Que maldita hipocrisia,	what damned hypocrisy,
São espíritos do Além	it is the spirits from beyond
Que me fazem companhia	who keep me company

22. O Chico Rojco [Francisco Luís de Melo] (1896-1935) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

este povo das Fontinhas	it's the people of fontinhas
é que atrai os meus sentidos	who alert my senses
para ouvir o que não presta	to listen to what's no good
aqui se acham reunidos	for this they have gathered here

7. A Turlu [Maria Angelina de Sousa] (1907-1987) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

a minha língua é comprida	my tongue is sharp
o que diz não te convém	what it says does not suit you
e a tua está torcida	yours is twisted
por isso não falas bem	and that is why you do not speak well

11. O Charrua [José de Sousa Brazil] (1910-1991) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

gosto de abrir os meus lábios	i like to part my lips
a cantadores importantes	to important singers
antes cantar a dez sábios	better to sing to ten wise men
do que a dez mil ignorantes	than to ten thousand ignorant ones

IMPROVISADORES TERCEIRENSES

25. O Ferreira das Bicas [Francisco Ferreira dos Santos] (1914-1981) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

ai meu Bom Jesus do Pico	oh my bom jesus do pico
tens oiro e tens perguminhos	you have gold and a pedigree.
porque é que aceitas se és rico	well, if you're so rich, why do you accept
esmolas dos pobrezinhos	alms from the poor?

16. O Vital [João Lourenço Soares] (1920-1972) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

a serpente que rasteja	the serpent slithers
põe a selva em sobressalto	puts the jungle on alert
somente por ter a inveja	only because it envies
da águia que voa alto	the eagle soaring on high

18. O Retornado [João Leonel A. Ferreira] (São Sebastião, 1944-) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

és a minha saudade	you are my saudade.
seara das minhas espigas	my fields of corn
verdade da minha amizade	the truth of my friendship
resposta das minhas cantigas	the answer to my songs

23. O Mota [António Nunes Mota] (Ribeirinha, 1954-) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

venho cantar a um herói	i come to sing the praises of a hero
que de cantar já deixou	who has stopped singing
mas quando cantava foi	but when he sang he was
do melhor que cá passou	the best ever to have come this way

IMPROVISADORES TERCEIRENSES

10. O Galanta [Leonardo Nunes Pires] (São Brás, 1954-) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

não tens idéias atrevidas	you have no bold ideas
sei que brilhas neste dia	i know that you shine today.
só tenho folhas caídas	i have but fallen leaves
p'ra te dar na cantoria	to give you in my song.

14. O Eliseu [Eliseu Costa] (São Bartolomeu, 1970-) – in *Improvisadores da Ilha Terceira*

se eu tiver o documento	if i have the document
com essa minha identidade	showing my identity
vou estar sempre isento	i'll always be exempt,
meus senhores, da vaidade	my lords, from vanity

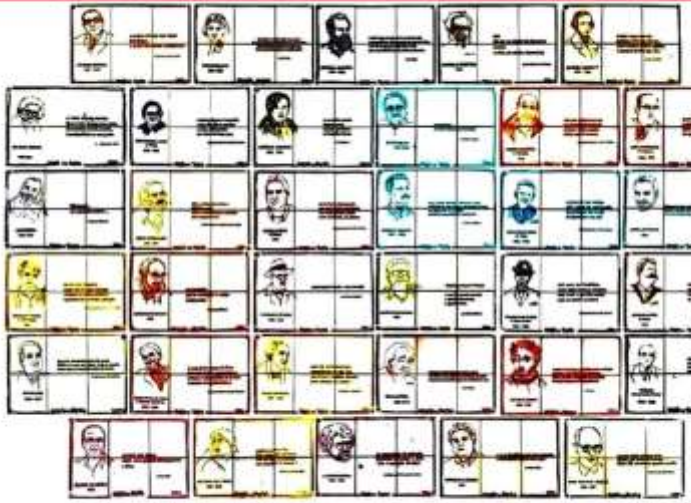
ARTISTA RAMIRO BOTELHO ~ 11 Fev 1950 – 30 Jul 2011

- Nasceu na Praia da Vitória.
- Teve o curso complementar dos Liceus, Colégio Militar, Lisboa.
- Colaborou com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, e organizando e instalando exposições de vária natureza.
- Executou regularmente trabalhos de pintura sobre tela e papel.
- Executou a série de painéis de azulejo para o projeto "Passeio dos poetas", instalado nas ruas da Praia da Vitória...

~ www.carminagaleria.com/exposicoes/corpodotoiro/ramiro_botelho.php

AICL XXVIII colóquio ~ Santa Maria, Açores, Portugal ~ 27 Out – 1 Nov 2017

Traduzir para inglês os textos do Passeio dos Poetas ~ Praia da Vitória, Terceira



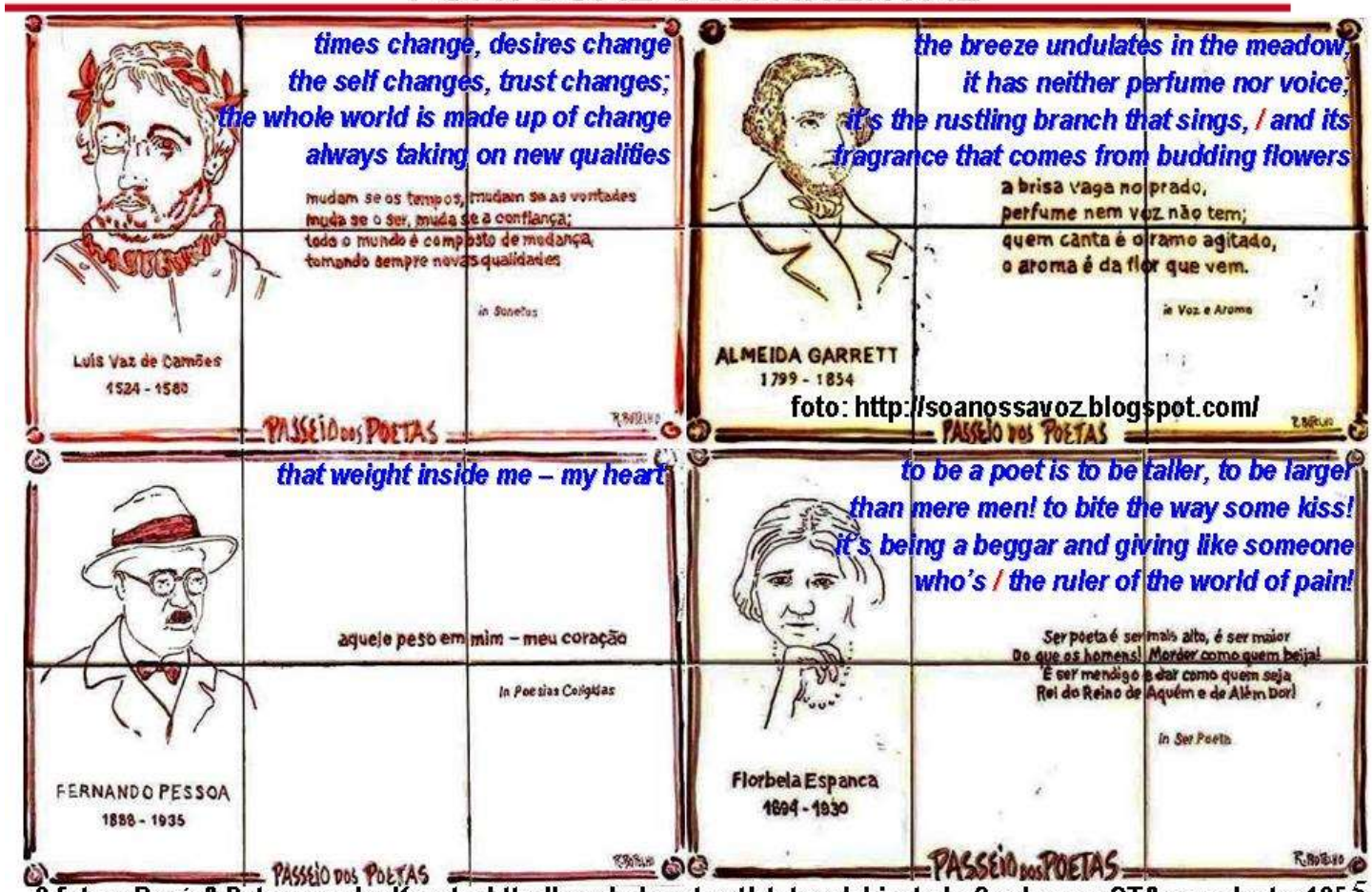
Katharine F. Baker, University of Pittsburgh ~ katharine.f.baker@gmail.com
Emanuel Melo, University of Toronto ~ emanuelmelo2006@yahoo.ca

1

Praia da Vitória
PASSEIO DOS POETAS
R. São Salvador
Escola Profissional da Praia da Vitória
Image Moment - Conservatoria de Imagem...
Loja MEO Praia da Vitória
João Lourenço Oliveira
Ourives Ana Pimentel
R. de Jesus
R. de Jesus
Teresinha Café
Câmara Municipal Da Praia Da Vitória
R. de Jesus
PaulaCabeleireiros
Espírito Santo
Snack Bar Prestige
Rua Serpa Pinto
R. Aniceto d'Ornelas
Largo João de Deus
R. dos Remédios
R. Mateus Álvares
R. Dr. Sousa Júnior
R. João das Neves
Cabeleireiros Novas Tendências Lda
Farmacia Sta Casa Misericordia,Jardim...
Hotel Apt. Praia Marina ****
Tourito - Explorações Hoteleiras, Lda
Restaurante O Pescador
Zhou L
http://vanderkrogt.net/statues/object.php?record=ptac135
Kaartgegevens ©2016 Google Gebruiksvoorwaarden Een kaartfout m

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017

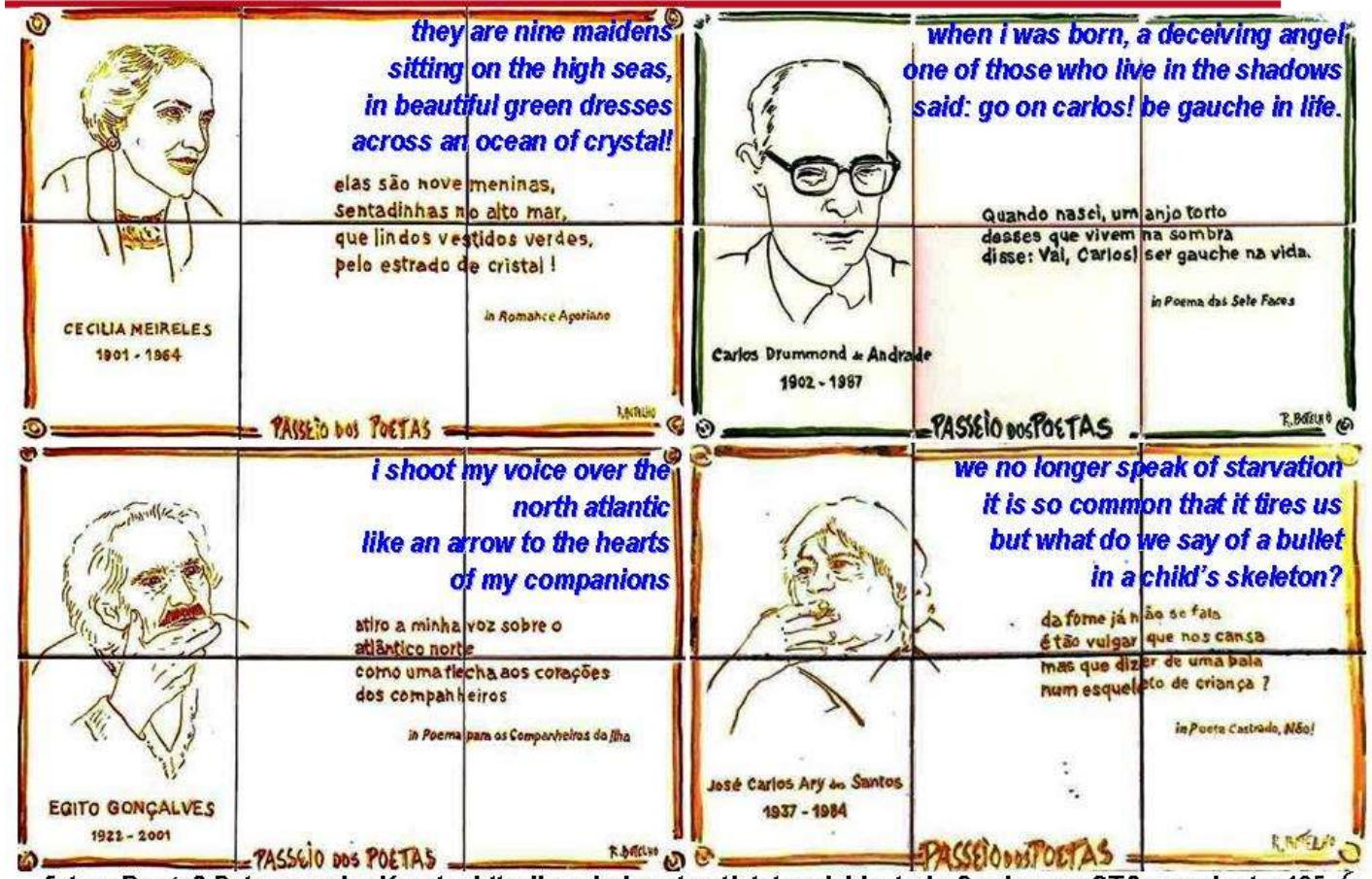
PORTUGAL CONTINENTAL



3 fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac1355

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017

BRAZIL / PORTUGAL CONTINENTAL

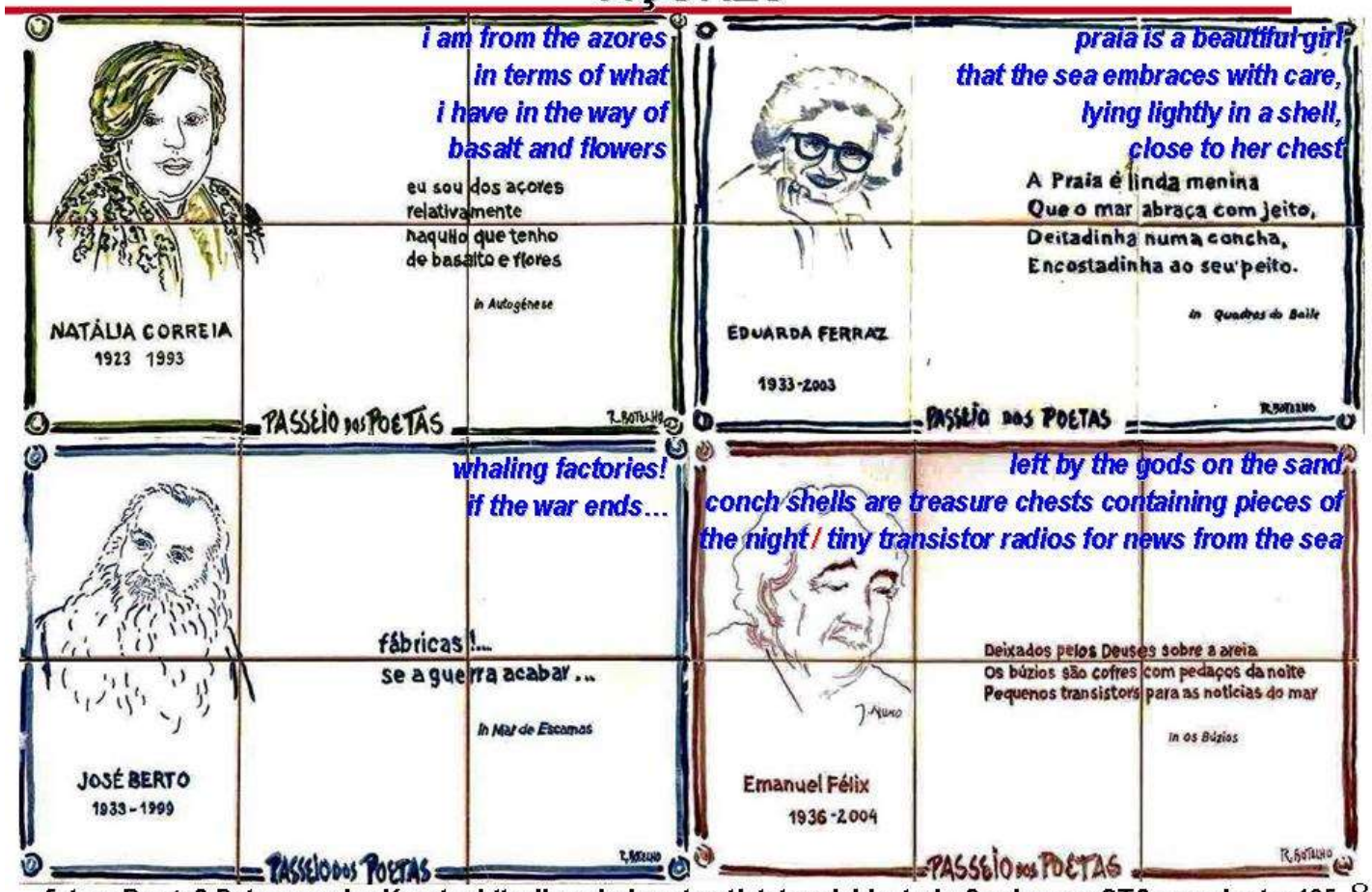


fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135 6

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017
AÇORES

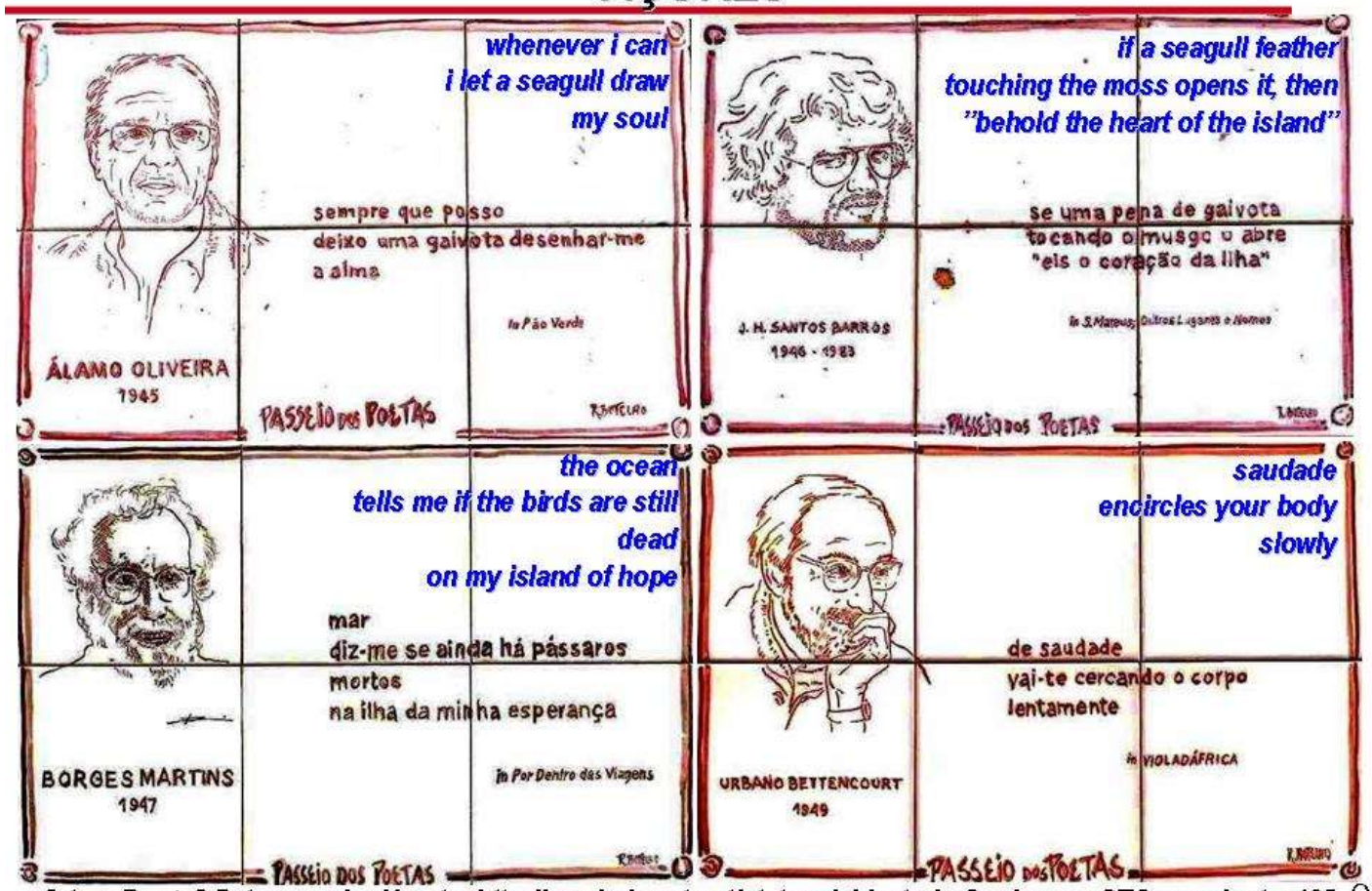
fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135 7

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017
AÇORES



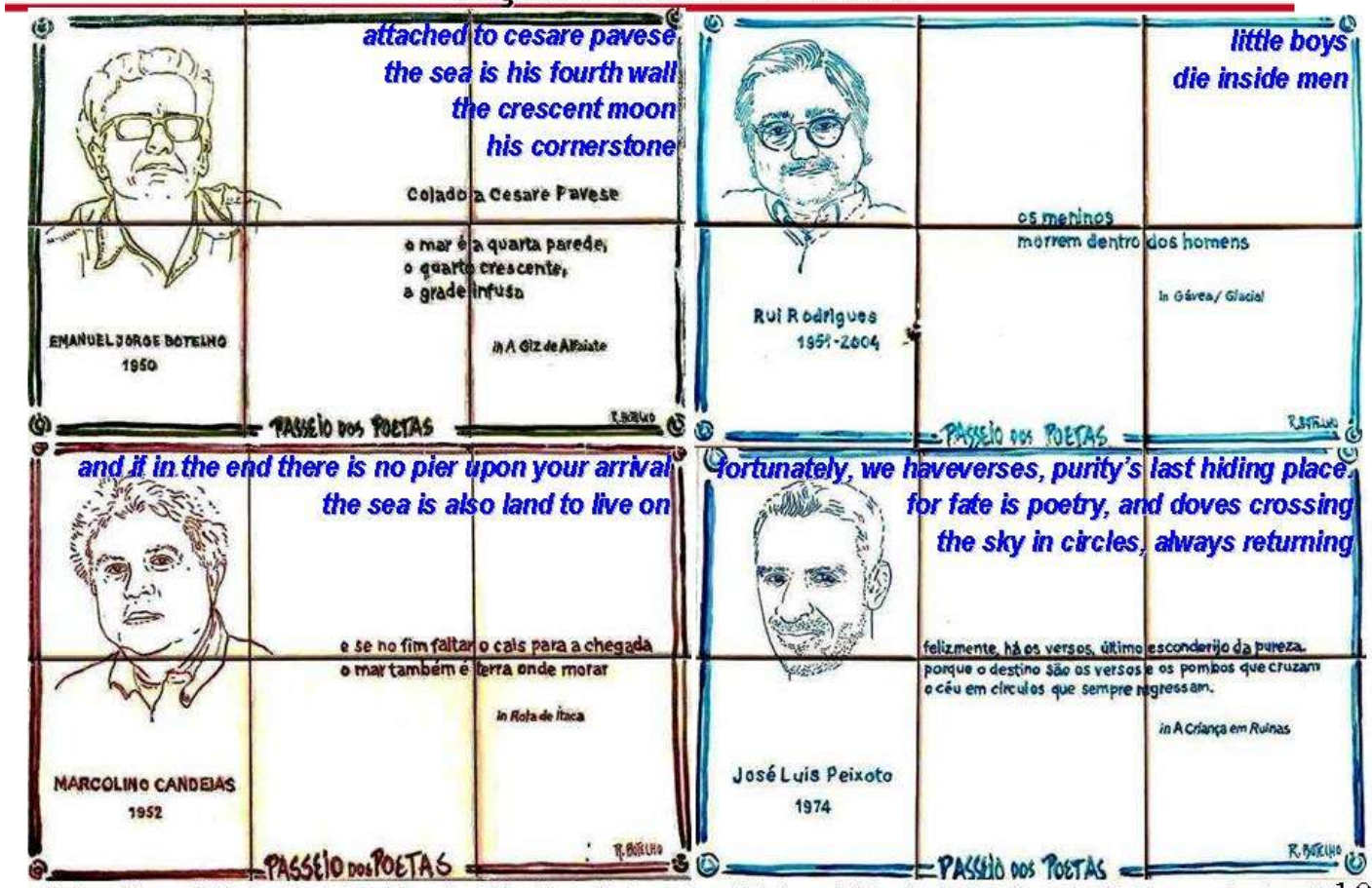
fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135 8

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017
AÇORES



fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135 9

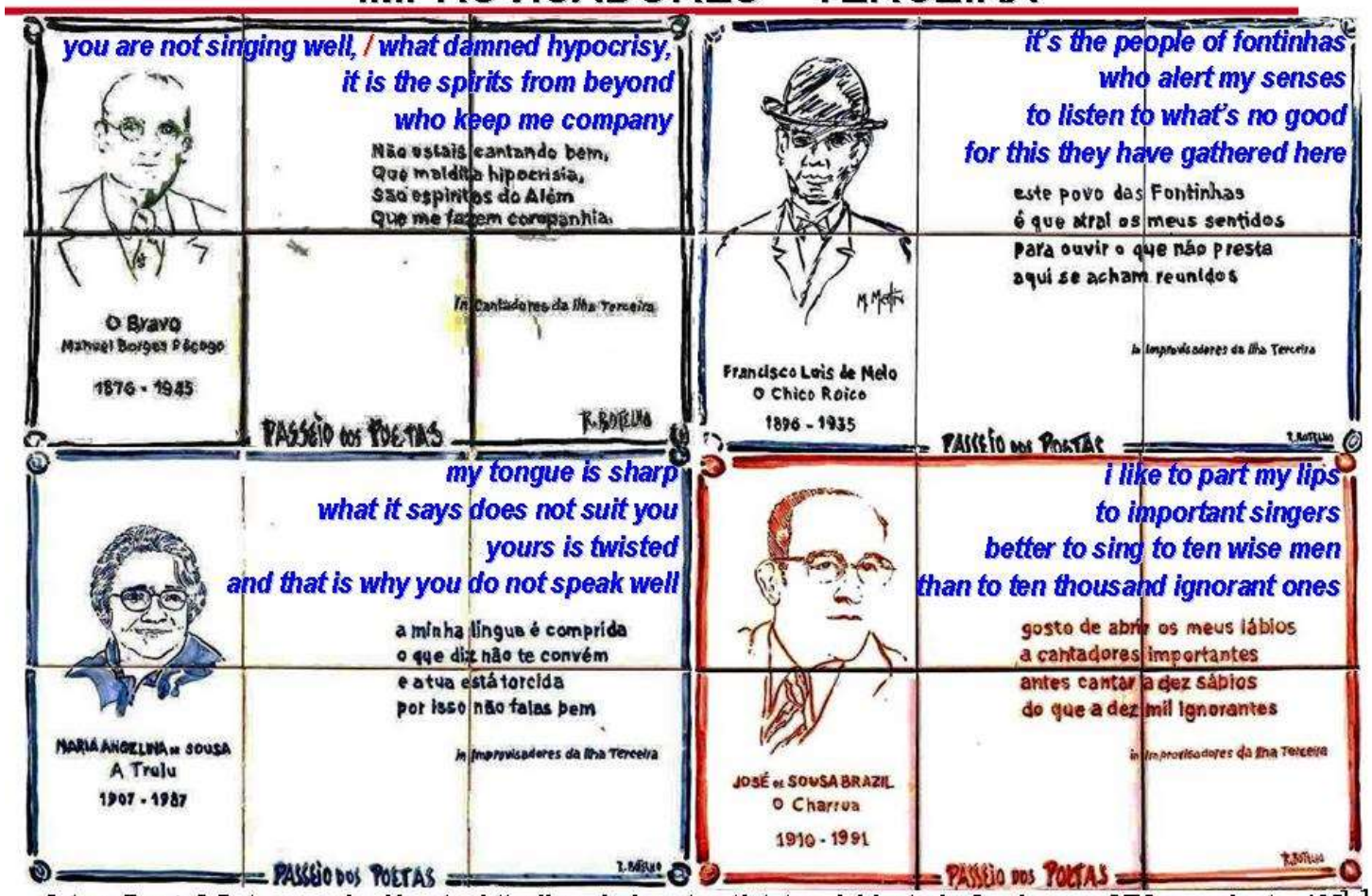
Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017
AÇORES / PORTUGAL



fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017

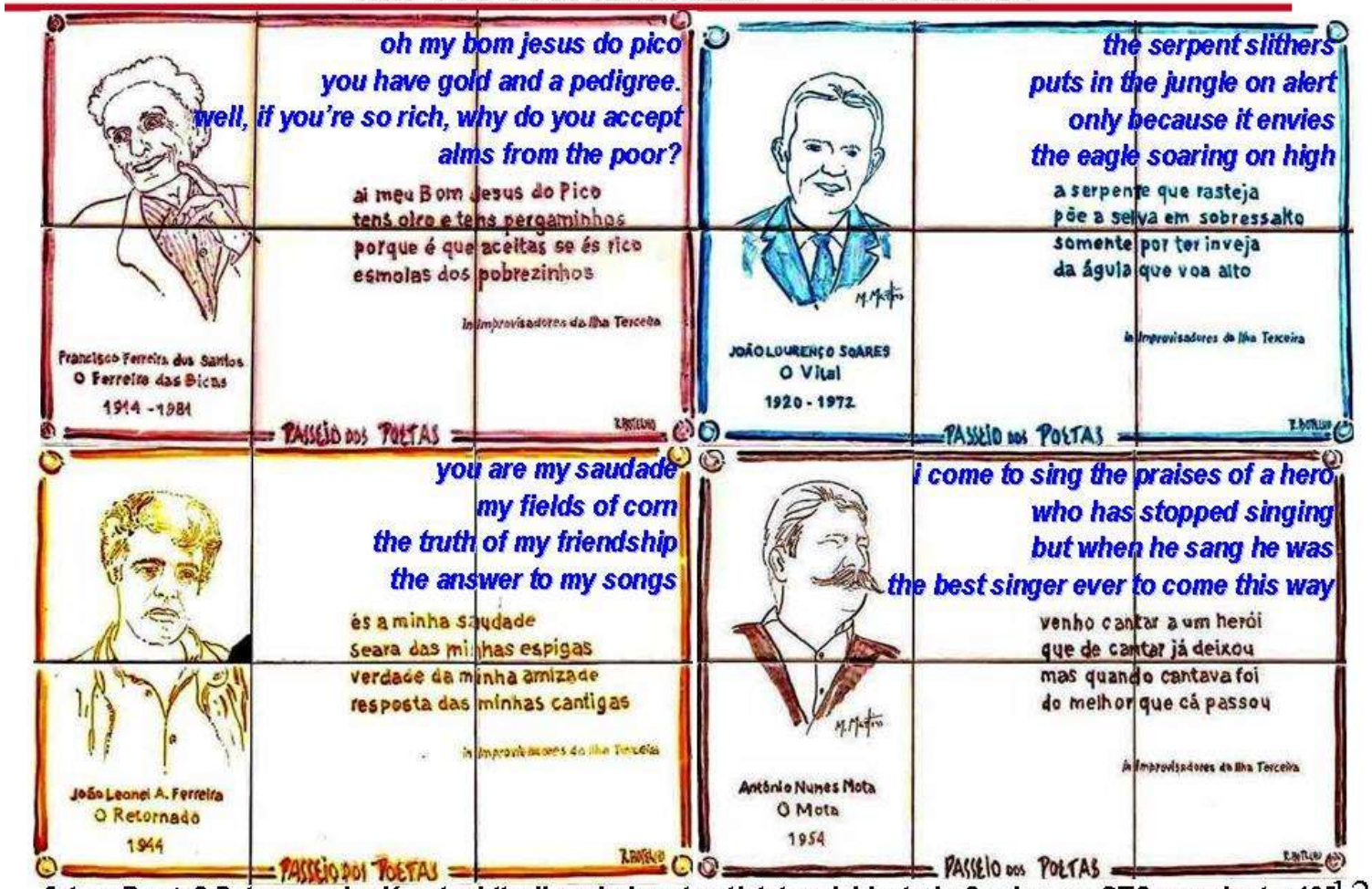
IMPROVISADORES ~ TERCEIRA



fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135 1

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017

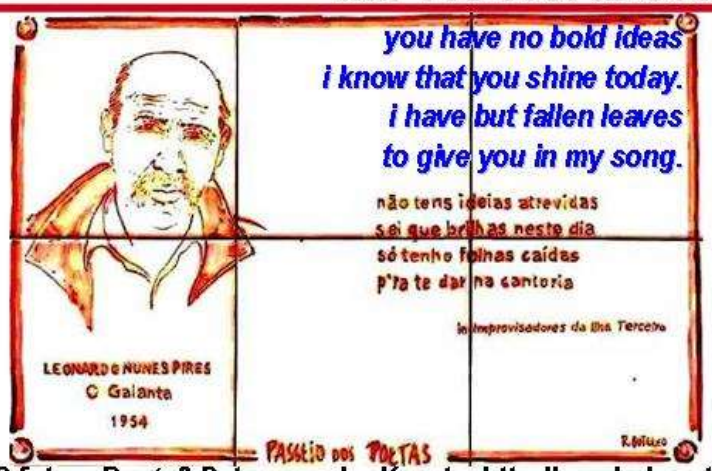
IMPROVISADORES ~ TERCEIRA

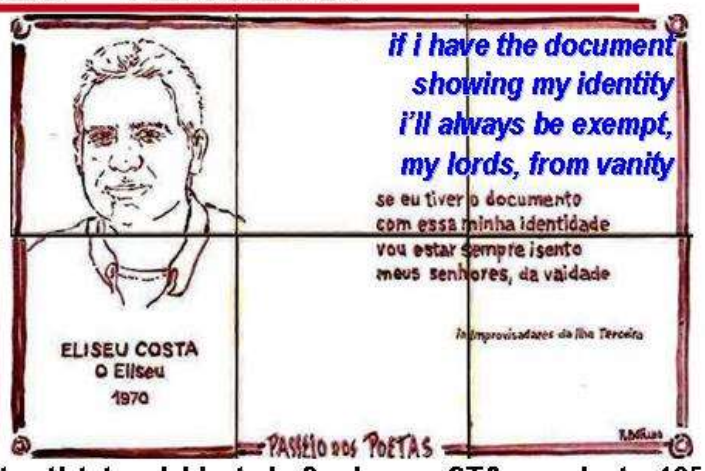


fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135 1 2

Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ~ 27 Out – 1 Nov 2017

IMPROVISADORES ~ TERCEIRA





2 fotos: René & Peter van der Krogt ~ http://vanderkrogt.net/statues/object.php?webpage=ST&record=ptac135

2 fotos: John J. Baker

13

Ávila, Norberto. "Açórico roteiro abreviado." In *Percurso de poeta*. Lisboa: 2000. Trans. Katharine F. Baker (Univ. de Pittsburgh, EUA) & Emanuel Melo (Univ. de Toronto, Canadá) *Santa Maria, depois de certo incidente*

Agora está tudo bem. Outra vez tudo bem:
As casas, as pessoas, as gaivotas.

Já Cristóvão Colombo, finalmente submisso,
se desfez em desculposos argumentos.
Ele não é – tão-pouco os que com ele viajam –
desses que andaram paëando nas costas da Guiné,
pirateando as caravelas portuguesas.
Aconteceu, e muito simplesmente,
que o genovês,
depois de haver oferecido, em vão, seus préstimos
ao Rei de Portugal, D. João II,
achou-se (por acaso) navegando
no litoral de um novo continente,
Índias Ocidentais, ao que parece.

E então, muito depois, fugindo à tempestade,
(exausta a marinhagem: desesperada),
surgiu no retorno aquela ilha hospitaleira
Santa Maria! E até calhava bem,
porquanto ele e seus homens,
sentindo a morte arrastá-los para os abismos oceânicos,
haviam feito voto de rezar,
e mais ainda: ouvir missa
numa primeira igreja que aparecesse
à Santíssima Virgem consagrada.

Patenteou Colombo seus húmidos, salgados documentos,
com o timbre orgulhoso e mui real de Espanha;
exibiu os índios pardacentos que com eles tinham,
por certo nunca vistos em terras de cristãos.

Santa Maria, After a Certain Incident

Now all is well. Once again, all well:
The houses, the people, the seagulls.

Already Christopher Columbus, his spirit finally broken,
has come undone in apologetic arguments.
He is not – like those who travel with him –
among those who sailed hovering off the Guinea coast,
pirating Portuguese caravels.
It happened, and very simply,
that the Genoan,
after having, in vain, offered his services
to Portugal's King John II,
found himself (by chance) sailing
along the shore of a new continent,
the West Indies, so it seems.

And then, much later, fleeing the storm,
(the sailing crew exhausted, desperate),
on the return voyage, that hospitable island came into view,
Santa Maria! And it actually turned out well,
because he and his men,
feeling death dragging them down to the ocean's depths,
had taken a vow to pray,
and even more: to hear mass
at the first church they encountered that
was consecrated to the Most Blessed Virgin.

Columbus proffered their dank, salty documents
bearing the proud and *mui* royal heraldic insignia of Spain;
he displayed the brown-skinned Indians they had with them,
surely never before seen in Christian lands.

Agora está tudo bem. Já podem ir à igreja próxima,
da Senhora dos Anjos.
E entretanto, porque uma coisa não impede a outra,
já lhes é permitido abastecerem-se
de uma fresquíssima água (fácil de encontrar),
também de vinho, carne, queijo e pão,
confortos de viagem no regresso à pátria,
(via Lisboa, infelizmente,
que é sempre Portugal a atravessar-se no caminho).

Agora está tudo bem. Outra vez tudo bem:
As casas, – num rosário de brancura,
dispersas entre vinhas e socalcos,
com suas chaminés quase algarvias.
Suas janelas de vidros pequeninos,
barras de almagre: vermelhão, azul cobalto:

as pessoas, – arando a terra, fiando a lã:

as gaivotas, – persistentes, sobrevoando os miradouros,
desejosas de ver bem as praias, as baías, as falésias,
na ânsia de poder contemplar
esta beleza
de mais alto.

Now all is well. Now they can go to the next church,
that of Our Lady of Angels.
And yet, because one thing does not preclude the other,
they are now allowed to replenish their supply
of the freshest water (easy to find),
also wine, meat, cheese and bread,
travel comforts for the return trip to their homeland,
(via Lisbon, unfortunately,
because Portugal always must be crossed on the way).

Now all is well. Once again, all well:
The houses – like a string of white rosary beads,
scattered among vineyards and terraces
with almost Algarvean-style chimneys.
Their windows with tiny glass panes,
framed in ocher, rust-red, cobalt blue:

the people – plowing their land, spinning their wool:

the seagulls – persistent, flying above the lookouts,
straining to see clearly the beaches, bays, cliffs,
in their eagerness to be able to contemplate
this beauty
from on high.

37. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL / AICL, luciano.pereira@ese.ips.pt,

TEMA 2.9. CONTRIBUTOS ÁRABES NA LITERATURA POPULAR PORTUGUESA, LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

1. SINOPSE

A presença árabe muito cedo deixou marcas literárias no território que havia de constituir as terras de Portugal. Os seus contributos foram decisivos para a construção da nossa identidade cultural e literária. Contribuíram para a formação do nosso imaginário popular e para as formas e temáticas da nossa literatura popular e trovadoresca, marcadamente poéticas, com profundas referências à sabedoria das civilizações clássicas e orientais. A nossa dramaturgia (de Gil Vicente a Norberto de Ávila) compraz-se no seu exotismo. A nossa novelística e os nossos romances continuaram a cultivar a sua memória, ora pelas suas caraterísticas guerreiras temíveis, ora pela sua sofisticada civilização repleta de sabedoria, paz e refinados prazeres.

Algumas ocorrências são ecos de um profundo Debate em torno das temáticas teológicas e filosóficas, como as magistralmente expostas por um Pinharanda Gomes que não deixou de refletir sobre as suas mais remotas origens acádias e persas, tão evidentes nos contos das mil e uma noites e seus descendentes, como nas mais arcaicas lendas de moiras encantadas, que tanto se confundem com outros imaginários ocidentais tais como os celtas e godos. As lendas das batalhas entre cristãos e muçulmanos, pertencem a um sistema de afirmação nacional exacerbado e simultaneamente criticamente revisto em pleno período romântico. Ourique, Salado e Alcácer Quibir constituem, de fato momentos decisivos para a narrativa da nossa existência que gostamos de atribuir à vontade e decisão divina. Afirma a legitimação heroica e divina da nossa existência no confronto sacrificial com o mais temível dos infiéis.

O estudo apresentado visa apenas esclarecer alguns dos contributos árabes, muçulmanos e mouros na literatura popular, tais como na onomástica, nos provérbios, nas anedotas, no cancioneiro (José Leite de Vasconcelos e Michel Giacometti), na poesia (Teófilo Braga), nos contos (José Leite de Vasconcelos,

Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga), nas lendas (Gentil Marques, Fernanda Frazão, José Viale Moutinho) e no romanceiro popular (Almeida Garrett, Perre Ferré). Trata-se de proceder ao reconhecimento de uma presença antiquíssima, constante e ainda hoje extremamente atuante. Setúbal, 27 de julho de 2017.

2. PORTUGAL E O GARB DO AL ANDALUZ

Os nossos mais reputados arabistas contemporâneos (António Borges Coelho, Pinharanda Gomes, Adalberto Alves,…) não hesitam em expressar sérias dúvidas ou mesmo negar a velha tese do extermínio da população árabe e moura que teria ocorrido a partir da "chamada" reconquista e encontrado o seu clímax com o reinado de D. Manuel e, mais tarde, no reinado do seu herdeiro, que cedera à pressão dos Reis Católicos, e tudo fez para instalar no nosso território a solução final (Santa Inquisição) para as minorias arábicas e judaicas. Ninguém nega a forma brutal com que a Reconquista se apoderou de terras, castelos e cidades, assim como a intolerância e falta de piedade com que tratou todos os que lhes surgiam pela frente: "*Caçava-se tudo: muçulmanos, berberes, hispanos, árabes, moçárabes.*" (Coelho, 1973: 21)

No *Al Garb* ou Ocidente, a primeira grande investida iniciou com a conquista de Coimbra e das terras entre Douro e Mondego. O Islão continuava, todavia, a resistir na imensidão da Serra da Estrela, como já o havia feito Viriato na sua heroica luta contra o Império romano. Vivem-se então momentos em que se alternam razias e atividades comerciais ao longo da estrada Coimbra-Santarém (Leiria). A queda de Lisboa consolidou a linha do Tejo litoral. Milhares de moçárabes e muçulmanos tiveram de se recolher nas terras de Alcobaça, Óbidos e outras terras estremenhas que foram resistindo ou mais ou menos poupadas pela verdadeira loucura cristã protagonizada por hordas de aventureiros do Norte, em busca de prestígio, terras e riquezas. Embrenharam-se os cavaleiros em nome de Cristo pelos montados e planícies alentejanas. Giraldo Sem Pavor e os seus guerreiros moçárabes, que, em abono da verdade, tanto se aliavam a cristãos do Norte como a muçulmanos das diferentes taifas desavindas, contribuíram para enfraquecer pouco a pouco as apertadas relações que existiam entre o Alentejo, a Extremadura e a Andaluzia, destacando-se Badajoz e Sevilha. O Guadiana vai-se tornando a fronteira que virá a ser, deixa de unir para separar praticamente até à atualidade e as conquistas de Alcoutim a Aljezur anunciam as últimas derrotas das taifas algarvias:

"Os ventos da Conquista-Reconquista não sopravam apenas do norte: vinham de leste, do oeste, do sul e do sudoeste. Olhe-se o mapa físico: ergam-se as massas das montanhas, talhem-se os cursos dos rios. Ponteiem-se depois as cidades: primeiro Córdova, o farol; depois Sevilha, Toledo, Saragoça, Valência, Silves, Badajoz. É de lá que o vento sopra. De lá se bombeiam as mercadorias, as armas, os cavalos, os homens. Para lá se acorre em busca de ciência, de civilização e de riquezas." (Coelho, 1973: 22)

Não se julgue que fora o esforço militar que, por si só, trouxe a vitória cristã. Só quando Fernando Magno e seu filho, Afonso VI, compreenderam e aceitaram a originalidade social e até religiosa do Islão, é que as conquistas se tornaram efetivamente irreversíveis. Os homens de Entre Douro e Mondego ergueram a cruz mediante a iniciativa de Sisnando de Tentúgal, vizir de Sevilha, Conde de Coimbra. Governou a nova estrema com poderes soberanos: poder de organizar todas as coisas segundo a sua vontade. E a sua vontade consistiu em favorecer os proprietários livres, em firmar a organização coletiva urbana, em recolher as técnicas e a ciência do mundo muçulmano que o formara. Mas Sisnando não estava sozinho. Apoiavam-no as espadas e os alfanges dos proprietários livres de Lamego, de Viseu, de Seia, de Coimbra. A força dos seus homens bastou ao menos para impedir que a todo-poderosa hierarquia religiosa impusesse o bispo que esta escolhera.

Aponta-se como objetivo expresso do conimbricense o de integrar o Andaluz nos estados cristãos, respeitando a originalidade e as conquistas sociais, combatendo a intolerância religiosa. Vinte e um anos depois de assumir o governo de Entre Douro e Mondego, Sisnando revela-se um político aceitável para os habitantes do outro lado da fronteira ao negociar a capitulação de Toledo cujo governo assume. Os toledanos conservam as suas conquistas sociais e até à sua mesquita *aljama*, profanada pouco depois pelo partido franco, apesar dos protestos do seu governador.

Os francos e borguinhões contribuíram para as imposições emanadas de Roma e de Cluny. as lutas entre taifas também contribuíram para várias conquistas cristãs (Lisboa) e apenas um aventureiro, Giraldo Sem Pavor, acompanhado de um punhado de moçárabes e santarenos, conquistou um território tão vasto como

metade do reino de Afonso Henriques. A maior parte do território, hoje português, integrava-se numa rede onde sobressaiam aglomerados urbanos tais como Toledo, Saragoça, Córdova, Badajoz e Sevilha. A circulação de homens, bens e ideias processava-se por rotas dispostas no sentido noroeste-sudeste ou leste-oeste, perpetuando a tradição romana. O Algarve constituía uma ponte voltada para o Magrebe: "*Lisboa, Alcácer, Silves, Faro, Tavira ligavam-se aos portos norte-africanos, a Ceuta, Alexandria, Alepo e daí, a Fez, Marraquexe, Cairo, Meca, Bagdade*:

> *"Fala-se no caminho para Santiago, desbravado mais intensamente após a chegada dos Clunicenses e de Raimundo e Henrique, Caminho ponteado de pequenos burgos, dava passagem a peregrinos, guerreiros imigrantes, colonos, mercadores e artífices e transportava de retorno mercadorias, homens, novas ideias, novas técnicas, riquezas. Mas havia também um caminho para Meca de que ninguém fala. E bem mais antigo. E bem mais grávido de presente e de futuro. Por onde se derramou o caudal das técnicas agrícolas e artesanais que revolucionaram o ocidente medievo. Por onde chegaram os manuscritos de Aristóteles, Avicena, as Universidades, os Hospitais*." (Coelho, 1973: 24)

A distribuição demográfica era bem diferente da atual. Na costa atlântica a densidade seria apreciável no Algarve, na Estremadura e no noroeste, mas as povoações engrossavam ao aproximar-se de Badajoz e de Sevilha. O forte povoamento do Alto Alentejo pode ainda assinalar-se no recenseamento ordenado por D. João III em 1527. Como a célebre capital dos suevos, a cidade dos arcebispos, estava longe da maioria das vilas alentejanas e algarvias. Tal como Adalberto Alves (1987: 25), comunguemos da justa veemência de Borges Coelho:

> "*Aceita-se geralmente a contribuição do Islão na propagação das técnicas de rega, da bússola, do papel e no aumento do pomar peninsular sem se ousarem conclusões necessárias. A fisionomia do Portugal agrário que está morrendo aos nossos olhos moldou-se em boa parte pelo arquétipo do Andaluz mourisco, mesmo quando não é ele o autor das técnicas, mas o seu último transmissor.*
>
> *Apaguem por um momento dos campos de Portugal as sombras do pessegueiro, do limoeiro, da laranjeira, da nespereira, da ameixoeira, da alfarrobeira; recue-se para sul a oliveira, suprimindo a comercialização do azeite e da azeitona; rareiem-se as amendoeiras noras, os alambiques, as alquitarras,*

intensifique-se a vinha no Alentejo e no algarve; retirem-se da periferia das cidades a mancha verde das hortas, dos meloais, das forragens; castrem-se os cavalos de Alter; afoguem as azenhas ou calem o canto dos moinhos de vento (Ibne Mocana Alisbuni, debalde cantaste na tua Alcabideche desse século XI: «Se és homem decidido precisas de um moinho que trabalhe com as nuvens sem dependeres dos regatos»); abatam a camartelo as muralhas do centro e do sul cujo risco, para lá das reparações e dos acrescentos posteriores, foi obra dos seus alarifes ou arquitetos; desmontem as algemas, as abóbadas do chamado gótico alentejano, as fontes abobadadas; piquem as taipas, os estuques; destruam as casas de adobe caiadas de branco por dentro e por fora; enterrem os azulejos; queimem as esteiras, as alcofas, os capachos, os tapetes; rachem os alguidares; tentem destruir os couros, os arreios, os cobres, as grades geométricas. Que nos fica?" (Coelho, 1973: 26)

O cristianismo vencedor apagou as marcas dos derrotados, mas os seus ecos continuam a chegar até nós. «Escrevo isto em sinal do meu sofrimento» (o *alarife* muçulmano da Sé Velha de Coimbra) Almutádide de Sevilha orgulha-se por ter erguido a torre de menagem do castelo de Moura. «Mouro me fez» registou a igreja de Arronches. Confessam os muros da igreja de Mértola: «*Esta igreja foi mesquita*». Osberno declarou que a mesquita de Lisboa foi transformada em catedral. Rios, montes, povoados conservaram os seus nomes mouriscos: Guadiana, Odemira, Odelouca, Odeceixe, Almançor, Bensafrim… No fundo lusitano incorporaram-se, sem dúvida, diversos genes tais como os germanos, mas o contributo dos berberes e dos árabes (iemenitas, egípcios e sírios) ultrapassou de longe o legado bárbaro medieval. Além dos berberes e árabes da conquista, companheiros de Tárique e Muça, vieram tropas sírias e egípcias, uns estacionaram em Beja outros em Ossonoba. Silves povoou-se de árabes iemenitas. Abderramão I, o fundador do estado omíada da Andaluz, recebeu clientes de todos os pontos do Islão. Até ao fim do califado de Córdova este fluxo foi ininterrupto.

Os berberes eram, porém, em maior número. Constituíam a maior parte exército de Tárique. Após a conquista fixaram-se nas zonas norte e montanhosas da Península. Ibne Haiáne assinala no século X a existência de um grosso cinturão berbere nos territórios limítrofes de Portugal a leste de que

ainda subsistem vestígios. Abderramão III, Aláqueme II e sobretudo Almançor recrutaram numerosas tropas berberes para não falar dos escravos sudaneses. Berberes sarianos foram os triunfadores almorávidas que sustiveram o avanço de Afonso VI e berberes foram os almóadas que durante um século contiveram todas as tentativas de incursão dos estados cristãos. (Alves, 1987: 19)

Por certo a Reconquista permitiu a fixação de grupos francos (franceses, flamengos, ingleses, borguinhões, germânicos) atestados por diversas fontes históricas, pala toponímia e pela antroponímia (Edvige). Grande parte dos mouros foi abdicando da sua algaravia e dos seus nomes de origem, todavia muitos nomes referentes à vida do quotidiano, em particular agrícola, vão se latinizando e, continuam a resistir alguns Alis, e Fátimas. Os mouros não foram todos expulsos, nem passaram todos pelo fio da espada.

De Garrett, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, Giacometti e Adalberto Alves, foram muitos os que foram identificando vestígios árabes, mouros e mouriscos, ora numa canção de trabalho que ainda hoje se canta em Marrocos, ora em melodias berberes que se conservaram na península desde a noite dos tempos e que revestem agora roupagens cristãs.

3. ONOMÁSTICA, TOPONÍMIA E ANTROPONÍMIA

O estudo da antroponímia reserva-nos bastantes surpresas. Dom Rodrigue, também conhecido como *El campeador*, que nos habituámos a reverenciar como o visigodo, paladino dos cristãos, ficou gravado nas memórias, com uma expressão árabe: El Cid, proveniente do nominativo arábico: cidi (senhor) (Vasconcellos, p. 36). Os nomes árabes registados nos nossos mais antigos documentos (1221-1226) são bastante emblemáticos, e espelham a sua forte conotação religiosa, tais como Abuali (pai de Ali, Afomade (Ahmad ou Ahmed), Mafomade (Mahommad ou Mahommed). Cedo encontramos a junção de nomes árabes com alcunhas portuguesas, o que pode indiciar uma maior proximidade do que poderíamos supor, tendo em conta a separação física dos diferentes povos em presença (mourarias, judiarias).

A própria palavra Mouro aparece-nos como nome de pessoa com algum relevo profissional, tal como o arquiteto que dirigiu a construção do castelo de Alandroal (Mouro Calvo), embora pouco provável não enjeitamos a possibilidade de estarmos perante a romanização e a representação fonética de um eventual nome árabe ou quiçá berbere. É minha convicção que por de trás de alguns dos patrónimos que nos habituámos a associar às nossas tradições regionais, se possam esconder eventuais arabismos simplesmente transcritos, de forma fonética, confundindo-se com palavras portuguesas (Vaca: Baka, cidade do centro da península arábica).

Segundo Adalberto Alves, são mais de quatro mil as palavras árabes que se aninharam nas línguas espanholas e pelo menos 18073 as que sobreviveram na língua portuguesa. Já José Pedro Machado havia estudado na sua obra *Vocabulário Português de origem Árabe (Lisboa, 1991)* mil e trezentos vocábulos dos quais mais de 800 começavam por a (Machado, 1997).

Adalberto Alves explica esta significativa e surpreendente discrepância com o facto do *Garb al-Andalus* se afirmar como um território periférico, extremamente conservador e muito menos permeável às inovações trazidas pela conquista cristã (Alves, 2013, 23). Não podemos, como é óbvio, fazer uma exposição nem uma reflexão aprofundada sobre o significado, a aquisição e os processos de integração de tão precioso contributo, apenas apresentamos um quadro com uma diversidade de palavras para ilustrar tamanha herança:

Nome			Modificador (Adj.)	Verbo	Expressões
Substantivo	Antropónimo	Topónimo			
				Abrigar-(se) (p. 66) Marrar: Debandar: Derrear: Pegar-(se) (p. 696):	

	Almançor:(governador de Córdova de 939 1002) Almutamid (ap): (maior poeta luso-árabe, natural de Beja, educado em Silves e soberano da taifa de Sevilha.)	Almançor Arrábida: (râbita: oratório) Arouca: Arrabaldes:	al-mansûr: (al-mu`tamid: o que confia (am Alá)		
Almoxarife:					
Atafona: Atalaia: Ponto de vigia (p. 2) Arraial: Balda (p. 281): Capa (p. 362): Capacete: Caparica: Caramba (p. 367): Caralho: Cifra (p. 401): 51): Degrau: Dengo: Dengue: Derrama Laia (p. 587): Lagar (p. 585): Moço/a: Mocidade: Mofa: Moxama Moaxa Máscara Moçárabe (p. 650): Grupo:		Atalaia Caparica:			

		Odemira: Odelouca: Odeleite: Odegebe-Degebe Odeceixe: Odiáxere Odivelas: Odivor-Divor) Marvão Moçambique: Ladra (p. 585): Lafões (p. 585): Lezíria (p. 593): Luz (p. 599): Guadalquivir: Guadalupe: Guadiana: Degebe:			
Devesa: Dinheiro: Djin: Duende: Doido (p. 442):		Devesa:			
Droga (p. 442):	Fátima:				
Fato: Fava:		Fátima:			
Granada: (romã)	Muça:	Granada (p. 549):			
Marrano: Mudéjar: Oásis: Raça: Raia:		Murça Olhão: Oeiras:			
Samarra (p. 765): Sovina: Sufi: Sucata:		Samouco (p. 767):			

					Olá! Olaré: Olarilolé: Olé:

4. PROVÉRBIOS

O dicionário de provérbios, adágios, ditados, máximas, aforismos e frases feitas, compilado por Maria Alice Moreira dos Santos e publicado pela Porto Editora traduz um inequívoco etnocentrismo e uma visão bastante pejorativa do árabe ou do muçulmano, sempre referido por mouro na nossa cultura popular. O mouro ficou plasmado nos nossos provérbios como o inimigo por excelência, trata-se do infiel, do perigo eminente (Anda moiro na costa. 665, p. 48)[250], da fonte de todos os males (De Moura, nem bom vento, nem bom casamento. 1862, p. 102).

O mouro está associado ao escravo, ao inferior (Já o mouro quer ser gente. 3212, p. 165), o seu valor é nulo para quem o possui e até eventualmente pernicioso (Vinho e mouro não é tesouro. 7209, p. 348). O seu caráter dominante e intolerante é sublinhado nas terras algarvias (Em casa de mouro não fales algarvio. 2355, p. 124).

Em suma, mouro bom é moro morto (Em mouro morto grande lançada. 2403, p. 126). Marginalmente, surge com uma conotação positiva relacionada com a sua capacidade de trabalho (Ser um mouro de trabalho. 6979, p. 338). A sabedoria popular reconhece, todavia, que todos os povos têm os seus defeitos e as suas fraquezas, numa espécie de ato de contrição e de movimento humildade e reabilitação do Outro (Judeus em Páscoas, mouros em bodas e cristãos em pleitos, gastam os seus dinheiros. 3256, p. 167; nunca de bom mouro, bom cristão, nem de bom cristão bom mouro. 4429, p. 221).

[250] Cada provérbio apresenta a numeração com que está identificado, assim com a página em que surge na obra referida.

5. CANCIONEIRO

O nosso cancioneiro popular prolonga, em larga medida, a mesma visão etnocêntrica dos nossos provérbios. É frequenta associar o judeu ao mouro, atribuindo-lhes rigorosamente as mesmas caraterísticas e defeitos tal como no-lo relembra José Leite de Vasconcellos (1981: 186):

Judeus e Mouros
A minha nódoa de azeite
Por tempo se há de tirar,
Mas a tua de judia
Contigo se há de acabar. (Coimbra)

Deus te livre do mouro e do judeu
E do homem de Viseu.

É ditado bem sabido
Desde nosso pai Adão
Que nem de Cristo bom mouro,
Nem de mouro bom cristão.
(Coimbra)

Giacometti recolheu uma cantiga de malhas transmontana que celebra a volúpia, os encantos e as belezas das moiras que encantam e apaixonam (Oh que bem baila la moura. K. Schindler. Tuiselo / Vinhais / Bragança, 1933):

1.º coro: Oh que bem baila la moura
E eu bem na vi bailar;
2.º coro: Oh que bem baila la moura
E eu bem na vi bailar;
1.º coro: mourinha do Seixal
Eu bem na vi bailar;
2.º coro: Oh que bem baila la moura

1.º coro: E eu bem na vi bailar;
2.º coro: mourinha do Seixal
Eu bem na vi bailar;
1.º coro: Com seu cabelo entrelaçado,
Eu bem na vi bailar;
2.º coro: Oh que bem Baila la moura,
1.º coro: Eu bem na vi bailar;
(...)
(Giacometti, 1981: 118)

Giacometti apresenta uma versão algarvia muito curiosa de um romance que já havia sido publicado por almeida Garrett no seu romanceiro, embora, nessa versão, a casa que acolhe o cristão escravizado seja judia: O cativo (Romance novelesco. Aljezur / Faro, 1961. F. Lopes-Graça).

Entre pazes e a guerra
me cativaram os mouros,
não havia mouro, nem moura,
oh, tão lindo!
Passasse de à noite ver. (sic)
Só um mouro se atrevera,
que mil patacas lhe dera,
de dia pisava esparto,
oh, tão lindo!
à noite moía canela,
com uma mordaça na boca,
oh, tão lindo!
para não comer dela.
Mas dava-lhe Deus a ventura
ter uma patroa tão bela,
oh, tão lindo!
que também lhe dava de o pão
oh, tão lindo!

do que o perro comia
Também lhe dava de o vinho,
oh, tão lindo!
que perro mouro bebia.
Sempre lhe estava dizendo:
- Cristão, vai prá tua terra,
que eu também já fui cristoa,
oh, tão lindo!
E agora sou moura perra.
(...) (Giacometti, 1981: 278)

6. ROMANCEIRO

Por questões metodológicas cingir-nos-emos ao romanceiro publicado por Almeida Garrett, iniciando com uma referência ao romance referido anteriormente e publicado por Giacometti. O moiro surge aqui como o dominador, tão exigente em relação aos seus escravos que despreza totalmente o cristão cativo:

O Cativo

"Vendido no mercado de Salé pelos corsários que o tomaram, um pobre cativo cristão vai ser escravo de avarento e rico judeu, que lhe dá negra vida. É o primeiro capítulo de uma história sabida e comum: e naturalmente se espera já o segundo, que é namorar-se do interessante cativo a bela filha do mau perro judio, animá-lo consolá-lo, querer fugir com ele da moirama. (...)" (Garrett, 1997: 264)

Eu vinha do mar de Hamburgo
Numa linda caravela;
Cativaram-nos os moiros
Entre la paz e la guerra.
Para vender me levaram
A Salé, que é sua terra.
Não houve moiro nem moira

Que por mim nem branca dera;
Só houve um perro judio
Que ali comprar-me quisera;
Dava-me uma negra vida,
Dava-me uma vida perra:
De dia pisar esparto,
De noite moer canela,
E uma mordaça na boca
Para lhe eu não comer dela.
(...) (Garrett, 1997: 264)

A guerra é o tema predominante que representa o moiro na nossa memória coletiva e o romanceiro não foge à regra. Eles são a fonte de todas as desgraças e o contacto com a sua cultura torna-se um verdadeiro perigo para a identidade individual e coletiva. O ser humano, tal como o cristianismo, corre sérios riscos em qualquer tipo de contactos com a cultura muçulmana. *A Noiva Arraiana*, xácara recolhida em Almeida é um eloquente exemplo deste temor e deste mito:

- «Deus vos salve, minha tia,
Na vossa roca a fiar!»
- «Venha embora o cavaleiro
Tão cortês no seu falar!»
- «Má hora se ele foi, tia,
Má hora torna a voltar!
Que já ninguém o conhece
De mudado que há de estar.
Por lá o matassem moiros,
Se assim tinha de tornar!»
(...) (Garrett, 301)

O nosso imaginário acabou por associar e quase confundir os mouros e os judeus, embora com graus diferentes de antagonismo e de repulsa consoante as épocas e os interesses da narrativa cristã dominante. Rainha e Cativa ilustra magnificamente a relativa confusão entre estas duas culturas, ambas sentidas como ameaçadoras e ambas desejadas com níveis diferentes de concupiscência:

- «À guerra, à guerra, moirinhos,
Quero uma cristã cativa!
Uns vão pelo mar abaixo,
Outros pela terra acima:
Tragam-ma cristã cativa,
Que é para a nossa rainha.»
Uns vão pelo mar abaixo,
Outros pela terra acima:
Os que foram mar abaixo
Não encontraram cativa;
Os que foram terra acima,
Tiveram melhor atina,
Deram com o conde Flores
Que vinha de romaria:
Vinha lá de Santiago,
Santiago de Galiza;
Mataram o conde Flores,
A condessa vai cativa.
Mal que o soube a rainha,
Ao caminho lhe saía:
- «Venha embora a minha escrava,
Boa seja a sua vinda!
Aqui lhe entrego estas chaves
Da despesa e da cozinha;
Que me não fio de moiras
Não me deem feitiçaria.»
- Aceito as chaves, senhora,

Por grande desdita minha…
Ontem condessa jurada,
Hoje moça da cozinha!»
A rainha está pejada,
A escrava também o vinha:
Quis a boa ou má fortuna
Que ambas parissem num dia.
Filho varão teve a escrava,
E uma filha a rainha;
Mas as perras das comadres,
Para ganharem alvíssaras,
Deram à rainha o filho,
À escrava deram a filha.

- «Filha minha da minha alma,
Com que te batizaria?
As lágrimas de meus olhos
Te sirvam de água bendita.
Chamar-te-ei Branca Rosa,
Branca flor de Alexandria,
Que assim se chamava dantes
Uma irmã que eu tinha:
Cativaram-na os moiros
Dia de Páscoa florida,
Andando apanhando rosas
Num rosal que meu pai tinha.»
Estas lágrimas choradas
Veis-la rainha que ouvia,
E coas lágrimas nos olhos
Muito depressa acudia:
- «Criadas, minhas criadas,
Regalem-me esta cativa;

Que se eu não fora de cama,
Eu é que a serviria.»
(...) (pág. 147-148)

7. CONTOS E LENDAS

A literatura de língua portuguesa também não ficou imune à fabulística árabe, muito antes das influências, de autores modernos, tais como como La Fontaine. Mas nem o apólogo nem a fábula têm matriz árabe. São formas herdadas das influências da herança grega, ou mesmo bizantina, mas não são específicas nem da mentalidade, nem da ficção nem da mitologia arábicas. A excelência da arte narrativa e ficcional árabe é o conto, o mito. As ideias, as dúvidas e os desafios são personalizados. A sabedoria árabe fundiu-se nas histórias conhecidas por "As Mil e Uma Noites". Por via escolar e oral muitos dos seus contos fixaram-se na cultura popular e erudita. Foi, todavia, a partir do século XIX que, na demanda dos nossos mitos nacionais, se assistiu à fixação escrita de tão antigos testemunhos arábico-portugueses. Aladino e Ali Babá migram dos meios rurais para a luz das urbes. Veja-se a tradução da versão francesa do conto arábico *As chinelas de Abu-Casem* realizada por Bocage (Chora, 2016):

"*O saber europeu, que foi recetor do saber árabe através da estrutura adequada à educação dos infantes, minorou a intrínseca riqueza concetual, imagística e finalista de contos em que, à extrema simplicidade aparente, só responde a profunda complexidade interior, motivo pelo qual eles exerceram inelutável influência na literatura didática cristã da medievalidade, desde D. João Manuel ao Arcipreste de Hita. O conto, a anedota, o anexim, o apólogo, sumarizam o geral da sabedoria possível ao humano. A origem de "As Mil e Uma Noites" é obscura, ainda que seja aceite como tal o livro oriente chamado Hezar Afsâne, Mil Contos, cujo conhecimento decorativo integral definia o milionário. Esta palavra, no trânsito do primado do saber para o primado do ter tornou-se obtusa. Milionário é o sabedor dos mil contos*." (Gomes, 1991: 351-352)

O conjunto afirma uma origem lendária. Um rei, imune às astúcias femininas, matava ao nascer do sol a mulher que, com ele, passara a noite. Até que duas filhas do alvazir decidiram iludi-lo com uma história, que não nunca tinha fim. O rei deixou de desejar novas companhias noturnas e de sacrificá-las, como no passado. Xerazade (= nobre de raça, povo) e Dinarzade (= nobre de lei, direito) personificam as três principais lições do Islão: o primado da Nação Islâmica, o primado da Lei (Suna e Sura) e o primado da Sabedoria (sacrifício do desejo sexual em prol do desejo espiritual).

A universalidade destes princípios respondia a todas as exigências humanísticas de qualquer tipo de educação cívica. Ora, por via oral e popular, ora por via literária, a mensagem foi se disseminando aos quatro ventos como quem anuncia um mundo novo.

O livro *Calila* wa *Dimna*, oriundo da Índia, foi traduzido do árabe em 1251 e em 1253 eram os romances dos Sete Sábios e, sem dúvida, as aventuras de Senderbar ou Sindibate (Sindebade), o marinheiro, e ainda o *Livro dos Gatos*, para além do imaginário temático que originou o nosso livro de Barlãao e Josafate, e o Conde Lucanor, de D. João Manuel, todos bebem em contos e apólogos orientais, por intermédio da sabedoria árabe. O facto de nosso mais antigo conjunto de fábulas datar apenas do século XV não nos pode iludir. A literatura portuguesa medieval apresenta-nos vários indícios da longa sabedoria indiana e árabo-pérsica:

> "*O único conjunto de fábulas, chegado aos nossos dias, em português medieval data do século XV. Mas Mário Martins (1980, p. 61) adverte-nos que seria ilusão pensar que, na altura, apenas corria esta versão cujo único manuscrito foi descoberto por José Leite de Vasconcelos, em 1900, na Biblioteca Palatina de Viana de Áustria. Em rigor, os mais que prováveis conjuntos anteriores encontram-se desaparecidos; mas a verdade é que encontramos valiosos testemunhos da sua existência dispersos em obras diversas. Perdidas as versões portuguesas de* El Conde de Lucanor *e do* Libro de Buen Amor*, registadas na biblioteca do rei D. Duarte sob os títulos de* O livro do Conde de Lucanor *e* O Arcipreste de Fyta*, resta-nos apenas confirmar a referência às múltiplas fábulas existentes nas versões castelhanas*." (Pereira, 2007).

D. Juan Manuel, em *El Conde Lucanor*, legou-nos inúmeras pequenas histórias de grande proveito, moral e exemplar, de entre as quais sobressaem fábulas que bastante marcaram o imaginário coletivo: *A Raposa e o Corvo com um queijo no bico*, *A Andorinha que alerta para os perigos da sementeira de linho*, *O Galo com medo da Raposa*, *A Raposa a fingir de morta*, sem esquecer algumas das mais populares parábolas tais como *O Velho, o Rapaz e o Burro* e *O cego que guia outro cego*, etc. Dos escassos fragmentos, que chegaram até nós, da tradução do *Libro del Arcipreste O de Buen Amor*, um Esopo cristianizado, herdámos apenas a fábula *O monte que pariu um Rato*, aliás também presente no Fabulário português publicado por José Leite de Vasconcelos (1902).

Uma versão de *Calila wa Dimna* ou da velha obra de Ctésias, chegada até nós por via do Fisiólogo ou de algum Bestiário, terá muito certamente estado na origem da história do unicórnio apresentada em *O Horto do Esposo*.

A literatura espanhola medieval faz eco de uma sociedade multicultural, onde gostos árabes convivem com formas hebraicas e morais cristãs. A tradição oral oriental deve ter sido de extrema pujança a avaliar pelas marcas que deixaram na literatura escrita. Os contos orientais eram tão apreciados quanto as ciências e a filosofia.

A primeira compilação de contos orientais em latim, *Disciplina Clericalis*, deve-se a um judeu converso em 1106, Pedro Afonso. A obra foi escrita em 1115, baseada, como afirma no seu prólogo, em provérbios e em ensinamentos árabes. Deu-lhe a forma clássica do diálogo entre mestre e ouvinte, filósofo e aprendiz. Corresponde à literatura de sapiência, oriunda da distante Mesopotâmia e da mais distante Índia, tão prezada pelos mais ilustres autores gregos tais como Hesíodo, Heródoto, etc. A obra é de grande importância porque será mais ou menos a forma que tomará *El conde de Lucanor* de D. Juan Manuel, neto do rei D. Fernando (1282-1348) e *El libro de buen Amor* de Juan Ruiz, Arcipreste de Hita. Ambas estas últimas visam a formação moral do indivíduo ou mais precisamente do jovem clero. Os autores pretendem despertar os hábitos das boas ações, da vida reta, da fé profunda e explicar alguns mistérios divinos. A estratégia é a da ilustração de verdades profundas através de histórias agradáveis.

Em alguns casos a introdução desse elemento de deleite é mesmo forçada como acontece frequentemente em Juan Ruiz. Percebemos que a fábula não está no seu meio natural, que a moral que se lhe associa não é a mais adequada ou que a lição que dela se pretende extrair já lhe era preexistente, e que os laços com o corpo da história são bastante ténues ou mesmo francamente inexistentes. D. Juan Manuel compara o seu labor de escritor moralista ao do médico que sabe adoçar as amargas poções, para cura dos seus doentes.

Dois autores catalães sobressaem nesta matéria: o primeiro Ramon Llull (1232 ?-1315) bebe essencialmente em fontes orais e em fontes orientais, *Kalila wa Dimna*, *Sendebar, As Mil e uma noites…* assim como na famosa matéria de *Renart* donde extrai o nome da sua protagonista do Llibre de les bèstes, "Na Renard", que acaba por morrer vítima das suas próprias intrigas. A ambição pelo poder levá-la-á à traição, atentar contra a própria vida do rei. O segundo, Eiximenis (1340? -1409) parece mais próximo do Romulus medieval e talvez de uma versão inglesa escrita em latim ou em anglo-normando.

Em França, a herança fabulística de Marie de France, produzida em espaço e língua anglo-normanda, nos finais do século XVI, inícios do século XVII, não permitiu que o género gozasse de qualquer tipo de privilégio, Fresnaye omite-a na sua *Arte Poética*. É já nos meados do século XVII que a tradução francesa de *Kalila wa Dimna* de D'Hispahan, sob o nome de *Livre des lumières* (Paris, 1644), permite a introdução de novos modelos e contribui decisivamente para a originalidade de La Fontaine. (Adnan Haddad, 1984. Fables de la Fontaine d'origine oriental).

Ao mesmo passo que combatia os mouros, a Espanha goda abria os serões palacianos às seduções do Oriente, da mística e do espírito lúdico muçulmano. Romances épicos, lendas heroicas, formaram-se no contacto com o Islão peninsular. Os próprios poetas árabes cultivaram a arte do mito e do conto, refletindo reflexões alquímicas bem patentes nas lendas das Mouras Encantadas.

A imaginação erótica, a pedagogia amorosa e a catequese alcorânica assentavam no universo de "As Mil e Uma Noites", matéria dos passatempos no *harém*, onde as mulheres educavam as crianças, como se deduz do *Colar de Pomba* do cordovês Ibn Hazm. A paideia árabe estabelece profunda relação com a

psicologia nacional, à qual apresenta modelos ou paradigmas de justiça de bondade, de inteligência e de prudência como Aladino, Ali Babá, o sonhador Acordado e Sindebade (a arte do comércio e da prosperidade, inspiradora do mercantilismo dos Descobrimentos).

As lendas das moiras encantadas, dos tesouros ocultos, dos génios maus, dos génios bondosos retratam o imaginário relativo à presença árabe na literatura popular e na literatura culta. É, todavia, o século XIX que, através da etnografia romântica, a redescobre. Os franceses, através das traduções de A. Galland, voltaram a reatar a sua íntima relação com o Oriente das *Mil e uma Noites*, a partir de 1704, e permitiram, deste modo, o reencontro da península com a sua própria herança milenar. Só depois das pesquisas de Adolfo Coelho e de Teófilo Braga, podemos ler, o que havia constituído um dos núcleos do thesaurus da nossa tradição popular.

Desse modo, "As Mil e Uma Noites" sustentaram o romantismo literário, ao qual deram o tom de mistério e de orientalismo, que tanto se estimou na época. Lembremo-nos de obras como as de Oliveira Parreira Os Luso-Árabes (1898). Existem algumas (seis) variantes diferentes de mouras encantadas, a Princesa Moura, a Moura-fiandeira, a Pedra-Moura, a Moura-Serpente, a Moura-Mãe e a Moura-Velha. Cada uma das seguintes versões tem as suas caraterísticas distintas.

As lendas de mouras e mouros revelam, todavia, restos de tradições muito arcaicas: por serem entidades de tal forma enraizadas nas populações, fazem parte de todo um imaginário coletivo passível de alterações consoante as zonas do país. Os mouros e as mouras, em particular, aparecem nas lendas como seres mágicos, com aparência humana ou semi-humana, por vezes sob a forma animal (serpente) guardando valiosos tesouros e vivendo em montes, florestas, rochedos, monumentos pré-históricos, nas fragas, em torres, nos castros, nas grutas, nas covas em cisternas, nos dólmenes, nas fontes, em lagos ou em rios. Podemos afirmar que tanto a norte como a sul, a moura exerce nas populações um grande fascínio, contudo, o modo como esse deslumbramento se manifesta nas comunidades é muito diferente. Estes seres míticos aparecem associados a elementos básicos: terra (montes, subterrâneos, rochas, etc.) e água (rios, riachos, fontes, etc.), sendo talvez a vertente terra mais caraterística a norte e a vertente água a sul.

No norte do país, as mouras são associadas a elementos e fenómenos naturais, como rochas, pedras e monumentos funerários semelhantes a antas e dólmenes. Nesta região as populações referem-se aos mouros como todos os povos que por ali habitaram e não só aos árabes ou outros invasores. Sabe-se que esta zona do país é rica em monumentos pré-históricos, pois é muito provável que, as populações referirem-se a povos muito anteriores aos muçulmanos considerando que todos são mouros (Marques, 2013).

Assim, considerar-se que os mouros do norte eram facilmente confundíveis com outros povos, resultando algumas diferenças consideráveis relativamente aos mouros do sul que talvez tenham origem nos *djins*, embora, nesse contexto se trate, de uma identidade relacionada com o fogo ou com os ares). No sul do país, estas lendas surgiram, de facto, de acontecimentos históricos reais, alterados e fantasiados como é próprio do género. Existe, nesta região, uma forte conotação entre a moura e a água (fontes, ribeiros, cisternas... (Marques 1997: 112, 149, 321, 339, 365).

É nossa convicção que o estudo da moura, enquanto entidade do nosso imaginário, não se pode esgotar num estudo dedicado às influências mouras na nossa literatura tradicional. Trata-se, de facto de uma entidade muito mais complexa que sofreu diversas influências culturais, tanto celtas como germânicas e mouras. Esperemos, num outro encontro, poder apresentar-vos os resultados do nosso estudo comparativista sobre essa nossa verdadeira e original criação.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcorão (2002) SporPresss.
Alves, Adalberto (1987) O meu coração é árabe. Poesia Luso-Árabe. Lisboa: Assírio & Alvim.
Alves, Adalberto (1989) Arabesco. Da Música Árabe e da Música Portuguesa. Lisboa: Assírio & Alvim.
Alves, Adalberto (1989) Portugal e o Islão. Escritos do crescente. Lisboa: Editorial Teorema.
Alves, Adalberto (2013) Dicionário Arabismos da Língua Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
Alves, Adalberto (2017) Os Indícios da Palavra. Lisboa: Althum.com
Braga, Teófilo (1987). História da poesia popular portuguesa. Lisboa: Vega.
Brandão, Abílio (1911) Lendas de Mouras encantadas. Revista Lusitana. Vol. XIV. Lisboa: Livraria Clássica.
Coelho, António Borges (1989) Portugal na Espanha Árabe-I. Geografia e Cultura. Lisboa: Caminho.

Coelho, António Borges (1989) Portugal na Espanha Árabe-II. Histórias. Lisboa: Caminho.
Coelho, António Borges (1999) Para a História da Civilização e das Ideias no Gharb al-Andalus. Instituto Camões Coleção Lazúli.
Chora, Ana Margarida; Pires Daniel (2016) As Chinelas de Abu-Casem, Conto Arábico. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.
Fonseca, João (2007) Dicionário do nome das Terras. Origens, curiosidades e lendas das terras de Portugal. Cruz Quebrada: Casa das letras.
Garrett, Almeida (1997) Romanceiro. Lisboa: Círculo de Leitores.
Giacometti, Michel 1981) Cancioneiro Popular Português.
Gomes, Pinharanda (1991). História da Filosofia Portuguesa. 3 A Filosofia Arábigo-Portuguesa. Lisboa: Guimarães.
Haddad, Adnan (1984) Fables de la Fontaine. D' Origine Orientale. Paris: Sedes.
Hespanha, António Manuel (Coord.) (1997) Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal. Porto: Gaiadouro.
Khawam, René R. (trad.) (1985) Les aventures de Sindbad le Marin. Paris: Phébus.
Macias, Santiago; Torres, Cláudio (Coord.) (s.d.) O Islão entre o Tejo e Odiana. Évora: Milideias.
Machado, José Pedro (1944) A Língua Arábica do Andaluz, segundo os "Prolegómenos" de Iben Caldune. Lisboa: Oficinas Fernandes.
Machado, José Pedro (1984) Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte.
Machado, José Pedro (1944) Ensaios Arábico-Portugueses. Lisboa: Notícias.
Marques, Amália (2013) Mouras, mouros e mourinhos encantados em lendas do norte e sul de Portugal. Vol. 2. Lisboa.
Marques Gentil (1997) Lendas de Portugal. Lisboa. Círculo de Leitores.
Okada, Amina (1984) Les Contes du Perroquet. França: Gallimard.
(1965) Pañcatantra. França: Gallimard.
Parafita, Alexandre (1999) A Comunicação e a Literatura Popular. Lisboa: Plátano.
Parreira, Oliveira (1898) Os Luso-Árabes. Scenas da vida muçulmana no nosso país. I Ibn-Ammar. Lisboa: Stereotypia Moderna.
Parreira, Oliveira (1898) Os Luso-Árabes. Scenas da vida muçulmana no nosso país. II Al-Motamid. Lisboa: Stereotypia Moderna.
Pereira, Luciano (2007) A Fábula em Portugal. Lisboa: Profedições.
Santos, Maria Alice Moreira dos (2000) Dicionário de Provérbios. Adágios, ditados, Máximas, Aforismos e Frases Feitas. Porto Editora.
Santo Moisés Espírito (2006) Os Mouros Fatimidas e as Aparições de Fátima. Lisboa: Assírio & Alvim.
Silva, Ana Cristina 2010) Crónica do Rei-Poeta Al-Mu'tamid. Lisboa: Editorial Presença.
Teyssier, Paul (2005) A Língua de Gil Vicente. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
Vasconcelos, J. Leite de (1928) Antroponímia Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional.
Vasconcelos de Inácio (1981) Cancioneiro Popular Português vol. 3. Coimbra: universidade.
Vicente, Gil (1965) Obras de Gil Vicente. Porto: Lello & Irmão.

38. MARIA HELENA ANÇÃ, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, CIDTFF, PORTUGAL E AICL (mariahelena@ua.pt)

TEMA 2.5/2.6. - LÍNGUA PORTUGUESA: CONHECIMENTOS E PERCEÇÕES DE ALUNOS EM DIFERENTES CONTEXTOS EDUCATIVOS, MARIA HELENA ANÇÃ, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES / CIDTFF UNIVERSIDADE DE AVEIRO – PORTUGAL, MARIAHELENA@UA.PT

INTRODUÇÃO

Neste texto pretendemos apresentar alguns resultados de três estudos académicos (2º Ciclo de Bolonha), integrados no projeto *Políticas linguísticas para o Português: o papel do ensino na promoção e difusão da língua*, em desenvolvimento no Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP, sob minha coordenação.

Os referidos trabalhos foram elaborados a partir de um estudo exploratório (Ançã et al., 2014), realizados em Portugal (ensinos básico/3º Ciclo, secundário e superior), Cabo Verde, Brasil e México (ensino superior), pretendendo analisar os conhecimentos/cultura linguística e as perceções de aprendentes e formandos sobre a LP e seus os valores.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

São conhecidas mais de 7000 línguas (Simons e Fennig, 2017), que se distribuem desigualmente pela Terra. Muitas línguas são faladas em mais de um país, como a LP, outras são faladas, essencialmente, num só país, como o Mandarim, na China, o maior país do mundo em termos populacionais. No entanto, as línguas não são percecionadas isoladamente, mas num sistema global. Assim, De Swaan (2001) e Calvet (2002), na mesma linha do primeiro autor, propõem um 'modelo gravitacional' das línguas, no qual o sistema linguístico é composto por um conjunto de "constelações", constituindo este uma "galáxia. O sistema em causa apresenta vários níveis de análise, sendo a organização mundial das relações entre as línguas o nível superior.

As línguas estão ligadas pelos bilingues que as falam e o sistema destes permite traçar as relações em termos de gravitação. Em torno de uma língua hiper-central (Inglês), gravita uma dezena de línguas supercentrais (Francês, Espanhol, Árabe, Chinês/Mandarim, Português…). Por sua vez, à volta destas gravitam cem ou duzentas línguas centrais, que têm quatro ou cinco mil línguas periféricas em seu redor.

Como já referido, são os sujeitos bilingues, ou sujeitos-falantes de outras línguas, que estabelecem as relações entre as línguas, – fator a que De Swann (2001) intitulou *qualidade de centralidade*, ou seja, quantos mais falantes dessa língua souberem outras línguas, dentro de um grupo de falantes da mesma língua, mais essa língua se tornará central.

Por outro lado, quanto maior for o número de falantes de uma língua dada, mais atrativa ela se tornará, – *qualidade de prevalência*. Estas duas qualidades (centralidade e prevalência) concorrem para o potencial comunicativo de uma língua. Segundo Castro (2009), a combinação destas duas qualidades pode assegurar, de algum modo, a internacionalização de uma língua. Eventualmente, a qualidade de centralidade estará mais próxima do Português Europeu (PE) e a qualidade de prevalência do Português do Brasil (PB).

Como se traduz, então, a supercentralidade da LP e o seu potencial, em termos mais quantificáveis?

Em Portugal, registam-se duas publicações neste âmbito, ambas da mesma equipa investigativa (ISCTE-IUL) e assentando no mesmo estudo. São elas: *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, de Reto et al. (2012) e *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, de Reto, Machado e Esperança (2016). Ambas as publicações assinalam o lugar cimeiro na ordenação das línguas mundiais e número significativo de falantes, mais de 260 milhões (Reto, Machado e Esperança, 2016), como materna e como língua segunda, ocupando 10,8 milhões de quilómetros quadrados da superfície da Terra, ou seja, 3,7% da população mundial e 4% da riqueza total.

Neste quadro, a LP, de elevado potencial, beneficia "de três grandes fontes de influência de que muito poucas línguas dispõem" (Reto et al., 2012: 25):

i) os países que a falam e o poder económico associado, como tem sido o caso do Brasil, de Angola, e ainda de Moçambique, e com dimensões populacionais assinaláveis e com uma tendência acentuada para o seu crescimento, sobretudo nestes dois países africanos (Laborinho, 2016; Oliveira, 2016)[251]*;*

ii) o facto de a LP estar presente em todos os continentes, em particular em África;

iii) a baixa entropia, na aceção de Calvet e Calvet (2012), ou seja, o modo como os falantes de uma língua se encontram repartidos pelas regiões que a falam. Este fenómeno facilita a manutenção da identidade e unidade da língua, por ser falada por um pequeno conjunto de países (Ançã et al., 2013).

A situação inigualável da LP exigiria que devessem ser rentabilizadas todas as suas potencialidades, "quer pelas sociedades/países que a falam, – instituições, entidades, pessoas coletivas –, quer em termos mais individuais/corporativos, na convicção de que a atitude (positiva) dos falantes para com a língua pode ser um contributo determinante para a sua difusão e internacionalização". (Ançã et al, 2013: s/p).

No entanto, o desconhecimento, algum desinteresse e muito ceticismo dos seus locutores podem constituir obstáculos a esses desígnios, como já mencionado, em 2009, por Galito: "[…] *Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto económico que esse instrumento [LP], tão à sua disposição, lhes pode oferecer*" (2006: 99), ou ainda por Castilho (2013), quando refere a falta de "autoestima crónica", a propósito da internacionalização da LP e, no caso específico do papel das Universidades (brasileiras) como *locus* de conhecimento da língua e da sua difusão (Ançã et al, 2013).

[251] A este propósito ver Oliveira (2016). Este autor apresenta, para o final deste século, a previsão de inversão geográfica da demografia da LP: Brasil e Portugal sofrendo um decréscimo populacional, enquanto os países africanos, nomeadamente Angola e Moçambique, com um crescimento populacional acentuado. Este facto implicaria uma deslocação do 'centro' da LP para a África Meridional, passando-se, assim, de uma normatização bicêntrica da LP (Portugal e Brasil), para uma normatização pluricêntrica (PALOP).

2. ALGUNS ESTUDOS EM TORNO DA LP

É com o propósito atrás enunciado que nos interrogamos: como se traduz a supercentralidade da LP nos seus falantes/aprendentes, que perceções têm sobre a língua?

Revisitando Reto et al. (2012) e também Oliveira (2013), o setor educacional desempenha um papel fulcral no valor económico da língua (100%) [252]. Para além disso, o ensino da língua, quer no país onde se fala essa língua por nativos e não nativos, quer no estrangeiro, é um poderoso meio de promoção e difusão dessa língua.

É neste contexto epistemológico que o LEIP, estrutura do CIDTFF, da Universidade de Aveiro, desenvolve um projeto sobre *Políticas linguísticas para o Português: o papel do ensino na promoção e difusão da língua*, sob minha coordenação. Neste projeto inserem-se vários estudos académicos de Mestrado e de Doutoramento, respetivamente dos 2º e 3º ciclos de Bolonha[253].

Neste texto, destacaremos três estudos académicos de Mestrado, orientados por mim (Henriques, 2014; Silva, 2015a; Cardoso, 2016), partindo, necessariamente, dos resultados do estudo piloto, de Ançã (2015): *Que valores tem a Língua Portuguesa? Um estudo com universitários portugueses, brasileiros e cabo-verdianos*, o qual foi apresentado no XI Congresso da Associação de Lusitanistas em Mindelo (Cabo Verde) em 2014 e publicado no ano seguinte. Estes estudos tiveram como objetivos (embora cada um com a sua especificidade): identificar os conhecimentos sobre a LP no contexto mundial e lusófono, as expetativas

[252] Coeficiente de participação da língua nos diferentes ramos da contabilidade nacional, segundo a sua participação no PIB (Oliveira, 2013).
[253] Inscrito no 3º ciclo, citamos o projeto de Inéia D. Abreu, presente neste 28º Colóquio: Formação de Professores de Português no Pará para a Diversidade Linguística e Cultural e para a valorização e difusão da Língua.

face à língua, assim como os valores a ela atribuídos, em alunos dos ensinos básico (3º Ciclo), secundário e universitário em Portugal, e ainda no Brasil, Cabo Verde e México, em estudantes do ensino superior.

O estudo piloto privilegiou um público académico, finalista de um curso de Português (ou equivalente), prestes a entrar no mercado de trabalho. É representado em cada país por uma turma de uma universidade em Portugal, Brasil e Cabo Verde. Para a recolha de dados foi utilizado um inquérito por questionário (Ançã et al. 2014). *Grosso modo*, os resultados apontam para algum desconhecimento sobre o peso e o lugar da LP no mundo, sobre os países que têm o Português como língua oficial (são sobretudo salientados Portugal, Brasil e Angola), e sobre a lusofonia em geral. Destaca-se, apesar de tudo, um maior conhecimento por parte dos estudantes cabo-verdianos neste domínio (ver Gráfico 1).

Os três grupos indicam o PE como a "mais correta" das variedades de Português, justificando a sua posição com a metáfora "berço da língua". Quanto aos valores percecionados pelos três grupos de estudantes, são restritos e predominantemente clássicos, – o histórico-cultural, por exemplo, o que implica que este público não está sensibilizado para os valores de comunicação internacional, económico ou língua de ciência… Para este último valor, Português como língua de ciência, há alguma abertura da parte dos cabo-verdianos analisados e também, em menor escala, dos brasileiros. No entanto, de um modo geral, as expetativas face à língua não são muito elevadas, sobretudo nos estudantes de PLM (portugueses e brasileiros).

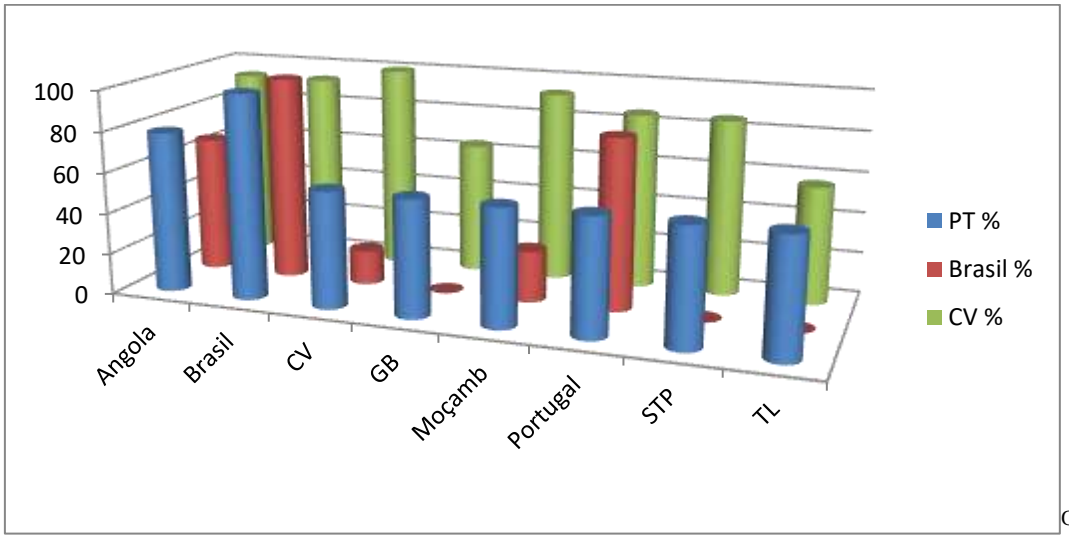


Gráfico 1 – Países de Língua Oficial Portuguesa assinalados pelos estudantes

Estes resultados levaram-nos a questionar a formação de professores de LP que deve ultrapassar uma visão monolítica e algo eurocêntrica e integrar uma abordagem mais alargada e atual, ao encontro de uma dimensão internacional da LP e dos seus múltiplos valores. Quisemos, então, indagar que conhecimentos e perceções teriam outros estudantes de outros níveis de ensino e, para esse efeito, desafiámos alguns mestrandos nesse sentido.

Henriques (2014), Silva (2015a) e Cardoso (2016) desenvolveram os seus trabalhos com públicos mais jovens, em anos letivos distintos, mas na mesma Escola do 3º CEB e Secundário em Aveiro (ver Tabela 1). Serviram-se os três do questionário base, com algumas adaptações ao público e aos objetivos específicos de cada trabalho. O estudo de Cardoso contou ainda com aprendentes de PLE, na Cidade do México.

Nome e data	**Henriques (2014)**	**Silva (2015a)**	**Cardoso (2016)**
Título	*O potencial (económico) da LP: representações de alunos*	*Fonias Lusas ou Lusofonias – as variedades do Português no sistema de ensino (secundário) em Portugal*	*A Língua Portuguesa no ciberespaço: um estudo com aprendentes mexicanos e portugueses*
Público	-20 alunos PLM - 9º ano - Aula de Português	- 15 alunos (12 portugueses e 3 angolanos) -10º ano Ensino Profissional (Técnicos de Comércio) -Aula de Português	a) Universidade Autónoma do México / CELE[254] - 18 alunos (17 mexicanos e 1 peruano) - 1º ano - Aula de Português LE / sessões on-line. b) Escola (3º CEB / Secund.) - 29 alunos (28 PLM, 1 moldavo) - 11º ano (Ciências e Tecnologia) - Aula de Português

Tabela 1 – Identificação dos três estudos académicos

No estudo de Henriques, cuja recolha foi realizada numa aula de Português, do 9º ano de escolaridade, os alunos revelaram alguma dificuldade em indicar as línguas mais faladas no mundo, com exceção do Inglês, ao qual atribuíram um lugar cimeiro. No que diz respeito ao lugar ocupado pela LP, no contexto das outras línguas, os alunos manifestaram algumas incertezas.

No que concerne aos valores da LP, são sublinhadas a dimensão histórica, sociocultural e intelectual, ignorando a sua presença relevante nos espaços virtuais, no domínio científico, político ou económico. Como afirma o autor: "(…) *na leitura de todas as respostas, perpassa uma associação direta entre Portugal e a LP, denotando que os alunos menosprezavam o facto de esta última ultrapassar as fronteiras do seu país e de, atualmente, serem outros os atores responsáveis pela sua expansão*". (Henriques, 2014:95) Não hesitaram, contudo, em reconhecer a importância do crescimento da LP, mas sem vislumbrar o impacto que este fenómeno pode ter. No entanto, consideraram fundamental um bom domínio da LP, sobretudo por questões afetivas (LP=LM) e algumas preocupações profissionais que se começavam a esboçar.

[254] CELE- Centro de Ensino de Línguas Estrangeiras.

Numa última fase deste projeto, foi realizada uma sessão de sensibilização à LP no contexto mundial e lusófono, com os novos valores que começam a emergir: de comunicação internacional, de ciência, económico… Esta sessão trouxe algumas mudanças de atitude face à língua. Os alunos passaram a entender a LP como uma "ferramenta" que se reveste de grande importância, numa sociedade cada vez mais global. Como afirmou um dos alunos: "*Se não conseguir trabalho em Portugal talvez tenha de emigrar e para ter um certo emprego no futuro tens de saber falar português o que no futuro ajuda muito.*" (Henriques, 2014: 89).

O estudo de Silva (2015a), que se desenrolou na mesma Escola em Aveiro, teve como público uma turma do 10º ano, com um percurso diferente do anterior, dado que se tratava de estudantes do Ensino Secundário, e mais exatamente, do Ensino Profissional (Técnicos de Comércio): doze portugueses e três angolanos. Como o estudo precedente, assentou em duas etapas:

i) através do questionário, foi feito o levantamento dos conhecimentos e perceções dos estudantes face à LP, às suas variedades e aos seus valores; os resultados não diferiram substancialmente dos de Henriques (2014);

ii) sessão de sensibilização ("Fonias Lusas"), "com vista à promoção de um espaço de reflexão e de desconstrução de pré-conceitos apurados na fase anterior de aplicação do questionário" (Silva, 2015a: 80).

Esta sessão contou com uma maior e mais empenhada participação dos estudantes, sobretudo da parte dos três africanos, geralmente bastante passivos na aula de LP. Houve, de facto, alguma evolução no reconhecimento de um percurso novo na língua e na sua diversidade, como nos mostram estes testemunhos (Silva, 2015b):

"*…porque estamos ligados pela história e por este motivo somos todos lusófonos, independentemente do sotaque…"; "…aprendi o que é a lusofonia (…) porque a lusofonia não são só os cinco países africanos…"; "…aprendi que não sou só portuguesa e que também sou lusófona…*" .

Estes dois estudos focalizam a importância do professor, como agente de mudança e de abertura, num trabalho que deve ser contínuo e continuado e não apenas restrito a uma ou duas sessões de sensibilização a estas questões de Educação em Português[255].

Cardoso (2016), no âmbito da difusão da LP através do seu ensino, interessou-se por perceber de que forma os alunos percecionavam o ciberespaço, como contributo para essa difusão e, em simultâneo, como meio de aprendizagem. Recordemos que no estudo de Henriques (2014) esta dimensão tinha sido negligenciada, muito embora vários estudos (Reto et al 2012; Reto, Machado e Esperança, 2016) demonstrem que a LP é uma das línguas mais utilizada na internet. O questionário de Cardoso (2016) foi passado presencialmente na Escola em Aveiro, com os alunos de 11º ano, enquanto o que apresentou aos estudantes de PLE do CELE / Universidade Autónoma do México, foi passado virtualmente. Aliás, a comunicação com os estudantes no México (e a com a respetiva professora de Português) realizou-se sempre virtualmente (correio eletrónico, Skype, sessões on-line).

Por razões óbvias, o questionário destinado a este público sofreu adaptações mais pronunciadas em relação ao original do que os questionários dos mestrandos anteriores. Quanto às grandes conclusões deste estudo, estas apontam para diferenças significativas entre os conhecimentos, as perceções e crenças dos alunos latino-americanos face aos portugueses. Os primeiros "*demonstram uma maior certeza em relação à posição cimeira que a LP ocupa, em relação às outras línguas, e que a valorizam como uma língua forte, considerando a sua importância enquanto veículo de cultura, de ciência e de comunicação com outros povos, para além da consciência do seu valor histórico*" (Cardoso, 2016:72). Os estudantes portugueses, pelo contrário, "*não denotam uma grande consciencialização sobre a importância e o alcance estratégico que a sua LM assume, a nível planetário* (…)" (Cardoso, 2016: 72), estando o valor de ciência quase ausente nas respostas dos jovens de Aveiro.

[255] Os mestrandos eram simultaneamente Estagiários na referida Escola, não tendo nem uma turma própria nem muita flexibilidade na gestão das aulas.

No que diz respeito à utilização da internet (programas, aplicações informáticas) na aula de LP e em LP: as respostas dos estudantes estrangeiros confirmaram a eficácia dessa utilização: o *teletandem*[256] permite diversificar as estratégias de ensino, desenvolvendo competências em diversas áreas; a aula virtual é estimulante e fomenta nos alunos o plurilinguismo, ao mobilizar conhecimentos linguísticos e culturais. Pelo contrário, no contexto educativo português citado, e porventura noutros, os conteúdos *web*, em Português, não são muito utilizados, no entanto, podem promover nos alunos uma consciência da comunidade lusófona, uma aproximação a ela e ao mundo em geral. Cardoso (2016) conclui, então, que há, efetivamente, inúmeras possibilidades na utilização do ciberespaço na sala de aula, embora os alunos portugueses só reconheçam ao Inglês o valor de língua do ciberespaço. Este facto deve-se, certamente, às estratégias utilizadas em aula de língua(s) que tendem a ser predominantemente tradicionais. Verificamos que estes três projetos analisados enfatizam o papel fulcral dos professores de Português numa nova abordagem em Educação em Português, aberto a novos valores, a outras geografias e a outros povos.

3. COMENTÁRIOS FINAIS

Teve este texto como preocupação apresentar alguns resultados de estudos que analisaram os conhecimentos e perceções de estudantes face à LP. Não obstante os conhecimentos não serem muito abrangentes, constatamos que os cabo-verdianos e os latino-americanos, isto é, os participantes não nativos, possuem uma maior bagagem linguístico-cultural do que os portugueses e os brasileiros. Quanto às perceções e crenças, também são os estudantes estrangeiros quem mais confia na LP e a reconhece como língua de comunicação internacional e de ciência, para além do seu valor histórico (neste último valor encontrando os nativos). Com efeito, é necessário consciencializar os falantes e os aprendentes que a LP é uma língua de futuro, sensibilizando-os para a sua importância demográfica, o seu reconhecimento internacional, com uma atitude de confiança face à língua, e combatendo, em particular, o ceticismo (Ançã, 2016; Ançã et al., 2014; Galito, 2006) e a falta de "autoestima crónica" (Castilho, 2013). Parece evidente que cabe ao professor contribuir para esta mudança de atitudes nos

[256] Ferramenta de grande utilidade no ensino e aprendizagem de línguas que se baseia em três princípios: o da *igualdade*, - os falantes têm idêntica oportunidade de acompanhar o processo de aprendizagem dos seus companheiros; o da *reciprocidade*, - a comunicação é efetuada de uma forma síncrona e colaborativa; o da *autonomia*, cada falante faz a gestão da sua aprendizagem (Cardoso, 2016).

alunos, mas, em primeiro lugar, é necessário que ele próprio também esteja consciente das potencialidades da LP, ou seja, que se mantenha informado e atualizado.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ançã, Maria Helena (2015) "Que valores tem a Língua Portuguesa? Um estudo com universitários portugueses, brasileiros e cabo-verdianos". In Roberto Samartim, Raquel Bello Vasquez, Elias J. Torres Feijó e Manuel Brito-Semedo (eds.), *Estudos da Associação Internacional de Lusitanistas - AIL em Ciências da Linguagem: Língua, Linguística, Didática.* Santiago de Compostela / Coimbra: AIL Editora, 146-155.

Ançã, Maria Helena (2017) "A Língua Portuguesa e os seus falantes – alguns estudos em contexto educativo". Conferência apresentada ao *I Simpósio de Ensino de Língua Portuguesa*, Cuiabá (Brasil): Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 22-24 junho 2017.

Ançã, Maria Helena, Guzeva, Tatiana, Gomes, Belinda, Macário, Maria João e Paiva, Zilda, Ohuschi, Márcia (colab.) (2013) "Língua portuguesa e lusofonia: na voz de universitários portugueses e brasileiros". *Atas/Anais do 20º Colóquio da Lusofonia.* Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia / Instituto Politécnico da Guarda (versão CD-ROM).

Ançã, Maria Helena, Macário, Maria João, Guzeva, Tatiana e Gomes, Belinda (2014) "O papel da Educação em Português na promoção e difusão da língua – um estudo com um grupo de estagiárias" in Revista *Lusófona de Educação*, 27, 93-108.

Calvet, Louis-Jean (2002). "Mondialisation, Langues e Politiques Linguistiques" (Diponível em: ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Calvet.pd; consultado em abril 2013).

Calvet, Alain et Calvet Louis-Jean (2012) *Baromètre Calvet des langues du monde* (Disponível em:http://wikilf.culture.fr/barometre2012/; consultado em dezembro 2012).

Cardoso, Ana Paula (2016) *A Língua Portuguesa no ciberespaço: um estudo com aprendentes mexicanos e portugueses*. Relatório de Mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3ºCEB e Secundário. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Castilho, Ataliba de (2013). "Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa". *Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa* (org. ANPOLL/ILLP). Santa Catarina: UFSC, 6-8 março 2013.

Castro, Ivo (2009). "A Internacionalização da Língua Portuguesa". Comunicação ao Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, 16 junho 2009.

De Swaan, Abram (2001). *Words of the World*, Cambridge: Polity Press.

Galito, Maria Sousa (2006) *Impacto Económico da Língua Portuguesa* (Disponível em http://infoeuropa.eurocid.pt/files/00004001; consultado em dezembro 2013).

Henriques, João André (2014) *O potencial (económico) da LP: representações de alunos*. Relatório de Mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3ºCEB e Secundário. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Laborinho, Ana Paula (2016) "Língua Portuguesa e Internacionalização". Discurso na *Cerimónia de Abertura do Ano Letivo 2016/2017*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 9 de novembro.

Oliveira, Gilvan Müller (2013) "Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI". In Luiz Paulo Moita Lopes (org.) *O Português no século XXI. Cenário geopolítico e sociolinguístico*, São Paulo: Parábola, 53-73.

Oliveira, Gilvan Müller (2016) "O Sistema de Normas e a evolução demolinguística da Língua Portuguesa". In Maria Luisa Álvarez Ortiz e Luís Gonçalves, (orgs.) *O Mundo do Português e o Português no Mundo afora: especificidades, implicações e ações*, Campinas: Pontes, 25-43.

Reto, Luís (coord.), Esperança, José Paulo, Gulamhussen, Mohamed A., Machado, Fernando Luís e Costa e António Firmino (2012) *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Textos Editora.

Reto, Luís Antero, Machado, Fernando Luís e Esperança, José Paulo (2016) *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros / ISCTE – IUL / Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Silva, Cláudia Isabel (2015a) *Fonias Lusas ou Lusofonias – as variedades do Português no sistema de ensino (secundário) em Portugal*. Relatório de Mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3º CEB e Secundário. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Silva, Cláudia Isabel (2015b) *Fonias Lusas ou Lusofonias – as variedades do Português no sistema de ensino (secundário) em Portugal*. Apresentação em PowerPoint do Relatório de Mestrado em Ensino de Português e de Língua Estrangeira no 3º CEB e Secundário, Provas Públicas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 27 de novembro.

Simons, Gary F. and Fennig, Charles D. (eds.) (2017). *Ethnologue: Languages of the World*, Twentieth edition. Dallas, Texas: SIL International (Disponível em: http://www.ethnologue.com, consultado em maio 2017).

39. PAULO RAMALHO, ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA, AÇORES

TEMA 1.2.1. A RECRIAÇÃO LITERÁRIA A PARTIR DA NARRATIVA FRUTOSIANA - "SAUDADES DA TERRA" COMO REPOSITÓRIO DE ESTÓRIAS E FONTE DE INSPIRAÇÃO NO DOMÍNIO FICCIONAL, PAULO RAMALHO

Os anais, atas, crónicas e outros documentos históricos relativos aos primeiros séculos de povoamento do arquipélago açoriano estão repletos de narrativas impressivas que, pelo seu caráter humano, com pendor para a alegoria, ou pela forma como por vezes oscilam entre o épico e o pícaro, se revelam potencial matéria ficcionável, de grande plasticidade no domínio da criação literária e cinematográfica. Como escritor, sempre me senti atraído por estes relatos, quase sempre mais verosímeis que fantasiosos, mas onde o irreal continua a irromper por linhas de fronteira imprecisas, em que o extravagante e o milagroso se aventuram de braço dado com factos decorrentes do mundo real.

Releia-se a esta luz "Saudades da Terra", de Gaspar Frutuoso, "Crónicas da Província de S. João Evangelista", de Frei Agostinho De Monte Alverne ou "História Insulana", de António Cordeiro e perceber-se-á o que quero dizer. Aplique-se a mesma lente de aumento – a lupa do criador em busca de inspiração – sobre os "Anais da Ilha Terceira", a "História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta", o Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira ou o Arquivo dos Açores e achar-se-á, dentro destas páginas da historiografia açoriana, todo um repositório de estórias que podem constituir fonte de inspiração no domínio narrativo e dar origem a formas originais de recriação artística.

Muito está ainda por fazer nessa área, e o povoamento do arquipélago continua a ser território ficcional não totalmente cartografado. Quem se atrever, por isso, a navegar em tais mares há de encontrar muitos baixios – mas também algumas enseadas onde apetece ancorar o barco da escrita e deixar correr a pena ao sabor das águas tumultuosas do passado. Pela parte que me cabe, tenho-me limitado a singrar com prudência em torno de Santa Maria, usando para carta de marear a obra de Gaspar Frutuoso.

Frutuoso (1522-1591) é unanimemente considerado o «pai» da história açoriana, e "Saudades da Terra", a sua *magnun opus*, um documento imprescindível para o conhecimento da Macaronésia no final do século XVI. Os seis volumes do manuscrito – detalhada descrição histórica e geográfica dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, redigida entre 1586 e 1590 – continuam ainda hoje a ser um importante manancial de informações sobre a geografia, mineralogia, história, usos e costumes, genealogia, toponímia, fauna e flora dos arquipélagos atlânticos nos dois primeiros séculos de povoamento.

Mas este ilustre micaelense, bacharel em Artes e doutor em Teologia pela Universidade de Salamanca, não se limitou a ser o melhor dos cronistas insulanos (o que já não seria pouco). Destacou-se também, no pequeno e isolado meio cultural açoriano, pelo seu conhecimento enciclopédico e humanismo multifacetado, típico de um espírito renascentista.

Literato, artista, músico, observador sensível de todos os fenómenos naturais, Frutuoso foi um homem da sua época, aberto a um mundo em mudança e atento a todas as formas de conhecimento da realidade. A sua formação erudita e a leitura atenta dos autores clássicos (Aristóteles, Heródoto, Tucídides, Virgílio, Cícero), aliada à atenção dispensada ao trabalho dos seus contemporâneos (Garcia de Resende, João de Barros, Damião de Góis, António Galvão), colocam o cronista das ilhas atlânticas entre a elite cultural do seu tempo e revelam-se de um modo particularmente evidente ao longo da composição de "Saudades da Terra", onde a vivacidade com que evoca tradições e conta histórias se alia muitas vezes a uma idealização poética da realidade, assente numa trama alegórica que deve muito às normas e à estética da tradição literária greco-latina.

Se estas referências clássicas são mais abundantes no Livro Primeiro, elas não deixam de estar presentes no conjunto da obra, espreitando ao longo da narrativa ou impondo-se em determinados capítulos, quer pela estrutura formal de composição, quer pelo imaginário pagão, assente em temáticas grandiosas e mitologias ficcionadas que enfatizam as virtudes do amor platónico. É o caso da interessante alegoria sobre a deriva – rio Tejo abaixo e Atlântico fora – das ilhas de São Miguel e Santa Maria, até ao seu parto final, a partir dos corpos de pedra do gigante Almourol e da giganta Cardiga, que surge no capítulo XXXVII do Livro Quarto.

Partindo de uma ideia poética – a ilha de S. Miguel assemelha-se a um gigante "no espaçoso mar deitado e em perpétuo sonho dormindo" – e de um facto real – Frei Gonçalo Velho, primeiro Capitão de São Miguel e Santa Maria, foi Comendador de Almourol –, Frutuoso cria um elaborado enredo em torno de um gigante mourisco chamado Almourol, "que alguns disseram haver antigamente" e que foi senhor, no rio Tejo, "daquele castelo que tomou o nome dele".

Almourol era um "*horrendo e espantoso gigante, de grande e espaçosa estatura*" (notem-se as ressonâncias adamastorianas da descrição) que depois de falecido foi enterrado junto ao Tejo, nas imediações do seu castelo. Sucedeu, porém, que certo dia o rio galgou as margens com "*tão crescida enchente que, escarvando a terra de sua recente sepultura, trouxe por suas apressaduras correntes abaixo seu corpo inteiro" (...) [através das] amenas e saudosas serras, as terras verdes e frescas, os campos cheios de cores e deleitosos prados, as quintas alvíssimas e formosas e aquelas populosas vilas e ricos lugares que de ambas as partes o acompanham*."

Frutuoso descreve a dor dos seus familiares que, vendo o gigante partir na deriva da corrente e lembrando-se de como fora seu senhor, "*casado com a Cardiga, sua senhora, já morta, deram grandes gritos, lamentando o seu apartamento tão saudoso."* Segue-se depois o circunstanciado relato do arrastamento do corpo em direção à embocadura do Tejo e ao grande mar oceano. O gigante passa meia légua abaixo do castelo de Almourol, à vista do mosteiro de Santo Onofre, e de duas quintas "*que dali a quatro tiros de besta estão de aquém e de além Tejo*." Meia légua mais à frente bordeja a Chamusca, Ulme e a Golegã, até chegar à vista da vila da Azinhaga e da cidade de Santarém, por entre vívidas descrições da paisagem, com referências a quintas e palácios, famílias ilustres, pormenores geográficos de interesse, detalhes históricos e, até, curiosidades avulsas.

Um exemplo: "*E logo três tiros de besta para baixo, a quinta de André Teles, e além, uma légua e meia de campo até às Barrocas da Rainha, apartadas meia légua do Tejo, em que entra correndo por junto delas um rio pequeno, que se passa em uma barca de grande rendimento, cujo barqueiro tem seu prémio*

cada novidade de cada um dos lavradores do campo, e a barca certa moeda de real e meio, de cada pessoa que nela passa. E atrás das Barrocas, em que está a venda, vira um mosteiro da Província de S. José, de religiosos capuchos; e logo mais adiante, uma légua e meia de fertilíssimos campos e vinhas."

Depois de Santarém a deriva do descomunal cadáver prossegue, por entre pormenorizadas descrições de férteis lezírias e terras ribeirinhas. Sucedem-se as localidades, ora numa margem, ora na outra, até à "*afamada vila de Almada (...) em que haverá perto de sessenta moendas que moem de maré, e bons vinhos e muita lenha de pinho, de rama e de tronco, que em barcas levam para Lisboa*".

Em frente do gigante, estendendo-se desde Xabregas a Belém, está agora a magnífica capital do reino, apinhada de denso casario e variadas gentes. E, acrescenta o cronista, daquele local parece Lisboa o realmente que é: "a mais soberba e populosa cidade do universo." De tal modo que (assevera, num arroubo literário) se Almourol fosse ainda vivo "*o borborinho e bafo dela [ali] o detivera e muito curta lhe parecera a idade para desejar de gastar em tal cidade a vida toda.*"

A passagem da colossal criatura diante da grande urbe não passa, no entanto, despercebida. Vendo-o deslizar sobre as águas, os frades dos mosteiros pedem a Deus para os livrar de semelhante monstro, e as saloias de Oeiras fogem em pânico, deixando a praia juncada com os cestos, que para "*refeição da natureza enfastiada ou faminta da populosa cidade traziam*". As únicas que não parecem temer Almourol são as ninfas Tágides, acostumadas a conviver com estranhas criaturas marinhas. Ainda assim, as suas opiniões dividem-se. Seria ele um animal das profundezas oceânicas? O pai das naus das Índias? Ou uma grande serra que "com crescida corrente, as doces águas ao salgado mar (…) levavam"?

Passando Almourol a barra do Tejo, "*se veio engolfando no grande mar oceano, para esta ocidental parte" e, navegando ao sabor de fortes correntes e ventos, acabou por encalhar longe da costa, no baixio das Formigas. Ora, explica o cronista, "como era corpo de excessiva grandura e pesado, neste lugar fez assento e aqui se ficou nestas oceanas e salgadas águas o morto sepultado para sempre*." Assim surgiu a ilha de São Miguel.

Alguns anos antes, uma outra enchente do Tejo tinha já trazido até tão longínquas paragens a giganta Cardiga, a quem depois foi posto o nome de Santa Maria. E eis que agora, para remate feliz desta fábula insular, o gigante voltava para perto de sua defunta mulher, morto também ele, mas preso ainda de seus amores. "*Ambos escolheram aqui os seus jazidos*", conclui melancolicamente Gaspar Frutuoso, "*porque na verdade qualquer ilha destas, neste tão comprido e largo mar oceano, não é outra coisa senão uma prisão algum tanto espaçosa, e até, de coisas pequenas, quanto mais das grandes, uma muito estreita e muito mais curta sepultura*."

As aventuras póstumas dos dois amantes inseparáveis, Almourol e Cardiga, são um bom exemplo das múltiplas possibilidades de recriação artística que a narrativa frutosiana oferece – e por essa razão me demorei nos meandros da história. Imagino-a (porque não) fonte de inspiração mitológica para o ciclo criativo de um pintor; ou então tema para uma curta-metragem de cinema de animação (os laços indissolúveis entre as duas ilhas mais orientais do arquipélago açoriano).

Diria, no entanto, que "Saudades da Terra" se impõe sobretudo como alfobre criativo no âmbito da ficção literária – romance, conto, teatro, literatura infan-tojuvenil –, por força da estrutura quase novelesca de alguns dos factos descritos. Na sua tentativa de recolher informações exaustivas e reconstituir determinados episódios históricos, Gaspar Frutuoso recorre com frequência à memória viva de pessoas coevas dos acontecimentos – o que certamente contribui para conferir à narrativa um elevado grau de verosimilhança. É o caso – podemos deduzi-lo com segurança – do dramático assalto de corsários à ilha de Santa Maria no ano de 1576, abordado com invulgar minúcia entre os capítulos décimo sétimo e vigésimo do Livro Terceiro.

A história começa no dia 4 de agosto desse ano, sábado à tarde, com a passagem ao largo da costa sul da ilha de São Miguel de três barcos corsários franceses. A esquadra vem com intenções de atacar Vila Franca, mas, face a uma inesperada resistência, acaba por se fazer de novo ao mar alto e dirigir-se para a ilha vizinha de Santa Maria – mais pequena e menos defendida. Domingo de manhã os acontecimentos precipitam-se, com a chegada dos barcos franceses a Vila do

Porto. A tropa corsária desembarca e, dividida em dois grupos de assalto, começa a subir a ladeira em direção à vila. Os moradores tentam opor resistência, mas a fuzilaria cerrada faz bastantes vítimas, obrigando a população a fugir e os defensores a recuar em desordem.

Frutuoso conta como um tal Amador de Goes, surrador de peles, se vira então para o soldado Manuel de Sousa e lhe diz, tomado de pânico: "*Senhor, vamo-nos daqui que nos matam com os tiros*". Mas Manuel de Sousa não lhe dá ouvidos e arremessa-se contra os corsários, dizendo: ""*Ah, duns perros, cães, que vos hei de comer os fígados*!" Amador de Goes, antes de fugir, ainda tem tempo de o ver por terra, "*derribado de um tiro de escopeta, que um dos contrairos lhe tirou de tão perto que quase lhe pôs a escopeta nos peitos*." E é de notar, reflete muito cristãmente o nosso cronista, *"o juízo de Deus que, sendo este Manuel de Sousa absente da ilha havia quarenta anos, pelo homízio e morte do filho de Rui Fernandes de Alpoem (...) veio aquele ano à dita ilha para nela pagar daquele modo o mal que nela fizera*."

Tomada a vila, os corsários dedicam-se ao saque. E é então, no meio da desorientação geral, que se dá um oportuno milagre. O padre Baltazar de Paiva, temendo a profanação da igreja matriz, passa como uma flecha entre os soldados inimigos, entra no templo, montado no seu cavalo, abre o sacrário e retira o Santíssimo Sacramento. Quando se dispõe a abandonar o edifício, verifica, no entanto, que o caminho já se encontra bloqueado pelos franceses. Que fazer…? Encurralado, o padre dispõe-se a morrer quando vê abrir-se sozinha uma pequena porta lateral, que estava fechada à chave. Aproveitando o miraculoso sucesso, Baltasar sai a galope rua acima, enquanto um soldado francês dispara uma arcabuzada que lhe passa a rasar a cabeça. Os acontecimentos sucedem-se. Há atos de heroísmo e de cobardia. Uma batalha inglória nos ermos de Santo Antão e um pedido desesperado de ajuda para São Miguel. Em Ponta Delgada, o Capitão-Donatário decide enviar o sargento-mor Simão Quental com armamento para os defensores, enquanto prepara uma expedição de socorro. Simão Quental, homem belicoso, sedento de glória, desembarca nos Anjos terça-feira de manhã e dirige-se de imediato ao encontro da população, acantonada em Santo Antão. O sargento-mor sabe que traz apenas armas ligeiras, mas, desejoso de protagonismo, não está disposto a esperar pela chegada dos reforços vindos de São Miguel. Tenta, por isso, levantar o moral dos defensores e predispô-los à batalha com todo o tipo de argumentos, incluindo – relata Gaspar Frutuoso – a rivalidade entre

as duas ilhas: "*não quisessem* [os marienses] *que ficasse em perpétua memória dizerem os da ilha de São Miguel que, se eles não foram, viveram toda a vida desonrados, e* [por isso] *muito melhor lhes vinha ganharem eles por suas mãos o perdido (…) que aguardar ajuda de outra parte*."

Por fim, como a maioria dos presentes não estivesse convencida que um ataque aos invasores fosse melhor do que esperar pelos reforços, Simão Quental acaba por investir sobre o inimigo sem cuidar de saber quem o acompanha. Algumas dezenas de metros mais à frente, constata que está desamparado de apoiantes, e (como explica com humor o cronista) é-lhe então "*necessário ser tão valente pelos pés como soia sê-lo na guerra pelas mãos*." Na tarde dessa terça-feira, enquanto tais jogos de guerra têm lugar nos arrabaldes de Vila do Porto, parte de Ponta Delgada a aguardada expedição de socorro, composta por "*duzentos homens de peleja, afora a gente do mar*" e diversas peças de artilharia. A tropa portuguesa desembarca em São Lourenço e inicia de imediato a sua caminhada em direção a Vila do Porto, onde chega na manhã de quarta-feira. No entanto, os corsários franceses já haviam partido. Avisados da iminente chegada de reforços, tinham-se feito de novo ao mar, deixando atrás de si um rasto de dor e destruição: dez mortos e onze feridos entre a população, casas arrombadas, praças "*juncadas de buchos de porcos e de outras alimárias, e muitas porcelanas e outras peças e bandejas da índia quebradas pelas ruas, porque as quebravam pelas não poderem levar e por não aproveitarem para os da terra*."

Esta minuciosa narrativa de um ataque corsário a Vila do Porto – recheada de mais peripécias, quadros humanos e surpreendentes *volte-faces* do que aqueles que cabem numa abordagem sucinta – constitui um bom exemplo da plasticidade literária de "Saudades da Terra". O desembarque dos franceses, com os seus muitos episódios que oscilam entre o pícaro e o comovedor, daria certamente matéria para um romance de época. Pela minha parte, procurei recriar estas aventuras e desventuras dos marienses no verão de 1576, adaptando-as a um texto de caráter infantojuvenil. O livro, com ilustrações de Paula Rocha e design de Carol Roman, foi editado em 2015, pela Agencia para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores, e faz parte das obras recomendadas pelo Plano Regional de Leitura.

Paulo Ramalho

40. PEDRO PAULO CÂMARA, ESCOLA PROF. APRODAZ, ESCRITOR, AÇORES, aicl

TEMA 1.2.1 *SAUDADES DA TERRA*: ENTRE A HISTORIOGRAFIA E O REGISTO LITERÁRIO, PEDRO PAULO CÂMARA

É intenção deste trabalho de investigação abordar, ainda que tangencialmente, tendo em conta a sua extensão, o legado de Gaspar Frutuoso, historiador, cronista e teólogo humanista, açoriano, a partir da leitura e análise de capítulos, do Livro I, primeiro dos seis volumes da obra *Saudades da Terra*, que correspondem à minuciosa apresentação histórica e geográfica dos arquipélagos da Macaronésia, no século XVI.

Almeja-se, todavia, aprofundar aspetos particulares que consideramos pertinentes nesta obra de culto, e cujo escrutínio do Livro I poderá contribuir para ilustrar os restantes livros do conjunto, sendo que pretendemos verificar as diferenças entre o discurso historiográfico e discurso literário, bem como os pontos de convergência dos mesmos e a miscigenação destes discursos, anuído ao esbater de fronteiras entre ambos. Apesar de serem considerados, recorrentemente, opostos e incompatíveis pela sua natureza e estrutura, o discurso historiográfico e o discurso literário encontram-se, frequentes vezes, fundidos na mesma obra, enriquecendo-se e enriquecendo-a, situação de que o texto em questão é exemplo.

Teremos por pilar o texto de Ana Paula Avelar, *Representações*, por considerarmos que este apresenta considerações pertinentes no que diz respeito à interdisciplinaridade, aquilo que representa, as vantagens que esta ostenta e a sua possível necessidade de aplicação, e no que diz respeito, ainda, à forma como a utilização desta contribui para o esclarecimento das representações do *Outro*, e por consequência do *Nós*. Teremos este texto em consideração pelo facto de a autora focar neste, também, o legado do Humanismo, sendo que o autor por nós escolhido, sacerdote, bacharel em Artes e Doutor em Teologia, se enquadra nesta filosofia moral.

O legado de Gaspar Frutuoso[257], historiador, cronista e teólogo humanista, açoriano, parece ter caído no esquecimento[258], oculto pela poeira do tempo, do mesmo tempo que constitui a História, e aparenta estar confinado às estantes de algumas casas, bibliotecas e escassas livrarias. Pretender-se-á, pois, a partir da leitura e análise de diversos capítulos selecionados, por imperativo das limitações de extensão deste trabalho, do *Livro Primeiro*, primeiro dos seis volumes da obra *Saudades da Terra*, que corresponde à minuciosa apresentação histórica e geográfica dos arquipélagos da Macaronésia, e considerado como *"o pórtico do magnífico monumento histórico que o insigne patriarca das letras açorianas legas às posteriores gerações destas terras insulares"*[259] (Frutuoso, 1998: VI), colocar em evidência a qualidade da sua obra, no que diz respeito ao seu valor enquanto registo historiográfico e enquanto possuidora de caraterísticas que a aproximam do registo literário.

Desta forma, neste trabalho, pretender-se-á aflorar as diferenças entre o discurso historiográfico e discurso literário, bem como os pontos de convergência dos mesmos e a miscigenação destes discursos, anuído ao esbater de fronteiras entre ambos, mediante a facultação, essencialmente, de exemplos dos primeiros e últimos capítulos do *Livro Primeiro*.

Teremos por base, ainda, o texto "Representações", de Ana Paula Avelar, por considerarmos que apresenta considerações pertinentes no que diz respeito à interdisciplinaridade (o que representa, as vantagens que ostenta e a sua possível necessidade de aplicação), no que diz respeito, ainda, à forma como a utilização desta contribui para o esclarecimento das representações do *Outro*, e por consequência do *Nós*, e pelo facto do texto desta autora focar, também, o legado do Humanismo, sendo que o autor por nós selecionado, sacerdote, bacharel em Artes e doutor em Teologia, se enquadra nesta filosofia moral.

[257] Autor açoriano, nascido em 1522, na cidade de Ponta Delgada, e falecido na atual cidade de Ribeira Grande, em 1591, onde exerceu funções de vigário na igreja matriz.
[258] Afirma Rodrigo Rodrigues, na Notícia Biográfica do Dr Gaspar Frutuoso, que "O Padre Dr. Gaspar Frutuoso foi o primeiro cronista insulano e nessa qualidade é uma lídima glória da nossa terra a que se não tem prestado a devida veneração**…"** (1998: XI)
[259] Expressão de Manuel Monteiro Velho Arruda, citada pelo autor das Palavras Prévias, João Bernardo de Oliveira Rodrigues, redigidas em Ponta Delgada, no ano de 1966, e presentes na edição de 1998.

Apesar do pertinente trabalho de pesquisa levado a cabo para a construção de *Saudades da Terra*, dos diferentes contactos que o autor estabeleceu para recolha de informação, das possíveis viagens que encetou, e da redação desenvolvida por Gaspar Frutuoso, a informação disponível acerca deste criador quinhentista e da sua obra não é muito diversificada, o que consideramos uma lacuna que deverá ser colmatada, sendo que acreditamos que uma outra abordagem enriquecedora, para além daquela aqui patente, seria a de analisar o tratamento da informação que Frutuoso faz dos seus antecessores.

Os dados apresentados nos diversos sítios encontrados, quanto à biografia, apresentam informações repetidas e, frequentes vezes, plagiadas, o que não contribui para o enriquecimento dos resultados da pesquisa. Estará o autor morto para todo o sempre, votado ao oblívio? Em outras circunstâncias, os dados que apresentam são abstratos, inconclusivos ou com diversas lacunas temporais.

A pesquisa acerca da obra também se revelou bastante improdutiva, pois mor parte das abordagens disponíveis on-line, e em suporte papel, reduzem-se à elaboração de resumos dos conteúdos dos seis volumes que compõem a obra *Saudades da Terra*, o que seria possível elaborar, por si só, pela análise dos respetivos índices.

Em alguns casos, encontramos alguns trabalhos científicos sobre aspetos particulares da obra, como é o caso de "Gaspar Frutuoso e Bernardim Ribeiro: A revelação de Deus faz-se na História", da autoria de António dos Santos Pereira, ou, ainda, algumas peças jornalísticas aquando dos 490 anos da sua morte, a título de exemplo. Acresce a essa dificuldade uma quase inexistência de trabalhos críticos acerca da obra.

Acreditamos que poderá ter contribuído para este (quase) desconhecimento, o isolamento a que esteve votado na fase final da sua vida, ao residir na ilha de São Miguel, em pleno século XVI, apesar de ter viajado e de ter residido em outras regiões nacionais e internacionais, e o facto de *Saudades da Terra* ter permanecido oculta por séculos, já que, aquando da sua morte, ter sido o seu espólio doado aos jesuítas e que, pela expulsão destes, a posse da obra tenha transitado para a família do então governador de São Miguel e, posteriormente, para as mãos do representante de uma família nobre local, o Marquês

da Praia e Monforte, que a ofereceria à Junta Geral. Só a partir de finais do século XIX vieram a público, progressivamente, parcelas, meticulosamente selecionadas[260], dos textos.

Em virtude da exiguidade de informação disponibilizada e da sua parca variedade, optámos por estabelecer uma metodologia de análise pessoal, assente no exame do *Livro Primeiro*, do qual procederemos à apresentação de exemplos de capítulos distintos, e executámos à criação de tabelas e esquemas que comparassem, não só as referências a outros entendidos, bem como os contributos que estes ofereceram ao texto de Frutuoso, alusões que evidenciam a preocupação do autor em apresentar um registo idóneo, coerente e fundamentado e outras que comprovassem o teor literário da obra, nomeadamente no que diz respeito à ocorrência e recorrência de recursos estilísticos, da polissemia e do sentido conotativo.

O historiador em questão, nos variados capítulos em estudo e que poderão servir de exemplo para toda a obra, recorre, de forma original, mas precisa, à interdisciplinaridade, apresentando autores e perspetivas que validam alguns dos dados apresentados, ou outras que acabam por negar informações anteriormente expostas no tempo, à luz de novas evidências. Verificamos, assim, que Gaspar Frutuoso tem consciência de que a construção da história e do conhecimento histórico é um processo e que evolui ao longo dos tempos, a partir de novas informações e do cruzamento de diversas fontes do saber, aplicando "*a prática interdisciplinar*" que, de acordo com Avelar (2011: 12),

> *"…não deve ser confundida como a mera justaposição de duas ou mais disciplinas, caraterizando-se a relação entre estas pela aproximação de saberes, já que este é o campo da multidisciplinaridade. A interdisciplinaridade procura a integração de saberes, podendo ser entendida: …como uma forma de viver com as diversas disciplinas criticamente e conscientemente, reconhecendo que as suas premissas mais básicas poderão sempre ser desafiadas e revigoradas por novas formas de pensamento que lhes sejam externas…"* (tradução nossa)

[260] A esse respeito existem diversas teorias, pelo que se aconselha a leitura das Palavras prévias, de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, e a Notícia biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso, de Rodrigo Rodrigues, presentes na edição de 1998 e que antecedem o *Livro Primeiro*.

No capítulo que encerra o *Livro Primeiro*, o trigésimo segundo,

> *"[e]m que a Verdade põe a opinião e parecer que tem da fundação das ilhas dos Açores e de algumas outras, e de seus primeiros e mais antigos descobridores. E diz como se perdeu a navegação antiga, em alguns tempos, até se tornar a cobrar pelos nossos portugueses, de que foi primaz e princípio o infante D. Henrique, de gloriosa memória, que mandou descobrir as mesmas ilhas dos Açores*" (1998: 117),

como em tantos outros, o autor açoriano faz referência a diversos historiadores e cronistas, desde João de Barros (1496-1570), a António Galvão (?-1557), Gonçalo Fernandez de Oviedo (1478-1557), Pedro Mexia (1497-1551), Damião de Góis (1502-1574), Aleixo Vanegas de Busto (1498/99-1562), Estêvão de Garibai (1533-1599), Johannes Magnus (1488-1544), Cornélio Tácito, considerado por muitos o maior historiador romano (58 d.C-117d.c); Estrabão (64 a.C.-23 d. C.) ou até Heródoto (485 a.C.?-420 a.C.), apontado como o "Pai da História".

É de referir que alguns dos mencionados também se destacavam em outras áreas, que evidenciaram nos registos que nos legaram, já que, por exemplo, João de Barros foi um dos primeiros gramáticos portugueses; António Galvão, Estrabão ou Heródoto eram geógrafos e Johannes Magnus era teólogo e genealogista. Ainda ao longo do capítulo em análise, são feitas referências oportunas a outros especialistas em distintas áreas, como é o caso da menção a Teofrasto (372 a.C. ?-288 a.C.), filósofo, ou a Aristónico de Alexandria, contemporâneo de Estrabão, gramático grego e escritor.

A referência a figuras contemporâneas ou suas predecessoras é, porém, muitíssimo mais extensa do que o anteriormente apresentado, o que obrigou, inclusive, à criação de um índice Onomástico que contém cerca de 500 nomes, que inclui, também, nomes bíblicos, como Noé, Moisés e Cristo, e mitológicos, como Minerva, Neptuno e Medusa. É uma evidência inequívoca da crença na utilidade e necessidade da interdisciplinaridade e na confluência de saberes distintos.

Ademais, o autor tem consciência de que não é o único detentor do *conhecimento* e da *verdade* e revela que está disponível para rever os seus argumentos e a sua posição perante determinados temas, caso outros se revelem mais válidos. Afirma Frutuoso que "*E ainda que se não há de pedir conselho senão aos sábios, contudo, se um cego me ensinar e mostrar o caminho certo, tomarei e seguirei de boa vontade (como diz Horácio) seu conselho"* (1998: 133/134). É este argumento espelhado pelo que defenderia Avelar, séculos depois, ao citar Joe Moran:

> *"Interdisciplinary study represents, above all, a denaturalization of knowledge: it means that people working within established modes of thought have to be permanently aware of the intellectual and institutional constraints within which they are working, and open to different ways of structuring and representing their knowledge of the world*" (2011: 12).

Todavia, pela inclusão a que procedeu de diversos saberes e pela análise das diversas fontes, Frutuoso defende que *"[e]ntenda e diga cada um o que quiser, que eu isto entendo e afirmo, enquanto não vejo outras melhores razões que me convençam meu entendimento no que agora disto alcanço saber*" (1998: 128).

Apesar de assim o parecer, a sua explanação da história e da geografia da Macaronésia não é corrompida por um discurso pessoal, frequentemente marcado pela primeira pessoa, mesmo que na voz da Verdade *("Aqui me ando sem eles de sombra em sombra, de penedo em penedo, sem me empedirem as praças cheias de murmuradores e lisonjeiros […] Aqui ando vendo novas cousas e novas soidades…"* (1998: 11), ou por juízos de valor e verbalização de opiniões pessoais, ainda que críticas acerca de quem rege a nação: *"… o que se poderia facilmente tirar a limpo […] o que se faria com pouca dificuldade, se os príncipes e senhores que possuem as províncias fossem tão curiosos de saber como o são de haver e lograr os bens e rendas que lhe delas [das ilhas] resultam*" (1998: 132). É evidente e incontornável afirmar que o autor se envolve, que não está isento e que manifesta o seu parecer, o que não descredibiliza, porém, o texto e o registo histórico.

Uma das estratégias mais curiosas adotadas por Gaspar Frutuoso é a sua abordagem a diversos ilustres que menciona e a apresentação que faz dos restantes historiadores, de cronistas e até de alguns militares (ou de outras profissões), elogiando-os, e cujas teorias, escritos e vivências utiliza para dar suporte às suas próprias ideias.

Vejamos: ao referir Aleixo Vanegas, apresenta-o como "*doctíssimo doctor*" (1998: 128) ou "*mestre*" (1998: 129); ao mencionar Estêvão de Garibai, apresenta-o como "*doctíssimo e curiosíssimo cronista universal de Espanha*" (1998: 128); ao utilizar como exemplo Damião de Góis, expõe-no como "*um tão docto e tão visto e benemérito cronista de tão altos e poderosos Reis*" (1998: 132); e ao nomear Pedro Mexia, revela-o como "*doctissimamente o nobre e docto cavaleiro*" (1998: 130). É evidente que, ao reconhecer os acima referenciados, no século XVI, como doutores, mestres ou nobres, através da atribuição consistente e consciente de adjetivos ou advérbios de modo, concede-lhes estatuto e reconhece, não só a pertinência do que apresentam, como a sua cientificidade. Ao fazê-lo, e ao concordar com estes, elaborando mais conhecimento, atribui, pois, também, credibilidade aos seus argumentos.

Importa, antes de prosseguir, apresentar os possíveis conceitos do que se entende por discurso historiográfico e discurso literário, as respetivas especificidades e os componentes dos mesmos. Sendo que a historiografia agrega escritos e documentos de cariz histórico, tal como aponta Luiz Henrique Torres ao citar um artigo publicado em 1972 de Francisco Iglésias, onde este escreve que

> *"[a] historiografia é uma obra da História, um escrito de natureza histórica. Impõe-se a palavra historiografia, uma vez que a palavra história é muito ambígua, por ser tanto a referência ao acontecimento, como sua reconstituição em livro [...]. Trata-se, portanto, de obras elaboradas, não de documentos* (Iglésias, 1972: 22-23)."[261]

[261] Torres, 1996: 53. Consultado em http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/1944.

poder-se-á dizer que o discurso historiográfico terá por base e missão a elaboração de textos de caráter histórico, de forma a relatar e perpetuar os feitos, vivências e factos históricos de um determinado local e de um determinado povo. Tal é apontando por Marlene Medaglia Almeida, também esta citada por Luiz Henrique Torres, no texto "O conceito de história e historiografia", como é percetível em

> *"historiografia: a prática e o discurso historiográfico, isto é, a prática intelectual especializada (mediada pelo instrumental teórico-metodológico da ciência histórica) que tem como objeto específico a realidade histórica, em sua integridade estrutural e superestrutural e seu produto: o conhecimento histórico* (Almeida, 1983: 22)."

No que concerne ao discurso literário, o mesmo apresenta fisionomia e conteúdo mais ambíguos e intrincados, não só por se manifestar diferentemente nos diversos géneros em que este se faz representar, mas, também, pela própria existência dos diversos modos e géneros literários, sejam estes líricos, narrativos ou dramáticos. Assim, para além do provocado pela liberdade criativa, construído ou desconstruído por esta, o discurso literário revela um nível de complexidade significativo por permitir uma multiplicidade de aceções e uma possibilidade assinalável de interpretações da mensagem. Para tal, contribui a conotação que, atribuindo um valor simbólico e um sentido figurado a um termo, amplia o seu significado e a variabilidade, já que cada recetor age diretamente sobre a mensagem, por força de uma perspetiva cultural. O discurso literário compõe-se, assim, de inúmeras singularidades e hipóteses.

Apesar de supostamente contrários e incompatíveis pela sua natureza e estrutura, o discurso historiográfico e o discurso literário encontram-se, frequentes vezes, fundidos na mesma obra, enriquecendo-se e enriquecendo-a.

Aqui, apesar de serem usados registos históricos, os mesmos são adaptados e moldados à realidade onde estão a ser redigidos – e ao período também político, em que se vive –, verificando-se a alteração, por vezes, do discurso, ou subjugação deste, de modo a salientar outras caraterísticas do facto histórico

em relato. Será neste contexto, também, que o discurso literário ganhará importância e destaque nesta obra, na qual o autor faz uso de uma linguagem mais ambígua e plurissignificativa, socorrendo-se de vários recursos estilísticos, como é o caso, por exemplo, da adjetivação ampla e recorrente, que surge para dar ênfase a alguns detalhes e, ainda, para embelezar o texto.

O texto "Novas Aproximações ao Antigo Regime Português", de Jean-Fréderic Schaub, publicado na revista Penélope, n. 22 (2000, p. 119-140), é assaz pertinente neste contexto, já que o autor apresenta algumas considerações sobre a herança historiográfica e a pedagogia da história em Portugal, expondo a oposição entre a história institucional linear e a história social global. O autor *revela "o avanço dos estudos modernistas em Portugal"*, os quais resultaram da *"superação do confronto entre história político-institucional e história socioeconómica"*, o que tem contribuído para a existência de *uma "historiografia caraterizada por uma extrema flexibilidade intelectual, um cálculo preciso dos investimentos em investigação e uma capacidade para rentabilizar com grande eficácia os protocolos de investigação recentes."*

Schaub prova que *"o caso português é muito rico em ensinamentos"* e coloca em destaque a renovação de que a historiografia portuguesa tem sido alvo ao longo das últimas décadas, através de apropriações científicas e ideológicas, pois desenha as instituições a partir dos contextos históricos, tendo em consideração o enquadramento mental dos indivíduos. Apresenta uma nova perspetiva, mais sensível a outras áreas de saber e a outros domínios da existência, como a cultura e a religião, a política e a economia, à sua integração e à pertinência destas na construção de conhecimento, tendo em conta a forma como interagem, se cruzam e se combinam: "*pedem emprestado instrumentos de análise à sociologia das redes e da receção cultural, à antropologia dos intercâmbios e da política, à crítica hermenêutica dos textos literários, teológicos ou jurídicos*."

É assumido que este modelo de investigação científica põe em causa visões tradicionais e que "*a maior parte dos autores* […] *citados luta*[m] *contra a tentação de produzir uma história genealógica da Idade Média*", num ato consciente de escape às restrições do "*mundo feudal, corporativo e profundamente religioso*" e de elevado rigor académico.

Consideramos, mediante o exposto, que Gaspar Frutuoso, na redação da sua obra, no final do século XVI, época conturbada da cronologia portuguesa, revelava estar atento e ser já, nesse período longínquo, um visionário no que concerne à redação da própria história, inovando e renovando perspetivas, conceitos e estratégias de abordagem e apresentação, deixando-se, pois, e também, influenciar pelos ideais do humanismo renascentistas, já que *"representa plenamente o tipo do humanista da Renascença, enciclopédico quinhentista, literato, artista e músico, observador atento dos fenómenos naturais, preocupando-se com experimentações alquimistas e tentando especulações nos domínios da geologia, da mineralogia e da petrografia"* (1998: XI)

O *Livro Primeiro*, ao qual dedicamos atenção, regista o encontro da Fama e da Verdade, estando esta última solitária, triste, chorosa e saudosa numa serra da ilha de São Miguel. É a Verdade que apresenta a descoberta das Canárias, de Cabo Verde e das ilhas de Castela, oferecendo uma panorâmica geral da história do Atlântico à Fama e ao leitor. Estamos em crer que Frutuoso almejava ou antevia que os seus registos fossem lidos e analisados posteriormente.

Afirma João Oliveira Rodrigues, ao debruçar-se sobre um aspeto em particular, em 1966, que *"[q]uanto a saber se Frutuoso destinava a sua obra à publicidade, inclinamo-nos a acreditá-lo. Isto pelas numerosas correções e aditamentos que, com a sua própria mão, introduzir, no desejo manifesto de apurar a forma literária e retificar ou atualizar informação"* (1998: LXXXVIII); todavia, pela análise do texto, acrescentamos que Frutuoso equaciona que porventura, no tempo, exista(m), efetivamente, leitor(es), ao apontar que *"[s]e, nalgum tempo, algum triste acertar de ler isto que escrevo, bem cuido que o meu mal lhe parecerá maior a ele, como a moeda dentro na água maior parece…" (1998: 7)*. Ademais, ainda no capítulo primeiro, Dederva, desconhecendo o tempo de vida que lhe resta, antecipando a sua eventual morte[262], afirma que

[262] Mor parte dos investigadores, como João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Rodrigo Rodrigues ou Manuel Monteiro Velho Arruda, acreditam que a obra frutuosiana terá sido redigida, na sua maioria, na década de oitenta do século XVI. Tendo nascido Gaspar Frutuoso em 1522, teria, aproximadamente, 60 anos, pelo que, e num período em que o território português estava sob os efeitos da peste e a taxa de mortandade era elevada, é possível que o próprio acreditasse que não viveria muitos mais anos. Assim, consideramos tal menção, na obra, mesmo que nas palavras de Dederva, ou seja, a Verdade, autobiográficas.

"Esses dias, que da vida me ficam, que não sei quantos poderão ser, ainda que cuido que não podem já ser muitos, quero gastá-los em escrever minhas saudades e mágoas neste pequeno livro e deixá-lo nesta obscura cova, onde aqui perto moro, pera os que nele e nestas faias virem algumas cousas por mim escritas possam conhecer que o fez e escreveu Dederva ..." (1998: 8).

Ganha substância, assim, a ideia de que redação do texto, também, é feita para consulta ulterior.

A existência, por si só, destas duas personagens, que dialogam e interagem, faculta à obra um certo teor fantasioso, que, com outros atributos, cimentará a sua literariedade. Saliente-se a seleção das personagens, escolha esta fruto de um tempo particular e de uma corrente específica, contemporânea do autor: o Renascimento, ou não tivesse Camões, por exemplo, feito uso, também, da Fama, no célebre episódio do Velho do Restelo. Registe-se que, então, literariedade e história, ou o seu registo, não são inconciliáveis, e que apenas o seu concerto, equilibrado, será abrangente, pela sua transversalidade, coerente e credível, isto porque

"[a] ciência e a erudição [são] indispensáveis à descrição e à compreensão do mundo. Mas só a arte permit[e] captar a sua essência. Ao verdadeiro historiador não basta[va] esclarecer com minúcia os factos do passado, nem subsumi-los a leis gerais. Ele dev[e] estar apto a retirar da história uma lição moral. Mais do que um fim em si mesmo – o conhecimento do passado –, a história era um meio de o homem se conhecer melhor e um guia para o orientar na construção do futuro. Ora, este procedimento sintético era próprio das artes" (Maurício, 2005: 21)

.

Ainda que mais comedido do que outros escritores da época, nesse aspeto, a fabulação presente na obra poderá resultar, também, da existência de dados concretos e por registar o que a tradição oral transporta para o presente e futuro. Verifique-se que *"[n]as coisas antigas da primitiva colonização, cujos pormenores já estavam nebulosos e apagados, narra como lhas contou a tradição que bebeu de pessoas antigas"*, sendo que, por isso, *"aparecem, então, os factos por vezes amplificados e envolvidos no maravilhoso ou no exagero, e a realidade de mistura com o sobrenatural"* (1998: XXXII).

Afirma, ainda, Maurício, a respeito de técnica e da posição de Oliveira Martins, que *"[à] precisão e à clareza, próprias do discurso científico, a escrita da história devia aliar a alma e o calor, próprios das causas morais"* (2005: 22). Se em Camões, é possível verificar reflexões acerca da Fama e da Glória, alcançada e ambicionada, por alguns, a obra frutuosiana oferece, também, diversas considerações acerca do estado da humanidade. A Verdade afirma que *"Engeitada nasci no Mundo, triste, sem ventura", situação provocada pela "desobediência do homem, a qual já eternalmente estava prevista na mente divina"* (1998: 3). Mais, aludindo a Heraclito, refere a Verdade que este filósofo

"dizia que chorava as maldades e misérias humanas, vendo que todos os mortais, que habitam sobre a face da Terra, vão desviados, e muito longe, da justiça e da verdade, servindo quase todos a avareza e vanglória com loucura e torpeza tão perdida, que, por escusar a pena e dor que de conhecer e ver isto sentia, não queria estar onde visse homens, contentando-se com ter o necessário estreitamente…" (1998: 6).

Ainda a respeito da literariedade explícita de *Saudades da Terra*, leia-se, na nota biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso por Rodrigo Rodrigues, que antecede *o Livro Primeiro* na edição de 1998, o seguinte:

"De resto, todos os que têm estudado esta obra […] acordam em reconhecer que a «Menina e Moça»[263]*, de Bernardim Ribeiro*[264]*, influenciou poderosamente o nosso cronista. Ainda não há muito tempo, o Dr Manuel Baptista de Lima pôr em relevo a grande semelhança, quanto ao aparato literário, e até analogia de situações entre o Livro V e as «Saudades» daquele escritor"* (1998: LXXXV).

[263] Menina e Moça é uma obra da autoria de Bernardim Ribeiro editada, pela primeira vez, em 1554 e considerada como sendo uma novela pastoril. O título pelo qual é conhecida a obra advém das primeiras palavras que compõem o texto, tendo sido o título original *História de Menina e Moça* e o título da segunda edição *Saudades*, entre 1577-78.
[264] Bernardim Ribeiro, escritor português, terá nascido no final do século XV, em Alcácer do Sal, e morrido por volta de 1552.

Embora o livro mencionado na citação não seja aquele em análise, podemos verificar no *Livro Primeiro* que são diversos os recursos estilísticos que atestam a qualidade (e realidade) literária da obra frutuosiana, de que é espelho a já mencionada adjetivação, ora simples, ora dupla, ora tripla, como quando a Verdade carateriza o Pai como *"inocente, rico e ledo"* ou quando se afirma como *"sendo eu tão clara, fico obscura e triste",* ou, ainda, como quando Frutuoso descreve espaços e gentes, o que ocorre quando menciona Tenerife, ao afirmar que é *"quieta e ditosa terra"* (1998: 45), ou ao indicar que da Caldeira de Taçacorte nascem *"três ribeiras de muita água, mais doce, clara e sã, que quantas se podem achar"* (1998: 50), entre centenas de outras ocorrências. Possuir o entendimento de que a obra é composta por inúmeras figuras de linguagem, permite uma melhor compreensão do texto, neste caso assumidamente literário. Mesmo que o emprego de muitos dos adjetivos existentes reflita a subjetividade do autor, por revelar a sua forma de encarar a realidade e a sua análise ou interpretação da mesma, a verdade é que a omnipresença de adjetivos assume um papel significativo na riqueza da expressão.

Um outro exemplo que poderemos facultar será o da personificação. A Verdade fala, caminha, veste-se, sente saudades e tristeza e os bosques têm vida. Nas primeiras páginas, como se de uma confissão se tratasse, verbaliza e assume esta que *"Ali [na solitária serra] vivia eu acompanhada de minhas dores e das muitas árvores que nele havia, e não quero dizer que estava também cercada de minhas soidades sós, porque também o bosque tinha as suas"* (1998: 9). A Verdade, pelo abandono, pelas ausências, pelas perdas, humanamente sofre. Admite esta que *"Não chorarei eu, então, sua morte [a do Pai], mas a vida sua choro, que mais digna é de chorar a vida de muitas mortes cheia que uma só morte, fim de tantas vidas tristes. Choro também a mim e a pouca ventura minha…*" (1998:4). Ademais, Fama e Verdade são figuras femininas, e a Verdade descreve com finura a sua nova conhecida nesse seu primeiro encontro, registado no capítulo quarto: *"Chegando ela [a Fama], então […] em pé, tirou do seio um espelho e uma fita azul, com que enastrou os seus compridos e dourados cabelos, que soltos e espalhados, como voando trazia…"* (1998: 14). O encontro provocou temor, mas apenas pela existência do grifo, *"da donzela não, porque era mulher como [ela]"* (1998: 14), da Verdade, leia-se.

Frutuoso não se reduz ao relato histórico, antes burila o texto, e, pelas estratégias estilísticas empregues, transforma o leitor (ou assim o intenta) num ser emotivo e impressionável, subjugado ao encanto do redigido, influenciado pela beleza da forma e do conteúdo deste, da sua arquitetura, por força

da sua linguagem. A enumeração contribui, em certa medida, também, para o exposto, como é o caso de *"Ouvi que morava meu Pai em altos e suntuosos paços, senhor de muitas riquezas, pagens e donzelas"* (sic) e *"Quando meu Pai de ouro de altos quilates se vestia, depois de perder o serviço das verdes esmeraldas, fermosos rubis, subidos topázios, claros diamaens, balais, hiacintos, safiras, jagonças, ametistas, crisólitas, perlas ricas, aljôfar, e outra pedária fina, resplandecia e soava no Mundo a fama do meu nome esclarecida"* (sic) (1998: 3), pois ora oferece explicações, ora sumários. Por outro lado, a enumeração é extremamente útil para a exposição dos espaços apresentados na obra, verdade de que é exemplo o seguinte excerto ao descrever-se a montanha perto de Tigualate: *"Há nesta montanha árvores silvestres, como são faias, louros, vinháticos, barbuzanos, tis, adernos, azevinhos e mocães, ou mocanes, e sabipeduiaes (sic), cheirosos como cedros"* (1998: 55).

O polissíndeto, na qualidade de figura de construção reportando aos períodos compostos, também é uma constante no texto frutuosiano e é frequente a ocorrência de orações sindéticas pela presença de orações coordenadas ligadas por conjunções cujo fim último será o da repetição enfática. Ora, interpreta-se que o autor do texto pretende, pois, ressaltar uma determinada ideia. Diz a Verdade, no capítulo primeiro, naquele que é um monólogo-reflexão que *"Antes quer[o] morar antre estas sombrias e frondosas árvores e repousar sobre estas verdes e frescas ervas e encostar-me a estes duros e lisos penedos…*" (1998: 5). Uma leitura atenta do manuscrito permite identificar que esta é uma estratégia recorrente.

Se procedermos ao aprofundamento de uma análise estilística da obra, podemos, ainda, encontrar a existência pertinente da pergunta retórica. Sendo o autor do texto um sacerdote, detentor do treino necessário e da capacidade comprovada, é natural o uso deste artifício linguístico, não fosse ele tão habitual dos sermões litúrgicos, como umas décadas depois comprovaria o padre António Vieira[265], de que será bom exemplo o Sermão de Santo António aos Peixes. Frutuoso, oportunamente, não apenas como forma manifestada de meditação e autoquestionamento, coloca-as ao longo do texto: *"Sem eles [os instrumentos*

[265] António Vieira foi um padre jesuíta, nascido em Lisboa, em 1608 e falecido em Salvador, no final do século, em 1697. Ganhou notoriedade pelos seus sermões, tendo pregado em diversas zonas do então Império Português, desde Brasil, Açores e Portugal continental, e, ainda, em Roma, tendo sido um acérrimo defensor dos direitos dos povos indígenas. Notabilizou-se como missionário evangelizador, político e filósofo, assumidamente opositor da Inquisição.

da alegria], quem cantará cantar alegre em terra alheia? Se não for insensível, que preso engorda e folga, e, sem lhe lembrar soltura, pela doce pátria e casa não suspira?" (1998: 5). São evidentes, nesta e noutras passagens, a função emotiva e a função apelativa da linguagem, já que é intenção influenciar um possível destinatário, persuadir um determinado leitor, para o que contribui, também, o uso do vocativo e de pronomes pessoais na segunda pessoa do singular ou do plural, como na sequência seguinte:

"Irmãos meus alongados [diz a Verdade], quem vos apartou e levou de mim e me deixou assi tão só comigo? Não sabia que vós sem mim não viveríeis, como eu sem vós não vivo? […]. Se para o Céu subistes, porque cá nesta baixeza me deixastes? E se, porventura, viveis ainda em algum lugar da Terra, porque consentis que viva eu, neste ermo, de vós desamparada?" (1998: 7).

Se, em algumas circunstâncias, Frutuoso oferece uma resposta ou uma multiplicidade de respostas, noutras passagens evita fazê-lo, permitindo que o leitor proceda à introspeção e, possivelmente, futuramente, à elaboração de uma possível resposta-explicação e consequente tomada de posição ou desempenhar de uma ação.

Acrescente-se que, ao longo do texto, verifica-se, ocasionalmente, mas de forma reiterada, a repetição de uma palavra ou conjunto de palavras no início de orações, frases ou parágrafos. Tal não resulta de uma escassez vocabular por parte do autor – possibilidade cuja análise dos seis volumes negaria –, mas sim de uma tentativa deliberada de ampliar a expressividade de determinada ideia ou conceito, através da ênfase conferida pela repetição. A anáfora, figura de estilo tão caraterística da poesia, também por conferir ritmo e musicalidade, é, assim, colocada ao serviço da narrativa e do próprio registo histórico. De tal, são exemplo as interrogações retóricas apresentadas anteriormente, ou, ainda, outras passagens como "*Adiante contarei quem eram todos […]"; "Adiante contarei eu a razão disto tudo…*" (1998: 10).

É frequente, também, o recurso à comparação e à metáfora, por forma a esclarecer problemas abstratos, a exemplificar ou ilustrar noções, conceções e representações. Num tempo em que o acesso à educação e o número de letrados manifestava-se, evidentemente, bastante reduzido, a utilização deste artifício pretendia, pois, também, possivelmente, contribuir para uma melhor compreensão da mensagem ou ilustração da mesma.

Compreenda-se que, por exemplo, uma metáfora concetual é utilizada para entender uma determinada hipótese, ou doutrina, ou um determinado modelo ou sistema, visando facilitar a compreensão de uma determinada ideia. Podemos afirmar, então, que as metáforas concetuais fazem parte do quotidiano e que permitem, também que interlocutores, ouvintes ou leitores, se envolvam ativamente e de forma esclarecida no processo de interpretação, leia-se desco-dificação, do texto. É o caso de *"São os homens nesta vida flores que, graciosas e enfeitadas com cores diversas, se alevantam e vêm logo murchas e secas cair quebrantadas em terra seca…*" (1998: 6), que não é caso único.

A gradação, regra geral crescente, produz um efeito textual muito interessante, pois, se, por um lado, convida o leitor a visualizar o descrito, permite, por outro, uma intensificação da mensagem. Vejamos, por exemplo, o que oferece a Verdade: *"Aqui ouço o cantar dos passarinhos, o bradar dos melros, o gritar dos pavões, o arruído das árvores e o roncar destas ribeiras"* (1998: 17). Constata-se uma intensificação sonora dos elementos descritos e o leitor facilmente conseguirá apreender e imaginar o narrado. Embora tenhamos realçado a gradação crescente, pela sua recorrência, existem passagens textuais que oferecem gradações decrescentes dignas de registo e plenas de significado.

É o caso do que sucede quando é apresentada a conquista de Palma, pelos espanhóis, acerca da ação dos homens insulares, que *"… vendo armas, fugiam todos ao mais áspero das serras, grotas e rochas …"*, revelando que a defesa da ilha ficou entregue às mulheres, consideradas como *"belicosas, ousadas e animosas"*. Ora, esta descrição suscita um esclarecimento da postura e personalidade e ambas as figuras de estilo, a gradação, quando o autor se refere à fuga dos homens e a adjetivação, no que diz respeito às mulheres, enrubesce um determinado dado histórico, sem fazer com que este seja incredível.

Um outro aspeto interessante a apresentar, que revela a preocupação com o artificialismo do próprio texto e não, necessariamente e apenas, com o registo de dados empíricos e, portanto, históricos, é a presença de diversos anagramas, já que a Verdade indica, no capítulo primeiro, ter assumido o nome de Dederva e que, no capítulo quinto, procedendo à sua caraterização e à revelação de quem é, indica ser irmã de Torme, entenda-se Morte, e de Nhevorga, entenda-se Vergonha.

É frequente que a utilização destes artifícios linguísticos contribua para uma linguagem poética *e que leitor mais incauto olvide, até, que se trata de um registo histórico quando lê, por exemplo*

> *"Bem sei que nenguem (sic) pode chorar bem o que uito sente, nem bem poderá sentir de todo o que não chora nem magoa, e, por isso, não quisera eu chorar isto que escrever desejo, porque, com contar menos do que sinto, farão grande semrrazão (sic) a meu mal minhas palavras, e os que lerem meu choro me terão por menos triste, porque não poderão sentir tanto o que não choraram nem passaram"* (1998: 7),

ou quando é confrontado com a delicadeza e profundidade expressiva de excertos como

> *"Espelho me foram aquelas águas com seu correr contínuo, trazendo-as aquela ribeira de novo sempre novas, sem cessarem, porque, como umas águas chamam outras águas e uma ribeira outras ribeiras, vejo que também as minhas mágoas chamam outras e sempre correm novas…"* (1998: 12),

evidentemente poéticos.

Todavia, importa registar que, como afirma Rodrigo Rodrigues,

"Frutuoso possuía as múltiplas qualidades que o género histórico exigia: tinha um grande poder de observação, que é manifesto nas repetidas descrições topográficas e paisagísticas de que estão repletas as Saudades da Terra; tinha o tino da investigação e o amor do documento, pois muitas vezes o vemos apoiar os seus assentos com a justificação documental que declara ter examinado [...] a par da preocupação da exatidão e do miúdo pormenor..." (1998: XXX).

A presença de um registo fantasioso contribui para a introdução, certamente, de um discurso não desinteressadamente científico, mas para uma convivência equilibrada e saudável entre ambos. Atente-se no momento em que a Verdade, estando desacompanhada, é surpreendida pela chegada da Fama:

"Transportava-se o meu sentido nisto que, assi tristemente, entendendo estava, quando ouvi um som espantoso que, de muito longe parecia vir soando. E, alçando os olhos pera o Céu, vi vir pelo ar não sei quê como voando [...] porque era uma fermosa donzela, assentada sobre um espantoso grifo, que, de vez em quando, tangia uma trombeta, que nas mãos trazia, rodeada toda com umas bandeiras de cendral de muitas cores" (1998: 14).

É a chegada da Fama que possibilita, bem como a necessidade ver satisfeita a sua curiosidade, a apresentação detalhada e a referência a centenas de praças, lugares, aldeias, vilas, cidades, províncias, reinos, ilhas, praias, enseadas, cabos, fontes, rios, mares, oceanos, picos, montes, montanhas, ermidas, igrejas, fortalezas, palácios, entre outros. É esta que propicia, ainda, a alusão a centenas de nomes, de títulos, de cargos e profissões, como frades, freiras, padres, bispos, papas; autores, cronistas, poetas, professores; marinheiros, mestres, comandantes; corsários, bacharéis, capitães; carpinteiros, cartógrafos, mercadores; condes, duques, príncipes, reis, rainhas, imperadores. Podemos afirmar que *"[n]ão lhe faltava [a Gaspar Frutuoso] o método e clareza de exposição, mesmo nas difusas e longuíssimas deduções genealógicas"* e que este "possuía a vivacidade de estilo" (1998: XXX).

No capítulo oitavo, em que a Fama admite que busca conhecimento *("E pois que vos achei, determino não passar adiante, porque de vós posso saber melhor a certeza das cousas e das gentes destas terras, ao menos destas duas ilhas que aqui vejo.")* a Verdade acabará por verbalizar, legitimado alter-ego de Gaspar Frutuoso, que *"...[c]om a memória recebe o homem e crê o que ouve; com entendimento diz o que sabe; com a vontade deseja o que vê"* (1998: 25).

Assim, apenas no capítulo nono, após um processo de enquadramento e cogitação acerca da postura e vivência do ser humano, se passará a apresentar *"...em geral, do descobrimento das Canárias e dalgumas coisas delas..."* (1998: 30), a propósito de uma questão colocada pela Fama e de uma exposição de dúvida, que, provocatória sendo, serve de mote: "*Vejo, Senhora, estas ilhas dos Açores estarem neste grande mar Oceano e nele mesmo estar a ilha da Madeira e Porto santo e outras que são de El-Rei de Portugal, tão perto das Canárias, que são de El-Rei de Castela, e, logo, as ilhas de Cabo Verde, povoadas de portugueses, e não entendo esta mistura, como neste mar houve dois senhores diversos"* (1998: 30).

Em Frutuoso, verifica-se um assentamento e um tratamento históricos, não só por aquilo que o texto regista e apresenta, mas, também, por aquilo que não assenta e não expõe, já que o mesmo é indicativo, pois, do assumir e do praticar de determinadas perspetivas e posturas, ora políticas, ora culturais, ora intelectuais, apropriadas a um determinado momento temporal e por este condicionadas.

A redação do texto resulta, frequentes vezes, de uma escrita emotiva, tal como escreveria, séculos depois, em 1894, analisando o seu próprio método de registo da história, Oliveira Martins, na carta endereçada a Eça de Queirós, ao afirmar *"Eu vejo, sinto e vivo as cenas que escrevo",* ou como partilharia este com Maria Amália Vaz de Carvalho que *"saía desses exercícios cerebrais completamente extenuado e «alagado em lágrimas»"* (2005: 19).

Se, por um lado, o Frutuoso faz menção, frequentes vezes,

"...às dificuldades com que se defrontou para obter notificas exatas ou satisfatórias, designadamente dos tempos nebulosos do descobrimento da colonização recorrendo [...] à exposição das várias versões que ao seu conhecimento chegaram sobre terminado assunto" (1998: VII),

por outro lado, a obra faculta

"[...] uma série preciosa de dados para a história das descobertas e da colonização do século XV, já através da recolha de tradições e memórias depois perdidas, já própria observação direta do autor e das condições suas contemporâneas que refletiam quantas vezes estádios bem próximos da era quatrocentos" (1998: VII).

No século XVI, aceder a informação, por mais exímia que fosse a preparação técnico-científica do investigador, não seria, porventura, pela escassez de meios de pesquisa e dificuldades de estabelecer contactos, tarefa fácil, pelo que se compreende que, tal como para Oliveira Martins,

"[a] história era por isso uma arte literária. Em primeiro lugar, porque só o «método sintético ou artístico» se mostrava adequado a revelar o sentido da história. Em segundo, porque só através da intuição e da imaginação o historiador podia colmatar as lacunas existentes na documentação (devendo, contudo, submeter as suas hipóteses ao critério da verosimilhança). Por último, porque o mundo propriamente histórico era o reino do drama" (2005: 21).

Atente-se, por exemplo, na variedade ortográfica presente no texto. Esta, por si só, poderia ser alvo de estudo, pois revela um período específico da língua. A variedade ortográfica narra, assim, a própria história da língua portuguesa, os seus processos evolutivos, passado, presente de então e futuro; todavia, não reflete apenas tal.

Rodrigues afirma *que "[a]s grafias usadas nas «Saudades da Terra», caraterizam-se pela sua extrema variedade, aliás própria da época, em que os escritores, dando neste ponto largas à fantasia, não se sujeitavam a regras de disciplina ortográfica"* (1998: LXXXIX). Neste sentido, a obra possibilita uma variedade inúmera de abordagens e uma riqueza, pelo menos no panorama regional, difícil de igualar.

Defende Carlos Maurício, a respeito de Oliveira Martins que *"uma escrita dramática da história, como a sua, seria sempre compatível com diferentes teorizações"* (2005: 19).

Acreditamos que o mesmo argumento poderá ser aplicado ao levado a cabo pelo autor em análise, ora, não fosse manifesto *"[o] interesse que a obra de Frutuoso sempre tem despertado nos meios cultos do nosso país"* (1998: VI), sendo esta curiosidade, possivelmente, tão antiga quanto o próprio texto, ou, pelo menos, *"desde que correu fama o valor documental das Saudades da Terra como fonte primeva e fidedigna dos primeiros tempos da existência das populações insulanas"* (1998: VI).

Mais uma vez se ostenta a pertinência da obra enquanto expoente máximo do registo da história insular, enriquecida pelo seu caráter, também, literário.

Consideramo-lo um texto original e inimitável. Gaspar Frutuoso fez história, registou história, dissertou acerca da construção da própria história, num texto científico, pleno de rigor e repleto de adornos estilísticos que cativam o leitor.

BIBLIOGRAFIA/WEBGRAFIA

AVELAR, Ana Paula Menino (2011), *Representações do Mundo Novo no Portugal de Quinhentos*. Chamusca: Cosmos,

BAKHTIN, Mikail (1993), *Questões de Literatura e Estética*; *a Teoria do Romance*. São Paulo: Hucitec; UNESP.

FRUTUOSO, Gaspar (1998), *Saudades da Terra: Livro I* (Palavras prévias de João Bernardo de Oliveira Rodrigues). Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; SILVA, Marisa Correa (2007), "Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspetiva da metaficção historiográfica". Visitado em: 13-03-2017. Disponível em http://www.ple.uem.br/ 3celli_anais/trabalhos/estudos_literarios/pdf_literario/078.pdf.

MARQUES, Janote Pires; SILVA, João Carlos Rodrigues da (2013), "A escrita história: distinções entre o texto literário e o texto historiográfico". Visitado em: 13-03-2017. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/.

MARTINS, Ana Cláudia Sampaio, ALMEIDA Ana Luiza Nunes (2016), "O discurso histórico-literário construído por Tabajara Ruas, em Netto perde sua alma". Visitado em: 29-08-2017. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index. php/letronica/article/viewFile/22189/14519.

MAURÍCIO, Carlos (2005), *A invenção de Oliveira Martins – Política, historiografia e identidade nacional no Portugal contemporâneo* (1867-1960). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

TORRES, Luiz Henriques (2007), "O conceito de história e historiografia". Visitado em: 13-03-2017. Disponível em: http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/19444.

VASCONCELOS, José António (2008), "Memória Histórica e Discurso Literário: a Questão do Holocausto". Visitado em: 17-07-2017. Disponível em http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/ CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Jose %20Antonio%20Vasconcelos.pdf.

41. RAUL LEAL GAIÃO, AICL

TEMA 3.3. AÇORIANOS EM MACAU: JOSÉ IGNÁCIO DE ANDRADE - A VISÃO DA CHINA E DE MACAU, RAUL LEAL GAIÃO

Com este texto pretende-se uma revisitação das *"Cartas Escriptas da Índia e da China nos anos de 1815 a 1835"* do viajante José Ignácio de Andrade (nascido em Vila do Porto, Santa Maria, em 1779), em que, na descrição da história civil e política da China, suas leis, costumes, religião, apresenta a sua visão da China e de Macau, evidenciando o seu profundo conhecimento e admiração pela civilização chinesa, "refundindo habilmente no seu livro, de mistura com suas próprias observações locais, o que a leitura lhe deparou de mais curioso e verosímil na relações dos viajantes, e nas obras de outros escritores que trataram do *império celeste*."

1. TRAÇOS BIOGRÁFICOS

José Inácio de Andrade nasceu na Vila do Porto, Santa Maria, Açores, a 28 de outubro de 1779[266], falecendo em Lisboa a 2 de janeiro de 1863. A sua atividade como oficial (capitão de navios) da marinha mercante, permitiu--lhe empreender várias viagens ao Oriente, nomeadamente à Índia e à China, e que o mantêm ligado ao Oriente durante vinte anos, contribuindo para um vasto conhecimento destas paragens, saber que transmitiria em duas obras: *"Cartas escriptas da India e da China nos anos de 1815 a 1835 a sua mulher D. Maria Gertrudes de Andrade*", em dois tomos e publicada em 1843 e a "Memória sobre a destruição dos piratas da China e o desembarque dos ingleses na cidade de Macau e sua retirada", editada em 1824.

[266] Autores há que referem o ano de nascimento como sendo 1780 (dia 2 de novembro).

Em Lisboa dedicou-se à política, tendo sido eleito vereador e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1836-1839). Posteriormente foi membro da direção do Banco de Portugal. A sua vida é dedicada, em grande parte, "*a conhecer, a refletir, a sentir e a escrever sobre o Oriente,*" (Dias, 2000: 78), conjugando conhecimento e observação nas viagens realizadas.

2.METODOLOGIA – OBJETIVOS CIENTÍFICOS E METODOLÓGICOS

A escrita de José Inácio de Andrade sobre a China e a Índia espelha-se numa série de crónicas, sob a designação de Cartas, cartas dirigidas a sua mulher, redigidas entre 1815 e 1835, com o título "*Cartas escriptas da India e da China nos anos de 1815 a 1835 a sua mulher D. Maria Gertrudes de Andrade*", numa narrativa repleta de descrições e reflexões sobre o que ia observando e estudando e onde disserta sobre a história e a cultura da China e da Índia.

No primeiro tomo descreve o início da sua viagem até à Índia, apontamentos sobre a civilização indiana, a viagem até Macau e à China, a história da China, nomeadamente as diversas dinastias, focando-se também em Macau e nos macaenses. No segundo tomo apresenta a civilização e a cultura chinesa (ao tempo muito havia ainda por descobrir), caráter e costumes chineses, alargando-se em reflexões sobre outros temas. Este processo de descrição e conhecimento do Oriente é frequentemente aproveitado para uma comparação entre o Ocidente e o Oriente.

As Cartas são bem a seu gosto, pois, como refere, "*o modo de escrever nasce do caráter da pessoa e da elegância do espírito, modificado pelo sentimento no ato em que se escreve*." (Andrade, 1998: 18-19), considerando as cartas uma conversa por escrito, servindo para comunicar com as pessoas ausentes. Na Carta IV justifica a sua opção: o estilo epistolar consiste em agradar a quem se escreve e é um género que exige a concisão, "*não me esquecerei que para agradar-te, devo dizer-te o maior número de coisas no menor número de palavras,*" (Andrade, 1998: 19).

Embora declarando não ter pretensões nem como sábio, nem como viajante, as informações contidas nas suas crónicas têm por base as observações que as suas viagens lhe proporcionaram, aliadas à leitura erudita de escritores e viajantes que abordaram aspetos da cultura chinesa, revelando um profundo conhecimento do Oriente, exposto em reflexões eruditas e sempre preocupado com a verdade.

Andrade não deixa de apontar os limites das suas observações, pois o território chinês é muito vasto e, na época, difícil de percorrer, tornando-se necessário o recurso a fontes que lhe forneçam informações sobre o império chinês:

> "*A grandeza d´este imperio não permite a nenhum europeu percorre-lo todo, ainda quando lhe fosse concedida essa faculdade: assim, para escrever d´elle com acerto; isto é, para narrar os factos com realidade, é preciso recorrer aos sábios, que o investigaram parcialmente, e consultar os chinezes, a fim de verificar as noções recebida*s." (Andrade, 1998: 199).

O seu objetivo é escrever com verdade: "*O meu particular desvelo, no que escrevo, e te envio, tem por objeto principal, a conformidade do pensamento com as palavras*." (Andrade, 1998: 199).

Para afirmar o seu saber e melhor valorizar e corroborar as suas narrativas recorre à autoridade dos primeiros viajantes e escritores portugueses[267] que descrevem e nos informam sobre os contactos iniciais com a China e confirmam, apesar de já terem passado alguns séculos, a visão de Andrade sobre os chineses

[267] Entre os séculos XVI e XVIII, o contacto dos missionários, marinheiros, mercadores e descendentes luso-asiáticos permitiram a aquisição de conhecimentos sobre as gentes e as terras do Oriente (Dias, 2000), que "…*narrando o que viam, e sentiam, diziam a verdade*." (Andrade, 1998: 197).

e a superioridade da civilização chinesa, Tomé Pires[268], Afonso de Albuquerque[269], Fernão Mendes Pinto, S. Francisco Xavier[270] e Frei Gaspar da Cruz[271], portugueses que nos narraram os primeiros contactos europeus com a China: "*Os costumes dos chinezes só podem conhecer-se, depois de se ter investigado o fundamento das suas leis, do seu governo, do seu genio, e mesmo da sua vida particular: comtudo, os primeiros portuguezes, que escreveram d´este imperio, narrando o que viam, e sentiam, diziam a verdade.*" (Andrade, 1998: 197).

Marcado pelo pensamento liberal, assumiu cultural e ideologicamente uma visão humanista e individualista, valorizando o Outro face a si mesmo; podemos afirmar que Andrade realizou uma viagem no espaço ao deslocar-se a lugares que lhe possibilitaram a reunião de observações, conhecimentos e despoletando reflexões; efetuou uma viagem no tempo ao introduzir informações sobre a história dos lugares que visitou, ao mesmo tempo que percorre os usos e costumes e a mundividência dos povos com que contactou. (Dias, 2000). A sua viagem íntima vai-se processando paralelamente, ora assaltado por dúvidas (viagem sem regresso?), ora procurando harmonizar o seu interior, sentimento e razão, "*A ventura do homem reside n´elle mesmo: surge do coração, e consiste no comedimento de seus desejos. […] todos os affectos devem ser subordinados aos dictames da virtude; nesta consiste a ventura*." (Andrade, 1998: 16).

3. VISÃO DA CIVILIZAÇÃO CHINESA

Sendo a visão de um ocidental, vistos os chineses como o "Outro", Andrade desenha os traços fisionómicos destes orientais, constituindo uma fisionomia agradável, mas diferente de outros povos. Os chineses "*têm a fronte alta; olhos pequenos, e sagados; grandes sobrancelhas; nariz curto; ventas abertas; boca regular; rosto branco, e largo; cabelos pretos, e corredios*." (Andrade, 1998: 198). No seu perfil psicológico, o autor das *Cartas*, salienta, entre muitas outras

[268] Citando Tomé Pires: "*Por todo o caminho fui maravilhado, não só do numero e extensão das cidades, imensidade dos canais, cultura das terras, variedade e abundância de riquíssimas produções*;" (Andrade, 1998: 197-198).
[269] Citando Afonso Albuquerque: "*Observei nos capitães dos navios chinezes, mais polidez, e humanidade, do que na Europa, entre a mais alta nobreza*." (Andrade, 1998: 197).
[270] Citando S. Francisco Xavier: "*Se algum dia for a Portugal, hei de pedir a el-rei, por esmola, que veja as ordenações por onde essa gente se rege: considero-as mui superiores ás que fizeram os gregos, e romanos.*" (Andrade, 1998: 216).
[271] Citando Frei Gaspar da Cruz: "*Os chinezes são apreciáveis e de muito boa razão; urbanos, e polidos*." (Andrade, 1998: 198).

qualidades, o espírito patriótico deste povo: "*Os chinezes, apezar de supersticiosos, são ativos, pacientes e sóbrios. […] Se o amor da pátria é uma virtude, ninguém a possue em gráo mais elevado!"* (Andrade, 1998: 199). Ao observar, estudar e divulgar a civilização e cultura chinesa, Andrade manifesta um enorme respeito e admiração por esta civilização: *"Os chineses são admiráveis, não só pela administração da justiça, mas também pela sua polidez e beneficência."* (Andrade, 1998: 218). Os chineses urbanos e polidos, são *"mais instruídos, do que eruditos; mais sábios, do que engenhosos; passivos, humanos e continentes: porém suscetíveis de paixões fortes. São bons poetas, bons filósofos; e em tudo passivos e retos*." (Andrade, 1998: 198). Embora reconhecendo a superioridade da cultura chinesa, não deixa de notar em tom crítico, o sentimento de vaidade, como um defeito: "*O seu defeito imperdoável é a vaidade: tratam de barbaras as outras nações; reputam-se mui superiores á mais ilustrada, e humana; só têm por bom, o que se faz no seu paiz*." (Andrade, 1998: 199).

Na perspetiva de Andrade, o povo chinês tem um grande respeito e consideração pelos superiores e pelas pessoas idosas, pois são apreciadas "*como pessoas, que a idade, e o tempo fizerem depositários da sabedoria. Nem os homens mais distinctos, deixam de lhes prestar o respeito devido: até o imperador se ufana em os venerar."* (Andrade, 1998: 199).

Pelo empenho que a cultura chinesa deposita na educação, o mesmo respeito é mantido relativamente ao sábio, ao mestre, ao letrado que são muito respeitados e ocupam o topo mais alto da hierarquia social, o que traduz uma cultura de obediência aos familiares mais velhos, ao superior hierárquico, ao chefe, ao professor: "*Cultivai a piedade filial e o amor fraternal, a fim de dar a devida importância às relações sociais… Parte-se da piedade filial para a fidelidade para com os superiores; exalta-se o interesse coletivo e social em detrimento dos direitos individuais, sendo as instituições educativas instrumentos do poder político."* (Grosso, 2007: 84-85). A virtude da piedade filial expressa-se no maior respeito que os filhos consagram aos pais[272], ao monarca "*considerado pae, e mãe do imperio*", ao vice-rei, "*pae e mãe da província, onde rege*", ao mandarim "*pae, e mãe da cidade onde governa*", constituindo a base da obediência civil e que conserva a paz nas famílias, e a boa ordem e harmonia no estado:

[272] Este sentimento de piedade filial, aparece bem expresso quando se refere aos enterros: *"Há chinezes, que se arruínam com os enterros dos parentes: julgam faltar a um dever sagrado, se não procuram aos auctores dos seus dias honrosa sepultura. Qualquer chinez reputa-se desgraçado, se não deixa filhos, para lhe fazerem as honras da sepultura*." (Andrade, 1998: 282).

"*O respeito dos chinezes, para com os auctores de seus dias, é o primeiro sentimento, que se lhes inspira: assim os dispõe ao cumprimento dos seus deveres, para com o monarca, e para com todos os que o representam. Este princípio é tão natural, e próprio aos chinezes, que julgam não haver outro melhor!*" (Andrade, 1998: 204).

O respeito para com o monarca, faz com que os monarcas tenham uma lei especial relativamente ao matrimónio. Embora a lei da poligamia não permita ao marido desposar segunda mulher, sem que a primeira demonstre ser infecunda[273], a lei concede aos monarcas "*uma imperatriz, três rainhas, nove mulheres da segunda ordem, vinte e sete da terceira, oitenta e uma da quarta. Assim pertence o imperador a cada uma de suas mulheres três dias no anno, não complectos. Sendo todas da sua escolha, não é presumível sobrar-lhe tempo para distrações.*" (Andrade, 1998: 202).

Relativamente à justiça e à punição dos crimes, Andrade nota que geralmente os povos punem os delitos; na China, contrariamente, premeia-se a virtude, "*Não há paiz, onde a propriedade seja mais respeitada, a policia mais regular, os crimes menos frequentes, a justiça mais reta, a indigência melhor socorrida, nem onde o espírito nacional affaste mais o flagello da guerra.*" (Andrade, 1998: 205).

Ao longo das Cartas, revelando uma forte erudição, Andrade faz um historial da China, debruçando-se sobre as dinastias chinesas: 1ª Hia (Carta XL); 2ª Chang, 3ª Tchou (Carta XLI); 4ª Tsin (Carta XLII); 5ª Hei, 6ª Uei, 7ª Tcin (Carta XLIII); 8ª Soung, 9ª Tsi, 10ª Liang, 11ª Tchin, 12ª Soui (Carta XLIV); 13ª Thang, 14ª Liang, 15ª Thang 2ª, 16ª Tcin 2ª, 17ª Han 2ª, 18ª Tcchou 2ª (Carta XLV); 19ª Soung 2ª (Carta XLVI); 20ª Youan (Carta XLVII); 21ª Ming (Carta XLVIII); 22ª Ta-Thsing (Carta XLIX). Este percurso permite descrever as grandes obras, os contributos mais positivos de cada dinastia, e ao mesmo tempo

[273] "*Em tal caso, ella mesma procura outra mulher, que dê filhos a seu marido. D´este modo, fica não só com domínio na segunda mulher, mas também tem nos filhos direito de mãe legítima*." (Andrade, 1998: 202).

refletir sobre o poder, realçando que os excessos de poder e a tirania que os monarcas impõem dependem mais da atitude do povo que os tolera do que propriamente dos governantes que os praticam: "*Quando se investiga a origem dinástica dos impérios, descobre-se a ligação, que prende os reis aos povos, e o direito que desobriga estes, se aquelles não cumprem seus deveres*." Deste modo os súbditos têm a possibilidade de se revoltarem contra o imperador, caso não cumpra o seu dever. (Dias, 2000)

Aborda ainda aspetos da astronomia e geografia (Carta LVII), medicina (Carta LVIII), agricultura (Carta LXXVII), cultura, fabrico e virtudes do chá (Carta LXXXIII), comércio (Carta LXXXIV), Cidades (Carta LX), as Artes: Poesia[274] (Carta LXXXV) e música[275] (Carta XC).

Andrade exprime ao longo da descrição dos diversos aspetos da civilização chinesa, a sua admiração e o reconhecimento da sua superioridade, exaltando as virtudes dos chineses, nomeadamente o amor pátrio e a sua oposição à tirania, contrapondo Ocidente/Oriente, contraste expresso em várias passagens:

> "*Em que paiz existem virtudes mais sublimes? Na Europa? Não. Os historiadores aí vendem, por mesquinhos interesses, a honra da nação ao tyranno, que mais a escravisa*." (Andrade, 1998: 198).

> "*As leis chinesas, acerca do bello sexo, são rigorosas… as da Europa são barbaras… assevero-te, guardada a proporção dos habitantes, que se praticam mais virtudes na China, do que em outra parte do mundo… Os chinezes respeitam, e veneram os homens distinctos por virtudes, e letras, há mais de quatro mil anos; na Europa, ó vergonha!*" (Andrade, 1998: 210).

[274] "*A poesia é a linguagem das paixões; d´ahi provém o seu triumfo. Essa arte encantadora, ou harmonia magica, arrebata o espirito, e enaltece o coração*." (Andrade, 1998: 309)

[275] "*A musica é uma espécie de linguagem, destinada a exprimir sentimentos: se o homem padece, os sons, que forma, exprimem a dôr; se tem o coração alegre, a sua voz o manifesta; o tom é claro, e as palavras sonoras; se está colérico, o tom é forte, e ameaçador; falando a quem estima, a pronuncia é honesta, e afável. Cada paixão tem sons próprios, e linguagem particular: a musica só é boa, quando vibra na unissonância das paixões, que pretende exprimir*." (Andrade, 1998: 322).

4. MACAU – O GOVERNO DA CIDADE

Relativamente a Macau, Andrade marca a dificuldade que sempre houve em Portugal em saber-se o que se passava no Território, principalmente a verdade dos acontecimentos, devido à enorme distância.

> *"A distância em que se acha da Europa este nosso estabelecimento, dificulta chegar ahi noticia verdadeira do que n´elle se diz, e faz. Sendo a nossa gente remissa, em comunicar o pensamento ás idades futuras, deixa correr impunes as calumnias, com que a deprimem estrangeiros malignos. Defendendo os macaenses, demonstrarei quão são as falsidades escriptas por seus detratores.*" (Andrade, 1998: 92).

Lembremos, a título de exemplo, aquando dos tumultos do 1. 2. 3., o novo governador, Nobre de Carvalho, ao deixar Lisboa, sabia da revolução cultural a decorrer na China, mas nada sabia sobre os tumultos que assolavam Macau, já há alguns dias. Só quando chegou a Hong Kong foi informado pelo governo da colónia das graves ocorrências. (Lima, 1999).

Sobre Macau, Andrade exalta a fidelidade e o patriotismo dos macaenses, particularmente visíveis e acentuados nos momentos de crise, como no período de governação filipina: "*Em 1641, chegou a Macáo a notícia da feliz aclamação d´elrei D. João IV; os macaenses não tiveram de mudar bandeira; pois, em todos os sessenta anos do nosso captiveiro, fizeram tremular em suas fortalezas as quinas de Portugal.*" (Andrade, 1998: 85-86).

Relativamente ao governo da cidade, contrapõe o poder tirânico dos capitães-mor e sua política perniciosa ao governo dos cidadãos, representado e expresso no Senado da Cidade. O governo da Cidade deve ter a noção dos limites da soberania portuguesa, da dependência em relação à China, evitando assim confrontos em que a administração sairia sempre vencida.

"Assim como o governo chinez é singular, assim deve ser o governo d´esta cidade, em tudo dependente da China. Além dos requisitos necessários, para bem governar outro qualquer estabelecimento, precisam-se n´este os seguintes: 1° verdadeiro conhecimento dos costumes chinezes, para não os afrontar; 2° consumada prudencia, para tolerar o desafogo de quem soffre, e sustenta homens estranhos em sua terra: 3° Manter poucos, e bons soldados; isto é, robustos, e bem disciplinados. Em outro qualquer logar, seria conveniente um corpo respeitável, pela força bruta; em Macáo torna-se prejudicial; já pela maior despeza, com que a cidade não póde; já para não ferir o orgulho dos chinezes." (Andrade, 1998: 89).

Esta prudência prende-se com o facto de o poder do mandarim controlar a população chinesa e com a absoluta dependência alimentar e mesmo da mão de obra para as diferentes atividades.

"*Macáo é dependente dos chinezes, por muitas razões: a mais essencial é, não produzir alimento algum para sustentar-se. Bastará saber-se que, não tem pasto para duas vacas, nem possue uma ´so embarcação de pesca. Também não é pequena dependência, não poderem seus habitantes renovar uma telha da sua casa, sem licença do mandarim, em virtude de não haver em Macáo, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, etc., que não seja chinez; e estes não trabalham em casa portugueza, sem licença do mandarim*." (Andrade, 1998: 89).

E ainda "*Acresce a isto, não haver nesta cidade padejo, mercearia, ou taberna, que não seja dos chinezes: os donos, e os artistas, ao verem afixar um edital em nome do imperador, para que deixem a cidade, bastam vinte e quatro horas, para de 18 000 chinezes não ficar um em Macáo*." (Andrade, 1998: 89).

Esta dependência evidenciou as graves consequências em momentos de crise, como se passou no período dos acontecimentos do 1. 2. 3., resultantes da Revolução Cultural, momento em que são impostas sanções contra a comunidade portuguesa e macaense: não pagamento de impostos; recusa de venda de quaisquer mantimentos e comestíveis às autoridades e funcionários portugueses, recusa de todos os serviços públicos, isto é, água, eletricidade, gasolina e transportes públicos aos portugueses; com receio de possíveis represálias das fações pró-Pequim, lojas e restaurantes chineses recusam a venda de produtos e

alimentos aos residentes portugueses e macaenses do Território, encerrando a maioria das mercearias. Esta situação leva à fuga para Portugal e Hong-Kong, face às ameaças dos acontecimentos e dos conflitos ocorridos em Macau, em 1966, resultantes do espírito da Revolução Cultural. A intranquilidade provocada leva a *"uma corrida aos bancos, na procura de notas de Hong Kong, e no consulado britânico longas filas de pessoas esperavam obter um visto. O movimento nas pontes dos hidroplanadores e navios de carreira era caraterizado pela debandada para a vizinha colónia britânica*." (Lima, 1999: 317).

Neste sentido, Andrade previne que o governo da Cidade exige muitos conhecimentos especiais e grande prudência, ressaltando o papel do Senado e dos cidadãos macaenses, reprovando a função nefasta dos capitães-gerais, e tornando-se necessário "*conservar amizade franca, e sincera com a autoridade chineza, já por serem os vereadores, os mais interessados na prosperidade do estabelecimento.*" (Andrade, 1998: 90).

5. CRÍTICA À COLONIZAÇÃO INGLESA

As suas considerações sobre a Índia, a China e Macau são o pretexto para uma análise crítica da colonização britânica, traçando dela um retrato negativo e cotejando-a, por vezes, com a portuguesa; não é alheio a esta atitude o sentimento reinante na sociedade portuguesa relativamente ao domínio do exército britânico. Lança um olhar crítico sobre a expansão territorial britânica e os abusos do poder, governo que Andrade considera desmesurado, prepotente e repressivo, acusando os britânicos de elevada crueldade:

> "*Na Inglaterra, commettem-se mais crimes em seis mezes, do que em toda a Europa em seis anos. As estradas acham-se infestadas de assassinos. As gazetas mostram as ações barbaras de cada dia. Hoje assassina o marido a mulher, no instante de lhe dar novo penhor da sua união. Ámanhã degola o pae toda a família. Aqui vê-se o filho matando os auctores dos seus dias; acolá, o amante apunhalando a sua amada, para esconder na morte d´ella o crime perpetrado por elle. Levam a ferocidade a ponto de deixarem os cadáveres nús pelas estradas, a fim de não lhes escapar a roupa das victimas.*" (Andrade, 1998: 56).

6. CONCLUSÃO

As *Cartas* são a demonstração e o testemunho da "*carreira de um homem, que tendo visto o ceo, a terra, e o mar*", regressou a Portugal "*com diversas idéas na cabeça, e alguns sentimentos de mais no coração"* que procurou deixar em legado aos filhos dos amigos, mandando imprimi-las; recomenda, porém, "*que leiam atentamente a carta da introducção, e não pretendam mais do que eu n´ella prometi."* (Andrade, 1998: 3).

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Andrade, José Inácio de (1843/1998). *Cartas Escriptas da India e da China*. Macau: Livros do Oriente, Imprensa Oficial de Macau.
Cruz, Padre Frei Gaspar da (1569/1998). *Tratado em que se contam mui por extenso as Cousas da China*. Macau: Museu Marítimo de Macau, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau.
Dias, Alfredo Gomes (2010). "As Cartas de José Ignacio de Andrade". In *Macau*, III Série, n °1, junho, 2010, pp. 78-88.
Dias, Alfredo Gomes (2010). In Martins (dir.), *DITEMA, Dicionário Temático de Mac*au. Macau: Universidade de Macau.
Gaião, Raul Leal (2016). "Açorianos em Macau: D. Paulo José Tavares". In *Colóquios da Lusofonia*, S. Miguel, 28/9-2/10 2016.
Grosso, Maria José dos Reis (2007). *O Discurso Metodológico do Ensino do Português em Macau a Falantes de Língua Materna Chinesa*. Macau: Universidade de Macau.
Lima, Fernando (1999). *Macau, as duas Transições*. Macau: Fundação Macau.
Matos, Artur Teodoro de Matos (1998). "Introdução". In *Cartas Escriptas da India e da China*. Macau: Livros do Oriente, Imprensa Oficial de Macau.
Santos, Carlos Pinto e Orlando Neves (1988). *De Longe à China, Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesas*, Tomo I. Macau: Instituto Cultural de Macau.

8. ANEXO – CRONOLOGIA BIOGRÁFICA

1779 – Nascimento (Vila do Porto, Santa Maria, Açores).
1815-1835 – Viagem pelo Oriente, Lisboa – Madeira – Equador – Cabo da Boa Esperança - Índia – Malaca – Singapura - Macau – China – Lisboa. Escrita das cartas endereçadas a sua mulher a partir do Oriente.
1824 – Publicação de "Memória sobre a destruição dos piratas da China e o desembarque dos ingleses na cidade de Macau e sua retirada" (Lisboa).
1836 – 1838 - Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.
1838-1839 – Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.
1843 – Publicação de "*Cartas escriptas da India e da China nos anos de 1815 a 1835 a sua mulher D. Maria Gertrudes de Andrade*" (Lisboa).
1863 – Falecimento (Lisboa).

42. REINALDO FRANCISCO DA SILVA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, CEAUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

TEMA 3.1 KATHERINE VAZ E FRANK GASPAR: EM DEMANDA DAS SUAS RAÍZES AÇORIANAS, REINALDO FRANCISCO SILVA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

1. RESUMO

Fruto das mudanças sociais, literárias e culturais nos Estados Unidos em finais do século XX, Katherine Vaz (1955-) e Frank Gaspar (1946-), provavelmente os dois nomes literários norte-americanos de origem açoriana mais representativos da atualidade, buscam na sua escrita uma reflexão sobre as suas identidades norte-americanas, mas também açorianas.

Em *Saudade* (1994); *Fado & Other Stories* (1997); *Mariana* (1998) e *Our Lady of the Artichokes* (2008) Vaz explora algumas temáticas luso-americanas enquanto procura uma ligação às suas raízes ancestrais (da ilha Terceira), culturais e literárias portuguesas. O tema do anticlericalismo e o espírito telúrico são redescobertos em *Saudade* e "Original Sin" (*Fado*), enquanto em *Mariana* reescreve a história de amor da freira portuguesa, Mariana de Alcoforado, em *Cartas Portuguesas* (1669), embora mais afirmativa do que a figura original. Já no conto "*My Hunt for King Sebastião*," Dean redescobre as suas raízes em Angra do Heroísmo enquanto ouve falar deste fatídico rei português e do papel do sebastianismo na cultura portuguesa. Em *Artichokes*, num dos contos, deparamo-nos com Lara Pereira, que envia cartas cómicas à Irmã Lúcia, implorando-a para revelar o terceiro segredo de Fátima.

Autor de cinco coletâneas de poemas, a maioria das quais distinguidas com prémios literários importantes, Gaspar também publicou dois romances onde explora as suas raízes açorianas (ilha do Pico), numa vila piscatória, em Provincetown, Massachusetts, onde nasceu. Em *Leaving Pico* (1999), Josie redescobre a sua cultura ancestral pela boca do seu avô, John Joseph, que lhe conta a história de Carvalho, um navegador destemido, contemporâneo de Cristóvão Colombo.

Em *Stealing Fatima* (2009) recria as aparições de Fátima em Provincetown, em torno da figura do pároco Manny Furtado, que tenta reavivar o fervor religioso na sua comunidade, em franca desintegração, enquanto Gaspar procura imortalizar neste romance a presença açoriana na ponta do Cape Cod.

Neste ensaio, pretendo analisar a obra de dois escritores representativos norte-americanos de origem portuguesa/açoriana – Katherine Vaz e Frank Gaspar – na esperança de que esta breve sinopse possa incentivar a leitura de algumas das suas obras. Cada um deles, à sua maneira, procura redescobrir as suas raízes açorianas assim como a sua cultura ancestral.

Katherine Vaz é, sem dúvida, um exemplo paradigmático. Revisita dois clássicos da literatura portuguesa, *O Crime do Padre Amaro* (1880) de Eça de Queirós (1845-1900) e *Cartas Portuguesas* (1669), de, presumivelmente, Soror Mariana de Alcoforado, como fontes de inspiração para a sua escrita de *Saudade* (1994), *Fado & Other Stories* (1997), e *Mariana* (1997). Nestas três obras, Vaz explora um tema fulcral da cultura portuguesa e/ou luso-americana – o anticlericalismo e o tema do amor proibido. A narrativa desta autora tem um cunho transatlântico na medida em que ambos os mundos de cada lado do Atlântico se encontram profundamente empenhados em dialogarem um com o outro.

A sua coletânea de histórias mais recente, *Our Lady of the Artichokes and Other Portuguese-American Stories*, foi publicada em 2008. A trama em *Saudade*, o seu primeiro romance, gira em torno duma personagem, Clara, uma jovem mulher surda e muda, mas independente, que desesperadamente tenta reaver o terreno na Califórnia, que o seu tio Victor deixou como herança à sua mãe, Conceição Cruz. Nos Açores, o Padre Teo Eiras conseguiu convencer a sua mãe a assinar o título da propriedade de maneira a que esta passasse para as mãos da Igreja. Mais tarde, quer a Clara, uma órfã, quer o padre emigram para a Califórnia e, com o passar do tempo, ela consegue seduzi-lo, engravida, mas, para seu espanto, nunca chega a ser a dona legítima daquilo que originalmente pertencia à sua família.

Para além de ter a maior parte do seu trabalho traduzido para várias línguas e deste se encontrar publicado em mais de uma centena de países, Vaz, para além de ter reciclado alguns temas portugueses na sua ficção, nomeadamente o quintal, os doces conventuais e algumas figuras históricas, questões que aflorei detalhadamente em alguns ensaios – as portas do *mainstream* literário norte-americano abriram-se ao seu trabalho e, por conseguinte, este é amplamente lido e apreciado nos Estados Unidos. Mas quem é esta nova voz, esta lufada de ar fresco, e de que maneira é que alguns dos seus textos espelham este perfil transa-tlântico?

Katherine Vaz nasceu a 26 de agosto de 1955. Embora a sua mãe seja de origem irlandesa, o seu pai foi criado na ilha Terceira, nos Açores, e Vaz identifica-se mais com o seu lado português. Formada pela Universidade da Califórnia, concluiu a sua licenciatura em 1977, no *campus* de Santa Bárbara, tendo posteriormente obtido o grau de *Master of Fine Arts* (MFA) em 1991, no campus de Irvine. Os seus estudos, sobretudo no âmbito da literatura inglesa, também contêm uma forte componente da estética do realismo mágico. Lecionou em diversas instituições de ensino superior, nomeadamente no Art Center College of Design em Pasadena, na Universidade da Califórnia (Irvine e Davis), na Universidade de Rutgers, no Gotham Writers' Workshop, e também esteve na Universidade dos Açores como escritora convidada. Após a nomeação e até muito recentemente, ocupou a cátedra Briggs-Copeland como leitora em escrita criativa na Universidade de Harvard.

A génese da história em *Saudade*, conta-nos Vaz, teve como origem uma história real, nomeadamente dum episódio familiar:

> *Escrevi Saudade há dez anos, após ter ouvido uma tia, furiosa, dizer que um padre que tinha tido um filho com uma certa mulher teve o desplante de convencer alguém na minha família, à beira da morte, a desfazer-se dum pedaço de terra…daí que tenha pensado que se tratava dum enredo bastante dramático. Poderá ter sido bem mais "chocante" na altura do que agora mesmo*. (E-mail enviado ao autor a 21 de março de 2001).

Esta citação consubstancia o desejo da autora em querer explorar uma questão da cultura portuguesa enquanto também apela à atenção do leitor para uma tendência contemporânea nas literaturas emergentes nos Estados Unidos da América: a necessidade que o(a) escritor(a) tem em povoar as suas narrativas com aquilo a que William Boelhower apela de "marcas étnicas" (1987: 36).

Como escritora luso-americana, em *Saudade* e no conto "*Original Sin*," Vaz embrenhou-se na literatura portuguesa à procura das tais "marcas étnicas" que, posteriormente, colocou na sua paisagem literária. Em *Saudade*, o padre Teo Eiras é uma figura representativa da cultura açoriana e dos seus costumes. Em contrapartida, Clara é uma jovem mulher norte-americana mais individualista e independente. Enquanto o padre está profundamente obcecado em ser proprietário dum terreno, Clara é uma mulher forte, determinada, desenrascada, que desafia os seus intentos.

Até à data, o romance mais representativo desta escritora é *Mariana*. Originalmente composto por cinco apaixonantes cartas de amor atribuídas a Mariana Alcoforado – uma freira enclausurada no convento da Conceição em Beja – nestas mesmas cartas deparamo-nos com uma freira de coração despedaçado, a sofrer, abandonada por um oficial francês, Nöel Bouton, após este ter regressado a França, depois do auxílio que prestou aos portugueses nas batalhas pela sua independência da Espanha em 1640. O livro de Vaz é o primeiro romance em língua inglesa sobre a provável vida de Mariana. Um símbolo romântico na Europa, a figura desta freira obteve um lugar de destaque, ao ponto de ter servido como fonte de inspiração para certos autores tais como Stendhal e Rilke, e a sua imagem serviu de tema para Braques, Matisse e Modigliani.

Neste romance, Vaz narra a vida e o grande amor desta jovem mulher da nobreza, que fora admitida como noviça neste convento de Beja, enquanto tenta fornecer um testemunho empolgante da sua infância e adolescência. Na vasta tela literária em que Katherine Vaz pinta minuciosamente alguns detalhes do modo de vida do século XVII no sul de Portugal, os leitores de *Mariana* terminam a leitura deste romance com a profunda convicção que a autora domina bem o período histórico em apreço, nomeadamente as batalhas travadas durante a guerra da Restauração da Independência de Portugal da Espanha, as paisagens das imensas planícies coloridas e áridas do Alentejo, os pormenores da vida e das campanhas militares, a vida rotineira num convento onde a maioria das freiras

passa o seu tempo ou a rezar, a cantar, a ler ou simplesmente a confecionar doces conventuais enquanto tentam imaginar como seriam as suas vidas fora dos claustros ou simplesmente ansiosas, tal como Mariana, pelo seu cavaleiro andante que a venha visitar ou lhe envie uma ou duas frases da França. Para além da beleza de estilo deste romance, por vezes impregnado de leves toques poéticos e líricos, o romance realça a sensualidade de Mariana, o seu erotismo e o seu desejo carnal por Noël enquanto também nos transmite a sua aflição e queixas quando finalmente se apercebe que fora abandonada para sempre. Nas cartas que lhe envia e que ele não responde, suplica-o para voltar para ela e para lhe serenar a sua alma atribulada.

Em algumas das narrativas escritas por Katherine Vaz, o catolicismo em *Saudade* ou no conto "Original Sin" em *Fado & Other Stories* originou na exploração das raízes culturais presentes no anticlericalismo português para se tornar, com a passagem dos anos, num exercício de entretenimento ficcional em que determinadas situações cómicas ocupam uma posição de destaque. No texto intitulado "*All Riptides Roar with Sand from Opposing Shores*," por exemplo, Lara Pereira escreve cartas engraçadas e, em seguida, envia-as à Irmã Lúcia. Com este propósito, necessita inventar ou coreografar uma aparição da Virgem Maria nesta história, nomeadamente em *Our Lady of the Artichokes* (2008), uma coletânea composta por oito histórias.

Para além de este conto seguir alguns dos requisitos do estilo epistolar, é muito provável que Vaz tenha tido em mente o romance de Nathanael West, *Miss Lonelyhearts* (1933) quando escreveu esta história. Miss Lonelyhearts é o pseudónimo dum colunista dum jornal, cujo nome não é revelado, e que dá conselhos sobre temas que vão desde o amor à religião, uma figura que a restante equipa redatorial considera ser uma piada. No caso concreto da história de Vaz, porém, a maioria das cartas são endereçadas à Irmã Lúcia, que nunca responde às cartas de Lara Pereira. Esta história contém sete cartas. Destas, seis (as primeiras cinco e a última) foram assinadas por Helen Dodd. Estas cartas giram em torno da figura da Irmã Lúcia, a única sobrevivente que terá testemunhado as aparições da Nossa Senhora de Fátima, na Cova da Iria, Fátima, em 1917. Por questões de espaço e tempo, infelizmente, não nos é possível desenvolver estas temáticas.

Até à data, Frank X. Gaspar publicou cinco volumes de poesia e dois romances. Foi galardoado com várias distinções, entre as quais, os prémios de poesia Morse, Anhinga e Brittingham; múltiplas inclusões na *Best American Poetry*; quatro prémios Pushcart; uma bolsa da *National Endowment for the Arts Fellowship in Literature*, e uma outra de poesia, a *California Council Fellowship*. Uma a seguir à outra, as suas coletâneas de poesia têm-se tornado cada vez mais elaboradas; o seu volume mais recente, *Late Rapturous* (2012), é composto por uma densidade de alusões culturais, literárias e religiosas, abarcando vários países e civilizações, quer contemporâneas quer clássicas. Apesar de Gaspar ter escrito acerca do seu legado português/açoriano em ambos os romances, *Leaving Pico* (1999) e *Stealing Fatima* (2009), a ênfase nesta sua herança ancestral tem-se tornado menos intensa na sua poesia. Acredita, porém, que traz consigo para o seu trabalho mais recente a sua sensibilidade portuguesa. A busca metafísica que traz para a sua poesia deriva, sem dúvida, da sua infância, que fora moldada pelos valores católicos trazidos do velho continente pelos seus antepassados.

Frank Xavier Gaspar nasceu a 10 de setembro de 1946 em Provincetown, no estado do Massachusetts, e foi criado na zona ocidental desta localidade piscatória, onde se radicaram os portugueses que para lá emigraram e que, na altura, tinha uma população de aproximadamente três mil pessoas.

O facto de ser filho de mãe solteira era considerado pela sociedade, na altura, como algo escandaloso e tanto ele como a sua mãe sentiram-se envergonhados devido a essa circunstância. Não houve nenhum homem lá por casa durante, aproximadamente, os primeiros sete anos da sua vida. Mais tarde, a sua mãe casou-se com um trabalhador da construção civil, que – como ela costumava dizer – não apreciava muito trabalhar ou ser responsável. Foram anos difíceis, mas este homem e esta mulher (que estava grávida, embora, na altura, Gaspar não o soubesse) saíram de casa numa determinada noite sem dizerem nada a ninguém. Deixaram Frank Gaspar com a sua tia-avó, uma velhinha muito religiosa, que tinha nascido na ilha do Pico, nos Açores. A sua mãe e o seu marido acabaram por ficar em Providence, mas não por muito tempo, e regressaram a casa. Gaspar não sabe exatamente quanto tempo por lá permaneceram – talvez um ano.

Embora os restantes familiares falassem português em casa, a sua mãe não consentia que Frank Gaspar ou os seus dois meio irmãos falassem nesta língua e nem sequer a ensinou aos rapazes. Tal como outros da sua geração, a sua mãe queria que os seus filhos fossem miúdos tipicamente norte-americanos. Claramente

influenciado pelos veraneantes de Provincetown, que conhecera, Gaspar saiu de casa aos dezoito anos de idade e partiu para a cidade de Nova Iorque para escrever poesia. Acabou por cumprir o serviço militar obrigatório na guerra do Vietname, durante quatro anos, ao serviço da Marinha dos Estados Unidos. Cumpriu duas missões no Golfo de Tonquim (1966-1969) e, posteriormente, foi membro do *Apollo Recovery Team* no Pacífico (1969).

Matriculou-se na Universidade aos vinte e quatro anos de idade, um momento que considera ter sido um ponto de viragem na sua vida, na medida em que sempre ansiou obter uma formação de nível superior. Gaspar conheceu a sua futura esposa no County Museum of Art, em Los Angeles, quando ambos ainda eram estudantes. Casaram-se alguns anos mais tarde e têm um filho, a quem deram o nome de John, em homenagem ao avô de Frank Gaspar.

Gaspar licenciou-se em Estudos Ingleses pela California State University, em Long Beach, em 1973. Quando ainda era caloiro, publicou a sua primeira história numa pequena revista literária e continuou a enviar histórias e poemas para revistas de pequena tiragem assim como para revistas literárias de especialidade tais como: *The Nation*, *The Harvard Review*, *The Hudson Review*, *The Kenyon Review*, *The Georgia Review*, *Prairie Schooner*, *The Tampa Review*, etc.

Deu explicações a partir do segundo ano de curso e assim permaneceu até começar a lecionar como aluno de pós-graduação na Universidade da Califórnia, em Irvine, onde obteve o seu grau de *Master of Fine Arts* em Escrita Criativa em 1976.

Dois anos mais tarde, obteve um lugar de carreira no Long Beach City College, onde ensinou escrita criativa – romance e poesia – de 1978 a 2010, instituição onde também foi jubilado. Gaspar tem exercido as funções de poeta e professor convidado em várias instituições de ensino superior. Lecionou no programa de pós-graduação em Escrita Criativa na Universidade de Antioch, em Los Angeles, de 2003 a 2008. Enquanto detentor da Cátedra Hélio e Amélia Pedroso / *Luso-American Foundation Endowed Chair*, na Universidade de Massachusetts, em Dartmouth, lecionou uma unidade curricular em Escrita Criativa em 2010.

A ação em algumas das suas obras desenrola-se na comunidade luso-americana em Provincetown sendo que alguns dos seus temas se reportem a esta minoria étnica. A sua primeira coletânea de poemas, *The Holyoke* (1988), foi distinguida com o prémio *Samuel French Morse Poetry Prize*. Os seus dois romances, em particular, exploram as tensões entre a problemática da etnicidade e a cultura dominante do *mainstream* norte-americano. Enquanto que na sua poesia o autor desprende-se mais das questões inerentes à sua etnia luso-americana, na sua ficção centra-se, sobretudo, na sua origem étnica, de maneira a analisar as perspetivas quer dos residentes portugueses quer dos veraneantes do *mainstream* norte-americano. Ao debruçar-se sobre esta diversidade étnica nesta praia no Cape Cod, providencia um testemunho pessoal da sua própria origem ancestral.

Os seus avós emigraram todos dos Açores: os seus avós paternos eram da ilha de São Miguel enquanto que os maternos eram da ilha do Pico. Os seus antepassados dedicaram-se às atividades baleeiras na Nova Inglaterra assim como à pesca nos Grand-Banks, tendo navegado para fora das suas ilhas natais e, posteriormente, de Provincetown. Diríamos, então, que Gaspar seguiu as pegadas dos seus avós em direção ao mar quando decidiu cumprir o serviço militar na marinha.

The Holyoke é composto por quarenta e cinco poemas, que estão agrupados em três grupos sem que cada um contenha exatamente o mesmo número de poemas. Narra a história dum jovem desde a sua infância até atingir a sua maturidade, em Provincetown, onde a maioria das pessoas são de origem portuguesa e católica.

Mass for the Grace of a Happy Death (1995), a sua segunda coletânea de poemas, foi galardoada com o *Anhinga Prize for Poetry*, em 1994, e está dividida em três partes. O pano de fundo dos dezassete poemas que compõem a primeira parte, intitulada "Chronicle," é Provincetown durante a juventude do poeta. Os restantes vinte e quatro poemas – doze em cada uma das outras duas partes, "Lamentation" e "Psalm" – reportam-se ao tempo em que cumpriu o serviço militar na marinha, no Vietname, ou aos seus anos de estudo como aluno de licenciatura ou de pós-graduação na Califórnia e descrevem o modo de vida no Golden

State, nome usualmente utilizado para se referirem à Califórnia: a seca, a assistência prestada por familiares aos emigrantes ilegais mexicanos, a cultura da juventude dos anos sessenta, a cultura da mobilidade dos anos setenta, isto é, dos que se faziam à estrada ou vagueavam por ela fora, as mulheres e o sexo.

O poema "Acts" desenvolve a tradição secular portuguesa da confeção do bolo da Páscoa, o folar, ou as malassadas, consoante a região de onde se provém. "Acts" descreve este ritual anual, normalmente por altura da Páscoa, e a forma como é celebrado neste enclave étnico na diáspora portuguesa. Gaspar mostra como esta doçaria, assim como o ritual associado com a sua confeção durante a Quaresma, reforçam os laços entre determinadas comidas e a religião nas culturas portuguesa e luso-americana.

Praticamente todos os poemas que compõem *A Field Guide to the Heavens* (1999), vencedor do prémio *Brittingham Prize in Poetry*, são sobre a Califórnia, o seu local de residência desde o cumprimento do seu serviço militar. Nos quarenta e quatro poemas que compõem esta coletânea – que está dividida em três partes intituladas "Metropolis," "Jailhouse Tattoos," e "This Small Book of Days" – Gaspar continua a explorar a temática religiosa enquanto também se debruça sobre a sua família mais próxima, a sua esposa e filho. Somente dois poemas neste volume nos transportam para o passado, isto é, para a sua vivência em Provincetown.

Em "February," o autor desenvolve a questão da pobreza e as vidas rotineiras e apagadas dos pescadores que viviam na ponta de Cape Cod, representada pela figura do seu padrasto, enquanto que no poema "Standard Times" o poeta recorda a sua infância quando distribuía o jornal local de madrugada, porta a porta, e o dinheiro que auferia nesta tarefa permitir-lhe-ia, então, pagar os seus almoços na cantina escolar. Possivelmente o melhor poema nesta coletânea, "I Am Refused Entry to the Harvard Poetry Library," explora os sentimentos da voz poética que deseja sentar-se "*among the sons and daughters / of the sons of daughters"* na venerada biblioteca desta universidade, mas também está consciente de que estes impulsos são inapropriados. Este poema, que traz ao de cima alguns sentimentos de azedume, poderá ser interpretado como uma tentativa deste autor analisar os seus próprios ressentimentos relativamente a questões de classe social ou as suas incertezas sobre o seu público, o mérito literário e a fama.

O primeiro romance de Gaspar, *Leaving Pico* (1999), ganhou os prémios *Barnes and Noble Discover Award*, *Borders Book of Distinction*, assim como o *California Book Award*. Entretanto, já foi publicada uma tradução em língua portuguesa. O romance possibilita ao autor uma análise mais minuciosa da sua cultura ancestral através dos personagens de Josie e do seu avô, John Joseph. Durante o desenrolar da narrativa, este conta a Josie a história sobre Carvalho, um descobridor aventureiro que chegou a competir com Cristóvão Colombo.

Gaspar escreve sobre a vida dos imigrantes açorianos em Provincetown e como a maioria das pessoas nesta comunidade – exceto o seu avô – reagem ou resistem contra o modo de vida dos norte-americanos, abordando, também, outras questões tais como o antagonismo entre os portugueses das ilhas (açorianos) e os do continente, o quintal, os clubes sociais e as bandas filarmónicas, assim como os rituais típicos do calendário das festividades católicas ao longo do ano, nomeadamente as irmandades, as festas religiosas e as procissões e a bênção dos barcos de pesca. A leitura de *Leaving Pico* faculta aos seus leitores um retrato detalhado e absorvente do modo de vida num enclave étnico português nos Estados Unidos.

No seu quarto volume de poemas, *Night of a Thousand Blossoms* (2004), Gaspar alarga o âmbito da sua análise poética de maneira a incluir uma variedade maior de referências filosóficas, religiosas e literárias enquanto reflete sobre a vida após a morte e a eternidade. Os quarenta e cinco poemas que o compõem estão divididos em três partes, intituladas "Jasmine," "Gabriel" e "Green."

Para além de conter dois poemas que nos remetem para alguns poetas portugueses – "*I Am Not a Keeper of Sheep*" demonstra o seu fascínio por Fernando Pessoa; "*One Arm and Another Arm*" tem como mote um poema de Eugénio de Andrade – não há quase nenhumas marcas que apontem para a sua etnia de origem. Em vez disto, Gaspar ocupa-se com questões metafísicas e a sua educação católica. Em alguns destes poemas deparamo-nos com algumas vozes que buscam respostas em várias fontes – ou em Buda, na Bíblia, em Bodhidharma, Platão, Dante, São João da Cruz ou até mesmo em John Keats, na esperança que possam encontrar tranquilidade para a alma poética desassossegada.

O segundo romance deste autor, *Stealing Fatima* (2009), é bem mais elaborado do que o seu primeiro. Tendo vivido nos limites dum espaço predominantemente étnico – com a sua diversidade e riqueza, mas também sujeito às suas limitações – Gaspar mudou-se para um mundo mais amplo fora de Provincetown mesmo que de quando em vez regresse até lá em busca de sustento espiritual. Tal como um peixe dentro de água, consegue sobreviver facilmente quer no seio dum espaço étnico quer do *mainstream*, e na qualidade de poeta norte-americano contemporâneo, ele é uma parte integrante desse mesmo *mainstream*.

Neste romance, Gaspar pretende recriar as aparições de Nossa Senhora de Fátima, em Provincetown, enquanto nos descreve o Padre Manny Furtado como sendo um homem deprimido, que se socorre muito regularmente de *gin* e analgésicos por forma a esquecer-se das suas memórias angustiantes da guerra do Vietname. Na medida em que o Padre Manny Furtado parece estar desprovido duma convicção religiosa forte e de espiritualismo, o leitor por vezes fica com a sensação que escolhera a sua ordenação sacerdotal somente para garantir uma ocupação numa vila piscatória onde não havia muitas saídas profissionais. Neste caso, e sobretudo, porque não desejava calcorrear o mesmo caminho perigoso dos pescadores açorianos, nomeadamente o seu pai ou avô. Afigura-se como um mero gestor da paróquia, tentando trazer de volta ao rebanho as suas ovelhas mais jovens, dispersas e desmotivadas.

A igreja de Nossa Senhora de Fátima ora é descrita como um local propício a intrigas ora um lugar onde o Padre Manny procura a redenção. Neste espaço, algumas ocorrências do passado aparecem para o assombrar, nomeadamente aquando do surgimento inesperado do seu amigo de infância, Sarafino Pomba, que está diagnosticado com SIDA, à beira da morte e com problemas com a justiça. Outras reportam-se às disputas sobre quem dirige a igreja, que são esgrimidas com o Padre Sweet, o seu rival, que, no fim, é quem prevalece enquanto Furtado procura os serviços de reabilitação e desintoxicação. Neste romance, Gaspar está determinado em preservar e celebrar as "marcas étnicas" que caraterizam esta comunidade à beira da desintegração – em que as casas dos portugueses são gradualmente compradas por pessoas de classes sociais mais abastadas e em situações em que os portugueses abandonaram definitivamente a pesca costeira e nos Great Banks – recusando-se a vê-la dissolver no âmago da cultura dominante norte-americana sem que ninguém se aperceba disso.

Comparativamente às suas coletâneas anteriores, *Late Rapturous* (2012), composta por quarenta e seis poemas distribuídos por três partes, é claramente a que detém um cariz multicultural maior. Gaspar geralmente emprega versos longos, que nos fazem recordar o movimento das ondas a quebrarem-se, e os seus versos, por vezes, também parecem frases num texto em prosa. De um volume para o outro, a poesia de Gaspar parece ter adotado uma cadência semelhante à das ondas, relembrando-nos a poesia de Walt Whitman em *Leaves of Grass* (1855), especialmente em "Song of Myself." Ambos os poetas foram criados junto ao mar e escrevem poesia empregando versos livres e sem rima.

Em *Late Rapturous*, Gaspar refere-se a várias culturas, a diversos períodos históricos e civilizações assim como a tradições tais como a ocidental, a asiática e a muçulmana. Ocasionalmente, a poesia de Gaspar dá guinadas bruscas – duma alusão mundana típica da nossa contemporaneidade para a antiguidade clássica – de maneira a demonstrar que os seres humanos por vezes têm entrado em conflito devido a interesses económicos ou ideológicos assim como a incompreensões e a diferenças culturais.

A justaposição de civilizações modernas e antigas em alguns dos seus poemas sugere que os seres humanos poderão ter evoluído a nível tecnológico, mas, na realidade, ainda manifestam comportamentos atávicos. O que imediatamente salta à vista aquando duma leitura atenta de *Late Rapturous*, sobretudo os que conhecem bem a sua obra, é a magnitude das suas referências literárias, artísticas e religiosas. Um tema recorrente nesta coletânea é o da criação poética, o poder da poesia e a forma como um determinado poema poderá transportar o leitor para estados de extrema felicidade e enlevo.

Atualmente a lecionar escrita criativa na Universidade de Pacific, Frank X. Gaspar continua a dedicar-se à escrita e encontra-se neste momento a trabalhar em duas obras, um romance e uma coletânea de poesia. Quando comparamos a sua estreia como poeta em *The Holyoke* e chegamos a *Late Rapturous*, publicado vinte e quatro anos mais tarde, o que imediatamente salta à vista deste leitor é a complexidade e amplitude das suas referências literárias, filosóficas, culturais, históricas e artísticas neste seu trabalho mais recente. *Late Rapturous* exige da parte do leitor uma atenção e trabalho redobrados por forma a apreciar devidamente os seus poemas, embora a leitura de toda a sua obra seja gratificante.

Tal como a maioria dos romancistas e poetas contemporâneos norte-americanos, Gaspar e Vaz rejeitam os rótulos étnicos na medida em que o seu trabalho transcende qualquer tipo de limitação étnica e apela a um público mais amplo do que somente aquele estritamente interessado em assuntos desta natureza. A obra destes escritores é uma parte integrante da literatura norte-americana do *mainstream* e é bastante lida e apreciada quer nos Estados Unidos quer em Portugal. Com as suas contribuições, a literatura luso-americana, sem dúvida, atingiu um patamar de pujança e maturidade.

2.BIBLIOGRAFIA

Boelhower, William. (1987). *Through a Glass Darkly: Ethnic Semiosis in American Literature*, New York: Oxford UP.

Gaspar, Frank X. (1988). *The Holyoke*, Boston: Northeastern University Press.

---. (2007). *The Holyoke*, with a preface by Gaspar and an introduction by Christopher Larkosh. North Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, University of Massachusetts—Dartmouth.

---. (1995). *Mass for the Grace of a Happy Death*, Tallahassee, Fla.: Anhinga.

---. (1999). *A Field Guide to the Heavens*, Madison, Wis.: University of Wisconsin Press.

---. (1999). *Leaving Pico*, Hanover, N.H.: University Press of New England.

---. (2002). *Deixando a Ilha do Pico*, Lisboa: Edições Salamandra.

---. (2004). *Night of a Thousand Blossoms*, Farmington, Me.: Alice James Books.

---. (2009). *Stealing Fatima*, Berkeley, Cal.: Counterpoint.

---. (2012). *Late Rapturous*, Pittsburgh, Pa.: Autumn House.

---. (2016). *A Desaparição*, Lisboa: EDLP.

Vaz, Katherine. E-mail enviado ao autor. 21 de março de 2001.

---. (1997). *Fado & Other Stories*, Pittsburgh, PA: U of Pittsburgh P.

---. (1997). *Mariana*, London: Flamingo.

---. (2008). *Our Lady of the Artichokes and other Portuguese-American Stories*. Lincoln and London: U of Nebraska P.

---. (1994). *Saudade*. New York: St. Martin's.

43. ROLF KEMMLER, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, UTAD VILA REAL – ALEMANHA, E AICL

TEMA 3.1 CHARLOTTE ALICE BAKER: *A SUMMER IN THE AZORES WITH A GLIMPSE OF MADEIRA* (1882)

ROLF KEMMLER (VILA REAL) *

1. INTRODUÇÃO

Filha do médico Matthew Bridge Baker e da sua mulher Catharine Baker, a professora e escritora norte-americana Charlotte Alice Baker nasceu em Springfield (Massachusetts) em 1833, falecendo em Boston em 1909.

Com base em boas experiências feitas no arquipélago, foi declaradamente com a intenção de fazer publicidade para as chamadas *Western Islands* que ela publicou o seu diário *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira* em 1882.

Nele, a autora narra as suas experiências e observações desde a embarcação no porto de New Bedford no dia 12 de junho de 1879 até à despedida do Pico no sábado, 27 de setembro do mesmo ano.

Tendo efetivamente dado um verdadeiro 'glimpse' (uma olhadela) à ilha da Madeira durante uns meros três dias em finais da sua viagem, a autora passou boa parte dos seus quase três meses no arquipélago a visitar as ilhas de Flores, Faial, Pico, Terceira e São Miguel.

No âmbito do presente trabalho interessa-nos, mais uma vez, como a autora retratou o arquipélago açoriano e as suas gentes.

2. A AUTORA

Charlotte Alice Baker nasceu na cidade de Springfield (Hampden County, Massachusetts) em 11 de abril de 1833 como filha do médico Matthew Bridge Baker (1806-1839)[276] e da sua mulher Catherine Catlin Baker (1810-1899). Após a morte prematura do pai e do irmão mais novo Edgar Baker (1835-1839), Alice Baker residiu em casa com a mãe, somente passando a frequentar a escola de maneira algo irregular a partir dos onze anos (Cameron 1924: 345), mas acabou a carreira escolar ao passar simultaneamente a ser aluna e professora auxiliar na prestigiosa *Deerfield Academy*, que frequentou até aos 15 anos (Cameron 1924: 346).

Desde então, passou a sua vida a exercer o magistério, sendo, entre 1856 e 1864 coproprietária (junto com a sua companheira Susan Minot Lane, 1832-1893) de uma escola particular em Chicago, que ficou fechada quando ela regressou ao litoral para ficar à disposição da sua mãe que vivia em Cambridge (Cameron 1924: 346), abrindo ainda outra escola em Boston que existiu até 1892. Tendo sido contribuidora assídua, durante alguns anos, de artigos na revista mensal para crianças intitulada *Merry's Museum for Boys and Girls* entre 1868 e 1870, Alice Baker destacou-se na sociedade contemporânea por ser sócia ativa da Pocumtuck Valley Memorial Association (1870) em Deerfield (Massachusetts).

Ao longo das décadas subsequentes, ela foi apresentando uma série de trabalhos de natureza historiográfica a esta associação de historiografia local, à qual ainda legou o seu espólio particular, junto com a casa setecentista chamada "Frary House", que originalmente tinha pertencido à família da sua mãe e que ela

[276] Veja-se o esboço biográfico de Chapin (1893: 32): «Dr MATTHEW BRIDGE BAKER was born in Charlestown, Mass., in 1806. He graduated at the medical department of Harvard College in 1830. He came to Springfield in 1831, and lived in the house which now stands on the corner of State and Maple streets, which formerly stood on the lot now occupied by the block on State street in which Dr S. F. Pomeroy recently lived. Dr Baker made a journey to Canada on foot for the purpose of benefiting his health, but the disease, consumption, had made such inroads upon him, that on his return he was obliged to retire from his practice. Dr Baker was a skilful physician, and greatly esteemed in the community in which he had a large practice. He married Catharine Catlin. Dr Baker died in Springfield, September 18, 1839, the age of 33 years. C. Alice Baker, the historical writer, is their daughter».

mandou restaurar entre 1890 e 1892. Depois da morte da sua companheira, a professora e pintora Susan Minot Lane (1832-1893),[277] Charlotte Alice Baker continuou a viver durante o resto da sua vida na companhia da historiógrafa e fotógrafa bostoniana Emma Lewis Coleman (1853-1854),[278] vindo a falecer em Boston no dia 22 de maio de 1909.[279]

Deixando de lado a obra que estudaremos a seguir, devem ser mencionadas as suas publicações de maior relevo na forma do trabalho monográfico *True Stories of New England Captives: Carried to Canada During the Old French and Indian Wars* (Baker 1897) e da publicação póstuma na forma de um levantamento genealógico intitulado *Epitaphs in the old burying-ground at Deerfield, Mass.* (Baker / Coleman 1924), que de facto constituem os frutos mais importantes da sua atividade historiográfica (sobre esta atividade, veja-se também Cosner / Scanlon 1996: 10).

3. A SUMMER IN THE AZORES WITH A GLIMPSE OF MADEIRA (1882)

Impresso pelos editores bostonianos Lee and Shepard (1862-1905) que já tinham sido responsáveis pela impressão de *A trip to the Azores or Western Islands* do florentino Manuel Borges de Freitas Henriques em 1867 (cf. Kemmler 2015), o diário da autoria de 'C. Alice Baker' foi publicado em coeditoria com o livreiro nova-iorquino Charles Theodore Dillingham (1842-1918).

---

[277] Cf. Guide (2017: 2): «Susan Minot Lane, daughter of Martin and Lucretia Swan Lane, born 1832, died 1893. She came to Deerfield in 1854 to become preceptress at Deerfield Academy where she met C. Alice Baker, a teacher. They formed a life-long friendship and opened a series of schools, first in Chicago and later in the Boston area. They befriended Emma Lewis Coleman, noted photographer and author, with whom they traveled to the Azores and Madeira. The extra-illustrated edition of Miss Baker 's book, *A Summer in The Azores*, included photographs by Susan. Miss Lane was a pupil of her cousin, artist William Morris Hunt. She worked as an illustrator and artist, frequently painting houses in Boston's north end where she had a studio».

[278] Cf. Guide (2013b: 1): «Born in Boston in 1853, Emma Lewis Coleman was an author, photographer, teacher, and craftswoman who spent part of her life in Deerfield, Mass. As the daughter of Lewis Coleman (a well-to-do merchant) and Elizabeth Farrington Coleman, Emma Coleman travelled somewhat extensively in Europe in her youth and received part of her education in Paris. In the 1870s, Coleman taught at a school in Brookline, Mass., where her friendship with Charlotte Alice Baker (1833-1909) and Susan Minot Lane (1832-1893) took root. Baker, a teacher and historian, and Lane, a teacher and painter, had met previously at Deerfield Academy. The three women travelled to the Azores and Maderia [sic!] in 1879; Coleman's diary from that trip is part of her papers. Coleman, Baker, and Lane began dividing their time between three locations: Cambridge, Mass., Cutts Island, Kittery, Maine, and Deerfield where Baker had purchased the Frary House, her ancestral home. Coleman became very involved in the restoration of the house (1890-1892) and began to share Baker's antiquarian interests».

[279] No respetivo capítulo do seu livro *Archives of Desire: The Queer Historical Work of New England Regionalism*, a investigadora norte-americana J. Samaine Lockwood (2015: 27) não parece permitir qualquer dúvida sobre a orientação sentimental da nossa autora, pois quando se serve de uma carta de Baker datada de 1895, identifica Susan Lane como o seu amor (entretanto falecido) e Emma Coleman como a sua companheira atual.

Trata-se de um livro em tamanho modesto, com apenas [II], 174 páginas, ao longo das quais a autora documenta uma viagem de três meses e meio ao arquipélago dos Açores e da Madeira. Embora não faça referência explícita às pessoas que a acompanharam na viagem, o uso frequente de pronomes como 'we' e 'our' frente ao emprego de 'I' ou 'my' em trechos relativos a experiências mais pessoais permitem entender que a autora não viajou sozinha, mas sim na companhia das suas companheiras Susan Minot Lane e Emma Lewis Coleman.[280]

Foi a estas companheiras da sua vida que Alice Baker dedicou a obra com as seguintes palavras bastante explícitas, recorrendo, porém, ao semianonimato da abreviatura dos nomes delas:

> TO
> S. M. L,
> MY LIFE-LONG FRIEND AND COMPANION
> AND
> E. L. C,
> TO WHOSE AFFECTION I OWE MY
> Summer in the Azores.
> CAMBRIDGE, May, 1882 (Baker 1882: 1).

Tanto a própria autora (*Guide* 2013a: [II]) como as suas companheiras chegaram a elaborar diários relativos à sua viagem nos dois arquipélagos portugueses (cf. também *Guide* 2017: [II-IV]; *Guide* 2013b: [II-III]).[281]

---

[280] Este facto fica mais claro quando Baker (1882: 66) afirma o seguinte no âmbito da sua narração da viagem para a Caldeira do Fayal no dia 6 de agosto de 1879: «We were a queer cavalcade, – three ladies half reclining in hammocks [...]».

[281] Veja-se GUIDE (2013B: 1) «THE THREE WOMEN TRAVELLED TO THE AZORES AND MADERIA [SIC!] IN 1879; COLEMAN'S DIARY FROM THAT TRIP IS PART OF HER PAPERS».

Junto com exemplares inéditos do livro *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira* com fotos da autoria de Emma Coleman, os diários manuscritos das três viajantes ainda hoje se encontram nos espólios legados à *The Pocumtuck Valley Memorial Association* em Deerfield (Massachusetts). Perante a falta de acesso a estes textos inéditos, iremos em seguida ocupar-nos somente da obra publicada sem qualquer fotografia.

3.1 A SUMMER IN THE AZORES WITH A GLIMPSE OF MADEIRA: O CONTEÚDO

Com base na documentação conservada sabe-se que a viagem de Alice Baker e das suas companheiras começou quando elas embarcaram na escuna *Nelly* (cf. Baker 1882: 12) no porto americano de New Bedford (Massachusetts)[282] em junho de 1879 (*Guide* 2013a: [II]). Com efeito, a autora indica as respetivas datas (sem oferecer qualquer indicação explícita ou implícita ao ano em que a viagem teve lugar) no início da maior parte dos capítulos. Ficamos, assim, a saber que a viagem terá começado no dia 12 de junho de 1879. Como, porém, nem todas das 16 datas referidas correspondem com os dias da semana históricos do ano de 1879, optámos por conferir as datas com o calendário (cf. Calendar 1879), o que leva ao seguinte resultado:

Capítulo	página	data	data real
The Start.	7	*Tuesday, June 12.*	Thursday, June 12, 1879
At Sea.	11	*Tuesday, June 12.*	Thursday, June 12, 1879
Land ho!	24	*Tuesday, July 8.*	Tuesday, July 8, 1879
Fayal and its Port.	31	*Saturday, July 12.*	Saturday, July 12, 1879
Street-Scenes in Horta.	44		
Donkeys.	50		
Peasant Life in Fayal.	54		
The Caldeira.	66	*Tuesday, Aug. 6.*	Wednesday, August 6, 1879
Capello and the Mysterio.	74	*Sunday, Aug. 10.*	Sunday, August 10, 1879
Pico.	82	*Monday, Aug. 11.*	Monday, August 11, 1879

[282] Para mais informações sobre este importante porto comercial que era um dos principais centros de baleação nos Estados Unidos de oitocentos, cf. Zumerchik / Danver (2010: 192).

A Peep at San Jorge, Graciosa, and Terceira.	87	*Thursday, Aug. 14.*	Thursday, August 14, 1879
San Miguel and its Port.	93	*Monday, Aug. 18.*	Monday, August 18, 1879
The Furnas. – Grená and the Caldeiras.	98	*Monday, Aug. 18.*	Monday, August 18, 1879
Peasant Life in the Furnas.	107		
A Ball in the Furnas.	115	*Wednesday, Sept. 3.*	Wednesday, September 3, 1879
Farewell to the Furnas.	120	*Saturday, Sept. 6.*	Saturday, September 6, 1879
Red Tape.	125	*Saturday, Sept. 6.*	Saturday, September 6, 1879
Madeira.	131	*Tuesday, Sept. 9.*	Tuesday, September 9, 1879
In Quarantine off Funchal.	136	*Tuesday, Sept. 9.*	Tuesday, September 9, 1879
Ashore in Madeira.	141	*Friday, Sept. 12.*	Friday, September 12, 1879
Queer Conveyances.	144	*Friday, Sept. 12.*	Friday, September 12, 1879
Sight-seeing.	148	*Saturday, Sept. 13.*	Saturday, September 13, 1879
On Horseback.	154	*Sunday, Sept. 14.*	Sunday, September 14, 1879
Coasting.	161	*Sunday, Sept. 14.*	Sunday, September 14, 1879
In the Azores again.	165	*Wednesday, Sept. 17.*	Wednesday, September 17, 1879
Adeos!	173	*Saturday, Sept. 27.*	Saturday, September 27, 1879

Este quadro permite-nos, por isso, oferecer as devidas correções às indicações erradas 'Tuesday, June 12' para 'Thursday, June 12, 1879' e 'Tuesday, Aug. 6' para 'Wednesday, August 6, 1879'.

Assim, a nossa autora documentou a viagem das três companheiras americanas desde a quinta-feira, 12 de junho de 1879 (cf. correção a Baker 1882: 7) até à despedida do Pico no sábado, 27 de setembro de 1879 (Saturday, September 27; cf. Baker 1882: 173), de onde regressaram ao seu país no vapor *Missisippi* (cf. Baker 1882: 127).[283]

Para o âmbito do presente artigo são de especial interesse os comentários que Baker tece ao povo açoriano entre 8 de julho de 1879 e 6 de setembro de 1879 (quando teve lugar uma excursão para a ilha da Madeira) e novamente de 17 a 27 de setembro de 1879.

[283] Segundo a informação no diário nova-iorquino *The New York Herald* de 21 de outubro de 1879, o vapor Mississípi é referenciado entre os navios desembarcados no dia 18 de outubro de 1879, saindo do mesmo do dia seguinte (*NYH* 1879: 12).

3.2 MOTIVO DA OBRA: PROMOÇÃO DO TURISMO DE LAZER

No prefácio do livro de 1882 que foi efetivamente a sua primeira publicação de natureza monográfica, Alice Baker não permite dúvidas sobre o laço afetivo com o arquipélago que motivou a publicação das suas notícias de viagem:

> *PREFACE.*
>
> *MY apology for printing these fragmentary impressions must be found in the fact, that excepting a delightful magazine article on Fayal, by Colonel T. W. Higginson, there exists no satisfactory picture of life in the Azores.*
>
> *Barely mentioned in the geographies, these islands have hitherto been almost neglected by the pleasure-seeker. The tide of travel recently setting that way warrants the prediction that they will ere long be regarded as a desirable halfway- station on the great highway of European travel. A line of United States steamers, connecting there with the Portuguese line, would thus enable the tourist to enter Europe by way of the Spanish Peninsula and open up the magnificent scenery of these islands and of Portugal, now so little known, and so well worth knowing.*
>
> *While this is as yet only a probability, it may still be fairly said, that in no other bit of foreign travel can one get so much enjoyment, with so little expenditure of strength and money, as in a summer voyage to the Western Islands, in one of the excellent sailing-vessels now plying regularly to those ports from Boston and New Bedford.*
>
> *In the Azores every thing is novel, and nothing is new. The tired teacher finds here enforced rest with continual diversion; the nervous invalid, an engrossing change of scene, with absolute quiet, no temptation to hurry, and no excuse for worry. To the artist, the botanist, the geologist, and the philologist, they offer a rich and almost unexplored field.*
>
> *C. A. B.*
>
> *Cambridge, April, 1882 (Baker 1882: 3-4).*

O alvo primário que levou a nossa autora a publicar o livro parece, assim, ser a intenção de oferecer um número suficiente e empírico de informações sobre a vida no arquipélago (isto é, uma abordagem que vai para além do breve artigo de Thomas Wentworth Higginson, publicado na revista *The Atlantic Monthly* em 1860), de modo que o livro possa servir como motivação e guião para os futuros turistas americanos que vierem a passar pelo arquipélago no âmbito de uma viagem transatlântica.

Ao longo de toda a sua obra, o estilo prosaico da professora bostoniana parece bastante fresco e franco – ela até relata os eventos menos aprazíveis como o enjoo das viagens com toda a normalidade:

> *I keep up my offices of friendship till the teabell rings, then turn in, unmistakably seasick* (Baker 1882: 12).[284]

3.3 ASPETOS DA CARATERIZAÇÃO DOS AÇORIANOS E DA SUA VIDA

A primeira ilha do arquipélago que chegou a ser visitada pelas três viajantes foi o Faial. Pouco surpreende, por isso, que a maioria das descrições e caraterizações do povo açoriano que Alice Baker oferece esteja relacionada com esta ilha.

3.3.1. OS AÇORIANOS NO ESPAÇO PÚBLICO E NA SUA PRIVACIDADE

É com as seguintes palavras que Alice Baker descreve as suas primeiras impressões aquando do desembarque na Horta no dia 12 de julho de 1879:

[284] É graças a este episódio e outros semelhantes que Baker (1882: 14) afirma que ela e as companheiras terão passado a ponderar um regresso com o vapor: «We begin to envy those who will commit themselves to the steamer». A viagem para a Madeira no vapor *Mississípi* também não correu melhor, como a autora testemunha mais adiante: «The next three days, like almost all days for me at sea, are a blank in my diary» (Baker 1882: 130).

After a visit from the healthy doctor, as the steward called the health-officer of the port, we were permitted to land. The landing-place is a small wharf, projecting from beneath the frowning ramparts of a fort. A motley crowd surrounded us as we stepped upon the quay, – men and women barefooted, or clattering in wooden shoes.

The men wore gay woollen caps like those of the Neapolitan fishermen; the pointed top tasselled, and hanging over the side. Their shirts and trousers were of white linen, and over the right shoulder they hung their short jackets of dark woollen stuff. The women were bonnetless, hatless, with red, blue, or yellow cotton handkerchiefs tied over their heads. Some peeped out from the plackets of coarse linen petticoats thrown over head and shoulders.

They wore white shortgowns, and very full petticoats of dark blue or red calico. Others were entirely enveloped in hooded cloaks of dark blue broadcloth. The hood, which is stiffened with whalebone and buckram to preserve its shape, might be taken for a miniature chaise-top, or the smoke-jack of a city chimney.

The chief article in the trousseau of a well-to-do Fayalese bride is this capote.[285] *It costs from thirty to sixty dollars. The cloak part is a full circle, extending to the ankles. All that one sees of the wearer of this capote is the hands, and a pair of eyes glistening as it were at the bottom of a coal-hod. The wearer holds the two sides of the hood together in such a way as to hide her own face, while she gives herself ample opportunity to peer out at the Americanas. Nothing could be funnier than the side-view of two capotes gossiping on the street* (Baker 1882: 32-34).

Merecem destaque as impressões à primeira vista da nossa autora no porto da Horta, já que ela oferece uma descrição bastante detalhada da forma como os faialenses que estavam vestidos – o que leva a crer que terá completado as suas observações diarísticas por informações adicionais bastante pormenorizadas – como se vê no caso do capote, do qual a autora americana até consegue indicar o preço em dólares.

[285] Também por ocasião da viagem a São Miguel, as versões locais do 'capote' e da 'carapuça' como elementos mais tipicamente açorianos do vestiário insular merecem a seguinte observação de Baker (1882: 94): «The women wear a peculiar capote, and the men a *carapuça*, or broadcloth cap with huge visor, and a deep havelock-like cape depending from it behind».

Se a informação sobre a roupa dos habitantes da Horta por Alice Baker era sobretudo descritiva, os dois hotéis da capital faialense já lhe merecem uma avaliação algo mais crítica mas objetiva, que se julga ter sido escrita com o objetivo de fornecer informações úteis a um público americano interessado em fazer turismo no arquipélago.[286]

> *After a brief delay at the custom-house, where our bags were searched for "tabac" we proceeded on foot to the English hotel, so called. A small sign, swinging over the sidewalk, directed us to the entrance of the "Hotel Fayal", which otherwise does not differ externally from the ordinary dwellings of the town. We found here good enough accommodation, – bare floors frequently washed, clean, hard beds, and a good variety of palatable food. As for service, much cannot be said. There is, however, no lack of willingness; and a person in ordinary health may be very comfortable here. The Hotel Central, a Portuguese inn, is, I am told, equally well kept. Both are far superior to those of the other islands. The cost of living at either is a Spanish dollar ($1.20) a day, with a trifle extra for wine. The English hotel has one advantage in its fine garden, where an invalid may swing in her hammock, surrounded by a sub-tropical vegetation* (Baker 1882: 34).

No seguinte trecho com observações soltas sob o título «Street-Scenes in Horta», é com uma visível nota de respeito que a nossa autora observa a forma como as mulheres faialenses lidam com a tarefa diária de buscar água à fonte, para transportar os recipientes cheios com entre cerca de 22 e 26 litros à casa (na cabeça, claro):

> *Yonder is a group of women at a well. Their tall wooden buckets, shaped like old-fashioned wooden churns and holding six or seven gallons, stand on the stone curb. How skilfully each, in turn, throws down and dips the pail! and with what assurance of strength, hand over hand, with long reaches,*

[286] Já o 'Hotel Terceirense' de Angra não lhe merece a mesma consideração. Pelo contrário, Baker (1882: 89) apresenta a seguinte avaliação francamente negativa: «[...] the only hotel in the place is inconceivably comfortless and filthy». Pouco mais adiante, a autora explica melhor as razões que lhe causaram uma 'night of indescribable horrors' no hotel: «The entrance to the "Hotel Terceirense" is through a *sagão* used as a wine-vault, and full of dusty hogsheads; a musty, sour, evil-odored place, with which, alas! we found the rest of the house in perfect keeping».
Também o 'English hotel' em Ponta Delgada não lhe merece qualquer comentário, pelo que Baker (1882: 93) dá preferência a um alojamento em residências particulares.

they draw it up dripping from the fern-clad well! Then, rolling up a little pad for it to rest upon, each, with another's help, lifts the heavy bucket to her head. How the last one is to manage, becomes a problem. Two already laden dexterously raise it, not a drop spilled from their own the while; and away they all trot at a swinging gait up the street, chattering like rooks, enviable health in every motion, grace in every pose. Not even a hand is raised to steady their burdens. Milk-boys pass bearing crooked poles across their shoulders, from which depend their wooden measures and pottery jars; soldiers from the garrison, with pinched and padded waists, and jaunty little caps set on the back of their heads; and donkeys so enveloped in their burdens that only the tips of their noses and tails are visible. Sometimes a whole platoon of them goes by, each pair carrying a hogshead swinging from beams whose ends rest on their backs (Baker 1882: 47-48).

De forma não menos pitoresca, esta imagem da vida urbana é completada pelos rapazes a transportar o leite e os militares que transportam as cabeças de porco...

No capítulo «Peasant Life in Fayal», Alice Baker dá aos seus leitores uma visão importante da vida dos habitantes rurais da ilha, pois oferece informações bastante detalhadas sobre a composição das casas rurais, a alimentação, a mobília, bem como o fabrico e uso da roupa na vida diária:

The interiors are bare and poor: one room, rafters visible above; a floor of earth; "woven work of willow-boughs" sometimes partitioning off one end of the room as a bedroom; a loft above it reached by a ladder and on the floor a pallet of straw.

There is neither chimney nor stove. The fireplace is without crane or andirons and is merely a broad stone shelf built out from the wall, and on this a fire of furze and fagots. The blinding smoke escapes as best it may through roof and open door. For cooking utensils, there are an iron pot and trivets, and one or two red pottery jars and saucers.

Meat is a rare article of food with the peasant. Coarse corn-cake, baked on a trivet over the coals, hard, sour, heavy, and smoky, – this with a bit of cheese, fish, or a pepper, and a cup of cold water, is his principal food.

There is little furniture in the room, – a bed, so high as almost to require steps to get into it, with a bright worsted coverlet of domestic manufacture, like those of our colonial grandmothers; a table; a hand-loom in one corner; and a few scriptural prints on the walls. In some cottages one finds the same modification of the old Roman lamp, used by our forefathers in New England, – a small triangular pan to hold grease and a floating wick. There are one or two chairs: these, however, are seldom used by the women, who squat upon the floor and sew or spin, and card their flax and wool.

Most of the clothing and household stuffs are spun and woven by the women, who also perform much field labor, weave baskets, braid hats, knit and embroider beautifully, and make exquisite laces from the split fibre of the aloe. Both sexes are poorly paid for their labor. Men's wages in Horta range from twenty-four to forty-eight cents a day. The best dressmakers get twelve cents. The Pico women go up to the clouds on the mountain, and milk, for eight cents. Those of Horta carry water from the public wells for two cents a bucket. The old spinner who sat for our artist earned but two cents a day, and spun by moonlight, not being able to afford a lamp.

The spinning is done with a distaff, held between the left arm and side. The thread is wound off the spindle on a sort of swifts, twisted deftly with the left hand. Flax is much grown on the islands and takes the place that cotton does with us. Gentlemen's summer-suits are of snowy white linen. The coarser and unbleached kinds are Torn by the peasant. The clean clothes of the field-laborer in Fayal are a noticeable contrast to those of our farm-hands. Woollen fabrics are also woven, –black, brown, and mixed cloths of the consistency of felting.

The men wear short jackets of these cloths, that look like the curtailed remains of dress-coats. They are very short on the shoulder, with broad lapels in front, and innumerable seams in the back.

Boys dress like their fathers. Girls under twelve are clad in a linen sack and petticoat, with no other apparel. Little children of both sexes run about the streets in their scanty shirts. Babies go naked and are much less attractive than babyhood in general. Their limbs are puny: they are never swaddled, and are often bow-legged (Baker 1882: 58-61).

As informações históricas que a autora oferece sobre o fabrico da roupa dos habitantes rurais parecem-nos condizer com o que ainda hoje podemos verificar nos museus etnográficos existentes em todo o arquipélago. Por ocasião da chegada a Ponta Delgada, Alice Baker mostra-se impressionada pela contradição

evidente entre uma infraestrutura excelente da maior ilha do arquipélago, quando esta contrasta com imagens chocantes como a presença de mulheres malvestidas e desesperadas que habitam casebres em convivência com animais e bebés que andam sem qualquer roupa, vendo-se as crianças mais velhas obrigadas a pedir esmolas:

> *The road is excellent, hard-trodden and slightly convex, with stone water-courses at the side, masonry along every precipice, and stone bridges over every mountain torrent. Ever and anon we ran clown at full speed from the top of steep hills to the very shore of the sea, meeting the cool breeze, and dashing through villages quaint and pretty, – and, alas! poor in direct ratio to their picturesqueness. Half-clad women, with folded arms, idle and inane but for the look of stolid despair on their otherwise expressionless faces, crouched on the floor of their squalid huts, which they shared with the hens and pigeons. Naked babies crawled about the doors, and an army of brutal and savage children ran clamoring after us for alms* (Baker 1882: 95-96).

Como o seu destino principal em São Miguel eram as Furnas, Alice Baker e as companheiras passaram logo a residir na Casa da Grená (cf. Baker 1882: 99-102) na Lagoa das Furnas, que então era explorada como espaço hoteleiro pelo britânico George Brown (1812-1880), um antigo jardineiro no parque hoje conhecido como 'Jardim José do Canto'. Vejamos as observações da nossa autora sobre os micaelenses e as suas casas no âmbito do capítulo «Peasant Life in the Furnas»:

> *The houses are all of stone, one story, with high thatched roofs. They stand close upon the street, with no yards in front, each projecting a little beyond its neighbor. One small square window, swinging inward, is placed high up in the front wall, and never closed but at night. The front door always stands invitingly open; and, even if the lower half be shut, the top panel, which is on hinges, is flung wide open into the room. Such fascinating pictures as we often see framed in these half-open doors! here a Rembrandt, there a Rubens; an old man in his shirtsleeves, resting his arms on the casement, stolidly smoking, his silvery hair straggling from under his gay knit cap; or a bright red handkerchief, crossed on a woman's breast, lights up the dark background, the leathery wrinkled old face contrasting sharply with the spotless white of the turbaned head, leaning meditatively on one hand. [...].*

The interior consists of one room with floor of earth, strewn with rushes or pine-needles. Its furniture, – two beds, touching foot to foot, and occupying one end of the room; two Eastlake chairs, that would fill the heart of the modern decorator with envy; a deep stone window-seat under the high window; a niche in the opposite wall, usually containing a bambino; and a table.

The beds are made up high, with ticks of home-made linen, filled with husks, moss, or a soft, silky fibre gathered from the rootstock of the Dicksonia culcita, a fern very abundant here; a hard-round bolster, and no pillows. When the family is too numerous to stow away in the two beds, others are made up under them and trundled out at night. A loft is also made in the peak of the roof for the big boys, by swinging a floor of boards half across the living-room, above the other beds (Baker 1882: 108-110).

Mais uma vez, a descrição bastante detalhada das casas permite entender que as viajantes parecem ter entrado nas casas dos habitantes das Furnas. O cenário convidativo das portas abertas nas Furnas até leva Alice Baker a comparar as imagens que vê às cenas eternizadas pelos pintores holandeses barrocos Rembrandt Harmenszoon van Rijn (1606-1699) e Peter Paul Rubens (1577-1640). Neste mesmo âmbito, a autora até oferece informação detalhada sobre o conteúdo das camas de linho, repletas com cascas, musgo ou a fibra do 'feto-de-cabelinho'.[287] Ainda na freguesia faialense do Capelo, Alice Baker observa como as mulheres faialenses usam os recursos naturais para lavar a roupa:

Bare-legged women, with their gay petticoats tucked up, and great bundles of clothes on their heads, were picking their way among the black rocks, to wash in the pools just left by the surf. Washing is done here in a way that certainly conduces to the whiteness of the clothes, though it may prove destructive to their texture. They are washed among the slimy rocks in sea-water, and never boiled. A big stone serves as a rubbing-board. To dry, they are spread in the sun on rubbish-heaps by the road-side, with stones at the corners of each garment to hold it flat, and sprinkled two or three times a day, for several days. Notwithstanding the severity of the process, I have never seen better laundering (Baker 1882: 75-76).

[287] Identificado por Alice Baker como 'Dicksonia culcita', o 'feto-de-cabelinho' ou 'feto-abrum' hoje costuma ser classificado como 'Culcita macrocarpa'. Para mais informações sobre este feto, cf. Tryon / Tryon (1982: 140-144).

Sem recurso a lavadouros construídos para este fim, as mulheres servem-se das poças nas rochas vulcânicas da praia (por nelas permanecer a água das ondas do mar) como tanques de lavagem da roupa. A esfrega acontece numa das pedras maiores, sendo a roupa depois colocada na berma para secar, sempre com pedras por cima para segurá-la. Se bem que as lavadeiras de hoje já não devem descer até ao mar, o processo como tal não se afasta muito do que ainda hoje se pratica nos lavadouros públicos ou em tanques particulares. Entende-se, porém, a surpresa da nossa autora americana, uma vez que o procedimento descrito já não lhe deve ter sido muito familiar na sociedade (e no estrato social) onde ela vivia. No que respeita ao comportamento dos açorianos, Alice Baker reverte a uma abordagem algo pretensiosa do observador oriundo de uma cultura que julga ser superior à cultura de acolhimento (e que é tão típica pela maior parte das obras anteriores do género):

> *In the people there is much to admire as well as to condemn. They are sensitive, jealous, credulous, and superstitious. They are lacking in courage. They quarrel and make up with the inconsistency of children, and are as impulsive, and irresponsible. They weep as easily as they laugh. While they are hardly to be called gay, they are happy and contented to a degree that makes them improvident and indolent, and indifferent if not absolutely hostile, to better modes of life.*
>
> *They marry young, and within forbidden degrees of kinship. Girls of thirteen marry their own uncles of twice their age. They are temperate and industrious, kind, polite, and helpful to strangers and to each other. Our donkey-men address each other and their acquaintance as Senhor and Senhora. The child kisses her hand in taking your proffered penny. Our stable-bills are made out, and our business papers addressed, to the "Illustrissima Excellentissima Senhora"* (Baker 1882: 61).

Neste parágrafo encontramos uma coleção algo arbitrária de qualidades e comportamentos que a autora julga ter observado nos açorianos. Se bem que boa parte não nos pareça ser mais do que uma avaliação subjetiva da autora, observa-se a nota crítica no que concerne o casamento das menores açorianas dentro da

própria família (e em desafio da interdição da consanguinidade), uma crítica, aliás, que se enquadra dentro da sensibilidade especial de Alice Baker pelas vidas das mulheres no arquipélago.

Independentemente dos 'defeitos' apontados, depois de falar sobre o comportamento nas danças (cf. 3.3.3), a viajante americana faz questão de destacar as qualidades marcadamente positivas dos açorianos:

> *On these and all occasions the stranger is welcomed to the humble home of the Azorean peasant with dignity and decorum, and at the same time with a courtesy, cordiality, and frank hospitality, which are the truest politeness.*
>
> *One is struck, however, with the superiority of the Fayalese in manners and morals to the peasantry of the other islands, – a fact due to the excellent influence of the consul and his family* (Baker 1882: 64).

Assim, Alice Baker atesta grande hospitalidade mesmo aos faialenses mais modestos, cuja dignidade e cortesia julga superiores às qualidades observáveis nos habitantes rurais das demais ilhas que conheceu – os quais, ao contrário dos faialenses, não podiam usufruir da influência benéfica do Cônsul Dabney e dos seus familiares...

Semelhantemente, ao passo que não possa deixar de observar que a totalidade dos portugueses tem por hábito fumar e cuspir sem lembrar-se de pedir licença, Alice Baker considera digno de nota que os senhores não se sentam à mesa sem que as mulheres estejam presentes:

> *Every man on board, from governor-general to cabin-boy, smokes and spits incessantly. The Portuguese is never seen without his cigarette. Ladies or no ladies, at table or elsewhere, puff, puff, with not so much as "By your leave". As an offset to this, however, no meal begins on the ship, and no gentleman takes his seat at the table, till the ladies appear* (Baker 1882: 92).

3.3.2. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA AÇORIANA

Como quase todos os autores anglófonos, Alice Baker não prescinde de tecer comentários sobre a agricultura açoriana, como acontece, por exemplo, com as observações sobre o caminho à freguesia faialense do Capelo no dia 10 de agosto de 1879:

> *Between the villages, sloping to the sea, lay broad and fertile fields; yams and sweet-potatoes, besides Indian corn, wheat, and other grains, beans, melons, squashes, and potatoes, as luxuriant as on the meadow-lands of the Connecticut. The corn is not in hills, nor as we plant it for fodder in New England. Each stalk stands alone at regular distances from its neighbors. It grows very tall, and the ground beneath is apparently not hoed after planting. A thin undergrowth, and often vines and beans, grow between. These fields extend to the very ocean, where they end in high cliffs of black volcanic rock, so soft that it is worn by the restless sea into caves and fantastic arches* (Baker 1882: 76).

Ao reparar na peculiaridade do traçado dos campos açorianos com os muros de basalto que ocupam todo o terreno cultivável, Alice Baker identifica como produtos agrícolas correntes no Fayal os seguintes: inhame, batatas-doces, milho, trigo e outros cereais, feijão, melões, abóboras e batatas. Para além disso, ela observa que não se faz um cultivo intensivo do milho (ao contrário do que se observa no seu país), mas sim uma cultura mista em que este se encontra plantado alternadamente com videiras e feijão. Diga-se de passagem, que ainda hoje em dia se encontram variações desta cultura mista, no sentido de agricultores pequenos aproveitarem os campos de milho para plantarem plantas trepadeiras como o feijão e a abóbora, etc. Nas Furnas micaelenses, Alice Baker repara ainda noutras atividades agrícolas de relevo e oferece informações adicionais sobre os lavradores que vivem da terra:

Others bear on their heads great bundles of flax from the fields; while others again bruise, hackle, spin, and wind it ready for the loom. Few are idle. Their patient toil and their simple lives are full of lessons for us. They show us how circumscribed is the limit of the actual necessities of life, and our own extravagance and wastefulness as individuals and as a nation. Many of them never look over the walls of the crater in which they were born.

They work from sunrise to sunset for about a shilling a day. Their food is corn-bread and a drink of spring-water, with now and then a few bitter beans and a bit of dry fish as luxuries.

They have no barns nor storehouses; for there is no grass to cut, the corn is housed with the family, and the hens and pigeons roost among the thatch. Most of them own neither field nor cart, nor ox nor horse, nor donkey nor cow nor goat. They have neither tea nor coffee, and seldom taste a drop of milk. At Christmas-tide they have good cheer; for every man who can afford to keep one kills his pig, and exchanges with his neighbors.

The peasant of the Furnas valley utilizes everything that grows. He feeds his porca on the wild lettuce, the brake, and the yam-leaf. He braids the reed into ropes, plaits it into matting, or uses it and the pine-leaf to carpet his floor. Of its pith he makes artificial flowers. Of the bramble and the willow, he weaves his baskets which serve him as well for cart, and wheelbarrow, and fanning- mill. The bamboo he uses for his staff, his fence, and his rafters. His roof and his hat are of straw. The flax supplies most of his clothing. His dye-stuffs are the weeds of the hillside. The volcano furnishes the stone, for his dwelling; the brook, the clay for his pottery. He makes his bed of moss, or husks, or fern-silk. The Faya and the heather give him his fuel. His greatest ambition is to become the possessor of an American lamp, clock, or umbrella (Baker 1882: 111-112).

No que respeita aos pequenos agricultores, é digna de nota a observação de estes aproveitarem tudo para qualquer finalidade, de modo a facilitar o sustento da vida. Para além disso, pouco admira que o produto agrícola que mais desperta o interesse da nossa autora seja o que foi, com efeito, o maior êxito no mercado de exportação açoriano do século XIX: a laranja, então cultivada e exportada pelas camadas sociais mais abastadas (para mais informações, cf. Miranda 1989):

With the usual three-mule carriage and charioteer, and three jacks and their drivers behind to carry our luggage, we started for the Furnas. Leaving the suburbs, the hills grew higher, and were covered with pine-trees, which had a homelike look, or would have had but for the piles of staves for the

winter-orange boxes, already sawed and lying in the woods. The orange of San Miguel is the finest in the world, and hundreds of boxes are annually sent to England. The small, flat, thin-skinned, strong-flavored variety native to Morocco, and known as the Tangierina, is also grown here. The orange-season lasts from November to March. Windfalls are never picked up. It often happens that some of the oranges do not come to maturity during the season. These dry up on the trees, but do not drop off, and the next year attain their full size, and ripen in early summer. We gathered delicious Tangierinas from the trees in August, that were the relics of the last year's crop (Baker 1882: 95).

Baseada no conselho de Virgílio (Publius Vergilius Maro; 70 a.C-19 a.C.), que nas suas *Geórgicas* (1, 75; cf. Zan 2002: 265) propõe a plantação de 'lupini' para fertilizar os campos, a nossa autora aproveita ainda das suas observações na debulha do tremoço nas Furnas para oferecer as seguintes informações sobre o uso dos tremoços nos Açores do seu tempo:

The Furnas village is far more picturesque than any we have seen.

The streets are narrower, and so hard-trodden, that the peasants use them for a threshing-floor. As we ride through them, our donkeys pick their way carefully between heaps of lupine which the men are threshing with flails before their doors.

"Changing the season", he says, "you will sow the golden corn on that soil from which you shall have first gathered the merry pulse with rattling pod, or the tiny seeds of the vetch, and the brittle stalks and rustling forest of the bitter lupine".

This good advice was so well followed by the Romans that they carried the lupine with them into their conquered provinces; and throughout the Azores, to this day, the leguminous crop alternates with the grain crop.

When about three feet high, the lupine is cut with a sort of two-edged sword, and the stubble is ploughed in for a fertilizer.

The bean of the lupine is very bitter.

The Furnas peasants carry bags of them down to the sea; and, after they are pickled by lying for a few days in the salt water, they are sold at the street-corners as one of the delicacies of the Lenten season (Baker 1882: 108).

3.3.3 MÚSICA E PASSATEMPOS

Também a música açoriana e as danças nos bailes merecem a atenção de Alice Baker:

> *They are very fond of music and dancing. The viola, an instrument peculiar to the Azores, resembles the guitar and the mandolin, and differs from both. In shape and size, it is like the former. Its music is delicate, and unlike that of any other instrument. It is used as an accompaniment in all their singing and dancing. The favorite dance of Fayal is the Chama Rita. It maybe danced by four, eight, or sixteen. The player begins it by twanging all the strings of his viola together. The self-elected leader of the dance, hopping about in the middle of the room, accompanies the viola at the top of his voice in a monotonous recitative, in which the words "Chama Rita" and "Bella Mia" are of frequent recurrence. One by one the others fall in, walking slowly round each other back to back with a little joyous skip now and then, and snapping their fingers in the air to mark the time, as if with castanets. The dance consists of a polka step, with balancing to partners, and alternately to the rest, with frequent grand right and left, and ladies' chain. Occasionally they pair off for a little waltz. There seems to be no regular sequence for the changes of the dance. Successively, as the spirit moves them, the dancers, male and female, take up the recitative. So, the racket goes on, the shouting of the song, the twanging of the viola, and the snapping of the fingers, until apparently fatigued they pause. Each gentleman then asks his partner whom she will have to dance with next. She signifies her wish to continue with him, or, if she prefers another, the first solicits the chosen one to take his place, and the dance is renewed* (Baker 1882: 62-64).

Parece-nos evidente que as palavras «the viola, an instrument peculiar to the Azores, resembles the guitar and the mandolin, and differs from both» se estejam a referir à chamada 'Viola da Terra', modernamente popularizada por Rafael Carvalho, conhecido professor deste instrumento no Conservatório Regional de Ponta Delgada. A descrição bastante pormenorizada das danças populares como a Chamarrita vem complementada pela narração dos eventos no capítulo «A Ball in the Furnas», que tem por objeto um baile que teve lugar numa casa particular nas Furnas na quarta-feira, 3 de setembro de 1879 (Baker 1882: 115-119).

No que respeita às preferências para atividades nos tempos livres, a autora ainda oferece o seguinte trecho em que é oferecida uma comparação entre os passatempos de mulheres americanas e mulheres açorianas:

> *Anton is a very intelligent fellow. He would be called "smart" for a Yankee: for a Portuguese peasant, his energy, his promptness, his shrewdness, and his quick perception of character are remarkable. Our enthusiasm over every thing delights him. He contrasts it with the immobility of the "Ingles". He and the rest of the donkey-men are unwearied in their efforts to entertain us. We asked him one clay which he liked best, – Americans, or Portuguese. Of course, he said Americans, and then threw us into convulsions of laughter by proceeding to explain the difference, and to give his reasons for his preference. He is a perfect mimic; and with unrivalled pantomime, and a few Portuguese words, he gave us the typical lady of both nations.*
>
> *The senhora Americana sews, writes, reads French and German, and plays the piano; she travels; she likes the burro, and enjoys the buena vista.*
>
> *The senhora Portuguese does nothing of all this. She reads nothing; she sits at home and fans herself; she "valsa, valsa, sempre valsa", and cares for nothing but "dança, dança, sempre dança". And, fanning himself violently with his hat, Anton waltzed down the road to show us how she did it* (Baker 1882: 113-114).

3.4 EMIGRAÇÃO E REMIGRAÇÃO

Deixando de lado a obra de Henriques (1867), a problemática da remigração açoriana aos Estados Unidos da América não tem sido uma preocupação privilegiada dos autores anglófonos que escreveram sobre os açores em oitocentos (cf. Kemmler 2015).

Parece-nos, no entanto, bastante interessante a seguinte perspetiva da emigração ilegal apresentada por Alice Baker:

As we were beating up behind Flores, far away from any sign of human habitation, we saw a thin column of smoke ascending from a narrow ledge on one of the steepest declivities of the island. It grew to a flame. "Some poor fellow wants to come aboard", said the mate.

To avoid the severity of the conscription laws, the young men of the Azores seek to escape from the islands on American vessels. They kindle a bonfire as a signal for a boat. They are taken on board without passports, and stow themselves away among the cargo, out of sight of the custom-house officers. Last year a thousand were carried off in this way. We asked our captain, later, if he ever took them. "Of course, not", he said innocently; "but I noticed one singular thing on my last trip: I had passports for seventy steerage passengers, and I landed one hundred and sixteen in America. It beat all, how they counted out so!" (Baker 1882: 25-26).

Este trecho oferece uma visão importante de um aspeto crucial da emigração de oitocentos, já que na altura da visita das três companheiras ao arquipélago a emigração masculina parece, pelo menos parcialmente, ter estado relacionada com o desejo de os jovens açorianos evitarem ser sorteados para prestarem o *«[...] o serviço militar obrigatório, não pago, por cinco anos [...]»* (Narciso 1999: 90), segundo o novo regime que estava em vigor desde 1869. Outro aspeto menos positivo é o da remigração forçada de imigrantes que seriam 'inúteis' para a sociedade de acolhimento:

There was no one to welcome the poor old woman of eighty, who stood apart trembling with intense emotion. Her eyes sparkled like beads, and the tears rolled down her wrinkled cheeks. She had gone to America only the year before, to live with her son; but, pining for her island home, was now sent back by the city of New Bedford to die. Eager to land, she tottered up to the steps again and again, when her heart would seem to fail her, and she was rudely jostled aside by the younger and more active. When at last she was lifted into the boat, and sat there cowering and crossing herself in abject fear, there was not a dry eye among us (Baker 1882: 28).

Perante o drama humano de a mãe octogenária ter sido desterrada da América onde vivia o filho, a fim de regressar à terra natal das Flores para aí morrer, seria interessante saber quantos casos de remigração forçada são de registar nesta fase da história migratória açoriana.

3.5 OBSERVAÇÕES SOBRE A LÍNGUA PORTUGUESA

Como acontece em quase todas obras anglófonas que oferecem uma descrição do arquipélago dos Açores, também as observações que Alice Baker tece sobre a língua portuguesa não denotam qualquer conhecimento propriamente dito desta língua.

> *The language of the people is Portuguese. It is interesting to trace the kinship between the tongues of South-western Europe.*
>
> *The Romans invaded and vanquished the language, as well as the territory, of their neighbors so thoroughly, that a bastard Latin is the speech of all French, Italian, Spanish, and Portuguese possessions today. All the Portuguese nouns are Latin ablatives; and one may usually guess at the adjective by substituting an r for an l in the Latin (the exchange of one liquid for another being apparently no robbery), – for instance, branca for blanca; obrigato for obligate), etc. They chatter like magpies; and when we catch a Latin word, we seize and fling it back to them.*
>
> *They are mystified; then they shout with delight, the "senhora sabe Portuguese", We don't let them know we don't sabe for awhile. Then, regardless of moods and tenses, and other grammatical trifles, we patch up a mongrel sentence out of our little Latin, Italian, and French. In nine cases out of ten, they understand and answer, so that we get the substance of what they say. Thus, by sheer audacity we really get a good deal out of the language* (Baker 1882: 64-65).

Nem todas as informações da autora estão certas (assim, o caso latino de que derivam os substantivos portugueses é o acusativo), e há algumas observações subjetivas não carecem de comentário. Graças às palavras e frases soltas ao longo de toda a obra, não cabe dúvida acerca dos conhecimentos de latim, italiano e francês que a autora alega ter, mas fica a dúvida se ela igualmente chegou a adquirir algum conhecimento do espanhol escrito. Serve como exemplo da aplicação dos seus conhecimentos de latim o seguinte caso em que Alice Baker ouviu o coaxar de uma rã, o que a leva a perguntar o seu interlocutor açoriano com o termo latino, se eram *ranae* que estavam a fazer o som em questão:

It was as cool as a late October night; and the air was damp, and heavy with the fumes of mephitic gases. The frogs kept up a dismal croaking. "Ranae?" I said tentatively to Anton. "Si, senhora: r-r-r-rã! " he shouted gleefully, with a long roll of the r (Baker 1882: 116).

No que concerne à onomástica portuguesa, a nossa autora não pode deixar de manifestar a sua confusão perante os costumes onomásticos portugueses do seu tempo:

Different members of the same family are known by such a variety of names, that it is difficult to identify them as of one household.

The wife sometimes takes her husband's name: quite as often she does not.

The oldest son appropriates some of the father's ancestral names; the second son, some of the mother's; neither assuming his father's family name.

The patronymic seems to be of little consequence. The personal name is the one to which importance is attached. Inquiring in a shop for the residence of the consul's brother-in-law, we got no satisfaction till it dawned upon the proprietor that we were in search of the Rua de Senhor Jorge. A mother gave us her child's name as Filomena das Angelos. Marias and Pias abound. In the post-office the letters are sorted according to the baptismal name, – a bundle of Antonios, another of Manuels, etc. (Baker 1882: 62).

Evidentemente, o sistema onomástico descrito é o mesmo como no continente oitocentista. Naquela época, o elemento onomástico mais importante ainda costumava ser o nome próprio que cada pessoa recebia no ato do batismo, ao passo que o uso pessoal de um ou mais apelidos maternos ou paternos dependia da pessoa em questão, bem como do uso habitual dentro da família. Mas o que levou a ainda mais confusão junto das nossas viajantes é a importância das alcunhas que acabam por adquirir vida própria dentro da população açoriana e mesmo dentro da família:

> *One of the drollest of their customs is that of attaching nicknames which in time supersede the real name of the person. The most trivial incident supplies the nickname. For instance, the real name of the father of Anton, one of our donkey-men, was Pereire; but at a pig-killing, an occasion of great merriment, he got the appendage of Ribica, or Pigtail, to his name. Hence Anton is called Anton Ribica; and were he to be spoken of as Anton Pereire, no one would know who was meant. Our old Francisco is nicknamed Panela, or Saucepan; and his son Manuel, the soldier, is always soberly called Manuel Panela* (Baker 1882: 112-113).

Parece evidente que nem em todos os casos das alcunhas necessariamente terão passado a outros elementos da família. Assim, seria de crer que o assento do registo paroquial simplesmente mencione o referido António Ribica (Rabicho?) como António, filho de António Pereira. Semelhantemente, a alcunha de Francisco Panela (pelo menos na primeira geração) não deverá ter passado ao filho Manuel...

4. CONCLUSÕES

No seu livro *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira* de 1882, a professora americana Charlotte Alice Baker deixou testemunho de uma viagem que empreendeu ao arquipélago dos Açores (com uma brevíssima excursão da madeira de 7 a 14 de setembro de 1879) junto com as suas companheiras Susan Minot Lane e Emma Lewis Coleman entre 12 de junho e 27 de setembro de 1879, desembarcando no porto de New Bedford aos 18 de outubro o mesmo ano.

Segundo as palavras da própria autora, o motivo básico para a publicação do seu diário terá sido o desejo de fazer publicidade para o arquipélago açoriano, de modo a oferecer mais informações sobre a população açoriana do que o artigo anterior de Higginson (1860). E na verdade, Alice Baker oferece um manancial de informações e observações interessantes sobre os Açores e os seus habitantes de finais do século XIX.

Como o percurso de Alice Baker e das suas companheiras fez com que estas passassem a maior parte do tempo no Faial e em São Miguel, pouco surpreende que as descrições oferecidas ao longo do seu diário de viagem digam essencialmente respeito aos habitantes destas duas ilhas. A autora de maneira geral presta bastante atenção a uma descrição bastante minuciosa da roupa, do seu fabrico e dos comportamentos relacionados com diversos elementos do vestuário, dando destaque para o capote e a carapuça como peças do vestuário para as pessoas que identifica como mais afluentes.

Como reflexo de inícios de um turismo internacional cada vez mais crescente, são de interesse as observações que encontramos sobre os estabelecimentos da hotelaria açoriana, quer seja o 'Hotel Fayal' e o 'Hotel Central' na Horta (ambos com notas positivas), quer seja o 'Hotel Terceirense' de Angra do Heroísmo como pior exemplo de alojamento que as viajantes encontraram durante o seu percurso pelo arquipélago.

É especialmente dentro dos capítulos que descrevem vários aspetos da vida rural, bem como as casas dos agricultores que as viajantes terão visitado pessoalmente quando estiveram no Faial e nas Furnas, que encontramos descrições interessantes das circunstâncias da vida da população açoriana em finais de oitocentos – imagens estas que devem ter parecido bastante pitorescas para uma habitante do espaço urbano de Boston, mas que essencialmente permitem entender hoje que a vida rural era marcada por grande pobreza e pelo trabalho diário de toda a população adulta.

Ao passo que Alice Baker empreenda uma caraterização geral dos açorianos em que entram descritivos como 'ciumentos', 'ingénuos', 'supersticiosos', 'cobardes', 'inconsistentes', 'impulsivos', 'irracionais', 'irresponsáveis', mas também como 'sensíveis', 'contentes', 'moderados', 'gentis', 'delicados' e 'atenciosos' etc. Tudo isto, e mais ainda, ao passo que a autora constata que os açorianos se mostrariam violentamente opostos a qualquer proposta de uma mudança na sua maneira de viver.

Mas apesar destas caraterísticas tanto negativas como positivas do povo açoriano na sua generalidade, a autora identifica especialmente nos faialenses uma dignidade e nobreza de espírito que os destaca dos restantes habitantes do arquipélago – caraterísticas estas que não hesita atribuir à influência positiva da família

consular americana dos Dabney na ilha... Os comentários sobre a agricultura movimentam-se dentro daquilo que conhecemos da literatura de viagens anterior. São, no entanto, os detalhes das observações que Alice Baker tece sobre a música e a prática contemporânea das danças nos bailes que merecem destaque especial, já que evidenciam uma descrição bastante minuciosa, certamente motivada pelo interesse pessoal pelo objeto de descrição.

Desde a segunda metade do século XIX, o tema da emigração aos Estados Unidos passa a ser um assunto importante na literatura anglófona sobre os Açores. Neste quadro, Alice Baker apresenta dois casos interessantes, nomeadamente a emigração ilegal de jovens açorianos que pretendiam escapar ao sorteio do serviço militar obrigatório, ao passo em que menciona um caso específico de remigração em que uma idosa florentina de oitenta anos terá sido desterrada de New Bedford para morrer na sua terra de origem (e em desembaraço do país de acolhimento).

Não nos parece, enfim, descabido afirmar que as observações da autora sobre a população açoriana ao longo de toda a sua obra permitem, antes de mais, perceber que ela mostra sempre uma sensibilidade especial para as condições de vida e o estatuto social das mulheres açorianas numa sociedade que ela percebia como sendo repressiva. Julgamos que esta tomada de posição de Alice Baker possa ser percebida como um reflexo das dificuldades com as quais ela, como mulher solteira que vivia numa união de facto publicamente não assumível com duas mulheres, certamente podia simpatizar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baker, C[harlotte] Alice (1882): *A Summer in the Azores with a glimpse of Madeira*, Boston; New York: Lee and Shepard, Publishers; Charles T. Dillingham.

Baker, C[harlotte] Alice (1897): *True Stories of New England Captives: Carried to Canada During the Old French and Indian Wars*, Cambridge; Greenfield: Press of E. A. Hall & Co.

Baker, C[harlotte] Alice / Coleman, Emma Lewis (1924): *Epitaphs in the old burying-ground at Deerfield, Mass.*, Deerfield, Massachusetts: The Pocumtuck Valley Memorial Association.

Calendar 1879 = «Calendar for Year 1879 (United States)», em: www.timeanddate.com/calendar/custom.html?year=1879&country=1&cols=3&lang=en&df=1 (última consulta: 1 de outubro de 2017).

Cameron, Mabel Ward (1924): «Baker, Charlotte Alice», in: Cameron, Mabel Ward (1924, I): *The Biographical Cyclopaedia of American women*, Volume I, New York: The Halvord

Publishing Company, págs. 345-347.

Chapin, Charles Wells (1893): *Sketches of the Old Inhabitants and Other Citizens of Old Springfield of the Present Century, and its Historic Mansions of "Ye Olden Tyme"* with one hundred and twenty-four illustrations and sixty autographs, Springfield, Mass.: Press of Springfield Printing and Binding Company.

Cosner, Shaaron / Scanlon, Jennifer R. (1996): «BAKER, CHARLOTTE ALICE (1833-1909) New England History», em: Cosner, Shaaron / Scanlon, Jennifer R. (1996): *American Women Historians, 1700s-1990s: A Biographical Dictionary*, Westport, Connecticut; London: Greenwood Press, pág. 10.

Guide (2013a) = «Guide to the Papers of Charlotte Alice Baker», in: https://deerfield-ma.org/wp-content/uploads/2013/10/C.-Alice-Baker-Papers.pdf (ultima consulta: 1 de outubro de 2017).

Guide (2013b) = «Guide to the Papers of Emma Lewis Coleman», in: https://deerfield-ma.org/wp-content/uploads/2013/10/Guide-to-the-Emma-Lewis-Coleman-Papers-1-1.pdf (ultima consulta: 1 de outubro de 2017).

Guide (2017) = «Guide to the Lane Family Papers», in: https://deerfield-ma.org/wp-content/uploads/2017/03/Lane-Family-Papers.pdf (última consulta: 1 de outubro de 2017).

Henriques, M[anuel] Borges de F[reitas] (1867): *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard.

[Higginson, Thomas Wentworth] (1860): «Fayal and the Portuguese», em: *The Atlantic Monthly: A magazine of literature, science, art, and politics* (November 1860), pages. 526-544.

Kemmler, Rolf (2015): «Os Açores vistos por um açoriano na diáspora: *A Trip to the Azores or Western Islands* (1867) de Manuel Borges de Freitas Henriques (1826-1873)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2015b): *Atas / Anais 2015 XXIV Colóquio da Lusofonia, Santa Cruz da Graciosa, 24-27 de setembro de 2015*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-06-5), pasta 'CD ATAS', ficheiro 'ATAS 2015 graciosa.pdf', págs. [212-224].

Lockwood, J. Samaine (2015): *Archives of Desire: The Queer Historical Work of New England Regionalism*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Miranda, Sacuntala da (1989): *O Ciclo da Laranja e os 'gentleman farmers' da Ilha de S. Miguel*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Narciso, Raimundo (1999): «O Serviço Militar e a Cidadania», em: *Nação e Defesa* Nº 91 (2.ª Série; Outono de 1999), págs. 67-94.

NYH (1879) = «American Ports», em: *The New York Herald* 15765 (Tuesday, October 21, 1879), p. 12.

Tryon, Rolla M. / Tryon, Alice F. (1982): *Ferns and Allied Plants: With Special Reference to Tropical America*, Habitat Photography Principally by Walter H. Hodge, New York; Heidelberg; Berlin: Springer Verlag.

Zan, Sérgio Monteiro (2002): «Georgicon I, Uma tradução», em: UniLetras 24/1 DOI: http://dx.doi.org/10.5212/uniletras.v24i1.253, págs. 245-284, em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/viewArticle/253 (último acesso: 1 de outubro de 2017).

4. SUSANA TELES MARGARIDO, ESCRITORA, S MIGUEL, AÇORES

TEMA 2.1. APRESENTAÇÃO DO LIVRO INFANTOJUVENIL DE JOSÉ RAMOS-HORTA E PATRICIA RICH-VICKERS, O MUNDO PERDIDO DE TIMOR-LESTE

Considero-me uma privilegiada por receber o convite do Chrys, para apresentar este conto infantil, escrito a duas mãos, sendo que apenas um dos nomes me é familiar; é familiar a todos nós: **José Ramos Horta**.

No entanto, não posso deixar de vos apresentar a sua companheira de escrita Patrícia Rich, uma paleontóloga australiana e ornitóloga, de origem americana. Nasceu e foi educada nos Estados Unidos. Tem um Bacharelado em paleontologia, na Universidade de Berkeley e um mestrado em geologia e doutoramento na Universidade da Colúmbia. Migrou para a Austrália em 1976, onde enveredou numa sucessão de cargos académicos na Universidade de Monash, em Melbourne. Tem publicado vários livros premiados sobre ciência popular. E inúmeros artigos em revistas cientificas.

O ilustrador, deste livro, é o artista Peter Truslerf, que faz ilustrações desde criança. O seu estilo é muito amplo vai desde o científico ao abstrato, do gráfico de computador ao desenho animado. Algumas das suas obras podem ver-se nos murais da National Geographic Society em Washington, no Museu de História Natural em Londres, e no muro de David Attenborough. Peter têm doutoramento em Ciências da Terra e do Meio Ambiente num trabalho de reconstrução detalhada de uma megafauna antiga da Austrália e um olhar detalhado de como a arte da paleocultura só pode ser realizada por uma compreensão profunda do mundo moderno e uma profunda compreensão do registo de rocha que preservou o material fóssil em que ele estava respirando a vida.

José Ramos Horta, atual Ministro de Estado e Conselheiro para a Segurança Nacional do governo da RDTL foi:
Presidente da República Democrática de Timor-Leste (2007 - 2012)
Primeiro-ministro e Ministro da Defesa (2006-2007)

Vice-Primeiro-Ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (2002-2006)

Membro do Gabinete, Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste - UNTAET (2000-2002)

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Comunicação no 1º Governo proclamado em dezembro 1975 após a Declaração Unilateral de Independência de Timor Leste, Porta-voz da Resistência (1975-1999).

- Presidente do Painel de Alto Nível sobre Operações de Paz da ONU,

- Copresidente da Comissão Independente Multilateral (Reforma da ONU).

- Representante Especial do Secretário-geral da ONU e Chefe da Missão Integrada da ONU de Apoio à Construção da Paz na Guiné-Bissau

- Vice-Presidente do Conselho Asiático de Paz e Reconciliação

Está sobejamente documentada a dedicação e o empenhamento de Ramos-Horta na proteção e promoção dos Direitos Humanos que não se limita nem se limitou ao seu próprio país, Timor-Leste.

Tem uma vasta Vida Académica

Com vários diplomas em diferentes áreas, mas com particular incidência nas relações internacionais

É membro honorário, assistente e professor convidado em conhecidas universidades mundiais

Tem mestrado e doutoramento em estudos da Paz

É Membro de vários importantes organismos internacionais

Para além das línguas-mãe Tétum e Português, fala fluentemente Inglês, Francês e Espanhol.

Recebeu vários Prémios, nomeadamente:

Ordem de Timor-Leste (2012)

Ordem de Dom Boaventura (2006)

Prémio Nobel da Paz (1996)

Ordens Honoríficas de Portugal, Brasil, Cuba e Cabo Verde

Tem vários Prémios Internacionais e tem, também, diversos Livros e outras obras publicadas

Agora, um novo desafio vem preencher a curiosidade dos leitores mais pequenos, das crianças, através de um conto infantil de caráter lúdico-pedagógico sobre o surgimento da ilha de Timor.

Tal como o título sugere, «*O mundo perdido de Timor-Leste – Um rapaz e um crocodilo viajam através dos tempos*», trata-se de uma viagem no tempo, através de milhares de anos… até aos primórdios da formação da terra, onde o ser humano ainda não existia.

Logo na apresentação da obra, José Ramos Horta, fala-nos de dois companheiros lendários: um menino e um crocodilo e apela à imaginação do pequeno leitor de forma direta: «*Vamos imaginar que eles continuam as suas viagens fantásticas ao passado, à procura dos primórdios da nossa encantadora ilha*». É neste momento que a criança começa a imaginar outros mundos. Terá de sair da realidade e entrar noutra dimensão; na fantasia. Vai ter de deixar o século XXI, com a televisão, o telemóvel, a internet… e viajar através vários milhões de anos.

Não posso deixar de chamar a atenção para algo que noutras ocasiões já fiz referência:

«*A principal e fundamental finalidade da literatura infantil é a de desenvolver, na criança, o gosto pela leitura, o prazer perante a criação de universos de ficção. Tem também a tarefa de introduzir as palavras no mundo mágico da criança, possibilitando-lhe não só percebê-las e usá-las, como também usufruir delas no contexto da imaginação.*

A literatura infantil procura exprimir aspetos da realidade através de um sistema de representações, quase sempre com apelo à fantasia». (STM)

Embora o caráter pedagógico esteja patente ao longo de toda a obra, a ficção vem dar o tempero lúdico ao conto, começando com uma amizade improvável entre um rapaz e um crocodilo, baseada numa lenda timorense. O rapaz salvou o crocodilo, mas não é explicado o "como" e o "porquê" ficando esta parte à responsabilidade da imaginação do leitor.

A ação produtiva do leitor consiste em preencher os espaços vazios criados para que possa perceber a pluralidade de sentidos do texto. O texto literário comporta sempre uma parte "não-escrita", ou seja, campos por descobrir que estimulam a ação do leitor. O texto pode, assim, exercer uma influência considerável na imaginação do leitor.

Umberto Eco, refere na sua obra «*Leitura do Texto Literário*» que um texto está repleto de "espaços em branco" para deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, ainda que habitualmente deva ser interpretado com uma margem suficiente de univocidade: «*um texto quer que alguém o ajude a funcionar*» (ECO, 1993: 55); e acrescenta «*um texto é emitido para que alguém o atualize – mesmo quando não se espera* (ou não se deseja) *que esse alguém exista concreta e empiricamente*» (ECO, 1993: 56).

Este (nosso) crocodilo, que poderia ser uma figura terrífica, revela-se amistosa e sábia, pois é ele que explica ao rapaz a evolução do planeta ao longo da História, em particular a formação de Timor-Leste. Aliás, numa das ilustrações pode observar-se a ternura e a cumplicidade das duas personagens – o menino com o braço por cima do crocodilo, a olharem para o infinito. Esta relação só pode, de facto, ter lugar nos chamados contos maravilhosos, onde tudo é possível, onde todos os sonhos parecem concretizarem-se.

É esta a grande vantagem dos contos maravilhosos! O inexplicável, o sobrenatural, a magia e o mistério são componentes imprescindíveis. No mundo do maravilhoso, todos os seres podem ter vida e movimentarem-se por leis de encantamento e de magia. Neste caso, há a metamorfose de um animal, que adquire caraterísticas humanas: a linguagem e os sentimentos.

Este conto começa como a maioria dos contos maravilhosos *«Num tempo longínquo.»* Passa de seguida para um diálogo entre o narrador e o leitor: *«Imagina poder ir de Timor até Lombok sem precisar de um navio»*. Mostra ao leitor as dificuldades dos povos inicialmente nómadas e depois sedentários, as adversidades que tinham de enfrentar quando ainda não havia fogo e os seus medos dos trovões e relâmpagos. Isto permite que a criança se familiarize com os problemas da vida e que perceba que todos têm medos.

É mais uma entre muitas a vantagem da literatura: criar mecanismos que preparem a criança para refletir sobre a realidade. Conhecer algumas das adversidades da vida através da leitura de contos não será a solução de todos os problemas. No entanto, como eles atuam também no inconsciente, podem ajudar a criança a perceber ou a resolver melhor determinados conflitos, através da aproximação às personagens.

A criança nasce ávida de descobertas e assimila tudo o que possa estimular a sua criatividade. Compete aos adultos oferecerem-lhe recursos para que essas necessidades possam ser satisfeitas, de uma forma semelhante aos alimentos que as tornarão fortes e saudáveis.

Os contos maravilhosos tornam-se, deste modo, essenciais para que a criança consiga, através da imaginação, aproximar-se da realidade. A dicotomia, que divide as personagens em boas ou más, belas ou feias, fortes ou fracas, facilita a compreensão de certos valores básicos da conduta humana ou do convívio social. O "*maravilhoso*" é constituído por situações que ocorrem fora do nosso entendimento, do espaço e do tempo ou em local vago ou indeterminado. Estes fenómenos não obedecem às leis naturais, mas são aceites no contexto em que se inserem: a ficção.

Este rapaz não tem nome: é "*o Menino*!" A presença de personagens crianças nas histórias infantis como protagonistas é de extrema importância e essa importância revela-se sobretudo no facto da criança se ver representada ou simbolizada na ficção, permitindo-lhe criar um maior interesse pela leitura. As

comparações que as crianças fazem entre os seus problemas e os temas dos contos, têm sido facilitadas pela não especificidade do tempo e do lugar e a identificação com as personagens, por vezes, é ajudada, precisamente, pela ausência de nome próprio.

Temos nesta obra momentos de magia e um tempo não especificado… cito, «*Envoltos em magia, o menino e o crocodilo viajaram no tempo*».

A conceção espacial, nos contos infantis, assim como a temporal apresentam uma indefinição em virtude do caráter mítico assumido pela narrativa, uma vez que toda a construção mítica não se submete à coerência caraterística do pensamento lógico.

A convivência, porém, entre o mundo mágico e o real é possível, já que no universo do mito não há separação entre os dois mundos. No entanto, a indefinição não representa a ausência, pois o desenvolvimento da história depende das ações praticadas pelas personagens, as quais só podem ser realizadas num enquadramento espaciotemporal.

Outro aspeto que destaco neste conto - para além do rapaz não ter nome -, é a ausência de afinidades com outras pessoas, nomeadamente com familiares. O único relacionamento que este rapaz tem é com um animal. Foi, assim, criado um espaço que permite a comunhão com a natureza, ao longo dos tempos, o encontro com a solidão e o isolamento em relação aos adultos comuns.

Neste mundo só existe o rapaz e o crocodilo.

A ausência de outras personagens permite que o leitor se concentre nestes dois protagonistas e atinja a mensagem mais facilmente: e a mensagem é…. conhecer a formação de Timor Leste. Ao mergulharem nas «*profundezas daquele imenso mar*» o rapaz adquire uma caraterística sobrenatural: consegue viajar

sem respirar. Temos, de novo aqui, um momento de magia. Como se um ser maravilhoso (tipo uma fada) lhe desse um poder que lhe permite suster a respiração por tempo indeterminado.

Encontramos, também, momentos poéticos… «*Os lírios do mar têm braços que ondulam ao sabor das correntes*» …, MAS este momento é interrompido por um momentâneo regresso ao presente em que o rapaz diz: «*Eu vi coisas como estas rochas junto à torre da Telecom*».

Nesta obra destaca-se a importância de diversas ciências: a geografia, a geologia, a biologia – no que respeita à fauna e á flora marítimas - a astronomia e a História (da formação do planeta). Tudo isto a par com a magia de se viajar no tempo, de não respirar, de se ser amigo de um animal feroz. Mas o final é um dos momentos mais mágicos, na minha opinião, obviamente, de toda a história:

O crocodilo deitou-se, feliz, para descansar, após a grande incursão no tempo, o menino também estava muito feliz pelo que aprendera, pois passara a compreender a sua Ilha Natal e o seu povo, então…. Cumprida a missão… o crocodilo transforma-se em ilha. A amizade permanecerá, já não pelo animal – que desaparece -, mas por aquilo em que ele se transformou… Um PAÍS.

Parabéns, Dr. Ramos Horta e obrigada por nos dar a possibilidade de conhecer melhor a formação de Timor-Leste.